



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2071

Terça-feira - 30 de Agosto de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2	Guarujá do Sul.....	174	Petrolândia.....	309
Anchieta.....	3	Ibiam.....	178	Pinheiro Preto.....	311
Antônio Carlos.....	4	Ilhota.....	180	Pomerode.....	312
Arabutã.....	6	Imbituba.....	183	Ponte Serrada.....	315
Atalanta.....	7	Indaial.....	188	Porto Belo.....	317
Aurora.....	10	Iomerê.....	191	Porto União.....	318
Balneário Piçarras.....	11	Irineópolis.....	193	Pouso Redondo.....	320
Balneário Rincão.....	12	Itá.....	195	Presidente Nereu.....	321
Barra Bonita.....	14	Itaiópolis.....	196	Princesa.....	332
Barra Velha.....	22	Itapiranga.....	197	Rio das Antas.....	338
Biguaçu.....	24	Itapoá.....	198	Rio do Sul.....	339
Blumenau.....	45	Jacinto Machado.....	199	Salto Veloso.....	342
Bom Jesus do Oeste.....	58	Jaraguá do Sul.....	200	Santa Terezinha do Progresso.....	349
Bom Retiro.....	59	Joaçaba.....	221	Santiago do Sul.....	350
Botuvera.....	61	Lages.....	223	São Bento do Sul.....	351
Braço do Trombudo.....	63	Laguna.....	225	São João do Sul.....	352
Brunópolis.....	107	Lauro Muller.....	230	São José.....	354
Brusque.....	108	Lebon Regis.....	231	São José do Cedro.....	363
Caçador.....	110	Leoberto Leal.....	232	São Lourenço do Oeste.....	364
Camboriú.....	113	Lindóia do Sul.....	236	São Miguel da Boa Vista.....	365
Campo Alegre.....	114	Macieira.....	237	São Miguel do Oeste.....	373
Campos Novos.....	123	Maracajá.....	240	São Pedro de Alcântara.....	374
Canoinhas.....	125	Maravilha.....	241	Schroeder.....	376
Capinzal.....	135	Massaranduba.....	243	Siderópolis.....	380
Celso Ramos.....	148	Meleiro.....	245	Sombrio.....	381
Chapadão do Lageado.....	149	Mondaí.....	246	Sul Brasil.....	382
Chapecó.....	150	Navegantes.....	249	Timbó.....	383
Concórdia.....	151	Novo Horizonte.....	252	Três Barras.....	387
Cordilheira Alta.....	152	Orleans.....	253	Treze Tilias.....	388
Curitibanos.....	153	Ouro.....	254	Tunápolis.....	389
Dionísio Cerqueira.....	154	Paial.....	255	Turvo.....	390
Ermo.....	155	Palhoça.....	256	União do Oeste.....	391
Flor do Sertão.....	156	Palma Sola.....	297	Urussanga.....	392
Forquilha.....	157	Palmitos.....	299	Vidal Ramos.....	393
Fraiburgo.....	159	Paraíso.....	302	Videira.....	394
Garopaba.....	160	Passos Maia.....	303	Xanxerê.....	397
Grão Pará.....	164	Paulo Lopes.....	304	Xavantina.....	401
Guaramirim.....	172	Penha.....	305	Xaxim.....	403

Associações

AMAI.....	408	EGEM.....	408
-----------	-----	-----------	-----

Consórcios

AGIR.....	425
CIMCATARINA.....	425
CIS-AMAVI.....	426
CIS/AMMVI.....	427

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

PORTARIA 217/2016

PORTARIA Nº 217/2016 de 29 de agosto de 2016

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária JANETE REETZ MORES, inscrita sob CPF nº 594.854.939-91, funcionária efetiva no cargo de Agente Operacional Manutenção e Limpeza, a partir de 29/08/2016 a 17/09/2016, referente ao período 14/15 e conceder abono pecuniário dos 10 dias restantes.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 29 de agosto de 2016

Novelli Sganzerla

Prefeito

PORTARIA 218/2016

PORTARIA Nº 218/2016 de 29 de agosto de 2016

“EXONERA DO CARGO DE DIRETORA DAS ESCOLAS MULTISSERIIDAS A SERVIDORA QUE MENCIONA”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Exonerar TATIANA GUERRA DE BARROS, inscrita sob CPF 790.050.809-06, do cargo de Diretora das Escolas Multisseriadas, a partir de 29/08/2016.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 29 de agosto de 2016

Novelli Sganzerla

Prefeito

Anchieta

PREFEITURA

PORTARIA Nº 270/2016

PORTARIA Nº. 270/2016

De, 26 de Agosto de 2016.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Art. 54 da Lei Complementar nº 033/2011,

RESOLVE:

Efetuar pagamento de aula excedente,

Art. 1º - Fica determinado o pagamento de 04 (quatro) aulas excedentes à Servidora Pública Municipal efetiva Elsi Portz Alnoch, ocupante do cargo de Professora de Geografia.

Art. 2º - O pagamento das aulas excedentes se dará com efeitos retroativos a 06/07/2016 à 30/09/2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anchieta, SC

Em, 26 de Agosto de 2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze – Secretário de Administração e Gestão.

Antônio Carlos

PREFEITURA

DECRETO Nº 075/2016

DECRETO Nº 000075/16 de 25 de Agosto de 2016

Alteração da Lei Orçamentária (remanejamento) no Orçamento programa de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001511/16 de 25 de Agosto de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 87.546,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.361.0004.2.007-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 87.546,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.361.0004.1.001-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 40.000,00

04.01.12.365.0004.1.002-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 47.546,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 25 de Agosto de 2016.

ADELINO BONIFACIO KRETZER

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 076/2016

DECRETO Nº 000076/16 de 29 de Agosto de 2016

Abre crédito adicional -suplementar -originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001494/15 de 15 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 14.233,85 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.304.0007.2.031-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 10.000,00

11.01.10.304.0007.2.031-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 4.000,00

11.01.10.301.0007.1.015-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 233,85

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial

e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação 14.233,85

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 29 de Agosto de 2016.

ADELINO BONIFÁCIO KRETZER

Prefeito Municipal Em Exercício

DECRETO Nº 077/2016

DECRETO Nº 000077/16 de 29 de Agosto de 2016

Abre crédito adicional -suplementar -originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001494/15 de 15 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 80.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01.15.452.0006.2.019-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 40.000,00

07 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.01.15.452.0009.2.021-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 40.000,00

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação 80.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 29 de Agosto de 2016.

ADELINO BONIFACIO KRETZER

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 126/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº 126/2016; Origem: Pregão Presencial nº 43/2016 – Processo Licitatório nº 62/2016; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: JULIANO VIEIRA COSTA – ME. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de recuperação, assentamento, classificação, limpeza e transporte de lajotas reutilizáveis, com fornecimento de areia, para colchão (10 cm), colocação e rejunto de meio fio, em diversas ruas do Município de Antônio Carlos/SC. Valor: A empresa foi vencedora do item 01, num valor total estimado de R\$ 243.600,00 (duzentos e quarenta e três mil e seiscentos reais). Prazo: 26/08/2016 - 26/08/2017.

Antônio Carlos, 29 de agosto de 2016.
ADELINO BONIFÁCIO KRETZER
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA N 318/2016

PORTARIA Nº 318/2016.
Prorroga Contratação Temporária.

ADELINO BONIFACIO KRETZER – Prefeito Municipal em Exercício de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais, de acordo com a Lei nº 1068/2006,

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar, CONTRATAÇÃO TEMPORARIA, de servidor BRUNA SCHMITT GOULART, ocupante do cargo temporário de PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA – 20h, a contar de 30 de agosto de 2016 a 16 de dezembro de 2016, em substituição a INES KUHN GUESSER, de Licença para Tratamento de Saúde e Licença Premio.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 30 de agosto de 2016.
ADELINO BONIFACIO KRETZER
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria em 30 de agosto de 2016.

PORTARIA N 319/2016

PORTARIA Nº 319/2016.
Concede Licença Premio a servidor efetivo

ADELINO BONIFACIO KRETZER – Prefeito Municipal em Exercício de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA PREMIO, a servidora INES KUHN GUERSSEER, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR COM POS GRADUAÇÃO ESPECIALISTA, uma por 30 dias , relativo ao período aquisitivo de agosto/2004 a agosto/2009, e 60 dias, relativo ao período aquisitivo de agosto/2009 a agosto/2014, iniciando a partir de 19 de setembro de 2016.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 30 de agosto de 2016.
ADELINO BONIFACIO KRETZER
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria em 30 de agosto de 2016.

Arabutã

PREFEITURA

PORTARIA 194/2016

PORTARIA Nº 194/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jackson Luiz Patzlaff Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora MARA ESTER KUNZ, inscrita no CP-F-MF sob nº. 018.618.319-43, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente de Copa e Higienização, férias referentes ao período aquisitivo de 03 de janeiro de 2015 a 02 de janeiro de 2016, para serem gozadas no período de 01 de setembro de 2016 a 30 de setembro de 2016.

Art.2º Fica reduzido em 11 e 1/2 (onze e meio) dias, o período de férias da mesma em função de autorização de afastamento anteriormente concedido para tratamento de assuntos de interesse particular devendo, portanto apresentar-se ao serviço a partir do dia 19/09/2016, no período vespertino.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Arabutã/SC, 29 de agosto de 2016.

JACKSON LUIS PATZLAFF

Prefeito

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Greici Fernanda Sonntag

Responsável pela publicação.

PORTARIA 195/2016

PORTARIA Nº 195/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jackson Luiz Patzlaff Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, o servidor ADELMO PETRY, inscrito no CPF sob nº. 749.834.159-04, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Maquinas Rodoviárias, férias referentes ao período aquisitivo de 16 de fevereiro de 2015 a 15 de fevereiro de 2016, para serem gozadas no período de 01 de setembro de 2016 a 30 de setembro de 2016.

Art.2º Fica reduzido em 2 e 1/2 (dois e meio) dias, o período de férias do mesmo em função de autorização de afastamento anteriormente concedido para tratamento de assuntos de interesse particular.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Arabutã/SC, 29 de agosto de 2016.

JACKSON LUIS PATZLAFF

Prefeito

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Greici Fernanda Sonntag

Responsável pela publicação.

PORTARIA 196/2016

PORTARIA Nº 196/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jackson Luiz Patzlaff Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, o servidor CRISTIAN RICARDO RUBENICH, inscrito no CPF sob nº. 068.583.289-98, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Coordenador, férias referentes ao período aquisitivo de 01 de março de 2015 a 29 de fevereiro de 2016, para serem gozadas no período de 01 de setembro de 2016 a 30 de setembro de 2016.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Arabutã/SC, 29 de agosto de 2016.

JACKSON LUIS PATZLAFF

Prefeito

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Greici Fernanda Sonntag

Responsável pela publicação.

Atalanta

PREFEITURA

LEI Nº 1477/2016

LEI N.º 1477/2016

"Anula e Suplementa Dotação Orçamentária e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementação na importância de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais) destinados a reforçar a seguinte dotação do orçamento da Câmara Municipal de Vereadores para o corrente exercício:

01.00 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
01.01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
01.031.0001.2.001 – Manutenção da Câmara de Vereadores
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 150.000,00

Art. 2º Será suplementado por meio de Decreto, somente a importância ou quando esta for necessária nas dotações do artigo 1º desta Lei.

Art. 3º - O crédito aberto por esta Lei correrá por conta da anulação da seguinte dotação do orçamento do corrente exercício:

01.00 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
01.01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
01.031.0001.2.001 – Manutenção da Câmara de Vereadores
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 150.000,00

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos
do art. 3º da Lei nº 1095/2009 de 15.04.2009.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC) 25 de agosto de 2016.
TARCÍSIO POLASTRI
Prefeito Municipal

LEI Nº 1478/2016

LEI N.º 1478/2016

"Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementações na importância de R\$ 1.920.000,00 (Um milhão novecentos e vinte mil reais) destinados a reforçar as seguintes

dotações do orçamento do Município para o corrente exercício:

02.00 – GABINETE DO PREFEITO E VICE
02.01 – GABINETE DO PREFEITO E VICE
04.122.0004.2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 80.000,00

03.00 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.01 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.123.0013.2.005 – Manutenção dos Serviços Financeiros
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 110.000,00
28.123.0016.2.007 – Cont. p/ Formação Pat. Serv. Público - PASEP
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 40.000,00
28.123.0016.2.008 – Pagamento de Inativos e Pensionistas
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

04.00 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENV. ECONÔMICO
04.01 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENV. ECONÔMICO
20.606.0025.2.010 – Manutenção das Atividades Produtoras
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 80.000,00

05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
05.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
12.361.0040.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental
3.1.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas
..... R\$ 150.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0122 – Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00
12.365.0043.2.016 – Manutenção da Educação Infantil
3.1.90.00.00.00.00.00.0106 – Aplicações Diretas
..... R\$ 450.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas
..... R\$ 90.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0122 – Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00
12.361.0049.2.018 – Manutenção do Transporte Escolar
3.1.90.00.00.00.00.00.0107 – Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00
12.362.0049.2.021 – Assistência aos Educandos – Apoio ao Ensino Médio
3.3.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00
12.365.0049.2.020 – Manutenção da Merenda Escolar – Educação Infantil
3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00

06.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
06.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
26.782.0061.2.027 – Manutenção do Setor Rodoviário
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 200.000,00

08.00 – SECRETARIA DO TURISMO E MEIO AMBIENTE
08.01 – SECRETARIA DO TURISMO E MEIO AMBIENTE

23.695.0082.2.034 – Promoção do Turismo
 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
 R\$ 30.000,00

07.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 07.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 08.244.0073.2.031 – Manutenção dos Serviços de Assistência Social
 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
 R\$ 50.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
 R\$ 10.000,00

09.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 10.301.0088.2.036 – Manutenção dos Serviços de Saúde
 3.1.90.00.00.00.00.00.0082 – Aplicações Diretas
 R\$ 300.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0082 – Aplicações Diretas
 R\$ 200.000,00
 10.301.0088.2.037 – Manutenção Consórcio Intermunicipal de Saúde - AMAVI
 3.3.93.00.00.00.00.00.0082 – Aplicação Direta Dec. de Oper. entre Órgãos... R\$ 50.000,00

Art. 2º Será suplementado por meio de Decreto, somente a importância ou quando esta for necessária nas dotações do artigo 1º desta Lei.

Art. 3º Os créditos abertos por esta Lei correrão por conta do provável excesso de arrecadação da fonte de recurso 0106 – Transferências do Fundeb 60% no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais); provável excesso de arrecadação da fonte de recurso 0080 – Recursos Ordinários no valor de R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais); e das anulações das seguintes dotações do orçamento do corrente exercício:

02.00 – GABINETE DO PREFEITO E VICE
 02.01 – GABINETE DO PREFEITO E VICE
 04.122.0004.2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
 R\$ 20.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
 R\$ 10.000,00

03.00 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 03.01 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 04.122.0008.1.002 – Construção e Reformas do Paço Municipal
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
 R\$ 160.000,00
 04.122.0007.2.003 – Manutenção da Administração Geral
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
 R\$ 15.000,00
 04.123.0013.2.005 – Manutenção dos Serviços Financeiros
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
 R\$ 5.000,00
 04.123.0019.2.009 – Pagamento de Despesas de Exercícios Anteriores
 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
 R\$ 10.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
 R\$ 15.000,00

04.00 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENV. ECONÔMICO
 04.01 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENV. ECONÔMICO
 23.691.0028.2.011 – Promoção de Comércio e Serviços
 3.3.50.00.00.00.00.00.0080 – Transferências a Inst. Privadas sem

Fins Luc R\$ 15.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
 R\$ 10.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
 R\$ 5.000,00
 20.606.0031.2.012 – Mecanização Agrícola
 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
 R\$ 10.000,00
 06.182.0039.2.046 – Manutenção da Defesa Civil
 3.3.50.00.00.00.00.00.0080 – Transferências a Inst. Privadas sem Fins Luc R\$ 10.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
 R\$ 10.000,00

05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 05.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 12.365.0043.1.003 – Construção/Ampliação da Rede Física – Educação Infantil
 4.4.90.00.00.00.00.00.0122 – Aplicações Diretas
 R\$ 20.000,00
 27.812.0058.1.004 – Construção e Reformas de Dependências Esportivas
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
 R\$ 20.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
 R\$ 10.000,00
 12.361.0040.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental
 3.1.90.00.00.00.00.00.0106 – Aplicações Diretas
 R\$ 150.000,00
 3.1.90.00.00.00.00.00.0107 – Aplicações Diretas
 R\$ 1.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas
 R\$ 100.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas
 R\$ 15.000,00
 12.365.0043.2.016 – Manutenção da Educação Infantil
 3.3.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas
 R\$ 50.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas
 R\$ 10.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
 R\$ 5.000,00
 12.361.0046.2.017 – Manutenção da Capacitação Educacional
 3.3.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas
 R\$ 20.000,00
 12.361.0049.2.018 – Manutenção do Transporte Escolar
 3.3.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas
 R\$ 50.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0107 – Aplicações Diretas
 R\$ 19.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas
 R\$ 15.000,00
 12.361.0049.2.019 – Manutenção da Merenda Escolar – Ensino Fundamental
 3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
 R\$ 5.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas
 R\$ 30.000,00
 12.366.0052.2.024 – Educação de Jovens e Adultos
 3.1.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas
 R\$ 30.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas
 R\$ 29.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas
 R\$ 5.000,00
 27.812.0058.2.026 – Manutenção do Desporto Amador
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
 R\$ 30.000,00

06.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
06.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
15.451.0064.1.007 – Implantação Urbanística
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00
16.482.0064.1.008 – Construção de Unidades Habitacionais
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00
26.782.0061.2.027 – Manutenção do Setor Rodoviário
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 9.000,00
15.452.0064.2.028 – Manutenção dos Serviços Urbanos
3.3.50.00.00.00.00.00.0080 –Transferências a Inst. Privadas sem
Fins Luc R\$ 10.000,00

08.00 – SECRETARIA DO TURISMO E MEIO AMBIENTE
08.01 – SECRETARIA DO TURISMO E MEIO AMBIENTE
18.541.0085.2.035 – Preservação e Conservação Ambiental
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 14.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 30.000,00
23.695.0082.2.034 – Promoção do Turismo
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 9.000,00

09.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0088.2.036 – Manutenção dos Serviços de Saúde
3.3.50.00.00.00.00.00.0082 –Transferências a Inst. Privadas sem
Fins Luc R\$ 15.000,00
10.301.0091.2.038 – Manutenção da Farmácia Básica
3.3.90.00.00.00.00.00.0082 – Aplicações Diretas
..... R\$ 30.000,00
10.304.0097.2.040 – Manutenção da Vigilância Sanitária
3.1.90.00.00.00.00.00.0082 – Aplicações Diretas
..... R\$ 30.000,00
10.305.0100.2.041 – Manutenção da Vigilância Epidemiológica
3.1.90.00.00.00.00.00.0082 – Aplicações Diretas
..... R\$ 12.000,00

11.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
17.512.0064.2.049 – Manutenção do Saneamento Básico
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 12.000,00

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/
SC, nos termos
do art. 3º da Lei nº 1095/2009 de 15.04.2009.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC) 25 de agosto de 2016.
TARCÍSIO POLASTRI
Prefeito Municipal

Aurora

PREFEITURA

PREGÃO 13/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo: 21/2016

Pregão - 13/2016

A comissão de Licitação da Prefeitura de Aurora, nomeada pelo(a) Decreto - 003/2016, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que se realizará no dia 12 de Setembro de 2016, às 09:00:00 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE AURO-RA SETOR DE LICITAÇÕES ROD. SC 302 - KM 283 - Nº 408 - CENTRO - AURORA - SC, a reunião de recebimento e abertura das propostas, conforme determina o Edital de Licitações nº. 13/2016, na modalidade de Pregão.

Informamos ainda que se encontra disponível o edital em sua íntegra nos meios de comunicação conforme o que determina a Lei 8.666/93.

Finalidade:

AQUISICAO DE TUBOS DE CONCRETO PARA MANUTENCAO DA MALHA VIARIA RURAL E URBANA DO MUNICIPIO

Aurora - SC, 29 de agosto de 2016

Balneário Piçarras

PREFEITURA

ATA PREGÃO 11/2016 FME

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2016 - FME

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2016 - FME

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço para possível aquisição de mobiliário para os Centros de Educação Infantil e Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, não obrigando o ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Art. 7º do Decreto Municipal nº 029/2005-ljm, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições. Empresas Participantes Habilitadas:

GISIANE MATILDE VIEIRA LTDA Total do Fornecedor: R\$9.450,00

HIPER BRINK COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA – EPP Total do Fornecedor: R\$54.120,00

UNIMOVEIS IND. COM. MOVEIS ESCOLARES LTDA Total do Fornecedor: R\$55.800,00

DELTA PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA Total do Fornecedor: R\$186.950,00

ANDRE PANINI ALBISSU EPP Total do Fornecedor: R\$9.400,00

Balneário Piçarras(SC), 15 de agosto de 2016.

Laureci Bernadete Schneider Pereira – Gestora do Fundo Municipal de Educação

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE CONVOCAÇÃO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DO PROCESSO SELETIVO PMBR 002/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando a necessidade em dar continuidades aos serviços essenciais, dentre eles a oferta da Educação, CONVOCA os candidatos habilitados no Processo Seletivo Simplificado 002/2015, os abaixo relacionados com vistas à nomeação para os cargos TEMPORÁRIOS, observadas as seguintes condições:

1. REQUISITOS BÁSICOS PARA ADMISSÃO NO CARGO

- 1.1 Ter nacionalidade brasileira ou equivalente;
- 1.2 Estar no gozo de direitos políticos;
- 1.3 Estar em dia com as obrigações eleitorais;
- 1.4 Possuir quitação das obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- 1.5 Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo de acordo com o estabelecido no ITEM II do Edital de Processo Seletivo 0002/2015;
- 1.6 Idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- 1.7 Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo;
- 1.8 Firmar declaração de não possuir acúmulo de remuneração pública, exceto aquelas previstas em Lei;
- 1.9 Apresentar Certidão Negativa de Antecedentes criminais.

2. DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS

3.1. Os CONVOCADOS deverão apresentar-se e entregar os documentos acima relacionados, na Secretaria Municipal de Educação de Balneário Rincão, sito à Rua Maracajá, 749 – Centro – Balneário Rincão – SC, no dia 29/08/2016, preferencialmente das 8h às 12h.

3 – DOS CONVOCADOS

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS		
NOME	SITUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
ELENICE DOS SANTOS	APROVADO	15

PROFESSOR II-EDUCAÇÃO INFANTIL		
NOME	SITUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
JOSIANE NUNES BONFANTE	APROVADO	22
DAIANE MENDONÇA BORBA	APROVADO	23
MICHELE CREPALDI DA ROSA	APROVADO	24
RENATA MARCELO DA SILVA	APROVADO	25
MARIANE LUIZ TEIXEIRA	APROVADO	26
SAMIRA BATISTA GABRIEL	APROVADO	27

PROFESSOR-DISCIPLINA ESPECÍFICA-ED.FÍSICA		
---	--	--

NOME	SITUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
MIRIELI BORGES VISCARDI	APROVADO	9

Balneário Rincão (SC), 25 de Agosto de 2016.

Décio Gomes Góes

Prefeito MunicipalANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS

Declaro, nos termos da Lei, nesta data, possuo os seguintes bens:
() Não possuo bens a declarar () Possuo bens a declarar, conforme segue abaixo:

Casa

Endereço: _____

Data da aquisição: ____/____/____

Valor de aquisição: _____ Valor de venda atual: _____

Apartamento

Endereço: _____

Data da aquisição: ____/____/____

Valor de aquisição: _____ Valor de venda atual: _____

Terreno

Endereço: _____

Data da aquisição: ____/____/____

Valor de aquisição: _____ Valor de venda atual: _____

Veículo

Tipo _____ Ano _____ Data da aquisição: ____/____/____

Valor de aquisição: _____ Valor de venda atual: _____

Outros: _____

Fontes de renda _____

NOME COMPLETO: _____

CARGO: _____

Local e data: _____

Assinatura do Candidato

Assinatura
ANEXO III

D E C L A R A Ç Ã O

Eu, _____, portador (a) da Carteira de Identidade número _____, inscrito(a) no CPF sob o número _____, declaro para os devidos fins, de provimento de cargo público que não exerço cargo, emprego ou função pública em quaisquer das esferas (federal, estadual ou municipal), não comprometendo, desta forma, minha nomeação para o cargo de _____ deste Poder.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Balneário Rincão/SC, ____/____/____.

Assinatura do Candidato

ANEXO IV

TERMO DE INTERESSE NO CARGO

Eu, _____, inscrito no CPF sob o número ... _____, Frente à aprovação no Concurso Público da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão, confirmo o interesse de tomar posse no Cargo de... _____, nos termos da legislação municipal em vigor.

Balneário Rincão/SC, ____/____/____.

ASSINATURA DO CANDIDATO

ANEXO V

TERMO DE DESISTÊNCIA DE INTERESSE NO CARGO

Eu, _____, inscrito no CPF sob o número ... _____, Frente à aprovação no Concurso Público da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão, confirmo que não tenho interesse de tomar posse no Cargo de... _____, nos termos da legislação municipal em vigor e conforme edital.

Balneário Rincão/SC, ____/____/____.

ASSINATURA DO CANDIDATO

ANEXO VI

D E C L A R A Ç Ã O

Eu, _____, portador (a) da carteira de identidade número _____, inscrito (a) no CPF sob o número _____, declaro para os devidos fins, que no exercício de cargo público, não sou penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Balneário Rincão/SC, ____/____/____.

DECRETO Nº.416/2016

DECRETO MUNICIPAL GP nº416 de 17 de agosto de 2016.

Declara de utilidade pública fração ideal de 3.333,05 m², de um terreno urbano situado no bairro Pedreiras, com área escriturada de 252.893,377m², matrícula nº 45.404.

O Prefeito Municipal de Balneário Rincão, Santa Catarina, DÉCIO GOMES GÓES, no uso de suas atribuições legais e especialmente das que lhe são conferidas pelo inciso VI do Artigo 72 da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º- Fica declarada de utilidade fração ideal de 3.333,05 m², de um terreno de propriedade da JS Administração de Bens Móveis e Imóveis Ltda, tem se como urbano situado no bairro Pedreiras, com área escriturada de 252.893,377m², matrícula nº 45.404 do Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Içara/SC, onde será permutada a área de 3.333,05 m², com as seguintes confrontações; Norte: 65,24 metros com a Rua Cabo Frio; Leste: 71,14 metros com terras do município de Balneário Rincão (Área de Utilidade Pública – AUP do Loteamento Parque Novo Rincão); Sul: 37,59 metros com terras do Município de Balneário Rincão (Área de Utilidade Pública – AUP do Loteamento Parque Novo Rincão); Oeste : 64,70 metros em 02 segmentos: 50,50 metros e 14,20 metros com a Rua Projetada 13 do Loteamento Parque Novo Rincão, a qual será permutada pelo imóvel o qual será objeto de permuta com o imóvel correspondente ao Lote 07 da Quadra nº 100, com área escriturada de 3.333,05 m², matrícula nº 17.834 do Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Içara/SC, com as seguintes confrontações; Norte : 65,24 metros, com terras de Elledio Cechinel; Leste : 71,14 metros, com o Loteamento Lagoa dos Freitas; Sul : Uma linha de 3,20 metros, com a Rua Cabo Frio e outra linha de 34,39 metros, com a Rua Cabo Frio; Oeste: 64,70 metros, com o lote nº 08.

Art. 2º - A permuta acima descrita foi autorizada pela lei municipal nº 269/2016.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão/SC, 17 de agosto de 2016.

DÉCIO GOMES GÓES

PREFEITO MUNICIPAL

Barra Bonita

PREFEITURA

PORTARIA N.º 261, DE 29 DE AGOSTO DE 2016. "ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PORTARIA N.º 261, de 29 de agosto de 2016.

"Altera carga horária de servidora e dá outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, combinado com as disposições da Lei Complementar nº 038/2011, de 01 de dezembro de 2011.

Resolve;

Art. 1º - Alterar temporariamente a carga horária da Servidora Rosane Marlene Tonello Dresch, ocupante do Cargo de Professora, nível II, do Quadro de Pessoal do Magistério, e lotação no Órgão Central da Administração, com jornada de trabalho de 20 horas semanal, para 40 horas semanais com exercício na Escola M. Águas do Araçá, pelo período que a titular estiver licenciada, para atuar na turma de séries iniciais, em substituição a servidora Viviani Favretto Boff, que se encontra em licença para tratamento de saúde, sob regime estatutário e regime geral de Previdência Social e vencimentos previstos em Lei.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato, correrão a conta do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 29 de agosto de 2016.

Darci João Frizon
Prefeito Municipal

Registre-se e publica-se na forma da Lei.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 260, DE 29 DE AGOSTO DE 2016. "CONCEDE DIÁRIA, ADIANTAMENTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PORTARIA Nº 260, de 29 de agosto de 2016.

"Concede diária, adiantamento e da outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.
Resolve.

Art.1º- Conceder 2,0 (duas) diárias ao Senhor Maximino da Silva dias, Matrícula nº 177203, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais), para realizar transporte de pacientes em tratamento de saúde fora do domicílio em Florianópolis/SC, conforme Memorando Nº053/2016 e Roteiro de

Viagem nº023/2016 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. Conceder ADIANTAMENTO ao servidor acima citado na importância de R\$ 300,00 (trezentos reais), para conduzir pacientes em tratamento de saúde até a cidade de Florianópolis/SC, conforme Memorando nº054/2016, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 29 de agosto de 2016.

Darci João Frizon
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 002/2016 RELAÇÃO DAS SALAS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA - ENSALAMENTO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 002/2016****RELAÇÃO DAS SALAS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA - ENSALAMENTO**

DARCI JOÃO FRIZON, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, torna público o **ENSALAMENTO** dos candidatos, cujas inscrições foram homologadas, para os cargos previstos no Edital de Processo Seletivo nº 002/2016, e informa que:

1. **DATA DA PROVA:** 17 de setembro de 2016.
2. **HORÁRIO:** das 14 horas às 16h30min.
3. **ABERTURA DOS PORTÕES:** às 13 horas.
4. **FECHAMENTO DOS PORTÕES:** às 13h40min.
5. **LOCAL DE PROVA:** ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PROFESSORA CECÍLIA LOTIN,
Travessa Itamarati, s/n – Centro, Barra Bonita – SC.

SALA 01 - 22 candidatos

Nº	INSC	CANDIDATO	PROFESSOR	SALA
1	436309/ 436310	Bernardete Aparecida Furlan Buratti	Anos Iniciais - Habilitado	SALA 01
			Educação Infantil - Habilitado	
2	429937/ 423376	Dayane Battaglin Eidt	Anos Iniciais - Não Habilitado	SALA 01
			Educação Infantil - Não Habilitado	
3	435196/ 435206	Delia Claudete Guaragni Bonatto	Anos Iniciais - Habilitado	SALA 01
			Educação Infantil - Habilitado	
4	421677/ 421678	Diana Marcia Wieczorek Caneppele	Anos Iniciais - Habilitado	SALA 01
			Educação Infantil - Habilitado	
5	436367/ 434583	Fabiana Michelle Schauble Maciel	Anos Iniciais - Habilitado	SALA 01
			Educação Infantil - Habilitado	
6	438867/ 438148	Josiane Da Silva	Educação Infantil - Habilitado	SALA 01
			Geografia - Não Habilitado	
7	421198/ 421199	Kielin Zelinda Frare De Giacometi	Anos Iniciais - Habilitado	SALA 01
			Educação Infantil - Habilitado	
8	436212/ 436213	Marcia Bogus	Anos Iniciais - Habilitado	SALA 01
			Educação Infantil - Habilitado	
9	424046/ 423965	Marta Margarete Chies Stertz	Anos Iniciais - Habilitado	SALA 01
			Educação Infantil - Habilitado	

Av. Buenos Aires, 600 – Fone/Fax (49) 3649 0004 – CEP: 89909-000



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA



10	435835/ 435836	Roque Francisco Ribeiro	Anos Iniciais - Habilitado	SALA 01
			Educação Infantil - Habilitado	
11	438252/ 438253	Simone Bedin	Anos Iniciais - Habilitado	SALA 01
			Educação Infantil - Habilitado	
12	430272/ 430273	Tatiane Schroeder Silva	Anos Iniciais - Habilitado	SALA 01
			Educação Infantil - Habilitado	

****Professor de Educação Física - Habilitado**

Nº	INSC	CANDIDATO	SALA
1	428016	Adriano Dall Agnol	SALA 01
2	435401	Angela Schreiner	SALA 01
3	425839	Catiane Luiza Brambilla	SALA 01
4	438241	Elis Carla Guerra	SALA 01
5	438435	Gerson Assis De Azevedo	SALA 01
6	433631	Giovani Macedo	SALA 01
7	436953	Grazieli Loff	SALA 01
8	426090	Jacson Tiago De Luca	SALA 01
9	427486	Karin Krzyzanovski	SALA 01
10	426093	Paloma Mezzomo	SALA 01

SALA 02 - 24 candidatos

Professor de Geografia - Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SALA
1	436182	Jampier Mateus Zaccaron	SALA 02
2	438315	Marister Fontana	SALA 02

Professor de História - Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SALA
1	438231	Patricia Maria Vani Zanotti	SALA 02
2	419552	Sidinei Rodrigues Alves Da Silva Janowitz	SALA 02

Professor de Língua Portuguesa - Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SALA
1	430111	Gabriela Heinen	SALA 02

Professor de Ciências - Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SALA
1	428447	Viviane Do Carmo Kinsel Juver	SALA 02

Av. Buenos Aires, 600 – Fone/Fax (49) 3649 0004 – CEP: 89909-000



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA



Professor Anos Iniciais - Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SALA
1	437483	Elaine Neumann Paula	SALA 02
2	436168	Jezica Guaragni	SALA 02
3	437892	Luciana Maria Zantedeschi Bernat	SALA 02
4	435456	Naiara Kosloski	SALA 02

Professor de Educação Infantil - Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SALA
1	422248	Andressa Ferronato	SALA 02
2	436914	Ariane Devicari	SALA 02
3	420885	Catia Fronza	SALA 02
4	426462	Claudete Faust	SALA 02
5	427719	Denise Faust De Oliveira	SALA 02
6	428906	Francielli Boff	SALA 02
7	420106	Geane Marcia Christofoli	SALA 02
8	426453	Ivanilde Batista Ribeiro Ritter	SALA 02
9	422740	Margarete Lisaki	SALA 02
#	436978	Rosane Marlene Tonello Dresch	SALA 02
#	430522	Samara Guggiel Ramos	SALA 02

Professor de Educação Infantil - Não Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SALA
1	436782	Maristela Cristina Ramgrab	SALA 02
2	436224	Maytê Graciela Kinsel	SALA 02
3	419670	Natalia Pasqualon	SALA 02

SALA 03 - 25 candidatos

Servente

Nº	INSC	CANDIDATO	SALA
1	436802	Mariclei De March Da Rocha	SALA 03

Auxiliar de Creche

Nº	INSC	CANDIDATO	SALA
1	438028	Daniela Stella	SALA 03
2	436005	Marcia Pinheiro	SALA 03
3	436186	Michele Fontana Neto Zaccaron	SALA 03

Auxiliar de Serviços Gerais

Nº	INSC	CANDIDATO	SALA
----	------	-----------	------

Av. Buenos Aires, 600 – Fone/Fax (49) 3649 0004 – CEP: 89909-000



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA



1	437202	Adriana Carla Ferreira Christofoli	SALA 03
2	438824	Doglas Dresch	SALA 03
3	439002	Felicia Saldivia Fernandes	SALA 03
4	437537	Marcelo Cenci	SALA 03
5	431715	Neiva Do Prado Ferreira	SALA 03
6	436029	Senilda Alves Dos Santos	SALA 03

Instrutor de Informática

Nº	INSC	CANDIDATO	SALA
1	438220	Anderson Rebelatto	SALA 03
2	422069	Cleverton Marinho Basquera	SALA 03
3	437917	Deivid Jose Dassi	SALA 03
4	437108	Jamile Schmidt	SALA 03
5	436789	Julio Cesar Carossi	SALA 03
6	424867	Marilian De Souza Bastos	SALA 03
7	438702	Matias Fusieger	SALA 03
8	437674	Neura Maria Schonardie Deres	SALA 03
9	438910	Rafael Moretto Mezalira	SALA 03

Instrutor de instrumentos musicais (violão e flauta)

Nº	INSC	CANDIDATO	SALA
1	438547	Thiago Reolon	SALA 03

Professor de Artes - Não Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SALA
1	428605	Marinilze Juchen	SALA 03

Professor de Educação Física - Não Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SALA
1	419348	Jhonatan Mittmann	SALA 03

Professor de História - Não Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SALA
1	437752	Andrey Luigi De Pellegrin	SALA 03

Professor de Língua Portuguesa - Não Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SALA
1	436867	Debora Dos Passos	SALA 03

Professor de Matemática - Não Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SALA
1	438230	Ricardo De Souza Witcoski	SALA 03

Av. Buenos Aires, 600 – Fone/Fax (49) 3649 0004 – CEP: 89909-000



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA



Barra Bonita/SC, 29 de agosto de 2016.

DARCI JOÃO FRIZON
Prefeito Municipal

Av. Buenos Aires, 600 – Fone/Fax (49) 3649 0004 – CEP: 89909-000

CÂMARA MUNICIPAL**GABARITO PRELIMINAR CONCURSO PÚBLICO 001/2016****ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BARRA BONITA****CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2016****GABARITO PRELIMINAR**

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, Sr. Joacir Raldi, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO**, para o conhecimento dos interessados, o **Gabarito Preliminar** referente ao Concurso Público n.º 001/2016, destinado ao preenchimento de vagas e formação de Cadastro de Reserva no Quadro de Pessoal do Poder Legislativo Municipal.

1. Apresentamos abaixo o Gabarito Preliminar das provas escritas/objetivas do Concurso Público n.º 001/2016, da Câmara Municipal de Vereadores de Barra Bonita (SC), conforme segue:

Ensino Fundamental**Língua Portuguesa**

01 - A	02 - C	03 - E	04 - C	05 - B	06 - A	07 - B	08 - C	09 - E	10 - A
11 - B	12 - E	13 - E	14 - D	15 - A					

Conhecimentos Gerais

16 - E	17 - C	18 - D	19 - A	20 - D
--------	--------	--------	--------	--------

Servente

21 - A	22 - B	23 - D	24 - D	25 - D	26 - C	27 - E	28 - D	29 - C	30 - D
31 - D	32 - D	33 - D	34 - C	35 - C	36 - B	37 - A	38 - C	39 - C	40 - E

Ensino Médio**Língua Portuguesa**

01 - B	02 - E	03 - A	04 - C	05 - C	06 - D	07 - A	08 - B	09 - A	10 - D
11 - D	12 - A	13 - E	14 - B	15 - D					

Conhecimentos Gerais

16 - E	17 - C	18 - D	19 - A	20 - D
--------	--------	--------	--------	--------

Agente Legislativo

21 - D	22 - D	23 - E	24 - A	25 - B	26 - A	27 - D	28 - C	29 - B	30 - D
31 - D	32 - A	33 - B	34 - D	35 - E	36 - A	37 - B	38 - D	39 - C	40 - A



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BARRA BONITA

Ensino Superior

Língua Portuguesa

01 – C	02 – A	03 – A	04 – E	05 – B	06 – E	07 – D	08 – C	09 – A	10 – C
11 – A	12 – A	13 – E	14 – D	15 – D					

Conhecimentos Gerais

16 – E	17 – C	18 – D	19 – A	20 – D
--------	--------	--------	--------	--------

Advogado(a)

21 – E	22 – C	23 – B	24 – B	25 – A	26 – D	27 – C	28 – D	29 – E	30 – D
31 – D	32 – A	33 – B	34 – D	35 – E	36 – A	37 – B	38 – D	39 – C	40 – A

Contador(a)

21 – E	22 – A	23 – C	24 – A	25 – B	26 – B	27 – D	28 – E	29 – B	30 – E
31 – D	32 – A	33 – B	34 – D	35 – E	36 – A	37 – B	38 – D	39 – C	40 – A

2. É facultado aos candidatos interpor recurso contra as questões da prova escrita/objetiva à empresa responsável pelo Concurso Público, Alternative Concursos, exclusivamente através do e-mail recursos@alternativeconcursos.com.br, no prazo de **30 e 31 de agosto de 2016**, conforme Formulário de Recurso constante no Anexo V, com estrita observância ao disposto no Capítulo 8 do Edital, em especial ao item 8.2.

3. O presente documento entra em vigor na data de sua publicação.

4. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Barra Bonita (SC), 29 de agosto de 2016.

JOACIR RALDI
Presidente do Legislativo

Barra Velha

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº 035/2016 – CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 035/2016 – CMDCA

Dispõe sobre a Nomeação de Conselheira Tutelar do Município de Barra Velha-SC

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Barra Velha/SC – CMDCA, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Federal nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990 e pela Lei Municipal nº 027/1995 de 06 de setembro de 1995, modificada pela Lei 868/2009 de 13 de maio de 2009 e alterada pela Lei 1205/2012 de 12 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º- Nomear a senhora Suzete Ferraz Modernel como Conselheira Tutelar, conforme ata de Eleição Unificada, do dia 04 de outubro de 2015 em SUPLENÇA à senhora Rosana Vicente Rosa.

Art. 2º- A suplência se dará para cobrir o total do tempo restante do mandato da senhora Rosana Vicente Rosa conforme ofício CT 255/2016.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de 01 de agosto de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Barra Velha, 01 de agosto de 2016

Marilise Klaus Einsfeldt

Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 033/2016 – CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 033/2016 – CMDCA

Dispõe sobre a contratação de Palestrante para Capacitação de Conselheiras Tutelares

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Barra Velha/SC – CMDCA, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Federal nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990 e pela Lei Municipal nº 027/1995 de 06 de setembro de 1995, modificada pela Lei 868/2009 de 13 de maio de 2009 e alterada pela Lei 1205/2012 de 12 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º- De acordo com a Resolução CONANDA 137, Art. 15. A aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, deliberada pelo Conselho de Direitos, deverá ser destinada para o financiamento de ações governamentais e não-governamentais relativas a programas e projetos de capacitação e formação profissional continuada dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 2º- Aceitar a solicitação do CMDCA – Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, para pagamento via Fundo da Infância e Adolescência na contratação de uma Palestrante para formação continuada de conselheiras tutelares e REDE no dia 21 de julho de 2016, no valor de R\$ 300,00.

Art. 3º- Esta solicitação foi aprovada na Plenária da reunião ordinária do CMDCA no dia 06 de julho de 2016.

Art. 4º- Esta Resolução entra em vigor na data de 06 de julho de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Barra Velha, 28 de julho de 2016

Marilise Klaus Einsfeldt

Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 034/2016 – CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 034/2016 – CMDCA

Dispõe sobre a compra de lanche para o XVI Seminário dos Conselheiros Tutelares da AMVALI.

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Barra Velha/SC – CMDCA, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Federal nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990 e pela Lei Municipal nº 027/1995 de 06 de setembro de 1995, modificada pela Lei 868/2009 de 13 de maio de 2009 e alterada pela Lei 1205/2012 de 12 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º- De acordo com a Resolução CONANDA 137, Art. 15. A aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, deliberada pelo Conselho de Direitos, deverá ser destinada para o financiamento de ações governamentais e não-governamentais relativas a programas e projetos de capacitação e formação profissional continuada dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 2º- Aceitar a solicitação do Conselho Tutelar de Barra Velha, para pagamento via Fundo da Infância e Adolescência na compra dos itens de alimentação para o XVI Seminário dos Conselheiros Tutelares da AMVALI em Barra Velha que se realizará no dia 28 de julho de 2016 e o valor será de R\$ 3.075,00 conforme orçamento apresentado.

Art. 3º- Esta solicitação foi aprovada na Plenária da reunião ordinária do CMDCA no dia 06 de julho de 2016.

Art. 4º- Esta Resolução entra em vigor na data de 21 de julho de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Barra Velha, 21 de julho de 2016

Marilise Klaus Einsfeldt

Presidente do CMDCA

ERRATA 001/2016 PP 048/2016 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 062/2016 - Pregão Presencial nº 048/2016

ERRATA 001

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE Aquisição de equipamentos agrícolas para Secretaria de Agricultura Pecuária e Pesca, do Município de Barra Velha, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. CONTRATO DE REPASSE

1.022.999-97/2016 SIAFI 816809, celebrado entre o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento representado pela Caixa Econômica Federal e o Município de Barra Velha. Recebimento dos Envelopes até: 13/09/2016 às 14:00 horas. Data da Sessão Pública: 13/09/2016 às 14:15 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 29 de agosto de 2016.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO – Prefeito.

ERRATA 001

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE, elaboração de projeto executivo para sistema de proteção da Barra do Rio Itapocú, recuperação, modernização e ampliação do molhe sul no Município de Barra Velha. conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 13/09/2016 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 13/09/2016 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 29 de agosto de 2016.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO – Prefeito.

ERRATA 001/2016 PP 050/2016 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 064/2016 - Pregão Presencial nº 050/2016

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2016.

CÂMARA DE VEREADORES DE BARRA VELHA

Processo Administrativo nº 003/2016

Pregão Presencial nº 003/2016

A Câmara de Vereadores de Barra Velha, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE para AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

(CAFÉ, AÇÚCAR, FILTRO DE PAPEL E ÁGUA MINERAL) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA DE VEREADORES DE BARRA VELHA, conforme especificações do anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 14/09/2016 às 16:00 horas, no setor de Protocolo. Data da Sessão Pública: 14/09/2016 às 16:30 horas, no Plenário da Câmara de Vereadores, sito à Rua Pedro Alcântara de Freitas 125 – Centro – Barra Velha. Coordenação do Processo: Pregoeira Adriana Aparecida Penso Dias. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 13:30 às 19:00 horas, ou no site <http://camarabarravelha.sc.gov.br> e <https://barravelha.atende.net>

Barra Velha, 29 de agosto de 2016.

MARCIEL BERLIN – Presidente.

ANTONIONI LUCAS COSTA MAGALHÃES – Assessor Jurídico

Biguaçu

PREFEITURA

ANULAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO TP112/2016-PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÃO
AVISO DE ANULAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS 112/2016-PMB
Fica anulada a publicação feita no DOM do dia 26/08/2016, página 12 da Homologação da TP112/2016, tendo em vista erros na elaboração do extrato de publicação.
Biguaçu 29 de agosto de 2016.
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO 003/2016-PREVBIGUAÇU

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO
DE BIGUAÇU – PREVBIGUAÇU

Contrato 003/2016. Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA TÉCNICA CONTÁBIL, REALIZADA POR PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA, AO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU – PREVBIGUAÇU. Contratada: BRASIL ASSESSORIA CONTÁBIL GOVERNAMENTAL LTDA ME, R\$3.390,00 mensais. Vigência; até 31/12/2016. Processo: CV003/2016. Assinatura: 23/182016.
Biguaçu, 23 de agosto de 2016.
Nagib Abrahão Salum Netto
Diretor Administrativo Financeiro

EDITAL Nº 01

EDITAL nº 01/2016

Considerando o disposto na Lei Municipal 2673/2008, do Conselho Municipal de Assistência Social de Biguaçu – CMAS, e decisão plenária em reunião ordinária no dia 05 de agosto de 2016, que instituiu a Comissão Organizadora Eleitoral através da Resolução nº 08/2016 do CMAS, e Resolução nº 10/2016 do CMAS, que regulamenta o Processo Eleitoral, o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, faz saber que estarão abertas as inscrições para a eleição dos Conselheiros da Sociedade Civil, para o biênio 2016/2018. A eleição se realizará no dia 07 de outubro de 2016, no período das 14h00min às 17h00min. ENDEREÇO: Secretaria Executiva dos Conselhos - Rua Lúcio Born nº 12 – Sala 209 – Edifício São João Evangelista – Centro – Biguaçu – SC.

Participarão do processo de eleição:

- Entidades de atendimento à criança;
- Entidades de atendimento ao adolescente e jovem;
- Entidades de atendimento à pessoa com deficiência;
- Entidades de atendimento à pessoa idosa;
- Entidades de atendimento ou que representam mulheres, população de rua, outro segmento de vulnerabilidade social ou usuários da Assistência Social;
- Entidades que representam os profissionais com atuação específica no campo da Assistência Social;
- Entidades de assessoramento e defesa dos direitos da cidadania;

h) Entidades de fortalecimento de vínculos.

Os segmentos supracitados poderão ser candidatos e votantes, desde que credenciados junto à Secretaria Executiva do CMAS e habilitados pela Comissão Organizadora do Processo Eleitoral.

Inscrições dos segmentos interessadas a concorrer como candidatos e votantes:

O registro de candidaturas dos segmentos da Sociedade Civil, e credenciamento de seus representantes para votar na Assembleia, serão feito no período de 05 a 14 de setembro de 2016, no horário das 14h00min às 18h00min, junto à Secretaria Executiva dos Conselhos, Rua Lúcio Born nº 12 – Sala 209 – Edifício São João Evangelista – Centro – Biguaçu – SC.

Requisitos Exigidos:

As inscrições das candidaturas e credenciamento para votar serão aceitas mediante requerimento endereçado ao Conselho Municipal de Assistência Social de Biguaçu - CMAS, assinada pelo representante legal, e acompanhado dos seguintes documentos:

I – Fotocópia da Carteira de Identidade e CPF dos representantes titular e suplente indicado;

II – Cópia da ata da eleição da atual diretoria no caso de entidades.

III - Comprovante do CNPJ.

IV - Documento Constitutivo ou declaratório no caso de representante de Usuários e Trabalhadores.

Será admitida a inscrição por procuração registrada em cartório.

Os representantes da sociedade civil que foram reeleitos ou reconduzidos para compor o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS no biênio 2014-2016 ficam impedidas em candidatar-se para o processo de eleição no biênio 2016-2018, podendo apenas se habilitar como votantes.

Biguaçu, 29 de agosto de 2016.

Claudete Maria Steil Pereira

Presidente do CMAS/Biguaçu

EXTRATO CONTRATO Nº 10.084/2016 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 32/2016 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.084/2016

Processo: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 32/2016 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA A UPA 24 HORAS, CEO, POLICLINICA, VIGILÂNCIAS E SECRETARIA DE SAÚDE.

Fornecedor: BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME

Valor: R\$ 18,00 (dezoito reais).

Vigência: 14/07/2016 a 31/12/2016

GABRIEL ARTHUR LOEFF

Secretário Municipal de Saúde

EXTRATO CONTRATO Nº 10.092/2016 - PROCESSO: DISPENSA DE LICITAÇÃO – DL Nº 48/2016 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.092/2016
Processo: DISPENSA DE LICITAÇÃO – DL Nº 48/2016 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE PAPEL A4 EM VIRTUDE DO PROCESSO LICITATÓRIO 25/2016 TER SIDO DESERTO.

Fornecedor: FABESUL COMERCIO DE SUPRIMENTOS LTDA.

Valor: R\$ 3.770,00 (três mil setecentos e setenta reais).

Vigência: 23/08/2016 a 31/12/2016

GABRIEL ARTHUR LOEFF
Secretário Municipal de Saúde

PAUTA DE JULGAMENTO

PAUTA DE JULGAMENTO
CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SESSÃO DO DIA 06/09/2016 COM INÍCIO ÀS 14:00 HORAS, LOCAL: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

RECURSO VOLUNTÁRIO Nº 7605/2014
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 398/2013
RECORRENTE: JJC ARMAÇÃO LTDA ME
RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL
CONSELHEIRO RELATOR: LEANDRO FRANCISCO TORQUATO

PORTARIA Nº 2114/2016

PORTARIA nº 2114 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MURIALDO MARGOTTI TEZZA, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/08/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/08/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2115/2016

PORTARIA nº 2115 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MAURÍCIO NEIVA FERNANDES, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/08/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/08/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2116/2016

PORTARIA nº 2116 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), FABIO SATAKE GONÇALVES, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/08/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/08/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2117/2016

PORTARIA nº 2117 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), DIOGENES MOREIRA HEERDT, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/08/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/08/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2118/2016

PORTARIA nº 2118 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), DANIEL PETKOV, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/08/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/08/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2119/2016

PORTARIA nº 2119 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CARLOS ALBERTO KUNTZ NAZARIO, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/08/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/08/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2120/2016

PORTARIA nº 2120 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), FERNANDA DA SILVA BARBOSA, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/08/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/08/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2121/2016

PORTARIA nº 2121 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza

temporária, do (a) funcionário (a), RAQUEL RONCONI TOMAZ, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/08/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/08/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2122/2016

PORTARIA nº 2122 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CARINA YUMI TAKAHASHI, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/08/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/08/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2123/2016

PORTARIA nº 2123 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), TALITA CABRERA CORREA, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/08/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/08/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2124/2016

PORTARIA nº 2124 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), RODRIGO LABRONICI MARQUES, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/08/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/08/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2125/2016

PORTARIA nº 2125 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JOSE LEANDRO MARTINS, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/08/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/08/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2126/2016

PORTARIA nº 2126 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), AFONSO BUSS JUNIOR, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/08/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/08/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2127/2016

PORTARIA nº 2127 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ARTHUR JUSTI CASSETTARI, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/08/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/08/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2128/2016

PORTARIA nº 2128 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), RENATA MARIA SOUZA, para desempenhar as funções do cargo não provido de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 15/08/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/08/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2129/2016

PORTARIA nº 2129 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), VIVIANE FORTE DE MORAES, para desempenhar as funções do cargo não provido de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 11/08/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/08/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2130/2016

PORTARIA nº 2130 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), LUCIANE APARECIDA

CARDOSO, para desempenhar as funções do cargo não provido de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 11/08/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/08/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2131/2016

PORTARIA nº 2131 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), IARA TEIXEIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 11/08/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/08/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2132/2016

PORTARIA nº 2132 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), GILMARA TEIXEIRA DA SILVA, para desempenhar as funções do cargo não provido de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 11/08/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e

seus efeitos são retroativos a 11/08/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2133/2016

PORTARIA nº 2133 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CLEUNICE MICHELON, para desempenhar as funções do cargo não provido de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 11/08/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/08/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2134/2016

PORTARIA nº 2134 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), LUCIANA APARECIDA FERREIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 11/08/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/08/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2135/2016

PORTARIA nº 2135 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CINTIA ROSA DE SOUZA, para desempenhar as funções do cargo não provido de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 11/08/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/08/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2136/2016

PORTARIA nº 2136 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), PAOULA RIBEIRO GOMES, para desempenhar as funções do cargo não provido de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 11/08/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/08/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2137/2016

PORTARIA nº 2137 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CAMILA LOCKS SIQUEIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 02/08/2016 a 10/10/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/08/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2138/2016

PORTARIA nº 2138 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JUCIANI BINHOTI MARTINS, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 02/08/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/08/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2138/2016

PORTARIA nº 2138 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza

temporária, do (a) funcionário (a), JUCIANI BINHOTI MARTINS, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 02/08/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/08/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2139/2016

PORTARIA nº 2139 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ECLAIR DARLETE CONSTANCIO DA SILVA, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 26/07/2016 a 01/09/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 26/07/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2140/2016

PORTARIA nº 2140 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), LUIZA CARLA WALTRICH, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 29/07/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 29/07/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2141/2016

PORTARIA nº 2141 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), RAFAELA MARIA TEIXEIRA OCKER, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 02/08/2016 a 01/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/08/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2142/2016

PORTARIA nº 2142 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JULIANA FERNANDES DUTRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 25/07/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 25/07/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2143/2016

PORTARIA nº 2143 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ROSILENY MARIA WEBER, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 02/08/2016 a 18/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/08/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2144/2016

PORTARIA nº 2144 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARISA ANTUNES SÁ PLOENCIO, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/08/2016 a 01/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/08/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2145/2016

PORTARIA nº 2145 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), FABIANA HOINASKI, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 18/07/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/07/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2146/2016

PORTARIA nº 2146 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), DAYANE MAGALI LEITE LEMONIE PLATEN, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 24/06/2016 a 21/09/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 24/06/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2147/2016

PORTARIA nº 2147 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza

temporária, do (a) funcionário (a), MARILZA DA SILVA KLOEPPEL, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 02/08/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/08/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2148/2016

PORTARIA nº 2148 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARLEI MACIEL BOGESTON, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 10/06/2016 a 01/09/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/06/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2149/2016

PORTARIA nº 2149 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), LARISSA MARA VECHI, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 20 horas semanais, no período de 03/08/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/08/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2150/2016

PORTARIA nº 2150 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), SANDRA MARIA DOS SANTOS DE SOUZA, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 20 horas semanais, no período de 09/08/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 09/08/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2151/2016

PORTARIA nº 2151 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), VALDETE ANDRADE, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 20 horas semanais, no período de 02/08/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/08/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2152/2016

PORTARIA nº 2152 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ELAINE ILMA FERNANDES, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 20 horas semanais, no período de 02/08/2016 a 03/10/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/08/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2153/2016

PORTARIA nº 2153 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ROJIANA MILIOLI, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 18/08/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/08/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2154/2016

PORTARIA nº 2154 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ISONEIDE HELENA WALTRICH, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR I (ENSINO FUNDAMENTAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 20 horas semanais, no período de 03/08/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/08/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2155/2016

PORTARIA nº 2155 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MÁRCIA MARINA VIDAL, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 20 horas semanais, no período de 04/08/2016 a 26/09/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/08/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2156/2016

PORTARIA nº 2156 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza

temporária, do (a) funcionário (a), LOURENA APARECIDA RIBEIRO MACHADO, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SALA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 02/08/2016 a 01/11/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/08/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2157/2016

PORTARIA nº 2157 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), KARLA KRISTINA MARTINS ESPINDOLA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 02/08/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/08/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2158/2016

PORTARIA nº 2158 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARCIELENA CUSTODIO ALVES, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/09/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/09/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2159/2016

PORTARIA nº 2159 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), PATRICIA ISONIR MARIA DA SILVA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 03/08/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/08/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2160/2016

PORTARIA nº 2160 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), KHALID HASAN ISMAIL AL ROB, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/08/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/08/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2161/2016

PORTARIA nº 2161 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CLAUDIA CRISTINA GOMES DE OLIVEIRA DIAS, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/08/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/08/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2162/2016

PORTARIA nº 2162 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MURIEL DE OLIVEIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30 horas semanais, no período de 07/07/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 07/07/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2163/2016

PORTARIA nº 2163 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ANDRE LUCHTEMBERG, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/07/2016 a 31/07/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/07/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2164/2016

PORTARIA nº 2164 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ANDRE LUCHTEMBERG, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/08/2016 a 31/08/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/08/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2165/2016

PORTARIA nº 2165 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ISABEL MEDEIROS MOREIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de

ENGENHEIRO AMBIENTAL, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Fundação Municipal do Meio Ambiente, e jornada de 30 horas semanais, no período de 17/10/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 17/10/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2166/2016

PORTARIA nº 2166 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), FABIANA CUSTODIO DA LUZ, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENGENHEIRO CIVIL, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Fundação Municipal do Meio Ambiente, e jornada de 30 horas semanais, no período de 17/09/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 17/09/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2167/2016

PORTARIA nº 2167 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), THIAGO ROBERTO ESPINDOLA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Fundação Municipal do Meio Ambiente, e jornada de 40 horas semanais, no período de 11/08/2016 a 21/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 11/08/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2168/2016

PORTARIA nº 2168 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), FRANCINE ADRIANO CORREA, para desempenhar as funções do cargo não provido de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 25/08/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 11/08/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2169/2016

PORTARIA nº 2169 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARIA DE FATIMA OLIVEIRA PEREIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 13/08/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 13/08/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2170/2016

PORTARIA nº 2170 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ZILDA LUIZ DA ROSA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 18/08/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 18/08/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2171/2016

PORTARIA nº 2171 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MAURINA JOAQUINA DE SOUZA GUIMARÃES, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 10/08/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/08/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2172/2016

PORTARIA nº 2172 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), GISELE DALVA DE SOUZA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 11/08/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/08/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2173/2016

PORTARIA nº 2173 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), LUCIANE CRISTINA CAMUZZATO, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 25/08/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 25/08/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2174/2016

PORTARIA nº 2174 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para

Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JANAINA DE JESUS MOREIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 14/08/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/08/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2175/2016

PORTARIA nº 2175 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), LETICIA ALVES, para desempenhar as funções do cargo não provido de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 21/08/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 21/08/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2176/2016

PORTARIA nº 2176 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ANA PAULA SANHUDO PALMEZAN, para desempenhar as funções do cargo não provido de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 11/08/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e

seus efeitos são retroativos a 11/08/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2177/2016

PORTARIA nº 2177 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), GABRIELA SILVEIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de ASSISTENTE SOCIAL, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 11/08/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/08/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2178/2016

PORTARIA nº 2178 de 22 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), DIEGO BUSATO PIMENTEL, para desempenhar as funções do cargo não provido de PSICÓLOGO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 25/08/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 25/08/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2181/2016

PORTARIA nº 2181 de 26 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JOAO OLIVIO MARCELINO, para desempenhar as funções do cargo não provido de MOTORISTA IV, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, e jornada de 40 horas semanais, no período de 28/07/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 28/07/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2182/2016

PORTARIA nº 2182 de 26 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JOÃO ANTENOR MACHADO, para desempenhar as funções do cargo não provido de CALCETEIRO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, e jornada de 40 horas semanais, no período de 14/07/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/07/2016.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2183/2016

PORTARIA nº 2183 de 26 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ARLINDO JOAO GOULART FILHO, para desempenhar as funções do cargo não provido de CALCETEIRO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, e jornada de 40 horas semanais, no período de 21/07/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 21/07/2016.

Biguaçu, 26 de agosto de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2184/2016

PORTARIA nº 2184 de 26 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MODESTINO PEDRO MARTINS, para desempenhar as funções do cargo não provido de CALCETEIRO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, e jornada de 40 horas semanais, no período de 21/07/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 21/07/2016.

Biguaçu, 26 de agosto de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2185/2016

PORTARIA nº 2185 de 26 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza

temporária, do (a) funcionário (a), PEDRO JOÃO DE ANDRADE, para desempenhar as funções do cargo não provido de CALCETEIRO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, e jornada de 40 horas semanais, no período de 10/07/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/07/2016.

Biguaçu, 26 de agosto de 2016.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2186/2016

PORTARIA nº 2186 de 26 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), KRYSLLYFFER DELLA GUSTINA, para desempenhar as funções do cargo não provido de OPERADOR DE ROÇADEIRA COSTAL, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, e jornada de 40 horas semanais, no período de 21/07/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 21/07/2016.

Biguaçu, 26 de agosto de 2016.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2187/2016

PORTARIA nº 2187 de 26 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MAURI MARIANO, para desempenhar as funções do cargo não provido de OPERADOR DE ROÇADEIRA COSTAL, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, e jornada de 40 horas semanais, no período de 15/07/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/07/2016.

Biguaçu, 26 de agosto de 2016.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2188/2016

PORTARIA nº 2188 de 26 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), PROTAZIO NICOLAO RECHARTZ, para desempenhar as funções do cargo não provido de OPERADOR DE ROÇADEIRA COSTAL, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, e jornada de 40 horas semanais, no período de 13/08/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/07/2016.

Biguaçu, 26 de agosto de 2016.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2189/2016

PORTARIA nº 2189 de 26 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), RODRIGO CAMILO PINHEIRO, para desempenhar as funções do cargo não provido de OPERADOR DE ROÇADEIRA COSTAL, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, e jornada de 40 horas semanais, no período de 25/08/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 25/08/2016.

Biguaçu, 26 de agosto de 2016.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2190/2016

PORTARIA nº 2190 de 26 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JOAO MANOEL ALEXANDRE, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERARIO BRAÇAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, e jornada de 40 horas semanais, no período de 25/08/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 25/08/2016.

Biguaçu, 26 de agosto de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2191/2016

PORTARIA nº 2191 de 26 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ANELIZE FERREIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERARIO BRAÇAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, e jornada de 40 horas semanais, no período de 21/07/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 21/07/2016.

Biguaçu, 26 de agosto de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2192/2016

PORTARIA nº 2192 de 26 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), NILTON DUARTE SIQUEIRA FILHO, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERARIO BRAÇAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, e jornada de 40 horas semanais, no período de 17/07/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/07/2016.

Biguaçu, 26 de agosto de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2193/2016

PORTARIA nº 2193 de 26 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), AUGUSTA APARECIDA VELHO, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERARIO BRAÇAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/08/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/08/2016.

Biguaçu, 26 de agosto de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2194/2016

PORTARIA nº 2194 de 26 de agosto de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), OTONY COUTINHO DO CARMO, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERARIO BRAÇAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, e jornada de 40 horas semanais, no período de 11/08/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/08/2016.

Biguaçu, 26 de agosto de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 10

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

RESOLUÇÃO Nº10/2016

Dispõe sobre o Regulamento do Processo de Eleição dos Conselheiros da Sociedade Civil no Conselho Municipal de Assistência Social de Biguaçu, para o biênio 2016/2018.

O Conselho Municipal da Assistência Social – CMAS de Biguaçu, no uso de suas atribuições e competências legais e regimentais, conferidas por meio da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, Lei 8742, de 07 de dezembro de 1993, e a Lei Municipal nº 2673, de 23 de outubro de 2008, CONSIDERANDO:

- A Lei Municipal nº 2673/2008, que trata da Organização e Política de Assistência Social.

- A deliberação na Sessão Plenária Ordinária de 05 de agosto de 2016.

- A Resolução do CMAS nº 08/2016.

- A ATA nº 10/2016.

Resolve:

Art. 1º - Aprovar o Regulamento do Processo de Eleição da Sociedade Civil que elegerá os representantes dos segmentos: Entidades de atendimento à criança; entidades de atendimento ao adolescente e jovem; entidades de atendimento à pessoa com deficiência; entidades de atendimento à pessoa idosa; entidades de atendimento ou que representam mulheres, população de rua, outro segmento de vulnerabilidade social ou usuários da Assistência Social; entidades que representam os profissionais com atuação específica no campo da Assistência Social, entidades de assessoramento e defesa dos direitos da cidadania, entidade de fortalecimento de vínculos.

Art. 2º - O registro de candidaturas dos segmentos da Sociedade Civil, e credenciamento de seus representantes para votar na Assembleia, serão feito no período de 05 a 14 de setembro de 2016, no horário das 13h30min às 18h00min, junto à Secretaria Executiva dos Conselhos, Rua Lúcio Born nº 12 – Sala 209 – Edifício São João Evangelista – Centro – Biguaçu – SC.

Parágrafo Único – Não será admitida nenhuma inscrição fora do período determinado no caput deste artigo.

Art. 3º - As inscrições das candidaturas e credenciamento para votar serão aceitas mediante requerimento endereçado ao Conselho Municipal de Assistência Social de Biguaçu - CMAS, assinada pelo representante legal, e acompanhado dos seguintes documentos: Fotocópia da Carteira de Identidade e CPF dos representantes titular e suplente indicado. Cópia da ata da eleição da atual diretoria no caso de entidades. Documento Constitutivo ou declaratório no caso de representante de Usuários e Trabalhadores. Comprovante

de CNPJ. Será admitida a inscrição por procuração registrada em cartório.

Art. 4º - A Eleição da sociedade Civil considerará os segmentos representativos atendendo os seguintes critérios no tocante a composição do Conselho:

a) Entidades de atendimento à criança, 01 (um) representante.

b) Entidades de atendimento ao adolescente e jovem, 01 (um) representante.

c) Entidades de atendimento à pessoa com deficiência, 01 (um) representante.

d) Entidades de atendimento à pessoa idosa, 01 (um) representante.

e) Entidades de atendimento ou que representam mulheres, população de rua, outro segmento de vulnerabilidade social ou usuários da Assistência Social, 01 (um) representante.

f) Entidades que representam os profissionais com atuação específica no campo da Assistência Social, entidades de assessoramento e defesa dos direitos da cidadania, 01(um) representante.

Parágrafo Único – Todos os segmentos devem apresentar a documentação básica prevista no art. 3º, em perfeita ordem, de acordo com o edital público que será divulgado no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, e somente poderão participar do processo de escolha as entidades de assistência social inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social de Biguaçu - CMAS, até o dia 31 de julho de 2016.

Da Habilitação e dos Recursos.

Art. 5º - A Secretaria Executiva dos Conselhos autuará as fichas de inscrição e encaminhará para a Comissão Organizadora os documentos anexados ao requerimento de inscrição.

Art. 6º - Terminado o prazo de inscrição, as entidades que se candidatarem tomarão conhecimento de sua habilitação através de edital a ser fixado no mural da Prefeitura Municipal de Biguaçu, no dia 19 de setembro de 2016, e pelo DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

§ 1º. Da decisão que indeferir o requerimento da inscrição, caberá recurso dirigido à Comissão Organizadora da Eleição, no prazo de 48 horas.

§ 2º O resultado da análise de recursos interpostos perante a Comissão Organizadora da Eleição será divulgado no dia 26 de setembro de 2016 em edital no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e no mural da Prefeitura Municipal de Biguaçu.

Da Eleição

Art. 7º - A eleição se realizará no dia 07 de outubro de 2016, no período das 14h00min às 17h00min horas, no endereço da Secretaria Executiva dos Conselhos, Rua Lúcio Born nº 12 – Sala 209 – Edifício São João Evangelista – Centro – Biguaçu – SC.

Art. 8º - Participarão do processo de votação e apuração em Assembleia Geral, os segmentos habilitados para concorrer e os devidamente credenciados para votar.

§ 1º - Somente poderá votar em Assembleia Geral mediante a apresentação de documento de identificação pessoal oficial com foto na mesa de votação: O Representante indicado pelo segmento junto à Comissão Organizadora, nos termos do art. 2º deste regulamento ou o Representante Legal.

Art. 9º - A Assembleia não obedecerá a quórum mínimo, sendo que o processo de votação e apuração acontecerá com qualquer número de participantes.

Art. 10 - No local de votação serão afixadas duas listas contendo:

I - Nome dos segmentos habilitados como candidatos.

II - Nome dos credenciados para votar, em cada segmento.

Art. 11 - Será solicitada ao Ministério Público a indicação de um representante, para que fiscalize o processo eleitoral junto com o Conselho Municipal de Assistência Social de Biguaçu – CMAS.

Art. 12 - As cédulas eleitorais serão confeccionadas e aprovadas

previamente pela Comissão Organizadora da Eleição.

Art. 13 - O voto será secreto e depositado em urna destinada exclusivamente para este fim.

Art. 14 - As cédulas de votação listarão todas as entidades habilitadas ao pleito de acordo com os segmentos estabelecidos no art. 4º deste regulamento.

§ 1º - Cada cédula de votação será rubricada por 03 (três) membros da comissão organizadora.

§ 2º - Os segmentos serão relacionados na cédula por ordem Alfabética;

Art. 15 - Serão consideradas nulas as cédulas:

I - Que contenham o voto em número maior de segmentos;

II - Que não correspondam ao modelo oficial;

III - Que não estiverem devidamente rubricadas pela comissão eleitoral;

IV - Que estiverem em branco;

V - Quando a assinalação estiver colocada fora do quadrilátero próprio, desde que torne duvidosa a manifestação de vontade do eleitor.

Art. 16 - A apuração será realizada pela Comissão Organizadora da Eleição.

Parágrafo Único - Os votos serão lançados no Mapa de Apuração, confeccionado para este fim e totalizados no mesmo, com a rubrica dos membros da Comissão Organizadora.

Art. 17 - Totalizados os votos, aqueles que obtiverem o maior número de acordo com seu segmento, serão proclamados para compor o Conselho para o biênio de 2016/2018.

§ 1º - Caso um segmento não apresente candidatos suficientes para compor o número de vagas destinadas ao segmento, cabe a Comissão Organizadora proceder à readequação das vagas para garantir a composição do Conselho.

§ 2º - Os Segmentos serão relacionados em ordem decrescente do número de votos obtidos.

Art. 18º - Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pela Comissão Organizadora, cujas deliberações obedecerão ao critério de maioria simples.

Art. 19º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 29 de agosto de 2016.

Claudete Maria Steil Pereira

Presidente do CMAS

Blumenau

PREFEITURA

DECRETO Nº 11.041/2016

DECRETO Nº 11.041, DE 25 DE AGOSTO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE.

MARCO ANTÔNIO WANROWSKY, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.220, de 11 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento da Fundação do Bem Estar da Família Blumenauense, no valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

27 – FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE
2701 – Fundação do Bem Estar da Família Blumenauense
Atividade 27.01.08.244.0002.2142 - Manut. Ativ. Fundação Pró-Família
Modalidade 3.1.90 (9) Aplicações Diretas R\$ 110.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto correrá por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

27 – FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE
2701 – Fundação do Bem Estar da Família Blumenauense
Atividade 27.01.08.244.0002.2142 - Manut. Ativ. Fundação Pró-Família
Modalidade 3.3.90 (11) Aplicações Diretas R\$ 90.000,00
Modalidade 4.4.90 (14) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de agosto de 2016.

MARCO ANTÔNIO WANROWSKY
Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA Nº 20.019/2016

PORTARIA Nº 20.019, DE 23 DE AGOSTO DE 2016.

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DOS CIDADÃOS QUE INDICA.

MARCO ANTÔNIO WANROWSKY, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e atendendo ao Memorando nº 169/2016, de 18 de julho de 2016, da Secretaria Municipal de Administração – Serviço de Seleção Pública, resolve:

TORNAR SEM EFEITO, conforme dispõe o art. 16, §4º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, a nomeação dos cidadãos abaixo, por não terem tomado posse no prazo legal:

SANDRA ELISABETH MELATO, nomeada através da Portaria nº 19.835, de 27/06/2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de Analista de Políticas Públicas, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

EDICLEIA MORAIS DA SILVA PRUCHE, nomeada através da Portaria nº 19.834, de 27/06/2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, aprovada pelo Concurso Público nº 003/2014;

ANA PAULA RAUTT, nomeada através da Portaria nº 19.834, de 27/06/2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, aprovada pelo Concurso Público nº 003/2014;

ISABEL APARECIDA FERREIRA, nomeada através da Portaria nº 19.890, de 08/07/2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, aprovada pelo Concurso Público nº 003/2014;

CARIN POPPER DOS SANTOS, nomeada através da Portaria nº 19.890, de 08/07/2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, aprovada pelo Concurso Público nº 003/2014;

ALBERTO KIOCHI TAKEUTI JUNIOR, nomeado através da Portaria nº 19.456, de 29/02/2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico do Trabalho, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014;

DANIELA BEDUSCHI SCHWAB, nomeada através da Portaria nº 19.823, de 21/06/2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico em Vigilância Sanitária e Saúde Ambiental, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

AILTON ALVES MAGALHÃES, nomeado através da Portaria nº 19.823, de 21/06/2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico em Vigilância Sanitária e Saúde Ambiental, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014;

JOEL SCHMIDT, nomeado através da Portaria nº 19.890, de 08/07/2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico em Vigilância Sanitária e Saúde Ambiental, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014;

RAINAN REGIS GUERREIRO, nomeado através da Portaria nº 19.833, de 27/06/2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014;

PRISCILLA BRITTO DA GUIA, nomeada através da Portaria nº 19.833, de 27/06/2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

THIAGO COPPI DA SILVA, nomeado através da Portaria nº 19.833, de 27/06/2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014;

MARIANA LOPES, nomeada através da Portaria nº 19.890, de 08/07/2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente

Administrativo, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 23 de agosto de 2016.

MARCO ANTÔNIO WANROWSKY

Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA Nº 20.020/2016

PORTARIA Nº 20.020, DE 23 DE AGOSTO DE 2016.

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DOS CIDADÃOS QUE INDICA.

MARCO ANTÔNIO WANROWSKY, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e atendendo ao Memorando nº 169/2016, de 18 de julho de 2016, da Secretaria Municipal de Administração – Serviço de Seleção Pública, resolve:

TORNAR SEM EFEITO, conforme dispõe o art. 16, §4º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, a nomeação dos cidadãos abaixo, por não terem tomado posse no prazo legal:

LUIZA RAQUEL RICHTER, nomeada através da Portaria nº 19.799, de 10/06/2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

LUCAS SPECK MATEUS, nomeado através da Portaria nº 19.823, de 21/06/2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014;

PEDRO PAULO DOS SANTOS, nomeado através da Portaria nº 19.823, de 21/06/2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de Motorista CNH-B, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014;

LUCI MARIA DE OLIVEIRA, nomeada através da Portaria nº 19.834, de 27/06/2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

ELENIR IZABEL ULLER VANELLI, nomeada através da Portaria nº 19.834, de 27/06/2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

EMILLE CRISTINA CAMPESTRINI TRISOTTO, nomeada através da Portaria nº 19.890, de 08/07/2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de Psicólogo, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

RENATA CRISTINA DANTAS, nomeada através da Portaria nº 19.890, de 08/07/2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de Assistente Social, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2016;

JESSICA CAROLINE DOS SANTOS, nomeada através da Portaria nº 19.927, de 25/07/2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de Assistente Social, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2016;

JANETE WAGNER, nomeada através da Portaria nº 19.890, de 08/07/2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2016;

SONIA MARISA BLAESE PASOLD, nomeada através da Portaria nº 19.910, de 18/07/2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2016;

ADRIANA FERREIRA LEITE DA ROCHA BLOEDORN, nomeada através da Portaria nº 19.928, de 25/07/2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2016;

GISELE VASQUES, nomeada através da Portaria nº 19.960, de 10/08/2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2016;

KARINA LUIZA LUCKMANN, nomeada através da Portaria nº 19.957, de 10/08/2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de Farmacêutico, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2016;

JAMES ALBERTON, nomeado através da Portaria nº 19.927, de 25/07/2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico Cardiologista, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2016;

MILTON RICARDO POFFO, nomeado através da Portaria nº 19.961, de 10/08/2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico Cardiologista, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2016;

JULIE ÁVILA BARTH, nomeada através da Portaria nº 19.957, de 10/08/2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico Oftalmologista, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2016;

IRIS CARLA TORRES, nomeada através da Portaria nº 19.927, de 25/07/2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2016;

CRISTIANO DE ASSIS PEREIRA HANSEN, nomeado através da Portaria nº 19.927, de 25/07/2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2016;

ANA LUIZA RHEE SCHULDT, nomeada através da Portaria nº 19.958, de 10/08/2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral - ESF, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2016;

JULIANO CANELLO CAPRA, nomeado através da Portaria nº 19.958, de 10/08/2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral - ESF, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2016;

RÔMULO VIEIRA MELLO DE OLIVEIRA, nomeado através da Portaria nº 19.958, de 10/08/2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral - ESF, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2016;

HELOISA BERNARDI, nomeada através da Portaria nº 19.958, de 10/08/2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral - ESF, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 23 de agosto de 2016.

MARCO ANTÔNIO WANROWSKY

Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA Nº 20.030/2016

PORTARIA Nº 20.030, DE 26 DE AGOSTO DE 2016.

CONCEDE EXONERAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MAIKE CRISTINE ORTMANN.

MARCO ANTÔNIO WANROWSKY, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO a servidora pública municipal MAIKE CRISTINE ORTMANN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, a contar de 17 de agosto de 2016, conforme Processo Administrativo nº 7654/08/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 26 de agosto de 2016.

MARCO ANTÔNIO WANROWSKY
Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA Nº 20.032/2016

PORTARIA Nº 20.032, DE 26 DE AGOSTO DE 2016.

NOMEIA MEMBRO PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO DE BLUMENAU – COPE.

MARCO ANTÔNIO WANROWSKY, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o disposto no art. 5º, da Lei Complementar nº 794, de 19 de abril de 2011 e o Memorando SEPLAN/COPE nº 056/2016, de 24 de agosto de 2016, resolve:

NOMEAR,

sem ônus para o Município, e com as atribuições prevista na Lei Complementar Lei Complementar nº 794, de 19 de abril de 2011, para compor o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural Edificado de Blumenau – COPE, juntamente com os demais:

TIAGO ALEXANDRE BOTTÓS, representante titular da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, em substituição a RAGYVE URIEL EVERS SANSON, nomeado pela Portaria nº 19.512, de 16 de março de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 26 de agosto de 2016.

MARCO ANTÔNIO WANROWSKY
Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA Nº 20.033/2016

PORTARIA Nº 20.033, DE 26 DE AGOSTO DE 2016.

NOMEIA MEMBRO PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO - COPLAN.

MARCO ANTÔNIO WANROWSKY, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 5º, da Lei Complementar nº 836, de 19 de dezembro de 2011 e o Memorando SEPLAN/COPLAN nº 055/2016, de 24/08/2016, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 836, de 19 de dezembro de 2011, para compor o Conselho Municipal de Planejamento Urbano – COPLAN, juntamente com os demais membros:

TIAGO ALEXANDRE BOTTÓS, representante titular da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, em substituição a RAGYVE URIEL EVERS SANSON, nomeado pela Portaria nº 19.444, de 29 de fevereiro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 26 de agosto de 2016.

MARCO ANTÔNIO WANROWSKY
Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA Nº 20.034/2016

PORTARIA Nº 20.034, DE 26 DE AGOSTO DE 2016.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – CMMA.

MARCO ANTÔNIO WANROWSKY, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o §1º, do art. 3º da Lei Complementar nº 785, de 15 de dezembro de 2010 e o Ofício FAEMA/CMMA nº 009/2016, de 25/08/2016, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município, para comporem o Conselho Municipal do Meio Ambiente - CMMA, com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 785, de 15 de dezembro de 2010 e no Decreto nº 9.376, de 19 de abril de 2011, juntamente com os demais membros:

CRISTIANO CARLOS BAIFUS, representante titular da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, em substituição a TIAGO ALEXANDRE BOTTÓS, nomeado pela Portaria nº 19.499, de 14 de março de 2016;

TIAGO ALEXANDRE BOTTÓS, representante suplente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, em substituição a RAGYVE URIEL EVERS SANSON, nomeado pela Portaria nº 19.499, de 14 de março de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 26 de agosto de 2016.

MARCO ANTÔNIO WANROWSKY
Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA SEDEAD Nº 30.574/2016

PORTARIA SEDEAD Nº 30.574/2016

RENOVA CEDÊNCIA DO(A) SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL CLEIA COSTA À FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS - FMD.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 10.175, de 13 de novembro de 2013, resolve:

RENOVAR

com ônus para o Município, mediante ressarcimento, a cedência do(a) servidor(a) público(a) municipal CLEIA COSTA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, à Fundação Municipal de Desportos - FMD, a contar de 31 de julho de 2016, de acordo com o Processo Administrativo nº 2016/08/007882.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 24 de agosto de 2016.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 30.567/2016

PORTARIA SEDEAD Nº 30.567/2016

CEDE O(A) SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL MARIA DO CARMO MANSUR CASTANHEIRA SCHOLL À FUNDAÇÃO DO BEM-ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE – PRÓ-FAMÍLIA.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 10.175, de 13 de novembro de 2013, resolve:

CEDER

com ônus para o Município, o(a) servidor(a) público(a) municipal MARIA DO CARMO MANSUR CASTANHEIRA SCHOLL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS, à FUNDAÇÃO DO BEM-ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE – PRÓ-FAMÍLIA, a contar de 01 de agosto de 2016, de acordo com o Processo Administrativo nº 2016/08/007443.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 24 de agosto de 2016.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

RESOLUÇÃO CGFMHIS Nº 01/2016

RESOLUÇÃO CGFMHIS Nº. 01/2016

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - CGFMHIS

O Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – CGFMHIS, no uso de suas competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 1.014 de 11 de dezembro de 2015 e Plenária realizada no dia 23 de Agosto de 2016.

CONSIDERANDO:

- a Lei Complementar nº. 1.014 de 11 de dezembro de 2015 que institui o Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social - SMHIS e dispõe sobre a Política Municipal de Habitação de Interesse Social, o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social e o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;

- o Regimento Interno do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social aprovado pelo Decreto Municipal nº. 10.992, de 21 de junho de 2016;

- a Portaria 19.977, de 12 de agosto de 2016 que nomeia Patrícia Morastoni Sasse para o exercício do cargo em comissão de Secretária Municipal de Desenvolvimento Social;

- a Portaria nº 19.993, de 19 de agosto de 2016 que nomeou os Conselheiros Governamentais e Não Governamentais para constituírem o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - CGFMHIS para a Gestão 2016-2020;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados os Conselheiros abaixo para compor a Mesa Diretora do CGFMHIS:

I – Presidente – Patrícia Morastoni Sasse, Secretária Municipal de Desenvolvimento Social;

II – Vice Presidente – Arlon Tonolli, representando o Conselho

Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina – CREA;

III – Secretário Geral – Romeu Horst Fritzke, representando a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES;

Blumenau, 24 agosto de 2016.

Patrícia Morastoni Sasse

Presidente do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

HOMOLOGAÇÃO DISPENSA Nº 08-2220/16 - SAMAE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo de DISPENSA Nº. 08-2220/2016 SAMAE – Aquisição emergencial de um inversor de frequência para acionamento de moto bomba centrífuga 10 CV, para elevatória Clara Nunes. Contratada: NEMA ELETROTÉCNICA (80.756.893/0001-39) VALOR TOTAL: R\$2.800,00
BASE LEGAL: Artigo 24, IV da Lei nº. 8.666/93 e alterações.

PORTARIA Nº 5921/2016 - SAMAE

PORTARIA Nº 5921/16

DETERMINA ABERTURA DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA PARA APURAR OS FATOS NARRADOS NO MEMORANDO Nº. 40/2016 Sigla DT, CONSTANTE DO PA 260/1608.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

D E T E R M I N A R

Abertura de Processo de Sindicância, através da Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar, para apurar os fatos narrados no Mem. Nº. 40/2016 Sigla DT, constante do PA 260/1608.

Samae, 23 de agosto de 2016.

VALDAIR JOSÉ MATIAS
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5922/2016 - SAMAE

PORTARIA Nº 5922/16

CONCEDE LICENÇA PARA CASAMENTO A SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

CONCEDER

Licença para casamento com base no artigo 159, inciso II, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, a:

JAIME SCABURRI, cadastro nº 1397-8, servidor público autárquico municipal desde 01/04/1997, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Saneamento, lotado no Departamento de Operações, conforme Processo Administrativo nº 272/1608.

Samae, 23 de agosto de 2016.
VALDAIR JOSÉ MATIAS
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5923/2016 - SAMAE

PORTARIA Nº 5923/16

RETIFICA A PORTARIA Nº 5602/14, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

RETIFICAR

A Portaria Nº 5602/14, de 30 de outubro de 2014, que nomeia candidatos aprovados no Concurso Público Nº 001/2014 para ocuparem cargos de provimento efetivo, publicada no DOM-e 1609, de 06 de novembro de 2014, onde se lê: "ELIEL VALMOR DA COSTA", leia-se: "ELIEO VALMOR DA COSTA".

Blumenau, 24 de agosto de 2016.
VALDAIR JOSÉ MATIAS
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5924/2016 - SAMAE

PORTARIA Nº 5924/16

DECLARA ESTABILIDADE DE SERVIDORA PÚBLICA AUTÁRQUICA MUNICIPAL QUE INDICA.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

DECLARAR

Estável no serviço público autárquico municipal a servidora ocupante de cargo de provimento efetivo, pertencente do Quadro Permanente de Pessoal da Autarquia, conforme artigo 26, §2º, da Lei Complementar nº 660/2007;

NOME	MATRÍCULA	CARGO	LOTAÇÃO	AQUISIÇÃO DA ESTABILIDADE
Franciane Souza de Albuquerque	1950-0	Agente de Logística	Diretoria de Operações	12/08/2016

Samae, 24 de agosto de 2016.
VALDAIR JOSÉ MATIAS
Diretor Presidente

EXTRATO Nº 262/2016 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 262/2016

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
e
Contesini Comercio de Materiais para Construção Ltda. EPP

OBJETO: Registro de Preços para aquisições futuras de materiais destinados à confecção de móveis, portas e quadros, para a Marcenaria da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 163/2016 e Ata nº. 142/2016 firmado em 26 de agosto de 2016.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Lote 07: colas

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total (em R\$)
1	26090	12	lata	Cola branca cascorez extra com 20 kg. Adesivo em emulsão aquosa à base de poliacetato de vinila (PVAc), para colagens de artefatos de madeiras e materiais porosos em geral. Líquido leitoso branco, livre de grumos e/ou matérias estranhos e o odor característico de acetato de vinila. Para colar madeiras de alta porosidade, laminados de alta pressão, papel e papelão. Especificação: Teor de sólidos: 40,0 a 43,0%. pH a 25°C: 4,0 a 5,0. Tipo polímero: Homopolímero.	Unnicola Firmex Extra	206,60	2.479,20
2	7527	60	galão	Cola de contato cascola extra, sem toluol com 2,8 kg (3,2 litros). Adesivo de contato à base de policloropreno e solventes orgânicos. Líquido viscoso amarelado, livre de grumos e matérias estranhos e o odor característico de solventes orgânicos. Composição: Solvente alifático, solventes orgânicos, resinas sintéticas, borrachas sintéticas e aditivos. Rendimento (espátula dentada): 250 a 300 g/m².	Cascola Extra Sem Toluol	82,84	4.970,40
Preço Total do Lote (em R\$)				7.449,60			
Preço Total do Lote (em reais, por extenso)				Sete mil quatrocentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos.			

Lote 08: tintas

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total (em R\$)
1	6586	15	Lata	Seladora extra profissional, para madeira à base de nitrocelulose, lata com 18 litros. Indicada para aplicação em superfícies internas de madeira. Composição química: polímero alquídico modificado, algodão colóidio, resina maleica, hidrocarbonetos aromáticos (exceto benzeno), cetonas, minerais inertes, álcoois e ésteres. Faixa de concentração dos principais componentes: álcool etílico (06 – 12%), metil benzeno ou tolueno (23 – 42%), nitrato de celulose (04 – 09%), xileno (10 – 20%). Para aplicação com temperatura ambiente entre 10 e 40°C e umidade relativa do ar entre 40 e 80%. Rendimento mínimo: 4 m2 por litro/demão. Produto classificado conforme Norma ABNT NBR 11702 - Tipo 4.1.1.6. Fabricante certificado pelo PBQP-H e ABRAFATI. Apresentar total compatibilidade com a da Sayerlack.	Eucatex Seladora Extra	269,52	4.042,80
2	6678	60	Galão	Esmalte sintético premium base de solvente na cor branca, acabamento fosco, galão com 3,6 litros. Indicado para aplicação em superfícies internas de metais ferrosos e madeiras. Composição química: esmalte à base de resina alquídica de soja, dióxido de titânio, preto de fumo, aguarrás mineral, metil etil cetoxima, xileno, hidróxido de lítio, carbonato de cálcio. O material deve atender as Normas da ABNT NBR 11.702, Tipo 4.2.3. e NBR 14.940. Fabricante certificado pelo PBQP-H (Prog. Bras. de Qualidade e Produtividade do Habitat e ABRAFATI (Associação Brasileira de Fabricantes de Tintas). Rendimento mínimo do galão de 3,6 litros: 40 m2/demão.	Eucatex Eucalux	64,19	3.851,40
3	6549	60	Galão	Esmalte sintético premium base de solvente na cor branca, acabamento alto brilho, galão com 3,6 litros. Indicado para aplicação em superfícies internas e externas de metais ferrosos e madeiras. Composição química: esmalte à base de resina alquídica de soja, pigmentos orgânicos e inorgânicos, aguarrás mineral, metil etil cetoxima, xileno, hidróxido de lítio, carbonato de cálcio. O material deve atender as Normas da ABNT NBR 11.702, Tipo 4.2.3. e NBR 14.940. Fabricante certificado pelo PBQP-H (Prog. Bras. de Qualidade e Produtividade do Habitat e ABRAFATI (Associação Brasileira de Fabricantes de Tintas). Rendimento mínimo do galão de 3,6 litros: 40 m2/demão.	Eucatex Eucalux	64,23	3.853,80

4	6628	40	Galão	Fundo sintético nivelador para madeira na cor branca, galão com 3,6 litros. Indicado para selar e nivelar superfícies de madeira, em áreas externas e internas. Composição química: fundo à base de resina alquídica, dióxido de titânio, preto de fumo, óxidos de ferro, cargas minerais, aditivos específicos e hidrocarbonetos alifáticos e aromáticos. Rendimento mínimo do galão de 3,6 litros: 45 m2/demão.	Luskcolor	106,13	4.245,20
5	6556	30	Lata	Solvente lata com 5 litros. Indicado para diluição de tintas a óleo, esmalte sintético e vernizes, além da limpeza de ferramentas de pintura. Composição: solventes de hidrocarbonetos alifáticos e aromáticos. O material deve atender as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (NBR 11.702 tipo 4.5.10 ou mais recente), PBQP-H (Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat) e a Fabricante deve ser credenciada junto à Associação Brasileira de Fabricantes de Tintas - ABRAFATI.	Eucatex	43,52	1.305,60
Preço Total do Lote (em R\$)					17.298,80		
Preço Total do Lote (em reais, por extenso)					Dezessete mil duzentos e noventa e oito reais e oitenta centavos.		

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga) dos materiais, desde que os mesmos estejam em perfeitas condições de uso, sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, com início a partir de sua assinatura.

DATA: 26/08/2016.

EXTRATO Nº 265/2016 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 265/2016

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

Maderpolo Transportes e Comércio Ltda. EPP

OBJETO: Registro de Preços para aquisições futuras de materiais destinados à confecção de móveis, portas e quadros, para a Marcenaria da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 163/2016 e Ata nº. 145/2016 firmado em 26 de agosto de 2016.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Lote 1: folhas de portas

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total (em R\$)
1	673	100	PEÇA	Folha de porta lisa lâmina de itaúba/angelim de 210 x 70 cm com espessura de 3,0 ou 3,5 cm, conforme necessidade da FURB. Com acabamento para verniz e isenta de trincas e manchas.	BONARDI	114,76	11.476,00
2	6782	40	PEÇA	Folha de porta lisa lâmina de itaúba/angelim de 210 x 80 cm com espessura de 3,0 ou 3,5 cm, conforme necessidade da FURB. Com acabamento para verniz e isenta de trincas e manchas.	BONARDI	114,76	4.590,40
3	6938	60	PEÇA	Folha de porta lisa lâmina de itaúba/angelim de 210 x 90 cm com espessura de 3,0 ou 3,5 cm, conforme necessidade da FURB. Com acabamento para verniz e isenta de trincas e manchas.	BONARDI	136,83	8.209,80
4	6860	30	PEÇA	Folha de porta lisa lâmina de itaúba/angelim de 210 x 100 cm com espessura de 3,0cm ou 3,5cm com acabamento para verniz.	BONARDI	150,81	4.524,30
Preço Total do Lote (em R\$)				28.800,50			
Preço Total do Lote (em reais, por extenso)				Vinte e oito mil oitocentos reais e cinquenta centavos.			

Lote 5: fechaduras para portas

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total (em R\$)
1	6529	30	PEÇA	Fechadura trava de segurança – tetra chave. Composta por maquina (caixa) em aço zincado, cilindro interno em latão, com duas (02) chaves em latão cromado, um par de rosetas em aço inoxidável para acabamento, testa e contra testa em aço inoxidável e parafusos para fixação. Dimensões: Maquina/caixa: 55 X 62 X 14 mm. Testa: 100 X 22 mm. Contra testa 100 X 20 mm. Distancia da broca: 40 mm. Modelo para referência: ART 140 R97/CR.	AROUCA	44,37	1.331,10

2	29442	150	PEÇA	Fechadura tubular para divisória / trinco 90mm / maçaneta tipo tulipa com botão de girar para travamento / em plástico ABS / cor preta, com fechamento através de chave (mínimo duas) e travamento no centro da maçaneta; Rotor fabricado em latão da mesma cor do acabamento escolhido. Ligação entre as duas maçanetas deverá ser por dois (02) pinos, não a de tambor. REFERENCIA: LOCKWELL, modelo SUPER 41410N.	SOPRANO	51,97	7.795,50
3	6476	100	PEÇA	Fechadura de embutir para porta de banheiro, nível de tráfego médio/moderado. Máquina (caixa) em aço zincado, chapa testa e contra chapa em aço zincado ou cromado, trinco reversível e lingueta em zamac com mola reforçada, maçaneta tipo alavanca em zamac cromado, um par de espelho em aço inoxidável, uma (01) chave de emergência em zamac e parafusos necessários p/ fixação. Dimensões da fechadura: Chapa testa: 180 X 20 mm. Máquina: < 128 X < 65 X < 15 mm. Distancia da broca: 40 mm. Medida do eixo: 53,5mm, tolerância de + ou - 1 mm. Garantia de cinco (05) anos da fabrica. O material deverá estar em conformidade com as normas: - ABNT NBR 14913. - ABNT NBR 12927. Compatibilidade com AROUCA 6050/40.	AROUCA	31,48	3.148,00

4	6478	200	PEÇA	Fechadura de embutir para porta externa com cilindro, nível de tráfego médio/moderado. Cilindro oval em latão ou zamac cromado, monobloco passante com 5 pinos de segredo em latão, contrapiños tipo carretel e molas em aço inoxidável e duas (02) chaves em latão niquelado com segredos gerados por computador. Maquina (caixa) em aço zincado, chapa testa e contra chapa em aço zincado ou cromado, trinco reversível e lingueta em zamac, com mola reforçada; maçaneta tipo alavanca em zamac cromado, um par de espelho em aço inoxidável e parafusos necessários para fixação, recolhimento do trinco também por rotação da chave. Dimensões da fechadura: Chapa testa: 180 X 20 mm. Maquina/caixa: < 128 X < 65 X < 15 mm. Distancia da broca: 40 mm. Medida do eixo: 53,5mm, tolerância de + ou - 1 mm. Cilindro oval: 52 X 28 X 13 mm. Garantia de cinco (05) anos da fabrica. O material deverá estar em conformidade com as normas: - ABNT NBR 14913. - ABNT NBR 12927. - ABNT NBR 12928. Compatibilidade com AROUCA 6010/40.	AROUCA	41,13	8,226,00
---	------	-----	------	--	--------	-------	----------

Preço Total do Lote (em R\$)

20.500,60

Preço Total do Lote (em reais, por extenso)

Vinte mil quinhentos reais e sessenta centavos.

Lote 09: chapas fórmicas lousaline

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total (em R\$)
1	17514	30	PEÇA	Chapa de fórmica lousaline quadriculada de 1,0 mm na cor verde escolar – 125 x 308 cm. Fabricada com uma superfície homogênea, uniforme e ligeiramente abrasiva que fixa o giz com definição	PERTECH	200,00	6.000,00
2	28482	80	PEÇA	Chapa de fórmica lousa brilhante quadriculada de 1,0 mm na cor branca – 125 x 308 cm. Quadro escolar. Fabricada com uma superfície homogênea, uniforme e lisa para utilização de marcador.	OERTECH	185,00	14.800,00

Preço Total do Lote (em R\$)

20.800,00

Preço Total do Lote (em reais, por extenso)

Vinte mil e oitocentos reais.

Lote 10: chapas de eucatex cor branco							
Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total (em R\$)
1	31897	60	PEÇA	Chapa de eucatex na cor branco, com uma face, espessura de 2,5mm, tamanho 185x275 cm.	EUCATEX	48,33	2.899,80
Preço Total do Lote (em R\$)				2.899,80			
Preço Total do Lote (em reais, por extenso)				Dois mil oitocentos e noventa e nove reais e oitenta centavos.			

Lote 011: chapas de compensados							
Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total (em R\$)
1	31898	50,00	PEÇA	Chapa de compensado naval com colagem fenólica à prova d'água, espessura 20mm, tamanho 160x220 cm.	COMPEWIT	171,52	8.576,00
2	6885	150	PEÇA	Chapa de madeira compensada resinada de 12 mm, com 1,10 x 2,20 m, a base de cola fenólica. Chapa de madeira compensada multilaminada, com colagem fenólica 100% à prova d'água, lâminas de no mínimo 1,5 mm de espessura, superfície acabadas com resina fenólica, em ambas as faces, e topos selados com resina impermeabilizante. Mínimo sete (07) camadas de lâminas.	NM	39,49	5.923,50
Preço Total do Lote (em R\$)				14.499,50			
Preço Total do Lote (em reais, por extenso)				Catorze mil quatrocentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos.			

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga) dos materiais, desde que os mesmos estejam em perfeitas condições de uso, sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, com início a partir de sua assinatura.

DATA: 26/08/2016.

RELATORIOS LRF - RREO 3º BIM 2016 - SEFAZ - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO



CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO / 2015 A JUNHO / 2016

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL	Previsão Atualizada 2016
	Jul/15	Ago/15	Sep/15	Out/15	Nov/15	Dez/15	Jan/16	Fev/16	Mar/16	Abr/16	Mai/16	Jun/16		
RECEITAS CORRENTES (I)	93.445.064,83	83.897.424,40	94.348.042,79	100.525.077,33	92.702.115,37	106.140.042,27	90.027.480,16	123.908.676,69	109.340.647,05	97.965.678,96	96.642.177,92	99.673.327,09	1.187.155.016,88	1.393.438.000,00
Receita Tributária	20.309.844,24	19.565.884,64	26.001.320,80	20.203.758,98	19.866.587,34	26.006.590,16	15.760.243,26	46.675.486,76	28.985.820,94	21.291.212,48	23.585.467,06	21.909.237,18	290.161.453,84	327.296.000,00
IPTU	2.527.998,39	2.469.488,64	2.424.082,63	2.376.346,36	2.583.923,36	2.814.911,19	729.581,99	30.894.527,25	7.121.027,85	2.852.987,70	3.217.638,02	4.170.357,01	64.163.260,39	64.200.000,00
ISS	9.829.839,87	9.860.261,49	9.691.391,11	9.774.544,85	9.402.804,02	9.622.864,40	9.725.684,85	8.630.652,01	8.439.664,00	9.591.558,94	10.249.777,03	9.940.629,90	114.759.772,47	121.000.000,00
ITBI	2.476.161,44	2.190.813,70	2.121.559,52	2.072.766,36	2.188.794,77	3.376.025,87	1.030.473,58	1.826.578,89	3.640.708,00	1.766.789,45	2.020.083,59	2.080.447,71	26.799.204,98	30.000.000,00
IRRF	2.027.090,66	1.936.262,68	8.549.310,25	2.808.826,25	2.523.526,83	6.528.430,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.371.445,91	0,00
Outras Receitas Tributárias	3.448.765,88	3.109.058,13	3.214.977,29	3.171.271,16	3.169.538,96	3.666.256,26	4.274.502,84	5.323.726,51	9.784.421,09	7.079.876,39	8.097.768,42	5.707.602,96	60.047.766,09	112.096.000,00
Receita de Contribuições	4.658.056,86	4.017.248,12	5.300.659,02	4.634.463,22	4.641.150,77	5.021.138,30	7.159.746,09	4.751.200,16	4.825.769,62	5.207.940,96	5.104.218,47	5.274.398,34	60.695.988,93	60.362.000,00
Receita Patrimonial	3.686.752,83	-2.564.015,31	1.989.028,00	6.502.764,38	5.278.738,73	4.665.552,31	3.267.757,64	7.213.570,96	10.127.269,25	8.968.011,07	974.115,40	7.297.752,88	57.416.295,14	60.306.000,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	757,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	757,00	6.000,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	6.245.306,78	5.591.488,99	6.116.557,98	6.053.362,43	6.032.690,04	6.478.828,94	6.008.395,18	6.272.262,62	7.319.703,79	6.408.873,06	7.111.803,37	7.080.432,31	76.699.835,49	102.397.000,00
Transferências Correntes	53.802.837,05	52.415.279,01	50.897.798,78	54.858.911,64	52.225.678,80	54.387.281,32	55.128.039,31	55.144.582,89	52.022.744,99	51.781.259,61	54.879.861,93	53.375.221,13	640.928.487,46	772.131.000,00
Cota-Parte do FPM	3.933.377,08	3.889.756,24	3.242.080,26	3.690.024,64	4.166.327,46	7.044.985,09	4.549.827,98	5.695.726,93	3.459.690,46	4.112.829,93	5.469.065,74	4.518.337,62	53.771.032,37	57.000.000,00
Cota-Parte do ICMS	18.127.006,60	17.405.352,02	18.119.083,33	18.751.878,27	18.905.070,35	18.455.616,53	21.712.808,72	17.698.254,68	17.899.402,04	18.403.512,21	17.801.298,99	17.587.587,41	220.869.872,15	251.000.000,00
Cota-Parte do IPVA	4.574.815,95	4.062.118,71	3.965.786,06	3.757.571,71	2.828.472,36	2.065.755,02	1.854.392,18	2.701.727,69	3.789.094,22	3.871.562,55	4.150.740,50	4.329.888,94	41.971.900,89	44.100.000,00
Cota-Parte do ITR	135,21	149,97	2.103,86	17.474,18	589,53	129,95	48,28	939,00	597,92	139,60	208,60	16,39	22.532,54	100.000,00
Transferências de LC 87/1996	78.378,95	78.378,95	78.378,95	78.378,95	78.378,95	78.378,95	75.550,56	75.550,56	75.550,56	75.550,56	75.550,56	75.550,56	923.577,06	1.000.000,00
Transferências de LC 61/1989	259.815,37	276.316,31	274.829,13	318.897,35	291.325,27	287.665,92	340.488,33	282.960,25	256.732,07	283.428,77	299.144,58	178.004,63	3.309.607,98	4.200.000,00
Transferências do FUNDEB	9.312.591,83	9.572.374,96	9.129.267,23	9.686.316,14	9.667.305,97	9.851.474,88	11.196.957,63	10.182.922,51	9.763.686,21	10.204.546,16	10.515.696,29	10.072.353,45	119.055.487,38	137.000.000,00
Outras Transferências Correntes	17.516.725,96	17.128.831,85	16.056.267,96	18.558.370,40	16.388.208,89	16.623.274,98	15.397.965,63	18.526.501,37	16.777.989,44	14.849.690,83	16.588.148,67	16.613.902,13	201.005.479,11	277.731.000,00
Outras Receitas Correntes	4.733.267,07	4.871.537,95	4.942.677,21	8.271.059,68	4.657.269,69	9.570.713,24	2.703.298,68	3.851.543,30	5.968.338,46	3.838.381,80	3.986.611,69	4.756.487,25	61.251.186,02	70.940.000,00
DEDUÇÕES (II)	9.098.546,68	7.913.261,90	9.865.283,70	8.764.965,03	8.697.178,34	9.486.140,29	11.583.358,41	8.761.740,21	8.676.604,07	9.001.682,34	9.219.099,65	9.050.788,79	109.538.649,41	114.771.000,00
Contribuição para Plano de Seguridade Social do Servidor	2.816.326,51	2.184.312,58	3.537.142,66	2.857.024,02	2.858.049,49	3.183.140,16	5.292.338,13	2.861.633,94	2.919.236,26	3.025.663,90	3.029.953,81	3.082.638,83	37.647.070,29	34.822.000,00
Compensação Financeira entre Regimes de Previdência	1.009.200,88	596.135,16	595.686,32	585.086,26	585.086,26	1.169.331,41	584.397,30	633.074,72	631.624,94	630.614,17	630.333,28	630.277,10	8.260.869,80	8.469.000,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	5.273.019,29	5.142.814,16	5.142.452,72	5.322.844,75	5.254.032,59	5.133.668,72	5.708.622,98	5.297.031,55	5.125.742,87	5.345.404,27	5.559.202,56	5.337.872,86	63.630.709,32	71.480.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	84.346.518,15	75.984.162,50	85.082.759,09	91.760.112,30	84.004.937,03	96.653.963,98	78.444.121,75	115.128.936,48	100.673.042,98	88.483.966,64	86.423.078,27	90.622.738,30	1.077.616.387,47	1.278.867.000,00

Fonte: Sistema Thema/GRP. Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Blumenau. Data da emissão 29 de Agosto de 2016 e hora da emissão 03h e 20m

NAPOLEÃO BERNARDES
 Prefeito Municipal
 CPF 038.738.439-19

JOSE ABEL DO NASCIMENTO
 Secretário Municipal da Fazenda
 CPF 310.001.859-15

ROSANE DOS SANTOS
 Técnica Contábil - TC-CRC/SC 17.460
 CPF 383.022.769-87

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 4932/16 DE 26 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº 4932/16 DE 26 DE AGOSTO DE 2016

AUTORIZA A EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE TÁXI, A TÍTULO PRECÁRIO E PROVISÓRIO, NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE –SC., E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO, os termos da Lei Complementar nº 430/04, que “Dispõe sobre critérios para exploração dos serviços de utilidade pública municipal de transportes de passageiros e utilitários e dá outras providências”.

CONSIDERANDO a necessidade de dotar o Município de Bom Jesus do Oeste – SC., do serviço de transporte, na modalidade de táxi, para atender a população do Município e demais visitantes;

CONSIDERANDO também a inviabilidade momentânea de se operacionalizar um serviço efetivo e fixo;

CONSIDERANDO o necessário estudo prévio avaliando a viabilidade, itinerários, frota, tarifas, terminais, faz-se necessário à permissão a título precário a fim de obterem-se as informações necessárias à implantação efetiva e duradoura do serviço;

DECRETA:

Art. 1º. O serviço provisório de táxi no Município de Bom Jesus do Oeste – SC., será outorgada a título precário à pessoa jurídica, devidamente habilitada e inscrita no Cadastro Municipal de Contribuintes (Alvará de Licença).

Art. 2º. Será criada na forma provisória, 01 (um) ponto de táxi, na Rua Irmão Ambrósio - Bar do Áureo, Bom Jesus do Oeste/SC.

Art. 3º. A autorização será concedida a título precário, podendo ser cassada a qualquer tempo, a critério exclusivo do Chefe do Poder Executivo, sem qualquer direito indenizatório ao autorizado.

Art. 4º. O pedido de autorização far-se-á por meio de requerimento escrito, protocolizado no Departamento de Administração do Município, instruído com os comprovantes de regularidade fiscal junto as fazendas Federal, Estadual e Municipal, documento que comprove a habilitação de motorista e alvará municipal.

Art. 5º. O veículo utilizado para o transporte deverá possuir, pelo menos, 04 (quatro) portas, fabricados a partir do ano de 2009, devidamente licenciado, e estar em perfeito estado de uso e conservação, e só será liberado para uso após realizar-se vistoria prévia.

Art. 6º. O autorizado deverá obrigatoriamente cobrar os valores de R\$ 1,70 (um real e setenta centavos) por km percorrido dentro do território do município de Bom Jesus do Oeste, valor este que será reajustado anualmente.

Art. 7º. O autorizado se responsabilizará por qualquer indenização patrimonial e/ou extrapatrimonial que causar ao transportado durante a execução do serviço.

Art. 8º. O prazo para habilitação dos interessados será de 10 dias, contados da publicação deste, e a inscrição deverá ser feita junto ao setor de tributação da Administração Pública de Bom Jesus do Oeste.

Art. 9º. Caso houver mais que um interessado, a classificação se dará levando em consideração as condições do veículo e a habilitação do condutor do mesmo.

Art. 10º. Este Decreto tem vigência na data de sua assinatura, condicionado sua eficácia a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto n.º 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 11º. Revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Jesus do Oeste (SC), em 26 de agosto de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito

Bom Retiro

PREFEITURA

788.08.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE OSNI BARBOSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 788/16 de 25.08.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 25 de agosto de 2016, ao funcionário Osni Barbosa, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, 20 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Escola do Campo Cos-tão do Frade.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
25 de agosto de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

789.08.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE VANDERLI K. MANENTI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 789/16 de 25.08.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 23 de agosto de 2016, a funcionária Vanderli Kraus Manenti, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
25 de agosto de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

790.08.16 - P. FÉRIAS ELIANE ALVES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 790/16 de 29.08.16

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2015 (Dois Mil e Quinze) a 2016 (Dois Mil e Dezes-seis) a funcionária Eliane Alves, Ocupante do cargo de Servente, Padrão I – Nível 1, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, para gozá-las a contar do dia 25 de agosto com término no dia 23 de setembro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de agosto de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

791.08.16 - P. DESLIGAMENTO ANELISE SUK

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 791/16 de 29.08.16

DESLIGA SERVIDORA POR MOTIVO DE FALECIMENTO

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 35 Inciso VII da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Desligar do Serviço Público Municipal, por morte, Anelise Suk - ocupante do cargo de Agente de Saúde - Padrão I – Nível 1, exercido na Secretaria Municipal de Saúde a contar da data de 29 de agosto de 2016, nomeada através da Portaria Municipal nº 593/16 de 15 de junho de 2016, bem como fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso VII do artigo 35, da Lei Municipal nº 01/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de agosto de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

EXTRATO CONTRATO 166/2016 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato Nº 166/2016 Ata de Registro de Preços nº 01/2016

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro

Contratado: Qualifar Farmácia & Manipulação Ltda. ME.

Objeto: Registro de Preços, com o maior percentual de desconto sobre a tabela divulgada pela ABC FARMA VIGENTE DO MÊS, para fornecimento parcelado diário de medicamentos não padronizados para o Fundo Municipal de Saúde, que são prescritos pelos profissionais da saúde do Município de Bom Retiro, para atendimento específico e imediato de enfermidades de pacientes atendidos na rede pública de saúde.

Valor Total Medicamento Similar: R\$ 440,10 (quatrocentos e quarenta reais e dez centavos).

Bom Retiro, 30 de agosto de 2016.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito

MINUTA EDITAL CONCORRÊNCIA 03/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC

MINUTA EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 03/2016

O Município de Bom Retiro torna público Edital de Concorrência Pública 03/2016 para concessão de serviço de remoção, guarda e depósito de veículos removidos, apreendidos e retirados de circulação nas vias públicas do município, objetos de infração do Código de Trânsito Brasileiro. Abertura Concorrência Pública: dia 30/09/16 às 10h00min, na Prefeitura de Bom Retiro à Av. Major Generoso, 19, Centro. Maiores informações pelo Fone/Fax: (049) 32770183. Edital disponível no website: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 30 de agosto de 2016.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

MINUTA EDITAL PP 19/2016 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM RETIRO

MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2016 (FMS)

O Município de Bom Retiro através do Fundo Municipal de Saúde torna público Edital Pregão Presencial 19/2016 para Aquisição de Medicamentos padronizados para atendimento dos serviços de atenção básica, atendimento especializado e saúde mental, para ser entregue de forma parcelada no exercício de 2016. Os interessados deverão apresentar documentos e propostas em envelopes fechados na Prefeitura Municipal de Bom Retiro à Av. Major Generoso, 19, Centro, até dia 13/09/16 as 10h00min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049) 32770183, das 09:00/12:00 das 13:30/17:00. Edital disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 30 de agosto de 2016.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

Botuvera

PREFEITURA

PL64/2016-PP40/2016-ATA DE JULGAMENTO

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO PRESENCIAL

Aos 26 Dias de Agosto de dois mil e dezesseis, às 14:30 horas, reuniram-se na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, o Pregoeiro e sua equipe de apoio, designados pela portaria nº 02/2016, de 1 de Janeiro de 2016, com o objetivo de tratar nesta sessão do recebimento e julgamento do Processo Licitatório Nº 64/2016, Pregão Presencial Nº40/2016, tendo como objeto a aquisição de MÓVEIS SOB MEDIDA EM INOX, nas condições e especificações expressas no edital.

Ato preliminar da sessão foi efetuado o credenciamento e registro de entrega dos envelopes de "Proposta" e "Documentos de Habilitação" das proponentes deste processo, conforme abaixo relacionados:

1 – MM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME– CNPJ: 15.275.465/0001-22 – Enquadramento: MICRO EMPRESA
Representante: EVANDRO DA SILVA – CPF: 037.381.209-47

2 – CB & B METARLÚRGICA LTDA ME– CNPJ: 10.828.822/0001-19 – Enquadramento: MICRO EMPRESA
Representante: ODIRLEI BOSIO – CPF: 612.496.299-34

Do credenciamento: As proponentes acima relacionadas foram credenciadas sem nenhuma restrição, atendo ao exigido no edital. Dando sequência aos trabalhos, foi determinada pelo pregoeiro a abertura dos envelopes contendo as propostas iniciais das proponentes, para fins de análise da conformidade do objeto com as exigências do edital e classificação das propostas para etapa de lances, conforme abaixo ordenadas:

CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

Item	Especificação	Qtde.	Unid.	MM COMÉRCIO	CB & B METARLUGICA
1	MESA EM AÇO INOX AISI430, acabamento polido, medidas mínimas: 1,85m x 0,60m x 0,90m (C x L x A); Tampo com espessura mínima 1mm; Pés em inox quadrados mínimo 40x40 ou em tubo mínimo: 1 ¼"; Prateleira inferior lisa inox 1mm; Estrutura de inox AISI430	2	Pç	R\$ 1525,00	R\$ 1658,00
2	PIA EM AÇO INOX AISI304+MODULO FOGÃO: acabamento polido, medidas: 1,90m x 0,70m x 0,90 (C x L x A); espessura mínima dos tampos 0,8mm, 2 cubas inox AISI 304 medindo: 0,50m x 0,40m x 0,30m com válvula em inox 3,5", encosto em inox AISI304 mínimo 10cm, bordas para retenção de líquidos, Pés em inox quadrados mínimo 40x40 ou em tubo inox mínimo: 1 ¼, Estrutura de inox AISI304, Prateleira inferior lisa inox AISI304 0,8mm. MODULO FOGÃO: 0,90m x 0,70m x 0,90 (C x L x A), aço inox AISI304 com espessura mínima 0,8mm, Encosto em inox AISI304 mínimo 10cm. Obs.: produzido em peça separada do balcão da pia, sobreposto em gaveteiro de madeira (parte contratante), Modelo do Fogão: Cooktop mesa de vidro Fischer 5Q.	1	Pç	R\$ 3850,00	R\$ 4112,00
				R\$ 7.428,00	R\$ 6.900,00
	LANCES:	1		R\$ 6.850,00	R\$ 6.840,00
		2		R\$ 6.830,00	DECLINA
				VENCEDOR	

Encerrada a abertura das propostas iniciais classificadas as propostas, foi efetuada a etapa de lances conforme registrado no quadro acima. O pregoeiro em análise da aceitabilidade das propostas, passou a negociação direta com o vencedor, para fins de obter um preço melhor para a municipalidade. O representante declarou não ter mais condições de reduzir o seu preço em razão dos preços estimados no processo já estarem no limite de execução do contrato. O pregoeiro, em face de essa manifestação, encerrou as negociações declarando a vencedora deste processo licitatório a proposta da proponente abaixo relacionada:

1 MM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME– CNPJ: 15.275.465/0001-22

Sobre a documentação apresentada da licitante: Após encerrada a fase de lances e declarada a proposta vencedora, o pregoeiro continuou os trabalhos com abertura dos envelopes de nº 02-Habilitação, para análise da documentação de habilitação da proponente acima declarada vencedora. Em ato contínuo, foram analisados os documentos apresentados pela proponente, que depois de verificada a veracidade dos documentos, foram rubricados pelo pregoeiro, equipe de apoio e representantes das proponentes presentes. Da análise apresentada, o pregoeiro declarou habilitada a empresa: MM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME– CNPJ: 15.275.465/0001-22 por ter apresentado toda a documentação de acordo com as exigências do edital, sendo desta forma considerada vencedora e adjudicados os respectivos

objetos deste processo. O pregoeiro perguntou aos participantes para manifestação de apresentação de recursos, os representantes não se manifestaram decaindo desta forma a apresentação futura de recursos. Nada mais havendo a constar, foi encerrada a sessão às 14:45 Horas, do dia 26/08/2016, cuja ata foi lida e assinada pelo pregoeiro, equipe de apoio e representante. O resultado do presente processo licitatório, somente tornar-se-á definitivo, após a homologação do objeto pelo Prefeito Municipal.

Márcio A. de Oliveira PREGOEIRO	Luã Roberto Leite Equipe de apoio	Vilimar Fischer Equipe de apoio
------------------------------------	--------------------------------------	------------------------------------

REPRESENTANTE DA EMPRESA LICITANTE:

MM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME
Representante: EVANDRO DA SILVA

CB & B METARLÚRGICA LTDA ME– CNPJ: 10.828.822/0001-19
Representante: ODIRLEI BOSIO

Braço do Trombudo

PREFEITURA

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 26/2016 - SRP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 26/2016 - SRP

O pregoeiro oficial do Município de Braço torna público o resultado de julgamento do Pregão Presencial nº 26/2016. Processo licitatório 36/2016. Objeto: Registro de Preços para aquisição de troféus e medalhas para premiação das competições desenvolvidas pela Comissão Municipal de Esportes (CME) do Município de Braço do Trombudo. Após análise e julgamento das propostas, foi declarada vencedor do certame:

EMPRESA	LOTE	R\$ VALOR
ART`S TROFÉUS COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA CNPJ: 13.284.629/0001-52	1	4.900,00

tornando-se, dessa forma, divulgado o resultado de julgamento do supracitado pregão. Alair Franz Hein - Pregoeira Oficial do Município de Braço do Trombudo. Em 29/08/2016.

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 8/2016 – SRP - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 8/2016 – SRP - FMS

O pregoeiro oficial do Município de Braço torna público o resultado de julgamento do Pregão Presencial nº 08/2016 FMS. Processo licitatório 14/2016 FMS. Objeto Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo. Após análise e julgamento das propostas, foram declaradas vencedoras do certame:

EMPRESA	ITENS	Valor Total R\$
METROMED COMERCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA CNPJ:83.157.032/0001-22	5,7,12,13,14,25,28,31,33,34,46,47,49,58,61,65,69,76,84,95,96,105,107,111,113,134,135,138,146,147,156,163,166 E 171	R\$ 52.007,95
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA CNPJ:00.802.002/001-02	3,15,16,27,36,37,38,39,40,41,42,45,55,59,62,63,66,67,71,73,77,78,82,87,88,94,106,110,115,116,119,121,122,123,124,125,126,129,132,133,136,137,139,140,148,149,150,151,155,161 E 168	R\$ 22.489,74
PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS LTDA EPP CNPJ: 05.077.346/0001-01	2,4,17,21,22,23,24,26,29,30,43,44,48,50,60,64,68,70,72,74,79,97,98,103,108,109,112,117,153,154,167 E 172	R\$ 69.292,00
OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA CNPJ:03.033.589/0001-12	19,51,75,81,89,90,91,92,93,99,100,101,102 E 152	R\$ 16.360,70
STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA CNPJ: 02.223.342/0001-04	1,6,8,9,10,11,18,20,32,35,52,53,54,56,57,80,83,85,86,104,114,118,120,127,128,130,131,141,142,143,144,145,157,158,159,160,162,164,169 E A170	R\$ 12.416,72

tornando-se, dessa forma, divulgado o resultado de julgamento do supracitado pregão. Alair Franz Hein - Pregoeira Oficial do Município de Braço do Trombudo. Em 25/08/2016.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N 7 2016 FMS

Página: 1/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 29/08/2016 Válido até: 29/08/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desc.to. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	ABAIXADOR DE LINGUA, PACOTE C/100 (17575)	PCT	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (8824)	THEOTO	0	2,6100	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP-LTD (6011)	Thecto	0	2,9000	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	ESTILO	0	3,1000	3
2	Água destilizada (destilada) 5 lt. (4270)	GL	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CAYTHEC	0	6,4000	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP-LTD (6011)	Dentatec	0	6,4300	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vic Pharma	0	8,3000	3
3	Água destilada para diluir medicamentos IM/IV. Ampola c/5ml. Com registro na Anvisa. (4272)	AMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Isofarma	0	0,2500	1
4	Água destilada para diluir medicamentos IM/IV. Ampola c/10ml. Com registro na Anvisa. (4273)	AMP	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	ISOFARMA	0	0,3500	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Samtec	0	0,4000	2
5	Água oxigenada. 1 lt. (4274)	LT	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP-LTD (6011)	Rioquímica	0	2,3900	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vic Pharma	0	2,5300	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	RIOQUIMICA	0	4,3800	3
6	Agulha desc. 13x4,5 26G ½, parede fina bisel triacetado. Cx c/100. (4275)	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (8824)	SR	0	5,7900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Página: 2/43

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 29/08/2016 Válido até: 29/08/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			METROMED-COMDE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	6,5000	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SR	0	6,8000	3
		CX	METROMED-COMDE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	6,5000	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	SR	0	6,7600	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SR	0	6,8000	3
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	SOLIDOR	0	6,9500	4
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	SR	0	7,0000	5
		CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	SR	0	5,7900	1
			METROMED-COMDE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	6,2700	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SR	0	6,8000	3
		CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	SR	0	5,7900	1
			METROMED-COMDE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	6,5000	2

7 Agulha desc. 20x5,5 24G 3/4, parede fina bisel trifacetado. (Cânula siliconizada. Bisel trifacetado. Canhão colorido para facilitar a identificação visual do calibre da agulha. Protetor plástico que garante a total proteção da agulha para um melhor acoplamento à seringa). Cx c/100. (4276)

8 Agulha desc. 25x7 22G1, parede fina bisel trifacetado. (Cânula siliconizada. Bisel trifacetado. Canhão colorido para facilitar a identificação visual do calibre da agulha. Protetor plástico que garante a total proteção da agulha para um melhor acoplamento à seringa). Cx c/100 (3072)

9 Agulha desc. 25x8 21G 1, parede fina bisel trifacetado. (Cânula siliconizada. Bisel trifacetado. Canhão colorido para facilitar a identificação visual do calibre da agulha. Protetor plástico que garante a total proteção da agulha para um melhor acoplamento à seringa). Cx c/100. (3073)

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Página: 3/43

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 29/08/2016 Válido até: 29/08/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SR	0	6,8000	3
10	Aguilha desc. 30x7 22G1 1/4, parede fina bisel trifacetado. (Cânula siliconizada. Bisel trifacetado. Canhão colorido para facilitar a identificação visual do calibre da agulha. Protetor plástico que garante a total proteção da agulha para um melhor acoplamento à seringa). Cx c/100, (4279)	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	SR	0	5,7900	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	6,6300	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	SOLIDOR	0	7,0000	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	SR	0	7,0000	4
11	Aguilha desc. 30x8 21G1 1/4, parede fina bisel trifacetado. (Cânula siliconizada. Bisel trifacetado. Canhão colorido para facilitar a identificação visual do calibre da agulha. Protetor plástico que garante a total proteção da agulha para um melhor acoplamento à seringa). Cx c/100, (4280)	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	SR	0	5,7900	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	6,4400	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	SOLIDOR	0	7,0000	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	SR	0	7,0000	4
12	Aguilha desc. 40x12 18G1 1/2, parede fina bisel trifacetado. Cx c/100, (4281)	CX	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	6,2700	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	SR	0	6,7600	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	SR	0	7,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Página: 4/43

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 29/08/2016 Válido até: 29/08/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Álcool 70%, 1 lt. (4282)	LT	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Flop's	0	3,7500	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Audax	0	4,2700	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	DILHA	0	4,6600	3
14	Álcool glicerinado 70%, 1lt. (4283)	LT	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Gemballa	0	6,9700	1
15	Álcool iodado 1lt (1736)	LT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vic Pharma	0	8,0700	1
16	Álcool 92 %, 1lt (3079)	LT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Audax	0	4,8800	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	DILHA	0	5,4800	2
17	Álcool em Gel Anti-septico 500grms. Acompanha válvula pump, utiliza álcool neuro, bidestilado, isento de contaminantes, produto biodegradável, elaborado como complemento na higienização de mãos, Gel a base de álcools que evaporam sem deixar odores residuais, e com largo espectro de ação. (17576)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CICLO FARMª	0	4,6000	1
18	Algodão hidrófilo 500g. (3081)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Ricic	0	5,4900	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	NATHALYA	0	7,9400	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Melhormed	0	8,0100	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MELHORMED	0	8,8500	3
19	Algodão hidrófilo em bolsas, Pct c/100gramas., (4288)	PCT	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SSPLUS	0	1,5500	1

Página: 5/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Número do Registro de Preços: 7/2016			Data do Registro: 29/08/2016		Válido até: 29/08/2017		
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
20	Almofolia transparente bico reto 100ml. (3083)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Melhomed	0	2,1700	2
			STARWED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	NATHALYA	0	2,2600	3
			STARWED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	J.PROLAB	0	1,3300	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	J Prolab	0	1,4100	2
21	Atadura de crepe 13 fios tipo I, 06 cm de largura x 1,80 mt de mda comprimento (em repouso) e elasticidade de 50%, confeccionada em tecido 100% algodão ou misto composto de 69% algodão 23% poliéster 8% elastano, com peso 13,35 gramas, bordas devidamente acabadas evitando desfiamento, encolada uniformemente em forma cilíndrica, embalado individualmente em material que garanta a integridade do produto, o produto devera estar de acordo com a NBR 14056. pct com 12 unidades (17577)	PCT	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	J.PROLAB	0	1,6000	3
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CREMER	0	3,0000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Melhomed	0	4,6800	2
22	Atadura de crepe 13 fios tipo I, 10 cm de largura x 1,80 mt de mda comprimento (em repouso) e elasticidade de 50%, confeccionada em tecido 100% algodão ou misto composto de 69% algodão 23% poliéster 8% elastano, com peso 21,86 gramas, bordas devidamente acabadas evitando desfiamento, encolada uniformemente em forma cilíndrica, embalado individualmente em material que garanta a integridade do produto, o produto devera estar de acordo com a NBR 14056. pct com 12 unidades (17578)	PCT	STARWED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	MELHOR MEC	0	4,9600	3
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CREMER	0	4,7500	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Melhomed	0	7,2000	2
			STARWED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	MELHOR MEC	0	7,2600	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Página: 6/43

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 29/08/2016 Válido até: 29/08/2017							
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
223	Atadura de crepe 13 fios tipo I, 12 cm de largura x 1,80 mt de mda comprimento (em repouso) e elasticidade de 50%, confeccionada em tecido 100% algodão ou misto composto de 69% algodão 23% poliéster 8% elastano, com peso 26 gramas, bordas devidamente acabadas evitando desfilamento, encolada uniformemente em forma cilíndrica, embalado individualmente em material que garanta a integridade do produto, o produto devera estar de acordo com a NBR 14056, pct com 12 unidades (17579)	PCT	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CREMER	0	5,5000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Melhorned	0	8,1600	2
			STARWED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	MELHOR MEC	0	8,7600	3
224	Atadura de crepe 13 fios tipo I, 15 cm de largura x 1,80 mt de mda comprimento (em repouso) e elasticidade de 50%, confeccionada em tecido 100% algodão ou misto composto de 69% algodão 23% poliéster 8% elastano, com peso 32,7 gramas, bordas devidamente acabadas evitando desfilamento, encolada uniformemente em forma cilíndrica, embalado individualmente em material que garanta a integridade do produto, o produto devera estar de acordo com a NBR 14056, pct com 12 unidades (17580)	PCT	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CREMER	0	6,0000	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	MDA	0	6,0000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Melhorned	0	11,0400	3
225	Atadura de crepe 13 fios tipo I, 20 cm de largura x 1,80 mt de mda comprimento (em repouso) e elasticidade de 50%, confeccionada em tecido 100% algodão ou misto composto de 69% algodão 23% poliéster 8% elastano, com peso 42,8 gramas, bordas devidamente acabadas evitando desfilamento, encolada uniformemente em forma cilíndrica, embalado individualmente em material que garanta a integridade do produto, o produto devera estar de acordo com a NBR 14056, pct com 12 unidades (17581)	PCT	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	MDA	0	7,3900	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CREMER	0	7,5000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Melhorned	0	14,1600	3

Página: 7/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 29/08/2016		Válido até: 29/08/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

26	Bolsa de Urostomia 38mm. Transparente cx c/10 unidades. Bolsa para Urostomia com Válvula Anti-Refluxo e parte integrante do sistema de duas peças. Este sistema consiste de dois itens básicos separados: a placa protetora e a bolsa coletora removível. O sistema de duas peças oferece a flexibilidade de colocação da bolsa coletora sem necessidade de remover a placa protetora da pele. Bolsa com Válvula Anti-Refluxo é composta de acetato de vinilítileno (EVA), doroto de polivinilideno (PVDC), polietileno, acetato de vinila e acrílico de metil estileno. (17018)	CX	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CONWATEC	0	139,9000	1
27	Avental descartável com manga longa confeccionado em TNT, branco aberto nas costas com tiras para amarrar na cintura e no pescoço. Com elástico nos punhos. Pacote c/10. (3089)	PCT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Medgauze	0	11,8000	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CLEAN	0	12,2000	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	INNOVA	0	13,5400	3
28	Cateter intravenoso periférico. Agulha siliconizada, com bisel trifacetado, polietileno, acetato de vinila e acrílico de metil estileno. Cânula em fluorocetilpropileno, para maior conforto do paciente e minimização da ocorrência de flebites, visualização do refluxo sanguíneo. Calibre: 18G. Com registro na ANVISA. (17019)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	0,5500	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	LABORIMPOR	0	0,7200	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	POLYON	0	0,7400	3
29	Cateter intravenoso periférico. Agulha siliconizada, com bisel trifacetado, Cânula em fluorocetilpropileno, para maior conforto do paciente e minimização da ocorrência de flebites, visualização do refluxo sanguíneo. Calibre: 20G. Com registro na ANVISA (4289)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	LABORIMPOR	0	0,7200	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	POLYON	0	0,7400	2

Página: 8/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 29/08/2016 Válido até: 29/08/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD	Soldor	0	0,8000	3
30	Cateter intravenoso periférico. Agulha siliconizada, com bisel trifacetado. Cânula em fluorocetileno-propileno, para maior conforto do paciente e minimização da ocorrência de flebitis, visualização do refluxo sanguíneo. Calibre: 22G, com registro na ANVISA (4300)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	LABORIMPOR	0	0,7200	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	POLYON	0	0,7400	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Soldor	0	0,8000	3
31	Cateter intravenoso periférico. Agulha siliconizada, com bisel trifacetado. Cânula em fluorocetileno-propileno, para maior conforto do paciente e minimização da ocorrência de flebitis, visualização do refluxo sanguíneo. Calibre: 24G, com registro na ANVISA (4301)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Soldor	0	0,5700	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	LABORIMPOR	0	0,7200	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	POLYON	0	0,8600	3
32	Catgut simples, fio de sutura absorvível c/agulha 2-0 3/8 30mm-75cm c/24, (3092)	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	SHALON	0	84,0000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Shalon	0	84,9000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Tecnafio	0	85,0000	3
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	TECHNOFIO	0	87,9000	4
33	Catgut simples, fio de sutura absorvível c/agulha 4-0 3/8 30mm-75cm c/24, (3093)	CX	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Tecnafio	0	79,6000	1

Página: 9/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 29/08/2016		Válido até: 29/08/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

34	Catgut cromado 2-0, fio de sutura absorvível 75 cm c/agulha 3,0 cm cx α24, (1816)	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	SHALON	0	85,0000	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	TECHNOFIO	0	87,9000	3
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Tecnofio	0	79,6000	1
35	Catgut cromado 4-0, fio de sutura absorvível 75 cm c/agulha 3,0 cm cx α24 unid. (1817)	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	SHALON	0	85,0000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Shalon	0	87,8400	3
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	SHALON	0	84,5000	1
36	Cinto de segurança tipo aranha para prancha imobilizadora de remoção -adulto, (cinto aranha com fitas de nylon altamente resistente, presilhas em velcro, cintas móveis com regulagem de comprimento, cores individuais para facilitar a imobilização de vítimas. Desenho padronizado para aplicação em pranchas de imobilização). (4306)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Shalon	0	84,9000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Tecnofio	0	87,0000	3
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	TECHNOFIO	0	87,9000	4
37	Clorexidina, Solução de digliconato, 2% degermante. Embalagem de 1 litro. (4307)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Fibra Resgate	0	36,6300	1
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MARIMAR	0	49,5000	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	CONFORTELL	0	69,1600	3

Página: 10/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRAÇO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 29/08/2016 Válido até: 29/08/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			METROMED-COMDE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Rioquímica	0	11,4000	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	RIOQUIMICA	0	13,4000	3
38	Clorexidina, Solução de digliconato, solução aquosa 0,2%, Embalagem de 1 litro. (4308)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vic Pharma	0	5,3300	1
			METROMED-COMDE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Rioquímica	0	6,9700	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	RIOQUIMICA	0	12,0000	3
39	Clorexidina, Solução de digliconato, solução ALCOÓLICA Embalagem de 1 litro. (4309)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vic Pharma	0	7,3300	1
			METROMED-COMDE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Rioquímica	0	9,1700	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	RIOQUIMICA	0	10,9000	3
40	Cloridrato de lidocaína 2% com vaso (frasco 20ml). (4310)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Hypofarma	0	5,4800	1
41	Cloridrato de lidocaína 2% sem vaso (frasco 20ml). (4311)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Hipolabor	0	5,4800	1
42	Cloridrato de lidocaína 2%gal.Tubo de 30 gramas. (17020)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Pharlab	0	4,4800	1
43	Colar cervical regulável. ADULTO. (Possua regulagem de altura com 4 níveis de ajuste. Confeccionado em material injetado (polietileno de alta densidade) e EVA com apoio mentoniano). (4313)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	SP RESGATE	0	20,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Página: 11/43

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 29/08/2016		Válido até: 29/08/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

44	Colar cervical regulável, INFANTIL. (Possua regulagem de altura com 4 níveis de ajuste. Confeccionado em material injetado (polietileno de alta densidade) e EVA com apoio mentoniano), (4314)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	SP RESGATE	0	20,0000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Resgate SP	0	50,1900	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	TECNIMED	0	59,5000	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Resgate SP	0	50,1900	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	TECNIMED	0	59,5000	3
45	Coletor para material perfuro-cortante em material resistente a perfurações, impermeável, com sistema de abertura e fechamento prático e seguro ao manuseio, em formato quadrado, com capacidade e 7 lt. (4315)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Embalaxe	0	2,1900	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	EMBALAIRE	0	2,2000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Embalaxe	0	2,2500	3
46	Compressa cirurgica para campo operatório não estéril, 04 camadas com cadaço 45x50 cm, por 050 unidades. (1818)	PCT	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Biotevil	0	41,6000	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CREMER	0	50,0000	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	AMERICA	0	55,2800	3

Página: 12/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 29/08/2016 Válido até: 29/08/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
47	Compressa de gaze 7,5 x 7,5 constituída de tecido 100% algodão, com densidade de 13 fios por cm ² , 15 cm x 30 cm quando aberta, com 5 dobras e 8 camadas de modo a medir 7,5 x 7,5 cm quando dobrada, 500 g por pacote no mínimo com as bordas voltadas para parte interna e sem fios soltos. A compressa deverá ter boa capacidade de absorção, ser macia, isenta de impurezas, amido, alvejantes ópticos, ou substâncias alergênicas. Pacote com 500 unidades, não estéril, com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, permita a abertura e transferência com técnica asséptica de acordo com as normas ABNT NBR 13843 ABNT NBR 13843. (17582)	PCT	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD	MDA (6011)	0	17,3200	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	POLAR FIX	0	21,5000	2
			CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6462)	TECELAGEM I	0	22,9000	3
48	Compressa de gaze 10 x 10 constituída de tecido 100% algodão, com densidade de 13 fios por cm ² , 20 cm x 40 cm quando aberta, com 5 dobras e 8 camadas de modo a medir 10 x 10 cm quando dobrada, 750 g por pacote no mínimo com as bordas voltadas para parte interna e sem fios soltos. A compressa deverá ter boa capacidade de absorção, ser macia, isenta de impurezas, amido, alvejantes ópticos, ou substâncias alergênicas. Pacote com 500 unidades, não estéril, com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, permita a abertura e transferência com técnica asséptica de acordo com as normas ABNT NBR 13843. (17583)	PCT	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	HOSPIFLEX	0	30,0000	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	MDA	0	30,9900	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Melhorned	0	40,6900	3
49	Curativo redondo para punção steeper. Cx com 500 unidades. (3107)	CX	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	J.Prolab	0	9,9700	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	CIEX	0	10,9900	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	CIEX	0	11,0000	3
50	Curativo retangular para curativos pequenos. Filme plástico, adesivo acrílico, fibras naturais, fibras sintéticas e poliéster. Cx c/ 50 (4320)	CX	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	HIGGIE	0	4,8800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Página: 13/43

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 29/08/2016		Válido até: 29/08/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

51	Dreno penrose nº 2 com gaze estéril, embalado individualmente e reembalado em embalagem com 12 unidades. (4321)	PCT	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MADEITEX	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Cirurgica Brasi	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	TAYLOR	3
52	Eletrodo adulto descartável em espuma hipoalergênica, Pacote com 30 und. (4322)	PCT	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	VITALCOR	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Maxtor	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	VITALCOR	3
53	Envelope para esterilização auto selante de produtos médicos e odontológicos com indicador de esterilidade, 70mmx230mm. Cx c/ 100 unidades. (3110)	UND	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	VITAL PACK	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	VEDAMAX	2
			METROMED-COM DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Vedamax	3
54	Envelope para esterilização auto selante de produtos médicos e odontológicos com indicador de esterilidade 90mmx260mm. Cx c/ 100 unidades (3111)	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	VITAL PACK	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Harbo	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	VEDAMAX	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Página: 14/43

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 29/08/2016 Válido até: 29/08/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
55	Envelope para esterilização auto selante de produtos médicos e odontológicos com indicador de esterilidade 150mmx250mm. Cx c/ 100 unidades (3112)	CX	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Harbo	0	24,0000	1
	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)		SIGMA		0	27,6900	2
	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)		VEDAMAX		0	28,7000	3
56	Envelope para esterilização auto selante de produtos médicos e odontológicos com indicador de esterilidade, 230mmx300mm. Cx c/ 100 unidades (3113)	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	SIGMA	0	43,9100	1
	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)		Vedamax		0	57,2000	2
	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)		Zematt		0	64,0000	3
57	Envelope para esterilização, auto selante de produtos médicos e odontológicos com indicador de esterilidade, 230mmx350mm. Cx c/ 100 unidades (4327)	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	SIGMA	0	53,0000	1
	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)		VEDAMAX		0	54,0000	2
	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)		Zematt		0	64,0000	3
58	Equipo macrogotas para infusão de soluções parenterais, com injetor lateral, em pvc transparente, estéril, de 1,35 m, com câmara de golejamento, transparente, maleável, com tubo de pvc tendo em sua extensão pinça rolete e injetor lateral de látex autoclinizante, conector de plástico com tampa protetora, a data de fabricação e a data de validade deverão vir impressas na embalagem do material. Com registro na ANVISA. (17564)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	TKL	0	0,8900	1
	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)		DESCARPAC		0	1,1600	2
	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)		TKL		0	1,3200	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Página: 15/43

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 29/08/2016		Válido até: 29/08/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
59	Equipo para nutrição enteral c/ 1,5m. NBR 14041/1998. (4329)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Descarpac	0	1,1500	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	DESCARPAC	0	1,1600	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	DESCARPAC	0	1,6200	3
60	Escova para coleta de preventivo. Pct com 100 unidades. (4330)	PCT	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	LABORIMPOR	0	15,0000	1
61	Esparadrapo impermeável branco 10cm x 4,5m c/capa. Esparadrapo de tecido 100% algodão com tratamento acrílico, adesivo branco à base de borracha natural e resina (4331)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Missner	0	4,6000	1
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MISSNER	0	4,9200	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	ADPELE /MIS	0	5,1700	3
62	Espátula de Ayres p/coleta de preventivo. Pct c/100. (3120)	PCT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Thecto	0	4,7400	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	THEOTO	0	4,7500	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	LABORIMPOR	0	7,0000	3
63	Especulo vaginal descartável Tam P. (4333)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Crat	0	0,6500	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	CRAL	0	0,6600	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CRAL PLAST	0	0,7500	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Página: 16/43

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 29/08/2016 Válido até: 29/08/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
64	Espéculo vaginal descartável tam.M (1741)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CRAL PLAST	0	0,6900	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	CRAL	0	0,7000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Oral	0	0,7200	3
65	NYLON PRETO 4-0 C/ AG 2,0QM CX COM 24 UND (17585)	CX	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Procare	0	24,9000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solid	0	27,6000	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	PROCARE	0	28,0000	3
66	NYLON PRETO 4-0 C/ AG 3,0QM CX COM 24 UND (17586)	CX	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solid	0	27,6000	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	PROCARE	0	28,0000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Procare	0	28,6000	3
67	NYLON PRETO 2-0 C/ AG. 3,0 CM CX COM 24 UND (17588)	CX	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solid	0	27,6000	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	PROCARE	0	28,0000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Procare	0	28,6000	3
68	NYLON PRETO 2-0 C/ AG. 2,0 CM CX COM 24 UND (17589)	CX	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	PROCARE	0	27,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Página: 17/43

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 29/08/2016		Válido até: 29/08/2017			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
69	NYLON PRETO 2.0 C/ AG. 2,5 CM CX COM 24 UND (17590)		ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solidt	0	27,6000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Procare	0	28,6000	3
		CX	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Procare	0	24,9000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solidt	0	27,6000	2
70	NYLON PRETO 3.0 C/ AG. 2,0 CM CX COM 24 UND (17591)		PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	PROCARE	0	28,0000	3
		CX	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	PROCARE	0	26,3000	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Procare	0	26,3100	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solidt	0	27,6000	3
71	NYLON PRETO 4.0 C/ AG. 3,0 CM CX COM 24 UND (17592)	CX	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solidt	0	27,6000	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	PROCARE	0	28,0000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Procare	0	28,6000	3
		CX	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	PROCARE	0	24,8000	1
72	NYLON PRETO 5.0 C/ AG. 2,0 CM CX COM 24 UND (17593)		METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Procare	0	24,9000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Página: 18/43

Número do Registro de Preços: 7/2016			Data do Registro: 29/08/2016		Válido até: 29/08/2017		
Objeto da Compra:			Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid+Solid	0	27,6000	3
73	Fita para autoclave, em papel crepado, com listras impressas com tinta especial, na cor branca, que em contato com a temperatura empregada na esterilização muda de cor, tornando-se pretas 19mmx30mt. (4343)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Poli Tape	0	1,1700	1
			STARWED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	MASTERFIX	0	2,5900	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	CIEX	0	3,9200	3
74	Fita micropore 1,2cm x 10,0 mts, com capa, Fita Cirúrgica Microporosa confeccionada com substrato de não-tecido à base de fibras de viscosse, resina acrílica e massa adesiva à base de poliacrilato hipoalergênico. utilizada para fixação de curativos, ponto falso, proteção de cortes, etc. Cor Branca (4344)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	MAXICOR	0	1,1000	1
			STARWED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	MEDFIX / CIE	0	1,2300	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MISSNER	0	1,3600	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Oral	0	1,3600	4
75	Fita micropore 2,5cm x 10,0 mts, com capa, Fita Cirúrgica Microporosa confeccionada com substrato de não-tecido à base de fibras de viscosse, resina acrílica e massa adesiva à base de poliacrilato hipoalergênico. utilizada para fixação de curativos, ponto falso, proteção de cortes, etc. Cor BEGE (4345)	UND	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MISSNER	0	2,3200	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	MISSNER	0	2,5200	2
			STARWED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	MISSNER	0	2,7900	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Página: 19/43

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 29/08/2016		Válido até: 29/08/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

76	Fita micropore 2,5cm x 10,0 mts, com capa.. Fita Cirúrgica Microporosa confeccionada com substrato de não-tecido à base de fibras de viscose, resina acrílica e massa adesiva a base de poliacrilato hiperalérgico, utilizada para fixação de curativos, ponto falso, proteção de cortes, etc. Cor Branca (4346)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Missner	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	MEDFIX / CIED	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	MAXICOR	3
77	Frasco de alimentação enteral 300ml. (3137)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Biobase	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	BIODASE	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	BIODASE	3
78	Frasco de alimentação enteral 500ml. (3138)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Biobase	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	BIODASE	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	BIODASE	3
79	Caze hidrófila tipo queijo (gaze hidrófila tipo queijo em rolo 91cmX91cm, 13 fios, peso mínimo 1450g), com dados do fabricante e nº de registro na ANVISA. (4357)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	MEDIHOUSE	1
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	HOSPITEX	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	MDA	3

Página: 20/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 29/08/2016		Válido até: 29/08/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
80	Gel condutor para ultrassom. Gel viscoso translúcido, inodoro, isento de sal, álcool e pH neutro. Apresenta alta condutividade e aspecto não gorduroso sendo facilmente renovado. Polímero carboximílico, água desmineralizada e conservantes. Frasco de 100gms (4358)	UND	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	MULTIGEL	0	1,2500	1
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MULTIGEL	0	1,3500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Carbogel	0	1,5600	3
81	Hastes flexíveis antigerme com ponta de algodão. Cx c/75 unidades (2850)	CX	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	HIGIETOPP	0	0,8900	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Higie Topp	0	0,9200	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	COTTON	0	0,9900	3
82	Imobilizador de cabeça impermeável. (Confeccionado em espuma de poliuretano expandida, emborrachada. Possui dois cintos imobilizadores reguláveis para testa e queixo do paciente a imobilizar. Preso em velcro ao tecido que veste a tábua (prancha) de resgate em qualquer largura, base fixada na prancha 40x25cm., laterais fixada na base 25x16x0,9cm Orifício auricular para verificar sangramento, 80mm. Lavável.) (4360)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Resgate SP	0	125,4700	1
83	Lâmina de bisturi descartável/estéril embalado individualmente, nº 11 cx c/100, (4361)	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	ADVANTME	0	19,8600	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	LABORIMPOR	0	21,5000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Lamedid	0	21,9500	3
84	Lâmina de bisturi descartável/estéril embalado individualmente, nº 12 cx c/100, (3144)	CX	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Lamedid	0	19,8000	1

Página: 21/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 29/08/2016 Válido até: 29/08/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	ADVANTIVE	0	19,8600	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	LABORIMPOR	0	21,5000	3
85	Lâmina de bisturi descartável/estéril embalado individualmente, nº 15 cx c/100, (3145)	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	ADVANTIVE	0	19,8600	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	LABORIMPOR	0	21,5000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Lamedid	0	21,9500	3
86	Lâmina de bisturi descartável/estéril embalado individualmente, nº 21 cx c/100, (3146)	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	ADVANTIVE	0	19,8600	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	LABORIMPOR	0	21,5000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Maxitor	0	22,0000	3
87	Lençol descartável com elástico 2,00mx90cm. Pct c/10 unidades. (3147)	PCT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Medgauze	0	9,2000	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CLEAN	0	9,5000	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	ANADONA	0	9,9900	3
88	Lençol descartável sem elástico 2,00mx90cm. Pct c/10 unidades. (3148)	PCT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Medgauze	0	6,5000	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CLEAN	0	7,5000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Página: 22/43

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 29/08/2016		Válido até: 29/08/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
89	Luva cirúrgica estéril Tam. 6.5. (4367)		STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	ANADONA	0	9,9000	3
		pares	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MAXITEX	0	0,8800	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Maxitex	0	0,9300	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Maxitex	0	1,0700	3
90	Luva cirúrgica estéril Tam. 7.0. (4368)		OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MAXITEX	0	0,8800	1
		pares	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Maxitex	0	0,9300	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Maxitex	0	1,0700	3
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MAXITEX	0	0,8800	1
91	Luva cirúrgica estéril Tam. 7.5.. (4369)		METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Maxitex	0	0,9300	2
		pares	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Maxitex	0	1,0700	3
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MAXITEX	0	0,8800	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Maxitex	0	0,9300	2
92	Luva cirúrgica estéril Tam. 8.0.. (4370)		ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Maxitex	0	1,0700	3
		pares	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MAXITEX	0	0,8800	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Maxitex	0	0,9300	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Maxitex	0	1,0700	3
93	Luva cirúrgica estéril Tam. 8.5.. (4371)		OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MAXITEX	0	0,8800	1
		pares	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Maxitex	0	0,9300	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Maxitex	0	1,0700	3
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MAXITEX	0	0,8800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Página: 23/43

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 29/08/2016		Válido até: 29/08/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
94	Luva ginecológica estéril pct c/ 100 (1621)	PCT	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Maxtex	0	0,9300	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Maxtex	0	1,0700	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Luplast	0	6,1000	1
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	LUPLAST	0	6,9000	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	MAXICOR	0	7,2000	3
95	Luva de procedimento tipo látex sem pó tamanho PP, cx c/100 und. (17594)	CX	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Nugard	0	17,6000	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	NUGARD	0	22,7500	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	LEIMGRUBER	0	23,9600	3
96	Luva de procedimento tipo látex sem pó tamanho P, cx c/100 und. (17595)	CX	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Nugard	0	17,6000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Nugard	0	21,9800	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	NUGARD	0	22,7500	3
97	Luva de procedimento tipo látex sem pó tamanho M, cx c/100 und. (17596)	CX	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	NUGARD	0	19,9800	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Nugard	0	19,9900	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Página: 24/43

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 29/08/2016		Válido até: 29/08/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Nugard	0	21,9800	3
98	Luva de procedimento tipo látex sem pó tamanho G, cx c/100 und. (17597)	CX	PRO-HOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	NUGARD	0	19,9800	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Nugard	0	19,9900	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Nugard	0	21,9800	3
99	Luva de procedimento tipo látex c/ talco tamanho PP, cx c/100 und. (3154)	CX	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	NUGARD	0	14,3000	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Nugard	0	14,5000	2
			PRO-HOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	EMBRAMED	0	16,9000	3
100	Luva de procedimento tipo látex c/ talco tamanho P, cx c/100 (3155)	CX	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	NUGARD	0	14,3000	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Nugard	0	14,7700	2
			PRO-HOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	EMBRAMED	0	16,9000	3
101	Luva de procedimento tipo látex c/ talco tamanho M, cx c/100 (3156)	CX	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	NUGARD	0	14,3000	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Nugard	0	15,3900	2
			PRO-HOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	EMBRAMED	0	16,9000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Página: 25/43

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 29/08/2016		Válido até: 29/08/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
102	Luva de procedimento tipo látex c/ talco tamanho G, cx c/100 (3157)	CX	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6362)	NUGARD	0	14,3000	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Nugard	0	15,3900	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	EMBRAMED	0	16,9000	3
103	Mascara de reanimação boca a boca. (Mascara de ressuscitação de parada cardiopulmonar (rcp) contém uma válvula unidirecional para evitar qualquer contato entre o paciente e o socorrista na boca, nariz e rosto. Cupula transparente, e alça Elástica para cabeça incorporada, conexão padrão 22mm. Com estojo para guardar. (3158)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	SP RESGATE	0	12,9000	1
104	Papel termo sensível para eletrocardiograma 216x30, bobina. (4378)	UND	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	DARU	0	18,0000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Tecnoprint	0	18,6500	2
105	Papel crepado 30x30cm. Cx c/500 unidades. (3160)	CX	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Hospiflex	0	58,6300	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	VITAL PACK	0	63,6500	2
106	Papel crepado 40x40cm. Cx c/500 unidades. (4380)	CX	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Hospiflex	0	94,9500	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Hospiflex	0	104,0700	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	VITAL PACK	0	106,0000	3
107	Papel crepado 60x60cm. Cx c/500 unidades.. (4381)	CX	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Hospiflex	0	188,0900	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Hospiflex	0	203,4700	2

Página: 26/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 29/08/2016 Válido até: 29/08/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	HOSPFLEX	0	230.5000	3
108	Lençol de papel hospitalar. BRANCO 70cm x 50mts. Extra luxo - 100% de fibra de celulose virgem. (4382)	RL	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CLEAN	0	5.9000	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Impada	0	7.3900	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MEDPAPER	0	9.7200	3
109	Lençol de papel hospitalar. BRANCO 50cm x 50mts. (4383)	RL	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CLEAN	0	4.6500	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Impada	0	4.9300	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MEDPAPER	0	6.6500	3
110	Pinça anatômica dissecação com sentilha normal 14cm (1760)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Abc	0	8.8000	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	ABC	0	9.0000	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	ABC	0	10.7600	3
111	Pinça Kocher hemostática 14cm.. (4385)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ABC	0	24.0300	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	ABC	0	28.0000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Abc	0	29.0700	3

Página: 27/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 29/08/2016 Válido até: 29/08/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
112	Pirça Kelly reta 14cm., (4388)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	ABC	0	21,0000	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ABC	0	21,0900	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Abc	0	22,1100	3
113	Povidine PVPI - Tintura Iodopoliviona 1000 ml; produto a base de polivinil pirrolidona iodo (PVP-I) em solução hidroalcolica, contendo 1% de iodo ativo, um complexo estável e ativo que libera iodo progressivamente. É ativo contra todas as formas de bactérias não esporuladas, fungos e vírus. É indicado como antisséptico para pele (uso tópico), na demarcação do campo operatório e preparação pré-operatória. Com Registro na Anvisa. (4387)	LT	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ABC	0	19,9700	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	RIOQUIMICA	0	20,0000	2
114	Pote para lamina de preventivo de plástico com três divisões, (3167)	UND	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	J.PROLAB	0	0,3200	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Laborimport	0	0,3800	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	J.PROLAB	0	0,4000	3
115	Protetor ocular infantil. Cor bege, cx c/12 (2861)	CX	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Oral	0	4,6800	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	CRAL	0	6,0700	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	3M	0	20,0100	3
116	Protetor ocular adulto. Cor bege, cx c/12 (2852)	CX	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Oral	0	4,6800	1

Página: 28/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 29/08/2016		Válido até: 29/08/2017		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
117	Dispositivo para infusão intravenosa Nº 19g. com registro na Anvisa (17026)	UND	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	CRAL	0	9,2000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	3M	0	21,6300	3
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	LABORIMPOR	0	0,1700	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	VITAL GOLD	0	0,1800	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Lamedid	0	0,2100	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solidt	0	0,2100	4
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	VITALGOLD	0	0,2400	5
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	VITAL GOLD	0	0,2000	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	LABORIMPOR	0	0,2100	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solidt	0	0,2100	3
118	Dispositivo para infusão intravenosa Nº 21g. com registro na Anvisa (17027)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Lamedid	0	0,2100	4
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solidt	0	0,1900	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	VITAL GOLD	0	0,2000	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	CRAL	0	9,2000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	3M	0	21,6300	3
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	LABORIMPOR	0	0,1700	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	VITAL GOLD	0	0,1800	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Lamedid	0	0,2100	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solidt	0	0,2100	4
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	VITALGOLD	0	0,2400	5
119	Dispositivo para infusão intravenosa Nº 23g. com registro na Anvisa (17028)	UND	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	VITAL GOLD	0	0,2000	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	LABORIMPOR	0	0,2100	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solidt	0	0,2100	3
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Lamedid	0	0,2100	4
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solidt	0	0,1900	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	VITAL GOLD	0	0,2000	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	CRAL	0	9,2000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	3M	0	21,6300	3
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	LABORIMPOR	0	0,1700	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	VITAL GOLD	0	0,1800	2

Página: 29/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 29/08/2016		Válido até: 29/08/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

120	Dispositivo para infusão intravenosa Nº 25g. com registro na Anvisa (17029)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	LABORIMPOR	0	0,2100	3
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Lamedid	0	0,2100	4
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	VITAL GOLD	0	0,2000	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Lamedid	0	0,2100	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solid	0	0,2100	3
121	Saco de lixo hospitalar branco leitoso, desc. Tam 30L. Produzido em Polietileno de Alta Densidade (PEAD) Virgem, oferecendo uma perfeita resistência mecânica e proporcionando a opacidade necessária à aplicação. A solda de fundo é de tipo estirada, contínua, homogênea e uniforme vedando completamente e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio. Produto de acordo com a Norma Técnica 9191, NBR 7300/2009, padrões da ABNT e do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas), (4396)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	LABORIMPOR	0	0,2100	4
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Rava	0	0,1200	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	RAVA	0	0,1600	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	NEKPLAST	0	0,1600	3
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	RAVA	0	0,2100	4
122	Saco de lixo hospitalar branco leitoso, desc. Tam 30L. Produzido em Polietileno de Alta Densidade (PEAD) Virgem, oferecendo uma perfeita resistência mecânica e proporcionando a opacidade necessária à aplicação. A solda de fundo é de tipo estirada, contínua, homogênea e uniforme vedando completamente e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio. Produto de acordo com a Norma Técnica 9191, NBR 7300/2009, padrões da ABNT e do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas), (4396)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Jurema	0	0,2100	5

Página: 30/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 29/08/2016		Válido até: 29/08/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
122	Saco de lixo hospitalar branco leitoso, desc. Tam 100L. Produzido em Polietileno de Alta Densidade (PEAD) Virgem, oferecendo uma perfeita resistência mecânica e proporcionando a opacidade necessária à aplicação. A solda de fundo é de tipo estirada, contínua, homogênea e uniforme vedando completamente e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio. Produto de acordo com a Norma Técnica 9191, NBR 7500/2009, padrões da ABNT e do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas), (4336)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Rava	0	0,2900	1
			PRO-HOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	NEKPLAST	0	0,3400	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	RAVA	0	0,3800	3
123	Saco de lixo hospitalar branco leitoso, desc. Tam 50L. Produzido em Polietileno de Alta Densidade (PEAD) Virgem, oferecendo uma perfeita resistência mecânica e proporcionando a opacidade necessária à aplicação. A solda de fundo é de tipo estirada, contínua, homogênea e uniforme vedando completamente e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio. Produto de acordo com a Norma Técnica 9191, NBR 7500/2009, padrões da ABNT e do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas), (4397)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Rava	0	0,1700	1
			PRO-HOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	NEKPALST	0	0,2200	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	RAVA	0	0,2200	3
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP-LTD (6011)	Jurema	0	0,2900	4
124	Seringa 1ml c/agulha 13x4,5 descartavel. Com registro na Anvisa. (3178)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	SR	0	0,1300	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	DESCARPAC	0	0,1400	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP-LTD (6011)	Descarpack	0	0,1500	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Página: 31/43

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 29/08/2016 Válido até: 29/08/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
125	Seringa descartável 3ml, sem agulha bico luer lock. Com Registro na Anvisa. (4400)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	SR	0	0,0900	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	SR	0	0,1000	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SR	0	0,1300	3
126	Seringa descartável 3ml, sem agulha bico slip. Com Registro na Anvisa. (4401)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	SR	0	0,0900	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	SR	0	0,1000	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SR	0	0,1300	3
127	Seringa descartável 5ml, sem agulha bico luer lock. Com Registro na Anvisa. (4402)	UND	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	SR	0	0,1100	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	SR	0	0,1300	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SR	0	0,1400	3
128	Seringa descartável 5ml, sem agulha bico slip. Com Registro na Anvisa. (4403)	UND	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	SR	0	0,1100	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	SR	0	0,1300	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SR	0	0,1400	3
129	Seringa descartável 10ml, sem agulha bico luer lock. Com Registro na Anvisa. (4404)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	SR	0	0,2000	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	SR	0	0,2200	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Página: 32/43

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 29/08/2016 Válido até: 29/08/2017						
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SR	0	0,2300
130	Seringa descartável 10ml, sem agulha bico slip. Com Registro na Anvisa. (4405)	UND	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	SR	0	0,2200
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SR	0	0,2500
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	SR	0	0,2500
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	LABORIMPOR	0	0,3500
131	Seringa descartável 20ml, sem agulha bico luer lock. Com Registro na Anvisa. (4406)	UND	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	SR	0	0,3300
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SR	0	0,3500
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	SR	0	0,3500
132	Seringa descartável 20ml, sem agulha bico slip. . Com Registro na Anvisa. (4407)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	SR	0	0,3200
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	SR	0	0,3300
			METROMED-COM/DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	SR	0	0,4300
133	Seringa descartável 60ml, sem agulha bico cateter. Com Registro na Anvisa. (4408)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	SR	0	1,3000
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SR	0	1,3100

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Página: 33/43

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 29/08/2016		Válido até: 29/08/2017		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
134	Solução Fisiológica de Cloreto de Sódio 0,9%, bico, conta-gotas. Frasco de 100ml. (4409)	Frasc	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	ADVANTIVE	0	1,7600	3
135	Solução Fisiológica de Cloreto de Sódio 0,9%, bico conta-gotas. Frasco de 250ml. (4410)	Frasc	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Famax	0	0,9300	1
136	Solução glicofisiológica 5%+0,9%.(Solução intravenosa em sistema fechado, confeccionado em bolsas flexíveis e vedadas de PVC que impedem a entrada de ar e de microorganismos, reduzindo o risco de infecção, com registro na ANVISA). 500ml. (4411)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Fresenius Kabi	0	3,2600	1
137	Solução isotônica de cloreto de sódio 0,9% (Solução intravenosa em sistema fechado, confeccionado em bolsas flexíveis e vedadas de PVC que impedem a entrada de ar e de microorganismos, reduzindo o risco de infecção, com registro na ANVISA). 100ml. (3186)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Equiplex	0	3,2700	2
138	Solução isotônica de cloreto de sódio 0,9% (Solução intravenosa em sistema fechado, confeccionado em bolsas flexíveis e vedadas de PVC que impedem a entrada de ar e de microorganismos, reduzindo o risco de infecção, com registro na ANVISA). 250ml. (3187)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Sanobid	0	1,9800	2
139	Solução isotônica de cloreto de sódio 0,9% (Solução intravenosa em sistema fechado, confeccionado em bolsas flexíveis e vedadas de PVC que impedem a entrada de ar e de microorganismos, reduzindo o risco de infecção, com registro na ANVISA). 500ml. (3188)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Sanobid	0	2,3900	1
140	Solução isotônica de cloreto de sódio 0,9% (Solução intravenosa em sistema fechado, confeccionado em bolsas flexíveis e vedadas de PVC que impedem a entrada de ar e de microorganismos, reduzindo o risco de infecção, com registro na ANVISA). 100ml. (3185)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Segmenta-Eun	0	2,5100	2
141	Solução isotônica de cloreto de sódio 0,9% (Solução intravenosa em sistema fechado, confeccionado em bolsas flexíveis e vedadas de PVC que impedem a entrada de ar e de microorganismos, reduzindo o risco de infecção, com registro na ANVISA). 250ml. (3187)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Segmenta-Eun	0	3,1100	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Página: 34/43

Número do Registro de Preços: 7/2016 **Data do Registro: 29/08/2016** **Válido até: 29/08/2017**

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Sanobol	0	3,1200	2
140	Solução a base de glutaraldeído 2%-esterilizante químico e desinfetante hospitalar para artigos críticos. (28 dias). 1 litro (4415)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Cinord Sudest	0	12,4800	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Rioquímica	0	30,3000	2
141	Sonda de aspiração traqueal n 06. Com registro na Anvisa (4416)	UND	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	MEDSONDA	0	0,4200	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Biosani	0	0,4900	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Biosani	0	0,5200	3
142	Sonda de aspiração traqueal n 08. Com registro na Anvisa (4417)	UND	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	MEDSONDA	0	0,4400	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Biosani	0	0,5000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Biosani	0	0,5600	3
143	Sonda de Foley com balão duas vias nº 18. Estéril, com registro na Anvisa (4418)	UND	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	ADVANTIVE	0	2,6600	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solidk	0	3,0500	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	SOLIDOR	0	3,2000	3
144	Sonda de Foley com balão duas vias nº 20. Estéril, com registro na Anvisa (4419)	UND	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	ADVANTIVE	0	2,6600	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Página: 35/43

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 29/08/2016		Válido até: 29/08/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solid	0	3,0500	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	SOLIDOR	0	3,2000	3
145	Sonda de Foley com balão duas vias nº 22. Estéril, com registro na Anvisa (4420)	UND	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	ADVANTIME	0	2,6600	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solid	0	3,0500	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	SOLIDOR	0	3,2000	3
146	Sonda uretral de alívio nº 12 siliconizada (17598)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Biosani	0	0,4600	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	MEDSONDA	0	0,4700	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Biosani	0	0,5600	3
147	Sonda uretral de alívio nº 8 siliconizada (17599)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Biosani	0	0,4000	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	MEDSONDA	0	0,4200	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Biosani	0	0,5600	3
148	Tala fácil em papelão. Tamanho P (30x10), Pacote com 10 talas. (4423)	PCT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Resgate SP	0	12,5600	1
149	Tala fácil em papelão. Tamanho M (45x10), Pacote com 10 talas. (4424)	PCT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Resgate SP	0	20,7800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Página: 36/43

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 29/08/2016		Válido até: 29/08/2017		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
150	Tala fácil em papelão. Tamanho G (60x10). Pacote com 10 talas. (4425)	PCT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Resgate SP	0	28,4200	1			
151	Tala fácil em papelão. Tamanho GG (80x10). Pacote com 10 talas. (4426)	PCT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Resgate SP	0	38,2100	1			
152	Termômetro Clínico - escala interna, leitura direta. Escala: 35 42: 0,1°C Enchimento: Mercúrio (Hg) (4427)	UND	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	ACCUMED	0	5,5500	1			
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	PREMIUM	0	6,1600	2			
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	MD	0	7,9900	3			
153	Termômetro Digital Clínico. Desliga automaticamente, emite sinal sonoro ao término da medição. (4428)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	BOLAND	0	7,9800	1			
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	MD	0	7,9900	2			
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	INCOTERM	0	14,5500	3			
154	Tesoura Iris curva 10cm delicada.. (4429)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	ABC	0	15,0000	1			
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Abc	0	15,8700	2			
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ABC	0	16,0000	3			
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	ABC 12CM	0	16,3800	4			
155	Tesoura Iris reta 10cm delicada.. (4430)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Abc	0	14,9900	1			

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Página: 37/43

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 29/08/2016 Válido até: 29/08/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
156	Tiras reagentes para teste de glicemia capilar, com método de aspiração. Cx c/50 unidades. Com 5 aparelhos em comodato. (4431)	CX	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	ABC	0	15,0000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ABC	0	18,4000	3
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	On Call Plus	0	25,0000	1
157	Tubo Endotraqueal com manguito nº 5,5. Estéril, com registro na Anvisa (4432)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Acon	0	25,0900	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	BOLAND	0	31,9600	3
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	VITAL GOLD	0	3,6600	1
158	Tubo Endotraqueal com manguito nº 6,5. Estéril, com registro na Anvisa (4433)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solid	0	4,3400	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	GOODCOME	0	4,8300	3
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	VITAL GOLD	0	3,6600	1
159	Tubo Endotraqueal com manguito nº 7,5. Estéril, com registro na Anvisa (4434)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solid	0	4,3400	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	GOODCOME	0	4,8300	3
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	VITAL GOLD	0	3,6600	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solid	0	4,3400	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Página: 38/43

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 29/08/2016 Válido até: 29/08/2017						
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	GOODCOME	0	4,8300
160	Tubo Endotraqueal com manguito nº 8,5. Estéril, com registro na Anvisa (4435)	UND	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	VITAL GOLD	0	3,6600
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solid	0	4,3400
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	GOODCOME	0	4,8300
161	Vaselina líquida. 1 lt. (4436)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vic Pharma	0	12,8200
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Rioquímica	0	17,4500
162	Sonda uretral de alívio nº 14 siliconizada (17600)	UND	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	MEDSONDA	0	0,4700
			CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6452)	EMBRAMED	0	0,5900
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Biosani	0	0,6300
163	Sonda nasogástrica longa N° 20 pcd com 10 und. Dispositivo para introdução em órgãos corporais para drenagem de fluidos (secreções ou excreções) para drenagem gástrica e introdução de solução e medicação no trato gástrico; estéril, atóxico, apirrogênico; descartável (uso único). Tubo de PVC atóxico flexível com modelo de função específica e conector com tampa. (17030)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Biosani	0	6,4000
164	Sonda de aspiração traqueal N°18-Dispositivo para introdução em órgãos corporais para administração de oxigênio ou ar comprimido. Espessura da sonda 6,5 mm traqueal para aspiração de secreções da árvore traqueobrônquica; estéril, atóxico, apirrogênico; Descartável compostas de tubo de PVC atóxico flexível com modelo de função específica e conector com tampa. (17031)	UND	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	MEDSONDA	0	0,6900

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Página: 39/43

Número do Registro de Preços: 7/2016				Data do Registro: 29/08/2016		Válido até: 29/08/2017	
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
166	Fita micropore 5cm x 10,0 mts. com capa. Fita Cirúrgica Microporosa confeccionada com substrato de não-tecido à base de fibras de viscose, resina acrílica e massa adesiva à base de poliacrilato hipoclorético. Utilizada para fixação de curativos, ponto falso, proteção de cortes, etc. Cor Branca. (17036)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Biosani	0	0,8000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Biosani	0	0,8900	3
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Missner	0	2,9900	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	MAXICOR	0	3,3500	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MISSNER	0	3,5500	3
167	Bolsa coletora de urina - sistema fechado 2 litros (descartável e estéil. Possui conector universal com ajuste para sondas vesicais, com tampa protetora atóxica, apirrogenica e descartável. Válvula anti-refluxo, alça de sustentação, pinça corta fluxo, tira para transporte, tubo de esvaziamento. Embalada individualmente em papel grau cirúrgico e em blister de filme plástico termolomável. Esterilizada em óxido de etileno). (17601)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	LABORIMPOR	0	2,3000	1
168	Lamina para preventivo ponta fosca cx c/ 100 (1747)	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	ADVANTIVE	0	2,4900	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	STARMED	0	3,1000	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Global Trade	0	4,0700	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Adlin	0	4,7300	2

Página: 40/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Número do Registro de Preços: 7/2016 Data do Registro: 29/08/2016 Válido até: 29/08/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
169	Equipo 2 vias, poliflex, multivias com clamp pct com 20 unid. Dispositivo multiplicador de acesso venoso, luer fema de 2 vias, com clamp de fechamento rápido nas vias. Extensão dupla em PVC cristal. Clamp em cores diferentes, conector Luer Fêmea com Tampa rosqueável, conector Luer para dispositivo de acesso venoso com Registro da Anvisa. Esteril-Esterilizado a Oxido de Etileno, fabricado em PVC flexível, tubo de 18 cm, conector tipo luer slip universal, pinça rolê e contra-fluxo, câmara gotejadora flexível, atóxico e apirrogênico, descartável e de uso único. (17034)	UND	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	VITAL GOLD	0	0,6100	1
170	Catéter nasal para oxigênio tipo óculos- embalado individualmente em embalagem plástica, esterilizado por radiação gama. Pacote com 20 unidades. (17035)	PCT	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	MEDSONDA	0	15,5900	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	TKI	0	0,8500	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	VITAL GOLD	0	0,9400	3
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MEDSONDA	0	17,9600	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	BIOSANI	0	19,5000	3
171	Indicador biológico para monitorar ciclos de esterilização a vapor. Tempo de resposta 24 horas, Geobacillus stearothermophilus, caixa com 10 unidades, fabricação conforme ISO 11138-1. (17037)	CX	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Clean	0	60,2500	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CLEAN UP	0	70,0000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Clean-up	0	71,2200	3
172	Inubadora para indicador biológico- aparelho destinado à importante função de incubação dos indicadores biológicos autocitantes destinados à monitorar os ciclos de esterilização em autoclave a vapor. Prático, leve e de fácil manuseio. Circuito de eletrônica que mantém a temperatura entre 55° a 60°C. Alerta a partir do led, caso a temperatura saia da faixa de 55° a 60°C. Capacidade para 7 indicadores biológicos. Suporte dos indicadores biológicos confeccionado em alumínio, que além de não enturrar, dissipa melhor a temperatura por toda sua área. (17038)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	STERMAX PLI	0	210,0000	1

Página: 41/43

METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Cristofoli	0	230,0000	2
---	------------	---	----------	---

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Página: 42/43

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 29/08/2016		Válido até: 29/08/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Ecel	0	244,1700	3

Página: 43/43

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRAÇO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 29/08/2016		Válido até: 29/08/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 7/2016
PROCESSO Nº 14/2016

- (6011) - METROMED-COM:DE MATERIAL MEDICO HOSPLTD
- (6039) - ALTERMED MATME- HOSPITALAR LTDA
- (6156) - PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD
- (6352) - OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA
- (6452) - CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
- (6824) - STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES

Braço do Trombudo, 29 de Agosto de 2016.

Brunópolis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 30/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS

Processo Licitatório nº 37/2016 – Edital de Pregão Presencial nº 25/2016

Objeto: Recuperação de Veículo. Licitação exclusiva para Micro e Pequena Empresa. Data e horário: o recebimento dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será até às 09:00min do dia 13/09/2016, sendo que a abertura e julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Brunópolis, Rua Armino Leobet, 441, Centro, Brunópolis/SC, CEP 89634-000. A íntegra do edital está disponível no endereço eletrônico na Internet www.brunopolis.sc.gov.br. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3556-0019/3556-0020 ou no endereço citado.

Ademil Antonio da Rosa - Prefeito Municipal.

Brusque

PREFEITURA

DECRETO Nº. 7850, DE 19 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº. 7850, DE 19 DE AGOSTO DE 2016.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20 da lei nº 3.948 de 18.12.2015, a Lei nº 3.910 de 04.09.2015, inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar especial no Orçamento Fiscal do Fundo Municipal de Saúde em vigência, no valor de R\$ 41.430,20 (quarenta e um mil, quatrocentos e trinta reais e vinte centavos), para atender a programação abaixo especificada:

25.00 Fundo Municipal de Saúde

25.001 Fundo Municipal de Brusque

010.0301.0275.2272 Manutenção da Assistência Farmacêutica (BLAFB)

3.3.90.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

0.1.67.21 Transferência do Sistema único de Saúde – SUS/Estado – Farmácia Básica

VALOR R\$ 40.411,50

010.0301.0275.2271 Atenção Básica, ESF, ACS (BLATB)

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas

0.1.67.10 Transferência do Sistema único de Saúde – SUS/Estado – ESF

VALOR R\$ 87.950,00

010.0305.0105.2274 Vigilância Epidemiológica e Ambiental (BLVGS)

3.3.90.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

0.1.38.20 Transferência do Sistema único de Saúde – SUS/União – Vigilância Epidemiológica

VALOR R\$ 13.920,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

25.00 Fundo Municipal de Saúde

25.001 Fundo Municipal de Brusque

010.0305.0105.2274 Vigilância Epidemiológica e Ambiental (BLVGS)

4.4.90.00 Despesas de Capital – Aplicações Diretas

0.1.38.20 Transferência do Sistema único de Saúde – SUS/União – Vigilância Epidemiológica

VALOR R\$ 1.520,00

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas

0.1.38.20 Transferência do Sistema único de Saúde – SUS/União – Vigilância Epidemiológica

VALOR R\$ 12.400,00

II - Excesso de arrecadação do exercício corrente na seguinte receita/vínculo:

0.1.67.21	Transferência do Sistema único de Saúde – SUS/Estado – Farmácia Básica
Valor Orçado	R\$ 0,00
Valor Arrecadado até 19/08/2016	R\$ 40.411,50

Excesso de Arrecadação	R\$ 40.411,50
Valor Utilizado neste decreto	R\$ 40.411,50

0.1.67.21	Transferência do Sistema único de Saúde – SUS/Estado – Farmácia Básica
Valor Orçado	R\$ 0,00
Valor Arrecadado até 19/08/2016	R\$ 87.950,00
Excesso de Arrecadação	R\$ 87.950,00
Valor Utilizado neste decreto	R\$ 87.950,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 19 de agosto de 2016, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 19 de agosto de 2016.

JOSÉ LUIZ DA CUNHA Prefeito Municipal	MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA Procurador Geral do Município
--	--

GISELLE MIRLEY ARMELIN MORITZ Secretária Municipal de Saúde	AURINHO SILVEIRA DE SOUZA Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito
--	--

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 069/2016

Processo Licitatório nº 069/2016

PREGÃO nº 058/2016

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, nº 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a locação de caminhões (“truck comum/traçado”; limpa fossa) e máquinas/equipamentos pesados (tratores de lâmina “D-6”) para o atendimento da Administração.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 14/09/2016, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br. 26/08/2016

ROGÉRIO ADILSON LANA

Secretário de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 11.259/2016

PORTARIA nº 11.259 DE 24 DE AGOSTO DE 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea “a” do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar João Bononomi do cargo de provimento em

comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 24 de agosto de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete

PORTARIA Nº 116/2016 SAMAE

PORTARIA Nº. 116/2016

A Diretora Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 149 da Lei n.º 147 de 25 de setembro de 2009:

RESOLVE

1) Conceder Licença Prêmio em pecúnia, de três meses, ao servidor REINALDO JOSÉ VIEIRA, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, relativo ao exercício no quinquênio de 01/12/2010 a 30/11/2015;

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir do dia 01/08/2016.

Brusque, 25 de agosto de 2016.

FABIANA AMÁLIA DALCASTAGNÉ

Diretora Presidente

SAMAE

PORTARIA Nº117/2016 SAMAE

PORTARIA Nº. 117/2016

A Diretora Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 149 da Lei n.º 147 de 25 de setembro de 2009:

RESOLVE

1) Conceder Licença Prêmio em pecúnia, de dois meses, ao servidor DIEGO RIBEIRO PENA, ocupante do cargo de Engenheiro Eletricista, relativo ao exercício no quinquênio de 01/03/2010 a 28/02/2015;

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir do dia 01/08/2016.

Brusque, 25 de agosto de 2016.

FABIANA AMÁLIA DALCASTAGNÉ

Diretora Presidente

SAMAE

PORTARIA Nº 118/2016 SAMAE

PORTARIA Nº. 118/2016

A Diretora Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 149 da Lei n.º 147 de 25 de setembro de 2009:

RESOLVE

1) Conceder Licença Prêmio em pecúnia, de dois meses, ao servidor GILBERTO CESAR ALBRECHT, ocupante do cargo de Engenheiro Mecânico, relativo ao exercício no quinquênio de 01/03/2010 a 28/02/2015;

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir do dia 01/08/2016.

Brusque, 25 de agosto de 2016.

FABIANA AMÁLIA DALCASTAGNÉ

Diretora Presidente

SAMAE

Caçador

PREFEITURA

PORTARIA Nº 27.214

PORTARIA Nº 27.214, de 23 de agosto de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 90, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados nas diversas Secretarias Municipais e órgãos da Administração Pública, férias regulamentares acrescidas do adicional de férias, especificando código, nome do servidor, período de aquisição e período de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Período Aquisitivo	Período Gozo
12143	Alessandro Schneider de Almeida	01/01/2015 a 31/12/2015	01/09/2016 a 30/09/2016
11940	Classir Terezinha Fenili	18/06/2014 a 17/06/2015	26/09/2016 a 10/10/2016
3802	Cristiane Aparecida Corrêa	01/04/2014 a 31/03/2015	01/09/2016 a 30/09/2016
13474	Dílson Luiz Corrêa	01/07/2014 a 30/06/2015	01/09/2016 a 30/09/2016
9137	Eliane Aparecida Leveck	23/02/2015 a 22/02/2016	12/09/2016 a 01/10/2016
9198	Eliane do Amaral	02/03/2014 a 01/03/2015	15/08/2016 a 24/08/2016
9198	Eliane do Amaral	02/03/2015 a 01/03/2016	25/08/2016 a 13/09/2016
8612	Elizeni Batista Amaral	22/07/2014 a 21/07/2015	12/09/2016 a 11/10/2016
200	Ilse Maria Schmidt Driessen	03/02/2015 a 02/02/2016	05/09/2016 a 14/09/2016
1507	Ivone Ruppel Mello	01/01/2013 a 31/12/2013	29/08/2016 a 07/09/2016
1507	Ivone Ruppel Mello	01/01/2014 a 31/12/2014	08/09/2016 a 27/09/2016
13970	Ivone Geraldina Almeida	04/08/2015 a 03/08/2016	17/08/2016 a 05/09/2016
12058	Jéssica Coradi	15/08/2015 a 14/08/2016	16/09/2016 a 30/09/2016
3271	Maria Aparecida Boscatto	05/02/2015 a 04/02/2016	12/09/2016 a 01/10/2016
10449	Michele Adriana Baseggio	16/01/2015 a 15/01/2016	22/09/2016 a 01/10/2016
12059	Rodolfo Lorenzo da Rosa	15/08/2015 a 14/08/2016	16/09/2016 a 30/09/2016
10510	Schayana Zmijevski Simas	18/02/2014 a 17/02/2015	15/08/2016 a 24/08/2016
2648	Seleme Luiz Scolaro	01/01/2014 a 31/12/2014	19/08/2016 a 17/09/2016
13769	Sulivan Francisco da Silva	02/02/2015 a 01/02/2016	21/09/2016 a 30/09/2016
10097	Vinícius Marcelino Piccoli	01/03/2014 a 28/02/2015	01/09/2016 a 30/09/2016
12588	Willian Schroder	05/03/2014 a 04/03/2015	28/09/2016 a 17/10/2016

Art. 2º. CONCEDER conversão em dinheiro de 1/3 (um terço) que corresponde a 10 (dez) dias de férias aos Servidores Públicos Municipais a seguir relacionados, especificando código, nome dos servidores, lotação e período aquisitivo, conforme segue:

Código	Nome	Lotação	Período aquisitivo
7993	Diogo Borges Barbosa	Dittesc	14/01/2014 a 13/01/2015
10799	Divanilda de Fátima Maciel	Dittesc	21/03/2011 a 21/03/2016
7704	Leonice Candiago	Saúde	23/07/2011 a 22/07/2012
1720	Sandro José Neres da Rocha	Saúde	21/02/2013 a 20/02/2014

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 23 de agosto de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 86 - 2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 53 - 2016 – PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 86 - 2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 53 - 2016 – PREFEITURA; TIPO: MENOR PREÇO, OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEDRAS E TUBOS DE CONCRETO DESTINADOS A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICIPIO DE CAÇADOR/SC, ENTREGA DOS ENVELOPES: 14/09/2016 às 14h00min. ABERTURA DOS ENVELOPES: 14/09/2016 às 14h10min. Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações, no horário de expediente em vigor; Não será fornecido informação por telefone,

Caçador, 25, de agosto de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETO

PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 87 - 2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 54 - 2016 – PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 87 - 2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 54 - 2016 – PREFEITURA; TIPO: MENOR PREÇO, OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA EM TRANSPORTE DE PASSAGEIROS PARA DESLOCAMENTO DE PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO – TFD, ATLETAS E OUTROS DESTINADOS AS SECRETARIAS FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICIPIO DE CAÇADOR/SC, ENTREGA DOS ENVELOPES: 15/09/2016 às 14h00min. ABERTURA DOS ENVELOPES: 15/09/2016 às 14h10min. Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações, no horário de expediente em vigor; Não será fornecido informação por telefone,

Caçador, 26, de agosto de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETO

PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 061, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

PORTARIA nº 061, de 25 de agosto de 2016.

Autoriza o gozo de 24 (vinte e quatro) dias de férias interrompidas pela Portaria 51/2016, ao servidor José Luiz Furlin.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 39, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, conforme art. 16, VIII, do Regimento Interno e com fundamento no art. 91 da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar o gozo de 24 (vinte e quatro) dias de férias, interrompidas pela Portaria 51/2016, ao servidor JOSÉ LUIZ FURLIN, a serem usufruídas no período de 29/08/2016 a 21/09/2016, de acordo com o requerimento do servidor.

Art. 2º - Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no D.O.M.

Gabinete da Presidência, 25 de agosto de 2016.

Valmor de Paula,

PRESIDENTE

Fernando Scolaro,

VICE-PRESIDENTE

Glaci Aparecida dos Santos Pereira

1º SECRETÁRIA

Adilberto Santos de Oliveira

2º SECRETÁRIO

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC**RESUMO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 08/2016 – IPASC**

RESUMO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 08/2016 – IPASC

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 08/2016

Processo Licitatório nº 08/2016. 2º termo Aditivo ao Contrato nº 11/2014. OBJETO CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA, COM FINALIDADE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA EM RELAÇÃO AO MERCADO FINANCEIRO. CONTRATADA: SMI PRIME CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.882.190/0001-34, com sede na Rua Dom Jaime Câmara, nº 901, sala 901, Bairro Centro, Florianópolis/SC. O preço total da aquisição dos serviços é de R\$ 35.801,47 (Trinta e cinco mil oitocentos e um reais e quarenta e sete centavos). Prazo do contrato: 12 meses.

Camboriú

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 085/2016 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 085/2016 - PMC - Atas do Sistema de Registro de Preços 069 e 070/2016 – PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR PARA USO DAS GUARNIÇÕES EM ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA NA CIDADE DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 29/08/2017
1ª Publicação.

IL 06/16 - FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
INEXIGÊNCIA LICITATÓRIA Nº. 006/2016 – FMS
Data: 29/08/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DA CHAVE SOLENOIDE NO VEÍCULO MASTER PLACA QHC 5407, PERTECENTE À FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Valor total: R\$: 487,00 (Quatrocentos e Oitenta e Sete Reais).

Secretaria: Saúde

Contratado: ACN CPMÉRICO DE PRODUTOS DE TRÂNSITO LTDA
Embasamento legal: artigo 25, inciso "I", da lei Federal 8666/1993.

Camboriú, 29 de Agosto de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

TERMO DE ERRATA AO PR 004/2016 - FMA

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
TERMO DE ERRATA
PREGÃO PRESENCIAL 004/2016-FMA

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital do Pregão Presencial 004/2016 - FMA, tendo como objeto a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE EXTREMA NECESSIDADE PARA A MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DAS ACADEMIAS E PARQUINHOS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.", sofreu a seguinte alteração:

Foram alterados os itens 6.3.7 e 6.3.8 do Edital:

- onde lê-se:

6.3.7 – A empresa proponente deverá apresentar o registro ou inscrição do profissional (CREA).

- leia-se:

6.3.7 – A empresa proponente deverá apresentar o registro ou inscrição do profissional (CREA/CAU).

- onde lê-se:

6.3.8 – A empresa proponente deverá apresentar registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente (CREA).

- leia-se:

6.3.8 – A empresa proponente deverá apresentar registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente (CREA/CAU).
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú SC, 29 de Agosto de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

RESULTADO PR 085/2016 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 085/2016-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi:

"FRACASSADA PARA OS ITENS 01, 02, 03, 04, 05, 09, 10, 20, 24, 33, 36 E 42"

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 29 de Agosto de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

PREFEITA MUNICIPAL

Campo Alegre

PREFEITURA

DECRETO Nº 9.959 DE 29 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº 9.959 DE 29 DE AGOSTO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.435 de 16 de dezembro de 2015; Decreta.

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0002.2043 -	Pessoal da Secretaria de Administração	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
310000.00.896 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.896 -	Aplicações Diretas	
319016.00.896 -	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	R\$ 7.000,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
12.361.0010.2046 -	Pessoal do Ensino Fundamental	
300000.00.141 -	Despesas Correntes	
310000.00.141 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.141 -	Aplicações Diretas	
319016.00.141 -	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	R\$ 7.000,00
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
12.365.0011.2047 -	Pessoal da Educação Infantil	
300000.00.141 -	Despesas Correntes	
310000.00.141 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.141 -	Aplicações Diretas	
319004.00.141 -	Contratação Por Tempo Determinado	R\$ 18.000,00
	Total	R\$ 32.000,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulações Parciais das seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0002.2043 -	Pessoal da Secretaria de Administração	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
310000.00.896 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.896 -	Aplicações Diretas	
319113.00.896 -	Obrigações Patronais – Op. Intra-Orçamentárias	R\$ 7.000,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
12.361.0010.2046 -	Pessoal do Ensino Fundamental	
300000.00.141 -	Despesas Correntes	
310000.00.141 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.141 -	Aplicações Diretas	
319094.00.141 -	Indenizações Restituições Trabalhistas	R\$ 7.000,00
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
12.365.0011.2047 -	Pessoal da Educação Infantil	
300000.00.141 -	Despesas Correntes	
310000.00.141 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.141 -	Aplicações Diretas	
319094.00.141 -	Indenizações Restituições Trabalhistas	R\$ 18.000,00
	Total	R\$ 32.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 25 de agosto de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
29 de agosto de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 30/08/2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

DECRETO Nº 9.960 DE 29 DE AGOSTO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.960 DE 29 DE AGOSTO DE 2016
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso V do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em data de 05 de Abril de 1990; Decreta:

Art.1º) Exonerar a pedido Sr. JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA, do Cargo de Provimento em Comissão– Chefe de Gabinete, Registro no Sistema sob nº 955159, lotado no Gabinete do Prefeito, a partir de 29 de agosto de 2016.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
29 de agosto de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 30/08/2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

DECRETO Nº 9.961 DE 29 DE AGOSTO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.961 DE 29 DE AGOSTO DE 2016

DESIGNA O ASSESSOR DE GABINETE PARA RESPONDER INTERINAMENTE PELA CHEFIA DE GABINETE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 71, Inciso I, Alínea "G", da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art.1º) Designar o Assessor de Gabinete JOSÉ LUIS SILVA, Matrícula Funcional nº 000034, Registro no Sistema sob nº 40000, para responder interinamente pela Chefia de Gabinete, a partir de 29 de agosto de 2016 por período indeterminado.

Art.2º) O Assessor de Gabinete não perceberá qualquer valor pecuniário atinente ao cargo de Chefe de Gabinete, nem incorporará qualquer parcela para efeitos futuros.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
29 de agosto de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 30/08/2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

DECRETO Nº 9.962 DE 29 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº 9.962 DE 29 DE AGOSTO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a lei Municipal nº 4.435 de 16 de dezembro de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.			
11.02 -	Coordenadoria de Turismo			
23.695.0083.1.012 -	Divulgação do Município e Rotas Turísticas			
300000.00.896 -	Despesas Correntes			
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.896 -	Aplicações Diretas			
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 500,00		

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial do seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.			
11.02 -	Coordenadoria de Turismo			
23.695.0083.1.012 -	Divulgação do Município e Rotas Turísticas			
300000.00.896 -	Despesas Correntes			
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.896 -	Aplicações Diretas			
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 500,00		

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
29 de agosto de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 30/08/2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

DECRETO Nº 9.963 DE 29 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº 9.963 DE 29 DE AGOSTO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE ELEMENTOS DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.435 de 16 de dezembro de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 16.200,00 (dezesesseis mil, duzentos reais) no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.			
11.01 -	Coordenadoria de Cultura			
13.392.0075.2.809 -	Pessoal da Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.			

300000.00.896 -	Despesas Correntes				
310000.00.896 -	Pessoal Encargos Sociais				
319000.00.896 -	Aplicações Diretas				
319113.00.896 -	Obrigações Patronais – Op. Intra-Orçamentárias.	R\$	16.200,00		

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulações parciais dos seguintes Elementos de Despesas da Dotação do Orçamento Vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.				
11.01 -	Coordenadoria de Cultura				
13.392.0075.2.809 -	Pessoal da Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.				
300000.00.896 -	Despesas Correntes				
310000.00.896 -	Pessoal Encargos Sociais				
319000.00.896 -	Aplicações Diretas				
319004.00.896 -	Contratação Por Tempo Determinado	R\$	1.000,00		
319016.00.896 -	Outras Despesas Variaveis – Pessoal Civil	R\$	6.600,00		
319094.00.896 -	Indenizações Restituições Trabalhistas	R\$	8.600,00		
	Total	R\$	16.200,00		

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
29 de agosto de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 30/08/2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

PORTARIA Nº 13.427 DE 29 DE AGOSTO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.427 DE 29 DE AGOSTO DE 2016

ALTERA AS DISPOSIÇÕES DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 1º DA PORTARIA Nº 11.874 DE 22 DE ABRIL DE 2015.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Alterar as disposições do Parágrafo único do Art. 1º da Portaria nº 11.874 de 22 de abril de 2015, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo único – O abono pecuniário de que trata o Caput deste Artigo refere-se ao período aquisitivo 18 de fevereiro de 2014 á 31 de dezembro de 2014, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal”.

Parágrafo Único – A alteração de que trata o Caput deste Artigo, em razão de engano digitação no período aquisitivo da referida férias, que ora corrigimos.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos retroativos a 22 de abril de 2015.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
29 de agosto de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 29/08/2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

PORTARIA Nº 13.428 DE 29 DE AGOSTO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.428 DE 29 DE AGOSTO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 47 (quarenta e sete) dias de Férias ao Servidor Público Municipal, ADRIANO JUCEMAR CHAVES, Matrícula Funcional nº 000755, Registro no Sistema sob nº 955347, ocupante do Cargo Público de Motorista, exercendo a Função de Motorista da Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Parágrafo único – As férias de que trata o Caput deste artigo, referem-se aos seguintes períodos aquisitivos: 18 de fevereiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014 = 17 (dezesete) dias; 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015 = 30 (trinta) dias.

Art.2º) Pagamento de um Terço de Férias referente aos referidos períodos aquisitivos citados no Parágrafo único do Art. 1º desta Portaria.

Art.3º) O Servidor gozará as férias no período de 01 de setembro de 2016 á 17 de outubro de 2016, opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal, devidamente protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 29 de agosto de 2016 sob nº 4819.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
29 de agosto de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 30/08/2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

PORTARIA Nº 13.429 DE 29 DE AGOSTO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.429 DE 29 DE AGOSTO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias ao Servidor Público Municipal, JOSÉ ADEMIR RIBEIRO, Matrícula Funcional nº 000689, Registro no Sistema sob nº 955128, ocupante do Cargo Público de Técnico em Nível Médio, exercendo a Função de Técnico em Enfermagem, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Parágrafo único – As férias de que trata o Caput deste artigo, referem-se aos seguintes períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014 = 11(once) dias; de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015 = 19 (dezenove) dias.

Art.2º) Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Art.3º) O Servidor gozará as férias no período de 01 de setembro de 2016 á 30 de setembro de 2016, , sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal, devidamente protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 15 de agosto de 2016 sob nº 4432.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.5º) Revogadas as demais disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 13.423 de 24 de agosto de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
29 de agosto de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 30/08/2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

PORTARIA Nº 13.430 DE 29 DE AGOSTO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.430 DE 29 DE AGOSTO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de Férias ao Servidor Público Municipal, LUIZ SILDONIR CARDOSO, Matrícula Funcional nº 000041, Registro no Sistema sob nº 393000, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional II, exercendo a Função de Vigia, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Parágrafo único – As férias de que trata o Caput deste artigo, referem-se ao período aquisitivo 01 de novembro de 2014 a 31 de outubro de 2015.

Art.2º) Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de novembro de 2014 a 31 de outubro de 2015.

Art.3º) O Servidor gozará as férias no período de 05 de setembro de 2016 á 24 de setembro de 2016, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal, devidamente protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 25 de agosto de 2016 sob nº 4784.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.5º) Revogadas as demais disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 13.425 de 26 de agosto de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
29 de agosto de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 29/08/2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

PREGÃO ELETRÔNICO 77/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 77/2016

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

A licitação tem como objeto a aquisição de bateria para desfibrilador Lifepak 1000 utilizado para atendimentos pelo 2º Grupamento de Bombeiros do município de Campo Alegre - SC, conforme relação abaixo:

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTI-MADO	VALOR TOTAL ESTI-MADO
01	01	Unidade	Bateria de lítio não recarregável para desfibrilador Lifepak 1000.	4.757,00	4.757,00
VALOR TOTAL				R\$ 4.757,00	

Critério julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 0h do dia 30/08/2016 às 09h45min do dia 12/09/2016;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 10h do dia 12/09/2016 no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.

As despesas oriundas de eventuais contratações correrão por conta de dotações orçamentárias na seguinte classificação:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	09.00	FUNREBOM – Fundo Munic. de Reequip. da Organ. de Bomb.
Unidade	09.01	Serviço de Manutenção do FUNREBOM
Função	6	Segurança Pública
Subfunção	182	Defesa Civil
Programa	71	FUNREBOM
Projeto	2.717	Manutenção e Coordenação do FUNREBOM
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br. Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC, através do telefone (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: <http://www.portaldecompraspublicas.com.br> para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre – SC, 30 de agosto de 2016.

Lucilaine Mokfa Schwarz
Secretária Municipal de Administração

PREGÃO ELETRÔNICO 78/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 78/2016

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

A licitação tem como objeto a aquisição de luvas e macacões para utilização em operações de resgate realizadas pelo 2º Grupamento de Bombeiros do município de Campo Alegre - SC, conforme relação abaixo:

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
01	07	Par	Luva de proteção 5 dedos multiuso, maleável constituída com couro sintético Clarino, reforçada com Kevlar rugoso e almofadas em EVA foam, proporcionando alta resistência, abrasão e proteção contra impactos na palma e ponta dos dedos. O dorso tem seu acabamento com almofadas de TPR (borracha termoplástica), protegendo o metacarpo. A tela de malha laranja e amarelo na palma proporciona excelente contraste. O punho é reto confeccionado em neoprene deslizante, medindo aproximadamente 60mm, proporcionando alto conforto ao colocar as mãos. Possui ainda no dorso, em ambos os lados, refletivos micro-prismáticos Reflexite que proporcionam alta visibilidade para trabalhos noturnos ou ambientes com pouca luz, cada um medindo aproximadamente 70mm de comprimentos e 30mm de largura. Para uso em trabalhos hidráulicos, uso no manuseio de ferramentas e equipamentos, geral, metal-mecânica, trabalhos de resgate em estradas e ferrovias. Possuir no corpo da luva o nome do fabricante, número do CA, lote de fabricação. Apresentada nos seguintes tamanhos: 08 a 12 (M, G, GG, GGG). É certificado pelas normas NR nº 6 do Ministério do Trabalho e Emprego, pela BS EM 420:2003 – Luvas de proteção EM 388:4143 – Riscos Mecânicos. Possuir CA Ministério do Trabalho e Emprego. Apresentar documento que comprove o atendimento à norma EN388 (riscos mecânicos) que atribua à luva o nível 4 para os quesitos de resistência à abrasão, nível 4 ao rasgamento, nível 2 à perfuração por punção e o nível 1 para o quesito de resistência ao corte por lâmina. Apresentar documento que comprove o atendimento a norma ISSO 811:1981. Resistência a penetração de água (Pa) mínimo de 950. Apresentar documento que comprove o atendimento ISO 3071:2005 – determinação do PH (têxteis) mínimo de 7.	R\$ 150,00	R\$ 1.050,00

02	03	UN	Macacão em neoprene com espessura de 3mm, com revestimento de poliamida em ambos os lados, com reforço nos ombros, pernas, parte anterior e posterior. Confeccionado com material resistente a objetos cortantes e a abrasivos. Modelo Long John com zíper frontal, protegido para evitar infiltração. Deverá ter símbolo do bombeiro no peito, inscrição "Bombeiro" nos braços e nas costas o nome da cidade. Além de faixas refletivas.	700,00	2.100,00
VALOR TOTAL				R\$ 3.150,00	

Critério julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 0h do dia 30/08/2016 às 13h45min do dia 12/09/2016;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h do dia 12/09/2016 no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.

As despesas oriundas de eventuais contratações correrão por conta de dotações orçamentárias na seguinte classificação:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	09.00	FUNREBOM – Fundo Munic. de Reequip. da Organ. de Bomb.
Unidade	09.01	Serviço de Manutenção do FUNREBOM
Função	6	Segurança Pública
Subfunção	182	Defesa Civil
Programa	71	FUNREBOM
Projeto	2.717	Manutenção e Coordenação do FUNREBOM
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br. Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC, através do telefone (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: <http://www.portaldecompraspublicas.com.br> para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre – SC, 30 de agosto de 2016.

Lucilaine Mokfa Schwarz
Secretária Municipal de Administração

PREGÃO ELETRÔNICO 79/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 79/2016

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

A licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de larvicida biológico para aplicação em rios e córregos para combate ao inseto borrachudo, conforme relação abaixo:

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
01	40	Galão	Larvicida biológico feito a partir dos cristais protéicos produzidos pela bactéria BTI bacillus thuringiensis variedade israelensis, concentração de 1,2%, potência 1200 Bt UTI/MG, suspensão aquosa concentrada. CEPA SA3A ou CEPA AM65-52, Galão com 10 litros. Validade 24 meses. Com registro na ANVISA.	1.000,00	40.000,000
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 40.000,00	

Critério julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 0h do dia 30/08/2016 às 09h45min do dia 13/09/2016;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 10h do dia 13/09/2016 no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.

As despesas oriundas de eventuais contratações correrão por conta de dotações orçamentárias na seguinte classificação:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	13.00	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental
Unidade	13.01	Serviço de Saneamento Ambiental
Função	18	Gestão Ambiental
Subfunção	541	Preservação e Conservação Ambiental
Programa	90	Controle do Borrachudo (Simulium Pertinax)
Projeto	2.137	Manutenção do Programa de Combate ao Borrachudo
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br. Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC, através do telefone (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: <http://www.portaldecompraspublicas.com.br> para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre – SC, 30 de agosto de 2016.

Lucilaine Mokfa Schwarz
Secretária Municipal de Administração

Campos Novos

PREFEITURA

TERMO DE RESCISÃO DE COMODATO DE BEM IMÓVEL REF LEI 3.926/2013

TERMO DE RESCISÃO DE COMODATO DE BEM IMÓVEL

Termo de rescisão referente à Comodato de Bem Imóvel autorizado pela Lei nº 3.926/2013 que fizeram entre si, o Município de Campos Novos e a empresa RDF Gerenciamento de Resíduos Ltda - Me, para os devidos fins.

O Município de Campos Novos, entidade jurídica de direito público interno com sede administrativa na Rua Expedicionário, 323, centro, na cidade de Campos Novos, Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 82.939.232/0001-74, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Nelson Cruz, portador do CPF nº 445.587.329-53, doravante denominado de COMODATÁRIO e a RDF GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 17.989.390/0001-77, com sede na Rua Expedicionário, nº 4, Bairro Centro, na cidade de Campos Novos, Santa Catarina, representada legalmente por seu Diretor Presidente, Renato Assis Stank, denominada COMODANTE, por esse instrumento resolvem RESCINDIR o contrato que tem como objeto o Comodato de bem imóvel com área de 6.951,62 m², destinado exclusivamente à construção e instalação de uma Unidade de Processamento de Resíduos da Construção Civil.

Cláusula primeira – Da Fundamentação legal

1.1. A presente rescisão contratual encontra amparo no disposto no inciso II do art. 79 da Lei 8.666/93, que aduz: “A rescisão do contrato poderá ser: II - amigável, por acordo entre as partes, (...)”.

Cláusula segunda – Da Justificativa

2.1. O comodante não possui mais interesse em continuar na posse do referido bem imóvel, razão pela qual se opera a presente rescisão.

Cláusula terceira – das Obrigações

3.1. A partir da presente rescisão, com a consequente devolução do bem ao município de Campos Novos, fica a comodante isenta de qualquer responsabilidade sobre ao mesmo.

Cláusula quarta – Das Disposições Finais

4.1. Fica rescindido o Contrato de Comodato de Bem Imóvel autorizado pela Lei Municipal nº 3.926/2013 e seus correlatos, a partir da data de assinatura deste Termo de Rescisão Contratual, com eficácia a partir da data de sua publicação, conforme disposto no § 1º, do Art. 109 da Lei de Licitações vigente.

E, estando assim justos e acertados, assinam o presente Termo de Rescisão em 3 (três) vias de igual teor e forma, lido e achado conforme, perante duas testemunhas que também o assinam, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Campos Novos, 25 de Agosto de 2016.

Renato Assis Stank
RDF Gerenciamento de Resíduos Ltda

Nelson Cruz
Prefeito Municipal

Testemunhas:

Nome: _____ Nome: _____
CPF: _____ CPF: _____

TERMO DE RESCISÃO DE COMODATO DE BEM IMÓVEL REF LEI 4003/2014

TERMO DE RESCISÃO DE COMODATO DE BEM IMÓVEL

Termo de rescisão referente à Comodato de Bem Imóvel autorizado pela Lei nº 4.003/2014 que fizeram entre si, o Município de Campos Novos e a empresa RDF Gerenciamento de Resíduos Ltda - Me, para os devidos fins.

O Município de Campos Novos, entidade jurídica de direito público interno com sede administrativa na Rua Expedicionário, 323, centro, na cidade de Campos Novos, Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 82.939.232/0001-74, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Nelson Cruz, portador do CPF nº 445.587.329-53, doravante denominado de COMODATÁRIO e a RDF GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 17.989.390/0001-77, com sede na Rua Expedicionário, nº 4, Bairro Centro, na cidade de Campos Novos, Santa Catarina, representada legalmente por seu Diretor Presidente, Renato Assis Stank, denominada COMODANTE, por esse instrumento resolvem RESCINDIR o contrato que tem como objeto o Comodato de bem imóvel com área de 4.000,00 m², destinado exclusivamente à compensação ambiental exigida pela legislação em razão de danos ambientais causados pela construção e instalação de uma Unidade de Processamento de Resíduos da Construção Civil, promovida pelo comodatário nas proximidades da área cedida.

Cláusula primeira – Da Fundamentação legal

1.1. A presente rescisão contratual encontra amparo no disposto no inciso II do art. 79 da Lei 8.666/93, que aduz: “A rescisão do contrato poderá ser: II - amigável, por acordo entre as partes, (...)”.

Cláusula segunda – Da Justificativa

2.1. O comodante não possui mais interesse em continuar na posse do referido bem imóvel, razão pela qual se opera a presente rescisão.

Cláusula terceira – das Obrigações

3.1. A partir da presente rescisão, com a consequente devolução do bem ao município de Campos Novos, fica a comodante isenta de qualquer responsabilidade sobre ao mesmo.

Cláusula quarta – Das Disposições Finais

4.1. Fica rescindido o Contrato de Comodato de Bem Imóvel autorizado pela Lei Municipal nº 4.003/2014 e seus correlatos, a partir da data de assinatura deste Termo de Rescisão Contratual, com eficácia a partir da data de sua publicação, conforme disposto no § 1º, do Art. 109 da Lei de Licitações vigente.

E, estando assim justos e acertados, assinam o presente Termo de Rescisão em 3 (três) vias de igual teor e forma, lido e achado conforme, perante duas testemunhas que também o assinam, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Campos Novos, 25 de Agosto de 2016.

Renato Assis Stank
RDF Gerenciamento de Resíduos Ltda

Nelson Cruz
Prefeito Municipal

Testemunhas:

Nome: _____ Nome: _____
CPF: _____ CPF: _____

SAMAE - CAMPOS NOVOS**CONTRATO CNO Nº 38/2016**

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA

CONTRATO CNO – 38/2016

DATA DE ASSINATURA: 12 de Agosto de 2016.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de impressão e cópia com fornecimento de equipamentos, suprimentos, software de gerenciamento de impressões, software de gerenciamento de impressões software de controle e gerenciamento de documentos e assistência técnica, para o SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE do Município de Campos Novos.

CONTRATADA: SELBETTI GESTÃO DE DOCUMENTOS S.A.

VALOR: CÓPIA EM PRETO E BRANCO R\$0,065, CÓPIA COLORIDA R\$0,80.

VIGENCIA: De 12.08.2016 á 11.08.2017

Campos Novos – SC, 12 de Agosto de 2016.

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

DIRETOR DO SAMAE

PORTARIA 072/2016

PORTARIA SAMAE CNO 072/2016, DE 26 DE AGOSTO DE 2016.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

EXONERAR o servidor DAVI DE SOUZA THIBES, Auxiliar de Operações, Padrão 3.1.B, a pedido, na forma da Lei, a partir desta data.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Joel Francisco Fagundes

Diretor do SAMAE

PORTARIA 073/2016

PORTARIA SAMAE CNO 073/2016, DE 29 DE AGOSTO DE 2016

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

Art. 1º. Conforme Ofício nº 060/2016, de 24 de Agosto de 2016, do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, encaminhar o servidor Edmilson de Souza, Auxiliar de Operações, para treinamento no cargo de Agente Administrativo;

Art. 2º. Durante o treinamento, o segurado continuará em benefício previdenciário. Sobre o treinamento, destaca-se o artigo 139, §1º, do Decreto 3.048/99, que segue: "O treinamento do reabilitado, quando realizado em Empresa, não estabelece qualquer vínculo empregatício ou funcional entre o reabilitando e a empresa, bem como entre estes e o INSS";

Art. 3º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Joel Francisco Fagundes

Diretor do SAMAE

Canoinhas

PREFEITURA

DECRETO Nº. 238/2016

DECRETO Nº. 238/2016

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito de Canoinhas, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e de acordo com o Artigo 15 da Lei 5.749 de 17/12/2015 – LOA:

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2016, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Função 15: Urbanismo

Subfunção 452: Serviços Urbanos

Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo

Projeto 2.023 – Manutenção de Ruas, Estradas, Praças, Jardins, Pontes e Bueiros

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações diretas 150.000,00

Recursos 30000 – Recursos Ordinários – Supéravit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2015, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

30000	Recursos ordinários – Supéravit	150.000,00
TOTAL		150.000,00

Fonte: SMAFO/2016

Art. 3º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 24 de agosto de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 24/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº. 239/2016

DECRETO Nº. 239/2016

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 1.191,70 m² (Um mil, cento e noventa e um metros e setenta décimos quadrados), procedido por ZENO AMARAL NETO, situado na Rua Reneau Cubas, no Bairro Industrial nº 01, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob as matrículas nº 39.376 e nº 38.994 e ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 26 com área de 350,00 m², lote nº 27 com área de 350,00 m², lote nº 28 com área de 282,97 m² e lote nº 29 com área de 208,73 m², todos pertencentes à quadra nº 38, conforme requerimento protocolado sob nº. 3829/2016.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de agosto de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 25/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 788/2016

PORTARIA Nº. 788/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e o artigo 103 da Lei n.º 2.305/1990, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES

Art. 1º - Fica concedida Licença Sem Vencimento Para Tratar de Interesses Particulares à servidora DAIANE VOIGT KOTELAK, efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de até 02 (dois) anos consecutivos, a partir de 01/09/2016 conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de agosto de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 796/2016

PORTARIA Nº. 796/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 13, inciso II da Lei Municipal nº 2.305/1990, da Lei Municipal nº 2.307/1990 e da Lei Municipal nº 2.830/1997; resolve:

NOMEAR PARA EXERCER CARGO DE
PROVIMENTO EM COMISSÃO E DAR OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Art. 1º - Fica nomeado PAULO MARCOS RIBEIRO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Chefe de Setor, a partir de 22/08/2016, junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, conforme Comunicação Interna nº 090/SMMA/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de agosto de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 18/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 806/2016

PORTARIA Nº. 806/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 89 da Lei 2.305 de 03/07/1990, Lei Municipal 3.135 de 31/03/2000 e Lei Federal 8.213/1991, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a servidora ANTONIA CILMAR MELLO DE MATOS, efetiva no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 08/08/2016 à 06/09/2016, conforme Comunicação Interna nº 417/DP/2016.

Art. 2º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a MARCIA RAQUEL SCHROEDER PIEL, efetiva no cargo de Professor 3,

junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 20/08/2016 à 18/09/2016, conforme Comunicação Interna nº 417/DP/2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de agosto de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 22/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 807/2016

PORTARIA Nº. 807/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 89 da Lei 2.305 de 03/07/1990, Lei Municipal 3.135 de 31/03/2000 e Lei Federal 8.213/1991, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a servidora ZENILDA DA CRUZ DE ANDRADE ANTON, efetiva no cargo de Agente Comunitário de Saúde - CLT, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 17/08/2016, conforme Comunicação Interna nº 416/DP/2016, sendo que a partir do 16º dia do afastamento de suas atribuições, competirá ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS a concessão do benefício de auxílio doença à servidora.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de agosto de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 22/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 808/2016

PORTARIA Nº. 808/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 89 da Lei 2.305 de 03/07/1990, Lei Municipal 3.135 de 31/03/2000 e Lei Federal 8.213/1991, resolve:

DETERMINAR RETORNO ÀS ATIVIDADES FUNCIONAIS

Art. 1º - Fica determinado o Retorno às Atividades Funcionais da profissional ELENICE DE FÁTIMA DA SILVA GRUBER NISPONGONSKI, efetiva no cargo de Artesão - CLT, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 25/08/2016, conforme Comunicação Interna nº 423/DP/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de agosto de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA
Secretária Municipal da Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 23/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 809/2016

PORTARIA Nº. 809/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 89 da Lei 2.305 de 03/07/1990, Lei Municipal 3.135 de 31/03/2000 e Lei Federal 8.213/1991, resolve:

DETERMINAR RETORNO ÀS ATIVIDADES FUNCIONAIS

Art. 1º - Fica determinado o Retorno às Atividades Funcionais da profissional MARLI DE FÁTIMA GOMES, efetiva no cargo de Servente Feminino, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 20/08/2016, conforme Comunicação Interna nº 419/DP/2016.

Art. 2º - Fica determinado o Retorno às Atividades Funcionais da profissional CLEUSA DE FÁTIMA PIECHONTCOSKI MONTEIRO, efetiva no cargo de Professor 2, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 23/08/2016, conforme Comunicação Interna nº 422/DP/2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de agosto de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal da Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 23/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 810/2016

PORTARIA Nº. 810/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; resolve:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada a pedido TATIELI PORTUGAL PACHECO, efetiva no cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, na EBM Presidente Castelo Branco, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 31/08/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de agosto de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 23/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 811/2016

PORTARIA Nº. 811/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias ao servidor FRANCISCO TISCHLER FILHO, efetivo no cargo de Bioquímico, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 08/09/2016 a 17/09/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de agosto de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA
Secretária Municipal da Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 23/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 812/2016

PORTARIA Nº. 812/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 89 da Lei 2.305 de 03/07/1990, Lei Municipal 3.135 de 31/03/2000 e Lei Federal 8.213/1991, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a servidora TÂNIA MARIA WOICHIKOSKY, efetiva no cargo de Pedagogo, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 05/08/2016 à 19/08/2016 e no período de 23/08/2016 à 06/09/2016, conforme Comunicação Interna nº 424/DP/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de agosto de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 23/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 813/2016

PORTARIA Nº. 813/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias à servidora VIVIANE APARECIDA STANGE, efetiva no cargo de Assistente Social, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 05/09/2016 a 04/10/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de agosto de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 24/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 814/2016

PORTARIA Nº. 814/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90 e Lei nº. 4.398 de 24/03/2009; resolve:

CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO

Art. 1º - Fica concedida Licença Gestação à servidora GILMARA TABALIPA SCHPANSKI, efetiva no cargo de Monitor de Educação Infantil, junto à Secretaria Municipal de Educação, cuja licença será gozada no período de 11/08/2016 a 06/02/2017, conforme Atestado Médico anexo ao Requerimento.

Art. 2º - Fica concedida Licença Gestação à servidora JOCILDA CLARICE DA SILVA, efetiva no cargo de Monitor de Educação Especial, junto à Secretaria Municipal de Educação, cuja licença será gozada no período de 23/08/2016 a 18/02/2017, conforme Atestado Médico anexo ao Requerimento.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de agosto de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 24/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 815/2016

PORTARIA Nº. 815/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 89 da Lei 2.305 de 03/07/1990, Lei Municipal 3.135 de 31/03/2000 e Lei Federal 8.213/1991, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a servidora JUCEMARA ERZINGER, efetiva no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 19/08/2016, por tempo indeterminado, conforme Comunicação Interna nº 427/DP/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de agosto de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 25/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 816/2016

PORTARIA Nº. 816/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 20 (vinte) dias de Férias à servidora JUCELLI CRISTINA MOREIRA, comissionada no cargo de Assessor de Comunicação, junto ao Gabinete, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 01/09/2016 a 20/09/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de agosto de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 26/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 817/2016

PORTARIA Nº. 817/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 13, inciso II da Lei 2.305 de 03/07/1990; resolve:

CONCEDER AUXÍLIO FUNERAL

Art. 1º - Fica concedido auxílio funeral à JANDIRA ALVES MASSANEIRO, pensionista junto ao Gabinete, em virtude do seu falecimento ocorrido no dia 13 de agosto de 2016.

§ 1º - O auxílio funeral corresponde à remuneração de 01 (um) mês, nos casos de falecimento de cônjuge, filhos, enteado ou que mantinha sob a sua guarda e por pais, quando seus dependentes.

§ 2º - Os valores pecuniários serão objeto de depósito na conta corrente da servidora, cabendo aos interessados ingressarem judicialmente visando à conquista de alvará para a realização do saque.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de agosto de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 26/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 818/2016

PORTARIA Nº. 818/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei 2.305 de 03/07/1990; resolve:

CESSAR PENSÃO

Art. 1º - Fica cancelada a pensão concedida à JANDIRA ALVES MASSANEIRO, pensionista junto ao Gabinete, por motivo de seu falecimento ocorrido no dia 13 de agosto de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de agosto de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 26/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 819/2016

PORTARIA Nº. 819/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; resolve:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerado a pedido NEIVALDO WARDENSKI, efetivo no cargo de Instrutor Agrícola, 40 horas semanais no GEM Menino Jesus e no GEM Ney Pacheco de Miranda Lima, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 31/08/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de agosto de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 26/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 820/2016

PORTARIA Nº. 820/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990; resolve:

CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora ELIANE GRACIANO LEITE, efetiva no cargo de Professor de Educação Infantil, 40 horas semanais, no CEI Landi Ama Neppel, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 24/08/2016 a 22/09/2016, conforme Atestado Médico anexo ao Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de agosto de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 26/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 102/2016 (PRESENCIAL)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 102/16
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 149/16
HOMOLOGAÇÃO: 26/08/16
CONTRATADO: MARILEIA DE FATIMA SOARES CONTRATANTE:
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE CONCERTO, TROCA, BALANCEAMENTO E ALINHAMENTO DE PNEUS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, DESTINADOS AOS VEÍCULOS, CAMINHÕES E MÁQUINAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS. VALOR DA DESPESA: R\$ 59.800,00 (cinquenta e nove mil e oitocentos reais)

DATA: 29/08/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 108/2016 (PRESENCIAL)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/16
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 156/16
HOMOLOGAÇÃO: 26/08/16
CONTRATADO: OURO VERDE SOM E PROP.LTDA CONTRATANTE:
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA FORNECIMENTO DE SISTEMAS DE SOM E FILMAGEM, PARA O DESFILE CÍVICO QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 07 DE SETEMBRO, NA RUA FRANCISCO DE PAULA PEREIRA, CENTRO, CANOINHAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 9.150,00 (nove mil cento e cinquenta

reais)

DATA: 29/08/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO Nº FMAS 06/2016 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº FMAS 09/2016
EDITAL DE PREGÃO Nº FMAS 06/2016 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas através do Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas-SC, CNPJ nº 11.455.005/0001-25, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 14/09/2016, às 14h05min, licitação AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS TAIS COMO: MESA EM "L", BALCÃO COM PRATELEIRA, ARMARIO Estante, Estação de Trabalho em "L", Quadro de Recados, Poltrona Giratória, Cadeira de Aproximação, Telefone sem fio, Impressora Multifuncional e GAVETEIRO VOLANTE, DESTINADOS AO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA. Recebimento de propostas até as 14h00min do dia 14/09/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.
Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 111/2016 (ELETRÔNICO)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 161/2016
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 111/2016 (ELETRÔNICO)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 15/09/2016, às 15h00min, licitação para AQUISIÇÃO DE 01 CARREGADEIRA COMPACTA/MINI CARREGADEIRA, DESTINADA A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE CANOINHAS - CONTRATO DE REPASSE 833077/2016 - PROCESSO Nº 1.033.091-67/2016. Recebimento de propostas até as 14h00min do dia 15/09/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital (acesso livre) e prego (acesso identificado): www.licitacoes-e.com.br.
Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 112/2016 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 162/2016
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 112/2016 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 15/09/2016, às 09h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE AREIA EM M³ E EM TONELADA E DE BRITA Nº. 01 EM M³, DESTINADOS ÀS DIVERSAS SECRETARIAS E AO REVESTIMENTO DE RUAS URBANAS E ESTRADAS RURAIS DO MUNICÍPIO. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 15/09/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.
Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº PMC 102/2016 (PRESENCIAL)

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:		149/2016		Processo Administrativo:		Total dos Itens Vencedores:		59.800,00									
Licitação.....:		102/2016 - PR															
Modalidade....:		PREGÃO PRESENCIAL															
Objeto.....:		REGISTRO DE PREÇOS DE CONCERTO, TROCA, BALANCEAMENTO E ALINHAMENTO DE PNEUS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, DESTINADOS AOS VEÍCULOS, CAMINHÕES E MÁQUINAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.															
Fornecedor		Nome do Fornecedor		Marca		Quantidade		Desconto		Preço Unitário		Preço Total		Situação		Classificação	
Item.....: 1		- 16743		- CONCERTO DE PNEU AROS 13 E 14 (AUTOMÓVEIS) - Unidade: SER													
13180		MARILEIA DE FATIMA SOARES				500,000		0,0000		15,0000		7.500,00		Venceu		1 ****	
Item.....: 2		- 15791		- CONCERTO DE PNEU AROS 15 (AUTOMÓVEIS) - Unidade: UN													
13180		MARILEIA DE FATIMA SOARES				200,000		0,0000		15,0000		3.000,00		Venceu		1 ****	
Item.....: 3		- 411047475		- CONCERTO DE PNEU AROS 13 E 14 (AUTOMÓVEIS) - SEM CAMERA - Unidade: SER													
13180		MARILEIA DE FATIMA SOARES				300,000		0,0000		15,0000		4.500,00		Venceu		1 ****	
Item.....: 4		- 411047474		- CONCERTO DE PNEU AROS 15 (AUTOMÓVEIS) - SEM CAMERA - Unidade: SER													
13180		MARILEIA DE FATIMA SOARES				200,000		0,0000		15,0000		3.000,00		Venceu		1 ****	
Item.....: 5		- 15798		- TROCA DE PNEU AROS 15 (AUTOMÓVEIS) - Unidade: UN													
13180		MARILEIA DE FATIMA SOARES				200,000		0,0000		10,0000		2.000,00		Venceu		1 ****	
Item.....: 6		- 15797		- TROCA DE PNEU AROS 13 E 14 (AUTOMÓVEIS) - Unidade: UN													
13180		MARILEIA DE FATIMA SOARES				600,000		0,0000		10,0000		6.000,00		Venceu		1 ****	
Item.....: 7		- 15799		- TROCA DE PNEU AROS 16 (LINHA VANS E ASSEMBELHADOS) - Unidade: UN													
13180		MARILEIA DE FATIMA SOARES				120,000		0,0000		15,0000		1.800,00		Venceu		1 ****	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 2/3

Processo / Ano: 149/2016 Processo Administrativo: 59.800.00

Licitação.....: 102/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE CONCERTO, TROCA, BALANCEAMENTO E ALINHAMENTO DE PNEUS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, DESTINADOS AOS VEÍCULOS, CAMINHÕES E MÁQUINAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 8	- 15804	- VULCANIZAÇÃO DE PNEU AROS 15 - SIMPLES - Unidade: UN						
13180	MARILEIA DE FATIMA SOARES		100,000	0,0000	30,0000	3.000,00	Venceu	1 ****
Item.....: 9	- 15810	- BALANCEAMENTO DE PNEU AROS 13, 14 E 15 ATÉ LARGURA 195 (AUTO - Unidade: UN						
13180	MARILEIA DE FATIMA SOARES		600,000	0,0000	10,0000	6.000,00	Venceu	1 ****
Item.....: 10	- 15803	- TROCA DE PNEU AROS 1.400X24, 19.5X24 E 17.5X25 (MÁQUINAS PES - Unidade: UN						
13180	MARILEIA DE FATIMA SOARES		250,000	0,0000	40,0000	10.000,00	Venceu	1 ****
Item.....: 11	- 311044830	- CAMBAGEM DE PNEU AROS 13, 14 E 15 (AUTOMÓVEIS) - Unidade: SER						
13180	MARILEIA DE FATIMA SOARES		100,000	0,0000	30,0000	3.000,00	Venceu	1 ****
Item.....: 12	- 311044831	- CAMBAGEM DE PNEU AROS 15 E 16 (LINHA VANS E ASSEMELHADOS) - Unidade: SER						
13180	MARILEIA DE FATIMA SOARES		100,000	0,0000	40,0000	4.000,00	Venceu	1 ****
Item.....: 13	- 37374	- GEOMETRIA DE PNEU AROS 13, 14 E 15 ATÉ LARGURA 195 (AUTOMÓVE - Unidade: SER						
13180	MARILEIA DE FATIMA SOARES		150,000	0,0000	20,0000	3.000,00	Venceu	1 ****

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:	149/2016	Processo Administrativo:	59.800,00
Licitação.....:	102/2016 - PR		
Modalidade.....:	PREGÃO PRESENCIAL		
Objeto.....:	REGISTRO DE PREÇOS DE CONCERTO, TROCA, BALANCEAMENTO E ALINHAMENTO DE PNEUS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, DESTINADOS AOS VEÍCULOS, CAMINHÕES E MÁQUINAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.		

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 14	- 411047473	- GEOMETRIA DE PNEU AROS 15 E 16 (LINHA VANS E ASSEMELHADOS)	- Unidade: SER					
13180	MARILEIA DE FATIMA SOARES		100,000	0,0000	30,0000	3.000,00	Venceu	1 *****

Canoinhas, Em/...../.....
PAULO CESAR SAFANELLI -	Pregoeiro(a)
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -	SUPLENTE
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	MEMBRO SUPLENTE
MARCIANO FERNANDES CORREA -	MEMBRO SUPLENTE
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	28.754/SC
VANESSA LANGER -	CRC/SC 028524/O-0

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº PMC 108/2016 (PRESENCIAL)

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 156/2016
Licitação.....: 108/2016 - PR
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA FORNECIMENTO DE SISTEMAS DE SOM E FILMAGEM, PARA O DESFILE CÍVICO QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 07 DE SETEMBRO, NA RUA FRANCISCO DE PAULA PEREIRA, CENTRO, CANOINHAS.

Processo Administrativo: 9.150,00
Total dos Itens Vencedores:

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 311044366	- SERVIÇOS DE SOM PARA DESFILE DO DIA 07 DE SETEMBRO - Unidade: UN						
6212	OURO VERDE SOM E PROP.LTDA		1,000	0,0000	5.600,0000	5.600,00	Venceu	1 *****
Item.....: 2	- 411047787	- FILMAGEM DO DESFILE CÍVICO DO DIA 07 DE SETEMBRO - Unidade: UN						
6212	OURO VERDE SOM E PROP.LTDA		1,000	0,0000	3.550,0035	3.550,00	Venceu	1 *****

Canoinhas, Em		Pregoeiro(a)
PAULO CESAR SAFANELLI -		SUPLENTE
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -		MEMBRO SUPLENTE
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -		MEMBRO SUPLENTE
MARCIANO FERNANDES CORREA -		MEMBRO SUPLENTE
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -		28.754/SC
VANESSA LANGER -		CRC/SC 028524/O-0

Capinzal

PREFEITURA

FIA PROCESSO LICITATÓRIO 0005/2016 DISPENSA DE LICITAÇÃO 0001/2016

Processo Licitatório Nº 0005/2016

Dispensa de Licitação Nº 0001/2016

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO, Gestor, do Fundo Municipal da Criança e Adolescente de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o incisos abaixo citados do art. 24 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo Licitatório de 0005/2016, conforme segue:

OBJETO

Contratação de empresa especializada para iniciação profissional, destinada aos alunos que cursam os 7º e 8º anos, e matriculados nas Escolas Municipais e Estaduais de Capinzal/SC. Recursos Próprios - FIA.

FORNECEDOR

Item	Qdade	Un	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	1,00	UN	Realização de Programa de Iniciação Profissional, destinado aos alunos que cursam o 7º e 8º anos, e matriculados nas Escolas Municipais e Estaduais no Município de Capinzal.	SENAI	34.200,00	34.200,00
Total						34.200,00

VALOR TOTAL POR FORNECEDOR

Fornecedor	Itens
SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL	001
34.200,00 (trinta e quatro mil e duzentos reais)	

PREVISÃO LEGAL

Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94

Art. 24. É dispensável a Licitação:

XIII - na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos.

JUSTIFICATIVA

Busca-se a contratação por dispensa de licitação, com fulcro no inciso XII do art. 24 da lei Nº 8.666/93 e suas demais alterações, com o SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial para a Realização de Programa de Iniciação Profissional, destinado aos alunos que cursam a 7º ano e 8º, objetivando a orientação educacional através da apresentação dos diversos níveis de qualificação e aprendizado disponíveis para o aperfeiçoamento dos estudantes matriculados no ensino fundamental. A Escolha recaiu sobre o SENAI, em razão de se tratar de pessoa jurídica com notória especialidade no objeto a ser contratado, possuindo em seus quadros profissionais especializados na área, além de já ter prestado serviço de forma irrepreensível ao próprio Município e por possuir todas condições de habilitação jurídica, qualificação técnica e regularidade fiscal necessária para a contratação.

DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

Despesa: 7 - Assistência à criança e ao adolescente.
Órgão: 9 - FUNDO MUNIC.DOS DIREIT.DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE
Unidade: 1 - FUNDO DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente
Programa: 175 - REDE DE PROTEÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
Projeto/Atividade: 2.109 - Assistência à criança e ao adolescente.
Elemento: 33903999000000 - Aplicacoes Diretas
Recurso: 300 - Sup-Recursos Ordinários

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 30 de agosto de 2016

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Fundo Municipal da Criança e Adolescente de Capinzal

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0096/2016 DISPENSA DE LICITAÇÃO 0023/2016

Processo Licitatório Nº 0096/2016

Dispensa de Licitação Nº 0023/2016

ISRAEL BONIEK GONÇALVES, Secretário de Educação, Cultura e Esportes, do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o incisos abaixo citados do art. 24 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo Licitatório de nº 0096/2016, conforme segue:

OBJETO

Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Sonorização (incluindo locação, montagem e desmontagem do equipamento), para atender demanda do Desfile Cívico de 07 de Setembro, conforme exigências, quantidades e demais especificações contidas no Edital. Recursos Municipais.

FORNECEDOR

Item	Qdade	Un	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	1,00	UN	Sonorização (incluindo locação, montagem e desmontagem do equipamento) do palco principal (palanque oficial), composta por 08 caixas PA; 02 monitores ativos; mesa de som 24 canais digital; 04 microfones sem fio profissional; 03 Microfones com fio em pedestal para protocolos. Sonorização distribuída pela avenida XV de Novembro, no trajeto que compreende a esquina do Banco Bradesco até a Casa do Cidadão, com 30 pontos de sonorização e amplificação; cabeamentos de som e A/C necessários; sonorização em frente ao Ginásio Dileto Bertaioli (local da concentração dos pelotões), composta por 06 pontos de som para comunicação da organização do desfile. O serviço de sonorização deverá ter acompanhamento de no mínimo 02 operadores técnicos. O som deverá estar totalmente instalado antes das 8 horas do dia 7 de setembro. Início das atividades às 8 horas e com término previsto para as 11 horas e 30 min.	GPR	6.190,00	6.190,00
Total						6.190,00

VALOR TOTAL POR FORNECEDOR

Fornecedor	Itens
G P R SONORIZACAO LTDA - ME	001
6.190,00(seis mil cento e noventa reais)	

PREVISÃO LEGAL

Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94

Art. 24. É dispensável a Licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Os fornecedores participaram de cotação de preços, e os que apresentaram menores valores foram selecionados para o fornecimento do objeto.

JUSTIFICATIVA

A data de 07 de setembro, também chamado Dia da Independência do Brasil, tradicionalmente, em todos os municípios brasileiros, é marcada pela realização do ato cívico e desfile de estudantes, professores, entidades e agremiações.

Em nosso município, o desfile também é tradição. Para este ano, a Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, abordará o tema "A História de Capinzal". Será contada a história da colonização destas terras, a partir do povoamento indígena, a chegada das primeiras famílias até a atualidade. Estarão diretamente envolvidos os alunos do ensino fundamental e as crianças da educação infantil.

Para que o evento ocorra satisfatoriamente, além da caracterização dos alunos, da organização em grupo e do monitoramento pelos organizadores, será necessário a dispersão de som por todo o trajeto do desfile, que iniciará na Avenida XV de Novembro, compreendendo a esquina do Banco Bradesco até a Casa do Cidadão e sonorização em frente ao Ginásio de Esportes Prefeito Dileto Bertaioli, onde haverá a concentração dos pelotões.

O município de Capinzal, em seu patrimônio, não possui equipamentos de sonorização compatíveis para este tipo de evento tampouco pessoal técnico.

Sendo assim, a Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, necessita realizar a contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de sonorização.

DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

Despesa: 106 - Eventos anuais da Cultura

Órgão: 5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

Unidade: 2 - DIRETORIA DE CULTURA

Função: 13 - Cultura

Subfunção: 392 - Difusão Cultural

Programa: 95 - RAIZES CULTURAIS

Projeto/Atividade: 2.143 - Eventos anuais da Cultura

Elemento: 33903999000000 - Aplicacoes Diretas

Recurso: 0 - Recursos Ordinários

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 30 de agosto de 2016

ISRAEL BONIEK GONÇALVES

Secretário da Educação, Cultura e Esportes

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0097/2016 DISPENSA DE LICITAÇÃO 0024/2016

Processo Licitatório Nº 0097/2016

Dispensa de Licitação Nº 0024/2016

ISRAEL BONIEK GONÇALVES, Secretário de Educação, Cultura e Esportes, do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o incisos abaixo citados do art. 24 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo Licitatório de nº 0097/2016, conforme segue:

OBJETO

Aquisição de "Boneco de Vestir" (personagem de história infantil), para servir de Mascote da II Jornada Literária de Capinzal e das ações pedagógicas como contação de histórias e outras atividades congêneres. Com Recursos Salário Educação, Próprios e Transferências de Convênios - Instituições Privadas.

FORNECEDOR

Item	Qdade	Un	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	1,00	UN	Boneco - personagem para contação de histórias: Boneco de vestir com aproximadamente 1,70m de altura, resultando em uma dimensão média de 1,80m (altura) x 1m (largura). Cabeça: modelada em Massa Clay, com formas, desmoldadas em resina sintética com mantas, acabamento em espuma 10mm e densidade 23, tecidos velboa com abertura nos olhos ou boca, com capacete anatômico para maior comodidade do animador, botão gangorra liga/desliga e ventilador cooler para favorecer a circulação do ar no seu interior. Olhos em tela acrílica ou massa plástica com pintura e verniz automotivo. Corpo e luvas: confeccionados em tecido velboa de 0,3mm com enchimento de microfibra, forrado, para ajudar na transpiração. Roupas: em malha algodão. Sapato: confeccionado em espuma 50mm, densidade 23, solado de EVA 10mm, revestido com tecido velboa 0,3mm ou emborrachado. Cores: conforme definição da equipe pedagógica. Com sacola apropriada para transporte.	CIA DOS BONECOS	5.250,00	5.250,00
Total						5.250,00

VALOR TOTAL POR FORNECEDOR

Fornecedor	Itens
INDUSTRIA DOS BONECOS ARTESANAIS FERREIRA LTDA - ME	001
5.250,00(cinco mil duzentos e cinquenta reais)	

PREVISÃO LEGAL

Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94

Art. 24. É dispensável a Licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Os fornecedores participaram de cotação de preços, e os que apresentaram menores valores foram selecionados para o fornecimento do objeto.

JUSTIFICATIVA

O Município de Capinzal realizará no período de 20 a 24 de setembro deste ano a II Jornada Literária. O evento que é realizado a cada dois anos, tem por objetivo promover o estímulo à leitura e à formação de leitores, aproximando escritores de leitores e os leitores dos escritores. No intuito de dispor de mais um atrativo para este evento, a Secretaria da Educação, Cultura e Esportes pretende adquirir um "boneco de vestir" com aparência de um esquilo que receberá o nome de "Esquilendo".

O boneco será utilizado pelas escolas para contação de histórias e como mascote na divulgação da jornada literária e permanecerá durante todos os dias no evento interagindo com os alunos, professores e público em geral.

Desta forma, para que se cumpra com o objetivo, faz-se necessária a aquisição do objeto supracitado.

DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

Despesa: 55 - Manutenção do Ensino Fundamental
Órgão: 5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
Unidade: 1 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 65 - ENSINO FUNDAMENTAL
Projeto/Atividade: 2.032 - Manutenção do Ensino Fundamental
Elemento: 33903099000000 - Aplicacoes Diretas
Recurso: 1 - Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Ed

Despesa: 80 - Manutenção das creches e pré - escolas
Órgão: 5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
Unidade: 1 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 60 - EDUCAÇÃO INFANTIL
Projeto/Atividade: 2.029 - Manutenção das creches e pré - escolas
Elemento: 33903099000000 - Aplicacoes Diretas
Recurso: 58 - Salário Educação

Despesa: 56 - Manutenção do Ensino Fundamental
Órgão: 5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
Unidade: 1 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 65 - ENSINO FUNDAMENTAL
Projeto/Atividade: 2.032 - Manutenção do Ensino Fundamental
Elemento: 33903099000000 - Aplicacoes Diretas
Recurso: 58 - Salário Educação

Despesa: 234 - Manutenção do Ensino Fundamental
Órgão: 5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
Unidade: 1 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 65 - ENSINO FUNDAMENTAL
Projeto/Atividade: 2.032 - Manutenção do Ensino Fundamental
Elemento: 33903099000000 - Aplicacoes Diretas
Recurso: 22 - Transferências de Convênios - Educação

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 30 de agosto de 2016

ISRAEL BONIEK GONÇALVES
Secretário da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 777/2016

PORTARIA Nº 777, DE 12 DE AGOSTO DE 2016

Nomeia servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005 e Lei Complementar nº 129 de 12 de agosto de 2009, resolve:

Art. 1º Fica nomeado Antonio Valmir Guimarães, matrícula nº 410142/01, no cargo de provimento em comissão de Diretor de Trânsito e Transporte, nível CC – 3, conforme o anexo IV - E da Lei Complementar nº 146/2012, em regime de trabalho conforme o disposto no parágrafo primeiro do artigo 37 da Lei Complementar nº 006/1991.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 12 de agosto de 2016

Capinzal – SC, em 12 de agosto de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO

Termo de Posse e Compromisso prestado por Antonio Valmir Guimarães

Aos doze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis, perante o Exmo. Sr. Prefeito Municipal Andevir Isganzella, no Gabinete do Prefeito, compareceu o Sr. Antonio Valmir Guimarães, matrícula nº 410142/01, a fim de tomar posse no cargo de provimento em comissão de Diretor de Trânsito e Transporte, nomeado pela Portaria nº 777, de 12 de agosto de 2016.

Tomou posse e entrou em exercício, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez; cumprir com exatidão e escrúpulo os deveres inerentes à função em que foi investido, envidando neste empenho, tudo quanto couber para o bem do Município e dos Municípios.

Para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse e Compromisso que vai assinado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal e pelo empossado.

Capinzal - SC, em 12 de agosto de 2016

Empossado

Prefeito Municipal

PORTARIA 778/2016

PORTARIA Nº 778, DE 12 DE AGOSTO DE 2016

Concede Progressão Funcional a servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 2503/2016, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por cursos de capacitação à servidora Josimara Poggere, matrícula nº 312509/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor de Informática, nível 231, referência G, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 231, referência H, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em agosto de 2016.

Capinzal – SC, em 12 de agosto de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 779/2016

PORTARIA Nº 779, DE 12 DE AGOSTO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 779/2016, Keitty Cristina Kozerski, matrícula nº 410026/03, para exercer as funções do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais no Centro Municipal de Educação Infantil Conquistando meu Espaço.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 10 de agosto de 2016.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 780/2016

PORTARIA Nº 780, DE 12 DE AGOSTO DE 2016

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Adeniziana Daros, matrícula nº 410141/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais a contar de 10 de agosto de 2016, para substituir a servidora Roselange Lancini Garcia, que está em tratamento de saúde.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 10 de agosto de 2016.

Capinzal – SC, em 12 de agosto de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 781/2016

PORTARIA Nº 781, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Beloni dos Prazeres da Silva, matrícula nº 321842/10, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais durante nove (09) dias do mês de agosto, para substituir a servidora Roselange Lancini Garcia, que está em tratamento de saúde.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em agosto de 2016.

Capinzal – SC, em 15 de agosto de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

ANEXO I RGF 1º QUADRIMESTRE 2016 CONSOLIDADO

MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2015 A ABRIL/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R\$ 1,00	
DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)		
		LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		33.001.822,88	0,00
Pessoal Ativo		30.800.660,15	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista		1.667.745,47	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		533.417,26	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração		0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores		0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)		33.001.822,88	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		62.795.352,11	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)		33.001.822,88	52,55
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		37.677.211,27	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)		35.793.350,70	57,00
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)		33.909.490,14	54,00
FONTE:			

Capinzal, 26/08/2016

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC 017849/O-8

ANEXO I RGF 1º QUADRIMESTRE 2016 EXECUTIVO

MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2015 A ABRIL/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R\$ 1,00	
DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)		
		LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		31.855.750,81	0,00
Pessoal Ativo		29.654.588,08	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista		1.667.745,47	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		533.417,26	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração		0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores		0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)		31.855.750,81	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		62.795.352,11	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)		31.855.750,81	50,73
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		33.909.490,14	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)		32.214.015,63	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)		30.518.541,13	48,60
FONTE:			

Capinzal, 26/08/2016

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC 017849/O-8

ANEXO II RGF 1º QUADRIMESTRE 2016

MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	625.875,18	328.568,44	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	625.875,18	328.568,44	0,00	0,00
Interna	625.875,18	328.568,44	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	8.151.553,24	9.259.770,54	—	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	9.218.660,61	11.151.433,63	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	15.554,93	15.554,93	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.082.662,30	1.907.218,02	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-7.525.678,06	-8.931.202,10	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	63.627.776,49	62.795.352,11	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	0,98%	0,52%		
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-11,83%	-14,22%		0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	76.353.331,79	75.354.422,53	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	68.717.998,61	67.818.980,28	0,00	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	625.875,18	328.568,44	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	625.875,18	328.568,44	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	240,90	252.720,26	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.018.175,08	2.213.826,27	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

Capinzal, 29/08/2016

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC 017849/O-8

FONTE:

ANEXO III RGF 1º QUADRIMESTRE 2016

MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2016

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	63.627.776,49	62.795.352,11	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	13.998.110,83	13.814.977,46	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	12.598.299,75	12.433.479,72	0,00	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

Capinzal, 26/08/2016

 ANDEVIR ISGANZELLA
 PREFEITO MUNICIPAL

 MARLISA APARECIDA PADILHA
 CONTADORA - CRC 017849/O-8

ANEXO IV RGF 1º QUADRIMESTRE 2016

MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	62.795.352,11	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	10.047.256,34	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	9.042.530,70	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	4.395.674,65	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

Capinzal, 26/08/2016

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC 017849/O-8

ANEXO VI RGF 1ª QUADRIMESTRE 2016

MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Quadrimestre de 2016

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	62.795.352,11	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	33.001.822,88	52,55
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	37.677.211,27	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	35.793.350,70	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-8.731.202,10	-13,90
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	75.354.422,53	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	13.814.977,46	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	10.047.256,34	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	4.395.674,65	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	1.272.494,54	7.850.163,62

FONTE: Sistema Betha Sapo v 6.0.12, Unidade Responsável Secretaria Municipal de Finanças , Data de emissão 21/May/2016 e hora de emissão 13:53
Capinzal, 21/05/2016

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC 017849/O-8

Celso Ramos**PREFEITURA****CONTRATO 107/2016**

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS
Relação dos Contratos

Seq. Contrato	Nr. Contrato/Aditivo	Assinatura	Vencimento	Proc/Ano	Outra Entidade	Valor do Contrato	Data Cancel.	Tipo	Fornecedor
407	107/2016	29/08/2016	31/12/2016	64/2016	Não	14.970,00			MAT DE CONSTRUÇÃO SIMILA CONSTRUCER MAT. DE CONST. E AGROPEC. LTD/
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DESTINADOS À CONSTRUÇÃO DE MÓDULOS SANITÁRIOS COM FOSSA SÉPTICA E SUMIDOURO, VISANDO ATENDER AS FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA, MEDIANTE ELABORAÇÃO DE PARECERES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONTEMPLANDO AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.									
Trata-se de licitação EXCLUSIVA para participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Empreendedores Individuais, conforme permite e obriga o inciso I do art. 48 da Lei nº 123/06.									

Total: 1

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2016

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 12 de setembro de 2016, às 08:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é selecionar a proposta mais vantajosa para a AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO/MONTAGEM DE MÓVEIS SOB MEDIDA, ELETROELETRONICOS E ELETRODOMESTICOS, para atender a demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC e dos demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 07h30min às 13h30min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 30 de agosto de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria 336/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 336/2016

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico de 05, (cinco) dias, datado de 29.08.2016;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e em conformidade com a Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de Saúde a Servidora Pública ELIOMAR SCHEIDT DE SOUZA, Coordenadora Administrativa, na Secretaria Municipal da Fazenda, pelo período de 29.08.2016 a 02.09.2016, conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 29.08.2016.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 29 de agosto de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA N.º017-2016 DE 29-08-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº017/2016 de 29/08/2016.

ANDRÉ SEBOLD, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 78, § 4º da Lei Complementar nº008, de 23.12.99.

RESOLVE:

Art. 1.º Convocar para serviço oficial obrigatório a servidora Elaine Aparecida Franz da Silveira ocupante do cargo de Contadora, em férias de acordo com a Portaria nº016/2016 de 16/08/2016, para serviço oficial obrigatório no dia 30/08/2016.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado, 29 de agosto de 2016.

ANDRÉ SEBOLD

Presidente

Chapecó

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 049/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 049/2016

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber:

I. Ficam CONVOCADOS, para tomar posse, nos respectivos cargos, junto a Gerência de Gestão de Pessoal da Prefeitura Municipal de Chapecó, sito à Avenida Getúlio Vargas nº 957-S, os candidatos abaixo, conforme se especifica a seguir:

EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO Nº 001/2015		
CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
45º	1439	ELICE TEREZINHA PEGORARO

II. Em caso de não comparecimento do candidato convocado no prazo de 30 (tinta) dias a contar da data de publicação deste edital, este perderá o direito a vaga;

III. A contratação dar-se-á nas condições da legislação específica;

IV. Este edital de convocação entrará em vigor na data de sua publicação.

V. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Chapecó (SC), em 23 de agosto de 2016

LUCIANO JOSE BULIGON

Prefeito Municipal

EDITAL SEDUC Nº 017/2016

EDITAL SEDUC Nº 017/2016

Convoca candidatos interessados para inscrição e respectiva escolha de vagas visando à contratação de pessoal em caráter temporário para o Magistério Público Municipal no ano letivo de 2016 e apresenta correspondente Quadro de Vagas mediante Chamada Pública, conforme Edital SEDUC Nº 005/2016.

NEMÉSIO CARLOS DA SILVA, Secretário de Educação do Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar n. 531, de 23 de maio de 2014, em razão de esgotada a listagem de candidatos classificados, por área de atuação e/ou disciplina, no Processo Seletivo Público n. 002/2015, TORNA PÚBLICO o presente Edital para divulgar o que segue:

1. CONVOCAÇÃO PARA INSCRIÇÃO E ESCOLHA DE VAGAS: ficam convocados os candidatos interessados (pessoalmente ou mediante procuração por instrumento público ou particular contendo poder específico para o ato, sendo necessário o reconhecimento de firma em cartório, pelo outorgante, com a devida apresentação de documento de identidade original daquele que efetuar a inscrição e escolha - candidato ou procurador) para inscrever-se na Chamada Pública e realizar a respectiva escolha de vagas, nos termos do Edital SEDUC Nº 005/2016, mediante apresentação na Secretaria de Educação do Município (SEDUC), situada na Rua Jonas Rauhen, nº 53 E, Centro, Chapecó/SC, munidos da documentação estabelecida em item 5 do instrumento editalício mencionado (originais e cópia simples legível para conferência ou somente cópia autenticada em cartório de: Cédula de Identidade e CPF; Comprovante da habilitação; Comprovante de Tempo de Serviço no Magistério computado até 18 de dezembro de 2015, observado o disposto em subitem 3.1 do Edital SEDUC 005/2016 quanto à reserva de vagas para pessoas com deficiência), conforme Cronograma a seguir:

DATA	HORÁRIO DE INÍCIO	ÁREA DE ATUAÇÃO/DISCIPLINA
31/08/2016	13:30h	Arte
	14:00h	Língua Estrangeira - Inglês

2. DO QUADRO DE VAGAS:

ÁREA DE ATUAÇÃO/DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	TURNO	UNIDADE ESCOLAR	PRAZO CONTRATAÇÃO
Arte	20	MAT	EBM VICTOR MEIRELLES	01/09 a 20/12/2016
Língua Estrangeira - Inglês	20	MAT	EBM SERENO SOPRANA	05/09 a 30/09/2016

2.1. As vagas apresentadas na referida Chamada Pública motivam-se pelo disposto em art. 2º, inciso II da Lei Complementar n. 531, de 23 de maio de 2014.

2.2. O candidato inscrito para a disciplina de Língua Estrangeira – Inglês deverá comprovar domínio da respectiva Língua.

Município de Chapecó, 30 de agosto de 2016.

NEMÉSIO CARLOS DA SILVA

Secretário de Educação

Concórdia

PREFEITURA

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 69/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 69/2016

A Secretária Municipal de Administração, torna público que ratificou o ato da Senhora MARCELA KUHN DOS SANTOS BIGATON, Diretora Administrativa, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do inciso V, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 25 de agosto de 2016, para Aquisição de persianas novas e lâminas para persianas, em tecido Poliéster, vertical, para atender a necessidade do Departamento Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON, através do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos - FMDD, a favor da empresa BELLA CASA COMERCIO E DECORAÇÕES LTDA - ME, no valor total de R\$ 1.998,00 (um mil, novecentos e noventa e oito reais).

BEATRIZ FATIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

EXTRATO DO CONTRATO DE ADESÃO N° 9912262411/2015

Contrato de adesão N° : 9912262411/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Licitação : INEXIGIBILIDADE 6/2015

Objeto : Prestação de serviços de postais, durante o exercício de 2015, para as Secretarias Municipais, Fundo, Fundações, Departamento de Trânsito, Delegacia Regional de Polícia Civil e Polícia Militar.

Vigência : Início: 25/08/2015 Término: 25/08/2016

Assinatura : 19/08/2016

Valor R\$: 308.710,00 (trezentos e oito mil e setecentos e dez reais)

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº472/2016

DECRETO Nº 472/2016

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA ACOMPANHAR TRATAMENTO DE SAÚDE DE MEMBRO DA FAMÍLIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com os Artigos 70 e 71 da Lei Complementar nº 018/2001,

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos três dias e meio de licença para acompanhar tratamento de saúde de membro da família a Servidora Municipal EMANUELLE CELLA TOZZO, ocupante do cargo de Contador, com carga horária de 40h semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, de acordo com o atestado médico em anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 25 de agosto de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 29 de Agosto de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

DECRETO Nº473/2016

DECRETO Nº 473/2016, DE 29 DE AGOSTO DE 2016.

“PRORROGA EM 60 (SESENTA) DIAS A LICENÇA MATERNIDADE CONCEDIDA À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

DECRETA

Art. 1º Prorrogar em 60 (sessenta) dias a Licença Maternidade concedida a Servidora Municipal, Sra. MICHELE ENDLER, ocupante do cargo de Diretor Geral de Contabilidade e Planejamento, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, com fulcro no Parágrafo Único, do Art. 1º, da Lei n. 915/2010.

Art. 2º A licença de que trata o Art. 1º, será estendida a partir de 31/08/2016.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 29 de agosto de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 165/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 165/2016

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONCERTO E MANUTENÇÃO DA VIATURA NISSAN/FRONTIER PLACA JIG0591 DE USO DA UNIDADE DE POLICIA MILITAR DE CURITIBANOS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 12/09/2016, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 12/09/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos, no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 29 de Agosto de 2016.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 24/2016

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 24/2016

REFERENTE: Contrato de prestação de serviços firmado entre o Fundo Municipal de Assistência Social de Curitibanos e Maristela dos Santos Weber, com o valor total de R\$ 2.400,00 (Dois mil e quatrocentos reais).

RESUMO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE OFICINEIRO NA MODALIDADE DE BISCUIT, PELO PERÍODO DE 15 SEMANAS, ENTRE 29/08/2016 A 09/12/2016, 08 HORAS SEMANAIS, NA FORMA DO ARTIGO 25, INCISO II, DA LEI 8.666/93, CONFORME JUSTIFICATIVA E DOCUMENTAÇÃO ANEXAS.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 25 – É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

II – “para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;”

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 25, inciso II da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Presidente do Fundo, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 29 de agosto de 2016.

Diego Sebem Wordell
Presidente da Comissão

Cristina Melo Menegotto
Membro

Talita Daiane Schwinden Corrêa
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente inexigibilidade cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 25 o inciso II dou como aprovada.

Curitibanos, 29 de agosto de 2016.

Claudio Vieira França
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação da prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 29 de agosto de 2016.

Amaury Silva
Presidente do Fundo

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

LICITAÇÕES 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira torna público para o conhecimento dos interessados que encontra-se aberto o Processo nº 057/2016. Pregão nº 057/2016. Objeto: Aquisição de Materiais de uso odontológicos para o (CEO) Centro de Especialidades Odontológicas do Município. Entrega da documentação e propostas a partir das 08:00 horas do dia 14/09/2016. no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira, 30/08/2016.

Elsa S. de Paula dos Santos – Gestora do FMS.

Ermo

PREFEITURA

DECRETO N.º 051, DE 22 DE AGOSTO DE 2016.

DECRETO N.º 051, de 22 de Agosto de 2016.

Suplementa Dotações Orçamentárias e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 391/15, de 17/11/2015 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde de Ermo no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), a saber:

09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0037.2.051 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF

3.1.90.00.00.00.00.0080 (2) – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos da fonte 0080 (recursos próprios).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 22 de Agosto de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

Flor do Sertão

PREFEITURA

PORTARIA Nº 190/2016

	PORTARIA Nº 190/2015
	CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA A FUNCIONARIA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA a Funcionaria Municipal MICHELI CRISTINA ZAMBIASI, ocupante do cargo de Professora, a partir da data de 29/08/2016 até a data do Laudo Pericial.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 29 dias do mês de Agosto de 2016.

ROGÉRIO PERIN
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

Forquilha

PREFEITURA

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE RESOLUÇÃO CMS Nº 01/2016, DE 5 DE MAIO DE 2016.

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO CMS Nº 01/2016, DE 5 DE MAIO DE 2016.

O PLENÁRIO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE (CMS), em sua quarta reunião ordinária do ano de dois mil e dezesseis, realizada no dia cinco de maio, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 249, de 09 de outubro de 1993,

CONSIDERANDO que o presidente e o vice-presidente do CMS entregaram seus cargos por conta da descompatibilização política, para concorrerem a cargo eletivo nas próximas eleições municipais e que, conforme o Art. 6 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde de Forquilha, é necessário que alguns dos membros do conselho assumam esses cargos vagos;

CONSIDERANDO a necessidade de criar dois Grupos de Trabalho, um para responder ao Questionário de Governança e Gestão em Saúde – ciclo 2016 e outro para avaliarmos e propormos melhorias para nosso Regimento Interno,

RESOLVE:

Aprovar nova eleição para presidente e vice-presidente, de Leonardo Teixeira e Carini Cesa de Souza, respectivamente.

Aprovar a criação de um grupo de trabalho para responder ao Questionário de Governança e Gestão em Saúde – ciclo 2016, com os seguintes nomes: Leonardo Teixeira, Gisele Scandolara Bosa, Márcia Goulart Locks e Raquel Felisberto Zanette.

Aprovar a criação de um grupo de trabalho para discutir, avaliar e propor melhorias para o Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde, com os seguintes nomes: Leonardo Teixeira, Muriel Zanette, Magali da Rosa, José Waldir Cardoso e Gisele Scandolara Bosa.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as demais disposições em contrário.

Forquilha/SC, 05 de maio de 2016.

LEONARDO TEIXEIRA

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE RESOLUÇÃO CMS Nº 02/2016, DE 30 DE JUNHO DE 2016.

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO CMS Nº 02/2016, DE 30 DE JUNHO DE 2016.

O PLENÁRIO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE (CMS), em sua sexta reunião ordinária do ano de dois mil e dezesseis, realizada no dia trinta de junho, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 249, de 09 de outubro de 1993,

CONSIDERANDO a necessidade de indicação de conselheiros e profissionais de saúde municipais para nova composição da Comissão Integração Ensino-Serviço – CIES da Região Carbonífera;

CONSIDERANDO a necessidade de criação de uma identidade visual para o Conselho Municipal de Saúde,

RESOLVE:

Aprovar a indicação de dois conselheiros e dois profissionais de saúde do município (um titular e um suplente cada) para comporem a Comissão Integração Ensino-Serviço – CIES da Região Carbonífera, com os seguintes nomes:

I - Representantes do Conselho Municipal de Saúde:

a) Carini Cesa - Psicóloga e vice-presidente do Conselho Municipal de Saúde [titular];

b) Gisele Scandolara Bosa - Enfermeira e secretária do Conselho Municipal de Saúde [suplente].

II - Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

a) Aline Fernandes da Rosa - Enfermeira [titular];

b) Moyra Feltrin - Dentista [suplente].

Aprovar a criação da logomarca número quatro, conforme anexo I desta resolução.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as demais disposições em contrário.

Forquilha/SC, 30 de junho de 2016.

LEONARDO TEIXEIRA

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE RESOLUÇÃO CMS Nº 03/2016, DE 08 DE JULHO DE 2016.

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO CMS Nº 03/2016, DE 08 DE JULHO DE 2016.

O PLENÁRIO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE (CMS), em sua sétima reunião ordinária do ano de dois mil e dezesseis, realizada no dia vinte e oito de julho, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 249, de 09 de outubro de 1993,

CONSIDERANDO que o a coordenação da Atenção Básica apresentou o Relatório Anual de Gestão 2015 - RAG,

RESOLVE:

Aprovar por unanimidade o Relatório Anual de Gestão 2015.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as demais disposições em contrário.

Forquilha/SC, 08 de julho de 2016.

LEONARDO TEIXEIRA

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMPS Nº 02/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMPS Nº 02/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMPS Nº 04/2015

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – PREV & SEG ASSESSORIA E SEGURANÇA TRABALHO LTDA ME

DO OBJETO – Contratação de empresa especializada na prestação de serviços na área de perícia médica, para formar a JUNTA MÉDICA do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Forquilha – FORQUILHINHAPREV.

DO PRAZO – O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato 04/FMPS/2015 de 21/08/2016 para 21/08/2017.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 19 de agosto de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2016 PMF - ATA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS 08/2016

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 17/2016 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 08/2016 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para a aquisição de material gráfico para atendimento as diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 22/02/2017

3ª Publicação

Fraiburgo

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº CT16PMF116_DOM

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT16PMF116
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratada: Construtora Edificação Ltda ME. Objeto: Contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de construção de muro de contenção com área total de 43,50 m², em concreto armado, com alvenaria de fechamento em blocos de concreto com espessura de 14 cm, localizado na Avenida Carlos Maister, Bairro das Nações (anexo a quadra coberta), com fornecimento do material e mão de obra, conforme Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (anexos ao PAL). Valor Total do Contrato: 15.453,62 (quinze mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e sessenta e dois centavos). Data do Contrato: 29.08.2016. Prazo de Vigência do Contrato: de 29.08.2016 a 28.11.2016. Prazo de execução: 60 dias após a emissão e entrega da Ordem de Serviços. Processo Administrativo Licitatório: nº 0190/2016 – PMF. Modalidade: Tomada de Preços nº 0018A/2016. Recursos: 01.0301 e 01.0323 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Fraiburgo (SC), 29 de agosto de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito de Fraiburgo

PORTARIA Nº 1681/2016

PORTARIA N.º 1681, DE 29 DE AGOSTO DE 2016.

Dispõe sobre o afastamento por Aposentadoria por Tempo de Serviço de Professor

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, no qual se compromete a não permitir que servidores aposentados, em decorrência do exercício de cargos públicos permaneçam trabalhando, salvo quando aprovados em novo concurso público e optarem por vencimentos do cargo atual, renunciando desta forma aos proventos da aposentadoria; e considerando, a decisão exarada no Processo Administrativo n.º 4171, de 10 de agosto de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º Afastar em 31 de agosto de 2016, a servidora CLARICE TE-REZINHA MOLIM DE LORENZI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 573.451.809-30, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR E PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA GRUPO OCUPACIONAL LP, com carga horária de 40 horas semanais, por Aposentadoria por Tempo de Serviço de Professor, com data de início fixada em 06 de maio de 2016, Benefício nº 1707543493.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de agosto de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1682/2016

PORTARIA Nº 1682, DE 29 DE AGOSTO DE 2016.

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo.

IVO BIAZZOLO, Prefeito de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º Designar ADEMIR VICENTE FRANCO DE SOUZA JUNIOR, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 327.795.578-85, contratado em caráter temporário na função de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 11406, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo CT16PMF116, Processo Administrativo Licitatório nº 0190/2016, Tomada de Preços nº 0018A/2016, cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de construção de muro de contenção com área total de 43,50 m², em concreto armado, com alvenaria de fechamento em blocos de concreto com espessura de 14 cm, localizado na Avenida Carlos Maister, Bairro das Nações (anexo a quadra coberta), com fornecimento do material e mão de obra, conforme Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL).

Art. 2º. Incumbe à fiscal acima designada acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de agosto de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Garopaba

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 51/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GAROPABA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 51/2016
PMG E FMS

Ata nº. 51/2016; Processo nº 114/2016; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Contratada: ALEMÃO SONORIZAÇÃO LTDA ME; Objeto: Registro de preço para prestação de serviço de sonorização, iluminação e prestação de serviço de DJ, para atender as necessidades da Prefeitura e do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba. Data da Assinatura: 29/8/2016.

PORTARIA N.º 761/2016.

PORTARIA N.º 761, DE 26 DE AGOSTO DE 2016.
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata HELEN ALBRECHT, CPF n.º 806.244.560-72, aprovada e classificada como 1º colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de MÉDICO VETERINÁRIO.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de atendimento e estímulo ao desenvolvimento pecuário do Município.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de agosto de 2016.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 30/08/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 764/2016.

PORTARIA N.º 764, DE 26 DE AGOSTO DE 2016.
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o candidato DANIEL SILVA CHAVES, CPF n.º 475.766.349-87, aprovado e classificado como 1º colocado no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de executar serviços manuais ou braçais, tais como: conservação de estradas, ruas, parques, jardins, coleta de lixo, auxiliar nos serviços de calceteiro, pedreiro, carpinteiro, bem como outros.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de agosto de 2016.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 30/08/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 765/2016.

PORTARIA N.º 765, DE 26 DE AGOSTO DE 2016.
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata GRAZIELA EICK MARTINS, CPF n.º 882.742.410-53, aprovada e classificada como 2º colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de ENFERMEIRO.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros

permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de Desenvolver atividades de nível superior, de natureza especializada, envolvendo atividades de enfermagem no atendimento à saúde.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de agosto de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 30/08/2016, de acordo com a

Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 766/2016.

PORTARIA N.º 766, DE 26 DE AGOSTO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata ELIANE RECHEIGIEL DO NASCIMENTO, CPF n.º 755.156.360-15, aprovada e classificada como 6º colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de MERENDEIRA.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de Executar serviços de limpeza e higiene na cozinha e no preparo e distribuição da merenda escolar.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de agosto de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 30/08/2016, de acordo com a

Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 767/2016.

PORTARIA N.º 767, DE 26 DE AGOSTO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o candidato FRANKLIN WARSCHAWSKI, CPF n.º 534.582.730-34, aprovado e classificado como 5º colocado no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de SERVENTE.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de executar serviços de limpeza e higiene nas instalações próprias da escola e serviços gerais de apoio administrativo.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de agosto de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 30/08/2016, de acordo com a

Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 772/2016.

PORTARIA N.º 772, DE 29 DE AGOSTO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata ELIANE RECHEIGIEL DO NASCIMENTO, CPF n.º 755.156.360-15, aprovada e classificada como 6º colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de MERENDEIRA.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de Executar serviços de limpeza e higiene na cozinha e no preparo e distribuição da merenda escolar.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do

art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 29 de agosto de 2016.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 30/08/2016, de acordo com a
Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 773/2016.

PORTARIA N.º 773, DE 29 DE AGOSTO DE 2016.
DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) EDER RODRIGUES DE SOUZA.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), de APROVAR o (a) servidor (a) EDER RODRIGUES DE SOUZA, matrícula funcional n.º 5161, no estágio probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 29 de agosto de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 30/08/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 774/2016.

PORTARIA N.º 774, DE 29 DE AGOSTO DE 2016.
DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) LUIZ PAULO KNISS JUNIOR.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), de APROVAR o (a) servidor (a) LUIZ PAULO KNISS JUNIOR, matrícula funcional n.º 5055, no estágio probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 29 de agosto de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 30/08/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 775/2016.

PORTARIA N.º 775, DE 29 DE AGOSTO DE 2016.
DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) MARIA ZENAIDE MAIA MONTEIRO.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), de APROVAR o (a) servidor (a) MARIA ZENAIDE MAIA MONTEIRO, matrícula funcional n.º 5052, no estágio probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 29 de agosto de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 30/08/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 776/2016.

PORTARIA N.º 776, DE 29 DE AGOSTO DE 2016.
DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) REGINALDO LEMOS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), de APROVAR o (a) servidor (a) REGINALDO LEMOS, matrícula funcional n.º 5036, no estágio probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 29 de agosto de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 30/08/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 777/2016.

PORTARIA N.º 777, DE 29 DE AGOSTO DE 2016.

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS sob o nº. 20001050.1.00031/15-0, nos assentos funcionais da servidora MARIA DAS DORES SIRINO MARIA COSTA, detentora da matrícula funcional nº. 0039 e do cargo de provimento efetivo de SERVENTE e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do (a) servidor(a) MARIA DAS DORES SIRINO MARIA COSTA, detentora da matrícula nº. 0039, e do cargo de provimento efetivo de Servente, a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS sob o nº. 20001050.1.00031/15-0, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Garopaba, 29 de agosto de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 30/08/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 778/2016.

PORTARIA N.º 778, DE 29 DE AGOSTO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata CRISTIANE GERREIRO PATRÍCIO, CPF n.º 092.880.699-50, aprovada e classificada como 2ª colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de: possibilitar o planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades, prestando assistência técnica de enfermagem, exceto aquelas privativas do enfermeiro; concorrer para a prevenção de acidentes e doenças profissionais, participando nos programas de higiene e segurança no trabalho, bem como em atividades de educação e saúde; promover a divulgação do programa de proteção à saúde da mulher, colaborando na execução de exames ginecológicos, prestando, ainda orientações quando ao planejamento familiar; administrar medicamentos mediante prescrição médica; participar de vacinações suas programações; fazer coleta de material para exames, quando indicado; fazer visitas domiciliares e notificações de doenças transmissíveis; desenvolver atividades de pré e pós consulta médica; participar

de atividades de saúde a nível comunitário; participar e contribuir para consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às ações integradas de saúde, e as intervenções epidemiológicas que forem assumidas pelo município; cumprir e fazer cumprir todos os preceitos contidos no código de ética dos profissionais de enfermagem; zelar pela ordem, guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; executar outras atividades correlatas.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 29 de agosto de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 30/08/2016, de acordo com a

Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Grão Pará

PREFEITURA

14º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 48-2012 VALOR REAJUSTE (A.MENDES) DÉCIMO QUARTO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 48/2012, DATADO DE 13 DE MARÇO DE 2012, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA A. MENDES TERRAPLANAGEM CONSTRUÇÃO E EXTRAÇÃO DE MINERAIS LTDA, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM PLUVIAL DA RODOVIA MUNICIPAL GPA 385 (SÃO JOÃO) COM DIREÇÃO À LOCALIDADE DE RIO CACHOEIRINHAS, NA DIVISA COM O MUNICÍPIO DE BRAÇO DO NORTE, NO TOTAL DE 1.473,45M DE EXTENSÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal em exercício, Senhor ÉLIO MÜLLER BRATTI, e a empresa CONTRATADA A. MENDES TERRAPLANAGEM CONSTRUÇÃO E EXTRAÇÃO DE MINERAIS LTDA, estabelecida na Rodovia SC 438, KM 10, Pouso Alto, Gravatal/ SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o n. 00.993.058/0001-83, representada, neste ato, pelo Senhor José de Assis Corrêa, brasileiro, casado, Sócio Administrador, CNPF n. 851.540.919-49, Carteira de Identidade n. 5/R-2.536.023, com fundamento na Lei n. 8.666/93 e alterações, conforme descrito no Edital de Tomada de Preços n. 1/2012, Processo de Licitação n. 28/2012, assim como pelas condições do Edital referido, celebram este aditivo contratual

CONSIDERANDO:

- a) que foi requerido pela Contratada, o reajuste no valor de R\$ 27.120,67 (Vinte e sete mil, cento e vinte reais e sessenta e sete centavos);
- b) que a obra sofreu atrasos em decorrência de imprevistos e por não dispor de recurso financeiro;
- c) que o parecer da Engenharia, conforme anexo, é favorável ao aditivo;
- d) que o Parecer Jurídico de que não há óbice à revisão contratual solicitada pelo Contratado.

RESOLVE, a Contratante, conceder o reajuste contratual de R\$ 27.120,67 (Vinte e sete mil, cento e vinte reais e sessenta e sete centavos), conforme Cláusulas e condições a seguir

CLÁUSULA PRIMEIRA

Alterar a Cláusula II – Do Valor Contratual e Dotação, conforme descrito a seguir:

- a) fica o valor do referido contrato reajustado em R\$ 27.120,67 (Vinte e sete mil, cento e vinte reais e sessenta e sete centavos), passando o valor global da obra para R\$ 1.416.266,28 (Um milhão, quatrocentos e dezesseis mil, duzentos e sessenta e seis reais e vinte e oito centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 28 de abril de 2016.

ÉLIO MÜLLER BRATTI

Prefeito Municipal em exercício

JOSÉ DE ASSIS CORRÊA

Sócio Administrador da Empresa Contratada

T E S T E M U N H A S

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 40-2016(SETEP) PRIMEIRO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 40/2016, DATADO DE 29 DE MARÇO DE 2016, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA SETEP CONSTRUÇÕES S.A, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO, COM REVESTIMENTO EM CONCRETO ASFÁLTICO USINADO A QUENTE, NA RUA BARÃO DO RIO BRANCO, COM A EXTENSÃO DE 280,00M, NO TOTAL DE 2.059,31M², NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/SC

O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, Santa Catarina, CEP 88890-000, neste ato, representado pelo Senhor AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal, portador do CPF n. 436.051.849-87, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa SETEP CONSTRUÇÕES S.A, estabelecida na Rua Francisco Martinhago, nº 258, Bairro Mina do Mato, CEP 88.810-500, Criciúma/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 83.665.141/0001-50, representada, neste ato, por Diretor Comercial Sr. JOSÉ CARLOS DE SOUZA, brasileiro, casado, engenheiro, portador do RG 537.723-4 e do CPF 376.562.959-68, doravante denominada CONTRATADA, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 40/2016, no que diz respeito à alteração do prazo para execução da obra, para constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Prorrogar por 03 (três) meses o prazo para execução da obra, totalizando, assim, 06 (seis) meses o prazo global que a CONTRATADA dispõe para finalização da obra, haja vista que a ordem de serviço foi emitida em 29 de março de 2016 e recebida pela contratada em 08 de abril de 2016.

Parágrafo Único – Este Aditivo faz-se necessário, haja vista que a empresa recebeu a Ordem de Serviço em 08/04/2016, entretanto não pode iniciar os trabalhos, em razão da necessidade de aguardar a liberação dos recursos, por parte do Ministério das Cidades, por meio da Caixa Econômica Federal, o que ocorreu apenas no findar deste mês de junho de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 29 de junho de 2016.

CONTRATANTE
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

CONTRATADA
JOSÉ CARLOS DE SOUZA
Diretor Comercial da Empresa Contratada

T E S T E M U N H A S

**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 80-2015
(CONSTRUTORA DANDOLINI) VALOR
PRIMEIRO TERMO ADITIVO**

AO CONTRATO N. 80/2015, DATADO DE 06 DE AGOSTO DE 2015, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA CONSTRUTORA DANDOLINI LTDA, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DE UM NÚCLEO DE ESPORTE E LAZER - GINÁSIO POLIESPORTIVO COM A ÁREA TOTAL DE 980,40M2 (44mx32M), COM UM MURO DE CONTENÇÃO, NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/ SC

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e empresa CONSTRUTORA DANDOLINI LTDA, estabelecida na Av. Monsenhor Frederico Tombrock, 815, Centro, São Ludgero, Santa Catarina, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o n. 04.357.863/0001-71, daqui por diante denominada simplesmente CONTRATADA, representada, neste ato, pelo Senhor CLÁUDIO DANDOLINI, brasileiro, casado, engenheiro civil, Sócio Administrador, CPF n. 651.514.109-20, CREA/SC 46885-6, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 80/2015, considerando a necessidade de alteração quantitativa e qualitativa da obra, para constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Alterar a Cláusula V – Do Preço Global, conforme descrito a seguir: a) o valor do referido contrato será aditado em R\$ 66.551,49 (Sessenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e um reais e quarenta e nove centavos), passando o valor global da obra de R\$ 598.336,46 (Quinhentos e noventa e oito mil, trezentos e trinta e seis reais e quarenta e seis centavos) para. R\$ 664.887,95 (Seiscentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e sete reais e noventa e cinco centavos). Tais incrementos se fazem necessários para garantir a melhor qualidade da obra, conforme parecer da engenharia e jurídico em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 02 de junho de 2016.

CONTRATANTE
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

CONTRATADA
CLÁUDIO DANDOLINI
Sócio Administrador da Empresa Contratada

T E S T E M U N H A S

**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 28-2016
(SUPER LÍDER)
PRIMEIRO TERMO ADITIVO**

AO CONTRATO N. 28/2016, DATADO DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A SUPER LÍDER ALIMENTOS LTDA, VISANDO A AQUISIÇÃO DE 150 (CENTO E CINQUENTA) CESTAS BÁSICAS PARA FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GRÃO PARÁ, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

Ao quinto dia do mês de julho de dois mil e dezesseis, de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de COMPRADORA, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e SUPER LÍDER ALIMENTOS LTDA, estabelecida na Rodovia SC 438, 1473, Rio Bonito, Braço do Norte / SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 07.605.075/0001-45, doravante denominada CONTRATADA, neste ato, representada por seu Administrador Senhor José Carlos H. Esser, brasileiro, inscrito no CPF n. 033.548.399-29, RG n. 4.639.313-7, considerando que as correções de valores de dos Gêneros alimentícios, diante de decisão governamental, são de livre negociação entre as empresas e distribuidoras e considerando que estes valores estão sendo repassados aos supermercados revendedores, conforme faz prova através das notas fiscais n. 000.017.208, 000.018.560, 000.201.163, 000.195.338 Baschiroto Comercio De Cereais E Transportes – Baschiroto Com. De Cereais, Coop. Suinocultores Encantado Ltda, respectivamente, partes integrantes deste Termo, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente Termo Aditivo, reajustando em 21% o preço do litro do Leite Integral em Caixa de 1L, e em 26,4% o preço do Feijão Preto, de acordo com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Alterar a Cláusula II, do Contrato n. 28/2016, datado de 19 de fevereiro de 2016, passando a ter a seguinte redação:

“CLÁUSULA II – DO VALOR

O valor do Litro do Leite Integral em Caixa de 1l passa de R\$ 2,82 para R\$ 3,75 [...]”, o valor do Feijão Preto passa de R\$ 5,95 para R\$ 8,85[...].”

CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas ao Contrato, ora aditado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/SC, 05 de julho de 2016.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

José Carlos H. Esser
Administrador da Contratada

TESTEMUNHAS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 50-2016 (LIBRELATO)

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 50/2016, DATADO DE 28 DE ABRIL DE 2016, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA LIBRELATO INDUSTRIA E COMERCIO DE BRITAS LTDA, VISANDO A AQUISIÇÃO DE BASE DE SEIXO PARCIALMENTE BRITADA GRANULOMETRIA MÁXIMA 2", PARA O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/SC.

Ao dezanove dia do mês de julho de dois mil e dezesseis, de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de COMPRADORA, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e LIBRELATO INDUSTRIA E COMERCIO DE BRITAS LTDA, empresa estabelecida em Estrada Geral Pindotiba, Margem direita, Km 02, Orleans/SC, CEP 88.870-000, inscrita no CNPJ/MF sob n. 00.953.690/0001-01, doravante denominada CONTRATADA, neste ato, representada por seu Administrador, Senhor LUCAS CANEVER LIBRELATO, Brasileiro, empresário, residente na Rua XV de Novembro, 205, apto 404, Centro, Orleans/SC, inscrito no CPF n. 035.014.629-21, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 50/2016, considerando a necessidade de alteração quantitativa, para constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Alterar as quantidades dos itens abaixo especificados:

AQUISIÇÃO DE 2.000 M³, DE BASE DE SEIXO PARCIALMENTE BRITADA GRANULOMETRIA MÁXIMA 2", DA EMPRESA LIBRELATO INDUSTRIA E COMERCIO DE BRITAS LTDA, PASSA DE 2000M³ para 2500M³.

CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas ao Contrato, ora aditado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 25 de agosto de 2016.

AMILTON ASCARI LUCAS CANEVER LIBRELATO
Prefeito Municipal Administrador da Contratada

TESTEMUNHAS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 51-2016 (LIBRELATO)

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 51/2016, DATADO DE 28 DE ABRIL DE 2016, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA LIBRELATO INDUSTRIA E COMERCIO DE BRITAS LTDA, VISANDO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE HORAS DE MÁQUINAS PESADAS E CAMINHÃO, PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, NO VALOR TOTAL DE 1.200(MIL E DUZENTAS) HORAS PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

Ao dezanove dia do mês de julho de dois mil e dezesseis, de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de COMPRADORA, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e LIBRELATO INDUSTRIA E COMERCIO DE BRITAS LTDA, empresa estabelecida em Estrada Geral Pindotiba, Margem direita, Km 02, Orleans/SC, CEP 88.870-000, inscrita no CNPJ/MF sob n. 00.953.690/0001-01, doravante denominada CONTRATADA, neste ato, representada por seu Administrador, Senhor LUCAS CANEVER LIBRELATO, Brasileiro, empresário, residente na Rua XV de Novembro, 205, apto 404, Centro, Orleans/SC, inscrito no CPF n. 035.014.629-21, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 51/2016, considerando a necessidade de alteração quantitativa, para constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Alterar as quantidades dos itens abaixo especificados:

Item – 1 – CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA CONCHA DE NO MÍNIMO 2M³ E PESO DE NO MÍNIMO 25 TON.– marca LIBRELATO– 200 H. passa para 250 H;

CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas ao Contrato, ora aditado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 19 de julho de 2016.

AMILTON ASCARI LUCAS CANEVER LIBRELATO
Prefeito Municipal Administrador da Contratada

TESTEMUNHAS

20º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 47-2011 (CONSTRUTORA DANDOLINI)

VIGÉSIMO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 47/2011, DATADO DE 20 DE ABRIL DE 2011, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA CONSTRUTORA DANDOLINI LTDA, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DE UM NÚCLEO DE ESPORTE E LAZER

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e CONSTRUTORA DANDOLINI LTDA, estabelecida na Av. Monsenhor Frederico Tombrock, 815, Centro, São Ludgero, Santa Catarina, inscrita no Cadastro Geral de

Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o n. 04.357.863/0001-71, daqui por diante denominada simplesmente CONTRATADA, representada, neste ato, pelo Senhor CLÁUDIO DANDOLINI, brasileiro, casado, engenheiro civil, Sócio Administrador, CPF n. 651.514.109-20, CREA/SC 46885-6, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 47/2011, no que diz respeito à alteração do prazo para execução da obra, para constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Prorrogar por 05 (cinco) meses o prazo para execução da obra, totalizando, assim, 60(sessenta) meses o prazo global que a CONTRATADA dispõe para finalização da obra, contados do recebimento da Ordem de Serviço, que ocorreu em 26 de abril de 2011.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 26 de maio de 2016.

CONTRATANTE
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

CLÁUDIO DANDOLINI
CONTRATADA
Sócio Administrador da Empresa Contratada

T E S T E M U N H A S

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 80-2015 (CONSTRUTORA DANDOLINI)- SEGUNDO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 80/2015, DATADO DE 06 DE AGOSTO DE 2015, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA CONSTRUTORA DANDOLINI LTDA, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DE UM NÚCLEO DE ESPORTE E LAZER - GINÁSIO POLIESPORTIVO COM A ÁREA TOTAL DE 980,40M2 (44mx32M), COM UM MURO DE CONTENÇÃO, NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/ SC

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e CONSTRUTORA DANDOLINI LTDA, estabelecida na Av. Monsenhor Frederico Tombrock, 815, Centro, São Ludgero, Santa Catarina, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o n. 04.357.863/0001-71, daqui por diante denominada simplesmente CONTRATADA, representada, neste ato, pelo Senhor CLÁUDIO DANDOLINI, brasileiro, casado, engenheiro civil, Sócio Administrador, CPF n. 651.514.109-20, CREA/SC 46885-6, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 80/2015, no que diz respeito à alteração da vigência contratual, para constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Prorrogar, a partir desta data, por 4(quatro) meses o prazo de vigência do Contrato n. 80/2015, assinado em 06 de agosto de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 05 de agosto de 2016.

CONTRATANTE
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

CONTRATADA
CLÁUDIO DANDOLINI
Sócio Administrador da Empresa Contratada

T E S T E M U N H A S

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 27-2016 (SUPER LÍDER) SEGUNDO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 27/2016, DATADO DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A SUPER LÍDER ALIMENTOS LTDA, VISANDO A AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA MERENDA ESCOLAR E PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

Ao quinto dia do mês de julho de dois mil e dezesseis, de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de COMPRADORA, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e SUPER LÍDER ALIMENTOS LTDA, estabelecida na Rodovia SC 438, 1473, Rio Bonito, Braço do Norte / SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 07.605.075/0001-45, doravante denominada CONTRATADA, neste ato, representada por seu Procurador Senhor representada por seu Administrador Senhor José Carlos H. Esser, brasileiro, inscrito no CPF n. 033.548.399-29, RG n. 4.639.313-7, considerando que as correções de valores de dos Gêneros alimentícios, diante de decisão governamental, são de livre negociação entre as empresas e distribuidoras e considerando que estes valores estão sendo repassados aos supermercados revendedores, conforme faz prova através das notas fiscais n. 000.018.560, 000.017.208 Baschiroto Comercio De Cereais E Transportes – Baschiroto Com. De Cereais partes integrantes deste Termo, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente Termo Aditivo, reajustando em 21% o preço do litro do Leite Integral em Caixa de 1L, em 48,9% o preço do Feijão Preto, e em 44%, o preço do Feijão Vermelho, de acordo com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Alterar a Cláusula II, do Contrato n. 27/2016, datado de 18 de fevereiro de 2016, passando a ter a seguinte redação:

“CLÁUSULA II – DO VALOR

O valor do Litro do Leite Integral em Caixa de 1l passa de R\$ 2,97

para R\$ 3,59 [...]”, o valor do Feijão Preto passa de R\$ 4,95 para R\$ 7,37[...], e o valor do Feijão Vermelho passa de R\$ 7,00, para R\$ 10,08[...]

CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas ao Contrato, ora aditado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/SC, 05 de julho de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

José Carlos H. Esser

Sócio Administrador da Contratada

TESTEMUNHAS

2º TERMO ADITIVO CONTRATO 55-2015 (SERRANA)

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 55/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barrão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e SERRANA ENGENHARIA LTDA, empresa estabelecida na Rua Ottokar Doerffel, 841, Bairro Atiradores, cidade de Joinville/ SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 83.073.536/0001-64, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato, representada por seu Sócio-Gerente, Senhor Odair José Mannrich, brasileiro, casado, inscrito no CNPJ n. 348.090.589-72, residente e domiciliado na cidade de Joinville/ SC, em conformidade com o Edital Licitatório e demais legislações, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 34/2010, para constar as seguintes alterações:

CONSIDERANDO:

- que o Contrato n. 55/2015 foi firmado em 09 de abril de 2015;

- que os serviços de que trata o referido Contrato configuram serviços de caráter contínuo e essencial, para fins de prorrogação contratual, nos termos do art. 57, II, da Lei 8.666/93 e que, por isso, a vigência do referido Contrato foi prorrogada para este exercício de 2016;

3º TERMO ADITIVO CONTRATO 73-2013(BETHA)

TERCEIRO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 73/2013, DATADO DE 01 DE AGOSTO DE 2013, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A BETHA SISTEMAS LTDA, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA

Pelo presente Termo, de um lado o Município de Grão Pará inscrita no CNPJ sob o nº .82.558.149/0001-55, neste ato representada por seu Prefeito Sr. AMILTON ASCARI, e de outro lado a empresa Betha Sistemas Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº. 00.456.865/0001-67, representado pelo Sr. Ernesto Muniz de Souza Jr., Advogado, portador da cédula de identidade profissional nº 24.757 OAB/SC e inscrito no CPF sob nº 004.770.259-19 e Sr.ª Daniela Ramos Silva, Advogada, portadora da cédula de identidade profissional 38.394 OAB/SC, inscrita no CPF sob o nº 007.395.609-05, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº 73/2013 para fazer constar as seguintes alterações:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

Fica acrescido no objeto do contrato 73/2013, mais usuários ao sistema de Tributos, totalizando um acréscimo mensal de R\$ 339,56 (trezentos e trinta e nove reais e cinquenta e seis centavos), nos termos do art. 65, § 1º, da Lei 8.666/93:

- que o reajuste do valor dos serviços 11,568%, solicitado pela empresa Contratada está baseado no IGPM abril de 2015 a março de 2016;

- que o aditamento contratual de reajuste com base no IGPM visa tão somente ao equilíbrio econômico-contratual de que dispõe o art. 65, II, “d”, da Lei 8.666/93;

- que, embora o reajuste não tenha sido previsto no edital licitatório e no contrato administrativo, houve variação a maior dos preços dos bens, serviços e salários em geral, tendo em vista a instabilidade econômica existente no país;

- que um Contrato não pode ser mantido se oneroso por demais a uma das partes;

- que o parecer jurídico é favorável ao reajuste de 11,56%, tendo em vista a continuidade dos serviços contratados, nos termos do Art. 57 da Lei n. 8.666/93 e sendo de interesse da Administração, a prorrogação do contrato, se faz justa a manutenção do equilíbrio contratual após decorrido 12 meses, com reposição do IGPM no período de 04/2015 a 03/2016, conforme consta em anexo.

RESOLVEM, de comum acordo, aditar o Contrato n. 55/2015, de 09 de abril de 2015, conforme Cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Alterar a Cláusula III do Contrato n. 55/2015, datado de 09 de abril de 2015, conforme adiante descrito:

“CLÁUSULA III – DO VALOR

“Pelo destino final aos resíduos sólidos descritos na cláusula I, a contratada receberá o valor de R\$ 122,72 (Cento e vinte dois reais e setenta e dois centavos) por tonelada de resíduos, com faturamento mensal.”

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas ao Contrato, ora aditado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 1º de junho de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

ODAIR JOSÉ MANNRICH

Gerente da Contratada

TESTEMUNHAS

Produtos	Acessos			Valores		
	Atual	A ser acrescido	Total	Locação Atual	A ser acrescido	Locação Total
Tributos	02	01	03	R\$ 679,12	R\$ 339,56	R\$ 1.018,68

Cláusula Segunda - DAS DOTAÇÕES

As despesas resultantes deste correrão a conta de Dotações Orçamentárias consignadas na seguinte classificação:
03.01.2.003.3.3.90.30.22.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 06)

Cláusula Terceira - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Grão Pará, 23 de agosto de 2016.

AMILTON ASCARI
CONTRATANTE

BETHA SISTEMAS LTDA.
Daniela Ramos Silva
CONTRATADA

BETHA SISTEMAS LTDA.
Ernesto Muniz de Souza Jr.
CONTRATADA

TESTEMUNHAS

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 27-2014 (ANTONINHO OENNING)MIROP 2708

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 27/2014

O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/ SC, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrito no CNPJ/ MF 82.558.149/0001-55, neste ato, representado pelo Senhor AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Grão-Pará, neste ato, simplesmente denominado de CONTRATANTE e o Senhor ANTONINHO OENNING PAZETO, pessoa física de direito privado, com sede no Distrito de Aiurê, Grão-Pará/SC CEP 88.892-000, Portador do CPF 480.959.239.-15, e Cédula de Identidade n. 1.028.631, doravante denominado CONTRATADO, com fundamento na Lei n. 8.666/93 e alterações, conforme descrito no Processo Licitatório 5/2014, Pregão Presencial n. 2/2014, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 27/2014, no que diz respeito à quilometragem da Linha 4, para constar as seguintes alterações,

CONSIDERANDO:

- a) O requerido pelo Contratado, reajuste no preço pactuado através do Contrato n. 27/2014 e Termos Aditivos;
- b) O Parecer Jurídico de que não há óbice à revisão contratual solicitada pelo Contratado.

RESOLVE, a Contratante, reajustar o Contrato n. 27/2014, passando de R\$ 3,32 (três reais e trinta e dois centavos) para 3,73 (três reais e setenta e três centavos) tendo um aumento de 12,32%, o preço do quilômetro rodado na Linha 4, conforme Cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Alterar a Cláusula IV, conforme descrito a seguir.

“CLÁUSULA QUARTA – O preço do serviço de transporte escolar será de R\$ 3,73 (três reais e setenta e três centavos) por quilômetro rodado na Linha n. 4.”

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 1º de julho de 2016
MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ – CONTRATANTE
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

ANTONINHO OENNING PAZETO – CONTRATADO
CPF n. 480.959.239.-15

TESTEMUNHAS:

8º ADITIVO CONTRATO 76-2013- (ISALTINO CARBONI)**OITAVO TERMO ADITIVO**

AO CONTRATO N. 76/2013, DATADO DE 19 DE AGOSTO DE 2013, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E O SENHOR ISALTINO CARBONI, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ.

O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/ SC, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrito no CNPJ/ MF 82.558.149/0001-55, neste ato, representado pelo Senhor AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Grão-Pará, neste ato, simplesmente denominado de CONTRATANTE e o Senhor ISALTINO CARBONI, pessoa física, residente e domiciliado no Distrito de Invernada, s/n., Bairro interior, no Município de Grão-Pará/SC, portador do CPF n. 416.842.069-87, portador da Cédula de Identidade n. 1.900.579-2, doravante denominado CONTRATADO, com fundamento na Lei n. 8.666/93 e alterações, conforme descrito no Processo Licitatório 56/2013, Pregão Presencial n. 22/2013, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 76/2013, no que diz respeito à quilometragem da Linha 5, para constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A quilometragem da Linha 5 ficará, a partir desta data, assim redefinida:

Linha 5 – de 168,4/km/dia para 173,4KM/DIA

Parágrafo Único. A alteração descrita acima refere-se à real quilometragem da Linha 5, a partir desta data, pois o Contratado passará a executar um trajeto mais longo, conforme necessário. Por isso, justifica-se o aditamento contratual ora realizado. Abaixo descritivo de novo trajeto e quilometragem:

LINHA 5 - CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR NA LINHA 5. KOMBI COM, NO MÍNIMO, 09 LUGARES PARA TRANSPORTE ESCOLAR PERFAZENDO O SEGUINTE TRAJETO: NO PERÍODO MATUTINO, SAINDO DA IGREJA DE INVERNADA INDO ATÉ A RESIDÊNCIA DO Sr. AGENOR DEL CANALI, INDO ATÉ A IGREJA DE LINHA ANTUNES BRAGA EM DIREÇÃO À CASA DE EMIR LAIPELD GAIZESKI, RETORNANDO A IGREJA DE LINHA ANTUNES BRAGA TOTALIZANDO 6.400 KM, IDA E VOLTA E ÀS 6H, SAÍDA DO CENTRO DE INVERNADA, COM DIREÇÃO AO MORRO DA PALHA, INDO ATÉ A PROPRIEDADE DO SENHOR MOISÉS SELINGER, RETORNANDO AO CENTRO DE INVERNADA. CONTINUANDO, SAÍDA DA IGREJA DE INVERNADA INDO EM DIREÇÃO À RESIDÊNCIA DO SENHOR "ADEMIRZINHO", RETORNANDO À ESTRADA GERAL, PASSANDO POR JOÃO ALBERTON E NA RESIDÊNCIA DE VILTO ALBERTON E EDINHO GALVANI, RETORNANDO À IGREJA DE INVERNADA. CONTINUANDO, SAÍDA DA IGREJA DE INVERNADA INDO ATÉ A PROPRIEDADE DE DÍDIO DEPICOLE, PASSANDO POR VITÓRIO PERIN, AMILTON TABACKI, "SASSÁ", RETORNANDO À INVERNADA, TOTALIZANDO 28KM. SAINDO DA IGREJA DE INVERNADA INDO ATÉ A CASA DE SANTOS BRATTI, RETORNANDO A IGREJA DE INVERNADA TOTALIZANDO 10KM. ÀS 10H45MIN, SAÍDA DO CENTRO DE INVERNADA, COM DIREÇÃO AO MORRO DA PALHA, INDO ATÉ A PROPRIEDADE DO SENHOR NATALINO VIEIRA, PASSANDO PELO PESQUE E PAGUE DO "NICK", INDO ATÉ A PROPRIEDADE DO SENHOR DOMINGOS LOLI MONTANHA, RETORNANDO AO CENTRO DE INVERNADA. CONTINUANDO, DESCE PELA ESTRADA DE INVERNADA EM DIREÇÃO A LINHA ANTUNES BRAGA, PROPRIEDADE DE RAULINO BÖGER, ANDRÉ KONS E CLÉSIO BÖGER, VOLTANDO À ESTRADA GERAL, ENCRUZO DOS "PAHOHEK", DESCENDO ATÉ A RESIDÊNCIA DO EDILSON SALVALAGIO MEURER ("CINQUENTÃO"), INDO ATÉ ARCANJO SELINGER E MANECA LAIPELT, RETORNANDO AO ENCRUZO DOS "ORBEN", TOTALIZANDO 34KM. RETORNANDO POR LINHA ANTUNES BRAGA

ATÉ INVERNADA, PARA ENTREGAR OS ALUNOS DO PERÍODO MATUTINO, REALIZANDO, PARA ISSO, O TRAJETO INVERSO AO TRAJETO DE BUSCA REALIZADO ÀS 6H, TOTALIZANDO 34,5KM. NO PERÍODO VESPERTINO, ÀS 17 H, AGUARDAR OS ALUNOS NO ENCRUZO DOS "ORBEN" PARA ENTREGA DOS ALUNOS DO PERÍODO VESPERTINO. PRIMEIRAMENTE, INDO ATÉ A PROPRIEDADE DE EDILSON SALVALAGIO MEURER ("CINQUENTÃO"), PASSANDO POR LINHA ANTUNES BRAGA ATÉ INVERNADA, DESCENDO ATÉ O MORRO DA PALHA, PERFAZENDO 55,5KM. TOTALIZANDO 168,4KM/DIA A LINHA 5.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 02 de maio de 2016.

MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ – CONTRATANTE
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

ISALTINO CARBONI – CONTRATADO
CPF n. 416.842.069-87

TESTEMUNHAS:

ADITIVO CONTRATO 03-2016 HELENA(OBJETO)
PRIMEIRO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 03/2016, DATADO DE 04 DE JANEIRO DE 2016, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A Srª. HELENA BELTRAME DELLA GIUSTINA, VISANDO A LOCAÇÃO DE UMA SALA MEDINDO, APROXIMADAMENTE, 60 M²(SESSENTA METROS QUADRADOS), LOCALIZADA NA RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 307 (FUNDOS), NO CENTRO DE GRÃO-PARÁ/SC, DE PROPRIEDADE DA SENHORA HELENA BELTRAME DELLA GIUSTINA, MATRICULA Nº 14.365, LV. AAO PARA FUNCIONAMENTO, NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/SC.

Pelo presente instrumento, PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente LOCATÁRIA, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e Srª. HELENA BELTRAME DELLA GIUSTINA, brasileira, viúva, portadora do CPF n. 871.556.729-04 e do RG n. 5/r 2.935.925, residentes e domiciliados na Rua Angelo Alberton Luiz, S/n, centro, Grão-Pará/SC, doravante denominado LOCADORA, resolvem, ajustam o seguinte:

1. As partes acima qualificadas firmaram em 04/01/2016 o CONTRATO 03/2016 no qual ajustaram a Cláusula I.
2. Considerando ter havido interesse recíproco, entre os contratantes, de alterar a cláusula, I passa, a partir desta data, a prevalecer o seguinte redação:

"LOCAÇÃO DE UMA SALA MEDINDO, APROXIMADAMENTE, 60 M²(SESSENTA METROS QUADRADOS), LOCALIZADA NA RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 307 (FUNDOS), NO CENTRO DE GRÃO-PARÁ/SC, DE PROPRIEDADE DA SENHORA HELENA BELTRAME DELLA GIUSTINA, MATRICULA Nº 14.365, LV. AAO PARA FUNCIONAMENTO, NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/SC, DO INSTITUTO CATARINENSE DE SANIDADE AGROPECUÁRIA – ICASA, QUE PRESTA APOIO AOS

PRODUTORES RURAIS DE GRÃO-PARÁ, EM ATIVIDADE LIGADAS À SANIDADE ANIMAL E AO TRÂNSITO DE ANIMAIS.

3. Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do CONTRATO ora alterado.

E por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Grão-Pará/SC, 12 de julho de 2016.

AMILTON ASCARI HELENA BELTRAME DELLA GIUSTINA
Prefeito Municipal LOCADORA

TESTEMUNHAS:

DECRETO DF 029/2016 - ORÇAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ ESTADO DE SANTA CATARINA

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000029/16 de 26 de agosto de 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 002046/16 de 24 de agosto de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

(235) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.015-0022 - Aplicações Diretas 622,50

Total Suplementação: 622,50

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

(052) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.005-0022 - Aplicações Diretas 622,50

Total Anulação: 622,50

Art. 3º -

Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 26 de agosto de 2016.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 26 de agosto de 2016.

ANETE DELLA GIUSTINA HEIDEMANN MULLE
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Página: 1/1

DECRETO DF 030/2016 - ORÇAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ ESTADO DE SANTA CATARINA

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000030/16 de 26 de Agosto de 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 002047/16 de 24 de Agosto de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

(094)3.3.90.00.00.00.00.00.2.017-0019 - Aplicacoes Diretas 30.000,00

Total Suplementação: 30.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

(057)3.1.90.00.00.00.00.00.2.013-0018 - Aplicacoes Diretas 30.000,00

Total Anulação: 30.000,00

Art. 3º -

Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 26 de Agosto de 2016.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 26 de Agosto de 2016.

ANETE DELLA GIUSTINA HEIDEMANN MULLE
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Página: 1/1

Guaramirim

PREFEITURA

DECRETO Nº. 683/2016

DECRETO Nº. 683/2016

Aprova a Instrução Normativa nº. 08/2016, que define os responsáveis pelo controle de férias dos servidores no Município de Guaramirim.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Aprovar a Instrução Normativa nº. 08/2016, que define os responsáveis pelo controle de férias dos servidores no Município de Guaramirim.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 29 de agosto de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

ANEXO INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 008/2016

Define os responsáveis pelo Controle de férias dos Servidores no Município de Guaramirim.

O Colegiado do Controle Interno, no uso de suas atribuições legais, e,
Considerando a necessidade de controlar as férias dos servidores do Município de Guaramirim;

Considerando que este controle é uma tarefa importante no Setor de Recursos Humanos, pois, além de garantir que não haja qualquer passivo trabalhista (como, por exemplo, a necessidade de pagar em dobro o valor de férias por ter vencido o período concessivo) você também mantém a transparência da organização com os funcionários;

Considerando o Inquérito Civil nº. 000336.2016.12.001/8 do Ministério Público do Trabalho recomendando adoção de medidas de controle, indicando os responsáveis pelo controle de férias dos Servidores do Município de Guaramirim;

RESOLVE:

I

Dos responsáveis

Art. 1º É de responsabilidade do Setor de Recursos Humanos vinculada à Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

- Elaborar e divulgar semestralmente relatórios de servidores com férias a vencer no período em questão.
- Encaminhar o relatório ao Secretário responsável pelos servidores com férias a vencer no período.
- Efetuar os lançamentos dos períodos de férias no sistema informatizado.

Art. 2º É de responsabilidade do Secretário das Secretarias a qual os Servidores estão vinculados, Gestores de Fundos, Fundações e Autarquias do Município:

- Acompanhar e controlar o relatório emitido pelo Setor de Recursos

Humanos do Município;

- Emitir solicitação ou autorização de férias dos Servidores de sua Unidade.
- Analisar e autorizar os períodos de férias e os parcelamentos dos servidores das unidades administrativas subordinadas hierarquicamente.
- Encaminhar as solicitações ou autorizações ao Setor de Recursos Humanos do Município para efetuar os lançamentos em folha de pagamento, antes do vencimento do 2º período aquisitivo de férias, para evitar o possível pagamento de férias em dobro, conforme legislação vigente.

II

Da Programação e Concessão de Férias

Art. 3º As férias dos servidores deverão ser previamente programadas pela chefia imediata e encaminhadas ao Setor de Recursos Humanos com antecedência mínima de 30 dias para as providências cabíveis.

Art. 4º Na programação das mesmas as chefias deverão:

- a) observar a conveniência e necessidade do serviço;
- b) priorizar a concessão aos servidores, com filhos em idade escolar, nos meses das férias escolares;
- c) considerar que os membros de uma mesma família terão direito a gozar férias no mesmo período, se assim o desejarem e não resultar prejuízo à administração;

Art. 5º Por ocasião das férias, o servidor terá direito, além da remuneração mensal, ao adicional de férias constitucionalmente previsto.

Art. 6º As férias poderão parceladas em até 02 (duas) etapas, desde que assim requeridas pelo servidor, e no interesse da Administração Pública.

I - Os parcelamentos de férias serão autorizados pelo Secretário responsável, observado o caráter de excepcionalidade e necessidade de serviço, que deverá ser devidamente assinada pelos responsáveis das unidades administrativas.

Art. 7º As férias não poderão ser interrompidas, salvo em caso de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral.

Art. 8º As unidades administrativas deverão programar o período de férias para o exercício subsequente de todos os servidores lotados na unidade.

I - Não será permitido que entrem em gozo de férias, em um só mês, mais de um terço de servidores de uma unidade, salvo em caso de Férias coletivas.

III - Os períodos de férias, uma vez programados e confirmados não poderão sofrer alterações, exceto em casos de licença médica, desde que iniciada antes gozo e devidamente atestada pelo órgão competente, convocação administrativa ou judicial, necessidade de serviço.

Art. 9º Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria responsável pelos Servidores.

Art. 10º Esta Instrução Normativa entrará em vigência na data de sua publicação, revogando as disposições a ela contrárias.

Guaramirim/SC, 27 de agosto de 2016.

Órgão Colegiado:

Marcelo Amadeu Deretti
Controlador Geral do Município

Denilson Weiss

Iran Wedi Siqueira

José Olívio Papp

Elisangela Fenrich

Camila Mengarda

Lia Boder

ERRATA DO EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 005/2015 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SETOR DE LICITAÇÕES

ERRRATA DO EXTRATO DO 1º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 005/2015 – FMAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2015 – FMAS

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação – Credenciamento.

Objeto da Licitação: Credenciamento de empresas e/ou entidades que oferecem atendimento integral, alojamento, alimentação, vestuário e acompanhamento médico, fisioterápico, psicológico e nutricional às pessoas idosas e/ou portadoras de necessidades especiais, condições inopiosas, de ambos os sexos, que dependem de cuidados de terceiros.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, através do seu Fundo Municipal de Assistência Social, inscrito no CNPJ sob o nº 13.884.310/0001-68, situada na Rua Irineu Vilela Veiga, nº 22, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina. Contratada: Casa de Assistência Dilony Ltda – EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 95.766.598/0001-30, estabelecida na Avenida Getúlio Vargas, nº 140, bairro Centro, município de Brusque, estado de Santa Catarina.

ONDE SE LÊ “Vigência: 05/12/2016”, LEIA-SE “Vigência: 21/10/2016”, CONFORME CORRETAMENTE EXPRESSA O CORPO DO EXTRATO, ONDE NO “RESUMO DO ADITIVO” SE LÊ “O presente Termo de Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência até o dia 21 de outubro de 2016”.

Guaramirim (SC), 29 de agosto de 2016.

Lauro Fröhlich

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2015 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO 1º TERMO DE ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2015 – FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2015 – FMS

Modalidade: Pregão Eletrônico.

Objeto da Licitação: Registro de preços para aquisição de material médico ambulatorial para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim (SC).

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, através do seu Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60, com sede na Rua Henrique Friedemann, nº 415, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Contratada: Prosaúde Distribuidora de Medicamentos Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 85.247.385/0001-49, estabelecida na Rua Uruguai, nº 1538 E, bairro Santa Maria, município de Chapecó, estado

de Santa Catarina.

Resumo do aditivo: O presente Termo de Aditivo tem por objeto o reequilíbrio econômico-financeiro do item 235 e a troca de marcas, atendendo o Edital, dos itens 233, 234 e 235.

Data da Assinatura: 18/08/2016 Vigência: 08/12/2016.

Guaramirim (SC), 29 de julho de 2016.

Lauro Fröhlich

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 527/2016

PORTARIA Nº. 527/2016

Exonera Maiara Caroline Fuck.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Maiara Caroline Fuck, da função de Secretária de Escola, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 15 de agosto de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 29 de agosto de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 528/2016

PORTARIA Nº. 528/2016

Nomeia Maiara Caroline Fuck.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Maiara Caroline Fuck, na função de Gerente Controle e Avaliação, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 16 de agosto de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 29 de agosto de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul

PREFEITURA

149/2016

Decreto 149/2016

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLETAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.455/15 de 26 de novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Guarujá do Sul, destinados à suplementação do seguinte item orçamentário:

11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

03- Gerência de Saúde Preventiva e Epidemiológica:

Atividade: 1103.10.304.0010.2.047

(17)3.3.90.00-00.00.002- Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

SOMA R\$ 2.000,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Guarujá do Sul, os seguintes itens orçamentários:

11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

03- Gerência de Saúde Preventiva e Epidemiológica:

Atividade: 1103.10.304.0010.2.047

(14)3.1.90.00-00.00.002- Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

SOMA R\$ 2.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul,
29 de agosto de 2016.
José Carlos Foiatto
Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Claudio Inácio Weschenfelder
Secretário Administração e Fazenda

150/2016

DECRETO Nº 150/2016

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.455/15 de 26 de novembro de 2015.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul, no exercício de 2016, destinado a suplementação do seguinte item

orçamentário:

05- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE:

01- Gabinete do Secretário:

Atividade: 0501.12.361.0014.2.090

3.3.90.00-00.00.118- Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Soma R\$ 20.000,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul, os seguintes itens orçamentários:

05- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE:

01- Gabinete do Secretário:

Atividade: 0501.12.361.0014.2.090

3.1.90.00-00.00.118- Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Soma R\$ 20.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul,
29 de agosto de 2016.
JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Claudio Inácio Weschenfelder
Secretário Administração e Fazenda

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA - FMS PL 12/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARUJA DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

Conforme Ata nº. 01/2016 – PL nº 12/2016 – PR 08/2016 para Aquisição de combustível (óleo diesel S 10) para a manutenção da frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde do município de Guarujá do Sul. ENCERRAMOS O REFERIDO PROCESSO LICITATÓRIO POR NÃO HAVER NENHUM INTERESSADO EM PARTICIPAR DO EVENTO OCACIONANDO UMA LICITAÇÃO DESERTA.

Guarujá do Sul, 29 de agosto de 2016.
Claudenice Caramori;
Pregoeira.

Claudio Inacio Weschenfelder;
Equipe de Apoio.
Francisco Junior Garcia de Mattos;
Equipe de Apoio.

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 145_2016

DECRETO Nº 0145/2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO INTERSETORIAL QUE SERÁ RESPONSÁVEL NO MUNICÍPIO PELA ELABORAÇÃO DO PLANO DECENAL DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais:

CONSIDERANDO a RESOLUÇÃO Nº 171, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014 que estabelece os parâmetros para discussão, formulação e deliberação dos planos decenais dos direitos humanos da criança e do adolescente em âmbito estadual, distrital e municipal, em conformidade com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e com os eixos e objetivos estratégicos do Plano Nacional Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

CONSIDERANDO o disposto no art. 227, caput e § 7º, e no art. 204 da Constituição;

CONSIDERANDO o disposto no art. 4º, "d"; nos incisos II e VII do art. 88 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e no art. 2º do Decreto nº 5.089, de 20 de maio de 2004;

CONSIDERANDO os princípios e as diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e os eixos e os objetivos estratégicos do Plano Nacional Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes;

CONSIDERANDO a necessidade de apontar orientações para que os conselhos dos direitos da criança e do adolescente estadual, distrital e municipal elaborem os seus respectivos planos decenais;

CONSIDERANDO que a elaboração do plano decenal deve ser realizada de forma articulada e intersetorial entre os diversos órgãos públicos e de organizações representativas da sociedade civil, integrantes do Sistema de Garantia de Direitos;

CONSIDERANDO as deliberações do Conanda em sua 220ª Assembleia Ordinária, realizada nos dias 15 (quinze) e 16 (dezesesseis) de agosto de 2013;

CONSIDERANDO a necessidade intersetorial de elaboração do Plano Municipal

CONSIDERANDO que o Plano é uma construção coletiva, e exige uma a definição de uma "comissão intersetorial" que irá esboçá-lo e colocá-lo a aprovação em Audiência Pública e posteriormente a aprovação do CMDCA.

DECRETA:

Art. 1º. Nomear a Comissão Intersetorial responsável pela elaboração do Plano Municipal, conforme segue:

- I – Mauriane Francozi, representante da Secretaria de Assistência Social;
- II – Ana Paula Marques Kappes Vogel, representante do Conselho Tutelar;
- III – Rossméri Kaiber Vergutz, representante da Secretaria Municipal de Saúde.
- IV – Vanusa Simone Muller, representante da Secretaria de Educação.

Art. 2º A Comissão Intersetorial terá a responsabilidade de elaborar o Plano Municipal e encaminhar para aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

Art. 3º Compete à Comissão Intersetorial:

I – definir plano de atividades para discussão e elaboração do plano decenal, bem como elaborar a proposta do plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes, no seu âmbito de atuação;

II – articular junto a órgãos e entidades integrantes do Sistema de Garantia de Direitos

objetivando sua participação na discussão e na elaboração do plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes;

III – assegurar a participação efetiva de crianças e adolescentes no processo de discussão e elaboração do plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes;

IV – propor e acompanhar a realização de diagnóstico da situação local referente à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente; e

V - submeter a minuta de plano decenal à consulta pública local, seja por audiência pública, consulta virtual ou outro mecanismo participativo equivalente.

Art. 4º Compete ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I – aprovar e deliberar o respectivo plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes;

II – apoiar e articular a implementação das ações do plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes;

III – articular com os órgãos dos Poder Executivo e Legislativo visando à inserção de

ações constantes do plano decenal dos direitos da criança e do adolescente no plano plurianual e na lei orçamentária;

IV – definir instrumentos de avaliação e monitoramento da implementação do plano

decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes; e

V – encaminhar o respectivo plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 5º O Plano Municipal será elaborado e entregue ao CMDCA até o 02 de dezembro de 2016.

Parágrafo único. A Comissão Intersetorial definirá entre seus membros o plano de atividades das reuniões sistemáticas para o processo de elaboração do Plano Municipal

Art. 6º Este Decreto entra em vigor a partir da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em
24 de agosto de 2016 - 64º ano da Fundação e 54º ano da Instalação.

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 146_2016

DECRETO Nº 0146/2016.

COMISSÃO COORDENADORA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

O Prefeito do Município de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação, que tem por finalidade monitorar, acompanhar e avaliar a implantação das metas do Plano Municipal de Educação, sem remuneração.

Art. 2º A Comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação do

Plano Municipal de Educação será integrado por membros representantes dos seguintes órgãos e entidades:

a) Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte:

Adriane Schneider Gossler (Titular)

Francieli Carossi (Suplente)

b) Representante do Conselho Municipal da Educação:

Vanusa Simone Muller (Titular)

Sirlei Bohnenberger (Suplente)

c) Representante da Câmara Municipal de Vereadores:

Clédina de Oliveira (Titular)

Franciane Baseggio (Suplente)

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em 24 de agosto de 2016 - 64º ano da Fundação e 54º ano da Instalação.

JOSÉ CARLOS FOIATTO

Prefeito Municipal

-Certifico que o presente Decreto foi publicado e registrado nesta Secretaria em data supra.

Cláudio Inacio Weschenfelder

Secretário de Administração e Fazenda

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 147_2016

DECRETO Nº 0147/2016.

Nomeia Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação.

José Carlos Foiatto, Prefeito do Município de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA :

Art. 1º Fica nomeada a Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação, que tem por finalidade acompanhar, monitorar, avaliar e viabilizar a implantação das metas do Plano Municipal de educação.

Art. 2º A Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação será integrada pelos seguintes membros:

a) Vanusa Simone Muller;

b) Adriane Schneider Gossler.

c) Elisa da Silva

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em 24 de agosto de 2016 – 65º ano da Fundação e 54º ano da Instalação.

JOSÉ CARLOS FOIATTO

Prefeito Municipal

-Certifico que o presente Decreto foi publicado e registrado nesta Secretaria em data supra.

Cláudio Inacio Weschenfelder

Secretário de Administração e Fazenda

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 148_2016

Decreto Administrativo nº 0148/2016.

Adota Turno Único na Jornada de Trabalho, e contém outras providências.

José Carlos Foiatto, Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e, de acordo com o Inciso VII, Art. 63, Seção II da Lei Orgânica do Município promulgada em 05 de abril de 1990, e Art. 222 da Lei Municipal n.º 1.048/91 de 11 de dezembro de 1991 (Estatuto Unificado dos Servidores Públicos Civis do Município):

D E C R E T A:

Art. 1º Adota Turno Único, de 06h diárias ininterruptas para os Servidores com jornada de Trabalho de 8 horas diárias , sendo das 07h00 às 13h00, de segundas as sextas-feiras, a partir da data de 01 de setembro de 2016 a 31 de dezembro de 2016, com lotação no:

-Gabinete do Prefeito Municipal;

-Secretaria Municipal de Administração e Fazenda,

-Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente; e

-Secretaria de Transportes e Obras.

Art. 2º O presente Decreto não se estende às atividades desenvolvidas pelas:

- Secretaria Municipal de Saúde;

-Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Emprego;

-Conselho Tutelar, e

-Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em 26 de agosto de 2016.

65º ano da Fundação e 54º ano da Instalação.

JOSÉ CARLOS FOIATTO

Prefeito Municipal

- Certifico que a presente Portaria Executiva foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Cláudio Inacio Weschenfelder

Secretário de Administração e Fazenda

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 151_2016

Decreto Municipal nº. 151/2016

LIBERA IMÓVEL OBJETO DE DOAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em especial seu artigo 63, inciso VII, Lei Municipal 1.886/2007, Decreto Municipal 13/2011, e Lei 8.666/93 e suas alterações:

Considerando que a empresa donatária cumpriu com o disposto na Lei Municipal 1.886/2007 e Decreto Municipal 13/2011;

Considerando as regras contidas Processo Licitatório 30/2007 - Concorrência Pública 01/2007, item 02, cujo resultado foi homologado em 12 de setembro de 2007 tendo como empresa vencedora a empresa: C.V. MÓVEIS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 03.664.469/0001-13, tendo seu endereço na Rua Maranhão, 351, na cidade de Guarujá do Sul; sofreu alteração do contrato social em 31 de julho de 2013, passando o nome empresarial para VICTOR MÓVEIS LTDA – ME, permanecendo como

atividade principal a 31.01-2-00 – Fabricação de Móveis com predominância de madeira e mantendo o mesmo CNPJ, foi cumprido; Considerando-se a documentação relativa a presente doação contida nos arquivos da Administração Municipal, em especial Processo Administrativo 01/2016, com parecer emitido pela Comissão Especial nomeada através do decreto 127/2015, para verificação do cumprimento das obrigações assumidas pelas empresas beneficiárias de alienação de imóveis do município através de editais de Concorrência Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica a empresa DONATÁRIA ou sua SUCESSORA, liberada do gravame contido na Lei Municipal 1.886/2007, e Decreto Municipal 13/2011, constante na matrícula 9.825 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São José do Cedro, SC, envolvendo área de terra constituída pela parte do lote nº. 02 da quadra "F", com área de 2.000,0m², com estrutura com pórticos e cobertura com área de 300,0m², situado na Rua Reinaldo Antônio Klein, do Loteamento Silvestre Foiatto,

Art. 2º - O presente Decreto Administrativo, entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL - SC,
em 29 de Agosto de 2016
65º ano da Fundação e 54º ano da Instalação.

José Carlos Foiatto
Prefeito Municipal

• Certificamos que o presente Decreto Administrativo foi publicado e registrado nesta Secretaria em data Supra.

Cláudio Inácio Weschenfelder
Secretário da Administração e Fazenda

Ibiam

CÂMARA MUNICIPAL

CONTRATO Nº 004/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE IBIAM

Rua Izaltino Gomes de Oliveira, s/n, Centro – Ibiam – SC
Fone-Fax: (0**49) 35340080 08.824.191/0001-18

CONTRATO N.º 004/2016

Pelo presente instrumento, de um lado, a Câmara de Vereadores de Ibiam, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n. inscrita no CNPJ sob o n.º 08.824.191/0001-18, com sede na Rua Izaltino Gomes de Oliveira nº. 257, fone (49) 3534-0251, e-mail cmi@formatto.com.br, representado neste ato pelo Presidente Sr. IRINEU SALVADORI, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, de outro a empresa ASCENCE CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.301.930/0001-88, com sede na Rua Consolação, 317, Sala 01, Edifício Bossini, no bairro Matinho do Município de Xanxerê (SC), neste ato por seu representante legal, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o Processo de Licitação nº 002/2016, modalidade Tomada de Preços nº 001/2016, e que se regerá pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, atendidas as cláusulas a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a Contratação de empresa para a prestação de serviços de contabilidade pública, geração de todas as informações aos órgãos superiores de fiscalização, especialmente ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina via e-Sfinge, bem como os fechamentos contábeis mensais e balance geral do exercício de 2016.

1.2. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Licitação, modalidade Tomada de Preços nº 001/2016, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E DO REAJUSTE DO CONTRATO

2.1. Pela execução dos serviços previstos na cláusula primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, o valor total de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) mensais.

2.1.1. Os preços referidos acima incluem todas as despesas e custos, como por exemplo: tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com a prestação dos serviços, objeto da presente licitação;

2.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação, correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária, prevista na Lei Orçamentária do Exercício de 2015:

1 CÂMARA DE VEREADORES
1 CÂMARA DE VEREADORES
1 LEGISLATIVO
031 AÇÃO LEGISLATIVA
0001 PROCESSO LEGISLATIVO

2048 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS

3.3.90.39.99.00 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO E CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS

3.1. Os serviços serão inicializados imediatamente após a assinatura do contrato e emissão da ordem de Serviços pela CONTRATANTE.

3.2. O Presente CONTRATO vigorará até 31 de dezembro de 2016, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite legal de 60 (sessenta) meses, conforme art. 57, II da Lei nº 8.666/93.

CLAUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO E CONDIÇÕES DE ACEITAÇÃO

4.1. A CONTRATANTE efetuará o pagamento a CONTRATADA dos serviços, objetos desta licitação, ao licitante vencedor em até dez dias após a efetiva liquidação mensal dos serviços, mediante apresentação de nota fiscal.

4.2. Na hipótese de ficar constatado qualquer anormalidade nos serviços prestados, no que se refere à qualidade dos mesmos, a CONTRATADA deverá providenciar a sua regularização necessária, correndo por sua conta e risco, sem nenhum ônus à CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA E CONTRATANTE

5.1. A CONTRATADA responsabilizar-se-á:

5.1.1. Pela saúde dos funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação.

5.1.1.1. Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do art. 70 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, empregados da CONTRATADA intentarem reclamações trabalhistas contra a CONTRATANTE.

5.1.1.2. Cumprir integralmente com as determinações estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho.

5.1.2. Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias.

5.1.3. Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do presente Contrato.

5.1.4. Responsabilizar-se pela apuração e recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas.

5.1.5. Recolher o ISSQN devido na base territorial da execução dos serviços, caso não se enquadre no SIMPLES Nacional.

5.1.6. Executar os serviços seguindo à risca as especificações técnicas contidas no Termo de Referência disposto no Anexo "A" do Edital que a este deu causa.

5.2. A CONTRATANTE responsabiliza-se à:

5.2.1. Efetuar a fiscalização dos trabalhos desenvolvidos pela CONTRATADA.

5.2.2. Efetuar o pagamento nos prazos estabelecidos no subitem 4.1, cumprido o disposto na Cláusula Quarta.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. Sem prejuízo das sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

6.2. Pelo atraso injustificado na execução do Contrato:

6.2.1. multa de 0,5% (zero virgula cinco por cento), sobre o valor da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento);

6.3. Pela inexecução total ou parcial do Contrato:

6.3.1. multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida, juntamente com as demais penalidades previstas no art. 87, da Lei 8.666/93;

6.3.2. multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

6.4. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 6.2.1 e 6.3.1 será o valor inicial do Contrato.

6.5. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1. A rescisão contratual poderá ser:

7.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Câmara CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal 8.666/93;

7.1.2. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da CONTRATANTE;

7.2 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela contratante, com as conseqüências previstas na cláusula das penalidades e Lei 8.666/93.

7.3 Constituem motivos para rescisão os previstos no art. 78 da Lei Federal 8.666/93.

7.3.1 Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados,

quando os houver sofrido.

7.3.2 A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarreta as conseqüências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

8.1. A fiscalização e o acompanhamento da execução dos trabalhos da CONTRATADA serão exercidos pela CONTRATANTE, através de sua equipe administrativa.

8.2. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste Contrato, serão registradas pela CONTRATANTE, constituindo tais registros, documentos legais.

CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

9.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação respectiva, em resumo, do presente termo, na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O presente contrato vincula-se para todos os efeitos e fins de direito, ao antecessor edital regulador da contratação, bem como aos termos da proposta adjudicada da CONTRATADA, cujos termos integram o presente instrumento contratual como se aqui estivessem transcritos;

10.2. A presente contratação regula-se pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores.

10.3. A CONTRATADA obrigar-se-á a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O Foro competente para dirimir questões oriundas deste Contrato, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Comarca de Tangará-SC, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Ibiam (SC) em 21 de julho de 2016.

IRINEU SALVADORI

Contratante - Presidente da Câmara

ASCENCE CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA

Contratada por seu representante legal

Testemunhas:

1- NOME: MARCIA AP. G. DE OLIVEIRA
CPF:004.721.839-82

2- NOME: ELISA MARIA G. TREVISOL
CPF:894.419.909-49

Ilhota

PREFEITURA

CONTRATO 2015-005 - ADITIVO 1 - IX 003-2015 - DESENVOLVIMENTO RURAL - EPAGRI

TERMO ADITIVO AO CONTRATO 005/2015, FIRMADO EM 18 DE MARÇO DE 2015.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, ESTADO DE SANTA CATARINA, SITUADA NA RUA LEOBERTO LEAL, 160 – CEP Nº 88320-000 NO MUNICÍPIO DE ILHOTA, E A EMPRESA EPAGRI – EMPRESA DE PESQUISA AGROP. EXT. RURAL. SITUADA NA RUA BRAZ WANKA, 238, VILA NOVA, BLUMENAU/SC, COM REGISTRO NO CNPJ SOB NÚMERO 83.052.191/0038-54, RESOLVEM FUNDAMENTADOS NA LEI Nº 8.666/93 PROMOVER ADITIVO NO:

Processo de Licitação: IX 003/2015.

Contrato: 005/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO – Este aditivo tem por objeto a Prestação de Serviços de assistência técnica e extensão rural.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA – A vigência do contrato ora aditado fica prorrogado por 366 dias a partir de 31/12/2015, vencendo em 31/12/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA QUANTIDADE E DO VALOR- Em decorrência do convencionado na cláusula anterior, o valor unitário para o ano de 2016 passará de R\$ 2.817,33 (dois mil oitocentos e dezessete reais e trinta e três centavos) para o valor de R\$ 3.093,58 (três mil e noventa e três reais e cinquenta e oito centavos) a parcela, sendo o total de 10 parcelas para o ano de 2016, considerando um reajuste de 9,8052% do INPC (14/08/2014 à 14/08/2015), totalizando o valor de R\$ 30.935,80 (trinta mil novecentos e trinta e cinco reais e oitenta centavos) para o período prorrogado.

CLÁUSULA QUARTA - Para as despesas previstas neste termo aditivo, serão utilizados recursos do seguinte crédito orçamentário:

Despesa	Órgão/ Unid.	Função	Sub função	Proj/ Ativ.	Categoria Econômica	Fonte de Recurso	Descrição do Proj/Ativ.
	09	20	606	77	339039990000	100	manutencao do departamento de meio ambie

CLÁUSULA QUINTA - As demais condições do processo administrativo permanecem com seus efeitos até o final de sua execução.

CLÁUSULA SEXTA - E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas e condições deste termo, firmam o mesmo diante das testemunhas abaixo listadas.

CLÁUSULA SETIMA - As partes elegem o FORUM da Comarca de Gaspar para dirimirem quais dúvidas que possam surgir na execução deste termo.

Ilhota, 22 de dezembro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA
CONTRATANTEEPAGRI
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:_____
Nome:
CPF:**CONTRATO 2015-005 - ADITIVO 2 - IX 003-2015 - DESENVOLVIMENTO RURAL - EPAGRI**

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 005/2015, FIRMADO EM 18 DE MARÇO DE 2015.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, ESTADO DE SANTA CATARINA, SITUADA NA RUA LEOBERTO LEAL, 160 – CEP Nº 88320-000 NO MUNICÍPIO DE ILHOTA, E A EMPRESA EPAGRI – EMPRESA DE PESQUISA AGROP. EXT. RURAL. SITUADA NA RUA BRAZ WANKA, 238, VILA NOVA, BLUMENAU/SC, COM REGISTRO NO CNPJ SOB NÚMERO 83.052.191/0038-54, RESOLVEM FUNDAMENTADOS NA LEI Nº 8.666/93 PROMOVER ADITIVO NO:

Processo de Licitação: IX 003/2015.

Contrato: 005/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO – Este aditivo tem por objeto a Prestação de Serviços de assistência técnica e extensão rural.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ACRESCIMO, DA QUANTIDADE E DO VALOR – Acrescenta-se 24,9711% do valor do aditivo para o ano de 2016

passando de R\$ 3.093,58 (três mil e noventa e três reais e cinquenta e oito centavos) a parcela para o valor de R\$ 3.866,08 (três mil oitocentos e sessenta e seis reais e oito centavos), sendo o total de 8 parcelas para o ano de 2016, totalizando um aditivo de valor de R\$ 6.180,00 (seis mil cento e oitenta reais) para o período prorrogado.

CLÁUSULA TERCEIRA - Para as despesas previstas neste termo aditivo, serão utilizados recursos do seguinte crédito orçamentário:

Despesa	Órgão/Unid.	Função	Subfunção	Proj/Ativ.	Categoria Econômica	Fonte de Recurso	Descrição do Proj/Ativ.
	09			2.008	339039990000	100	manutencao do departamento de meio ambiente

CLÁUSULA QUARTA - As demais condições do processo administrativo permanecem com seus efeitos até o final de sua execução.

CLÁUSULA QUINTA - E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas e condições deste termo, firmam o mesmo diante das testemunhas abaixo listadas.

CLÁUSULA SEXTA - As partes elegem o FORUM da Comarca de Gaspar para dirimirem quais dúvidas que possam surgir na execução deste termo.

Ilhota, 20 de maio de 2016.
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA
CONTRATANTE

EPAGRI
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____

DECRETO 130 2016

DECRETO Nº 130, de 26 de agosto de 2016
Altera membros do Conselho Municipal de Saúde

Daniel Christian Bosi, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Ilhota,

DECRETA

Art. 1º O Conselho Municipal de Saúde do Município de Ilhota, passa a ser assim constituído:

Representantes dos Profissionais de Saúde:

1º Titular: Maria Lúcia da Costa Xavier Santos

1º Suplente: Ana Teresa Zwolfer Americano

2º Titular: Yuri Felipe dos Santos

2º Suplente: Fernanda Arogana

3º Titular: Luciana Mengarda

3º Suplente: Margareth Xavier da Silva

Representantes dos prestadores de serviços

Titular: Jorge Alfredo dos Santos

Suplente: Uiliam de Oliveira

Representantes dos Usuários:

1º Titular: Antonio Adão

1º Suplente: Marcia Denise da Cunha

2º Titular: Maury Miglioli

2º Suplente: Mayara Rosa dos Santos

3º Titular: Pedro Rosa de Ramos

3º Suplente: Auri Pereira

4º Titular: José Teixeira

4º Suplente: Jaqueline Balenciefer

5º Titular: Vilmar Ferreira
5º Suplente: Luciana Fernands Machado

Representantes do Governo Municipal:

Assistência Social:

Titular: Ana Carolina Hoffmann
Suplente: Liliane Deschamps

Finanças:

Titular: Josiane de Oliveira
Suplente: Silas Darós

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contidas no Decreto nº 59, de 25 de março de 2015.

Prefeitura Municipal de Ilhota, em 26 de agosto de 2016.
Daniel Christian Bosi
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 005 - INX 003 2015 - EPAGRI

Extrato de Contrato nº 005/2015 - PMI
Estado de Santa Catarina
Município de Ilhota
Prefeitura Municipal de Ilhota
Setor de Compras e Licitações
Processo: Inexigibilidade nº 003/2015 – PMI

Objeto: Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviço em Assistência Técnica e Expansão Rural.

Fornecedor: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA-EPAGRI

Valor: R\$ 28.173,36 (vinte e oito mil cento e setenta e três reais e trinta e seis centavos)

Assinatura: 03/02/2015

Vigência: 01/02/2015 à 31/12/2015
Daniel Christian Bosi
Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

DECRETO PMI Nº 147, DE 29 DE AGOSTO DE 2016.

DECRETO PMI Nº 147, DE 29 DE AGOSTO DE 2016.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura - SEAPI e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 34, da Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura - SEAPI, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura compete:

I – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de agricultura e pesca, especialmente:

- a) desenvolvimento rural e aprimoramento da agricultura, pecuária e pesca;
- b) preservação e conservação do solo e da água no meio suburbano;
- c) prover assistência e qualificação aos agricultores, pecuaristas e pescadores;
- d) estabelecer a política municipal para a agricultura, pecuária e pesca;
- e) estimular o desenvolvimento da aquicultura, pecuária e apicultura no município;
- f) motivar o associativismo, cooperativismo, a produção e a comercialização, a qualidade e apresentação dos produtos da agricultura familiar e da pesca artesanal;

II – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de infraestrutura e mobilidade urbana, especialmente:

- a) execução e manutenção da infraestrutura urbana, das praças, canteiros e parques;
 - b) conservação e recuperação dos prédios, vias e logradouros públicos municipais;
 - c) manutenção e recuperação dos equipamentos rodoviários municipais;
 - d) gestão, controle e fiscalização dos serviços de transporte público, funerários e iluminação pública;
 - e) estabelecer a Política Municipal de Mobilidade Urbana;
 - f) controle de toda a frota de veículos da Administração Municipal.
- III – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal:

- a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

- a) Superintendência de Agricultura e Pesca
 1. Departamento de Agricultura
 2. Departamento de Pecuária
 - 2.1. Supervisão de Inspeção Municipal
- b) Departamento de Serviços Públicos
- c) Gerência de Serviços Públicos
 1. Coordenadoria de Execução de Obras Públicas
 - 1.1. Supervisão de Execução de Edificações
 - 1.2. Supervisão de Execução de Vias
 2. Coordenadoria de Iluminação Pública e Eficiência Energética
 3. Unidade Gestora do Serviço Público Funerário de Imbituba
 - 3.1. Supervisão do Cemitério de Vila Nova
 - 3.2. Supervisão do Cemitério do Mirim
 4. Departamento de Praças, Parques e Jardins
 5. Diretoria de Mobiliade Urbana
 - 5.1. Coordenação Executiva de Trânsito
 6. Diretoria de Controle de Frota
 - 6.1. Gerência de Manutenção e Reparo de Veículos Automotores
- d) Superintendência de Infraestrutura Regional/Norte – SDR/Norte
 1. Gerência de Infraestrutura Regional/Norte
 2. Departamento de Infraestrutura Regional/ Norte

- e) Superintendência de Infraestrutura Regional/Sul – SDR/Sul
1. Departamento de Infraestrutura Regional/Sul
 2. Departamento de Apoio Operacional/Sul
- f) Superintendência de Infraestrutura Regional/Oeste – SDR/Oeste
1. Diretoria de infraestrutura Regional/Oeste
 - 1.1. Departamento de Infraestrutura Regional/Oeste
 - 1.2. Departamento de Apoio Operacional/Oeste
 2. Gerência de Infraestrutura Regional Oeste – SDR/Oeste

III – órgão colegiado:

- a) Conselho Municipal de Trânsito e Transporte

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III

DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS, DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art.5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Superintendente	Superintendência	4	Remuneração	3.700,00
Diretor(a)	Diretoria	3	Remuneração	1.900,00
Assessor(a) Especial	Assessoria	2	Remuneração	1.900,00
Coordenador(a)Executivo(a)	Coordenação	1	Remuneração	1.600,00
Chefe de Departamento	Departamento	9	Remuneração	1.300,00
Assessor(a) I	Assessoria	1	Remuneração	1.600,00
Assessor(a) II	Assessoria	2	Remuneração	1.200,00
Assessor(a) III	Assessoria	6	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) IV	Assessoria	6	Remuneração	900,00

II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Superintendente	Gratificação	2.160,00
Diretor(a)	Gratificação	1.260,00
Assessor(a) Especial	Gratificação	855,00
Chefe de Departamento	Gratificação	675,00
Coordenador(a) Executivo(a)	Gratificação	855,00
Assessor(a) I	Gratificação	855,00
Assessor(a) II	Gratificação	540,00
Assessor(a) III	Gratificação	450,00
Assessor(a) IV	Gratificação	387,00

III – Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG
Gerente	4	50% do salário-base do servidor de carreira
Coordenador(a)	2	33% do salário-base do servidor de carreira
Supervisor(a)	5	17% do salário-base do servidor de carreira
Gestor(a) de Unidade	1	R\$ 430,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, serão definidas e atribuídas por ato do Chefe do Poder Executivo e, ainda, poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno deste órgão.

Art. 6º Revoga-se o Decreto PMI nº 133, de 26 de julho de 2016, ressalvando-se, todavia, os atos de nomeação/designação para órgãos cujas denominações se conservarem neste ato, os quais ficam convalidados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de 1º de Setembro de 2016.

Imbituba, 29 de agosto de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Amanda Flôr Marques

Chefe de Departamento de Atos Normativos

DECRETO PMI Nº 148, DE 29 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO PMI Nº 148, DE 29 DE AGOSTO DE 2016.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 34, da Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a Estrutura Regimental e Organizacional, o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Saúde, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Saúde compete desenvolver as atividades relacionadas com:

- I – saúde pública e medicina preventiva;
- II – atividades médicas e odontológicas;
- III – educação para a saúde;
- IV – administração ambulatorial;
- V – vigilância sanitária e epidemiológica;
- VI – gestão de programas e ações relativas à saúde da família;
- VII - assistência básica à saúde;
- VIII – controle, regulação, avaliação e auditoria; e
- IX – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art.3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Saúde, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal:

a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

- 1. Gerência de Controle Administrativo
- 2. Gerência de Compras
- 3. Gerência de Logística de Suprimentos
- 3.1. Supervisão de Insumos e Suprimentos
- 4. Gerência do Fundo Municipal de Saúde
- a) Diretoria de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria
 - 1. Auditoria Técnica
 - 1.1. Supervisão de Auditoria
 - 1.2. Coordenadoria de Atenção Básica
 - 1.3. Programa de Melhoria da Atenção Básica – PMAQ
 - 1.4. Supervisão de Autorização de Internação Hospitalar
 - 2. Gerência da Estratégia de Saúde da Família
 - 2.1 Coordenadoria de Programas e Ações Estratégicas
 - 3. Gerência da Estratégia de Saúde da Família
 - 4. Departamento de Controle dos Centros de Referência de Saúde
 - 5. Gerência de Apoio à Saúde da Família
 - 5.1. Unidade Gestora do Programa Saúde na Escola
 - 5.2. Unidade Gestora dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família-NASF
 - 6. Departamento de Serviços de Referência em Saúde
 - 6.1. Coordenação Executiva da Policlínica
 - 6.1.1 Coordenadoria de Programas da Policlínica.
 - 6.2. Coordenadoria do Laboratório de Análises Clínicas
 - 6.3. Coordenadoria Técnica do Laboratório
 - 6.4. Coordenadoria do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO
- b) Diretoria de Vigilância em Saúde e Assistência Farmacêutica
 - 1. Coordenadoria de Vigilância Epidemiológica
 - 1.1. Supervisão do Programa de Combate ao Aedes Aegypti
 - 2. Coordenação Executiva do Programa DST/AIDS/HIV

III – órgão colegiado:

a) Conselho Municipal da Saúde.

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Saúde para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III

DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal De Saúde ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Diretor(a)	Diretor(a)	3	Remuneração	1.900,00
Gestor(a) Institucional	Gestor(a)	1	Remuneração	1.800,00
Chefe de Departamento	Departamento	2	Remuneração	1.300,00
Coordenador(a) Executivo(a)	Coordenação	2	Remuneração	1.600,00
Assessor(a) Especial	Assessoria	1	Remuneração	1.900,00
Assessor(a) I	Assessoria	1	Remuneração	1.600,00
Assessor(a) II	Assessoria	1	Remuneração	1.200,00
Assessor(a) III	Assessoria	2	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) IV	Assessoria	8	Remuneração	900,00

II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Diretor(a)	Gratificação	1.260,00
Gestor(a) Institucional	Gratificação	1.000,00
Assessor(a) Especial	Gratificação	1.260,00
Chefe de Departamento	Gratificação	675,00
Coordenador(a) Executivo(a)	Gratificação	855,00
Assessor(a) I	Gratificação	855,00
Assessor(a) II	Gratificação	540,00
Assessor(a) III	Gratificação	450,00
Assessor(a) IV	Gratificação	387,00

III – Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG
Gerente	6	50% do salário-base do servidor de carreira
Coordenador(a)	7	33% do salário-base do servidor de carreira
Supervisor(a)	4	17% do salário-base do servidor de carreira
Gestor(a) de Unidade	2	R\$ 430,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, serão definidas e atribuídas por ato do Chefe do Poder Executivo e, ainda, poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno deste órgão.

Art. 6º Revoga-se o Decreto PMI nº 134, de 26 de julho de 2016, ressalvando-se, todavia, os atos de nomeação/designação para órgãos cujas denominações se conservarem neste ato, os quais ficam convalidados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de 1º de setembro de 2016.

Imbituba, 29 de agosto de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Amanda Flôr Marques

Chefe de Departamento de Atos Normativos

EXTRATO - EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 01/2016 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA**EXTRATO****EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 01/2016 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA**

O MUNICÍPIO DE IMBITUBA, com sede em Imbituba, SC, na rua R. Ernâni Cotrim, 601 - Centro, Imbituba - SC, 88780-000, , inscrito sob o CNPJ nº. 82.909.409/0001-90, por intermédio do Prefeito Municipal, comunica aos interessados, que fará realizar LEILÃO PÚBLICO PRESENCIAL E ON LINE de bens móveis inservíveis constantes no anexo I do edital sendo: veículos, máquinas, sucatas, equipamentos e outros que serão arrematados pelo maior lance oferecido, igual ou acima da avaliação na forma que dispõe a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, através do Leiloeiro Público Oficial Sr. Nelson Zampieri matriculado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob nº AARC/323. O Leilão realizar-se-á no dia 22 de Setembro de 2016, às 14:00 horas, para todos os lotes, nas dependências da Secretaria de Obras, Rua Dorlin Nunes, Centro – Imbituba-SC e através do site www.zampierileilao.com.br. OBTENÇÃO DO EDITAL E INFORMAÇÕES: O Edital completo bem como os demais elementos informativos poderá ser obtido através do site www.imbituba.sc.gov.br ou no site do leiloeiro www.zampierileilao.com.br, e informações nos fones: (48) 3355 8100 falar com Eliete ou Claudia / (48) 3255 2002 falar com Senhor Eugenio e/ou celular (48) 9993 2044 falar com Anderson; e-mail eliete.medeiros@imbituba.sc.gov.br, ou pelo fone (47) 3337-0445 ou (47) 9680-3994/3337.0445 ou e-mail zampieri@zampierileilao.com.br, diretamente com o Leiloeiro.

PORTARIA PMI/GGP Nº 487/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 487, de 26 de agosto de 2016.

Dispõe sobre a admissão de Professores, e dá outras providências.

A SUPERINTENDENTE DE GESTÃO PESSOAL E INOVAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, as abaixo relacionadas, aprovadas no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 02/2016, para exercerem os cargos/funções, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	PSS	Admissão
Cristiane Medeiros Dias	Professora I – 20h	098.671.729-06	PSS 02/2016	25/08/2016
Francine de Jesus Souza	Professora I – 20h	041.757.569-65	PSS 02/2016	26/08/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 26 de agosto de 2016.

Layra Fernandes

Superintendente de Gestão Pessoal e Inovação da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Indaial

PREFEITURA

AUTO IINFRAÇÃO Nº 1105160920

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA
DO MUNICÍPIO DE INDAIAL

AUTO DE INFRAÇÃO Nº: 1105160920, de 06 de maio de 2016.
Autuado: Farmácia Schen Sil Ltda. ME, CNPJ nº 14.966.011/0001-35, Nome Fantasia: "Farmácia Super Popular", Proprietário: Neusa Teresinha Pinheiro Rocha.
Enquadramento Legal da Infração: Art. 283, inciso IV, XXIV da Lei Complementar Municipal nº 121/11 c/c art. 15 caput e parágrafo 1º, art. 17 da Lei Federal nº 5991/73.
Descrição da Infração: A drogaria está em funcionamento, sem a assistência de responsável técnico inscrito em Conselho Regional de Farmácia, por período superior a 30 dias.
Ciência: O autuado responderá a processo administrativo ficando sujeito as penalidades prevista na LC nº 121/11 e Lei Estadual nº 6320/83, podendo apresentar defesa por escrito e dirigido à Vigilância Sanitária do Município de Indaial, no prazo de 15 (quinze) dias contados da publicação desta Notificação.

CONTRATO Nº 149/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 149/2016
CONTRATADA: COSTA SUL CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA.
OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente contrato, a contratação da empresa Costa Sul Consultoria e Assessoria Ltda para a formação dos profissionais do CREAS com as entidades que acolhem adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto – PSC – no Município de Indaial / SC, sendo carga horaria 04 Horas/aula, dia 11/08/2016 no CREAS. Palestrante Eluana Frare mestra em psicologia.
VALOR: R\$ 1.000,00
PRAZO: 11 de agosto de 2016 até 11 de setembro de 2016.
DATA DA ASSINATURA: 11/08/2016.

CONTRATO Nº 150/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 150/2016
CONTRATADA: PRATICAS ASSESSORIA LTDA ME.
OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente contrato, a contratação do profissional Celio Vanderlei de Moares para a capacitação para os Conselheiros Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA Indaial, com o objetivo de (i) localizar política e institucionalmente o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em relação às suas atribuições e desafios, (ii) resgatar e atualizar informações sobre os compromissos firmados na estruturação do Plano Municipal Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e (iii) estabelecer novos compromissos e repactuar o Plano Municipal Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Formação com carga horária de 24 (vinte e quatro) horas/aula.
VALOR: R\$ 6.384,00
PRAZO: 16 de agosto de 2016 até 22 de outubro de 2016.
DATA DA ASSINATURA: 16/08/2016.

CONTRATO Nº 151/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 151/2016
CONTRATADA: FERNANDA MELO ROSSATTO.
OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente Termo, a contratação da profissional Psicóloga Fernanda Melo Rossatto, Pós-Graduada em Terapia Cognitiva e Psicologia da Saúde, para ministrar formação continuada para os secretários escolares do ensino fundamental da rede municipal de ensino, visando o aprimoramento de condutas que resultem em uma melhora na qualidade de vida e bem estar do funcionário, e o aprimoramento de competências comportamentais que são relevantes para o desempenho profissional. Formação continuada com duração de 08 (oito) horas/aula.
VALOR: R\$ 1.000,00
PRAZO: 17 de agosto de 2016 até 29 de setembro de 2016.
DATA DA ASSINATURA: 17/08/2016.

CONTRATO Nº 152/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 152/2016
CONTRATADA: PATRICIA NETO FONTES.
OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente Termo, a contratação da profissional Professora Patricia Neto Fontes, Mestre em Educação Física, para ministrar formação continuada para os professores do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, da área de Educação Física, visando a "Reestruturação da Proposta Pedagógica da Rede Municipal de Ensino". Formação continuada com duração de 12 (doze) horas/aula.
VALOR: R\$ 1.770,00
PRAZO: 17 de agosto de 2016 até 21 de outubro de 2016.
DATA DA ASSINATURA: 17/08/2016.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2016

MUNICÍPIO DE INDAIAL
Processo Licitatório nº 126/2016
Edital de Pregão Presencial nº 037/2016-10430
Objeto: Aquisição de equipamentos de informática.
Entrega dos envelopes: 13/09/2016 as 08:45h.
Abertura das propostas: 13/09/2016 as 09:00h
Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.
Local para obtenção do Edital: o mesmo.
Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904
licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br
www.indaial.sc.gov.br
Sérgio Almir dos Santos
Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO DO TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 017/2016

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 017/2016

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE OBRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Mário Withoeft, Vice - Prefeito no exercício do cargo de prefeito, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 381.254.479/20 e Cédula de Identidade nº 757.931-4, residente e domiciliado na Rua Viçosa, nº 175, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, ENGEPLAN TERRAPLENAGEM, SANEAMENTO E URBANISMO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.897.504/0001-83, com sede na Rodovia BR – 101, Km 298, Paria Comprida, na cidade de São José – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Jair Osvaldo Galvão, brasileiro, casado, empresário, sócio diretor da empresa, inscrito no CPF sob nº 030.000.959-34 e Cédula de Identidade nº 105477-5, residente e domiciliado na Rua Andorinha, nº 390, bairro Lagoa da Conceição, na cidade de Florianópolis – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula oitava, item 8.6, do contrato original, que tem como objeto a execução de terraplenagem, drenagem pluvial, rede de distribuição de água, obras complementares, pavimentação asfáltica da via e pavimentação de passeios em blocos de concreto intertravados, da Rua Augusto Maass (início: estaca 2+2,00 PP – interseção com a Rodovia Augusto Hasse; término: estaca 169+0,00 PF – interseção com a Rua Santa Luzia), com extensão total de 3.338,00 metros, passa a vigorar da seguinte:

CLÁUSULA OITAVA: FORMA DE PAGAMENTO

8.6. O pagamento será realizado através de depósito na conta bancária da CONTRATADA, que segue:

Banco Petra S/A - (094)
Agência 001
Conta 1002629-0

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, em 29 de julho de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Mario Withoeft Contratante	ENGEPLAN TERRAPLENAGEM, SANEAMENTO E URBANISMO LTDA Jair Osvaldo Galvão Contratada

SECRETARIA DE OBRAS
Carlos Henrique Nagel
Secretário Municipal

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Tânia Lúcia Petters
Assessora Jurídica
OAB/SC nº 5.824

Testemunhas:

Assinatura:
Nome Legível:
CPF: _____

Assinatura:
Nome Legível:
CPF: _____

RETIFICAÇÃO DO TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 134/2016

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 134/2016

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE OBRA - FUMPAV, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 79.485.892/0001-18, com sede na rua Alberto Francisco Junkes, nº 55, bairro Santa Terezinha, na cidade de Gaspar – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Mário Jorge de Souza, brasileiro, sócio/diretor, inscrito no CPF sob nº 312.809.609/06 e Cédula de Identidade nº 614.210-9, residente à Rua Itapema, nº 54, na cidade Gaspar – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e justificativa em anexo, a cláusula sétima, item 3.1, do contrato original, que tem como objeto a execução de terraplanagem, drenagem pluvial, rede de tratamento de esgoto, rede de distribuição de água, pavimentação asfáltica em CBUQ, pavimentação de passeios em blocos de concreto intertravados, sinalização viária, do trecho 04 da Rua Ribeirão das Pedras, com extensão de 1.239,50 metros (início: de frente residência 1.702 – estaca 81+4,00 PP; término: interseção com a Rua Mal. Floriano Peixoto – estaca 143+3,50 PF), passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA SÉTIMA: DO VALOR DO CONTRATO

7.1. O valor total do presente contrato é de R\$ 3.807.329,68 (três milhões oitocentos e sete mil trezentos e vinte e nove reais e sessenta e oito centavos), conforme planilha de quantidade e preços unitários e totais, anexo ao presente contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original

permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, em 15 de agosto de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA Mário Jorge de Souza Contratada
SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO Tânia Lúcia Petters Assessora Jurídica OAB/SC nº 5.824

Testemunhas:

Assinatura:

Nome Legível:

CPF.:

Assinatura:

Nome Legível:

CPF.: _____

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO 21/2016

EXTRATO CONTRATO Nº 021/2016

CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIAL

Contratada: HELOIZA FLORES LTDA - ME

Objeto: Prestação de serviço de decoração das sessões solenes da Câmara Municipal de Indaial.

Início de vigência: 09/08/2016.

Término de vigência: 31/12/2016.

Valor: até R\$ 4.256,00 (quatro mil, duzentos e cinquenta e seis reais).

DATA DA ASSINATURA: 09/08/2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 29 de Agosto de 2016.

Anderson Luz dos Santos
Presidente da Mesa

Osvaldo Metzner	José Klock
Vice-Presidente	1º Secretário
Antônio Carlos Fink	
2º Secretário	

EXTRATO CONTRATO 22/2016

EXTRATO CONTRATO Nº 022/2016

CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIAL

Contratada: MARCOS VOGEL 71057552968

Objeto: Apresentação de concerto musical por parte do grupo musical SONATT, ao público presente nos eventos solenes da Câmara Municipal de Indaial.

Início de vigência: 10/08/2016.

Término de vigência: 31/12/2016.

Valor: até R\$ 3.330,00 (três mil, trezentos e trinta reais).

DATA DA ASSINATURA: 10/08/2016.

PORTARIA 42/2016

Portaria Nº 42/16

Concede Licença / Vereador Hamilton Cunha.

Vereador Anderson Luz dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com os artigos 42, inciso III, 43, inciso II, § 2º, da Lei Orgânica do Município de Indaial, artigo 87, inciso III do Regimento Interno da Câmara, e, conforme requerimento nº 59/2016, aprovado pelo Plenário na reunião do dia 22 de agosto de 2016, e parecer da Comissão de Justiça e Redação,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença, sem remuneração, para tratar de interesses particulares, ao vereador Hamilton Cunha, pelo período de 31 (trinta e um) dias, de 15 de setembro de 2016 a 15 de outubro de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 29 de Agosto de 2016.

Anderson Luz dos Santos
Presidente da Mesa

Osvaldo Metzner	José Klock
Vice-Presidente	1º Secretário
Antônio Carlos Fink	
2º Secretário	

PORTARIA 41/2016

Portaria Nº 41/16

Concede Licença / Vereador André Luiz Moser.

Vereador Anderson Luz dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com os artigos 42, inciso III, 43, inciso II, § 2º, da Lei Orgânica do Município de Indaial, artigo 87, inciso III do Regimento Interno da Câmara, e, conforme requerimento nº 57/2016, aprovado pelo Plenário na reunião do dia 15 de agosto de 2016, e parecer da Comissão de Justiça e Redação,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença, sem remuneração, para tratar de interesses particulares, ao vereador André Luiz Moser, pelo período de 31 (trinta e um) dias, de 01 de setembro de 2016 a 01 de outubro de 2016.

Iomerê

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO MOBILIARIOS

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 36/2016 - PR Processo Administrativo: 45/2016 Processo de Licitação: 47/2016 Data do Processo: 11/08/2016
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 47/2016
b) Licitação Nr.: 36/2016-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 26/08/2016
e) Data da Adjudicação: 26/08/2016 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA OS DESTACAMENTOS DAS POLÍCIAS MILITAR, CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtde	Descdo (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------	------------	----------------	---------------

DISMACENTER SUPRIMENTOS P/INFORMATICA (1578)

10	ROUPEIRO EM MDF - ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL - Marca: Dismacenter	UN	1,00	0,0000	1.285,00	1.285,00
11	MESA RETA DE 120x15mm - ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL - Marca: Dismacenter	UN	2,00	0,0000	524,00	1.048,00
12	LONGARINA DE TRÊS LUGARES - ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL - Marca: Plaxmetal	UN	2,00	0,0000	332,00	664,00
13	CADEIRA FIXA QUATRO PÉS - ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL - Marca: Plaxmetal	UN	2,00	0,0000	88,00	176,00
Total do Fornecedor:					3.173,00	

L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (4501)

5	MONITOR TV LED 23.6" - ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL - Marca: LG	UN	1,00	0,0000	1.030,00	1.030,00
Total do Fornecedor:					1.030,00	

Iomerê, 26 de Agosto de 2016.

LUCIANO PAGANINI
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 36/2016 - PR Processo Administrativo: 45/2016 Processo de Licitação: 47/2016 Data do Processo: 11/08/2016
	Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

ROBERTO TESSARO & CIA LTDA (1422)

1	TELEVISOR DE 43" - ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL - Marca: Semp Toshiba	UN	1,00	0,0000	2.500,00	2.500,00
2	APARELHO DE AR CONDICIONADO 12000 BTUs - ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL - Marca: Springer	UN	1,00	0,0000	2.000,00	2.000,00
4	SUORTE DE PAREDE PARA TELEVISOR - ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL - Marca: Bedim	UN	1,00	0,0000	140,00	140,00
6	MICRO-ONDAS - ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL - Marca: Midea	UN	1,00	0,0000	478,00	478,00
7	CAFETEIRA - ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL - Marca: Britania	UN	1,00	0,0000	129,00	129,00
8	RECEPTOR ANALÓGICO - ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL - Marca: Century	UN	1,00	0,0000	129,00	129,00
9	ANTENA MULTIPONTO - ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL - Marca: Century	UN	1,00	0,0000	209,00	209,00
Total do Fornecedor:						5.585,00

TARSIO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA ME (2761)

3	CADEIRA PRESIDENTE - ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL - Marca: LG	UN	1,00	0,0000	790,00	790,00
Total do Fornecedor:						790,00
Total Geral:						10.578,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.019.4.4.90.00.00.00.00 (114) Saldo: 1.778,41

Iomerê, 26 de Agosto de 2016.

LUCIANO PAGANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Irineópolis

PREFEITURA

DECRETO N° 3061/2016

DECRETO N° 3.061/2016, de 28 de Agosto de 2016.

ALTERA O ANEXO I DO DECRETO 2.925/2015, QUE DISPÕE SOBRE OS RESPONSÁVEIS TRIBUTÁRIOS PELO ISSQN E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis (SC), cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pelo Artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e com fundamento no art. 29 do decreto N° 2.652 de 01 de Setembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - No Anexo I do Decreto 2.925 de 23 de dezembro de 2015 ficam excluídas as seguintes empresas:

N.º	Inscrição Municipal	RAZÃO SOCIAL	CNPJ
1	1570	AGROPECUARIA PLANALTO LTDA - ME	18.175.948/0001-43
2	1566	GUILHERME JOSE ANASTACIO DE SOUZA NETO - ME	09.544.907/0001-96
3	1266	MERCADO PAVARIN E BEKOU LTDA - ME	10.640.970/0001-05

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Irineópolis-SC, 28 de Agosto de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N ° 189/2016

PORTARIA N °. 189/2016.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES A SERVIDORA EFETIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Irineópolis em Exercício, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n ° 007/2001 de 15/10/2001 e em conformidade com o disposto no art. 114 da LC 01/97, de 30/12/1997,

RESOLVE:

Art 1st - Conceder Licença para Tratar de Assuntos Particulares (Licença não Remunerada), no período de 01/09/2016 a 30/09/2016, à servidora efetiva TÂNIA MARIA ROSINSKI LEZAN.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com vigência a partir de 01/09/2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 25 de Agosto de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 190/2016

PORTARIA Nº. 190/2016.

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Complementar nº 01/97, de 30/12/1997 e demais legislação pertinente,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados:

Nº de Ordem	NOME	Período de Férias
1.	ANDRESSA BENDLIN	15/09 a 29/09/2016
2.	EDINILSON BRAND	01/09 a 30/09/2016
3.	FRANCISCO ERALDO KONKOL	16/09 a 30/09/2016
4.	OSMANI REICHARDT	01/09 a 30/09/2016
5.	ROSE CASTRO	07/09 a 06/10/2016
6.	SIDNEI WAGNER	05/09 a 04/10/2016
7.	TANIA REGINA RÜCKL PEREIRA	01/09 a 30/09/2016
8.	VALÉRIA ELVIRA OPAUTCHAK	01/09 a 30/09/2016

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/09/2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 25 de Agosto de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 191/2016

PORTARIA Nº. 191/2016.

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA, À SERVIDORA EFETIVA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder afastamento por motivo de Auxílio Doença, a

contar de 09/08/2016, à servidora efetiva TEREZINHA FÁTIMA MELNISKI ZIELINSKI, nascida em 01/10/1966, portadora do CPF nº 041.478.089-21, RG. nº 4.667.061 SESP/SC, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais II (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo do Município de Irineópolis, em virtude de encontrar-se em benefício do Auxílio Doença MPAS/INSS/Nº 6012512680.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com retroativos a 09/08/2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 25 de Agosto de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 192/2016

PORTARIA Nº. 192/2016.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II – Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, até a data de 30/10/2016, os efeitos da Portaria 115/2015 de 26/03/2015, com redação dada pelas Portarias nº 166/2015, 296/2015, 314/2015, 340/2015, 376/2015 e 125/2016, que dispõem sobre a contratação em caráter Temporário da servidora MIRIANE FRIEDRICH REICHARDT, para exercer as atividades de Enfermeira para ESF, visando o atendimento temporário e excepcional na área da saúde, em substituição a servidora efetiva Cícera Angélica de Souza Costa, em licença para tratamento de saúde.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 29 de Agosto de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

HOSPITAL BOM JESUS**RESOLUÇÃO 019/2016**

RESOLUÇÃO NR. 019 /2016

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis cidadã MARCIA MARIA KERSCHER, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no artigo 105, inciso VII da Lei Complementar nº 07/2001, de 15.10.2001, e em conformidade com a Lei Complementar nº 01/97 de 30.12.1997,

RESOLVE:

Art 1st - Conceder férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados:

Nome	Cargo	Periodo de Férias
1- Maria Luciane Cardozo	Técnico de Enfermagem	01.09.16 a 30.09.16
2- Jandira Alves Massaneiro	Auxiliar Serviços Gerais	19.09.16 a 18.10.16

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Irineópolis, 29 de agosto de 2016

MARCIA MARIA KERSCHER

Presidente.

Itá

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATOS 79 A 81 E ADITIVOS

Contrato Nº.: 79/2016

Contratante.: MUNICIPIO DE ITA

Contratada...: EMPRESA BRAS.DE CORREIOS E TELEGRAFOS

Valor : 60.000,00 (sessenta mil reais)

Vigência : Início: 12/08/2016 Término: 11/08/2021

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2016

Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00 (9) Saldo: 5.012,05

Objeto : Contratação de empresa para remessa de produtos postais, telemáticos adicionais, de interesse do município, pela ECT.

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 80/2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA

Contratada...: HOSPITAL SAO PEDRO LTDA

Valor : 1.614.360,00 (um milhão seiscentos e quatorze mil trezentos e sessenta reais)

Vigência : Início: 25/08/2016 Término: 24/08/2021

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2016

Recursos : Dotação: 2.037.3.3.90.00.00.00.00 (35) Saldo: 676.062,62

Objeto : Locação de um imóvel comercial, localizado na Rua 38, n. 03, centro, Cidade e Comarca de Itá - SC, com área total de 5.162,00 m², sendo 1.876,22 m² de área construída, destinado ao funcionamento de uma Unidade Hospitalar.

MARILIA FRANKE - GESTORA

Contrato Nº.: 81/2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA

Contratada...: ELZIO PUTZEL

Valor : 40.000,00 (quarenta mil reais)

Vigência : Início: 26/08/2016 Término: 31/10/2016

Objeto : Prestação de serviços de plantão de sobreaviso em saúde pública com profissionais na área de medicina. Conforme Processo

Licitatório nº 021/2013, edital para Credenciamento nº 002/2013

Contratada...: ELZIO PUTZEL

Vigência : Início: 26/08/2016 Término: 31/10/2016

MARILIA FRANKE - GESTORA

Aditivo Nº : 5AD 160/2010

Contratante.: MUNICIPIO DE ITA

Contratada...: COOPERATIVA DE LIVRE ADMISSÃO ASS.A.U.C. CREDIAUC

Valor : 623,09 (seiscentos e vinte e três reais e nove centavos)

Vigência : Início: 12/08/2016 Término: 11/08/2017

Licitação : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2010

Objeto : Reajuste anual do valor conforme item 3.3 do contrato principal.

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo Nº : 1AD 22/2016

Contratante.: MUNICIPIO DE ITA

Contratada...: FLORICULTURA FLORIARTE LTDA ME

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 19/08/2016 Término: 19/02/2026

Licitação : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 8/2015

Objeto : Aditivo de mais 180 dias para início das obras.

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo Nº : 1AD 23/2016

Contratante.: MUNICIPIO DE ITA

Contratada...: TOTAL OESTE LTDA - ME

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 19/08/2016 Término: 19/02/2026

Licitação : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 8/2015

Objeto : Aditivo de mais 180 dias para início das obras.

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Itaiópolis

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 22/2016

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS/SC; Processo Licitatório nº 22/2016, Pregão Presencial nº 20/2016. Objeto: Registro de Preços para aquisição de Medicamentos para uso e Distribuição nas Unidades Sanitárias e PSF's da Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde. Entrega dos Envelopes: Até às 09:00 horas do dia 13 de setembro de 2016; Abertura dos Envelopes: as 09:15 horas do dia 13 de setembro de 2016 na Prefeitura Municipal de Itaiópolis, Av. Getúlio Vargas, 308, 3º andar, centro; O Edital encontra-se no site www.itaioptolis.sc.gov.br Esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal, de 2ª à 6ª das 08:00 às 12:00 e das 13:30 à 17:00 horas, fone 047 3652-2211. Itaiópolis, 29 de agosto de 2016. José Heraldo Schritke – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do Primeiro Termo de Supressão referente ao Processo Licitatório Nº 13/2016. Tomada de Preço nº 02/2016. Objeto: Contratação de empresa do ramo para executar processo de acessibilidade na Unidade Básica de Saúde ESF Central, localizada na Rua Alfredo Fernandes Luis, nº 150, centro, no Município de Itaiópolis/SC em decorrência do processo licitatório nº 13/2016, realizada na modalidade de Tomada de Preço nº 02/2016 homologada em 30 de junho de 2016. CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica suprimido em 9.315%% (nove virgula trezentos quinze por cento) a homologação do objeto licitado, parágrafo 1º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 de 21-06-1993 e conforme Planilha Anexa no valor de R\$ 30.026,48 (Trinta mil e vinte e seis reais e quarenta e oito centavos). Itaiópolis, 29/08/2016. José Heraldo Schritke – Prefeito Municipal.

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 142, DE 26 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº 142, DE 26 DE AGOSTO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga SC, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.004 de 15 de dezembro de 2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga-SC, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação", na seguinte fonte de Recurso 120 - Recursos de Impostos para Educação 25%, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais):

06.02 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto – Educação Infantil

12.365.0070.2034 - Manutenção das Atividades da Educação Infantil

31.90.00.00.00.00.00.0120 - Aplicações diretas R\$ 60.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC, 26 de agosto de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretário Municipal de Administração.

Social - Geral

33.90.00.00.00.00.00.0114 – Aplicações diretas R\$ 10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC, 26 de agosto de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretário Municipal de Administração.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 138/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 138/2016

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial nº 138/2016, cujo objeto é a contratação de Leiloeiro Oficial, devidamente registrado na JUCESC do Estado de Santa Catarina visando a realização de Leilão Público de bens patrimoniais móveis inservíveis pertencentes ao município de Itapiranga/SC. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 13 de setembro de 2016. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone (49) 3678-7714 ou pelo site: <http://www.itapiranga.sc.gov.br/>

Itapiranga - SC., 29 de agosto de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 143, DE 26 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº 143, DE 26 DE AGOSTO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga SC, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.004 de 15 de dezembro de 2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga SC, na seguinte dotação orçamentária:

10.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0042.2018 – Manutenção das Atividades de Assistência Social - Geral

31.90.00.00.00.00.00.0114 – Aplicações diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, anulação total/parcial da seguinte dotação:

10.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0042.2018 – Manutenção das Atividades de Assistência

Itapoá

PREFEITURA

DESPACHO DE REMESSA JULGAMENTO - PREGÃO 40/2016

DESPACHO DE REMESSA DE PROCESSO

REF: PREGÃO PRESENCIAL Nº40/2016 - REGISTRO DE PREÇO Nº25/2016 - PROCESSO Nº52/2016- OBJETO –Aquisição de peças originais de 1ª linha para manutenção e conserto de caminhões, utilitários, máquinas pesadas e equipamentos que compõem a frota da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

JOSÊNIO VIEIRA BERNARDI,
Prefeito Municipal em exercício,

Segue anexo, o presente processo para que haja deliberação quanto à abertura de nova data do pregão supra, tendo em vista a suspensão ocorrida no dia 23/08/2016, por MOTIVO: GREVE DA PREGOEIRA OFICIAL DO MUNICÍPIO. Outrossim, esclarecimentos que a decisão hostilizada do pedido encontra-se detalhada na análise e resposta desta Pregoeira, sob fls. nº369 a 380, que manifesta-se estarecida quanto ao termo utilizado para se justificar uma suspensão de licitação, tendo em vista que a greve que assolou o funcionalismo público do Município de Itapoá foi cerca de 80% de adesão de toda classe laboral, conforme demonstra-se as notícias:<http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2016/08/apos-quatro-dias-servidores-encerram-greve-em-itapoa-sc.html> e <http://www.sinsej.org.br/2016/08/servidores-de-itapoa-encerram-greve/>.

Assim Senhor Prefeito em exercício, o processo de sessão pública de abertura de licitação inicia-se desde o Órgão tributário do Município, que recebe os envelopes dos licitantes, em seguida tramitado ao Setor de Licitações e Contratos, que registra e cadastra no sistema os interessados, e prepara a sessão.

Ainda corroboram para tal ato os membros da comissão de apoio ao Pregão, conforme Decreto Municipal nº2722/2016, há além da Pregoeira Oficial, e da pregoeira substituta, o montante de 16 (dezesseis) membros competentes, distribuídos em todas as áreas do Município. Conforme se depreende o art. 3º do Decreto Municipal de nomeação incluem a função do Pregoeiro, entre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto ao licitante vencedor. Por hora se houvesse realmente a intenção de abertura desta licitação, parece-me improvável que não havia dentre os 16 (dezesseis) membros que a compõe "um", apenas "um, competente para ser nomeado como Pregoeiro "ad hoc", seguidos de mais 15 (quinze) para apoio. Seria cômico se não fosse trágico o fato que todas as licitações e contratações do Município de Itapoá, dependam apenas de uma só pessoa, tal opinião parece transcorrer a ineficiência administrativa e a falta de preparação na tomada de decisão.

Ainda carece o processo de suspensão de qualquer manifestação jurídica, que convalide tal ato, haja vista o motivo torpe que foi justificado. Motivo este com condão viciado tendo em vista que tratou somente da exposição de apenas uma funcionária que exerce a função pública de Pregoeira Oficial do Município, situação esta humilhante e constrangedora, no exercício desta função tendo em vista a ampla divulgação que foi dado ao ato em todo o Estado de Santa Catarina através de publicação www.diariomunicipal.sc.gov.br/ DOM/SC , Edição nº 2067, como o site oficial do Município, mural público, e portas das repartições do prédio. Frise-se, que: a greve não foi composta apenas de uma funcionária, a "PREGOEIRA OFICIAL DO MUNICÍPIO", e sim a reivindicação de toda uma classe de servidores públicos da Prefeitura Municipal de Itapoá.

Em que pese a conduta negativa teorizada com o intuito ou não de fragilizar, ou inferiorizar, ou invadir o espaço profissional este despacho e manifestação da Pregoeira Oficial do Município será divulgada para que todos os licitantes interessados e a quem interessar possa abranjam tal informação. Este tipo de relação hierárquica não encontra mais guarida no funcionalismo público. Assim, senhor prefeito aguardo autorização para ulteriores termos.

Itapoá, 29 de agosto de 2016.
FERNANDA CRISTINA ROSA
PREGOEIRA OFICIAL DO MUNICÍPIO

Jacinto Machado

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2016/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2016/FMS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO, a Pregoeira e sua Equipe de apoio, com devida autorização expedida pela Gestora do Fundo, torna público a realização de licitação no dia 13/09/2016 às 09h00min, com entrega dos envelopes até às 08h45min da mesma data, na Prefeitura Municipal, na modalidade: PREGÃO PRESENCIAL, forma de julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a "AQUI-SIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA MELHORIA NA INFRA ESTRUTURA E ATENDIMENTO AOS CIDADÃOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC.". O Edital com seus anexos deverão ser obtidos no Setor de Licitações, sito à RUA POOL JORGE ZACCA, Nº 75, Bairro CENTRO, Município de JACINTO MACHADO/SC, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira ou através de solicitação enviada para o e-mail: licitacao@jacintomachado.sc.gov.br.

Jacinto Machado - SC, 29 de Agosto de 2016.

ANA MARIA BACK MACHADO

Gestora do Fundo

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 10.997/2016

D E C R E T O Nº 10.997/2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015, e Alterações Posteriores, Mediante a Anulação de Despesa da Mesma Categoria de Programação, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no inciso IX, do artigo 6º, da Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07 de dezembro de 2015, e no inciso VI, do artigo 167, da Constituição Federal,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais), para readequação orçamentária da ação abaixo discriminada, constante do Orçamento vigente da Fundação Cultural de Jaraguá do Sul, a saber:

27 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL

27.01 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL

27.01.13.122.03014.116 - Pagamento dos servidores da Fundação Cultural

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

27.01.10 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta da anulação parcial da dotação orçamentária da ação abaixo discriminada, constante do Orçamento vigente da Fundação Cultural de Jaraguá do Sul, a saber:

27 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL

27.01 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL

27.01.13.122.03014.116 - Pagamento dos servidores da Fundação Cultural

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

27.01.9 3.1.91 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 35.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 26 de agosto de 2016.

DIETER JANSSEN

ADEMAR POSSAMAI

Prefeito

Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO Nº 10.998/2016

D E C R E T O Nº 10.998/2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07 de dezembro de 2015,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 25.870,85 (Vinte e cinco mil, oitocentos e setenta reais e oitenta e cinco centavos), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Fundação Municipal de Esportes e Turismo (FME), a saber:

26 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO

26.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO

26.01.27.122.03004.000 - Manutenção das atividades

administrativas -

Desporto e Lazer

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

26.01.33 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 2.870,85

26.01.27.122.03004.001 - Manutenção patrimonial - Desporto e Lazer

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

26.01.30 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

26.01.27.122.03004.009 - Gestão dos Complexos Esportivos

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

26.01.32 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

26.01.31 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

TOTAL R\$ 25.870,85

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2015, da Fundação Municipal de Esportes e Turismo (FME), proveniente dos recursos vinculados aos Recursos Arrecados pela FME, no valor de R\$ 25.870,85 (Vinte e cinco mil, oitocentos e setenta reais e oitenta e cinco centavos).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 26 de agosto de 2016.

DIETER JANSSEN

ADEMAR POSSAMAI

Prefeito

Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO Nº 10.999/2016

D E C R E T O Nº 10.999/2016

Institui Horário Especial de Expediente da Administração Pública Municipal Direta.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 71, inciso XII, da Lei Orgânica do Município, e pelo artigo 12, da Lei Complementar Municipal Nº 138/2013, de 15/10/2013; e

CONSIDERANDO a economia de aproximadamente R\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de reais) com a redução da carga horária no período de 05/10/2015 a 31/05/2016, levando-se em consideração os índices constantes no relatório "Programa Gestão Municipal para a Nova Economia";

CONSIDERANDO a necessidade de atender as determinações advindas da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF);

CONSIDERANDO que a previsão da receita orçamentária estimada na Lei Municipal Nº 7.057/2015, de 22/06/2015 (LDO), e na Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015 (LOA), apresenta-se abaixo do projetado;

CONSIDERANDO a obrigação de se manter a responsabilidade pela gestão fiscal do Município, especialmente no condizente às ações para equilíbrio entre a receita e a despesa pública;

CONSIDERANDO que na execução orçamentária o não comportamento da receita, conforme previsto na Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015 (Lei Orçamentária Anual), poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal;

CONSIDERANDO que compete ao Poder Público Municipal regular a forma administrativa para a recondução do equilíbrio orçamentário e financeiro, e dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Municipal, observada a Lei;

CONSIDERANDO o interesse público e a necessidade da alteração, excepcional, do horário de expediente das unidades administrativas para atender à natureza específica de serviço a ser prestado em face de circunstâncias especiais, nos termos do artigo 12, da Lei Complementar Municipal Nº 138/2013, de 15/10/2013;

CONSIDERANDO o interesse público e a conveniência administrativa decorrente da redução temporária da jornada de trabalho dos servidores públicos municipais;

CONSIDERANDO a vigência do Decreto Municipal Nº 10.365/2015, de 16/04/2015, alterado pelos Decretos Municipais Nºs 10.582/2015, de 1º/10/2015, e 10.964/2016, de 28/07/2016, que estabelecem medidas visando contenção de despesas na Prefeitura Municipal, seus Fundos e Fundações Municipais;

CONSIDERANDO ser imprescindível assegurar a continuidade dos atendimentos à comunidade, aos munícipes e contribuintes jaraguenses, em suas necessidades essenciais, observada a manutenção da qualidade, eficiência e efetividade dos serviços;

DECRETA :

Art.1º A partir de 1º de setembro de 2016 os servidores públicos da Administração Direta do Município cumprirão jornada de trabalho de 25 (vinte e cinco) horas semanais, da seguinte forma, ressalvado o disposto no artigo 3º, do presente Decreto:

I - de segunda a sexta-feira, das 07h30min às 12h30min, ininterruptamente.

§1º Os servidores cedidos a outras instituições seguirão o horário dos órgãos em que estiverem lotados.

§2º As Fundações Públicas, as Autarquias Municipais e a Sociedade de Economia Mista expedirão atos próprios definindo o horário de expediente de seus servidores.

Art.2º Ficam vedadas atividades funcionais após o expediente fixado no artigo 1º, o labor extraordinário, exceto em casos emergenciais comprovados e os serviços essenciais.

§1º Durante a vigência do Decreto Municipal Nº 10.365/2015, de 16/04/2015, alterado pelos Decretos Municipais Nºs 10.582/2015, de 1º/10/2015, e 10.964/2016, de 28/07/2016, que estabelecem medidas visando a contenção de despesas na Prefeitura Municipal, seus Fundos e Fundações Municipais, os serviços de caráter excepcional deverão ser autorizados ANTECIPADA e expressamente pelo(a) Secretário(a) da respectiva pasta, com anuência do Prefeito.

§2º Compete a cada Secretário responsável pelo órgão promover a formalização dos procedimentos que assegurem os registros dos serviços mencionados no §1º, deste artigo.

Art.3º Fica mantido, a partir de 1º de setembro de 2016, o horário de atendimento dos órgãos que mantém os seguintes serviços, inclusive os essenciais:

I - Unidades de Saúde;

II - Escolas Municipais;

III - Centros Municipais de Educação Infantil;

IV - Casa de Passagem;

V - Abrigos Baependi e Tifa Martins e Centros de Referência;

VI - Demais serviços essenciais assemelhados.

Parágrafo único. Compete ao Secretário de cada pasta expedir, mediante Portaria, instruções, regulamentos e praticar os atos pertinentes as atribuições na área de sua competência, conforme artigo 79, da LOM, respeitadas as condições do presente Decreto.

Art.4º Ficam mantidos os dispositivos do Decreto Municipal Nº 10.365/2015, de 16/04/2015, alterado pelos Decretos Municipais Nºs 10.582/2015, de 1º/10/2015, e 10.964/2016, de 28/07/2016, no que se referem às medidas para contenção de despesas.

Art.5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de setembro de 2016, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal Nº 10.860/2016, de 09/05/2016.

Jaraguá do Sul, 26 de agosto de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

ADEMAR POSSAMAI

Secretário Municipal da Fazenda

Secretário Municipal da Administração

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2016-FMS

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL

PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2016-FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TIPO: Menor Preço Por Item

EXCLUSIVO ME/EPP

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA (lã de aço, papel toalha, sabão em barra e saco para lixo 50l) ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 6.737/2009 de 09 de julho de 2009, Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002, alterado pelo Decreto Municipal nº 10.791/2016 de 1º de abril de 2016 e Lei Complementar 147/2014.

DA CONDIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO: Somente poderão participar deste PREGÃO empresas que atenderem a todas as exigências deste edital e estiverem nos termos do artigo 3º, incisos I e II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, enquadradas como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 08:45 hs do dia 16 de setembro de 2016, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão as 09:00 do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

VALOR ESTIMADO PARA AQUISIÇÃO: R\$ 91.431,00 (noventa e um mil quatrocentos e trinta e um reais).

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br Jaraguá do Sul (SC), 01 de agosto de 2016.

ADEMAR POSSAMAI

Secretário de Administração

DALTON FERNANDO FISCHER
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2016-FMS

EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2016-FMS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
TIPO: Menor Preço Por Item

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MEDICAMENTOS para Processos Judiciais ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 6.737/2009 de 09 de julho de 2009, Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002, alterado pelo Decreto Municipal nº 10.791/2016 de 1º de abril de 2016 e Lei Complementar 147/2014.

DA CONDIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO: Em consonância com a LC 147/2014, este edital contempla itens para participação exclusiva ME/EPP, conforme indicado no Anexo I do Edital.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES (Habilitação e Proposta): Até às 10:30 horas do dia 19 de setembro de 2016, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha. **ABERTURA DOS ENVELOPES 01-PROPOSTA** - às 11:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos. Após, a sessão será suspensa para análise das PROPOSTAS e documentos exigidos, pela equipe Técnica da Secretaria de Saúde (obs: Para esta fase não há necessidade da presença dos representantes).

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes 02-HABILITAÇÃO serão às 08:00 horas do dia 29 de setembro de 2016, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

VALOR ESTIMADO PARA AQUISIÇÃO: R\$ 1.130.419,32 (hum milhão cento e trinta mil quatrocentos e dezenove reais e trinta e dois centavos).

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br

Jaraguá do Sul (SC), 18 de agosto de 2016.
ADEMAR POSSAMAI
Secretário de Administração

DALTON FERNANDO FISCHER
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 742/2016

PORTARIANº 742/2016

Instaura Processo Administrativo Disciplinar em Face do Servidor EDERSON ALVES PEREIRA.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do artigo 71, da Lei Orgânica Municipal, e pelo artigo 202, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014; e

CONSIDERANDO o conteúdo constante do Ofício Nº 949/2016/Semsa, de 22/08/2016, e seus anexos, firmado pelo Secretário Municipal da Saúde, Sr. Dalton Fernando Fischer, o qual solicita a abertura de Processo Administrativo Disciplinar em face do servidor Ederson Alves Pereira;

CONSIDERANDO os indícios de infrações praticadas pelo servidor Ederson Alves Pereira, esclarecidos através do Memorando Nº 139/2016/DAB-Semsa, subscrito pela servidora Nádia Renate da Silva, Diretora de Atenção Básica, junto à Secretaria Municipal da Saúde, bem como através dos documentos encaminhados em anexo ao Memorando mencionado, especialmente aqueles sob o título "Relatório" (1, 2, 3 e 4), os quais descrevem o seguinte:

a) que o servidor indiciado não cumpre suas funções adequadamente, permanecendo grande parte do tempo dentro da Unidade de Saúde sem que, efetivamente, promova as visitas domiciliares afetas à sua função de Agente Comunitário de Saúde e, quando instado a proceder de forma adequada, aumenta o tom de voz na frente dos pacientes e dos servidores da Unidade, desrespeitando as hierarquias, conforme se depreende do "Relatório 1", do dia 09/08/2016, firmado pela Enfermeira Sandra Lucia Isabel Silva e Silva, anexo ao presente feito;

b) que o servidor indiciado faz ameaças e tenta coagir os demais servidores, em sua maioria mulheres, fato este relatado pelas servidoras e que vem causando medo e insegurança a algumas funcionárias da Unidade de Saúde, conforme relatos constantes do "Relatório 1", do dia 09/08/2016;

c) que, em determinada ocasião, o servidor indiciado permaneceu na Unidade de Saúde ao final da tarde e, ainda que na presença da Técnica de Enfermagem Edina Catiane Carvalho, o mesmo adentrou nas salas e consultórios e mexeu no armário de medicações e em documentos dispostos na mesa de trabalho da relatante, conforme descrito no "Relatório 1", do dia 09/08/2016;

d) que as questões afetas ao servidor indiciado já foram tratadas em reunião do dia 05/08/2016, conjuntamente pela sua Gerente, pela sua Supervisora e pela Enfermeira responsável pela Unidade de Saúde, ocasião em que o servidor referido demonstrou certo desequilíbrio emocional e uma postura irônica, agravando-se na presença de outra funcionária que foi chamada ao final da reunião para tratar de um fato específico, conforme se depreende do "Relatório 1", subscrito em 09/08/2016;

e) que há indícios de que o servidor incita a população em desfavor dos trabalhos da Unidade de Saúde, bem como em relação às normas e rotinas de funcionamento, instigando os usuários presentes na Unidade a fazer reclamações em relação aos serviços prestados, percebendo-se, inclusive, que a maioria das reclamações e divergências de informações são de pacientes da sua microárea e, coincidentemente, durante a sua permanência na Unidade de Saúde, conteúdo este apresentado no "Relatório 1", do dia 09/08/2016, anexo ao presente feito e direcionado à Diretoria responsável junto à Secretaria Municipal da Saúde;

f) que, conforme informações e justificativas contantes do "Relatório 2", firmado pela Enfermeira Sandra Lucia Isabel Silva e Silva, no

dia 09/08/2016, supostamente o servidor indiciado informou a uma munícipe que o filho de uma servidora da Unidade de Saúde teve preferência ao atendimento médico, em detrimento da filha desta, presumindo-se, ainda, que o indiciado teria instigado a munícipe a promover reclamação junto aos veículos de imprensa e através de um "PIC", conforme se depreende do "Relatório 2", de 09/08/2016;

g) que, além dos fatos acima descritos, no dia 09/08/2016 o servidor indiciado teria permanecido na Unidade de Saúde até as 11h00min, oportunidade em que passou a indagar outros servidores quanto ao horário de funcionamento da Sala de Vacina, tirando fotografias do mural de avisos, local onde consta a escala médica da Unidade, informações quanto à documentação necessária para a emissão do Cartão Nacional de Saúde, dentre outras informações sobre as rotinas da Unidade de Saúde, conforme informações consignadas no "Relatório 2", datado de 09/08/2016;

h) que, conforme informações constantes do requerimento firmado por diversos servidores da Unidade de Saúde, em 10/08/2016, as situações provocadas pelo servidor indiciado tornaram-se insupportáveis, requerendo-se, nesse sentido, o afastamento do servidor;

i) que, conforme relato constante do documento "Relatório 3", em determinada ocasião (11/08/2016), o servidor indiciado, diante da própria suspeita de que uma servidora estivesse seguindo-o, decidiu seguir a servidora em seu horário de trabalho, pelas ruas do Município;

j) que o servidor indiciado promove publicações no Facebook, que vem a denigrir a imagem do serviço público, conforme se depreende das postagens extraídas das redes sociais no dia 15/08/2016, anexas ao presente feito;

k) que, conforme conteúdo constante do "Relatório 4", de 19/08/2016, na mesma data, o servidor indiciado promoveu questionamentos aos servidores da Unidade de Saúde a respeito do horário de trabalho, de forma contínua, a assediar moralmente os colegas, coagindo e gravando as conversas através do aparelho celular, de forma ameaçadora;

l) que, por consequência das atitudes do servidor indiciado, a Diretora de Atenção Básica, Sra. Nádia Renate da Silva, foi chamada na Unidade de Saúde, bem como o Secretário Municipal da Saúde, Sr. Dalton Fernando Fischer, e representantes do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, oportunidade em que o servidor se demonstrou intransigente e fora de controle, conforme relatos constantes do "Relatório 4", emitido pela Enfermeira Sandra Lucia Isabel Silva e Silva;

m) que, por orientação dos atendentes da Delegacia, quando do registro de Boletim de Ocorrência, relativo ao mesmo objeto, a Enfermeira Sandra Lucia Isabel Silva e Silva chamou, também, a Polícia, sob a alegação de que o servidor indiciado estaria promovendo desordem e perturbação do trabalho e sossego alheio, formando, assim, tumulto e prejudicando o atendimento aos munícipes, conforme os relatos contidos no "Relatório 4", citado;

CONSIDERANDO o Boletim de Ocorrência registrado sob o Nº 00422-2016-01386, realizado em 10/08/2016, tendo como comunicante as servidoras Edina Catiane Carvalho, ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem, e Sandra Lucia Isabel Silva e Silva, ocupante do cargo de Enfermeira, junto à Secretaria Municipal da Saúde, e como autor o servidor Ederson Alves Pereira, o qual indica "que o autor vem desacatando as ordens da comunicante Sandra, a qual responde pela Unidade de Saúde (Posto), chamando a mesma de incompetente; que o autor começou a gritar no local de trabalho, dizendo que faria as visitas a hora que quisesse, não obedecendo as ordens dadas na frente de outras pessoas; que a comunicante deveria cuidar do horário dos médicos e não do seu; que o autor está perturbando, no local de trabalho, os demais

funcionários; que a vítima Edina afirma que o autor chegou a lhe ameaçar dizendo que quem fica quieto preserva os dentes; que o autor vem perturbando, na rotina do trabalho, da vítima; que as comunicantes perceberam que o autor vem perturbando mais as funcionárias mulheres no local de trabalho, se prevalecendo"; CONSIDERANDO que o servidor público municipal Ederson Alves Pereira responde atualmente ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 029/2015, conforme Portaria de Instauração Nº 1119/2015/Ga-pref, datada de 09/09/2015;

CONSIDERANDO o conteúdo constante do Ofício Nº 082/2016/DA-B-Semsa, datado de 18/08/2016, subscrito pela Sra. Nádia Renate da Silva, Diretora de Atenção Básica, junto à Secretaria Municipal da Saúde, encaminhado à Presidente da Quarta Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares, com referência ao assunto: "Informações complementares referente ao Processo Administrativo Disciplinar em desfavor do servidor Ederson Alves Pereira, e orientação das medidas a serem adotadas frente ao servidor";

CONSIDERANDO o conteúdo constante no Ofício Nº 309/2016/4ªCPAD, datado de 19/08/2016, subscrito pela servidora Bruna Raulino Pommerening, o qual informa que, na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar Nº 029/2015, designada pela Portaria Nº 1119/2015, em desfavor de Ederson Alves Pereira, informou que a instrução processual do respectivo processo findou-se em 17/08/2016, não havendo mais possibilidade de juntada de novos elementos;

CONSIDERANDO o Relatório de Folha - Demonstrativo de Horas Faltas, emitido pela Diretoria de Gestão de Pessoas, e seus anexos, referente ao período de 07/2015 a 06/2016, configurando, assim, no entendimento da Secretaria Municipal da Saúde, inassiduidade por parte do servidor;

CONSIDERANDO os fatos relatados no "Formulário de Informações Necessárias para Abertura de Sindicância Administrativa e/ou Processo Administrativo Disciplinar", datado de 22/08/2016, subscrito pela Sra. Nádia Renate da Silva, Diretora de Atenção Básica, junto à Secretaria Municipal da Saúde;

CONSIDERANDO os indícios das infrações praticadas no exercício de suas atribuições pelo servidor Ederson Alves Pereira;

CONSIDERANDO o disposto nos incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, X, XI alínea "a", XIII, XIV e XV, do artigo 173, do Capítulo I - Dos Deveres, do Título IV - Do Regime Disciplinar, constantes da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Jaraguá do Sul, pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas;

CONSIDERANDO o disposto nos incisos I, III, IV, V, XI e XX, do artigo 174, do Capítulo II - Das Proibições, do Título IV - Do Regime Disciplinar, constantes da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Jaraguá do Sul, pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 209, do Capítulo IV - Do Processo Disciplinar, do Título V - Do Processo Administrativo, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014;

CONSIDERANDO a existência de Comissões Permanentes de Processos Administrativos para a tutela dos princípios da Administração Pública;

CONSIDERANDO a relevância da presente matéria para a Administração Pública Municipal;

RESOLVE :

Art.1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar Nº 016/2016, em face do servidor EDERSON ALVES PEREIRA, devendo os trabalhos serem conduzidos pela PRIMEIRA COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, composta pelas servidoras públicas municipais VANESSA SCHWIRKOWSKY, matrícula 9450-1, lotada na Procuradoria-Geral do Município; DANIELLE WANESSA WEEGE, matrícula 9043-3, lotada na Secretaria Municipal da Administração; e MICHELY REGINA BENEVENUTTI, matrícula 8075-6, lotada na Secretaria Municipal da Administração, para, sob a presidência da primeira, apurar a responsabilidade funcional do servidor público municipal Ederson Alves Pereira, matrícula 10252-0, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotado na Secretaria Municipal da Saúde, tendo em vista os indícios anteriormente relatados, e, caso devidamente apurados e comprovados, configuram infrações ao disposto nos incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, X, XI alínea "a", XIII, XIV e XV, do artigo 173, e incisos I, III, IV, V, XI e XX, do artigo 174, ambos da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014.

§1º Quaisquer atos e fatos conexos que emergirem no curso dos trabalhos deverão ser devidamente apurados, comprovados e fundamentados pela Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, devendo os mesmos serem consignados no momento da indicição.

§2º O pedido de afastamento do servidor para que responda sem que haja prejuízo ao trabalho da Administração Pública Municipal deverá ser analisado pela Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, de forma prioritária.

§3º Havendo procedimento instaurado junto à Delegacia Geral da Polícia Civil da Comarca de Jaraguá do Sul, contendo objeto conexo ao presente feito, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar deverá informar ao respectivo órgão sobre a instauração de Processo Administrativo Disciplinar.

Art.2º Publicada a presente Portaria, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar deverá, imediatamente, encaminhar cópia do documento comprobatório da publicação à Controladoria-Geral do Município e à Diretoria de Gestão de Pessoas, para tomada das providências cabíveis.

Parágrafo único. Por ocasião do comunicado à Diretoria de Gestão de Pessoas, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar solicitará a cópia da ficha funcional do servidor, seus assentamentos funcionais e sua avaliação de desempenho, se for o caso, e assim entender necessário.

Art.3º A Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, ato contínuo, solicitará à Controladoria-Geral do Município a disponibilidade dos documentos que fundamentam a instauração do feito.

Parágrafo único. Os autos do Processo de Sindicância Administrativa, quando houverem, deverão integrar o Processo Administrativo Disciplinar.

Art.4º Recebida e analisada a documentação concernente ao fato objeto do processo, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar providenciará a notificação do servidor para, querendo, apresentar defesa inicial no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, bem como indicar provas, inclusive rol de testemunhas até o máximo de 05 (cinco), assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. A notificação do servidor investigado deverá se dar de forma pessoal ou por edital nos casos previstos na legislação vigente.

Art.5º Em fase instrutória, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar promoverá a oitiva das testemunhas arroladas, a compilação de provas, a promoção de perícia técnica, acareação e a

juntada dos demais elementos que julgar necessários e convenientes para a apuração dos fatos imputados ao servidor.

§1º Todos os termos afetos ao Processo deverão ser lavrados pelo(a) Secretário(a) da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, observada a sua forma processual e resumida.

§2º A juntada de qualquer documento aos autos será feita por ordem cronológica de apresentação, devendo o(a) Secretário(a) da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar numerar e rubricar todas as folhas do Processo.

§3º A juntada de qualquer documento aos autos deverá ser antecedida de indicação da data de juntada e da indicação do documento a que se refere.

§4º As reuniões da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar deverão ser registradas em ata.

§5º Todos os atos, documentos e termos do Processo deverão ser mantidos em 02 (duas) vias ou reproduzidos em cópia para a formação dos autos suplementares.

Art.6º Em fase instrutória, após a oitiva das testemunhas arroladas, será promovido o depoimento do investigado e, sequencialmente, a indicição do servidor em termo próprio.

Art.7º Promovida a indicição do servidor investigado, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar promoverá a abertura de prazo para apresentação de Alegações Finais, intimando o servidor ou seu representante legal para que assim proceda no prazo de 10 (dez) dias.

Art.8º Devidamente concluídas as fases de instauração e instrução, procedida a adequada indicição do servidor e apresentadas as Alegações Finais, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar deverá emitir Relatório Final.

Art.9º O Relatório Final, emitido pela Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, deverá conter a indicação dos seguintes itens:

- I - da instauração do Processo Administrativo Disciplinar;
- II - da instalação dos trabalhos;
- III - dos apontamentos constantes da Defesa Prévia;
- IV - do conteúdo constante da instrução processual;
- V - da indicição;
- VI - dos apontamentos constantes das Alegações Finais;
- VII - da Conclusão;
- VIII - das Recomendações; e
- IX - do encaminhamento à autoridade instauradora.

Parágrafo único. A Conclusão deverá conter, expressamente, o nome do(a) servidor(a) indiciado(a), sua qualificação, a unidade administrativa de lotação e de exercício, a descrição e fundamentação da(s) infração(ões) incorrida(s), bem como a aplicação da penalidade sugerida.

Art.10. Para imputação das penalidades, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar deverá considerar a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes e/ou atenuantes e os antecedentes funcionais do servidor.

Art.11. Emitido o Relatório Final, a Comissão de Processo

Administrativo Disciplinar deverá encaminhar o conteúdo diretamente à autoridade instauradora para a emissão de Decisão Administrativa, comunicando o procedimento de conclusão à Controladoria-Geral do Município para a efetivação de outras providências necessárias.

Art.12. A Comissão de Processo Administrativo Disciplinar terá o prazo de 90 (noventa) dias para conclusão dos trabalhos, a contar da sua publicação, podendo ser prorrogado, mediante justificativa, sem prejuízo dos trabalhos habituais.

Art.13. Promovida a Decisão Administrativa, para aplicação da pena, deverá ser considerado o seguinte:

I - a advertência deverá ser aplicada por escrito, em casos de violação de proibição constante do artigo 174, incisos I a XIII, e da inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamento e demais normas internas, devendo sua formalização ser procedida pela chefia imediata ou autoridade superior, conforme disposto no artigo 183, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014;

II - a suspensão deverá ser aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita à penalidade de demissão, não podendo exceder a 30 (trinta) dias, conforme disposto no artigo 184, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, ressalvado o disposto no parágrafo único do mesmo dispositivo legal;

III - a demissão deverá ser aplicada nos casos relacionados nos incisos I a VIII, do artigo 186, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014;

IV - não deverão ser considerados para efeito de reincidência as penalidades de advertência e de suspensão após o decurso de 03 (três) e 05 (cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar;

V - a demissão ou a destituição de cargo em comissão ou função de confiança, por infringência aos incisos XV e XVII, do artigo 174, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público municipal, pelo prazo de 05 (cinco) anos, em conformidade com o disposto no artigo 189, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014.

Art.14. As despesas decorrentes da execução da presente Portaria correrão por conta de dotação própria do Orçamento vigente.

Art.15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de agosto de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

PORTARIA Nº 743/2016

PORTARIA Nº 743/2016

Instaura Processo Administrativo Disciplinar em Face do Servidor ZENO FROEHLICH.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do artigo 71, da Lei Orgânica Municipal, e pelo artigo 202, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014; e

CONSIDERANDO o conteúdo constante do Ofício Nº 077/2016/Semag, datado de 17/08/2016, firmado pelo Secretário Municipal do Desenvolvimento Rural e Agricultura, Sr. Ivan Andreias Wolter, o

qual solicita a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor do servidor público municipal Zeno Froehlich; CONSIDERANDO todo o conteúdo do Processo de Sindicância Administrativa Nº 010/2016, instaurado pela Portaria Nº 001/2016/Semag, de 23/05/2016, base do presente, conduzido pela Segunda Comissão Permanente de Sindicância Administrativa (SCPSA);

CONSIDERANDO as informações contidas no Formulário "Check List - Instaura S.A.", datado de 25/04/2016, informando a provável ocorrência de injúria racial, indícios de que o sindicato estava com sinas de embriaguez em horário de trabalho, bem como o conteúdo constante no Boletim de Ocorrência registrado sob Nº 00050-2016-02782;

CONSIDERANDO os indícios das infrações praticadas no exercício de suas atribuições, pelo servidor público municipal Zeno Froehlich;

CONSIDERANDO o disposto nos incisos I, IV, V, VI, VII, XIV e XV, do artigo 173, do Capítulo I - Dos Deveres, do Título IV - Do Regime Disciplinar, constantes da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Jaraguá do Sul, pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas;

CONSIDERANDO o disposto nos incisos I, V, XIII e XX, do artigo 174, do Capítulo II - Das Proibições, do Título IV - Do Regime Disciplinar, constantes da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Jaraguá do Sul, pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 209, do Capítulo IV - Do Processo Disciplinar, do Título V - Do Processo Administrativo, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014;

CONSIDERANDO a existência de Comissões Permanentes de Processos Administrativos Disciplinares para a tutela dos princípios da Administração Pública;

CONSIDERANDO a relevância da presente matéria para a Administração Pública Municipal;

RESOLVE :

Art.1º Instaurar o Processo Administrativo Disciplinar Nº 017/2016, em face do servidor ZENO FROEHLICH, devendo os trabalhos serem conduzidos pela SEGUNDA COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, composta pelos servidores públicos municipais GIOVANI TEIXEIRA DOMINGHINI, matrícula 518, lotado no Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais; MIRIA TERESINHA DERETTI, matrícula 7609-1, lotada na Secretaria Municipal do Urbanismo; e CLEIDE APARECIDA XAVIER, matrícula 8126-4, lotada na Secretaria Municipal do Urbanismo, para, sob a presidência do primeiro, apurar a responsabilidade funcional do servidor público municipal Zeno Froehlich, matrícula 3051-1, ocupante do cargo de Operador de Máquinas Leves, readaptado conforme Portaria Municipal Nº 1855/2014, em 08/12/2014, para o cargo de Motorista de Veículos Leves, lotado na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural e Agricultura (Semag), em virtude dos fatos anteriormente relatados e, caso devidamente apurados e comprovados, configuram infrações ao disposto nos incisos I, IV, V, VI, VII, XIV e XV, do artigo 173, e incisos I, V, XIII e XX, do artigo 174, ambos da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014 e suas alterações.

Parágrafo único. Quaisquer atos e fatos conexos que emergirem no curso dos trabalhos deverão ser devidamente apurados, comprovados e fundamentados pela Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, devendo os mesmos serem consignados no momento da indicição.

Art.2º Publicada a presente Portaria, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar deverá, imediatamente, encaminhar cópia do documento comprobatório da publicação à Controladoria-Geral do Município e à Diretoria de Gestão de Pessoas, para tomada das providências cabíveis.

Parágrafo único. Por ocasião do comunicado à Diretoria de Gestão de Pessoas, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar solicitará a cópia da ficha funcional do servidor, seus assentamentos funcionais e sua avaliação de desempenho, se for o caso, e assim entender necessário.

Art.3º A Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, ato contínuo, solicitará à Controladoria-Geral do Município a disponibilidade dos documentos que fundamentam a instauração do feito.

Parágrafo único. Os autos do Processo de Sindicância Administrativa, quando houverem, deverão integrar o Processo Administrativo Disciplinar.

Art.4º Recebida e analisada a documentação concernente ao fato objeto do Processo, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar providenciará a notificação do servidor para, querendo, apresentar defesa inicial no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, bem como indicar provas, inclusive rol de testemunhas até o máximo de 05 (cinco), assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. A notificação do servidor investigado deverá se dar de forma pessoal ou por edital nos casos previstos na legislação vigente.

Art.5º Em fase instrutória, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar promoverá a oitiva das testemunhas arroladas, a compilação de provas, a promoção de perícia técnica, acareação e a juntada dos demais elementos que julgar necessários e convenientes para a apuração dos fatos imputados ao servidor.

§1º Todos os termos afetos ao Processo deverão ser lavrados pelo(a) Secretário(a) da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, observada a sua forma processual e resumida.

§2º A juntada de qualquer documento aos autos será feita por ordem cronológica de apresentação, devendo o(a) Secretário(a) da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar numerar e rubricar todas as folhas do Processo.

§3º A juntada de qualquer documento aos autos deverá ser antecedida de indicação da data de juntada e da indicação do documento a que se refere.

§4º As reuniões da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar deverão ser registradas em ata.

§5º Todos os atos, documentos e termos do Processo deverão ser mantidos em 02 (duas) vias ou reproduzidos em cópia para a formação dos autos suplementares.

Art.6º Em fase instrutória, após a oitiva das testemunhas arroladas, será promovido o depoimento do investigado e, sequencialmente, a indicição do servidor em termo próprio.

Art.7º Promovida a indicição do servidor investigado, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar promoverá a abertura de prazo para apresentação de Alegações Finais, intimando o servidor ou seu representante legal para que assim proceda no prazo de 10 (dez) dias.

Art.8º Devidamente concluídas as fases de instauração e instrução, procedida a adequada indicição do servidor e apresentadas as Alegações Finais, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar deverá emitir Relatório Final.

Art.9º O Relatório Final, emitido pela Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, deverá conter a indicação dos seguintes itens:

I - da instauração do Processo Administrativo Disciplinar;

II - da instalação dos trabalhos;

III - dos apontamentos constantes da Defesa Prévia;

IV - do conteúdo constante da instrução processual;

V - da indicição;

VI - dos apontamentos constantes das Alegações Finais;

VII - da Conclusão;

VIII - das Recomendações; e

IX - do encaminhamento à autoridade instauradora.

Parágrafo único. A Conclusão deverá conter, expressamente, o nome do(a) servidor(a) indiciado(a), sua qualificação, a unidade administrativa de lotação e de exercício, a descrição e fundamentação da(s) infração(ões) incorrida(s), bem como a aplicação da penalidade sugerida.

Art.10. Para imputação das penalidades, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar deverá considerar a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes e/ou atenuantes e os antecedentes funcionais do servidor.

Art.11. Emitido o Relatório Final, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar deverá encaminhar o conteúdo diretamente à autoridade instauradora para a emissão de Decisão Administrativa, comunicando o procedimento de conclusão à Controladoria-Geral do Município para a efetivação de outras providências necessárias.

Art.12. A Comissão de Processo Administrativo Disciplinar terá o prazo de 90 (noventa) dias para conclusão dos trabalhos, a contar da sua publicação, podendo ser prorrogado, mediante justificativa, sem prejuízo dos trabalhos habituais.

Art.13. Promovida a Decisão Administrativa, para aplicação da pena, deverá ser considerado o seguinte:

I - a advertência deverá ser aplicada por escrito, em casos de violação de proibição constante do artigo 174, incisos I a XIII, e da inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamento e demais normas internas, devendo sua formalização ser procedida pela chefia imediata ou autoridade superior, conforme disposto no artigo 183, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014;

II - a suspensão deverá ser aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita à penalidade de demissão, não podendo exceder a 30 (trinta) dias, conforme disposto no artigo 184, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, ressalvado o disposto no parágrafo único do mesmo dispositivo legal;

III - a demissão deverá ser aplicada nos casos relacionados nos incisos I a VIII, do artigo 186, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014;

IV - não deverão ser consideradas para efeito de reincidência as penalidades de advertência e de suspensão após o decurso de 03 (três) e 05 (cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar;

V - a demissão ou a destituição de cargo em comissão ou função de confiança, por infringência aos incisos XV e XVII, do artigo 174, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público municipal, pelo prazo de 05 (cinco) anos, em conformidade com o disposto no artigo 189, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014.

Art.14. As despesas decorrentes da execução da presente Portaria correrão por conta de dotação própria do Orçamento vigente.

Art.15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de agosto de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 744/2016

PORTARIANº 744/2016

Instaura Processo Administrativo Disciplinar em Face do Servidor EUGÊNIO DEMENCHUCKI.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do artigo 71, da Lei Orgânica Municipal, e pelo artigo 202, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014; e

CONSIDERANDO o conteúdo constante no Ofício Nº 925/2016/Semsa, datado de 18/08/2016, firmado pelo Sr. Dalton Fernando Fischer, Secretário Municipal da Saúde, o qual solicita a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor do servidor público municipal Eugênio Demenchucki;

CONSIDERANDO todo o conteúdo do Processo de Sindicância Administrativa Nº 008/2016, instaurado pela Portaria Nº 053/2016/Semsa, de 11/05/2016, base do presente, conduzido pela Segunda Comissão Permanente de Sindicância Administrativa (SCPSA);

CONSIDERANDO os indícios das infrações praticadas no exercício de suas atribuições, pelo servidor público municipal Eugênio Demenchucki;

CONSIDERANDO o disposto nos incisos I, IV, V, VI, VII, XIV e XV, do artigo 173, do Capítulo I - Dos Deveres, do Título IV - Do Regime Disciplinar, constantes da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Jaraguá do Sul, pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas;

CONSIDERANDO o disposto nos incisos IV, V e XX, do artigo 174, do Capítulo II - Das Proibições, do Título IV - Do Regime Disciplinar, constantes da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Jaraguá do Sul, pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 209, do Capítulo IV - Do Processo Disciplinar, do Título V - Do Processo Administrativo, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014;

CONSIDERANDO a existência de Comissões Permanentes de Processos Administrativos Disciplinares para a tutela dos princípios da Administração Pública;

CONSIDERANDO a relevância da presente matéria para a Administração Pública Municipal;

RESOLVE :

Art.1º Instaurar o Processo Administrativo Disciplinar Nº 018/2016, em face do servidor EUGÊNIO DEMENCHUCKI, devendo os trabalhos serem conduzidos pela QUARTA COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, composta pelos servidores públicos municipais BRUNA RAULINO POMMERENING, matrícula 10306-3, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal da Administração; ADALBERTO GERALDO MORAIS, matrícula 9392-0, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente; e IVANI BERSCH FROEDER, matrícula 8047-1, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotada atualmente na Secretaria Municipal da Saúde, para, sob a presidência da primeira, apurar a responsabilidade funcional do servidor público municipal Eugênio Demenchucki, matrícula 8425-5, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, lotado na Secretaria Municipal da Saúde, em virtude dos fatos anteriormente relatados e, caso devidamente apurados e comprovados, configuram infrações ao disposto nos incisos I, IV, V, VI, VII, XIV e XV, do artigo 173, e incisos IV, V e XX, do artigo 174, ambos da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014 e suas alterações.

Parágrafo único. Quaisquer atos e fatos conexos que emergirem no curso dos trabalhos deverão ser devidamente apurados, comprovados e fundamentados pela Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, devendo os mesmos serem consignados no momento da indicição.

Art.2º Publicada a presente Portaria, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar deverá, imediatamente, encaminhar cópia do documento comprobatório da publicação à Controladoria-Geral do Município e à Diretoria de Gestão de Pessoas, para tomada das providências cabíveis.

Parágrafo único. Por ocasião do comunicado à Diretoria de Gestão de Pessoas, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar solicitará a cópia da ficha funcional do servidor, seus assentamentos funcionais e sua avaliação de desempenho, se for o caso, e assim entender necessário.

Art.3º A Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, ato contínuo, solicitará à Controladoria-Geral do Município a disponibilidade dos documentos que fundamentam a instauração do feito.

Parágrafo único. Os autos do Processo de Sindicância Administrativa, quando houverem, deverão integrar o Processo Administrativo Disciplinar.

Art.4º Recebida e analisada a documentação concernente ao fato objeto do Processo, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar providenciará a notificação do servidor para, querendo, apresentar defesa inicial no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, bem como indicar provas, inclusive rol de testemunhas até o máximo de 05 (cinco), assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. A notificação do servidor investigado deverá se dar de forma pessoal ou por edital nos casos previstos na legislação vigente.

Art.5º Em fase instrutória, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar promoverá a oitiva das testemunhas arroladas, a compilação de provas, a promoção de perícia técnica, acareação e a juntada dos demais elementos que julgar necessários e convenientes para a apuração dos fatos imputados ao servidor.

§1º Todos os termos afetos ao Processo deverão ser lavrados pelo(a) Secretário(a) da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, observada a sua forma processual e resumida.

§2º A juntada de qualquer documento aos autos será feita por

ordem cronológica de apresentação, devendo o(a) Secretário(a) da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar numerar e rubricar todas as folhas do Processo.

§3º A juntada de qualquer documento aos autos deverá ser antecedida de indicação da data de juntada e da indicação do documento a que se refere.

§4º As reuniões da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar deverão ser registradas em ata.

§5º Todos os atos, documentos e termos do Processo deverão ser mantidos em 02 (duas) vias ou reproduzidos em cópia para a formação dos autos suplementares.

Art.6º Em fase instrutória, após a oitiva das testemunhas arroladas, será promovido o depoimento do investigado e, sequencialmente, a indicição do servidor em termo próprio.

Art.7º Promovida a indicição do servidor investigado, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar promoverá a abertura de prazo para apresentação de Alegações Finais, intimando o servidor ou seu representante legal para que assim proceda no prazo de 10 (dez) dias.

Art.8º Devidamente concluídas as fases de instauração e instrução, procedida a adequada indicição do servidor e apresentadas as Alegações Finais, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar deverá emitir Relatório Final.

Art.9º O Relatório Final, emitido pela Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, deverá conter a indicação dos seguintes itens:

I - da instauração do Processo Administrativo Disciplinar;

II - da instalação dos trabalhos;

III - dos apontamentos constantes da Defesa Prévia;

IV - do conteúdo constante da instrução processual;

V - da indicição;

VI - dos apontamentos constantes das Alegações Finais;

VII - da Conclusão;

VIII - das Recomendações; e

IX - do encaminhamento à autoridade instauradora.

Parágrafo único. A Conclusão deverá conter, expressamente, o nome do(a) servidor(a) indiciado(a), sua qualificação, a unidade administrativa de lotação e de exercício, a descrição e fundamentação da(s) infração(ões) incorrida(s), bem como a aplicação da penalidade sugerida.

Art.10. Para imputação das penalidades, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar deverá considerar a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes e/ou atenuantes e os antecedentes funcionais do servidor.

Art.11. Emitido o Relatório Final, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar deverá encaminhar o conteúdo diretamente à autoridade instauradora para a emissão de Decisão Administrativa, comunicando o procedimento de conclusão à Controladoria-Geral do Município para a efetivação de outras providências necessárias.

Art.12. A Comissão de Processo Administrativo Disciplinar terá o prazo de 90 (noventa) dias para conclusão dos trabalhos, a contar da sua publicação, podendo ser prorrogado, mediante justificativa, sem prejuízo dos trabalhos habituais.

Art.13. Promovida a Decisão Administrativa, para aplicação da pena, deverá ser considerado o seguinte:

I - a advertência deverá ser aplicada por escrito, em casos de violação de proibição constante do artigo 174, incisos I a XIII, e da inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamento e demais normas internas, devendo sua formalização ser procedida pela chefia imediata ou autoridade superior, conforme disposto no artigo 183, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014;

II - a suspensão deverá ser aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita à penalidade de demissão, não podendo exceder a 30 (trinta) dias, conforme disposto no artigo 184, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, ressalvado o disposto no parágrafo único do mesmo dispositivo legal;

III - a demissão deverá ser aplicada nos casos relacionados nos incisos I a VIII, do artigo 186, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014;

IV - não deverão ser consideradas para efeito de reincidência as penalidades de advertência e de suspensão após o decurso de 03 (três) e 05 (cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar;

V - a demissão ou a destituição de cargo em comissão ou função de confiança, por infringência aos incisos XV e XVII, do artigo 174, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público municipal, pelo prazo de 05 (cinco) anos, em conformidade com o disposto no artigo 189, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014.

Art.14. As despesas decorrentes da execução da presente Portaria correrão por conta de dotação própria do Orçamento vigente.

Art.15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de agosto de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 745/2016

PORTARIANº 745/2016

Substitui Conselheiros do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Comdema).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 002/2016/Comdema, de 24/08/2016, do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Comdema);

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 03/03/2016, EVERTON DEMARCHI, como conselheiro titular, em substituição a Francisco Luiz de Souza; e ADRIANA SANVIDO ETZ, como conselheira suplente, em substituição à Janete Maria Pedroti Tafner, para representarem a Agência de Desenvolvimento Regional de Jaraguá do Sul, na qualidade de Representantes do Poder Público, no Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Comdema).

Art.2º DESIGNAR, a partir de 03/03/2016, JOSEANE DE SOUZA PASSOS, como conselheira titular, em substituição à Juana E. G. C. Borchardt; e NILSA LUZZI, como conselheira suplente, em

substituição a João Rogério Alves, para representarem a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), na qualidade de Representantes do Poder Público, no Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Comdema).

Art.3º DESIGNAR, a partir de 03/03/2016, ELZA NISHIMURA WOHL, como conselheira titular, em substituição à Valéria Simone Weis Greco; e CARLOS MITSUO KITAMURA, como conselheiro suplente, em substituição à Elza Nishimura Woehl, para representarem as Organizações Não Governamentais Ambientistas (ONGs), na qualidade de Representantes da Sociedade Civil, no Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Comdema).

Art.4º DESIGNAR, a partir de 03/03/2016, ALESSANDRA STINGHEN, como conselheira suplente, em substituição a Vinícius Schweighofer, para representar o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul (Samae), na qualidade de Representante do Poder Público, no Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Comdema).

Art.5º Em consequência, fica parcialmente revogada a Portaria Nº 447/2013, de 14/03/2013, no que se refere a designação dos mesmos; e parcialmente revogada a Portaria Nº 662/2013, de 08/04/2013, no que se refere a designação de Vinícius Schweighofer.

Art.6º O mandato encerrar-se-á em 31/12/2016.

Art.7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03/03/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de agosto de 2016.

DIETER JANSSEN
Prefeito

PORTARIA Nº 746/2016

PORTARIANº 746/2016

Substitui Conselheiros do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Comdema).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 003/2016/Comdema, de 24/08/2016, do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Comdema);

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR ADERBAL RODRIGO CASTELLAN LOPES, como conselheiro titular, em substituição a Márcio Manoel da Silveira; e LIZZIANE MYLENA VOLKMANN, como conselheira suplente, em substituição à Thaís Liane Henning, para representarem a Fundação Instituto Jourdan de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Urbano e Econômico Sustentável de Jaraguá do Sul (Instituto Jourdan), na qualidade de Representantes do Poder Público, no Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Comdema).

Art.2º Em consequência, fica parcialmente revogada a Portaria Nº 447/2013, de 14/03/2013, no que se refere a designação de Márcio Manoel da Silveira e Thaís Liane Henning.

Art.3º O mandato encerrar-se-á em 31/12/2016.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de agosto de 2016.

DIETER JANSSEN
Prefeito

SAMAE - AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO LICITAÇÃO Nº: 089/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE
JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº: 089/2016

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

MODALIDADE: PREGÃO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE GRUPOS GERADORES DE ENERGIA DE 550 E 400 KVA, INCLUSIVE INSTALAÇÃO, TREINAMENTO E MANUTENÇÃO (PREVENTIVA/CORRETIVA) PARA USO EM HORÁRIO DE PONTA E EMERGENCIAL

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 30/08/2016, das 8:00 h às 12:00 h e das 13:00 às 16:00 h

DATA DA ABERTURA: 14/09/2016 às 14 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do SAMAE, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC-
Site: www.samaejs.com.br

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047– 2106-9100

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

SEMED - PORTARIA Nº 695 /2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 695 /2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

ALTERAR A CARGA HORÁRIA DE: DELMARA FREIBERGER, ocupante do cargo da categoria funcional de Professor de Ensino Fundamental - Anos finais, com efeitos a contar de 03 de fevereiro de 2016, conforme abaixo:

Unidade Escolar	Disciplina	CH	HA	Total
EMEF MAX SCHUBERT	Inglês	10	6	36
EMEF MARIA NILDA SALAI STAHELIN		16		
EMEF WALDEMAR SCHMITZ		4		

Jaraguá do Sul, 27 julho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 696 /2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 696 /2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

ALTERAR A CARGA HORÁRIA DE: JORGE LUIS BUERGUER, ocupante do cargo da categoria funcional de Professor de Ensino Fundamental - Anos finais, com efeitos a contar de 03 de fevereiro de 2016, conforme abaixo:

Unidade Escolar	Disciplina	CH	HA	Total
EMEF RIBEIRÃO MOLHA	História	4	4	23
EMEF ATAYDE MACHADO		10		
EMEF MACHADO DE ASSIS		5		

Jaraguá do Sul, 27 julho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 697 /2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 697 /2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

ALTERAR A CARGA HORÁRIA DE: VERA LUCIA HEIMANN, ocupante do cargo da categoria funcional de Professor de Ensino Fundamental - Anos finais, com efeitos a contar de 03 de fevereiro de 2016, conforme abaixo:

Unidade Escolar	Disciplina	CH	HA	Total
EMEF GUILHERME HANEMANN	Português	25	7	40
EMEF RODOLPHO DORNBUSCH		4		
EMEF CRISTINA MARCATTO		4		

Jaraguá do Sul, 27 julho de 2016.
ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 698 /2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 698 /2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

ALTERAR A CARGA HORÁRIA DE: ALCIDES NUNES DELPHINO, ocupante do cargo da categoria funcional de Professor de Ensino Fundamental - Anos finais, com efeitos a contar de 03 de fevereiro de 2016, conforme abaixo:

Unidade Escolar	Disciplina	CH	HA	Total
EMEF RIBEIRÃO CAVALO	Ensino Religioso	9	7	40
EMEF MARCOS EMÍLIO VERBINNEN		8		
EMEF SANTO ESTÊVÃO		7		
EMEF ATAYDE MACHADO		9		

Jaraguá do Sul, 27 julho de 2016.
ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 699 /2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 699 /2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

ALTERAR A CARGA HORÁRIA DE: ROSANGELA DA SILVA LAMMEL, ocupante do cargo da categoria funcional de Professor de Ensino Fundamental - Anos finais, com efeitos a contar de 03 de fevereiro de 2016, conforme abaixo:

Unidade Escolar	Disciplina	CH	HA	Total
EMEF ANNA TOWE NAGEL	Ensino Religioso	17	6	34
EMEF MACHADO DE ASSIS		5		
EMEF PROF FRANCISCO SOLAMON		6		

Jaraguá do Sul, 27 julho de 2016.
ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 700 /2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 700/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

ALTERAR A CARGA HORÁRIA DE: CLAUDETE APARECIDA SARDAGNA, ocupante do cargo da categoria funcional de Professor de Ensino Fundamental - Anos finais, com efeitos a contar de 03 de fevereiro de 2016, conforme abaixo:

Unidade Escolar	Disciplina	CH	HA	Total
EMEF ADELINO FRANCENER	Ensino Religioso	5	4	26
EMEF RODOLPHO DORNBUSCH		9		
EMEF WALDEMAR SCHMITZ		1		
EMEF VITOR MEIRELLES		7		

Jaraguá do Sul, 27 julho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 701 /2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 701/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

REMOVER: PATRÍCIA GISELIA EGER HILLESIM, ocupante do cargo da categoria funcional de Professor de Ensino Fundamental - Anos finais, com efeitos a contar de 03 de fevereiro de 2016, conforme abaixo:

Unidade Escolar	Disciplina	Aulas Dadas	HA	Total
EMEF VITOR MEIRELLES	Inglês	8	7	30
EMEF MAX SCHUBERT		4		
EMEF DOM PIO DE FREITAS		1		
EMEF RIBEIRÃO CAVALO		10		

Jaraguá do Sul, 27 de julho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 702 /2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 702/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

REMOVER: MARI NEIVA RODRIGUES DOS SANTOS, ocupante do cargo da categoria funcional de Professor de Ensino Fundamental - Anos finais, com efeitos a contar de 03 de fevereiro de 2016 , conforme abaixo:

Unidade Escolar	Disciplina	Aulas Dadas	HA	Total
EMEF MARCOS EMÍLIO VERBINNEN	Inglês	18	7	40
EMEF ALBANO KANZLER		4		
EMEF ANNA TOWE NAGEL		9		
EMEF CRISTINA MARCATTO		2		

Jaraguá do Sul, 27 de julho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 703 /2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 703/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

REMOVER: ALAAN JOSÉ KRUK, ocupante do cargo da categoria funcional de Professor de Ensino Fundamental - Anos finais, com efeitos a contar de 03 de fevereiro de 2016 , conforme abaixo:

Unidade Escolar	Disciplina	Aulas Dadas	HA	Total
EMEF SANTO ESTÊVÃO	Inglês	8	3	19
EMEF ADELINO FRANCENER		3		
EMEF RENATO PRADI		2		
EMEF CRISTINA MARCATTO		3		

Jaraguá do Sul, 27 de julho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 704 /2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 704/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

REMOVER: ALINE SOUZA LOPES, ocupante do cargo da categoria funcional de Professor de Ensino Fundamental - Anos finais, com efeitos a contar de 03 de fevereiro de 2016 , conforme abaixo:

Unidade Escolar	Disciplina	Aulas Dadas	HA	Total
EMEF CRISTINA MARCATTO	Ensino Religioso	23	6	38
EMEF ANNA TOWE NAGEL		9		

Jaraguá do Sul, 27 de julho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 705 /2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 705/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

REMOVER: ADRIANA CANDIDO DELPHINO MARQUARDT, ocupante do cargo da categoria funcional de Professor de Ensino Fundamental - Anos finais, com efeitos a contar de 03 de fevereiro de 2016 , conforme abaixo:

Unidade Escolar	Disciplina	Aulas Dadas	HA	Total
EMEF MARCOS EMÍLIO VERBINNEN	Ensino Religioso	2	7	40
EMEF ALBANO KANZLER		15		
EMEF MARIA NILDA SALAI STAHELIN		16		

Jaraguá do Sul, 27 de julho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 706 /2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 706/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

REMOVER: ILZA RAMOS RODRIGUES DA LUZ, ocupante do cargo da categoria funcional de Professor de Ensino Fundamental - Anos finais, com efeitos a contar de 03 de fevereiro de 2016 , conforme abaixo:

Unidade Escolar	Disciplina	Aulas Dadas	HA	Total
EMEF PROFª GERTRUDES STEILEIN MILBRATZ	Ensino Religioso	10	7	39
EMEF MARCOS EMÍLIO VERBINNEN		9		
EMEF VITOR MEIRELLES		9		
EMEF LOTEAMENTO AMIZADE		4		

Jaraguá do Sul, 27 de julho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 707 /2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 707/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

REMOVER: CLAUDIO ROBERTO RIBEIRO, ocupante do cargo da categoria funcional de Professor de Ensino Fundamental - Anos finais, com

efeitos a contar de 03 de fevereiro de 2016 , conforme abaixo:

Unidade Escolar	Disciplina	Aulas Dadas	HA	Total
EMEF RIBEIRÃO MOLHA	Geografia	6	7	40
EMEF ANNA TOWE NAGEL		27		

Jaraguá do Sul, 27 de julho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 708 /2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 708/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

REMOVER: ROGÉRIO ANTÔNIO DE ARAÚJO, ocupante do cargo da categoria funcional de Professor de Ensino Fundamental - Anos finais, com efeitos a contar de 03 de fevereiro de 2016 , conforme abaixo:

Unidade Escolar	Disciplina	Aulas Dadas	HA	Total
EMEF MACHADO DE ASSIS	Geografia	17	7	40
EMEF ALBERTO BAUER		16		

Jaraguá do Sul, 27 de julho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 709 /2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 709/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

REMOVER: CARLOS GERALDO CAZASSA, ocupante do cargo da categoria funcional de Professor de Ensino Fundamental - Anos finais, com efeitos a contar de 03 de fevereiro de 2016 , conforme abaixo:

Unidade Escolar	Disciplina	Aulas Dadas	HA	Total
EMEF MACHADO DE ASSIS	Geografia	11	5	30
EMEF RODOLPHO DORNBUSCH		14		

Jaraguá do Sul, 27 de julho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 710/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 710/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

REMOVER: JUDITE FLEMING, ocupante do cargo da categoria funcional de Professor de Ensino Fundamental - Anos finais, com efeitos a contar de 03 de fevereiro de 2016 , conforme abaixo:

Unidade Escolar	Disciplina	Aulas Dadas	HA	Total
EMEF RIBEIRÃO MOLHA	Português	24	7	40
EMEF WALDEMAR SCHMITZ		9		

Jaraguá do Sul, 27 de julho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 711/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 711/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

REMOVER: ANGELA MARA DAL SANTOS, ocupante do cargo da categoria funcional de Professor de Ensino Fundamental - Anos finais, com efeitos a contar de 03 de fevereiro de 2016 , conforme abaixo:

Unidade Escolar	Disciplina	Aulas Dadas	HA	Total
EMEF ALBERTO BAUER	Português	21	7	40
EMEF LOTEAMENTO AMIZADE		12		

Jaraguá do Sul, 27 de julho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 712/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 712/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

REMOVER: VILMA HENKEMEIER, ocupante do cargo da categoria funcional de Professor de Ensino Fundamental - Anos finais, com efeitos a contar de 03 de fevereiro de 2016 , conforme abaixo:

Unidade Escolar	Disciplina	Aulas Dadas	HA	Total
EMEF MARCOS EMÍLIO VERBINNEN	Português	33	7	40

Jaraguá do Sul, 27 de julho de 2016.
ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 713/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 713/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

REMOVER: CINTIA MARA KEISER, ocupante do cargo da categoria funcional de Professor de Ensino Fundamental - Anos finais, com efeitos a contar de 03 de fevereiro de 2016 , conforme abaixo:

Unidade Escolar	Disciplina	Aulas Dadas	HA	Total
EMEF RICIERI MARCATTO	Matemática	8	6	38
EMEF RIBEIRÃO MOLHA		24		

Jaraguá do Sul, 27 de julho de 2016.
ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 714/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 714/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

REMOVER: ISALETE SANTOS MEURA, ocupante do cargo da categoria funcional de Professor de Ensino Fundamental - Anos finais, com efeitos a contar de 03 de fevereiro de 2016 , conforme abaixo:

Unidade Escolar	Disciplina	Aulas Dadas	HA	Total
EMEF MARCOS EMÍLIO VERBINNEN	Matemática	32	6	38

Jaraguá do Sul, 27 de julho de 2016.
ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 715/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 715/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

REMOVER: GIO FABIANO VOLTOLINI, ocupante do cargo da categoria funcional de Professor de Ensino Fundamental - Anos finais, com

efeitos a contar de 03 de fevereiro de 2016 , conforme abaixo:

Unidade Escolar	Disciplina	Aulas Dadas	HA	Total
EMEF RENATO PRADI	Matemática	8	6	38
EMEF RODOLPHO DORNBUSCH		24		

Jaraguá do Sul, 27 de julho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 716/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 716/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

REMOVER: ELISANGELA GOMES FERREIRA PEREIRA, ocupante do cargo da categoria funcional de Professor de Ensino Fundamental - Anos finais, com efeitos a contar de 03 de fevereiro de 2016 , conforme abaixo:

Unidade Escolar	Disciplina	Aulas Dadas	HA	Total
EMEF MARCOS EMÍLIO VERBINNEN	Matemática	4	5	29
EMEF ANNA TOWE NAGEL		8		
SEMED		12		

Jaraguá do Sul, 27 de julho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 717/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 717/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 6.592/2009, de 02 de fevereiro de 2009, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993.

RESOLVE:

REMOVER POR PERMUTA, a partir do ano letivo de 2016, LEONICE TEREZINHA BRESSAN, cadastro nº 3614 ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil, lotada na EMEF Cristina Marcatto, com 40 horas semanais e ANNA EMÍLIA KASTELLER CHIODINI, cadastro nº 7759 , ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil, lotada na EMEF Renato Pradi, com 40 horas semanais, conforme abaixo:

PROFESSOR	ESCOLA	DISCIPLINA	CH TOTAL
LEONICE TEREZINHA BRESSAN	EMEF RENATO PRADI	EDUCAÇÃO INFANTIL	40
ANNA EMÍLIA KASTELLER CHIODINI	EMEF CRISTINA MARCATTO	EDUCAÇÃO INFANTIL	40

Jaraguá do Sul, 27 de julho de 2016

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 718/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 718/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

LOTAR: CÉLIO JOÃO BARBOSA, ocupante do cargo da categoria funcional de Professor de Ensino Fundamental - Anos Finais, com efeitos a contar de 03 de fevereiro de 2016, conforme abaixo:

Unidade Escolar	Disciplina	CH	Hora Atividade	Total
EMEF ADELINO FRANCENER	Inglês	10	2	12

Jaraguá do Sul, 27 de julho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 720/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 720/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

LOTAR: CRISTIANE COSTA MUNDEL, ocupante do cargo da categoria funcional de Professor de Ensino Fundamental - Anos Finais, com efeitos a contar de 03 de fevereiro de 2016, conforme abaixo:

Unidade Escolar	Disciplina	CH	Hora Atividade	Total
EMEF Alberto Bauer	Ensino Religioso	2	7	40
EMEF Loteamento Amizade		5		
EMEF Ribeirão Molha		1		
EMEF Maria Nilda Salai Stahelin		6		
SEMED		19		

Jaraguá do Sul, 27 de julho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 721/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 721/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

LOTAR: ELENIR BONI, ocupante do cargo da categoria funcional de Professor de Ensino Fundamental - Anos Finais, com efeitos a contar de 03 de fevereiro de 2016, conforme abaixo:

Unidade Escolar	Disciplina	CH	Hora Atividade	Total
EMEF Prof. Henrique Heise	Geografia	10	7	40
EMEF Maria Nilda Salai Stahelin		10		
EMEF Atayde Machado		10		
SEMED		3		

Jaraguá do Sul, 27 de julho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 722/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 722/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

LOTAR: ALINE MARIA GASDA, ocupante do cargo da categoria funcional de Professor de Educação Infantil, com efeitos a contar de 03 de fevereiro de 2016, conforme abaixo:

Unidade Escolar	Área de atuação	CH
EMEF Maria Nilda Salai Stahelin	Educação Infantil	20

Jaraguá do Sul, 27 de julho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 728/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 728/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 010/2014/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 573/2015, de 04.07.2016, que prorrogou o contrato de EDICARLOS DE PAULA LISBOA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, na disciplina de CIÊNCIAS, no período de 09.08.2016 a 10.10.2016.

Jaraguá do Sul, 02 de agosto de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

Joaçaba

PREFEITURA

ERRATA EXTRATO PP 39/2016/PMJ

ERRATA

PREFEITURA DE JOAÇABA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 69/2016/PMJ

EDITAL PP Nº 39/2016/PMJ

No aviso de licitação referente ao Processo Licitatório nº 69/2016/PMJ – Edital PP nº 39/2016/FMS, publicado no DOM em 26/08/2016:

No cabeçalho, ONDE SE LÊ:

“MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA

Iria Flâmia Rodriguez Torrico - Secretária”;

LEIA-SE:

“MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA,

INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E INOVAÇÃO

ALTEVIR DA CÁS - Secretário”.

As demais disposições permanecem inalteradas.

Joaçaba, 26 de agosto de 2016.

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA

ERRATA PREGÃO 0029/2016

ERRATA

SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna - SC.

Pregão Presencial JHL 0029/2016

Licitação nº 0036/2016

Protocolo 1861/2016

A Sr. Diretor Adjunto do SIMAE torna público aos interessados a alteração do Edital de Licitação Pregão Presencial n.º 0029/2016, nos seguintes termos:

1ª Alteração – Itens 1.3 e 1.4

Fica alterada a data de entrega dos envelopes e abertura da licitação ficando da seguinte forma:

1.3 - Envelope nº 1 (Proposta de Preços) e Envelope nº 2 (Documentos de Habilitação)

ü Data/Hora: até às 14h:00 do dia 14/09/2016

ü Local: SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto – Rua Tiradentes, nº 123 - Bairro: Centro, Joaçaba/SC – CEP: 89.600-000.

1.4 – Abertura da Sessão

Data/Hora: dia 14/09/2016 às 14h:10min.

ü Local: SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto – Rua Tiradentes, nº 123 - Bairro: Centro, Joaçaba/SC – CEP: 89.600-000.

2ª Alteração

Fica alterada a a descrição do termo de referência do item 03 ficando da seguinte forma :

ITEM 03 – CÂMERA TERMOGRÁFICA

Características mínimas exigidas pelo SIMAE:

- Resolução 80x60;
- Resolução espacial 5,6mRad ou 10,3m Rad
- Campo de visão 19,5° x 26° ou 45° x 34°
- Range de temperatura -20 °C a +250 °C;
- Velocidade sequencial 9Hz;
- Memória interna para armazenamento de imagens ou sistema extensivo de memória SD através de cartão de memória SD de 4 GB;
- Câmara digital incorporada;
- Display LCD de 3 polegadas;

- Precisão $\pm 2^{\circ}\text{C}$ ou 2% (a 25°C nominais, o que for superior);
- Design ergonômico e robusto para utilização apenas com uma mão;
- Armazenamento de dados e captura de imagens;
- Transferência direta por ligação USB ao PC;
- IP 54
- Dimensões aproximadas 28,4 cm x 8,6 cm x 13,5 cm;
- Peso aproximado 800gr
- Garantia de dois anos.

Fica alterada a descrição do termo de referência do item 05 ficando da seguinte forma:

ITEM 05 – SOPRADOR TÉRMICO PROFISSIONAL

Especificações Técnicas:

- a) Potência: 1.700 a 2000 W;
- b) Voltagem: 220 V;
- c) Frequência: 50/60 Hz;
- d) Temperaturas: 50°C a 500 ou 600°C ;
- e) Fluxo de ar: 150 - 500 l/min;
- f) Ajuste de ar com no mínimo duas velocidades;
- g) Controle de temperatura;
- h) Punho emborrachado;
- i) Deve acompanhar o produto maleta original ou maleta em lona para guarda do equipamento e acessórios, 03 tuberias e manual.

- Garantia mínima de 12 meses.

Joaçaba, 26 de agosto de 2016.

Aluri Flemming

Diretor Presidente do SIMAE

PREGÃO 0036/2016 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0046/2016

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0036/2016

PROTOCOLO JHL 2304/2016

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0036/2016 – Licitação 0046/2016, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS E OUTROS MATERIAIS PARA OS SETORES TÉCNICOS E ADMINISTRATIVO DO SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até as 8h50min do dia 13/09/2016 na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 13/09/2016 às 9h00min, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba no horário das 08 horas às 11h e das 14h às 17h ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 30/08/2016 a 13/09/2016.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 26 de agosto de 2016.

Aluir Flemming – Diretor Presidente do SIMAE.

Lages

PREFEITURA

EXTRATO 2º ADT 316/2016 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 316/2015PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: ROSANE DAS GRAÇAS MORAES DA SILVA, inscrita no CPF sob n.º 046.309.169-89, residente e domiciliada a Rua Euclides da Cunha, 40 – Bairro Caravaggio – Lages/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 36/2015, correlato a Concorrência 05/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa/Autônomo para a Prestação de Serviços de Transporte Escolar de Alunos do Sistema Municipal de Educação de Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução, Fica prorrogado até 31/12/2016.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

Fica prorrogado até 31/12/2016, podendo ser prorrogada se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no Art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares. As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 29 de abril de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 304/2015 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 304/2015PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: SOLUÇÃO CONSULTORIA E ENGENHARIA LTDA inscrita no CNPJ sob n.º 05.091.927/0001-06, estabelecida a Rua Fritz Spornau, 653 - Fortaleza - CEP 89.055-220 – Blumenau/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 168/2015, correlato a Concorrência nº 06/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Pavimentação Asfáltica e Drenagem da Av. Antônio Ribeiro dos Santos, nesta cidade, com fornecimento de material, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes deste Edital.

Conforme solicitação de prorrogação de prazo por parte da Secretaria Fica prorrogado prazo de execução e vigência por mais 11 (onze) meses.

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 07 de junho de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 231/2014 SMS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 231/2014 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: CONSTRUTORA EVOLUTA LTDA EPP inscrita no CNPJ sob nº 01.703684/0001-50, estabelecida na Rua Antônio Edu Vieira, Nº646, Bairro Sagrado Coração de Jesus, em Lages/SC CEP: 88.508-300

resolvem celebrar este 7º Termo De Aditivo Ao Contrato 231/2014, Conforme Parecer Jurídico nº 720/2016, Processo Licitatório nº 77/2014, correlato à Tomada de Preços nº 07/2014, do tipo Menor Preço Global, em regime de empreitada por preço unitário aberta em 07/11/2014 e homologada em 27/11/2014, consoante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução, fica prorrogado por mais 180 dias;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

Fica prorrogado por mais 180 dias, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 16 de junho de 2016.

Elizeu Mattos – Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 18/2016 FMAS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: CONTRATO, N.º 18/2016 FMAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC – CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: G. T. A. ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP, Inscrita No CNPJ N.º 20.257.784/0001-45, Com Sede Rua Das neves, 59 Centro São Bento do Sul/SC CEP 89.280-232.

Resolvem celebrar este Contrato, Conforme parecer jurídico n. 789/2016, em decorrência do Processo Licitatório nº 25/2016, correlato a Dispensa de Licitação nº 03/2016, homologada em 26/08/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Prestação de serviço de acolhimento institucional para adultos com deficiência, para o município de Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, em até 5 (cinco) dias úteis da data da assinatura do Presente Contrato;

2.2 De Execução, 180 (cento e oitenta) dias da assinatura do presente contrato;

2.3 Do Contrato, 180 (cento e oitenta) dias da assinatura do presente contrato.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor a ser pago será de R\$ 11.200,00 (onze mil e duzentos reais) mensais, sendo: [R\$ 7.000,00 (sete mil reais) para o paciente Cristiano Nunes; e R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos e reais) para o paciente Marco Antônio da Rosa], durante seis meses,

Totalizando o valor máximo de R\$ 67.200,00 (sessenta e sete mil e duzentos reais)

Lages, 26 agosto de 2016
Elizeu Mattos.
Prefeito Municipal

PP 20 E 21-2016 SMS E PP 18-2016 FMAS

Modalidade: PP 20-2016 SMS

Objeto: Aquisição de materiais de consumo para unidades de saúde, pronto atendimento odontológico e centro de especialidades odontológicas da Secretaria Municipal da Saúde.

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 22/09/2016 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 1.208.017,03

Modalidade: PP 21-2016 SMS

Objeto: Aquisição de Papel Toalha e Aquecedores para a Secretaria Municipal de Saúde.

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 26/09/2016 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 195.358,25

Modalidade: PP 18-2016 FMAS

Objeto: Aquisição de Materiais de Artesanato para Diversos Programas da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 27/09/2016 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 148.113,86

A retirada obter-se-á no Setor de Licitações, ao custo de R\$ 10,00 ou pelo www.lages.sc.gov.br sem ônus.
Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 29 de agosto de 2016.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário de Administração

RESULTADO FINAL CC 17-2012 PML

RESULTADO FINAL

ASSUNTO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 17/2012 - PML

OBJETO: DELEGAÇÃO DA CONCESSÃO DA PRESTAÇÃO E EXPLO-
RAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE TRANSPORTE COLETIVO UR-
BANO DE PASSAGEIROS DO MUNICÍPIO DE LAGES/SC.

O Município de Lages, para os devidos fins e efeitos, torna público aos Interessados, o resultado do presente Processo Licitatório:

VENCEDOR: TRANSUL - TRANSPORTES URBANOS NOSSA SENHO-
RA DOS PRAZERES LTDA.

Lages, 29 de agosto de 2016.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário de Administração

Laguna

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.709/16

DECRETO Nº 4.709 DE 29 DE AGOSTO DE 2016.

"DISPÕE, POR SUBSTITUIÇÃO, SOBRE A NOVA FORMAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais, de conformidade com o art. 68 da Lei Orgânica do Município de Laguna e, com base na Lei 1.213/07 e, no Memorando nº 412/2016 da Secretaria Municipal de Educação e Esportes,

DECRETA:

Art. 1º Fica formado, por substituição, o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, na forma abaixo:

I – DOIS REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES:

Titular: Elizangela Bucci Angelo Vieira
Suplente: Tadeu Cesar Henrique Rodrigues

Titular: Carlos Felipe Schmidt
Suplente: Luciane de Oliveira

II - UM REPRESENTANTE DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:

Titular: Elson Rebelo Limas
Suplente: Luciane de Almeida Gonçalves

III – UM REPRESENTANTE DOS DIRETORES DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS:

Titular: Bernadete Cornélio Fernandes
Suplente: Renne Lopes Kfourri Ribeiro

IV - UM REPRESENTANTE DOS SERVIDORES TÉCNICO – ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS:

Titular: Gláucia Remor Marega
Suplente: Luciana Machado Luciano

V - DOIS REPRESENTANTES DOS PAIS DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:

Titular: Lucilene Gonçalves Pavanate
Suplente: Ana Paula Sabino Araújo

Titular: Sheena Souza Ribeiro
Suplente: Taís Araújo Vieira

VI – DOIS REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:

Titular: Roseli Zeferino Patrício
Suplente: Murillo Ruthenford da Silva Moura

Titular: Rosana Zeferino Tavares
Suplente: Lucas Rafael

VII - UM REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Titular: Ivonete Caetano
Suplente: Júlia Fagundes de Carvalho

VIII - UM REPRESENTANTE DO CONSELHO TUTELAR:

Titular: Daniele Nunes Fernandes Vicente
Suplente: Michely Martins Ribeiro

Art. 2º A Presidência, a Vice-Presidência e Secretaria do Conselho serão exercidas respectivamente, pelos seguintes membros: Gláucia Remor Marega, Bernadete Cornélio Fernandes e Elizangela Bucci Angelo Vieira.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 4.512/15.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.710/16

DECRETO Nº 4.710 DE 29 DE AGOSTO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.875 de 16/12/2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015 e transpostos os valores de dotação orçamentária entre elementos de despesas correntes no orçamento de 2016 no Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 32.500,00 (trinta e dois mil e quinhentos reais), na seguinte dotação:

Órgão: 14 - Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social
Proj/ Atividade: 2.214 – Proteção Social Especial
Elementos da Despesa:
11 - 3.3.90.32.00.00.00.35.0000 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 2.500,00
19 - 4.4.90.52.00.00.00.35.0000 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 30.000,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor, da seguinte dotação:

Órgão: 14 - Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social
Proj/ Atividade: 2.214 - Proteção Social Especial
Elemento da Despesa: 15 - 3.3.90.39.00.00.00.35.0000 - Outros

Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 32.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.711/16

DECRETO Nº 4.711 DE 29 DE AGOSTO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.875 de 16/12/2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015 e transpostos os valores de dotação orçamentária entre elementos de despesas correntes no orçamento de 2016 no Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), na seguinte dotação:

Órgão: 14 - Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social
Proj/ Atividade: 2.213 – Proteção Social Básica
Elemento da Despesa: 25 - 3.3.90.30.00.00.00.35.0000 - Material de Consumo R\$ 15.000,00
Proj/Atividade: 2.214 - Proteção Social Especial
Elemento da Despesa: 9 - 3.3.90.30.00.00.00.35.0000 - Material de Consumo R\$ 15.000,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor, da seguinte dotação:

Órgão: 14 - Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social
Proj/Atividade: 2.213 - Proteção Social Básica
Elemento da Despesa: 28 - 3.3.90.39.00.00.00.35.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 15.000,00
Proj/ Atividade: 2.214 - Proteção Social Especial
Elemento da Despesa: 15 - 3.3.90.39.00.00.00.35.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 15.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.712/16

DECRETO Nº 4.712 DE 29 DE AGOSTO DE 2016.

"ALTERA A TABELA DE PLANTÃO DO SERVIÇO FUNERÁRIO".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais e, de conformidade com o artigo 68 da Lei Orgânica do Município e,

Considerando os fatos objetos do Processo Administrativo nº 3.577/16,

DECRETA:

Art. 1º A escala de plantão para as empresas funerárias sediadas e autorizadas a funcionarem no Município de Laguna, passa a ser a constante da tabela abaixo:

NOME DA FUNERÁRIA	DIA DE PLANTÃO POR SEMANA
Pax Preve	Domingo
Santo Antônio	Segunda-feira
Cristo Rei	Terça-feira
Senhor Bom Jesus	Quarta-feira
São Jorge	Quinta-feira
São Paulo	Sexta-feira
Pass Brescel	Sábado

Art. 2º O regime de plantão é de 24 horas, iniciando-se à 0 (zero) hora.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, porém, produzindo efeitos somente a partir de 01.09.2016.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 890/2016

PORTARIA RH Nº 890/2016

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, WELLINGTON LINHARES MARTINS Assessor de Presidência, do dia 22.08.2016 a 20.09.2016, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 22 de Agosto de 2016.
NORTON DE ARAÚJO MATTOS
Presidente da Fundação

PORTARIA Nº 891/2016

PORTARIA RH Nº 891/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DESLIGAR, por motivo de falecimento, VANIRA SILVA PACÍFICO do Cargo de Professor, de provimento efetivo, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 20/08/2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 22 de Agosto de 2016.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 892/2016

PORTARIA RH Nº 892/2016

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014, e processo protocolado sob o nº 4385/2016;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 22 de Agosto de 2016 a 20 de Setembro de 2016, ao Servidor JEFFERSON ROCHA MAURÍCIO, Assistente de Administração, referente ao período 2005/2010, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 22 de Agosto de 2016.

HÊNIO MARCELINO CARDOSO

Secretário Municipal

PORTARIA Nº 894/2016

PORTARIA RH Nº 894/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor BIANCA DO CARMO PAZ Professor de Educação Infantil, do período de 01/08/2013 a 22/08/2016, lotado na Secretaria de Educação e Esportes, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 22 de Agosto de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 895/2016

PORTARIA RH Nº 895/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor CINTIA CONCEIÇÃO DOS SANTOS PACHECO Professor de Educação Infantil, do período de 01/08/2013 a 22/08/2016, lotado na Secretaria de Educação e Esportes, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 22 de Agosto de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 896/2016

PORTARIA RH Nº 896/2016

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, ALINE TRICHES SAVI Bióloga, do dia 22.08.2016 a 20.09.2016, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 22 de Agosto de 2016.

NORTON DE ARAÚJO MATTOS

Presidente da Fundação

PORTARIA Nº 897/2016

PORTARIA RH Nº 897/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR, ITAMARA RODRIGUES CORRÊA do Cargo de Professor de Educação Infantil, 40 horas semanais, admitido em caráter temporário, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 22 de Agosto de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 898/2016

PORTARIA RH Nº 898/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR, MÁRCIA DIAS DELFINO PIZZOLO do Cargo de Professor de Educação Infantil, 40 horas semanais, admitido em caráter temporário, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 22 de Agosto de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 900/2016

PORTARIA RH Nº 900/2016

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 01.08.16 a 30.08.2016, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Adriana Martins Costa da Silva	2014/2015
Ana Carla dos Santos Silva	2015/2016
Bianca do Carmo Paz	2015/2016
Carolina Bittencourt Bertelli	2015/2016
Cíntia Conceição dos S. Pacheco	2015/2016
Celina Neves Durante	2015/2016
Claudiane Corrêa da Silva	2015/2016
Clarisse Cabreira Souza	2015/2016
Cristiana de Oliveira Simão	2015/2016
Charleni Medeiros da Silva	2015/2016
Daniela da Costa Maia	2015/2016
Edinamar Cardoso A. de Souza	2015/2016
Edna Soares Severino	2015/2016
Elisabel Pereira dos Santos	2015/2016
Gisleide Candiottto Marques	2015/2016
Goreti da Silva	2015/2016
Grasiele Márcilio Alves	2015/2016
Janaina João Luz	2015/2016
Janice Domingos	2015/2016
Joelma Matias Paes	2015/2016
Karina Vieira M. Fernandes	2015/2016
Karine Vieira O. Medeiros	2015/2016
Karoline Corrêa Rosa Garcia	2015/2016
Katheriny Westrup	2015/2016
Márcia Duarte Felisberto	2015/2016
Maria Aparecida da Silva Gazzola	2015/2016
Marinez Montemezzo	2015/2016
Mário Martins Alano	2010/2016
Megalvio Palma Fernandes	2015/2016
Rodrigo Cereja Higino	2015/2016
Sandra Aparecida Diecks	2015/2016
Sandra Marilda da R. Fernandes	2015/2016
Silvana Duarte Silva	2015/2016
Simone Maria de O. Virgínio	2015/2016
Tadeu César H. Rodrigues	2014/2015
Tamara Cardoso dos Santos	2015/2016
Tânia Preuss	2014/2015
Terezinha Machado Rodrigues	2015/2016
Valdelir da Silva Jeremias	2015/2016
Valdir Pedro Rebelo Filho	2015/2016
Yane Cardoso Mokos	2015/2016

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 22 de Agosto de 2016.

SIMONE BELMIRO
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 902/2016

PORTARIA RH Nº 902/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor JOELMA MATIAS PAES Professor de Educação Infantil, do período de 01/08/2013 a 24/08/2016, lotado na Secretaria de Educação e Esportes, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 24 de Agosto de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 904/2016

PORTARIA RH Nº 904/2016

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014, e processo protocolado sob o nº 4234/2016;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 25 de Agosto de 2016 a 22 de Novembro de 2016, ao Servidor JOSÉ DOS SANTOS PACÍFICO, Professor, referente ao período 2008/2013, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 25 de Agosto de 2016.

SIMONE BELMIRO
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 907/2016

PORTARIA RH Nº 907/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000; e de acordo com o processo protocolado sob o nº 3220/2016;

RESOLVE:

Prorrogar por sessenta dias a licença maternidade, da Sra. DANIELLE FERNANDES DE REZENDE, Enfermeira, de provimento efetivo, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir de 29/08/2016, em conformidade com a Lei Complementar nº 206 de 19 de março de 2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 29 de Agosto de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 909/2016

PORTARIA RH Nº 909/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000 e;

Considerando estar em gozo de férias a Servidora Aline Triches Savi, Bióloga, de provimento efetivo;

RESOLVE:

Designar temporariamente, THABATA FERNANDES CÂNDIDO Diretor do Departamento de Fiscalização Ambiental, DAF 3, para desempenhar as funções do cargo de Biólogo durante o período de 29/08/2016 a 20/09/2016, com lotação na Fundação Lagunense do Meio Ambiente.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 29 de Agosto de 2016.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 911/2016

PORTARIA RH Nº 911/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor TAMARA CARDOSO DOS SANTOS Professor de Educação Infantil, do período de 01/08/2013 a 29/08/2016, lotado na Secretaria de Educação e Esportes, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 29 de Agosto de 2016.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 910/2016

PORTARIA RH Nº 910/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor FERNANDA MARTINS MASIERO Secretário de Escola, do período de 08/07/2013 a 05/08/2016, lotado na Secretaria de Educação e Esportes, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 29 de Agosto de 2016.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Lauro Muller

PREFEITURA

DECRETO Nº 093/2016

DECRETO Nº 093/2016.

INSTITUI E DESIGNA A EQUIPE TÉCNICA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LAURO MÜLLER.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e, em cumprimento ao Art. 8º da Lei Federal nº 13.004, de 24 de junho de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituída a Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação – PME de Lauro Müller/SC.

Art. 2º - Designa os membros que irão compor a Equipe Técnica, sendo que o primeiro deles terá o encargo de Coordenação de Equipe:

- ENRICA APARECIDA SILVA E SILVA – representando a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.
- LARISSA FERNANDES DIAS – representando o Conselho Municipal de Educação.
- VANDERLÉIA BATISTA VELHO – representando os docentes da Educação infantil.
- VANDERLÉIA ALVES – representando os docentes do Ensino Fundamental I.
- HELOÍSA GONÇALVES RIBEIRO FONTANELLA – representando os docentes do Ensino Fundamental II.
- LEILA APARECIDA DA ROSA – representando os gestores da Rede Municipal de Ensino.
- DIEGO JOSÉ CIFUENTES – representando as APP's das escolas municipais.
- MONICA BEZ BATTI BETT – representando a Rede Estadual de Ensino.
- EMA HOFFMANN BENEDET – representando a Câmara de Vereadores.
- ROSANA BENEDET – representando o setor contábil da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 24 DE AGOSTO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planej.

Lebon Régis

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL 43/2016

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 43/2016 licitação: PE04/2016.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de vassoura coletora para utilização nos serviços de varrição de ruas, realizados pela Secretaria Obras e Urbanismo, do Município de Lebon Régis, de acordo com as condições estabelecidas e conforme o detalhamento constante no Anexo I – Termo de Referência..

Contratante: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS.

Contratado: ROMANELLI EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA - 13.958.809/0001-72.

Valor: R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

Vigência: 29/08/2016. Término: 31/12/2016

Lebon Régis, 29/08/2016.

Ludovino Labas-Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PE04/2016

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Pregão Nº PE04/2016 Processo 37/2016

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de vassoura coletora para utilização nos serviços de varrição de ruas, realizados pela Secretaria Obras e Urbanismo, do Município de Lebon Régis, de acordo com as condições estabelecidas e conforme o detalhamento constante no Anexo I – Termo de Referência. Data de Homologação: 29/08/2016 Licitantes Homologados: ROMANELLI EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA. Valor (R\$) 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

Lebon Régis, 29/08/2016

Ludovino Labas - Prefeito Municipal

Leoberto Leal

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2016 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2016 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2016, PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE 01 (UM) AUTOMÓVEL UTILITÁRIO ZERO QUILOMETRO, COM CAPACIDADE PARA 05 PESSOAS, PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL, QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2016.

Aos 19 (dezenove) dias do mês de agosto do ano de 2016, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054/11, de 28 de fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação, visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de 01 (um) automóvel utilitário zero quilômetro, com capacidade para 05 pessoas, para o Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 013/2016.

RIVEL VEÍCULOS LTDA

CNPJ: 85.106.037/0001-51

RUA GUSTAVO SCHLOSSER, Nº 67, CENTRO, CEP: 88.353-020, BRUSQUE/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventual aquisição de 01 (um) automóvel utilitário zero quilômetro, com capacidade para 05 pessoas, para o Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, a contar da assinatura da presente ata, conforme as especificações e quantidades máximas de cada item, que passa a fazer parte para todos os efeitos desta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

A proponente registrada para o item cotado é a seguinte:

Item	Qt.	Und.	Descrição	Marca	Preço Unit. R\$	Preço Total R\$	Empresa Vencedora
01	01	Und.	Automóvel zero quilômetro, na cor branca, com 05 (cinco) portas, para no mínimo 05 (cinco) ocupantes, ano de fabricação no mínimo 2016, ano do modelo no mínimo 2017, motorização bi-combustível (álcool e/ou gasolina), injeção eletrônica, com no mínimo 980 cilindradas, oito ou dezesseis válvulas, potência mínima de 75CV, com direção hidráulica, Airbag duplo (motorista e passageiro), freios ABS com EBD, compartimento de bagagem com no mínimo 230 litros de capacidade, com o banco traseiro em posição normal, capacidade do tanque de combustível com no mínimo 45 litros, bancos dianteiros reclináveis com encosto de cabeça com cinto retrátil de três pontas, banco traseiro rebatível com 3 lugares com encosto de cabeça com cinto de três pontas nas laterais e cinto de duas ou três pontas no centro, chave codificada, retrovisores, ar condicionado, rodas no mínimo aro 14 (juntamente com estepe), garantia nacional, controle de poluição por veículos automotores e com todos os equipamentos de segurança exigidos no Código de Trânsito Brasileiro (extintor de incêndio, macaco compatível com peso e carga do veículo, chave do roda e chave de fenda ou outra ferramenta apropriada para remoção de calotas), calhas de chuva para os vidros das portas, tapetes, garantia de 3 anos.	FIAT	34.990,00	34.990,00	RIVEL VEÍCULOS LTDA.

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produto(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- Número da Ata;
- Quantidade do Produto;
- Descrição do Produto;
- Local de Entrega;
- Condições de Pagamento;
- Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega do veículo e nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão do contratado, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independente da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 O Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 A entrega do veículo será em até 30 (trinta) dias após autorização de fornecimento;

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

05.01.10.301.0006.1.057.4.4.90.00.00.00.00.01.0033 – Vigilância em Saúde – Comp. Vig. Epid. e Amb. em Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 22 de agosto de 2016.
JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
Pregoeira Municipal

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
Membro	Membro

RIVEL VEÍCULOS LTDA
Empresa Vencedora

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES
CPF: 017.410.949-09

2- LIZANDRO KREUSCH
CPF: 023.728.959-82

VISTO:
ASSESSOR JURÍDICO

DECRETO N.º 084/2016

DECRETO Nº 084, DE 29 DE AGOSTO DE 2016.

“ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL”

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 8º, Inciso II, da Lei nº 1.200 de 10 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada dotação no orçamento da Seguridade Social, no valor de R\$ 45.000,00, de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	45.000,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	45.000,00
Função	10	Saúde	45.000,00
Sub-Função	301	Atenção Básica	45.000,00
Programa	0006	Saúde com Excelência	45.000,00
Atividade	2.060	Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF União	45.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	45.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	45.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	45.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0064	Atenção Básica	45.000,00
Detalhamento	43	Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF União	45.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			45.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, na seguinte dotação com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	45.000,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	45.000,00
Função	10	Saúde	45.000,00
Sub-Função	301	Atenção Básica	45.000,00
Programa	0006	Saúde com Excelência	45.000,00
Atividade	2.060	Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF União	45.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	29.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras despesas correntes	29.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de capital	16.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	16.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	45.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0064	Atenção Básica	45.000,00
Detalhamento	43	Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF União	45.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			45.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 29 de agosto de 2016.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

PORTARIA Nº 254/2016, DE 24 DE AGOSTO DE 2016

PORTARIA Nº 254/2016, de 24 de Agosto de 2016.

CONCEDE LICENÇA SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE.

PEDRO ARI PARIZOTTO- Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 100, da Lei Complementar nº 050/2. 003, de 10 de janeiro de 2003.

RESOLVE:

Conceder Licença saúde no período de 22 a 25 de Agosto de 2016, a Servidora Pública Municipal Tais Agustini, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, conforme atestado médico em anexo.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 24 de Agosto de 2016.

PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Édem Luiz Tumelero
Auditor Interno

PORTARIA Nº 255/2016, DE 24 DE AGOSTO DE 2016

PORTARIA Nº 255/2016, de 24 de Agosto de 2016.

CONCEDE LICENÇA SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE.

PEDRO ARI PARIZOTTO- Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 100, da Lei Complementar nº 050/2. 003, de 10 de janeiro de 2003.

RESOLVE:

Conceder Licença saúde no dia 26 de Agosto de 2016, a Servidora Pública Municipal Maristela Oldoni, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, conforme atestado médico em anexo.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 26 de Agosto de 2016.

PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Édem Luiz Tumelero
Auditor Interno

RESOLUÇÃO 03/2016 CMAS APROVAÇÃO PLANO DE TRABALHO FEAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LINDOIA DO SUL/SC

RESOLUÇÃO DE Nº 03 DE 26 DE AGOSTO DE 2016

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Lindóia do Sul/SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 26 de agosto de 2016, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742. de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº252/95, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Lindóia do Sul - CMAS, e:

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípua dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Trabalho que contempla a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, a ser transferido para o FMAS, no valor total de R\$ 27.538,70, referente ao ano de 2016, a ser executado conforme o percentual estabelecido no referido Plano.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Plano de Trabalho do Cofinanciamento, no âmbito da Proteção Social Básica, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul/SC, 26 de agosto de 2016.

Elaine Pescador

Vice - Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Macieira

PREFEITURA

lei 842

LEI Nº842, DE 09 DE AGOSTO DE 2016.

"Dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual para 2017, Lei 741/2014 e dá outras providências."

JORGE CERRY, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;
LEI

Art. 1º - Ficam atualizadas as planilhas do Plano Plurianual, representadas no anexo III, com a inclusão e alteração de ações, com adequação de metas e valores para os exercícios de 2017, e estruturação de acordo com as fontes e detalhamentos de recursos de cada programa.

Art. 2º - Os valores constantes em cada ação foram calculados de acordo com as previsões de arrecadação de receitas do anexo IV, com a indicação das respectivas fontes e detalhamento de recursos;

Art. 3º - A revisão do exercício de 2017 tem por objetivo, atualizar os valores, ações, e manter o equilíbrio entre receitas e despesas que sofrem constantes modificações no cenário econômico de cada ente;

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de MACIEIRA (SC) em 09 de agosto de 2016.

JORGE CERRY

Prefeito Municipal em exercício

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

lei 843

LEI Nº843, DE 09 DE AGOSTO DE 2016.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 810 de 11 de Dezembro de 2015 que Estima a Receita e Fixa Despesa para o exercício de 2016.

JORGE CERRY, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;
LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento vigente, conforme abaixo:

03.00 Gabinete do Prefeito

03.08 Secretaria de Agricultura e Desenv. Econômico

10.04 Ampliação do Sistema de Água Potável

44.90 Aplicações Diretas

R\$ 20.000,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

03.00 Gabinete do Prefeito

03.08 Secretaria de Agricultura e Desenv. Econômico

10.10 Aquisição de Maq. Veículos e Equipamentos Agrícola.

44.90 Aplicações Diretas

R\$ 20.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, de 09 de agosto de 2016.

JORGE CERRY

Prefeito Municipal em exercício

lei 844

LEI Nº844, de 16 de agosto de 2016.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 810 de 11 de Dezembro de 2015 que Estima a Receita e Fixa Despesa para o exercício de 2016.

JORGE CERRY, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento vigente, conforme abaixo:

11.00 Fundo Municipal de saúde

11.01 Fundo Municipal de saúde

20.28 Manutenção das Atividades da Saúde

33.90 Aplicações Diretas

R\$ 50.000,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada parcialmente a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

03.00 Gabinete do Prefeito

03.04 Sec.Mun. de Adm. E Fazenda

00.00 Amortização da Dívida e Encargos Municipais

33.90 Aplicações Diretas

R\$ 50.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 16 de agosto de 2016

JORGE CERRY

Prefeito Municipal em Exercício

portaria 3539

PORTARIA N.º 3539/2016

"Exonera, o Servidor que Especifica"

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 75, da Lei Complementar nº 68, de 04/11/2014(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a pedido, a servidora pública municipal, Janete Bento Pereira, ocupante do cargo de professora 20 horas, lotado na secretaria de Educação, Cultura e Esportes, a contar de 01/08/2016

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 10 de agosto de 2016.

JORGE CERRY

Prefeito Municipal em Exercício

portaria 3540

PORTARIA N.º 3540/2016

"Concede Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor que Especifica".

JORGE CERRY, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 127 e seguintes úteis, da Lei Complementar nº 68/2014(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, conforme atestado medico em anexo.

NOME	CARGO	A PARTIR DE:	DIAS
Débora de Mello	Serv Gerais I	08/08/2016	01
Alissandra Arconti	Vigia	02/08/2016	02
Alissandra Arconti	Vigia	04/08/2016	03
Alissandra Arconti	Vigia	20/07/2016	07
Anilton Boz	Vigia	04/08/2016	01
Cleide M C Serighelli	Serv Gerais II	15/08/2016	01
Saete Pereira	Serv Gerais II	13/08/2016	01
Maudines Locatelli	Psicóloga	19/07/2016	01
Cleciane r dos Santos	Professora	08/08/2016	01
Ana Ap Weizmann	Serv Gerais II	04/08/2016	03
Ana Ap Weizmann	Serv Gerais II	02/08/2016	01
Rosimari G da Silva	Serv Gerais II	11/08/2016	01
Jussara da Silva	Gari	12/08/2016	01
Ivan C Carneiro	Professora	04/08/2016	01
Marina Werner	Nutricionista	08/08/2016	01
Marina Werner	Nutricionista	29/07/2016	01
Liliane Cordeiro	Enfermeira	10/08/2016	30
Elaine Mafioletti	Professora	08/08/2016	01
Leidimara Recalcatti	Cons tutelar	04/08/2016	01
Monalisa V Zanelato	Farmacêutica	04/08/2016	07
Ivete R de Freitas	Odontóloga	04/03/2016	02
Sergio Luiz Groth	Mecânico	22/07/2014	01
Sergio Luiz Groth	Mecânico	27/07/2014	01
Andreia Ap Zimmer	Cons Tutelar	21/07/2016	01
Claudia P Aiolfi Tonello	Professora	12/08/2016	01
Marlise Scapin	Diretora de Saúde	11/08/2016	01
Lucilene Perego	Tec Enfermagem	02/08/2016	01
Lucilene Perego	Tec Enfermagem	21/08/2016	01
Lucilene Perego	Tec Enfermagem	26/08/2016	01
Simone Setti	Ag Com de Saúde	22/07/2016	01
Cleber Udo Leier	Professor	18/07/2016	01
Edina de O Pinto	Serv Gerais II	15/08/2016	07
Leudanires Cerry	Aux. De Odontóloga	11/08/2016	01
Leudanires Cerry	Aux. De Odontóloga	16/08/2016	01
Mirian Bapttistela	Ag Com de Saúde	29/07/2016	01
Mirian Bapttistela	Ag Com de Saúde	15/08/2016	01
Mirian Bapttistela	Ag Com de Saúde	02/08/2016	01
Marina M S Muller	Fisioterapeuta	12/08/2016	01
Marina M S Muller	Fisioterapeuta	03/08/2016	01
Beatriz P Santos	Odontóloga	28/07/2016	01
Beatriz P Santos	Odontóloga	19/07/2016	01
Natani Zamboni	Enfermeira	15/08/2016	01
Natani Zamboni	Enfermeira	01/08/2016	02
Fermino de Oliveira	Motorista I	10/08/2016	05
Larini Grahl	Recepcionista	29/07/2016	01

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 17 de agosto de 2016.

JORGE CERRY

Prefeito Municipal em Exercício

portaria 3541

PORTARIA N.º 3541/2015

"Concede Licença Premio ao Servidor que Especifica".

JORGE CERRY, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, e da Lei Complementar nº 68, de 04/11/2014, art 121; (Estatuto dos Servidores Públicos);

RESOLVE:

CONCEDER, a Servidora Pública Municipal Geni Alebrandt Castanheiro, ocupante do cargo efetivo de Serviços Gerais II, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, 120(cento e vinte) dias de Licença Premio, no período de 01/08/2016 a 28/11/2016.

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 17 de agosto de 2016.

JORGE CERRY

Prefeito Municipal em Exercício

portaria 3542

PORTARIA N.º 3542/2015

"Concede Licença Premio ao Servidor que Especifica".

JORGE CERRY, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, e da Lei Complementar nº 68, de 04/11/2014, art 121; (Estatuto dos Servidores Públicos);

RESOLVE:

CONCEDER, ao Servidor Público Municipal Adelino Casagrande Gomes, ocupante do cargo efetivo de Pedreiro, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, 60(sessenta) dias de Licença Premio, no período de 08/08/2016 a 05/10/2016.

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 17 de agosto de 2016.

JORGE CERRY

Prefeito Municipal em Exercício

portaria 3543

PORTARIA N.º 3543/2016

"Exonera, o Servidor que Especifica"

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 75, da Lei Complementar nº 68, de 04/11/2014(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a pedido, a servidora publica municipal, Giovana Santin, ocupante do cargo de professora 20 horas, lotado na secretaria de Educação, Cultura e Esportes, a contar de 11/08/2016

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 17 de agosto de 2016.

JORGE CERRY

Prefeito Municipal em Exercício

portaria 3544

PORTARIA N.º 3544/2016

"Conceder Avanço de avaliação de desempenho."

JORGE CERRY, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 24, da Lei Complementar Municipal n.º55, de 08/10/2013, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreira do Servidor Publico Municipal, e decreto nº 1571, de 09 de maio de 2016,

Considerando a avaliação de desempenho realizada por comissão designada;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Avanço de avaliação de desempenho, ao Servidor Público Municipal, Ronivon Luiz Bridi, a partir de agosto de 2016, de acordo com a avaliação de desempenho, referente ao ano de 2015.

Art. 2º - Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 17 de agosto de 2016.

JORGE CERRY

Prefeito Municipal em Exercício

Maracajá

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 14/2016 - PP - FMS

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Maracajá
Fundo municipal de saúde

Processo Licitatório nº 14/2016 - Pregão Presencial - menor preço por Item.

Objeto: Aquisição de equipamentos hospitalares, equipamento de informática, moveis e outros para atender as necessidades do CEMASAS, no município de Maracajá – SC, conforme Proposta de Aquisição de equipamentos/material permanente nº 10425206000/1140-04 do Ministério da Saúde e especificações constantes do anexo I que integra este edital Entrega dos envelopes: até as 08:45 horas do dia 12/09/2016. Abertura da Sessão: a partir das 09:00 horas do dia 12/09/2016.

Local e cópia do Edital: Prefeitura Municipal de Maracajá, sito a Avenida Getúlio Vargas, 530, no centro do município, CEP 88915-000, Maracajá/SC, no horário das 08:30 hs as 12:00 hs e 13:30 as 17:30h, em dias úteis ou no site www.maracaja.sc.gov.br. Fone/fax (48) 3523-1111; e-mail: licitacao@maracaja.sc.gov.br.

Maracajá, 29 de agosto de 2016.
Camila de Freitas Rocha Piazza
Gestora do Fundo

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 674/2016

DECRETO Nº 674, DE 29 DE AGOSTO DE 2016

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogada a contratação por tempo determinado, pelo período de 29 de agosto a 27 de outubro de 2016, do servidor DOUGLAS FILIPIN, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 047.249.669-71, ocupante do cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no Departamento de Esportes, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 29 de agosto de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra.

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 675/2016

DECRETO Nº 675, DE 29 DE AGOSTO DE 2016

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogada a contratação por tempo determinado, pelo período de 29 de agosto a 27 de outubro de 2016, do servidor DOUGLAS ROBERTO LAGO, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 059.553.499-66, ocupante do cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no Departamento de Esportes, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 29 de agosto de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra.

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 676/2016

DECRETO Nº 676, DE 29 DE AGOSTO DE 2016

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogada a contratação por tempo determinado, pelo período de 29 de agosto a 27 de outubro de 2016, do servidor EDINHO JUNIOR DA ROSA, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 062.346.919-78, ocupante do cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no Departamento de Esportes, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 29 de agosto de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra.

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 677/2016

DECRETO Nº 677, DE 29 DE AGOSTO DE 2016

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogada a contratação por tempo determinado, pelo período de 29 de agosto a 27 de outubro de 2016, do servidor FERNANDO HENRIQUE KRUGER, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 070.225.479-79, ocupante do cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no Departamento de Esportes, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 29 de agosto de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 679/2016

DECRETO Nº 679, DE 29 DE AGOSTO DE 2016

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogada a contratação por tempo determinado, pelo período de 29 de agosto a 27 de outubro de 2016, do servidor TIEGO HENRIQUE DRUMM, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 041.147.249-66, ocupante do cargo de Professor ACT, com carga horária de 30 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no Departamento de Esportes, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 29 de agosto de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra.

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 680/2016

DECRETO Nº 680, DE 29 DE AGOSTO DE 2016

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogada a contratação por tempo determinado, pelo período de 29 de agosto a 27 de outubro de 2016, do servidor PAULO ROBERTO FERREIRA, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 045.071.169-29, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no Departamento de Esportes, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 29 de agosto de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra.

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 678/2016

DECRETO Nº 678, DE 29 DE AGOSTO DE 2016

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogada a contratação por tempo determinado, pelo período de 29 de agosto a 27 de outubro de 2016, do servidor ÍTALO STIEVEN, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 074.222.419-85, ocupante do cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no Departamento de Esportes, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 29 de agosto de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra.

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Massaranduba

PREFEITURA

CRC 2016 - BALTT EMPREITEIRA, TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA

CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL

RAZÃO SOCIAL:

BALTT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA

CNPJ: 00.145.589/0001-16

INSC. EST.: 253.329.647

CÓDIGO: 139718

ENDEREÇO: RUA HENRIQUE TODESCHINI, 300, CENTRO

CEP: 88.380-000

MUNICÍPIO: BALNEÁRIO PIÇARRAS

UF: SC

FONE:

(47) 3345-0803

DOCUMENTOS:

CERTIDÃO

Nº DOCUMENTO

EXPEDIÇÃO

VALIDADE

CERTIDAO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

82188911/2016

22/08/2016

17/02/2017

CERTIDAO NEGATIVA ESTADUAL

160140071668744

22/08/2016

21/10/2016

CERTIDAO NEGATIVA FEDERAL / DIVIDA ATIVA UNIÃO

17F0.F0BB.2394.4313

12/08/2016

08/02/2017

CERTIDAO NEGATIVA FGTS

2016081001242937333727

10/08/2016

08/09/2016

CERTIDAO NEGATIVA MUNICIPAL

6054/2016

22/08/2016

21/10/2016

FALENCIA E CONCORDATA

3617912

23/08/2016

22/10/2016

CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL

CERTIFICAMOS que a empresa acima está inscrita no cadastro de fornecedores da PREFEITURA DE MASSARANDUBA, em consequência, habilitada a participar de licitações, nos termos das Leis Federais 8.666/93, 8.883/94 e 10.520/2002, ressalvada outras exigências complementares no respectivo edital.

DATA DE EMISSÃO: 29/08/2016

VALIDADE ATÉ: 31/12/2016

MAYARA RAIMONDI MARTINA

CPF: 092.860.619-86

PROCESSO LICITATÓRIO 103.2016 PP 65.2016 (PMM) - PEÇAS PARA CHEVROLET D-40

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2016

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL objetivando a AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DA SUSPENSÃO DIANTEIRA DA CHEVROLET D-40, FROTA VTC-08, PLACA: LZS: 0836, CHASSIS: 9BG443NNLK011963, PERTENCENTE À FROTA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA (SC).

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14h00min do dia 13/09/2016.

ABERTURA DA SESSÃO: 14h30min do dia 13/09/2016.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 30 de agosto de 2016.

SÍLVIO MAINKA - Prefeito Interino

PROCESSO LICITATÓRIO 27.2016 PP 16.2016 (FMS) - REGISTRO DE PREÇOS: ALIMENTAÇÃO PARA HOSPITAL MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2016

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL objetivando a AQUISIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO HOSPITALAR PARA O HOSPITAL MUNICIPAL JOÃO SCHREIBER.

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 13/09/2016.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min do dia 13/09/2016.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: www.massaranduba.sc.gov.br.

sc.gov.br.
Massaranduba, 30 de agosto de 2016.
SÍLVIO MAINKA - Prefeito Interino

PROCESSO LICITATÓRIO 28.2016 PP 17.2016 (FMS) - REGISTRO DE PREÇOS: SERVIÇOS DE ULTRASSONOGRAFIA E RADIOLOGIA

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2016

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA DESTINADOS A REALIZAÇÃO DE EXAMES E LAUDOS DE ULTRASSONOGRAFIA, E EXAMES RADIOLÓGICOS A FIM DE ATENDER AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E O HOSPITAL MUNICIPAL JOÃO SCHREIBER DE MASSARANDUBA (SC).

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 14/09/2016.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min do dia 14/09/2016.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 30 de agosto de 2016.

SÍLVIO MAINKA - Prefeito Interino

PROCESSO LICITATÓRIO 30.2016 PP 19.2016 (FMS) - REGISTRO DE PREÇOS: FILMES, REVELADORES E FIXADORES PARA RADIOLOGIA

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2016

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL objetivando o REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE FILMES, REVELADORES E FIXADORES NECESSÁRIOS PARA MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE RADIOLOGIA, REALIZADOS NO HOSPITAL MUNICIPAL JOÃO SCHREIBER DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC).

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 15/09/2016.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min do dia 15/09/2016.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 30 de agosto de 2016.

SÍLVIO MAINKA - Prefeito Interino

PROCESSO LICITATÓRIO 31.2016 PP 20.2016 (FMS) - REGISTRO DE PREÇOS: MATERIAL ODONTOLÓGICO

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2016

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS, INSTRUMENTAIS E DESCARTÁVEIS DESTINADOS AOS CONSULTÓRIOS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DE MASSARANDUBA (SC).

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 20/09/2016.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min do dia 20/09/2016.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 30 de agosto de 2016.

SÍLVIO MAINKA - Prefeito Interino

Meleiro

PREFEITURA

PORTARIA N°424-2016

PORTARIA n.º 424/2016

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 910/2002, e Edital do Processo Seletivo, RESOLVE:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora PAULA BEATRIZ CONTI RÉUS, do cargo de Professora ACT, com carga horária total de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Básica Inês Tonelli Napolli, em virtude de retorno de licença saúde da servidora ROSANGELA RAMOS PEREIRA.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 de Agosto de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Mondaí

PREFEITURA

AVISO RESULTADO HABILITAÇÃO TP Nº. 17/2016

MUNICÍPIO DE MONDAÍ/SC

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

Departamento de Compras e Licitações

AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS N. 017/2016 – A Comissão Permanente de Licitações do Município de Mondaí, designada pela Portaria n. 319/2016, de 20 de junho de 2016, após análise da documentação, torna público o resultado do julgamento de habilitação da Tomada de Preços n. 017/2016, cujo objeto é a contratação de empresa do ramo de engenharia ou construção civil para executar, em regime de empreitada global, com fornecimento de material e mão de obra para reforma do Paço Municipal – segunda etapa, localizado à Avenida Laju, no Município de Mondaí/SC [...]

Após a análise, segue a lista de empresas habilitadas:

- Caibi Empreendimentos Ltda.;
- LSW Serviços Ltda Epp;
- Kena Materiais de Construção Ltda;
- Eficaz Construções Comércio e Serviços Ltda;
- Modelar Empreendimentos Ltda Epp.

Considerando a renúncia expressa ao direito/prazo recursal, convoca-se as empresas habilitadas para comparecerem junto à sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitações, para prosseguimentos aos trabalhos e sessão pública de abertura dos envelopes n. 02 (Proposta), no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Mondaí, na Avenida Laju, 420, Centro, Mondaí/SC, às 10:15 horas do dia 31 de agosto de 2016.

Mondaí – SC, 29 de agosto de 2016.

Ivanir José Führ

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

EXTRATO P. PRESENCIAL Nº 038/2016 FMS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2016

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrito abaixo:

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 038/2016

TIPO: Menor Preço (por item)

OBJETO: Aquisição de moveis e equipamentos destinados para manutenção atividades Fundo Municipal de Saúde do Município de Mondaí – SC.

ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até às 14h55min horas do dia 12 de setembro de 2016.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 15h00min horas do dia 12 de setembro de 2016.

INFORMAÇÕES: Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3100 ou pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br

MONDAÍ (SC), 29 de agosto de 2016.

Lenoir da Rocha

Prefeito Municipal

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2016/FMAS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MONDAÍ

EMPRESA(S) REGISTRADA(S): SCS COMÉRCIO LTDA. ME - VALOR REGISTRADO R\$ 42.200,00 (quarenta e dois mil e duzentos reais). OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios e materiais de higiene e limpeza, destinados para manutenção do Programa Frentes de Trabalho, nos termos da Lei Municipal nº 3.096 de 14 de março de 2005, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Mondaí, recursos do MUNICÍPIO/FMAS, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I, deste Edital.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 006/2016

VIGÊNCIA: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 28 de agosto de 2017.

Mondaí – SC, 29 de agosto de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2016/FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE MONDAI CNPJ: 17.808.462/0001-32 RUA LAJU Nº 420 SALA 03 C.E.P.: 89893-000 - Mondai - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 6/2016 - PR
	Processo Administrativo: 8/2016 Processo de Licitação: 8/2016 Data do Processo: 08/08/2016

Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, Lenoir da Rocha, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 8/2016
b) Licitação Nr.: 6/2016-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 29/08/2016
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios e materiais de higiene e limpeza, destinados para manutenção do Programa Frentes de Trabalho, nos termos da Lei Municipal nº 3.096 de 14 de março de 2005, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Mondai, recursos do MUNICÍPIO/FMAS.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

(em Reais R\$)

LOTE: 1**SCS COMERCIO LTDA ME (6375)**

1	AÇÚCAR CRISTALIZADO, pct 5 Kg - Marca: SANTA ISABEL	PCT.	280,00	0,0000	14,8786	4.166,02
2	ARROZ PARBOLIZADO TIPO I - pct 5 Kg - Marca: MINUTINHO	PCT.	280,00	0,0000	14,5819	4.082,93
3	BOLACHA TIPO MARIA, 400gr - Marca: PRODASA	PCT.	280,00	0,0000	4,7026	1.316,73
4	Carne de frango coxa e sobrecoxa sem tempero pct 1 Kg - Marca: C VALE	KG	420,00	0,0000	6,5302	2.742,68
5	Carne de gado moida pct de 1 Kg - Marca: FRIGOLASTE	KG	280,00	0,0000	13,268	3.715,04
6	CREME DENTAL 90gr - Marca: SORRISO	UN.	280,00	0,0000	3,0922	865,82
7	DETERGENTE 500 mL - Marca: ZAVASKI	UN.	280,00	0,0000	1,7882	500,70
8	DOCE DE FRUTAS, 02 Kg - Marca: DA SERRA	UN.	140,00	0,0000	14,1176	1.976,46
9	FARINHA DE MILHO, PESO LÍQUIDO 01 KG - Marca: DAJU	PCT.	280,00	0,0000	2,5587	716,44
10	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, PCT. 05 KG - Marca: FLOR DO OESTE	PCT.	280,00	0,0000	12,5072	3.502,02
11	FEIJÃO PRETO - Marca: GRÃO DO SUL	KG	560,00	0,0000	7,696	4.309,76
12	FERMENTO BIOLÓGICO PARA PÃO 125 GRAMAS - Marca: PACKMAYA	UN.	140,00	0,0000	5,0977	713,68
13	LEITE LONGA VIDA 1L - Marca: PIRACANJUBA	CX.	1.680,00	0,0000	4,6729	7.850,47
14	MASSA C/OVOS PESO LÍQUIDO 500 G (quinhentos gramas) - Marca: OGLIARI	PCT.	420,00	0,0000	2,8551	1.199,14
15	ÓLEO DE SOJA REFINADO, 900 mL - Marca: COAMO	LT.	560,00	0,0000	4,011	2.246,16
16	SABÃO EM BARRA - 400 g - Marca: ZAVASKI	UN.	560,00	0,0000	2,0648	1.156,29

Lenoir da Rocha
Prefeito Municipal

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE MONDAI**

CNPJ: 17.808.462/0001-32
RUA LAJU N° 420 SALA 03
C.E.P.: 89893-000 - Mondai - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 6/2016 - PR**

Processo Administrativo: 8/2016
Processo de Licitação: 8/2016
Data do Processo: 08/08/2016

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**LOTE: 1****SCS COMERCIO LTDA ME (6375)**

17	SABONETE EM BARRA, PESO LIQUIDO 125 Gr - Marca: LUX	UN.	560,00	0,0000	2,0351	1.139,66
Total do Fornecedor:						42.200,00
Total Geral:						42.200,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.053.3.3.90.00.00.00.00 (25)

Lenoir da Rocha
Prefeito Municipal

Navegantes

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 94/2016 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Setor de Compras e Licitações

PREGÃO PRESENCIAL Nº 94/2016 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para o seguinte objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONFECÇÃO DE UNIFORMES DEVIDAMENTE PERSONALIZADOS, PARA SEREM UTILIZADOS PELOS FUNCIONÁRIOS QUE PRESTAM SERVIÇOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 13/09/2016 até às 08h50. Abertura envelopes: 13/09/2016 às 09h. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. ROBERTO CARLOS DE SOUZA (Prefeito).

DECRETO Nº 132 DE 29 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº 132 DE 29 DE AGOSTO DE 2016

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, da Lei nº 3057 de 07/12/2015 e pelo inciso VI do art. 167 da Constituição Federal:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R\$ 158.800,00 (Cento e cinquenta e oito mil e oitocentos reais) das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE: 05 – Bloco Atenção Básica

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 39 – Saúde Bucal

2.084 – Manutenção das Ações da Estratégia Saúde da Família em Saúde Bucal

Fonte de Recursos – 013801 – Atenção Básica

41 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 19.800,00

42 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 19.800,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE: 05 – Bloco Atenção Básica

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 50 – Estratégia Saúde da Família

2.095 – Manutenção dos Recursos da Estratégia Saúde da Família

Fonte de Recursos – 013801 – Atenção Básica

48 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 29.800,00

49 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 29.800,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE: 05 – Bloco Atenção Básica

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 50 – Estratégia Saúde da Família

2.096 – Manutenção dos Recursos do Programa de Agente Comunitário de Saúde

Fonte de Recursos – 013801 – Atenção Básica

51 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 29.800,00

52 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 29.800,00

T O T A L R\$ 158.800,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE: 05 – Bloco Atenção Básica

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 39 – Saúde Bucal

2.084 – Manutenção das Ações da Estratégia Saúde da Família em Saúde Bucal

Fonte de Recursos – 013801 – Atenção Básica

39 – 3.1.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 39.800,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE: 05 – Bloco Atenção Básica

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 50 – Estratégia Saúde da Família

2.095 – Manutenção dos Recursos da Estratégia Saúde da Família

Fonte de Recursos – 013801 – Atenção Básica

46 – 3.1.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 59.800,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE: 05 – Bloco Atenção Básica

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 50 – Estratégia Saúde da Família

2.096 – Manutenção dos Recursos do Programa de Agente Comunitário de Saúde

Fonte de Recursos – 013801 – Atenção Básica

50 – 3.1.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 59.800,00

T O T A L R\$ 158.800,00

Art. 3º - Esta Decreto em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Prefeitura de Navegantes - SC, 29 de Agosto de 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de Agosto de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DECRETO Nº 133 DE 29 DE AGOSTO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ 11.474.080/0001-33
Rua Vereador Nereu Liberato Nunes ° 150 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC.

DECRETO Nº 133 DE 29 DE AGOSTO DE 2016

DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2015 PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do art. 18, da Lei nº 3057 de 07/12/2015: DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder transferência do saldo do superávit financeiro do exercício de 2015, até o valor de R\$ 233.000,00 (Duzentos e trinta e três mil reais) da fonte de recursos abaixo discriminada, para a seguinte dotação:

Fonte de Recursos: 033803 – Sup. Financeiro/2015 – Vigilância em Saúde

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE: 01 – Diretoria Administrativa

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 49 – Serviços de Saúde

1.067 – Aquisição de Veículos p/Saúde

126 - 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 233.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE AGOSTO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de Agosto de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DECRETO Nº 134 DE 29 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº 134 DE 29 DE AGOSTO DE 2016

DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do art. 18, da Lei nº 3057 de 07/12/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder à transferência do saldo do excesso de arrecadação da fonte de recursos com a especificação: 01.3801 – Atenção Básica, a importância de 180.000,00 (Cento e oitenta mil reais) para a seguinte dotação:

ÓRGÃO: 25 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 05 – Bloco Atenção Básica

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 41 – Atenção Básica

2.094 – Manutenção dos Recursos do PAB

Fonte de Recursos – 01.3801 – Atenção Básica

43 - 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 60.000,00
T O T A L R\$ 60.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE AGOSTO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de Agosto de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE NAVEGANTES - FUMAN - EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO N.º 014/2016

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE NAVEGANTES - FUMAN

EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO AMBIENTAL N.º 014/2016.

Síntese do Termo de Compromisso Ambiental que celebram entre si, a Fundação Municipal do Meio Ambiente de Navegantes - FUMAN e a empresa PRAIA DO GRAVATÁ INCORPORADORA LTDA, inscrita no CNPJ n.º 10.965.749/0001-27. Objetivo: Compensação relativa aos impactos ambientais pretéritos, referentes ao Edifício Gravatá, cujo valor se fixou em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) que serão convertidos em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente. Vigência do Termo: 02 (dois) meses a contar da data da assinatura, que se deu em 24 de agosto de 2016, quando deverão estar cumpridas todas as obrigações assumidas pelo Compromissário. Assinaturas: PAULO CELSO MAFRA, Superintendente da Fundação Municipal do Meio Ambiente - Compromitente e a empresa PRAIA DO GRAVATÁ INCORPORADORA LTDA, inscrita no CNPJ n.º 10.965.749/0001-27, representada por Pedro Inácio Bornhausen, inscrito no CPF n.º 309.***.***-**, como Compromissários. Navegantes, 29 de agosto de 2016.

PORTARIA 1887/2016 EXONERA

PORTARIA Nº 1887 DE 25 DE AGOSTO DE 2016

EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido, a servidora KATIA MARIA BRINING DA SILVA, do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, pertencente ao quadro dos servidores públicos municipais efetivos, a partir de 01/09/2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 25 DE AGOSTO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de agosto de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1888,1889/2016 PROGRESSÃO POR TEMPO DE SERVIÇO

PORTARIA N º 1888 DE 25 DE AGOSTO DE 2016
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER LUIZ CLAUDIO FAGUNDES no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência "L".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir de 01.09.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 25 DE AGOSTO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de agosto de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1889 DE 25 DE AGOSTO DE 2016

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER LILIAN CRISTINA BALELO no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Técnica em Serviços Complementares, posicionando para a referência "B".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2011/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir de 01.09.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 25 DE AGOSTO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de agosto de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 1884,1885,1886/2016 EXONERA POR MORTE

PORTARIA N º 1884 DE 25 DE AGOSTO DE 2016
EXONERA , POR MORTE, SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I – EXONERAR por morte a servidora ELIANA ROMÃO, do cargo de Atendente de Posto de Saúde, a partir de 01/09/2016, conforme termo 0000003038, folha 00269, livro 000006, em 15/11/2009.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 25 DE AGOSTO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de agosto de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1885 DE 25 DE AGOSTO DE 2016

EXONERA , POR MORTE, SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I – EXONERAR por morte a servidora MARINEY APARECIDA MAZURECKI, do cargo de Agente de Serviços Gerais, a partir de 01/09/2016, conforme termo 0000036160, folha 00010, livro 000095, em 03/07/2013.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 25 DE AGOSTO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de agosto de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1886 DE 25 DE AGOSTO DE 2016

EXONERA , POR MORTE, SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I – EXONERAR por morte o servidor VALDECIR TOMAZ, do cargo de Agente de Serviços Gerais, a partir de 01/09/2016, conforme termo 0000030891, folha 00140, livro 000077, em 20/01/2010.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 25 DE AGOSTO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de agosto de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 010/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2016

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 29/08/2016

CONTRATADO: ZYDEK E MOCCELLIN LTDA ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: O presente Edital tem por objetivo a seleção de propostas para futura e eventual: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS PARA ROMPIMENTO DE ROCHAS COM ROMPEDOR HIDRÁULICO, PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHAS EM METROS LINEARES, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAIS (EXPLOSIVOS) E ACESSÓRIOS PARA CONSTRUÇÃO DA REDE DE ÁGUA DO LOTEAMENTO INDUSTRIAL E EM VIAS PÚBLICAS QUE APRESENTAR NESSECIDADE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC.

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.389,35 (Três mil trezentos e oitenta nove reais e trinta cinco centavos).

DATA: 29/08/2016 - ELI MARIOTT - Prefeito Municipal.

Orleans

PREFEITURA

ADITIVO 157/2015-2

Contrato Nº: 157/2015-2

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada: VEDAT IMPERMEABILIZAÇÃO LTDA – ME

Prorrogação do prazo de vigência até 31/10/2016.

EDUARDO BERTONCINI – P. CONTRATANTE

JOÃO BATISTA SANDRINI MELO – P. CONTRATADA

Orleans, 29 de Agosto de 2016.

Ouro

PREFEITURA

DECRETO 379 NOMEIA CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

DECRETO Nº 379, DE 23 DE AGOSTO DE 2016.

Nomeia o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

Considerando que a Sra. Zenilde Coronetti Dambrós, membro titular do Conselho Municipal de Pessoa Idosa do Município de Ouro, representando a Secretaria Municipal de Assistência Social, nomeada pelo Decreto n.º 259 de 28 de janeiro de 2015, solicitou afastamento do Conselho;

Considerando que a Sra. Marilene Delazari, membro titular do Conselho Municipal de Pessoa Idosa do Município de Ouro, representante da Associação e Movimentos Comunitários Rurais, nomeada pelo Decreto n.º 259 de 28 de janeiro de 2015, está desligada deste conselho pelo motivo de consecutivas faltas as reuniões;

Considerando que a Sr. Adenir Sartori, membro suplente do Conselho Municipal de Pessoa Idosa do Município de Ouro, representante da Secretaria Municipal da Agricultura, nomeada pelo Decreto n.º 259 de 28 de janeiro de 2015, está desligada deste conselho pelo motivo de consecutivas faltas as reuniões;

Considerando que a Sr. Jatir Pilati, membro titular do Conselho Municipal de Pessoa Idosa do Município de Ouro, representante da Secretaria Municipal da Agricultura, nomeada pelo Decreto n.º 259 de 28 de janeiro de 2015, está desligada deste conselho pelo motivo de consecutivas faltas as reuniões;

Considerando que a Sr. Rafael Bof, membro suplente do Conselho Municipal de Pessoa Idosa do Município de Ouro, representante da Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e Turismo, nomeada pelo Decreto n.º 259 de 28 de janeiro de 2015, não representa mais esta secretaria por ter sido transferido desta.

Considerando que a Sra. Madalena Lemes, membro titular do Conselho Municipal de Pessoa Idosa do Município de Ouro, representante da Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e Turismo, nomeada pelo Decreto n.º 259 de 28 de janeiro de 2015, não representa mais esta secretaria por ter se desligado desta.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros abaixo relacionados, para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Município de Ouro:

I - Representantes das Instituições Governamentais

a) Secretaria Municipal de Assistência Social;

Membro Titular: Thais Marcela de Lima
Membro Suplente: Maria Eliane Tidre Ferreira

b) Secretaria Municipal de Saúde;
Membro Titular: Daniela Esganzela Ficanha
Membro Suplente: Diane Ester da Silva

c) Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte;
Membro Titular: Edite Masson
Membro Suplente: Robson Masson

d) Secretaria Municipal da Agricultura;
Membro Titular: Everton Chiodelli
Membro Suplente: Sidiane Aparecida Pereira Wulff

e) Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo
Membro Titular: Daiane Biarzi
Membro Suplente: Ivonete Angela M. Dambrós

f) Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.
Membro Titular: Hermes Pissolo
Membro Suplente: Derci De Araújo

II - Representantes das Instituições não- Governamentais

a) Representantes do Sindicato e/ou Associação de Aposentados:
Membro Titular: Catarino Masson
Membro Suplente: Clélio Colombo

b) Representantes das Organizações de grupos ou movimento de idosos devidamente legalizada e em atividades:
Membro Titular: Ivalino Maziero
Membro Suplente: Nilda Schlindwein

c) Representantes de Credo religioso com políticas explícitas e regulares de atendimento e promoção do idoso:
Membro Titular: Mafalda Contessoto
Membro Suplente: Iraci Reck

d) Representante das Associações e movimentos comunitários urbanos:
Membro Titular: Sirlene Lago Dambrós
Membro Suplente: Ivanir Barreto

e) Representantes das Associações e movimentos comunitários rurais:
Membro Titular: Salete Matté
Membro Suplente: Seroni Marcon

Art. 2º A posse dos membros do Conselho deverá ocorrer em 20 (vinte) dias, a contar da publicação deste Decreto, sendo o mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos por um mandato de igual período,

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,
23 de agosto de 2016.
Vitor João Faccin
Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Rafael Bof
Sec. Mun. da Administração e Fazenda

Paial

PREFEITURA

PP 027/2016

PREFEITURA MUNICIPAL PAIAL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 027/2016 PROCESSO 040/2016

Objeto: A presente licitação tem por objeto o registro de preços para possível aquisição de materiais para higiene, limpeza, destinados aos departamentos administrativos do Município de Paial conforme relação de itens constantes no Anexo "E" deste Edital.

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 13hs30min do dia 14/09/2016

Abertura das propostas: 14/09/2016 as 13hs45min

Informações complementares estarão disponíveis na página do município www.paial.sc.gov.br e poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045, pelo e-mail compras@paial.sc.gov.br

Município de Paial – SC em 29 de agosto de 2016.

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

Palhoça

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.045, DE 25 DE AGOSTO DE 2016.

DECRETO Nº 2.045, DE 25 DE AGOSTO DE 2016.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE PALHOÇA SC. Nomeia membros.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, torna público que com base na Lei Municipal nº 2.755/2007, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros e seus respectivos suplentes, para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Palhoça Biênio 2016-2018:

I - Governamental:**a) Secretaria Municipal de Saúde**

Titular: Andréia de Brito

Suplente: Juliana da Silva Santos

b) Secretaria Municipal de Educação

Titular: Nicelene Maria Soares

Suplente: Rutinéia Gonçalves Defreyn

c) Fundação Municipal de Esporte e Cultura

Titular: Aline Gomes

Suplente: Lucimara Aparecida Prim

d) Secretaria Municipal Maricultura Pesca e Agricultura

Titular: Luiz Carlos Vaz

Suplente: Luiz Alves Farias

e) Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular: Judite Seresoli

Suplente: Rafael Arns Stobbe

f) Secretaria Municipal de e Finanças

Titular: Adriana Izabel da Silva

Suplente: Cristiane Olga Martins

II - Organização da Sociedade Civil – Fórum de Eleição realizado no dia 09 de agosto de 2016:

TITULARES:**a) APAE- Associação de Pais e Amigos Excepcionais**

Titular: Mirian de Lourdes da Fonseca

Suplente: Daniela M. Torres da Rosa

b) Conselho Comunitário do Furadinho

Titular: Renata Jaqueline Martins

Suplente: Flávio José de Souza

c) AEBAS- Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social

Titular: Alessandra Karla Camargo

Suplente: Carini Alves

d) Fundação Fé e alegria do Brasil

Titular: Aline Furlani da Silva

Suplente: Renata Silva de Oliveira Ikeda

e) Centro de Recuperação Nova Esperança – CERENE

Titular: Eduardo Calixto de Oliveira

Suplente: Rodrigo Morfim

f) Conselho Comunitário Formiga

Titular: Mauro César da Silva Goulart

Suplente: Silnaide Stange

SUPLENTES:

1ª- Conselho Comunitário Alto Aririú;

2º- RENAPSI- Rede de Aprendizagem, Promoção Social e Integração; 3º- CADI – Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palhoça, 25 de agosto de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2.046, DE 29 DE AGOSTO DE 2016.

decreto Nº 2.046, DE 29 DE AGOSTO DE 2016.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIAS, DAS UNIDADES GESTORAS, PREFEITURA, FUNDOS, FUNDAÇÕES E AUTARQUIAS E SUPLEMENTA PORT EXCESSO DE ARRECADAÇÃO O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 8.967.987,47.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orçamentária nº 4.330, de 23 de dezembro de 2015, resolve

DECRETAR

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar as Unidades Gestoras no valor de R\$ 8.767.987,47, (Oito milhões, setecentos e sessenta e sete mil, novecentos e oitenta e sete reais e quarenta e sete centavos), as dotações orçamentárias abaixo:

13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2.022 - Functio e Manutenção da Educação Infantil R\$ 2.453.000,00
445 3.1.90.00.00.00.00.0.1.1180158 - Aplicações Diretas R\$ 2.453.000,00

13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2.022 - Functio e Manutenção da Educação Infantil R\$ 510.00000
440 3.1.90.00.00.00.00.0.1.1010143 - Aplicações Diretas R\$ 510.000,00

35.00 - SECRETARIA MUN.DE ABAST.E ESGOTO-SAMAE

35.01 - SECRETARIA MUN.DE ABAST.E ESGOTO-SAMAE

2.135 - Functio e Manut. das Águas de Palhoça R\$ 1.100.000,00
584 3.1.90.00.00.00.00.0.1.1800133 - Aplicações Diretas R\$ 1.100.000,00

18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

18.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.145 - Gestão e Estruturação do SUS R\$ 2.466.000,00

152 3.1.90.00.00.00.00.0.1.1020179 - Aplicações Diretas R\$ 2.466.000,00

07.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

07.01 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

2.051 - Functo e Manutenção da Procuradoria R\$ 270.000,00
 308 3.1.91.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 140.000,00
 394 3.1.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 130.000,00

27.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
 27.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
 2.165 - Functo e Manutenção da Secretaria de Administração R\$ 40.000,00
 333 3.1.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00
 SOMA R\$ 310.000,00

18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
 18.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 2.143 - Vigilância em Saúde R\$ 45.529,93
 166 3.1.91.00.00.00.00.0.1.1000251 - Aplicações Diretas R\$ 41.529,93
 208 3.3.90.00.00.00.00.0.1.1380212 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00
 2.141 - Atenção Básica a Saúde R\$ 40.457,54
 147 3.3.90.00.00.00.00.0.1.1380254 - Aplicações Diretas R\$ 40.457,54
 2.142 - Média e Alta Complexidade R\$ 110.000,00
 154 3.3.90.00.00.00.00.0.1.1380205 - Aplicações Diretas R\$ 110.000,00
 SOMA R\$ 195.987,47

18.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 18.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 2.039 - Functo e Manutenção do Fundo - FMAS R\$ 1.000.000,00
 070 3.1.90.00.00.00.00.0.1.1000152 - Aplicações Diretas R\$ 770.000,00
 113 3.3.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 230.000,00

22.00 - FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA
 22.01- FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA
 2.078 - Functo e Manutenção da FMP R\$ 733.000,00
 049 3.1.90.00.00.00.00.0.1.1000130 R\$ 733.000,00

Art. 2o A suplementação que se refere o artigo 1o deste Decreto correrá por conta das anulações das dotações orçamentária no valor de R\$ 8.767.987,47, (Oito milhões, setecentos e sessenta e sete mil, novecentos e oitenta e sete reais e quarenta e sete centavos) como segue:

13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 1.005 - Construção Amp.Ref.Escolas Ens.Fundamental R\$ 883.000,00
 352 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1190207 - Aplicações Diretas R\$ 883.000,00
 2.022 - Functo e Manutenção da Educação Infantil R\$ 1.570.000,00
 295 3.3.90.00.00.00.00.0.1.1990207 - Aplicações Diretas R\$ 1.570.000,00
 SOMA R\$ 2.453.000,00

13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 1.005 - Construção Amp.Ref.Escolas Ens.Fundamental R\$ 200.000,00
 268 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000143 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
 2.105 - Laboratório de Inclusão Digital e Serv. Educação R\$ 120.000,00
 386 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000143 - Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

1.031 - Aquisição de Eptos e Mat.Permanente-Educ.Infantil R\$ 80.000,00
 267 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000143 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00
 1.172 - Construção Creche Vovo Maria R\$ 50.000,00
 365 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000143 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
 1.173 - Construção Creche Praia de Fora R\$ 50.000,00
 416 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000143 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
 2.042 - Functo e Manutenção do EJA R\$ 10.000,00
 289 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000143 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 SOMA R\$ 510.000,00

35.00 - SECRET.MUNC.DE ABAST.E ESGOTO-SAMAE
 35.01 - SECRET.MUNC.DE ABAST.E ESGOTO-SAMAE
 2.135 - Functo e Manut.das Águas de Palhoça R\$ 1.100.000,00
 588 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1800133 - Aplicações Diretas R\$ 1.100.000,00

08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
 08.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
 2.049 - Functo e Manut.da Secretaria de Governo R\$ 353.000,00
 421 3.1.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 310.000,00
 433 3.1.91.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 43.000,00

09.00 - SECRETARIA DA RECEITA
 09.01 - SECRETARIA DA RECEITA
 2.064 - Functo e Manutenção da Secretaria da Receita R\$ 80.000,00
 286 3.1.91.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
 10.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
 2.066 - Functo e Manut. da Secretaria de Finanças R\$ 440.000,00
 292 3.1.91.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 360.000,00
 391 3.1.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

12.01 - SECRET.MUNC.DE AGRICULTURA E DA PESCA
 12.01 - SECRET.MUNC.DE AGRICULTURA SE DA PESCA
 2.933 - Functo e mant, da secretaria da Agricultura R\$ 480.000,00
 342 3.1.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 370.000,00
 374 3.1.91.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 110.000,00

13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 2.154 - Functo e Manutenção de Escolas Profissionais R\$ 210.000,00
 317 3.1.91.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
 447 3.1.900.0.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 180.000,00

14.00 - SECRET. DE PLANEJAMENTO E INFRAESTRUTURA
 14.01 - SECRET. DE PLANEJAMENTO E INFRAESTRUTURA
 2.026 - Functo e Manutenção da Secretaria de Infraestrutura R\$ 227.000,00
 291 3.1.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 27.000,00
 413 3.1.91.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
 27.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
 27.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

2.165 - Functo e Manut.da Secretaria de Administração R\$ 200.000,00
393 3.1.91.00.00.00.00.00.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

28.00 - SECRETARIA DE SEG.PÚBL.E DEF.CIDADÃO
28.01 - SECRETARIA DE SEG.PÚBL.E DEF.CIDADÃO
2.162 - Functo e Manut. da Secretaria de Segurança Pública R\$ 46.000,00
430 3.1.91.00.00.00.00.00.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 46.000,00

30.00 - SECRETARIA MUNIC.DA GESTÃO E COMUNICAÇÃO
30.01 - SECRETARIA MUNIC.DA GESTÃO E COMUNICAÇÃO
2.196 - Functo e Manut.da Secret.de Gestão e Comunicação R\$ 100.000,00
400 3.1.91.00.00.00.00.00.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

31.00 - SECRET.MUNC.DE DESENV.ECON.E PLANEJAMENTO
31.01 - SECRET.MUNC.DE DESENV.ECON.E PLANEJAMENTO
2.197 - Functo e Manut.da Secret.de Desenv.Econ.e Planejamento R\$ 330.000,00
347 3.1.91.00.00.00.00.00.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
426 3.1.90.00.00.00.00.00.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00
SOMA R\$ 2.466.000,00

33.00 - SECRETARIA DE TURISMO
33.01 - SECRETARIA DE TURISMO
2.081 - Functo e Manut.do Turismo R\$ 310.000,00
323 3.1.90.00.00.00.00.00.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 260.000,00
349 3.1.91.00.00.00.00.00.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
SOMA R\$ 310.000,00

17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2.141 - Atenção Básica a Saúde R\$ 40.457,54
139 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1380254 - Aplicações Diretas R\$ 40.457,54
2.143 - Vigilância em Saúde R\$ 45.529,93
207 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1380251 - Aplicações Diretas R\$ 41.529,93
213 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1380212 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00
2.142 - Média e Alta Complexidade R\$ 110.000,00
227 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1380205 - Aplicações Diretas R\$ 110.000,00
SOMA R\$ 195.987,47

30.00 - SECRETARIA MUNIC.DA GESTÃO E COMUNICAÇÃO
30.01 - SECRETARIA MUNIC.DA GESTÃO E COMUNICAÇÃO
2.196 - Functo e Manut.da Secret.de Gestão e Comunicação R\$ 1.000.000,00
351 3.1.90.00.00.00.00.00.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00

04.00 - GABINETE DO PREFEITO
04.01 - GABINETE DO PREFEITO
2.019 - Functo e Manut. do Gabine do prefeito R\$ 300.000,00
415 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1010142 - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

05.00 - SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS-SESP
05.01 - SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS-SESP
2.193 - Functo e Manut.dos Serviços Urbanos - SESP R\$ 200.000,00

381 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
2.013 - Functo e Manut.Secretaria de Habitação R\$ 233.000,00
305 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 180.000,00
399 3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000142 -Aplicações Diretas R\$ 53.000,00
SOMA R\$ 733.000,00

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar por conta do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 200.000,00, PAB (duzentos mil reais), FR 01380213 – a dotação abaixo:

17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2.145 - Gestão e Estruturação do SUS R\$ 200.000,00
148 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1380213 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 29 de agosto de 2016.
Camilo Nazareno Pagani Martins
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 2600/2016

PORTARIA Nº. 2600/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para VILSON HELENO NASCIMENTO, matrícula nº. 400971-1, titular do cargo de Agente de Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 02/08/2010 a 02/08/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 04/07/2016 à 04/08/2016.

Palhoça, SC, em 06 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS
Secretário adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2601/2016

PORTARIA Nº. 2601/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARCIA BARCELOS DA SILVA, matrícula nº. 500277-2, titular do cargo de ASO, do Quadro de

Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 08/10/2003 a 08/10/2008, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 20/06/2016 à 20/07/2016.

Palhoça, SC, em 06 de junho de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS
Secretário adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2602/2016

PORTARIA Nº. 2602/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) TEREZA ROSA DE QUADROS, matrícula nº. 400279-3, ocupante da categoria funcional de Auxiliar de Enfermagem, lotado (a) na Secretaria de Saúde, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010:

Averbar tempo que trabalhou pela Prefeitura Municipal de Palhoça, totalizando 09 (nove) anos, 06 (seis) meses e 12 (doze) dias.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS
Secretário de Saúde Adjunto

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2603/2016

PORTARIA Nº. 2603/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) DARCI DE SOUZA, matrícula nº. 800867-2, ocupante da categoria funcional de Merendeira, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a contar de 02/06/2016.

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 03 (três) anos, 05 (cinco) meses e 14 (quatorze) dias.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2604/2016

PORTARIA Nº. 2604/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) ELIZETE BRAZ JACINTO DA ROSA, matrícula nº. 190010-1, ocupante da categoria funcional de ASG, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a contar de 07/06/2016.

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 03 (três) anos, 02 (dois) meses e 17 (dezesete) dias.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2605/2016

PORTARIA Nº. 2605/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) VANDA FRANCISCA DA SILVA, matrícula nº. 500406-2, ocupante da categoria funcional de ASG, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a contar de 08/06/2016.

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 09 (nove) anos, 07 (sete) meses e 29 (vinte e nove) dias.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2606/2016

PORTARIA Nº. 2606/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO para o servidor ALEX SANDRO FOLSTER, matrícula nº. 401522-3, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Abastecimento e Esgoto, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 169 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010 e Processo nº. 11654/2016, com efeitos a contar de 02/07/2016.

Palhoça, SC, em 06 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2607/2016

PORTARIA Nº. 2607/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) JAQUELINE RAMOS DEPIERI MARTINS, matrícula nº. 800818-1, ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010:

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 09 (nove) anos, 04 (quatro) meses e 25 (vinte e cinco) dias.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2608/2016

PORTARIA Nº. 2608/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) CLEUSA MARIA ANDRADA SARAIVA, matrícula nº. 801081-1, ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010:

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 03 (três) anos, 05 (cinco) meses e 29 (vinte e nove) dias.

Averbar tempo que trabalhou pela Secretaria de Estado do Rio Grande do Sul, totalizando 10 (dez) anos, 05 (cinco) meses e 25 (vinte e cinco) dias.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2609/2016

PORTARIA Nº. 2609/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) MICHELLI SOARES, matrícula nº. 401943-6, ocupante da categoria funcional de Técnico de Enfermagem, lotado (a) na Secretaria de Saúde, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010:

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 07 (sete) anos, 07 (sete) meses e 01 (um) dia.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS

Secretário de Saúde Adjunto

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2610/2016

PORTARIA Nº. 2610/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) PAULO CESAR MARTINS, matrícula nº. 500028-1, ocupante da categoria funcional de Auditor Fiscal de Tributos, lotado (a) na Secretaria de Receita, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a contar de 03/06/2016.

Averbar tempo que contribuiu com o INSS, totalizando 10 (dez) anos, 06 (seis) meses e 27 (vinte e sete) dias.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2611/2016

PORTARIA Nº. 2611/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ELIZIANE ALVES, matrícula nº. 400029-1, titular do cargo de Agente de Saúde Pública, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 02/09/1996 a 02/09/2001, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 04/07/2016 à 04/08/2016.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS

Secretário adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2612/2016

PORTARIA Nº. 2612/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ELIETE ACORDI, matrícula nº. 400288-1, titular do cargo de Auxiliar de Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/06/2005 a 01/06/2010, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 20/06/2016 à 20/07/2016.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS

Secretário adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2613/2016

PORTARIA Nº. 2613/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1687 de 05 de abril de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora MILENE DOS SANTOS DO NASCIMENTO, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 20/04/2016 a 21/12/2016.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2614/2016

PORTARIA Nº. 2614/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO MARCIA APARECIDA CORREIA DE SOUZA PEREIRA, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/07/2016.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS

Secretário Adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2615/2016

PORTARIA Nº. 2615/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1736 de 05 de abril de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora ORLANDA FERNANDES CIQUEIRA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 05/05/2016 a 05/07/2016.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2616/2016

PORTARIA Nº. 2616/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para RITA DE CASSIA DA SILVA SILVEIRA DE SOUZA, matrícula nº. 200022-1, titular do cargo de Assistente Administrativo do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 02/01/2001 a 02/01/2006, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 11/07/2016 à 11/08/2016.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2617/2016

PORTARIA Nº. 2617/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JORGE LUIZ WAGNER, matrícula nº. 300226-1, titular do cargo de Agente Administrativo Auxiliar do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/06/2000 a 01/06/2005, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/07/2016 à 01/08/2016.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2618/2016

PORTARIA Nº. 2618/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA SOUZA DA SILVA, matrícula nº. 100300-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/09/2010 a 01/09/2015, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 11/07/2016 à 11/08/2016.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2619/2016

PORTARIA Nº. 2619/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2275 de 16 de maio de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora ALINE KRUGER HACHMANN, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 02/06/2016 a 14/07/2016.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2620/2016

PORTARIA Nº. 2620/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de maio de 2016.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	DE
3760923-1	Janaina da Silva Vasco	R\$ 584,00

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2621/2016

PORTARIA Nº. 2621/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para ADRIANA SARAIVA MACHADO LEÃO, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de

Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de fevereiro de 2016.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2622/2016

PORTARIA Nº. 2622/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 0898 de 29 de fevereiro de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora CAMILA ZILDA FEIJO, no cargo de ASG (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 23/04/2016 a 01/07/2016.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2623/2016

PORTARIA Nº. 2623/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DESIGNAR OS SERVIDORES PARA COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO:

Artigo 1º - Nomear os servidores abaixo relacionados para juntos comporem a "Comissão de Processos Seletivos da Secretaria de Saúde", do Quadro de Pessoal da Administração Geral, de acordo com a Lei nº 096/2010:

Artigo 2º - Revogam-se as disposições anteriores.

Artigo 3º- Esta Portaria entra em vigor em 01 de junho de 2016.

NOME	SECRETARIA	FUNÇÃO
Adriana Nascimento de Souza	Secretaria de Saúde	Presidente
Alyson Beckhauser	Secretaria de Saúde	Membro
Ângela Luzia Neis Assunção	Secretaria de Saúde	Vice Presidente
Daele de Oliveira	Secretaria de Saúde	Membro

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2624/2016

PORTARIA Nº. 2624/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, SILVANIA ROSA MACHADO, matrícula nº 3745159-2, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 23/06/2016.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2625/2016

PORTARIA Nº. 2625/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 1416 de 16 de abril de 2012, que Reenquadrou a servidora ADRIANA SCHREIBER CARDOSO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao cargo que deveria ser Merendeira, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2626/2016

PORTARIA Nº. 2626/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIANA DE SOUZA, matrícula nº. 801526-2, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 10/05/2010 a 10/05/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 04/07/2016 à 04/08/2016.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2627/2016

PORTARIA Nº. 2627/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para FLAVIA COELHO, matrícula nº. 801552-2, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/06/2010 a 01/06/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 21/06/2016 à 21/07/2016.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2628/2016

PORTARIA Nº. 2628/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROSIMAR MARIA CORREA, matrícula nº. 800699-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 08/02/2002 a 08/02/2007, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 27/06/2016 à 26/09/2016.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2629/2016

PORTARIA Nº. 2629/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ALESSANDRO DE MATTOS PEREIRA, matrícula nº. 123836-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 28/02/2010 a 28/10/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 22/06/2016 à 22/07/2016.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2630/2016

PORTARIA Nº. 2630/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO o servidor PAULO LAUDIR MACHADO, Matrícula nº. 500259-2, ocupante da categoria funcional de ASO, removido para a Secretaria de Serviços Públicos do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2631/2016

PORTARIA Nº. 2631/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de junho de 2016.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	DE
401938-1	Adriana Saraiva Machado Leão	R\$ 500,00
402017-23	Neide Luzia do Amaral	R\$ 850,00
401975-6	Simone de Mello Weingartner	R\$ 500,00

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2632/2016

PORTARIA Nº. 2632/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO para o servidor OTAVIO MARCELINO MARTINS FILHO, matrícula nº. 500027-1, titular do cargo de Técnico em Agrimensura, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 169 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010 e Processo nº. 11247/2016, com efeitos a contar de 02/07/2016.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2633/2016

PORTARIA Nº. 2633/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para LUANA HELENA DE SOUZA, titular do cargo de Pedagogo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de junho de 2016.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2634/2016

PORTARIA Nº. 2634/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARISA MARIA DE MELO, matrícula nº. 120133-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 15/11/2007 a 15/11/2012, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 23/06/2016 à 23/08/2016.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2635/2016

PORTARIA Nº. 2635/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ANDREIA MEDEIROS KLOPPPEL, matrícula nº. 210611-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 02/02/1998 a 02/02/2003, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/08/2016 à 01/09/2016.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2636/2016

PORTARIA Nº. 2636/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para VALDERES DAMASIO DE MATOS THEODOROVICZ, matrícula nº. 124525-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 22/07/2009 a 22/07/2014, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 01/08/2016 à 01/11/2016.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2637/2016

PORTARIA Nº. 2637/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SONIA DA SILVA HOMEM, matrícula nº. 121798-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 20/05/2003 a 20/05/2008, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 04/07/2016 à 04/08/2016.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2638/2016

PORTARIA Nº. 2638/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA JACENI DA ROSA, matrícula nº. 800951-1, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 11/06/2008 a 11/06/2013, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/07/2016 à 01/08/2016.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2639/2016

PORTARIA Nº. 2639/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ADRIANA IZABEL DA SILVA, matrícula nº. 800495-2, titular do cargo de Agente Administrativo Auxiliar, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Finanças, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 15/04/2002 a 15/04/2007, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 30/06/2016 à 30/07/2016.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2640/2016

PORTARIA Nº. 2640/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ALLAN AGUIAR RABUSKE, matrícula nº. 400237-1, titular do cargo de Odontólogo, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 18/02/2004 a 18/02/2009, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 25/07/2016 à 25/08/2016.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS

Secretário adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2641/2016

PORTARIA Nº. 2641/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CLOVIS NOGUEIRA DOMINGUES JUNIOR, matrícula nº. 401287-1, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 06/06/2011 a 06/06/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 15/08/2016 à 15/09/2016.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS
Secretário adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2642/2016

PORTARIA Nº. 2642/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para DENISE DUARTE, matrícula nº. 401113-1, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 08/11/2010 a 08/11/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 14/06/2016 à 14/07/2016.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS
Secretário adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2643/2016

PORTARIA Nº. 2643/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JULIANA GRACIELE BELKE DE LIMA, matrícula nº. 401078-1, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 13/10/2010 a 13/10/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 04/07/2016 à 04/08/2016.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS
Secretário adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2644/2016

PORTARIA Nº. 2644/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ELLEN CRISTIANE LANGE DE LARA, matrícula nº. 401501-1, titular do cargo de Médico Pediatra, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 13/10/2011 a 13/10/2016, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 04/10/2016 à 04/01/2017.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS
Secretário adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2645/2016

PORTARIA Nº. 2645/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para PATRICIA SCHLICHTING, matrícula nº. 401014-3, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 06/12/2010 a 06/12/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 04/07/2016 à 04/08/2016.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS
Secretário adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2647/2016

PORTARIA Nº. 2647/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO MAYARA GOMES DA SILVA, titular do cargo de Assistente Social, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 28/06/2016.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2648/2016

PORTARIA Nº. 2648/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para DEISI DE LIMA, matrícula nº. 300014-1, titular do cargo de Agente Administrativo Auxiliar, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Finanças, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 02/04/2007 a 02/04/2012, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 04/07/2016 à 04/08/2016.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2649/2016

PORTARIA Nº. 2649/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 1317 de 02 de abril de 2016, que Nomeou por Concurso Público ANA PAULA SCHLEMPER, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao cargo que deverá ser Merendeira, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2650/2016

PORTARIA Nº. 2650/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR MARCIA APARECIDA CORREIA DE SOUZA PEREIRA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através da Lei nº. 207, de 24 de novembro de 2015, com efeitos a contar de 04/07/2016.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS
Secretário Adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2651/2016

PORTARIA Nº. 2651/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR JANE TEIXEIRA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através da Lei nº. 207, de 24 de novembro de 2015, com efeitos a contar de 01/07/2016.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS
Secretário Adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2652/2016

PORTARIA Nº. 2652/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR ALESSANDRA ALZIRA MARTINS, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através da Lei nº. 207, de 24 de novembro de 2015, com efeitos a contar de 01/07/2016.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS
Secretário Adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2653/2016

PORTARIA Nº. 2653/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO CARLOS ANDRE DOS SANTOS TEODORO, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/07/2016.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2654/2016

PORTARIA Nº. 2654/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO LUIS ROGERIO SALDANHA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2015, para ocupar o cargo de Fisioterapeuta, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde Básica do Bela Vista da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 04/07/2016 a 04/07/2017.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS

Secretário de Saúde Adjunto

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2655/2016

PORTARIA Nº. 2655/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SIMONE ARCELINA DA SILVA MARTINS, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/2015, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica do

Rio Grande da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/07/2016 a 01/07/2017.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS

Secretário Adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2656/2016

PORTARIA Nº. 2656/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARIA CRISTINA GOU-LART, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2015, para ocupar o cargo de Enfermeiro, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEAP de Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/07/2016 a 01/07/2017.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS

Secretário Adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2657/2016

PORTARIA Nº. 2657/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA ELZI PEREIRA, matrícula nº. 300052-1, titular do cargo de Agente Administrativo Auxiliar, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Receita, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 02/04/1998 a 02/04/2003, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 05/07/2016 à 05/08/2016.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2658/2016

PORTARIA Nº. 2658/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para EDIRLANDA MARIA DA ROSA, matrícula nº. 121744-3, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 01/10/2007 a 01/10/2012, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 04/07/2016 à 04/08/2016.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2659/2016

PORTARIA Nº. 2659/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JANAINA DAMIANI RICARDO ROGERIO, matrícula nº. 127639-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 08/02/2002 a 08/02/2007, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 04/07/2016 à 04/08/2016.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2660/2016

PORTARIA Nº. 2660/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para TATIANE GRUN LEMOS, matrícula nº. 211091-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio

de 14/11/2008 a 14/11/2013, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 01/08/2016 à 01/10/2016.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2661/2016

PORTARIA Nº. 2661/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para IVONE IZABEL GONÇALVES DOS SANTOS, matrícula nº. 122097-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 24/09/2007 a 24/09/2012, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 06/07/2016 à 06/08/2016.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2662/2016

PORTARIA Nº. 2662/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para DEBORA MARTINS LOURENÇO, matrícula nº. 800934-1, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 21/03/2008 a 21/03/2013, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 13/08/2016 à 13/11/2016.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2663/2016

PORTARIA Nº. 2663/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ELIZABETE PFLEGER DOS SANTOS, matrícula nº. 800857-1, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 24/03/2008 a 24/03/2013, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 15/07/2016 à 15/08/2016.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2664/2016

PORTARIA Nº. 2664/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ADRIANA ENI MOREIRA, matrícula nº. 800263-3, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 07/05/2000 a 07/05/2005, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 02/08/2016 à 02/09/2016.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2665/2016

PORTARIA Nº. 2665/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROZETE CECILIA ESPINDOLA, matrícula nº. 801566-2, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 10/05/2010 a 10/05/2015, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 19/09/2016 à 19/12/2016.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2666/2016

PORTARIA Nº. 2666/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CARLOS ALBERTO DA SILVA, matrícula nº. 500408-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 03/08/2008 a 03/08/2013, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 30/06/2016 à 30/07/2016.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2667/2016

PORTARIA Nº. 2667/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JUCELANDIA DE SOUZA, matrícula nº. 801611-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 19/12/2010 a 19/12/2015, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 19/09/2016 à 19/12/2016.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2668/2016

PORTARIA Nº. 2668/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JOYCE REJANE DE SOUZA, matrícula nº. 128514-2, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 18/06/2003 a 18/06/2008, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/08/2016 à 01/09/2016.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2669/2016

PORTARIA Nº. 2669/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO ANDRE LUIS DE SOUZA FERNANDES, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/07/2016.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS

Secretário Adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2670/2016

PORTARIA Nº. 2670/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO KARINE SOUSA, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/07/2016.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2671/2016

PORTARIA Nº. 2671/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

AUTORIZAR o servidor abaixo relacionado, a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça da Administração Direta Desta Prefeitura.

SERVIDOR	CNH
Lucionei Belarmino da Silva	1014087012

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2672/2016

PORTARIA Nº. 2672/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA EXERCER FUNÇÃO EXECUTIVA DE CONFIANÇA, a servidora REGIANE DUGGEN MAURICIO, de Responsável pela Análise Técnica, Nível I, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 01/07/2016 á 31/07/2016.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2673/2016

PORTARIA Nº. 2673/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO SELMA LUZIA GOMES DE SOUZA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde do Brejaru, da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. Nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 04/07/2016.

Palhoça, SC, em 30 de junho de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS
Secretário Adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2674/2016

PORTARIA Nº. 2674/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO KEDMA VERONICA FEDERICI DE JESUS, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde Central, da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. Nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 04/07/2016.

Palhoça, SC, em 30 de junho de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS
Secretário Adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2675/2016

PORTARIA Nº. 2675/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO JEFFERSON VIEIRA DE ARAUJO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 04/07/2016.

Palhoça, SC, em 30 de junho de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2676/2016

PORTARIA Nº. 2676/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO ALINE LUNARDELLI CALDEIRA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Psicólogo, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 04/07/2016.

Palhoça, SC, em 30 de junho de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2677/2016

PORTARIA Nº. 2677/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CEDER para a Delegacia de Proteção a Criança, ao Adolescente, a Mulher e ao Idoso de Palhoça, com ônus para origem, a servidora RUBIA MARA DE ANDRADE, matrícula nº. 400061-1, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o artigo 74 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei 1.201, de 23 de maio de 2001 e Convênio nº. 9015/2009-8, pelo período de 29/06/2016 a 31/12/2016.

Palhoça, SC, em 30 de junho de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2678/2016

PORTARIA Nº. 2678/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CEDER para a Delegacia de Proteção a Criança, ao Adolescente, a Mulher e ao Idoso de Palhoça, com ônus para origem, a servidora HELLEN KULKAMP, matrícula nº. 400351-1, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o artigo 74 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei 1.201, de 23 de maio de 2001 e Convênio nº. 9015/2009-8, pelo período de 29/06/2016 a 31/12/2016.

Palhoça, SC, em 30 de junho de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2679/2016

PORTARIA Nº. 2679/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Cessar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo II. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 3º. Alterar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo III. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de julho de 2016.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	DE
3761155-1	Ailton Freitas	R\$ 200,00
3745617-1	Aldo Marcelo da Silva	R\$ 300,00
402312-3	Alessandra Machado Sotero	R\$ 500,00
3760928-1	Alini Nunes Cordova	R\$ 289,00
3746061-1	Bianca de Bortoli	R\$ 850,00
402000-3	Bruna Ângela Leal	R\$ 400,00
401375-1	Carla Andrea Leimann	R\$ 584,00
3761159-1	Claudia Marques Andrade	R\$ 200,00
3761142-1	Diego Posich de Jesus	R\$ 200,00
3761149-1	Fernando de Souza	R\$ 500,00
3761151-1	Gabriela Bastiani	R\$ 200,00
3761160-1	Guilherme Moraes Barbosa	R\$ 200,00
401388-2	Hewerton Pereira dos Santos	R\$ 200,00
402109-2	Hugo Martins da Rosa	R\$ 300,00
801162-1	Jeisa Ana da Silva	R\$ 615,00
3761145-1	Karoline Scotti de Medeiros	R\$ 200,00
3761161-1	Leocadia Julia de Faria	R\$ 200,00
3761147-1	Luiz Guilherme Scheidt Stein	R\$ 200,00
402335-4	Nemerson José Fernandes	R\$ 400,00
200310-11	Pamella Silva Schmidt	R\$ 200,00
3761152-1	Plínio Marcos Heinz	R\$ 200,00
401770-1	Rafael Cesar Calazans	R\$ 400,00
3761150-1	Renata Vieira	R\$ 200,00
3761146-1	Rene Alberto Pacifico	R\$ 200,00
3761154-1	Ricardo Luiz Wagner	R\$ 200,00
3761144-1	Ricardo Quentel Melo	R\$ 200,00
3760904-1	Rodrigo Valdemiro de Assunção	R\$ 400,00
100388-8	Rosangela Campos	R\$ 1.000,00
802205-9	Rosiane Altiva da Silveira	R\$ 494,00
500186-1	Santilio Luiz de Oliveira	R\$ 300,00
802115-4	Thiago Cesar Silva	R\$ 200,00
3760865-1	Thiago da Rosa Generoso	R\$ 300,00
3761143-1	Thiago Hinckel	R\$ 200,00
3761157-1	Tony Anderson Wagner	R\$ 200,00
3761153-1	Valmir Niederhaus	R\$ 200,00

ANEXO II

MATRICULA	SERVIDOR	DE
801069-1	Elaine S. Serratine Ayres da Rocha	R\$ 850,00
400338-1	Luciane Steinbach	R\$ 1000,00

ANEXO III

MATRICULA	SERVIDOR	DE	PARA
402231-4	Adriana Maria Rodrigues	R\$ 200,00	R\$ 1000,00
3745093-1	Aline Maria Venâncio de Simas	R\$ 600,00	R\$ 400,00
100613-1	Claudemir Osmar da Silva	R\$ 1400,00	R\$ 1000,00
500470-1	Claudio Manoel dos	R\$ 600,00	R\$ 800,00
402084-1	Eduarda Maria Coelho	R\$600,00	R\$800,00
3746067-1	Fabiane Mendes de Melo	R\$ 1100,00	R\$ 1400,00
402251-5	Felipe Koerich	R\$ 600,00	R\$ 1000,00
3745130-1	Livia Espindola Monte	R\$ 490,00	R\$ 1400,00
3760977-1	Lucia Helena Victorino Vila Nova	R\$ 1100,00	R\$ 1400,00
3745796-2	Sara Dalla Lana	R\$ 1100,00	R\$ 1400,00

Palhoça, SC, em 30 de julho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2680/2016

PORTARIA Nº. 2680/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO IEDA MARQUES DE MENEZES DE MORAIS, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente de Controle a Endemias, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 04/07/2016.

Palhoça, SC, em 30 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS

Secretário de Saúde Adjunto

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2681/2016

PORTARIA Nº. 2681/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO KARINE DA SILVA CORREA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente de Controle a Endemias, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 04/07/2016.

Palhoça, SC, em 30 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS

Secretário de Saúde Adjunto

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2682/2016

PORTARIA Nº. 2682/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO PAMELLA SILVA SCHMIDT, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 30/06/2016.

Palhoça, SC, em 30 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2683/2016

PORTARIA Nº. 2683/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO KARINE SOUSA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente de Serviços Operacionais, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 04/07/2016.

Palhoça, SC, em 30 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2684/2016

PORTARIA Nº. 2684/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO JORGE LUIZ DOS SANTOS, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente de Serviços Operacionais, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração e Serviços Compartilhados da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 04/07/2016.

Palhoça, SC, em 30 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2685/2016

PORTARIA Nº. 2685/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO ADMAR BENKENDORF JUNIOR, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente de Serviços Operacionais, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 04/07/2016.

Palhoça, SC, em 30 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

VITOR SODRÉ DIAS

Secretário de Saúde Adjunto

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2686/2016

PORTARIA Nº. 2686/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO DANIEL JEFERSON ZIMMERMANN, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente de Serviços Operacionais, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 04/07/2016.

Palhoça, SC, em 30 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

VITOR SODRÉ DIAS

Secretário de Saúde Adjunto

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2687/2016

PORTARIA Nº. 2687/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO JOSE EDUARDO SCHMIDT DA SILVA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente de Serviços Operacionais, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 04/07/2016.

Palhoça, SC, em 30 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2688/2016

PORTARIA Nº. 2688/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, no CEI Anjinho da Guarda à servidora HELENA MARIA DE ESPINDOLA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 27/06/2016 a 21/12/2016.

Palhoça, SC, em 30 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2689/2016

PORTARIA Nº. 2689/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO PAMELLA SILVA SCHMIDT, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 30/06/2016.

Palhoça, SC, em 30 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2690/2016

PORTARIA Nº. 2690/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

ALTERAR LOCAL DE TRABALHO do (a) servidor (a) THIAGO DOS PASSOS, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, para o Projeto Esportes, pelo período de 30/05/2016 a 21/12/2016.

Palhoça, SC, em 30 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2691/2016

PORTARIA Nº. 2691/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO para a servidora ANGELITA DE FÁTIMA DE LIMA, matrícula nº. 801232-1, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 169 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010 e Processo nº. 13070/2016, com efeitos a contar de 02/07/2016.

Palhoça, SC, em 30 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2692/2016

PORTARIA Nº. 2692/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO para o servidor LUIZ CARLOS BARSCH, matrícula nº. 300548-10, titular do cargo de Técnico em Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Receita, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 169 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010 e Processo nº. 13069/2016, com efeitos a contar de 02/07/2016.

Palhoça, SC, em 30 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2693/2016

PORTARIA Nº. 2693/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO para o servidor PATRICIO OTAVIO DA SILVA, matrícula nº. 500116-1, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 169 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010 e Processo nº. 13068/2016, com efeitos a contar de 02/07/2016.

Palhoça, SC, em 30 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2694/2016

PORTARIA Nº. 2694/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO para a servidora SOLANGE COELHO DA SILVA, matrícula nº. 801479-5, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Receita, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 169 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010 e Processo nº. 13065/2016, com efeitos a contar de 02/07/2016.

Palhoça, SC, em 30 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2695/2016

PORTARIA Nº. 2695/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO para a servidora ROSILDA MARIA RAMOS, matrícula nº. 800327-1, titular do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Seguridade Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 169 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010 e Processo nº. 13064/2016, com efeitos a contar de 02/07/2016.

Palhoça, SC, em 30 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2696/2016

PORTARIA Nº. 2696/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO para o servidor NELSON MARTINS FILHO, matrícula nº. 100089-2, titular do cargo de Assistente Social, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Receita, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 169 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010 e Processo nº. 13063/2016, com efeitos a contar de 02/07/2016.

Palhoça, SC, em 30 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2697/2016

PORTARIA Nº. 2697/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO para o servidor EDNO ROBERTO CORREA DE MATTOS, matrícula nº. 3746016-2, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 169 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010 e Processo nº. 13061/2016, com efeitos a contar de 02/07/2016.

Palhoça, SC, em 30 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2698/2016

PORTARIA Nº. 2698/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO para a servidora ROSANA MARIA MACARIO, matrícula nº. 800877-2, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 169 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010 e Processo nº. 13060/2016, com efeitos a contar de 02/07/2016.

Palhoça, SC, em 30 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2699/2016

PORTARIA Nº. 2699/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO para o servidor NILTON CESAR DA SILVA, matrícula nº. 500393-1, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 169 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010 e Processo nº. 13058/2016, com efeitos a contar de 02/07/2016.

Palhoça, SC, em 30 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2700/2016

PORTARIA Nº. 2700/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO para o servidor JORGE LUIZ PAIVA, matrícula nº. 500168-1, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Fundação Cambirela do Meio Ambiente, da Administração Indireta, de acordo com o Artigo 169 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010 e Processo nº. 13055/2016, com efeitos a contar de 02/07/2016.

Palhoça, SC, em 30 de junho de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº01/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº01/2016 – Pregão Presencial 03/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa METROMED COM. DE MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA OBJETO: Aquisição de materiais permanente enfermagem necessários para a implantação da UPA - Unidade de Pronto Atendimento Centro e para as Unidades de Saúde..

DATA: 16/02/2016 à 15/02/2017.

Nome da Empresa: METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA. CNPJ: 83.157.032/0001-22					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Aspirador portátil de secreção, tensão de operação: 110/220 (VCA), frequência: 60Hz; Consumo: 70W, sistema: diafragma; vácuo: de 0 a 23" Hg (regulável); válvula automática de nível uso clínico, dentológico, veterinário e cirúrgico. capacidade do recipiente : 1,3 litros. Voltagem; 220 ou bivolt. Possuir Selo de Qualidade do INMETRO e Certificado de garantia; Registrado na ANVISA / Ministério da Saúde. Garantia mínimo 01 ano.					
2	2,00	UN	Nevoni / 5005-BR	R\$280,6000	R\$561,2000
Especificação: Braçadeira para injeção, base tripé em ferro fundido, Coluna receptora em tubo 7/8", haste telescópica 5/8" cromada, acabamento com pintura eletrostática com tratamento antiferruginoso, apoio p/ braço em chapa de aço pintada e estofada. Altura mínima de 0,85m e máxima de 1,25m. Cor branca. Sendo 06 para a UPA e 20 para as UBS's.					
18	20,00	UN	Olimedica / Oli-105	R\$108,0000	R\$2.160,0000
Especificação: Conjunto para umidificação com frasco de 250 ml.					
45	10,00	UN	Unitec / UD-111	R\$8,8100	R\$88,1000
Especificação: Destilador de Água. Características mínimas: Para cada 4 litros de água comum o destilador produz 3,8 litros de água destilada. Não necessita instalação hidráulica. Baixo consumo de energia. Capacidade do reservatório de água destilada: 3,8 Litros. Capacidade do reservatório de água comum: 4 Litros. Duração do ciclo completo: 5 horas. Peso líquido: 3,4 kg. Peso bruto: 4 kg. Dimensões externas: 27 cm x 33 cm x 27,6 cm. Voltagem: 127 ou 220v. Frequência: 60hz. Consumo elétrico: 500 Watts modelo 127v e 600 Watts modelo 220v. Temperatura de trabalho adequada: 15° C a 40° C. Cor: branca. Certificação: CE. Garantia: 1 ano.					
53	10,00	UN	Cristofoli / 4 Litros	R\$599,7000	R\$5.997,0000
Especificação: Escadinhas 2 degraus confeccionada em estrutura tubular em aço inoxidável com piso em chapa de aço com tratamento antiferruginoso recoberto com borracha antiderrapante, pés com ponteira de borracha, dimensões aproximadas: 0,36 x 0,47 X 0,35 m. Sendo 40 para a UPA e 60 para as UBS's.					
56	100,00	UN	Mache / 27027-D	R\$149,2000	R\$14.920,0000
Especificação: Pinça anatômica dente de rato 14cm; Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420; Embalagem: Plástica individual, constando os dados de identificação, procedência e rastreabilidade; Garantia: 10 anos; Certificações: Fabricado de acordo com Padrões Internacionais de Qualidade, Normas da ABNT, CE.					
88	20,00	PÇ	ABC/0177	R\$10,2000	R\$204,0000
Especificação: Pinça anatômica dissecação 14cm; Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420; Embalagem: Plástica individual, constando os dados de identificação, procedência e rastreabilidade; Garantia: 10 anos. Certificações: Fabricado de acordo com Padrões Internacionais de Qualidade, Normas da ABNT, CE.					
89	20,00	PÇ	ABC/0171	R\$9,0800	R\$181,6000
Especificação: Pinça Backhaus com 10 cm; Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420; Embalagem: Plástica individual, constando os dados de identificação, procedência e rastreabilidade; Garantia: 10 anos. Certificações: Fabricado de acordo com Padrões Internacionais de Qualidade, Normas da ABNT, CE.					
90	20,00	PÇ	ABC / 0651	R\$8,5600	R\$171,2000
Especificação: Pinça Prof. Medina para Biopsia 24 cm 3mm, confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420, Embalagem: Plástica individual, constando os dados de identificação, procedência e rastreabilidade, Garantia: 10 anos, Certificações: Fabricado de acordo com Padrões Internacionais de Qualidade, Normas da ABNT, CE.					
92	10,00	UN	ABC / 0269	R\$202,0000	R\$2.020,0000
Especificação: Pinça Prof. Medina para Biopsia 24 cm 5mm, confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420, Embalagem: Plástica individual, constando os dados de identificação, procedência e rastreabilidade, Garantia: 10 anos, Certificações: Fabricado de acordo com Padrões Internacionais de Qualidade, Normas da ABNT, CE.					
93	10,00	UN	ABC / 0638	R\$202,0000	R\$2.020,0000
Especificação: Porta agulha Mayo Hegar 14cm; Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420, Embalagem: Plástica individual, constando os dados de identificação, procedência e rastreabilidade, Garantia: 10 anos, Certificações: Fabricado de acordo com Padrões Internacionais de Qualidade, Normas da ABNT, CE. Sendo 20 unidades para UPA e 60 unidades UBS's.					
101	20,00	UN	ABC / 0296	R\$19,4600	R\$389,2000
Especificação: Tesoura Cirúrgica Romba Fina Reta, fabricada em aço Inoxidável AISI-420, medindo 17cm de comprimento, embalada individualmente em plástico, constando externamente os dados de identificação e procedência.					
116	50,00	UN	ABC / 0319	R\$24,9000	R\$1.245,0000
Valor Total				(vinte e nove mil, novecentos e cinquenta e sete reais e trinta centavos)	
				R\$29.957,30	

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº02/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº02/2016 – Pregão Presencial 03/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MARIA HELENA COMERCIO DE MOVEIS EIRELLI – ME. OBJETO: Aquisição de materiais permanente enfermagem necessários para a implantação da UPA - Unidade de Pronto Atendimento Centro e para as Unidades de Saúde..

DATA: 16/02/2016 à 15/02/2017.

Nome da Empresa: MARIA HELENA COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI - ME					CNPJ: 80.121.858/0001-43
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Tanque (pia) medindo 2000 x 700 x 600 mm, confeccionado em aço inoxidável 304, com as seguintes especificações mínimas: com espessura de 1.20 mm, espelho frontal de 100 mm, com 6 pés tubulares de Ø 1.1/2", em aço inoxidável AISI 304, sapatas niveladoras em polietileno, com reforço na estrutura.					
120	1,00	UN	IDEAL/ MODELO 3	R\$3.510,0000	R\$3.510,0000
Especificação: Mesa (pia) medindo: 1900x700x500mm, com as seguintes especificações mínimas: confeccionada em chapa de aço inoxidável AISI 304, espelho frontal de 100 mm de Altura, pés tubulares de Ø 1.1/5" em aço inoxidável AISI 304, sapatas niveladoras de Ø 1.1/4" de polietileno, com reforço na estrutura, com 01 cuba estampada em aço inoxidável AISI 304, posição da cuba: Direita.					
121	1,00	UN	CAINCO/ CUBA LATERAL	R\$2.240,0000	R\$2.240,0000
Valor Total (cinco mil e setecentos e cinquenta reais)					R\$5.750,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº03/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº03/2016 – Pregão Presencial 03/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa TRADE MEDICAL COM. DE MAT HOSP LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais permanente enfermagem necessários para a implantação da UPA - Unidade de Pronto Atendimento Centro e para as Unidades de Saúde.

DATA: 16/02/2016 à 15/02/2017.

Nome da Empresa: TRADE MEDICAL COM DE MAT HOSP LTDA					CNPJ: 06.555.143/0001-46
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Bandeja de aço com tampa - tamanho aproximado de 30x24 cm.					
7	20,00	UN	FAMIITA	R\$97,1600	R\$1.943,2000
Especificação: Bandeja retangular sem tampa, em aço inoxidável 30x20x04cm. Sendo 06 unidades para UPA e 15 unidades UBS's					
10	22,00	UN	FAMIITA	R\$42,4400	R\$933,6800
Especificação: Cabo de bisturi nº 04 para lâminas descartável de nº 20 a 24. Produto Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420; Tamanho: 13CM; Embalagem: Plástica individual, constando os dados de identificação, procedência e rastreabilidade.					
19	20,00	UN	LM	R\$5,3300	R\$106,6000
Especificação: Cabo para bisturi nº3 para lâmina descartável de nº 10 a 15. Produto Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420 ; Tamanho: 13CM; Embalagem: Plástica individual, constando os dados de identificação, procedência e rastreabilidade.					
20	20,00	UN	LM	R\$5,3300	R\$106,6000
Especificação: Caixa para esterilização em aço inoxidável AISI 304, 28X14X06cm.					
25	10,00	UN	FAMIITA	R\$91,5500	R\$915,5000
Especificação: Colar cervical G: polietileno de alta densidade, revestido em EVA, velcro, suporte mentoniano, abertura frontal para análise do pulso carotídeo e abertura para palpação e ventilação da nuca.					
36	3,00	UN	RESGATE	R\$12,9500	R\$38,8500
Especificação: Colar cervical GG: polietileno de alta densidade, revestido em EVA, velcro, suporte mentoniano, abertura frontal para análise do pulso carotídeo e abertura para palpação e ventilação da nuca.					
37	3,00	UN	RESGATE	R\$12,9500	R\$38,8500
Especificação: Colar cervical infantil: polietileno de alta densidade, revestido em EVA, velcro, suporte mentoniano, abertura frontal para análise do pulso carotídeo e abertura para palpação e ventilação da nuca.					
38	3,00	UN	RESGATE	R\$12,9500	R\$38,8500
Especificação: Colar cervical M: polietileno de alta densidade, revestido em EVA, velcro, suporte mentoniano, abertura frontal para análise do pulso carotídeo e abertura para palpação e ventilação da nuca.					
39	3,00	UN	RESGATE	R\$12,9500	R\$38,8500
Especificação: Colar cervical neonatal: polietileno de alta densidade, revestido em EVA, velcro, suporte mentoniano, abertura frontal para análise do pulso carotídeo e abertura para palpação e ventilação da nuca.					
40	3,00	UN	RESGATE	R\$12,9500	R\$38,8500

Especificação: Colar cervical P: polietileno de alta densidade, revestido em EVA, velcro, suporte mentoniano, abertura frontal para análise do pulso carotídeo e abertura para palpação e ventilação da nuca.					
41	3,00	UN	RESGATE	R\$12,9500	R\$38,8500
Especificação: Coletor de urina (papagaio), confeccionado em aço inoxidável, capacidade mínima de 1000 ml.					
43	4,00	UN	FAMIITA	R\$54,2000	R\$216,8000
Especificação: Comadre em aço inox, capacidade 3,5 ml, em aço inoxidável.					
44	4,00	UN	FAMIITA	R\$91,9600	R\$367,8400
Especificação: Cuba, aço inoxidável AISI 304, lisa 12X 22X1,5 cm.					
47	15,00	UN	FAMIITA	R\$17,4000	R\$261,0000
Especificação: Cuba rim, em aço inoxidável AISI 304, medindo: 12X26 cm. Sendo 15 unidades para UPA e 30 unidades UBS's.					
50	45,00	UN	FAMIITA	R\$25,6000	R\$1.152,0000
Especificação: Detector fetal portátil, sonar digital, para detectar batimentos cardíacos fetais, modelo portátil, gabinete em ABS, botão liga desliga frontal, botão regulador de volume lateral, desligamento automático depois de 01 minuto sem uso, ausculto de batimentos cardíacos a partir de 10ª. semana, alta sensibilidade para ausculta coletiva, saída para conexão de fone de ouvido ou gravador de som, cictagem de 6.000 a 60.000 frequência 2,0 a 2,25 mhz, display com contador numérico digital, faixa de medida do bcf de 50 a 240 bpm, alojamento para transdutor na lateral do aparelho, compartimento para a bateria localizado na traseira, bateria 9 v alcalina, carregador para a bateria utiliza rede elétrica 110 / 220 v, acompanha frasco de gel para contato, fone de ouvido biauricular para escuta individual, alça e bolsa para transporte, dimensões aproximadas 100X33X130 mm. Peso líquido aproximado 260 gr. Registro ANVISA.					
55	21,00	UN	MD - FD 200B	R\$553,0000	R\$11.613,0000
Especificação: Imobilizador de Cabeça Head Block Adulto : Confeção em espuma injetada; impermeável; emborrachada sem costuras; propicia para imobilização da cabeça e região cervical; tirantes de fixação para testa e queixo, com pontos de verificação de saída de líquido pelo ouvido; cor: amarela; base para fixação na tábua(maca) e dois blocos com velcro para fixação na base.					
68	2,00	UN	RESGATE	R\$114,0000	R\$228,0000
Especificação: Imobilizador Lateral de Cabeça infantil confeccionado em espuma de poliuretano expandida e emborrachada. Possui dois cintos imobilizadores reguláveis para testa e queixo do paciente a imobilizar. Preso em velcro ao tecido que veste a tábua (prancha) de resgate em qualquer largura. Base fixada na prancha: 40 x 25cm. Laterais fixadas na base: 25 x 16 x 0,9 cm. Orifício auricular para verificar sangramento: 80 mm. Lavável. Indicado para imobilizar a cabeça no caso de resgate de pacientes, dando maior conforto e segurança no alto socorro. Deverá ser usado com o colar cervical de resgate. Todas as costuras da peça deverão ser reforçadas com no mínimo duas passadas sobrepostas, e em alguns pontos quatro passadas, com arremate em sistema de retrocesso.					
69	2,00	UN	RESGATE	R\$114,0000	R\$228,0000
Especificação: Pinça Halstead mosquito 12cm reta Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420, Embalagem: Plástica individual, constando os dados de identificação, procedência e rastreabilidade, Garantia: 10 anos, Certificações: Fabricado de acordo com Padrões Internacionais de Qualidade, Normas da ABNT, CE.					
95	20,00	UN	LM	R\$15,2000	R\$304,0000
Especificação: Prancha longa para adulto e infantil, utilizada na imobilização e transporte da vítima. Confeccionada em compensado naval, revestida em material impermeabilizante. formato "silhueta do corpo". Possibilitar o uso em conjunto do imobilizador lateral de cabeça. Com pegadores e mão e acompanha tirantes para imobilização de adulto e infantil.					
102	2,00	UN	RESGATE	R\$113,0000	R\$226,0000
Valor Total		(dezoito mil, oitocentos e trinta e cinco reais e trinta e dois centavos)			R\$18.835,32

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº04/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº04/2016 – Pregão Presencial 03/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa OLIMEDIC INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS HOSPITALARES LTDA EPP. OBJETO: Aquisição de materiais permanente enfermagem necessários para a implantação da UPA - Unidade de Pronto Atendimento Centro e para as Unidades de Saúde.

DATA: 16/02/2016 à 15/02/2017.

Nome da Empresa: OLIMEDIC INDÚSTRIA E COMPERCIO DE MÓVEIS HOSPI-TALARES LTDA EPP				CNPJ: 17.039.142/0001-65	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Banqueta elevação giratória, assento estofado, base injetada, 05 rodízios, com apoio para os pés circular em aço inoxidável, regulável em altura através de movimento giratório do assento, assento em espuma injetada com revestimento em courvim.					
14	10,00	UN	OLIMEDIC/OLI132	R\$178,6000	R\$1.786,0000
Especificação: Biombo duplo articulado, estrutura tubular em aço, cortina em PVC, na cor azul marinho, acabamento com pintura eletros-tática a pó, dimensões: aproximadas: 1,25 m largura aberto, 1,77 m altura, 0,66 m largura fechado. Sendo 03 unidades para UPA e 08 unidades UBS's.					

15	11,00	UN	OLIMEDIC/OLI103	R\$169,6000	R\$1.865,6000
Especificação: Biombo triplo articulado, estrutura tubular em aço, cortina em PVC, na cor azul marinho, acabamento com pintura eletrostatizada a pó, dimensões: aproximadas: 1,25 m largura aberto, 1,77 m altura, 0,66 m largura fechado. Sendo 03 unidades para UPA e 11 unidades UBS's.					
16	11,00	UN	OLIMEDIC/OLI104	R\$249,6000	R\$2.745,6000
Especificação: Cabideiro de parede, em inox, tipo cabide, com 03 ganchos, medindo aproximadamente: base 40cm e hastes 80cm, completo					
21	30,00	UN	OLIMEDIC/OLI145	R\$77,0000	R\$2.310,0000
Especificação: Cama hospitalar tipo FAWLER adulto, mecânica Leito Hospitalar Adulto com grades laterais em inox, com estrutura de aço inox, leito em chapa de aço articulável para movimentos, Fowler, trendelemburg e vascular. Acionamento através de três manivelas escamoteáveis, rodas de 4 de diâmetro, sendo 2 com freios, cabeceira e pesseira removíveis, com suporte para soro, grades retráteis, cabeceira e peneiras móveis, colchão anti-mofo e bactericida, revestido em couro, na cor azul, densidade mínima 28. Capacidade mínima: 150 kg					
26	13,00	UN	OLIMEDIC/OLI118	R\$2.360,0000	R\$30.680,0000
Especificação: Cama hospitalar tipo FAWLER infantil, Mecânica Leito Fowler (Tipo UTI) com grades laterais em inox. Estrutura confeccionada em chapa de aço carbono, leito articulável para movimentos, fowler, rendeemburg e vascular. Acionamento através de três manivelas escamoteáveis, rodas de 4 de diâmetro, sendo 2 com freios, cabeceira e pesseira removíveis para utilização cardiopulmonar, com suporte para soro, grades retráteis, colchão anti-mofo e bactericida, revestido em couro, na cor azul, densidade mínima 24. Dimensões Aproximadas: 0,65 x 1,30 altura. revestido de Material impermeável e lavável.					
27	3,00	UN	OLIMEDIC/OLI118 I	R\$2.100,0000	R\$6.300,0000
Especificação: Carro maca com altura regulável, com as seguintes especificações mínimas: Dimensões: 1,90x0,55x0,80; Estrutura em tubo de aço de 1 1/4"x1,20mm; Leito estofado compensado de 15mm, com espuma revestido de couro; Cabeceira móvel; Altura do carro regulável através de uma manivela central cromada e escamoteável; Grades laterais em tubo de aço inox de 1"x1,25mm; Suporte para soro em inox; Rodízios de 5" sendo dois com freios em diagonais; Acabamento em pintura Epoxi, super durável, resistente.					
34	10,00	UN	OLIMEDIC/OLI133	R\$1.690,0000	R\$16.900,0000
Especificação: Hamper suporte para saco, totalmente em aço inoxidável, com 03 rodízios, diâmetro de 51 cm, confeccionado em estrutura tubular de aço inoxidável 304 com tubos de 5/8" de diâmetro com acabamento polido e dotado de 3 rodízios giratórios. Alt.: 850mm, saco em algodão cru.					
67	9,00	UN	OLIMEDIC/OLI123	R\$159,3000	R\$1.433,7000
Especificação: Mesa de exame clínico leito em estofado. Dimensões aproximadas: 1,85x0,60x0,80cm. Estrutura em tubo de aço redondo de 1"x1,20m, pintado em esmalte sintético, após tratamento anti-ferruginoso de 1"x 1,20m. Leito em compensado de 15mm com espuma, revestido em couro na cor azul. Cabeceira regulável. Pés com ponteiros de borracha. Sendo 20 para a UPA e 50 para as UBS's.					
73	70,00	UN	OLIMEDIC/OLI126	R\$249,8000	R\$17.486,0000
Especificação: Mesa auxiliar em aço inoxidável 304 com uma prateleira inferior, tampo superior e prateleira em aço inoxidável de 0,75 mm. Rodízios de 3". Medidas aproximadas 0,40 m x 0,40 m x 0,80 m (comprimento x largura x altura)					
75	6,00	UN	OLIMEDIC/OLI114	R\$253,0000	R\$1.518,0000
Especificação: Mesa auxiliar em aço inoxidável 304 com uma prateleira inferior, tampo superior e prateleira em aço inoxidável de 0,75 mm. Rodízios de 3". Medidas aproximadas 0,80 m x 0,40 m x 0,80 m (comprimento x largura x altura)					
76	3,00	UN	OLIMEDIC/OLI116	R\$366,0000	R\$1.098,0000
Especificação: Mesa para exame, formato de mesa clínica fixa, estrutura em tubo redondo em aço inoxidável, de aproximadamente 1,5 de diâmetro x 1,25 de espessura, de aproximadamente 1,5 de diâmetro x 1,25 de espessura, leito estofado revestido em couro, cor preta, com cabeceira regulável através de cremalheiras, pés com ponteiros, dimensões aproximadas 1,80 m de comprimento x 0,60 m de largura x 0,80 m de altura, leito estofado revestido em couro, cor azul marinho.					
77	20,00	UN	OLIMEDIC/OLI126 I	R\$349,6000	R\$6.992,0000
Especificação: Mesa para exame ginecológico, com as seguintes especificações mínimas. Construída com tubos de 1.1/4", esmaltada, movimento de trendelemburg no leito. com gaveta para escoamento de líquidos em aço inoxidável, com um par de porta-coxas estofados. Dimensões: 1.70m comp. X 0.50m larg. X 0.80m alt. com espuma de alta densidade, revestido em couro preto, assento fixo; encosto e apoio para pernas reclináveis, pés com ponteiros de borracha. Gaveta para escoamento de líquidos em aço inox.					
78	8,00	UN	OLIMEDIC/OLI127	R\$588,3000	R\$4.706,4000
Especificação: Negatoscópio com 1 copo, para fixação em parede, luminosidade através de luz fluorescente homogênea. Prendedor de radiografia com moldura em chapa de aço pintada após tratamento anti-ferruginoso. Roletes prendgrav simples. Botão frontal liga/desliga. dimensões aproximadas referente a área de leitura: Alt. 35cm x Larg. 43cm. alimentação 220v, cor cinza matelado.					
80	21,00	UN	OLIMEDIC/OLI139	R\$174,0000	R\$3.654,0000
Especificação: Negatoscópio 2 corpos confeccionado em aço inoxidável, tipo mesa, para fixação em parede, iluminação através de duas lâmpadas, acendimento através de interruptor. Dimensões aproximadas referente a área de leitura: Alt.35cm x Larg.43cm. Voltagem 220 ou bivolts. Garantia mínimo 01 ano.					
81	3,00	UN	OLIMEDIC/OLI140	R\$284,6000	R\$853,8000
Especificação: Suporte de soro de chão: Suporte de soro, confeccionado em aço inoxidável; tipo pedestal; com altura regulável e com 04 ganchos, com rodízios. Tamanho: fechado 1,20 m, aberto 2,00 m. Base em tubo de inox 304 com 5 pés. Coluna em tubo de inox 304 no Ø 25,4 mm. Haste de regulagem de altura em tubo de inox 304 com no Ø 19,05 mm. Com capacidade para 8 bolsas em 4 ganchos de inox 304 no Ø 4,76 mm. Ajuste de altura através abraçadeira com rosca (tipo mandril) em poliacetal. Modelo com cinco rodízio 2". Produto Livre de Corrosão. 5 Anos de Garantia.					
107	6,00	UN	OLIMEDIC/OLI108	R\$139,4000	R\$836,4000

Especificação: Suporte descarpac, tamanho 13 e 20 litros, acompanhar dois parafusos e duas buchas para fixação na parede. Confeccionado em metal leve.

109	10,00	UN	OLIMEDIC/OLI153	R\$38,3000	R\$383,0000
Valor Total		(cento e um mil, quinhentos e quarenta e oito reais e cinquenta centavos)			R\$101.548,50

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº05/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº05/2016 – Pregão Presencial 03/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CIRURGICAS CERON EQUIP. HOSPITALARES E VETERINARIO. OBJETO: Aquisição de materiais permanente enfermagem necessários para a implantação da UPA - Unidade de Pronto Atendimento Centro e para as Unidades de Saúde.

DATA: 16/02/2016 à 15/02/2017.

Nome da Empresa: CIRURGICAS CERON EQUIP. HOSPITALARES E VETERINÁRIO				CNPJ: 18.258.209/0001-15	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Aparelho de pressão digital, totalmente automático, medição no pulso, verificado e aprovado pelo INMETRO. Desligamento automático. Visor de fácil compreensão, aparecer ao final de cada medição os valores das pressões sistólica e diastólica e da frequência cardíaca.					
1	1,00	UN	Bioland / 3005	R\$65,0000	R\$65,0000
Especificação: Cardioversor, monitor desfibrilador - Com os seguintes parâmetros: ECG, oximetria, pressão não invasiva, impressora, marcapasso transcutâneo, prevenção de morte subta, desfibrilador externo automático Equipamento para promover desfibrilação/ cardioversão a pacientes acometidos de taquicardias, bradicardias e reverter arritmias de fibrilação ventricular, além de monitoração de ECG e frequência cardíaca. Tela de matriz ativa colorida, em posição vertical para fácil visualização à distância com posição fixa, com perfeita e ampla visualização de todas as informações e gráficos. Forma de onda: exponencial truncada bifásica. A seleção de energia deve ser realizada em botão seletor no painel frontal; o comando de carga em botão no painel frontal ou nas pás externas; comando de choque em botão no painel frontal ou nas pás externas. Comando de sincronização em botão no painel frontal. Para desfibrilação adulto/ externa divisão em escalas de 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 20, 30, 50, 80, 100, 150, 200, 250, 300 e 360 Joules. A energia máxima é limitada em 50J com pás internas ou infantis. O tempo máximo de carga deve ser de no máximo em 6 Segundos. Deve haver a possibilidade de upgrade para implantação de novos parâmetros no equipamento. Peso máximo de 6,90 Kg com bateria e pás, deverá possuir alça projetada para transporte. Troca rápida e fácil de baterias, sem abrir o aparelho, tendo a mesma o acesso externo. Fácil operação obedecendo o padrão 1,2,3. Pás multi-função, adulto e infantil, de prática operação - integradas em uma única peça com bargraph que mostra o contato com a pele e botões de choque e carga. Possuir Descarga Interna. Deverá possuir conector de Spo2 com trava. Todas as operações concentradas em dois botões, seleção de modo de operação e e-jog. Os acessórios devem possuir suas conexões na parte frontal e/ou lateral do equipamento para um fácil acesso do usuário e melhor higienização dos mesmos. Deverá possuir função de impressão para eletrocardiograma diretamente no equipamento se possuir parâmetro de impressora. Deve possuir no mínimo memória: flash hand, - últimas 2,5 horas de monitoração ECG (contínua) armazenamento de eventos - administração de drogas, alarmes, falhas e choques em memória interna e opção de impressão em alarme. Bateria com carga plena - 3 horas em monitoração ou um mínimo de 140 choques em 360 joules ou um mínimo de 200 choques em 200 joules. PARÂMETRO ECG: Sensibilidade: 5,10,20 e 40 mm/mV; Cabo de ECG: 3 ou 5 vias; Faixa de medição: 15 a 300 BPM; Precisão mais ou menos 1 BPM; Proteção descarga de desfibrilador: < 5 sec conforme IEC601-2-27; Alarme: ajustável entre 15 e 250 BPM; Derivações: DI, DII, DIII, aVR, aVL, aVF, C; Filtro: 60Hz, contra interferências de rede; Alarme: Ajustável entre 15 e 250 BPM; Sensibilidade: Ajustável em 5, 10, 15, 20, 30 ou 40 mm/mV; Filtro para estabilização de linha base digital. PARÂMETRO SPO2: Faixa de medição: 0 - 100%; Precisão mais ou menos 2% de 70 - 100%; Precisão mais ou menos 3% de 50 - 69%; Pulso: - Faixa: 30 - 250 BPM; Precisão mais ou menos 2 BPM de 30 - 250 BPM; Alarme: Ajustável entre 50 e 10. PARÂMETRO PRESSÃO NÃO INVASIVA: Princípio de funcionamento: Oscilométrica; Modo de medidas automático: 1, 2, 3, 4, 5, 10, 15, 30, 60 e 90 minutos; Manual: Uma medição; Stat: Medidas consecutivas por 5 minutos; Intervalo de medidas: Adulto/pediátrico: Sistólica: 30 - 255 mmHg - Média: 20 - 235 mmHg - Diastólica: 15 - 110 mmHg - Pulso: 40 - 240 BPM - Neonatal: - Sistólica: 30 - 135 mmHg - Média: 20 - 125 mmHg - Diastólica: 15 - 110 mmHg - Pulso: 40 - 240 BPM; Limite de sobre pressão por software: - Adulto: 290 mmHg máx. - Neonatal: 145 mmHg máx.; Proteção de sobre pressão por hardware: - Adulto: 300 ± mmHg - Neonatal: 150 ± mmHg - Resolução: 1 mmHg; PARÂMETRO MARCAPASSO: Tipo: Assíncrono e demanda; Corrente: 5 a 200 ma; PPM: 30 a 180 PPM; Pulso: 20ms; PARÂMETRO PREVENÇÃO DE MORTE SÚBITA: Quando ligado, em monitoração pelas pás adesivas ou eletrodos, o equipamento alarma e indica "choque Indicado" se for identificada uma fibrilação ventricular/taquicardia ventricular (FV/TV). PARÂMETRO DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO: POSSUI - Comando de voz, Indicações visuais, Instruções de RCP, USB 2.0 para sincronia com PC, multi idiomas; USB: 2.0 para transferência do eletrocardiograma armazenado em modo DEA para um PC compatível; software para visualização dos dados transferidos para o PC; PARÂMETRO IMPRESSORA: Impressora Térmica Papel: 50 mm; Velocidades: 12,5, 25 e 50 mm/s; Peso: 0,2 KG; Resolução: 25 pontos por 25 mm; Registros: Quando em situação de alarme, descarga no paciente e eletrocardiógrafo de 7 derivações.; Dados: Nome do Paciente, Data, Hora, Sensibilidade, Energia, Velocidade, Sincronismo e alguns segundos da curva de ECG antes e após a descarga. Deverá possuir no Mínimo os Seguintes Acessórios Inclusos para o bom funcionamento do equipamento: 42 pares de eletrodos descartáveis para Desfibrilador Externo Automático - adulto; 20 pares de eletrodos descartáveis para Desfibrilador Externo Automático - infantil; 01 Cabo de rede; 01 Cabo de aterramento.; 01 Cabo paciente ECG 5 vias; 01 Cabo Extensor para SPO2; 01 Sensor de SPO2 Adulto; 01 Braçadeira para pressão não invasiva adulto; 01 tubo extensor; 62 Conjuntos de pás de desfibrilação descartáveis (Marca passo transc.); 01 cabo tronco; Apresentar número do registro na Anvisa (apresentar comprovante do registro ou publicação no Diário Oficial da União). Fornecer manual do usuário em português impresso. Garantia total do equipamento de 1 ano após a instalação. Garantia de assistência técnica em 01 ano com substituição de todas peças, exceto acessórios, ou substituição do equipamento caso se tornar inviável ao fim que se destina. Deve possuir assistência técnica autorizada no estado de Santa Catarina, comprovado perante carta de credenciamento do fabricante, prestar assistência técnica em no máximo 24 horas da abertura do chamado.					

28	1,00	UN	C-MOS DRAKE/Vivo	R\$40.000,0000	R\$40.000,0000
Especificação: Carro para transporte de roupa suja: com tampa, carro confeccionado em fiberglass com acabamento em gel coat isoftálico, sendo liso interna e externamente, e tendo grande resistência a sabões e detergentes. Os, possuem dreno para eliminação de líquidos, e são ideais para as mais variadas utilizações, maisnotadamente para o transporte de roupas (limpas ou sujas). Podem ser elaborados nos mais diversos padrões de cores para diferenciação de setores, bem como com ou sem inscrição: nome do setor, especificação do material, e/ou logomarca do Hospital ou Casa de Saúde. Modelo com rodízios de borrachatermo-plástica de 4" (02 fixos e 02 giratórios). COM tampa. Dimensões internas: L: 470 x C: 630 x A:800 mm. dimensões externas: 570 mm x 780 mm x 1000 mm.					
31	1,00	UN	Moldglass/600005	R\$2.450,0000	R\$2.450,0000
Especificação: Carro de emergência, crenagem em fibra com acessórios, móvel, confeccionado em fiberglass, tampo em fibra de vidro com alça de transporte integrada, 05 gavetas em chapa de aço inoxidável com guias deslizantes, sendo 2 com colméias, com dispositivo para colocação de lacre, com fechamento total de todas as gavetas . Para-choque de borracha em toda o contorno, suporte de monitor giratório, com regulagem de altura. Acompanhar os seguintes acessórios: tábua de massagem cardíaca; suporte de soro com altura regulável, extensão com tomada tripla; régua com conjunto de aspiração e oxigenação; cilindro de oxigênio de 03 litros com válvula redutora. Dotado de rodízios de 4" com freio em diagonal para sua maior segurança. Dimensões aproximadas: C= 730 x L= 530 x A= 1040 mm.					
33	2,00	UN	MHL/60032	R\$4.500,0000	R\$9.000,0000
Especificação: Desfibrilador externo automático portátil: leve e de fácil transporte; Instruções visuais e comando de voz em português; Com 3 eletrodos, mínimo de 300 choques, tela de ECG; Resistente a quedas, vibrações, jatos de água e poeira; Metrônomo interno que auxilia o usuário no ritmo da RCP. Dentro das normas da legislação vigente. Acompanhar 01 estojo para transporte (estojo de transporte flexível, desenhado para permitir que se utilize o desfibrilador sem que tenha que abrir o estojo de transporte) , 01 bateria recarregável com eletrodo adulto, 01 manual de operações em português. Garantia mínimo 01 ano.					
52	1,00	UN	C-MOS DRAKE/Life 400 Futura	R\$5.800,0000	R\$5.800,0000
Especificação: Esfigmomanômetro adulto, com fechamento em metal, adulto, insuflação de ar mecânica eficiente, deflação mecânica, manômetro de alta precisão e tecnologia, manguito com pera em látex de qualidade superior; braçadeira em nylon (ou algodão). Aparelho aprovado pelo INMETRO com certificação de aferição individual. Garantia de calibração por 5 anos através do manual registrado na ANVISA. Deve acompanhar 1 braçadeira adulta completa, 1 válvula e 1 pera. Atende as normas da AAMI de resistência a impactos. Sendo 10 unidades para UPA e 50 unidades UBS's.					
57	60,00	UN	Diasyst/Suíço	R\$230,0000	R\$13.800,0000
Especificação: Esfigmomanômetro neonatal: com fechamento em velcro neonatal, insuflação de ar mecânica eficiente, deflação mecânica, manômetro de alta precisão e tecnologia, manguito com pera em látex de qualidade superior; braçadeira em nylon (ou algodão). Aparelho aprovado pelo INMETRO com certificação de aferição individual. Garantia de calibração por 5 anos através do manual registrado na ANVISA. Deve acompanhar 1 braçadeira neonatal completa, 1 válvula e 1 pera. Atende as normas da AAMI de resistência a impactos.					
60	3,00	UN	Diasyst/Suíço	R\$250,0000	R\$750,0000
Especificação: Estetoscópio neonatal : Olivas em silicone transparente com acabamento sem rebarbas, conjunto biauricular em metal cromado, flexível na curvatura do tubo Y, auscultador simples, neonatal, com diafragma de alta sensibilidade. Tubo Y.					
61	2,00	UN	MD/Neonato	R\$78,0000	R\$156,0000
Especificação: Foco cirúrgico móvel, sobre rodízio, com cúpula de três lâmpadas, manopla em alumínio autoclavável para ajuste de focalização e regulagem de altura com as seguintes especificações mínimas: Potência: 165watts; Tensão de rede bivolt: 110V/220V (chave); Intensidade Luminosa: 50.000 lux; Campo cirúrgico: 10 cm Lâmpada utilizada: H1 12V x 55W Halôgena; Refletor dicrônica luz fria. Equipado com sistema de emergência, com bateria auto recarregável, que possibilite iluminação de emergência em caso de falta de energia. Alimentação de 220volts / 60 hertz. Acompanhado de manual de operação e manutenção em português.					
65	2,00	UN	KSS/90004	R\$5.590,0000	R\$11.180,0000
Especificação: Otoscópio com as seguintes especificações mínimas: com cabo de metal, para 02 pilhas médias; acompanhar 05 especulos permanentes de plástico com diâmetros de 2,5 mm, 3,0 mm, 3,5 mm, 4,0mm e 8,0 mm; possui regulador de intensidade de luz; com estojo. Sendo 02 para a UPA e 30 para as UBS's					
83	2,00	UN	MD/MARK II	R\$260,0000	R\$520,0000
Especificação: Oxímetro de pulso, portátil, com curva: para neonatal/pediátrico e adulto com no máximo 300g sem pilhas com 4 pilhas recarregáveis no próprio equipamento (sem a necessidade de remoção destas para recarga) através de fonte externa com duração mínima de 50 horas em modo econômico, tela de Lcd (Cristal líquido), com capa protetora, Spo2 de 0%-100%, frequência de pulso de 30 - 254 Bpm, com onda Pletismográfica com ajuste automático e gráfico de barras, frequência cardíaca e sistema de alarme para Spo2/ Fp, e alarme para sensor desconectado audível e visual, apresentar tendências de 24 horas. Possibilidade de ajuste de alarmes para frequência de pulso e saturação de oxigênio mínimas e máximas. Acompanhado com sensor tipo clip adulto e sensor infantil. Certificado de conformidade Inmetro o equipamento deve acompanhar manual técnico e de operação, em português, garantia mínima de 1 (um) ano.					
84	4,00	UN	General Meditech/G1B	R\$1.800,0000	R\$7.200,0000
Especificação: Pinça Adson 12cm 1x2 Dentes; Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420, Embalagem: Plástica individual, constando os dados de identificação, procedência e rastreabilidade, Garantia: 10 anos, Certificações: Fabricado de acordo com Padrões Internacionais de Qualidade, Normas da ABNT, CE.					
86	30,00	UN	Stark/Adson d 12cm	R\$10,0000	R\$300,0000
Especificação: Pinça Adson 12cm com serrilha; Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420, Embalagem: Plástica individual, constando os dados de identificação, procedência e rastreabilidade, Garantia: 10 anos, Certificações: Fabricado de acordo com Padrões Internacionais de Qualidade, Normas da ABNT, CE.					
87	20,00	UN	Stark/Adson s 12cm	R\$10,0000	R\$200,0000
Especificação: Pinça Cheron 24 cm, Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420, Embalagem: Plástica individual, constando os dados de identificação, procedência e rastreabilidade, Garantia: 10 anos, Certificações: Fabricado de acordo com Padrões Internacionais de Qualidade, Normas da ABNT, CE.					
91	20,00	PÇ	Stark/Cheron 24cm	R\$25,0000	R\$500,0000

Especificação: Pinça Halstead mosquito 12cm curva Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420, Embalagem: Plástica individual, constando os dados de identificação, procedência e rastreabilidade, Garantia: 10 anos, Certificações: Fabricado de acordo com Padrões Internacionais de Qualidade, Normas da ABNT, CE.					
94	20,00	UN	Stark/Halstead Mosquito c 12cm	R\$15,0000	R\$300,0000
Especificação: Pinça Kelly 14cm curva; Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420, Embalagem: Plástica individual, constando os dados de identificação, procedência e rastreabilidade, Garantia: 10 anos, Certificações: Fabricado de acordo com Padrões Internacionais de Qualidade, Normas da ABNT, CE.					
96	20,00	UN	Stark/Kelly c 14cm	R\$15,0000	R\$300,0000
Especificação: Pinça Kelly curva com 16 cm; Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420, Embalagem: Plástica individual, constando os dados de identificação, procedência e rastreabilidade, Garantia: 10 anos, Certificações: Fabricado de acordo com Padrões Internacionais de Qualidade, Normas da ABNT, CE. Sendo 20 unidades para UPA e 30 unidades UBS's.					
97	20,00	UN	Stark/Kelly c 16cm	R\$15,0000	R\$300,0000
Especificação: Pinça Kelly reta 14 cm; Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420, Embalagem: Plástica individual, constando os dados de identificação, procedência e rastreabilidade, Garantia: 10 anos, Certificações: Fabricado de acordo com Padrões Internacionais de Qualidade, Normas da ABNT, CE.					
98	20,00	UN	Stark/Kelly r 14cm	R\$15,0000	R\$300,0000
Especificação: Pinça Kocher com 14 cm reta; Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420; Embalagem: Plástica individual, constando os dados de identificação, procedência e rastreabilidade; Garantia: 10 anos; Certificações: Fabricado de acordo com Padrões Internacionais de Qualidade, Normas da ABNT.					
99	20,00	PÇ	Stark/Kocher r 14cm	R\$15,0000	R\$300,0000
Especificação: Aparelho de Tens e Fes com 4 canais com ajuste de intensidade independentes, estimulador neuromuscular transcutâneo, bivolt (automático), tela em LCD, duas saídas para quatro canais independentes.					
114	5,00	UN	Quark/TensMed	R\$930,0000	R\$4.650,0000
Valor Total		(noventa e oito mil e setenta e um reais)			R\$98.071,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº06/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº06/2016 – Pregão Presencial 03/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais permanente enfermagem necessários para a implantação da UPA - Unidade de Pronto Atendimento Centro e para as Unidades de Saúde.

DATA: 16/02/2016 à 15/02/2017.

Nome da Empresa: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA				CNPJ: 03.033.589/0001-12	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Bacia confeccionada em aço inoxidável AISI 304, 35cm, com garantia de no mínimo de 10 anos. Sendo 03 unidades para UPA e 15 unidades UBS's.					
5	18,00	UN	ARTINOX	R\$68,0000	R\$1.224,0000
Especificação: Bacia, confeccionada em aço inoxidável AISI 304, com capacidade 5 litros. com garantia de no mínimo de 10 anos. Sendo 02 unidades para UPA e 15 unidades UBS's.					
6	17,00	UN	ARTINOX	R\$68,0000	R\$1.156,0000
Especificação: Bandeja retangular em aço inoxidável AISI 304, sem tampa 40x28x02cm. Sendo 06 unidades para UPA e 15 unidades UBS's					
8	21,00	UN	ARTINOX	R\$53,0000	R\$1.113,0000
Especificação: Balança pediátrica, digital, capacidade mínima 15 kg, tolerância apro. 100 kg, carga mínima 2,5 kg, com precisão aferida menor, divisao 100 g, pés regulaveis em borracha sintética, concha anatomica em polipropileno, plataforma em chapa de aço 1020, tamanho aprox. 28,5 x 37,0 cm. Com selo de aprovacao do INMETRO e selo de aferição inicial do IMPEM. Sendo 01 unidade para UPA e 21 unidades UBS's.					
13	22,00	UN	BALMAK/ELP 25BB	R\$540,0000	R\$11.880,0000
Especificação: Cobertor tipo manta em microfibra Medidas: 1.50x2.20m, dupla face, anti-alérgico, resistente a tração, não desbotável, cor azul marinho, para uso hospitalar.					
35	30,00	UN	ETRURIA	R\$33,0000	R\$990,0000
Especificação: Colar cervical PP: polietileno de alta densidade, revestido em EVA, velcro, suporte mentoniano, abertura frontal para análise do pulso carotídeo e abertura para palpação e ventilação da nuca.					
42	3,00	UN	TECNIMED	R\$14,3900	R\$43,1700
Especificação: Lanterna clínica de bolso, confeccionada em duro alumínio, com lâmpada de 2,2 volts de alta luminosidade. Acionamento: através do contato do clip no corpo da caneta. Funcionamento com duas pilhas palito. Garantia de 01 ano. Sendo 08 unidades para UPA e 30 unidades UBS's.					
70	38,00	UN	MD PENLICHT	R\$11,0000	R\$418,0000

Especificação: Laringoscópio adulto inox com 5 lâminas de fibra ótica 1, 2, 3, 4 e 5; cabo metálico para 2 pilhas médias, lâminas curvas em aço inoxidável, perfeito encaixe das roscas. Acompanhar bolsa em nylon com zíper e compartimentos separados para cabo e lâminas. Garantia mínimo 01 ano. Sendo 01 unidades para UPA e 20 unidades UBS's.					
71	21,00	UN	OXIGEL 1-100-0504	R\$1.145,0000	R\$24.045,0000
Especificação: Reanimador infantil, ressuscitador pulmonar manual, em silicone incolor, autoclavável, com bolsa auto inflável, reservatório de oxigênio, válvula pop-off tarada em 40mm Hg, máscara transparente em silicone com borda acolchoada. Deve ser de fácil desmontagem para limpeza e reprocessamento. Embalagem unitária contendo externamente dados de identificação do produto, procedência, data fabricação/validade, lote e registro no MS. Sendo 03 unidades para UPA e 25 unidades UBS's.					
103	3,00	UN	SAFTI	R\$158,0000	R\$474,0000
Especificação: Reanimador neonatal, ressuscitador pulmonar manual, neonatal, em silicone incolor, autoclavável, com bolsa auto inflável, reservatório de oxigênio, válvula pop-off tarada em 40mm Hg, máscara transparente em silicone com borda acolchoada. Deve ser de fácil desmontagem para limpeza e reprocessamento. Embalagem unitária contendo externamente dados de identificação do produto, procedência, data fabricação/validade, lote e registro no MS.					
104	3,00	UN	SAFTI	R\$146,0000	R\$438,0000
Especificação: Reanimador adulto, ressuscitador pulmonar manual, adulto, em silicone incolor, autoclavável, com bolsa auto inflável, reservatório de oxigênio, válvula pop-off tarada em 40mm Hg, máscara transparente em silicone com borda acolchoada. Deve ser de fácil desmontagem para limpeza e reprocessamento. Embalagem unitária contendo externamente dados de identificação do produto, procedência, data fabricação/validade, lote e registro no MS. Sendo 03 unidades para UPA e 25 unidades UBS's.					
105	3,00	UN	SAFTI	R\$158,0000	R\$474,0000
Especificação: Régua antropométrica pediátrica, madeira resistente, escala de 100cm, graduação em milímetros numeradas a cada centímetro, com cursores.					
106	32,00	UN	INDAIA	R\$32,5000	R\$1.040,0000
Especificação: Exercitador Mini Bike para pés e braços, confeccionado em estrutura metálica, pintura em epóxi, com regulagem para tensão suave, para exercício de baixo impacto. Peso aproximado: 4 kg, dimensões aproximadas: 43cm x 43cm x 25cm (C x L x A). Garantia mínimo 3 meses.					
117	7,00	UN	CARCI 1130PC	R\$160,0000	R\$1.120,0000
Especificação: Maleta primeiros socorros, confeccionada em polipropileno, com fecho, alça para transporte, com 2 bandejas, 16 divisões e 2 mini-estojos, medindo aproximadamente 44x24x22, cor branca.					
118	52,00	UN	EMIFRAN AMAZONAS	R\$78,0000	R\$4.056,0000
Valor Total		(quarenta e oito mil, quatrocentos e setenta e um reais e dezessete centavos)			R\$48.471,17

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº07/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº07/2016 – Pregão Presencial 03/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AL-TERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais permanente enfermagem necessários para a implantação da UPA - Unidade de Pronto Atendimento Centro e para as Unidades de Saúde.

DATA: 16/02/2016 à 15/02/2017.

Nome da Empresa: ALTERMED MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA				CNPJ: 00.802.002/0001-02	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Bandeira lisa em aço inoxidável AISI 304, medindo: 22 x 17 x 1,5 cm. Sendo 06 unidades para UPA e 20 unidades UBS's.					
9	26,00	UN	FAMI/LUMINOX	R\$20,9900	R\$545,7400
Especificação: Balança antropométrica, mecânica, adulto, capacidade 200 kg, Divisões de 100g, carga mínima aprox. 2,5kg; plataforma em Aço 1020, tamanho aprox. 30x40cm, regua antropométrica com Escala de 2,00m, tapete em borracha anti-derrapante, pés reguláveis em borracha sintética. Com selo de aprovação do INMETRO e selo de aferição inicial do IMPEM.					
11	22,00	UN	WELMY 104ACH	R\$847,3400	R\$18.641,4800
Especificação: Balança digital portátil, com as seguintes especificações mínimas: capacidade de 180Kg a 200Kg, sensores de alta precisão; fina, leve, com alça para transporte, acionamento é por pressão ao subir na plataforma, liga ao toque e desliga automaticamente em 10 segundos, graduação 100gr, plataforma resistente, com tela de LCD e iluminação de fundo por LED, unidade de medida em Kg e Lb, indicador de bateria fraca: "LO", indicador de excesso de peso, zero automático, dimensões mínimas 320x320x22mm, peso aproximado de 1734gr, alimentação 4 pilhas AAA.					
12	21,00	UN	G-TECH/DIGITAL GLASS 200	R\$77,9500	R\$1.636,9500
Especificação: Caixa para esterilização em aço inoxidável AISI 304, perfurada 28X14X 06cm.					
24	15,00	UN	FAMI/LUMINOX	R\$111,3900	R\$1.670,8500
Especificação: Carro de curativo: Material de Confecção: Carro curativo fabricado em tubos de aço inoxidável de 3/4", tampo e prateleira em chapa de aço inox de 1mm, varandas em aço inox de 3/8" e pés com rodízios de 2". Dimensões: 0,40 x 0,80 x 0,80m, Acessórios: Balde e Bacia. Dimensões: 0,70m (comprimento) x 0,45m (profundidade) x 0,90m (altura)					

32	2,00	UN	METALIC/MT 2311	R\$790,8500	R\$1.581,7000
Especificação: Cuba redonda, em aço inoxidável AISI 304, para assepsia 08 cm.					
48	15,00	UN	FAMI/LUMINOX	R\$7,7000	R\$115,5000
Especificação: Detector fetal de mesa, com as seguintes especificações mínimas: dimensões 94 x 200 x 210 mm; Ausculta cárdio-fetal a partir da 10ª semana; Alta sensibilidade; botão Liga/Desliga com regulagem de volume; botão com regulagem de tonalidade; Frequência 2,2 mhz.; Ciclagem de 6.000 a 60.000; Peso líquido de 1,600kg; Garantia de 02 anos contra defeitos de fabricação; Saída para fone de ouvido ou gravador de sons. Alimentação elétrica 220V. 50/60 Hz.; Acompanha fone de ouvido; Filtro minimizador de interferência; Ausculta de batimentos cardíacos fetais por método de ultra-som; Gabinete confeccionado em poliéster com suporte para alojamento do transdutor, bolsa para transporte. Sendo 02 para a UPA e 21 para as UBS's.					
54	23,00	UN	MEDPEJ/DF4000	R\$563,4800	R\$12.960,0400
Especificação: Esfigmomanômetro infantil, com fechamento em velcro infantil, insuflação de ar mecânica eficiente, deflação mecânica, manômetro de alta precisão e tecnologia, manguito com pera em látex de qualidade superior; braçadeira em nylon (ou algodão). Aparelho aprovado pelo INMETRO com certificação de aferição individual. Garantia de calibração por 5 anos através do manual registrado na AN-VISA. Deve acompanhar 1 braçadeira infantil completa, 1 válvula e 1 pera. Atende as normas da AAMI de resistência a impactos. Sendo 10 unidades para UPA e 21 unidades UBS's.					
58	31,00	UN	DIASYST	R\$229,0000	R\$7.099,0000
Especificação: Esfigmomanômetro obeso, com fechamento em velcro obeso, insuflação de ar mecânica eficiente, deflação mecânica, manômetro de alta precisão e tecnologia, manguito com pera em látex de qualidade superior; braçadeira em nylon (ou algodão). Aparelho aprovado pelo INMETRO com certificação de aferição individual. Garantia de calibração por 5 anos através do manual registrado na ANVISA. Deve acompanhar 1 braçadeira obeso completa, 1 válvula e 1 pera. Atende as normas da AAMI de resistência a impactos. Sendo 05 unidades para UPA e 21 unidades UBS's.					
59	26,00	UN	DIASY ST EFI 554	R\$249,0000	R\$6.474,0000
Especificação: Estetoscópio adulto, indicado para a ausculta cardio pulmonar, produzido com os materiais nobres, duplo tubo em pvc ligado através de anéis metálicos, fone binauricular em cobre cromado, tubo rotatório central em cobre cromado câmara de som em liga de alumínio, diafragmas de alta sensibilidade, auscultador duplo para ausculta, par de olivas rosqueável em três tamanhos. Garantia de no mínimo 1 ano. Componentes da embalagem, um par de olivas rosqueável de silicone, 2 pares de membranas de plástico rígido, anel rosqueador de cobre cromado (infantil, adulto), base rosqueada de cobre cromado que possibilita troca do sino ou diafragma, câmara de som em liga de alumínio, tubo relatorio central em cobre cromado. Possui duas saídas para ligação com, tubo duplo de PVC ligado através de anéis metálicos, fone binauricular de cobre cromado, diafragma aberto tamanho pequeno, tamanho medio, tamanho grande (sino prolongador), auscultador. Sendo 10 unidades para UPA e 40 unidades UBS's.					
62	50,00	UN	GLICOMED ACCUMED PREMIUM	R\$35,3100	R\$1.765,5000
Especificação: Foco de luz clínico e ginecológico, com haste superior flexível e cromada, pedestal com haste inferior pintada, altura variável entre 90 a 150 cm, pintura em epóxi de alta resistência, base do pedestal com 04 rodízios, alimentação elétrica selecionável em 220 volts, 50/60 Hz. lâmpada halógena de 12v x 20(luz branca), cabo de energia com aproximadamente 2 metros de comprimento.					
66	21,00	UN	VAGALUMI FV 02	R\$225,9600	R\$4.745,1600
Especificação: Laringoscópio Infantil Convencional Inox com 3 lâminas retas 0 / 1 e 2; Características técnicas: Cabo metálico para 2 pilhas médias; Lâminas curvas em aço inoxidável, com acabamento fosco; Perfeito encaixe das roscas; Excelente contato elétrico do conjunto; Lâmpadas de alta performance e foco centrado para perfeita visualização. Acompanha bolsa em nylon com zíper e compartimentos separados para cabo e lâminas. Sendo 01 unidades para UPA e 20 unidades UBS's.					
72	21,00	UN	MD/MILLER	R\$243,5000	R\$5.113,5000
Especificação: Oftalmoscópio direto mini 3000, iluminação Xenon halógena, 5 tipos de abertura, círculo grande, pequeno, estrela de fixação, semicírculo e livre de vermelho, apoio orbital macio resistente a choques e a poeira, 19 lentes de - 20 a + 20D, cabo a pilhas, ergonômico com ranhuras verticais, clipe suporte com interruptor integrado proporciona desligamento automática ao ser fixado no bolso, conexão superior e tampa inferior com rosca metálica, sem desgaste e reposição fácil das pilhas, disponível na cor preto em embalagem blister.					
82	1,00	UN	MD - OMNI3000	R\$598,9000	R\$598,9000
Especificação: Termômetro clínico digital: visor digital de fácil visualização bateria de longa duração Beep sonoro que indica o final da edição indicador de bateria baixa Memória para a ultima medição Sensor resistente a água.					
111	10,00	UN	LAMEDID PROCARE DT11A	R\$11,9900	R\$119,9000
Especificação: Tirante aranha adulto: Confeccionado em fitas de poliamida 100% preta e colorida em 50mm de largura. Fecho de regulagem em velcro e regulador plástico preto; Para colocação em prancha rígida. Compor: 1 tirante principal de cor preta, de aproximadamente 1,15m de comprimento, com sistema em "V" e altura regulável em 10cm aproximadamente. Adaptável para prancha rígida. 3 tirantes transversais em diversas cores, regulável em suas alturas em velcro e regulador plástico. Cores dos cintos transversais e suas medidas de comprimento aproximadamente: Superior: Verde - 1,30m; Meio: Vermelho - 1,30m; Inferior: Amarelo - 0,90m.					
113	6,00	UN	FIBRA RESGATE 710	R\$38,4100	R\$230,4600
Especificação: Ultrassom de 1 MHZ para fisioterapia, com as seguintes especificações mínimas: frequência de 1 MHz; modo de emissão onda contínua ou pulsada; timer de até 30 minutos; saída para terapia combinada; sensor térmico de desligamento automático; display gráfico que facilita a identificação de protocolos e programações; área efetiva de radiação 7 cm²; mesmo tamanho da área externa do transdutor, potência máxima por cm² alterada de 2 W/cm² para 3 W/cm²; novos protocolos pré-programados; tela em LCD azul; modo de emissão de onda pulsada e contínua; repetição de pulso com 100Hz e 16 Hz e modulação em 20% ou 50% de tempo ON; Intensidade regulada e mensurada em W e W/cm² visualizadas através do painel digital; timer de até 30 minutos.					
115	5,00	UN	IBRAMED SONOPULSE COMPACT	R\$1.030,0000	R\$5.150,0000
Valor Total				(sessenta e oito mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e sessenta e oito centavos)	
				R\$68.448,68	

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº08//2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº08/2016 – Pregão Presencial 03/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ROYAL DISTRIBUIDORA LTDA EPP. OBJETO: Aquisição de materiais permanente enfermagem necessários para a implantação da UPA - Unidade de Pronto Atendimento Centro e para as Unidades de Saúde.

DATA: 16/02/2016 à 15/02/2017.

Nome da Empresa: ROYAL DISTRIBUIDORA LTDA EPP				CNPJ: 14.918.622/0001-08	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Aspirador de oxigênio com frasco policarbonato de 400 ml. Sendo 10 unidades para UPA e 21 unidades UBS's.					
3	31,00	UN	UNITEC MODELO: AR210	R\$62,0000	R\$1.922,0000
Especificação: Avental chumbo (plumbífero) para proteção radiológica em borracha plumbífera flexível sem proteção nas costas. E equivalência mínima de 0,50 mm de chumbo. Acabamento em nylon lavável. Tamanho adulto, mínimo de 110cmX60cm. Cinto elástico para dividir o peso, com trava de nylon. Deve ser fabricado em borracha plumbífera flexível com acabamento de nylon lavável. Acompanhar suporte para o avental em forma de cabide, feito de madeira ou aço, com altura suficiente para que o mesmo não toque o chão, 01 (um) protetor da tireóide, tamanho adulto, mesmo padrão do avental.					
4	1,00	UN	KONEX MODELO: PFAMS5AZ02+ PORTA AVENTAL+ PROTETOR DE TIREOIDE	R\$1.650,0000	R\$1.650,0000
Especificação: Bomba de infusão Volumétrica para equipo padrão universal. Realize infusão parenteral e nutrição enteral e parenteral. Mecanismo peristáltico em linha. Proteção contra embolia gasosa por sensor de ar na linha ultra-sônico. Alimentação: Automática, bivolt, 50/60 Hz, Bateria interna recarregável com autonomia mínima de 2 horas à 25 ml/h. Fluxo de infusão programável: 0,1 à 99 ml/h com incrementos de 0,1 ml/h e 100 à 999 ml/h com incrementos de 1 ml/h. Volume programável: 0,1 à 99,9 ml com incrementos de 0,1 ml e 100 a 9999 ml com incrementos de 1 ml. Taxa de Bolus programável: 300 500 700 e 900 ml/h Volume de Bolus: 1 a 9 ml. Pressão de Oclusão programável. Função "Keep Vein Open" - 0,1ml/h para taxa de infusão de 0,1 a 0,9 ml/h 1 ml/h para taxa de infusão acima de 1 ml/h. Indicadores no painel - gotejamento, uso de bateria, funções de alarmes e alertas, volume infundido (ml), volume total a infundir (ml), velocidade de infusão (ml/h). Alarmes sonoros e audiovisuais: Oclusão falta de líquido, fluxo livre (erro de fluxo), ar na linha, final de infusão, bateria baixa, instalação incorreta, bomba parada, porta aberta. Peso máximo 4,0 kg (com bateria inclusa). Dimensões máximas: 13 x 26 x 17 cm. Deve acompanhar: Manual de uso em português, cabo de força, sensor de gotejamento. Certificado de garantia.					
17	3,00	UN	BIOSENSOR MODELO: BSV2200	R\$8.400,0000	R\$25.200,0000
Especificação: Cadeira de rodas para uso adulto, de uso hospitalar, com capacidade para suportar no mínimo 100 kg, confeccionada em aço tubular metálica, dobrável em X tubular central, pintura eletrostática, apoio de braços escamoteáveis, removíveis, apoio para os pés com altura ajustável, dobrável, sistema de travamento lateral, apoio para panturrilha unificado em forma de cinta. Rodas traseiras em aro ""24"" com pneus infláveis, aro de impulsão de aço carbono ou nylon de 3/4 de diâmetro, cubo de alumínio montado em rolamento blindado. Rodas dianteiras pequenas giratórias, com pneus maciços de ate ""06"" , pneus compactos, ambas providas de rolamento blindado nos seus eixos, montadas em garfo de alumínio ou nylon fixados em cubo dianteiros com eixo vertical posicionado sem cubo por rolamento. Assento e encosto de nylon impermeável com espuma de 02cm de espessura do tamanho do assento, forrada do mesmo tecido com velcron para fixação, manopla emborrachadas e pedais posteriores para condução por terceiros, manual de operação e serviço em Português do Brasil. Sendo 03 para a UPA e 20 para as UBS's.					
22	23,00	UN	PROLIFE MODELO: LIBERTY	R\$800,0000	R\$18.400,0000
Especificação: Cadeira de rodas para obesos, com capacidade para suportar no mínimo 160 kg. Estrutura 100% aço carbono, pintura epóxi-pó com cura em estufa acima de 180°C. Dobrável em X duplo tubular. Barra extra de sustentação. Encosto estofado em poliéster. Assento com almofada de 5cm ou 2cm em Poliéster, removível. Apoio de braços em poliuretano, escamoteável, com protetor de roupas. Apoio dos pés em pedal plástico, regulavel em altura. Faixa de apoio para pernas. Rodas traseiras de 24" com eixos reforçados, com rolamentos e pneus infláveis. Rodas dianteiras de 6" com pneus maciços e rolamentos no eixo vertical e horizontal, freios bilaterais. Largura do assento: 52cm, Largura externa: cm 75cm, comprimento: 1,15m, altura: 90cm					
23	1,00	UN	PROLIFE MODELO: LIBERTY OBESO EXTRA	R\$1.210,0000	R\$1.210,0000
Especificação: Conjunto de oxigenação e aspiração rede, com as seguintes especificações mínimas: Tomada dupla de oxigênio, aspirador compacto de 500 ml, fluxômetro de oxigênio de 0 a 15 litros, conjunto para umidificação. Sendo 16 unidades para UPA e 08 unidades UBS's.					
46	24,00	KIT	UNITEC MODELO: UC210	R\$165,0000	R\$3.960,0000
Especificação: Cuba Retangular, em aço inoxidável AISI 304, com tempa, medindo 30X16X8 cm.					
49	15,00	UN	FAMI MODELO: 1156	R\$188,0000	R\$2.820,0000
Especificação: Nebulizador com 4 saídas. Aparelho de aerosol com 04 saídas, com suporte para as mascaras, 04 kit de nebulização, compressor isento de óleo, regua com valvula de impacto para retenção do ar, potencia 1/3 ou 1/4 hp 50/60 hz, rotacao 1.750 rpm, 40 libras 2,8 bar, protetor termico que desligar io equipamento automaticamente quando o mesmo sofre aquecimento ou descarga eletrica, tensao 220 v					
79	12,00	UN	OLIDEF MODELO: C-71 PLUS	R\$1.140,0000	R\$13.680,0000

Especificação: Oxímetro de pulso portátil digital, adulto e infantil - Monitor de dedo. Mede e mostra valores confiáveis da SpO2 e da frequência cardíaca. Indicador de pulso. Botão único de ligação para facilitar a operação. Visor Grande de fácil visualização (LED). Compacto, portátil e iluminado. Capacidade das pilhas para uso contínuo de aproximadamente 18 horas. Alimentação através de duas pilhas alcalinas "AAA". Dispositivo desliga automaticamente após 8 segundos sem atividade. Utiliza 2 pilhas AAA. Inclui cordão para o pescoço. Peso: 37g (excluindo as pilhas) Faixa de Medição Saturação: 35% - 100%. Precisão da SpO2: 70% - 99% com desvio de $\pm 2\%$, Faixa de Medição Pulso: 30-250 bpm. Pulsação: 30 - 250 bpm com desvio de ± 3 bpm. Atualização de dados: menos de 2 segundos - Média: 4 para SpO2; 8 para Pulsação. Parâmetros: SpO2 e Pulso. Com barra Gráfica e indicador de carga baixa.					
85	50,00	UN	IMFTEC MODELO: IMFTEC A	R\$224,0000	R\$11.200,0000
Especificação: Pinça kocher 14cm curva; Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420; Embalagem: Plástica individual, constando os dados de identificação, procedência e rastreabilidade; Garantia: 10 anos; Certificações: Fabricado de acordo com Padrões, Internacionais de Qualidade, Normas da ABNT, CE. Sendo 20 unidades para UPA e 60 unidades UBS's.					
100	20,00	UN	ABC MODELO: 0236	R\$28,0000	R\$560,0000
Especificação: Suporte para soro de parede, confeccionado em aço inoxidável com 4 ganchos na horizontal com 1,05m de comprimento, distância entre os ganchos de 10 cm. Com movimentos semicirculares (180°). suporte da haste confeccionada em alumínio fundido polido.					
108	20,00	UN	RENASCEER MODELO: RN13010	R\$75,0000	R\$1.500,0000
Especificação: Termômetro timpânico, para medição de temperatura. Características gerais escala de temperatura deve compreender a faixa de 34 a 42 graus. Resolução de 0,1°C. Precisão de $\pm 0,2$ °C. Tipo: Digital Auricular. Sinalização do final da medição. Capacidade de memorizar pelo menos as duas últimas medições. Características Elétricas: Alimentação por baterias ou pilhas.					
112	3,00	UN	INCOTERM MODELO: TCI 100	R\$180,0000	R\$540,0000
Especificação: Kit caixa cirúrgica para dissecação venosa/flebotomia contendo os seguintes itens: 01 Cuba redonda para assepsia em inox medindo 8 x 4 cm; Capacidade 140 mL; confeccionado em aço inox AISI 301 01 Cabo de bisturi nº 03 em inox; 01 Porta agulha de Mayo -Hegar, com vîdea, medindo entre 12 e 14 cm em inox; 01 Pinça Adson delicada sem dente em inox medindo entre 10 e 12 cm; 01 Pinça Adson delicada com dente em inox medindo entre 10 e 12 cm; 01 Tesoura Metzemaum curva 12 cm; 01 Tesoura Mayo-Stile reta em inox medindo entre 10 e 12 cm; 02 Pinças Halstead-mosquito curva medindo entre 10 e 12 cm; 02 Pinças Halstead-mosquito reta medindo entre 10 e 12 cm; 01 Pinça Collin em inox medindo entre 12 e 14 cm 02 Afastadores de Farabeuf delicados em inox medindo entre 10 e 12 cm; 01 Caixa com tampa perfurada, em aço inox AISI 304, medindo aproximadamente 25 x 12 x 6 cm. Obs.: O instrumental cirúrgico deverá ser confeccionado em aço inox AISI 420.					
119	1,00	KIT	ABC MODELO: CUBA/0025/0359/0163/0164/0331/0326/0223/0222 /0472/0007/ ESTOJO	R\$800,0000	R\$800,0000
Valor Total		(oitenta e três mil e quatrocentos e quarenta e dois reais)			R\$83.442,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº09/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº09/2016 – Pregão Presencial 04/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa JEFERSON DA SILVEIRA ME. OBJETO: Aquisição de móveis, eletroeletrônicos, eletrodomésticos e condicionadores de ar, necessários para a implantação da UPA - Unidade de Pronto Atendimento Centro e para as Unidades de Saúde, bem como, aquisição de camas para o SAMU e materiais de informática para uso do Setor de Informática.

DATA: 19/02/2016 à 18/02/2017.

Nome da Empresa: JEFERSON DA SILVEIRA ME				CNPJ: 12.820.547/0001-12	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Bebedouro elétrico de coluna, pressão, gabinete em aço inox, sem emendas, base plástica de auto impacto; pia em aço inox, torneira para copo e jato cromada com regulagem de jato d'água, conexões hidráulicas internas em material atóxico, Capacidade de resfriamento 5 litros/hora, voltagem 220 ou bivolt. Garantia de 01 ano.					
5	6,00	UN	LIBELL/PRESS BABY	R\$548,5000	R\$3.291,0000
Especificação: Bebedouro do tipo torre (de coluna) com capacidade para garrafão de 20 litros; tensão de alimentação 220V; 02 (duas) torneiras (água natural e gelada); sistema de refrigeração por compressor com uso de gás refrigerante ecológico (R134a); termostato externo para controle gradual da temperatura da água gelada; alto desempenho (mínimo 2,80 litros por hora de água gelada); sistema de abertura automática do garrafão; certificado pelo INMETRO; potência de até 110W; na cor branca. Garantia mínima: 01 ano.					
6	4,00	UN	ESMALTEC EGC35B	R\$624,0000	R\$2.496,0000
Especificação: Cadeira secretária executiva giratória, estrutura preta com braços, com braços, confortável, sistema de regulagem de altura do assento com sistema pneumático, Estofamento do assento em encosto confeccionado em espuma de poliuretano injetado, moldado, de densidade controlada com as seguintes especificações mínimas: Estofado do assento com profundidade: 430 mm, largura 470 mm, espessura 50 mm na superfície útil e 70 mm na ponta caída e densidade 53 Kg/m ³ . Estofado do encosto com altura 350 mm, largura 422 mm e densidade 53 Kg/m ³ , bordas do assento e encosto com perfil de PVC. Rodízios em nylon com duplo giro, coluna com capa telescópica e ajuste de altura do assento por meio de alavanca. Braços com regulagem de altura com apoio. Revestimento em couro na cor azul marinho, contra encosto na cor preto, que atenda os princípios de ergonomia, NR17 e normas técnicas da ABNT.					
10	25,00	UN	GIROK EXECUTIVA	R\$149,0000	R\$3.725,0000
Especificação: Conjunto split (parede) 9.000 btu/h, 220 volts, seguintes especificações mínimas: operação frio e quente, controle-remoto digital, auto programável, silencioso, função desumidificação, distribuição de ar automática, compressor rotativo, filtro removível, menor consumo de energia, dentro das normas da ABNT. Classificação "A". Garantia do conjunto mínimo 02 anos.					

14	40,00	UN	ELGIN SSFIA 9000	R\$1.135,0000	R\$45.400,0000
Especificação: Fogão 04 bocas, mesa em aço inox, com acendimento automático, grandes removíveis, luz no forno; forno autolimpante; tampa de vidro temperado; válvula de segurança, porta de vidro duplo. Certificação do INMETRO. Garantia 01 ano.					
19	10,00	UN	ATLAS AGILE	R\$530,0000	R\$5.300,0000
Especificação: Longarina de 03 lugares, com assento em termoplástico polipropileno copolímero injetado em alta pressão, de formato anatômico, com 05 pares de orifícios oblongados de medida aprox. 6 x 20 mm com as bordas frontais (anteriores) curvadas para baixo, medindo aprox. de 484 mm larguras da superfície x 412mm profundidade da superfície x 30,09mm espessura. Encosto em termoplástico polipropileno injetado em alta pressão, de formato anatômico com apoio lombar, com furos para ventilação corporal do usuário, com 04 pares de orifícios oblongados de medida aprox. 5 x 22 mm. No espaçamento longitudinal entre esses orifícios deverá existir um par de rebaixos, com largura mínima de 4 mm cada rebaixo, para garantir a aderência necessária. Medindo aprox. do encosto 479mm largura x 329mm extensão vertical total x extensão vertical na região do apoio lombar 250 x 20,06mm espessura mínima x 27,8 espessura máxima. Estrutura em aço carbono tubular com pintura epóxi preta, sem braço, cor azul.					
23	25,00	UN	LJL MOD. ISO	R\$179,5000	R\$4.487,5000
Especificação: Longarina 04 lugares, com assento em termoplástico polipropileno copolímero injetado em alta pressão, de formato anatômico, com 05 pares de orifícios oblongados de medida aprox. 6 x 20 mm com as bordas frontais (anteriores) curvadas para baixo, medindo aprox. de 484 mm larguras da superfície x 412mm profundidade da superfície x 30,09mm espessura. Encosto em termoplástico polipropileno injetado em alta pressão, de formato anatômico com apoio lombar, com furos para ventilação corporal do usuário, com 04 pares de orifícios oblongados de medida aprox. 5 x 22 mm. No espaçamento longitudinal entre esses orifícios deverá existir um par de rebaixos, com largura mínima de 4 mm cada rebaixo, para garantir a aderência necessária. Medindo aprox. do encosto 479mm largura x 329mm extensão vertical total x extensão vertical na região do apoio lombar 250 x 20,06mm espessura mínima x 27,8 espessura máxima. Estrutura em aço carbono tubular com pintura epóxi preta, sem braço, cor azul.					
24	40,00	UN	LJL MOD. ISO	R\$249,5000	R\$9.980,0000
Especificação: HD - disco rígido SATA3 1TB 7200RPM 6GB/S 64MB CACHE					
39	50,00	UN	SEAGATE ST1000DX001	R\$344,0000	R\$17.200,0000
Especificação: Teclado e mouse sem fio com tecnologia 2,4GHZ e que acompanhe pilhas alcalinas, teclado com 107 teclas com padrão ABNT2 compatível com WINDOWS XP, VISTA, 7, 8, 8.1, 10, LINUX E MAC.					
44	10,00	KIT	C3TECH K-W600BK	R\$84,0000	R\$840,0000
Valor Total		(noventa e dois mil, setecentos e dezenove reais e cinquenta centavos)			R\$92.719,50

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº10/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº10/2016 – Pregão Presencial 04/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MARIA HELENA COMERCIO DE MOVEIS EIRELLI -ME. OBJETO: Aquisição de móveis, eletroeletrônicos, eletrodomésticos e condicionadores de ar, necessários para a implantação da UPA - Unidade de Pronto Atendimento Centro e para as Unidades de Saúde, bem como, aquisição de camas para o SAMU e materiais de informática para uso do Setor de Informática.

DATA: 19/02/2016 à 18/02/2017.

Nome da Empresa: MARIA HELENA COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI - ME				CNPJ: 80.121.858/0001-43	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Armário Baixo fechado, 02 portas com fechadura em aço e chave duplicada, em MDF de 25mm, uma prateleira interna, pés, dobradiças Metálicas, dimensões: altura: 800 mm, largura: 800 mm, profundidade: 450 mm, cor branca. Tampo em MDP ou MDF de no mínimo 22 mm, revestidos com BP. Base, laterais e portas em MDP ou MDF de 18 mm, revestidos com BP, mesma cor do tampo. Fundo em MDP ou MDF de no mínimo 10 mm, revestido com BP, mesma cor do tampo, fundo e portas revestidos com BP na mesma cor do tampo. Prateleira fixada com pinos autotrivantes em zamak. Todas as bordas devem ser revestidas por fitas de PVC ou ABS. As laterais, o tampo e a base inferior devem ser ligados entre si pelo sistema mini-fix com buchas metálicas e cavilhas. Dobradiças de aço ou zamak. Garantia de no mínimo 01 ano.					
3	15,00	UN	MARIA E HELENA/ AB01	R\$199,0000	R\$2.985,0000
Especificação: Cadeira fixa com 04 pés, com assento em termoplástico polipropileno copolímero injetado em alta pressão, de formato anatômico, com 05 pares de orifícios oblongados de medida aprox. 6 x 20 mm com as bordas frontais (anteriores) curvadas para baixo, medindo aprox. de 484 mm larguras da superfície x 412mm profundidade da superfície x 30,09mm espessura. Encosto o em termoplástico polipropileno injetado em alta pressão, de formato anatômico com apoio lombar, com furos para ventilação corporal do usuário, com 04 pares de orifícios oblongados de medida aprox. 5 x 22 mm. No espaçamento longitudinal entre esses orifícios deverá existir um par de rebaixos, com largura mínima de 4 mm cada rebaixo, para garantir a aderência necessária. Medindo aprox. do encosto 479mm largura x 329mm extensão vertical total x extensão vertical na região do apoio lombar 250 x 20,06mm espessura mínima x 27,8 espessura máxima. Estrutura em aço carbono tubular com pintura epóxi preta, sem braço, cor azul marinho.					
7	200,00	UN	MR PLAST/ M700	R\$62,0000	R\$12.400,0000

Especificação: Cadeira secretária, giratória com regulagem de altura com pistão a gás, com braço. Assento e encosto em compensado multilaminado anatômico, com curvatura lombar, com espuma injetada de no mínimo 50 mm de espessura, densidade 55, revestimento em couro na cor azul marinho. União do assento e encosto revestido em material tipo sanfona. Bordas protegidas com perfil de PVC e coluna central protegida por uma capa e hastes totalmente revestidas na parte superior com polipropileno injetado, sobre rodízios. Peças Injetadas não devem apresentar rebarbas, falhas de injeção ou partes cortantes, devendo ser utilizados materiais puros e pigmentos atóxicos. Em todas as uniões de partes metálicas, deverá haver no mínimo dois cordões de solda em lados opostos. Soldas deverão ter superfícies lisas e homogêneas, devendo não apresentar nenhuma superfície áspera, pontos cortantes ou escórias. Para fabricação é indispensável seguir especificações técnicas e atender as recomendações das normas específicas para cada material. Garantia 01 ano.

8	60,00	UN	MARIA E HELENA/ CS01	R\$123,0000	R\$7.380,0000
---	-------	----	----------------------	-------------	---------------

Especificação: Gaveteiro volante 03 gavetas com tranca simultânea, com chave duplicada, corredeiras metálicas deslizantes. Dimensões aprox.: 0,46cm largura x 0,63m altura x profundidade 0,46, na cor branca. Tampo em MDP ou MDF de 25 mm revestido em BP em ambas as faces. Cor branca. Laterais, fundo e base em MDP ou MDF de 18 mm, revestidos em BP em ambas as faces. Todas as bordas devem ser revestidas com fita de PVC ou ABS. Quatro rodízios duplos, com rodas de 48 mm (mínimo). Rodas para pisos frios revestidas de material resistente. Frente das gavetas em MDP ou MDF de 18 mm de espessura, revestida em BP texturizado em ambas as faces. Um puxador por gaveta, tipo alça, inteiramente metálico, de liga não-ferrosa, cromado ou niquelado. Fechadura localizada na frente da gaveta superior com fechamento simultâneo das três gavetas. Garantia 01 ano.

21	8,00	UN	MARIA E HELENA/ GV01	R\$169,0000	R\$1.352,0000
----	------	----	----------------------	-------------	---------------

Especificação: Mesa em L, com tampo em MDF ou MDP de 25mm, revestimentos em laminado melaminico de alta pressão de 06 mm, medindo 1.400X1.400X600x750 mm, com acabamento arredondado na cor branca, passa-fios em polipropileno injetado, bordas revestidas com fita de PVC ou ABS, na mesma cor, com seção semi-círculo (ângulo de 180°) com encaixe em "T" no lado de contato com usuário. Nos demais lados, fita de PVC ou ABS com raio mínimo de 2,5 mm, 3 gavetas com corredeiras telescópicas, puxadores em plástico resistente na cor branco, acabamentos pos forming nas gavetas, estrutura sob o tampo confeccionada em aço carbono SAE 1010/1020 com apoios reguláveis no piso, injetados em nylon ou polipropileno. Nas partes metálicas prever furos internos na estrutura para drenagem do líquido de tratamento. Aplicar tratamento anticorrosivo que assegure resistência à corrosão em câmara de névoa salina de no mínimo 300 horas, em uma atmosfera conforme especificação da NBR 8094 e pintura eletrostática a pó, tinta híbrida epóxi/poliéster, polimerizada em estufa, espessura mínima de 40 micrometros, na cor PRETA. Fixação do tampo e painel com parafusos e buchas metálicas. Peças Injetadas não devem apresentar rebarbas, falhas de injeção ou partes cortantes, devendo ser utilizados materiais puros e pigmentos atóxicos, em todas as uniões de partes metálicas, deverá haver no mínimo dois cordões de solda em lados opostos, soldas e partes metálicas deverão ter superfícies lisas e homogêneas, devendo não apresentar nenhuma superfície áspera, pontos cortantes ou escórias. Garantia de 01 ano.

25	10,00	UN	MARIA E HELENA/ ML01	R\$338,0000	R\$3.380,0000
----	-------	----	----------------------	-------------	---------------

Especificação: Mesa para escritório em MDF ou MDP de 25mm, revestimento em laminado melaminico de alta pressão de 06mm, medindo: 1.200X800mX750mm, na cor branco, acabamento pos forming, com 03 gavetas com corredeiras telescópicas, puxadores em plástico resistente na cor branco, acabamento em pos forming nas gavetas, passa-fios no tampo, em polipropileno injetado, estrutura confeccionada em aço carbono SAE 1010/1020 com quatro apoios reguláveis no piso em nylon ou polipropileno injetado, suporte para passagem de fiação vertical e horizontal, nas partes metálicas prever furos internos na estrutura para drenagem do líquido de tratamento, aplicar tratamento anticorrosivo que assegure resistência à corrosão em câmara de névoa salina de no mínimo 300 horas, em uma atmosfera conforme especificação da NBR 8094 e pintura eletrostática a pó, tinta híbrida epóxi/poliéster, polimerizada em estufa, espessura mínima de 40 micrometros, na cor PRETA, fixação do tampo e painel com buchas metálicas e parafusos, peças Injetadas não devem apresentar rebarbas, falhas de injeção ou partes cortantes, devendo ser utilizados materiais puros e pigmentos atóxicos, em todas as uniões de partes metálicas deverá haver no mínimo dois cordões de solda em lados opostos, soldas e partes metálicas deverão ter superfícies lisas e homogêneas, devendo não apresentar nenhuma superfície áspera, pontos cortantes ou escórias. Garantia de 01 ano.

26	40,00	UN	MARIA E HELENA/ ME01	R\$215,0000	R\$8.600,0000
----	-------	----	----------------------	-------------	---------------

Valor Total	(trinta e seis mil e noventa e sete reais)				R\$36.097,00
-------------	--	--	--	--	--------------

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº11/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº11/2016 – Pregão Presencial 04/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa VENTISOL DA AMAZONIA IND DE APARELHOS ELETRICOS LTDA. OBJETO: Aquisição de móveis, eletroeletrônicos, eletrodomésticos e condicionadores de ar, necessários para a implantação da UPA - Unidade de Pronto Atendimento Centro e para as Unidades de Saúde, bem como, aquisição de camas para o SAMU e materiais de informática para uso do Setor de Informática.

DATA: 19/02/2016 à 18/02/2017.

Nome da Empresa: VENTISOL DA AMAZONIA IND DE APARELHOS ELETRICOS LTDA.				CNPJ: 17.417.928/0001-79	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Conjunto split (parede) 12.000 btu/h, 220 volts, seguintes especificações mínimas: operação frio, controle-remoto digital, auto programável, silencioso, função desumidificação, distribuição de ar automática, compressor rotativo, filtro removível, menor consumo de energia, dentro das normas da ABNT. Classificação "A". Garantia do conjunto, mínimo 02 anos.					
15	30,00	UN	Agratto/Ventisol R412F-02	R\$996,4500	R\$29.893,5000
Valor Total	(vinte e nove mil, oitocentos e noventa e três reais e cinquenta centavos)				R\$29.893,50

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº12/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº12/2016 – Pregão Presencial 04/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa VINICIUS GOEDERT ME. OBJETO: Aquisição de móveis, eletroeletrônicos, eletrodomésticos e condicionadores de ar, necessários para a implantação da UPA - Unidade de Pronto Atendimento Centro e para as Unidades de Saúde, bem como, aquisição de camas para o SAMU e materiais de informática para uso do Setor de Informática.

DATA: 19/02/2016 à 18/02/2017.

Nome da Empresa: VINICIUS GOEDERT ME					CNPJ: 14.249.022/0001-02
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Óleo desengripante aerosol que não contenha água, querosene ou silicone, frasco com 300ml.					
45	5,00	FRS	LUB	R\$18,9000	R\$94,5000
Valor Total		(noventa e quatro reais e cinquenta centavos)			R\$94,50

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº13/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº13/2016 – Pregão Presencial 04/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa COMP1 INFORMATICA LTDA –EPP. OBJETO: Aquisição de móveis, eletroeletrônicos, eletrodomésticos e condicionadores de ar, necessários para a implantação da UPA - Unidade de Pronto Atendimento Centro e para as Unidades de Saúde, bem como, aquisição de camas para o SAMU e materiais de informática para uso do Setor de Informática.

DATA: 19/02/2016 à 18/02/2017.

Nome da Empresa: COMP1 INFORMATICA LTDA - EPP					CNPJ: 17.299.299/0001-20
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Televisor tela de LED, 42 polegadas, com as seguintes especificações mínimas: Full HD, com conversor integrado, 02 entrada de HDMI, 1 entrada USB. Acompanhar suporte fixo universal para a Tv. Garantia mínima 01 ano.					
34	5,00	UN	AOCLE43D1452 SBRU750	BRASFORMA R\$1.750,0000	R\$8.750,0000
Especificação: HD Externo - Capacidade De 2TB; 3,5; USB 3.0.					
40	10,00	UN	SEAGATE STB 2000200 EXPNSION	R\$550,0000	R\$5.500,0000
Especificação: Pendrive de 128 GB, 3.0.					
46	10,00	UN	KINGSTON DTIG4 12GB DATATRAVER 128GB	R\$293,0000	R\$2.930,0000
Valor Total		(dezessete mil e cento e oitenta reais)			R\$17.180,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº14/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº14/2016 – Pregão Presencial 04/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MARCELO WEINRICH ME. OBJETO: Aquisição de móveis, eletroeletrônicos, eletrodomésticos e condicionadores de ar, necessários para a implantação da UPA - Unidade de Pronto Atendimento Centro e para as Unidades de Saúde, bem como, aquisição de camas para o SAMU e materiais de informática para uso do Setor de Informática.

DATA: 19/02/2016 à 18/02/2017.

Nome da Empresa: MARCELO WEINRICH ME					CNPJ: 13.984.763/0001-66
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Tela de projeção, material: Suporte em aço/ferro com pintra eletrostática na cor branco, tela em tecido tipo Matte White ; Fixação : Suporte tri-pé; Tamanho total da tela de projeção mínimo de 2,00 x 1,50 m; Tração manual. Garantia mínimo 01 ano.					
33	6,00	UN	Nardelli -Tela Tripé Standard NRT-004 (98") medidas: 2.00 x 1.50	R\$472,9900	R\$2.837,9400
Valor Total		(dois mil, oitocentos e trinta e sete reais e noventa e quatro centavos)			R\$2.837,94

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº15/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº15/2016 – Pregão Presencial 04/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PEIXER – COMERCIO, SERVICOS E ALUGUEIS LTDA - ME. OBJETO: Aquisição de móveis, eletroeletrônicos, eletrodomésticos e condicionadores de ar, necessários para a implantação da UPA - Unidade de Pronto Atendimento Centro e para as Unidades de Saúde, bem como, aquisição de camas para o SAMU e materiais de informática para uso do Setor de Informática.

DATA: 19/02/2016 à 18/02/2017.

Nome da Empresa: PEIXER - COMERCIO, SERVICOS E ALUGUEIS LTDA - ME					CNPJ: 07.436.274/0001-77
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Aquecedor elétrico, termoventilador. Especificações mínimas: base giratória, que proporcione direcionamento de fluxo de ar. Alta potência para aquecimento, portátil, isolamento duplo. Sistema de aquecimento instantâneo, silencioso, dispositivo de segurança, termostato ajustável, alça para transporte, grade protetora, dois níveis de potência, potência de 2.000 Watts. Capacidade de aquecimento para ambientes de aproximadamente 25m2. Regulagem de fluxo de ar para ventilação e aquecimento, voltagem 220 ou bivolt, baixo consumo de energia. Manual em português. Garantia 01 ano.					
1	10,00	UN	Cadence - AQC412	R\$123,0000	R\$1.230,0000
Valor Total		(um mil e duzentos e trinta reais)			R\$1.230,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº16/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº16/2016 – Pregão Presencial 04/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS P/ ESCRITORIO LTDA ME. OBJETO: Aquisição de móveis, eletroeletrônicos, eletrodomésticos e condicionadores de ar, necessários para a implantação da UPA - Unidade de Pronto Atendimento Centro e para as Unidades de Saúde, bem como, aquisição de camas para o SAMU e materiais de informática para uso do Setor de Informática.

DATA: 19/02/2016 à 18/02/2017.

Nome da Empresa: GRANMEYER MÓVEIS E EQUIPAMENTOS P/ ESCRITORIO LTDA ME					CNPJ: 07.199.886/0001-93
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Cama solteiro com cabeceira, estrutura em madeira maciça.medindo 1,90X0,90m. Suportando até 110 kg. Com colchão em espuma D33, revestido em tecido, medindo 1,88X0,88m.					
11	4,00	UN	GRAN MÓVEIS	R\$599,0000	R\$2.396,0000
Valor Total		(dois mil e trezentos e noventa e seis reais)			R\$2.396,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº17/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº17/2016 – Pregão Presencial 04/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa GISIANE MATILDE VIEIRA ME. OBJETO: Aquisição de móveis, eletroeletrônicos, eletrodomésticos e condicionadores de ar, necessários para a implantação da UPA - Unidade de Pronto Atendimento Centro e para as Unidades de Saúde, bem como, aquisição de camas para o SAMU e materiais de informática para uso do Setor de Informática.

DATA: 19/02/2016 à 18/02/2017.

Nome da Empresa: GISIANE MATILDE VIEIRA ME					CNPJ: 10.790.021/0001-01
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Armário Alto fechado, 02 portas, fechadura em aço com chave duplicada, em MDP ou MDF de 25mm, quatro prateleiras internas formando cinco vãos com alturas iguais. Dimensões: 1.600 mm (altura), 800 mm (largura), 450 mm (profundidade), cor branca. Tampo em MDP ou MDF de no mínimo 22 mm, revestidos com BP. Base, laterais e portas em MDP ou MDF de 25 mm, revestidos com BP, mesma cor do tampo. Fundo em MDP ou MDF de no mínimo 10 mm, revestidos com BP, mesma cor do tampo. Prateleiras reguláveis em MDP ou MDF de 18 mm, justapostas entre as laterais, o fundo e as portas do armário, revestidas com BP na mesma cor do tampo. Todas as prateleiras devem ser fixadas com pinos autotravantes em zamak. Todas as bordas devem ser revestidas por fitas de PVC ou ABS. As laterais, o tampo e a base inferior devem ser ligados entre si pelo sistema mini-fix com buchas metálicas e cavilhas. Dobradiças em aço. Garantia de no mínimo 01 ano.					
2	35,00	UN	MSI A2P	R\$280,0000	R\$9.800,0000
Especificação: Aquivo de aço para pastas suspensa, confeccionado em chapa de aço de no mínimo 22, medindo aprox. 133X47X57, com 04 gavetas dotadas de corrediças providas de rolamentos em número de oito por gavetas, trilhos telescópicos, guia, haste de travamento das gavetas em chapa 16, com uma fechadura central, puxadores inteiramente metálicos, de liga não ferrosa, cromados ou niquelados, pintura epóxi na cor cinza.					
4	15,00	UN	MSI /ARA	R\$548,0000	R\$8.220,0000

Especificação: Cadeira secretária, giratória com regulagem de altura com pistão a gás, sem braço. Assento e encosto em compensado multilaminado anatômico, com curvatura lombar, com espuma injetada de no mínimo 50 mm de espessura, densidade 55 e revestimento em couro na cor azul marinho. Altura do assento em no mínimo 06 posições. Bordas protegidas com perfil de PVC e coluna central protegida por uma capa e haste totalmente revestida na parte superior com polipropileno injetado, sobre rodízios.

9	70,00	UN	MSI/CADB	R\$99,0000	R\$6.930,0000
Especificação: Estante de aço modular, com reforço tipo X, suportar peso de no mínimo 100 kg, com 6 prateleiras reguláveis, medindo aprox. altura: 1,98 m x largura: 0,92 m x profundidade: 0,30 m, com tratamento anti-ferrugem e pintura epóxi, na cor cinza.					
18	30,00	UN	MSI/EA	R\$155,0000	R\$4.650,0000
Valor Total		(vinte e nove mil e seiscentos reais)			R\$29.600,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº18/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº18/2016 – Pregão Presencial 04/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa FRIMAC REFRIGERAÇÃO EIRELI ME. OBJETO: Aquisição de móveis, eletroeletrônicos, eletrodomésticos e condicionadores de ar, necessários para a implantação da UPA - Unidade de Pronto Atendimento Centro e para as Unidades de Saúde, bem como, aquisição de camas para o SAMU e materiais de informática para uso do Setor de Informática.

DATA: 19/02/2016 à 18/02/2017.

Nome da Empresa: FRIMAC REFRIGERAÇÃO EIRELI ME				CNPJ: 17.613.341/0001-35	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Conjunto split (parede) 18.000 btu/h, 220 volts, seguintes especificações mínimas: operação frio, controle-remoto digital, auto programável, silencioso, função desumidificação, distribuição de ar automática, compressor rotativo, filtro removível, menor consumo de energia, dentro das normas da ABNT. Classificação "A". Garantia do conjunto, mínimo 02 anos.					
16	10,00	UN	KOMEKO KOS18FC	R\$2.189,0000	R\$21.890,0000
Valor Total		(vinte e um mil e oitocentos e noventa reais)			R\$21.890,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº19/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº19/2016 – Pregão Presencial 04/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PERFORM TECNOLOGIA LTDA - EPP. OBJETO: Aquisição de móveis, eletroeletrônicos, eletrodomésticos e condicionadores de ar, necessários para a implantação da UPA - Unidade de Pronto Atendimento Centro e para as Unidades de Saúde, bem como, aquisição de camas para o SAMU e materiais de informática para uso do Setor de Informática.

DATA: 19/02/2016 à 18/02/2017.

Nome da Empresa: PERFORM TECNOLOGIA LTDA - EPP				CNPJ: 21.873.370/0001-03	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Projetor de imagens tipo mesa e teto. ("Data Show"), Especificações mínimas: Tipo de LCD TFT de polissilício 3 LCD. Brilho 3000 Lúmens. Contraste 3000:1. Resolução suportada SVGA. Resolução Máxima 1400 x 1050 pixels. Reprodução de Cor Full Color - 16,77 milhões de cores. Vida útil 6000H (baixa luminosidade). Distância de Projeção 0.9 até 9,0 mt Tamanho 23" - 350". Entrada HDMI x 1 Computador : VGA RGB (D-sub 15-pinos) x 1 S-Vídeo: Mini DIN x 1 Video Composto: RCA (amarelo) x1 USB Tipo A x 1 (Memoria USB, Wi-fi) USB Tipo B x 1 (USB Display, Mouse, Controle) Audio: RCA x 2 (vermelho/branco) Saída HDMI, HDTV READY, PC, DVD, RGB, USB, VÍDEO, VÍDEO COMPONENTE, VÍDEO COMPOSTO Conexão para PC e DVD. Faixa de Zoom 1 - 1.35 (digital). Com HDTV Ready, Full HD, Sistema de Som Embutido e Controle Remoto. Tipo de Suporte Compatível com PC/Mac. Garantia 36 meses. Itens Inclusos: 1 Cabo de Alimentação; 2 Pilhas AA; 1 Controle Remoto; 1 Projetor+A15:C96; 1 suporte fixo de teto.					
27	5,00	UN	EPSON	R\$2.174,0000	R\$10.870,0000
Especificação: Fonte, potência 400W ou mais, bivolt, certificação: 80 PLUS BRONZE					
37	100,00	UN	PCYES	R\$228,8500	R\$22.885,0000
Especificação: Kit, placa mãe, processador, memória - placa mãe com HDMI PORT, VGA PORT, DVI PORT, USB 3.0 PORTS, lan, audio, Expansion Slot, SATA 3GB/S PORTS, SATA 6GB/S, 2X DDR3 SLOTS, DIGI+ VRM, SUPPORTS 22NM CPU, SOCKET 1150. Processador com frequência 3,1GHZ OU MAIS, CACHE L1:4X 32KB + 32KB, L2: 4X 256KB, L3: 6MB. Memória DDR3 8GB 1600MHZ.					
38	10,00	KIT	ASUS, INTEL, Kingston	R\$1.496,7200	R\$14.967,2000
Especificação: Memória - Pente de 4GB 1666MHZ DDR3.					
42	30,00	UN	KINGSTON	R\$126,5000	R\$3.795,0000
Especificação: Memória - Pente de 2GB 800MHZ DDR2					
43	20,00	UN	KINGSTON	R\$88,0000	R\$1.760,0000
Valor Total		(cinquenta e quatro mil, duzentos e setenta e sete reais e vinte centavos)			R\$54.277,20

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº20/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº20/2016 – Pregão Presencial 04/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa TECNOFORTE EIRELLI. OBJETO: Aquisição de móveis, eletroeletrônicos, eletrodomésticos e condicionadores de ar, necessários para a implantação da UPA - Unidade de Pronto Atendimento Centro e para as Unidades de Saúde, bem como, aquisição de camas para o SAMU e materiais de informática para uso do Setor de Informática.

DATA: 19/02/2016 à 18/02/2017.

Nome da Empresa: TECNOFORTE EIRELI					CNPJ: 21.613.975/0001-65
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Forno microondas capacidade 31 litros, com as seguintes especificações mínimas: potência 900, branco, prato giratório com trava de segurança, voltagem 220 ou bivolt, função timer e memória. Garantia de 01 ano.					
20	8,00	UN	ELETROLUX MEP41	R\$486,0000	R\$3.888,0000
Especificação: Lavadora de roupa, nova, capacidade para lavar 12 kg de roupas, com as seguintes especificações mínimas: visualizador das etapas de lavagem, seleção do nível de água 03 níveis, seleção do programa de lavagem, abertura da tampa na parte superior, painel com comando manual, sem aquecimento de água, voltagem 220 ou bivolt. - Garantia 01 ano.					
22	8,00	UN	ELETROLUX LTD 12	R\$1.330,0000	R\$10.640,0000
Especificação: Refrigerador, cor branca, com as seguintes especificações mínimas: 240 litros, degelo automático, gavetão de Frutas, iluminação Interna, prateleiras removíveis e aramadas com altura regulável, trava de segurança, classificação energética " A ". Voltagem 220 ou bivolt. Garantia 01 ano.					
29	10,00	UN	CONTINENTAL RUCT270	R\$1.020,0000	R\$10.200,0000
Especificação: Refrigerador duplex, cor branca, com as seguintes especificações mínimas: 445 litros, degelo automático, frost free, gavetão de frutas, iluminação interna, prateleiras removíveis e aramadas com altura regulável, trava de segurança, classificação energética " A ", voltagem 220 ou bivolt. Garantia 01 ano.					
30	1,00	UN	CONTINENTAL RFCT 501	R\$2.105,0000	R\$2.105,0000
Valor Total		(vinte e seis mil e oitocentos e trinta e três reais)			R\$26.833,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº21/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº21/2016 – Pregão Presencial 04/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa E&AR EQUIPAMENTOS DE REFRIGERACAO EIRELLI. OBJETO: Aquisição de móveis, eletroeletrônicos, eletrodomésticos e condicionadores de ar, necessários para a implantação da UPA - Unidade de Pronto Atendimento Centro e para as Unidades de Saúde, bem como, aquisição de camas para o SAMU e materiais de informática para uso do Setor de Informática.

DATA: 19/02/2016 à 18/02/2017.

Nome da Empresa: E&AR EQUIPAMENTOS DE REFRIGERACAO EIRELI EPP					CNPJ: 05.368.504/0001-82
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Conjunto split (parede) 30.000 btu/h, 220 volts, seguintes especificações mínimas: operação frio, controle-remoto digital, auto programável, silencioso, função desumidificação, distribuição de ar automática, compressor rotativo, filtro removível, menor consumo de energia, dentro das normas da ABNT. Classificação "A ou B". Garantia do conjunto mínimo 02 anos.					
17	6,00	UN	ELGIN / HEFI30B2NA - HEFE30B2NA	R\$4.180,0000	R\$25.080,0000
Valor Total		(vinte e cinco mil e oitenta reais)			R\$25.080,00

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 040/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

TERMO ADITIVO N.º 040/2016 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º37/2016 – PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a pessoa jurídica DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: – Fica alterada a empresa fornecedora do item 123 (Salbutamol 100mcg aerosol c/ 200 doses) da Ata de Registro de Preços nº 37/2016 para a Dimaster Comércio de Produtos Hospitalares LTDA. O valor unitário do item 123 passa a ser R\$ 6,80 (seis reais e oitenta centavos).

DATA: 24/08/2016.

Palma Sola

PREFEITURA

DECRETO Nº 098/2016

Decreto nº 098, de 29 de Agosto de 2016.

Dispõe sobre os procedimentos do Poder Executivo, que garante o acesso à informação previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição, e regulamenta a Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011.

O Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os Incisos VI, XXV e XXX, do Art. 73, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto regulamenta, no âmbito do Poder Executivo da Prefeitura Municipal de Palma Sola, os procedimentos para a garantia do acesso à informação e para a classificação de informações sob restrição de acesso, observados grau e prazo de sigilo, conforme o disposto na Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.

Art. 2º Os órgãos e as entidades do Poder Executivo Municipal assegurarão, às pessoas naturais e jurídicas, o direito de acesso à informação, que será proporcionado mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão, observados os princípios da administração pública e as diretrizes previstas na Lei no 12.527/2011.

Art. 3º A busca e o fornecimento da informação são gratuitos, ressalvada a cobrança do valor referente ao custo dos serviços e dos materiais utilizados, tais como reprodução de documentos, mídias digitais e postagem.

Parágrafo único. Está isento de ressarcir os custos dos serviços e dos materiais utilizados aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei no 7.115, de 29 de agosto de 1983.

CAPÍTULO II DA ABRANGÊNCIA

Art. 4º Sujeitam-se ao disposto neste Decreto os órgãos da administração direta e indireta do Município de Palma Sola/SC.

Parágrafo Único. Para estes efeitos considera-se administração indireta além das autarquias, fundações públicas, empresas públicas, consórcio públicos e sociedades de economia mista, as entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos ou subvenções sociais do Município, ou com este mantenha contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres.

Art. 5º O acesso à informação disciplinado neste Decreto não se aplica aos casos de documentos sigilosos, como:

- I – a ficha cadastral com os dados pessoais do servidor público;
- II – os dados fiscais repassados pelo contribuinte para efeitos de cadastramento e lançamento fiscal;
- III – o conteúdo dos envelopes para habilitação e propostas em processos licitatórios de qualquer natureza enquanto a lei exigir que permaneçam lacrados; e
- IV – o prontuário médico de pacientes e as notificações compulsórias contendo a identificação de pacientes com doenças infecto-contagiosas.

Parágrafo único. Havendo dúvida quanto ao sigilo da informação em hipóteses diferentes das exemplificadas nos incisos, o acesso será permitido após a concordância do titular do órgão.

CAPÍTULO III

DA TRANSPARÊNCIA ATIVA

Art. 6º É dever dos órgãos da administração direta e indireta, sempre que possível, independente de requerimento, a divulgação em seus sítios na Internet de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, observadas as normas de publicações e as exceções previstos neste Decreto e na Lei 12.571/2011.

Parágrafo único. As informações poderão ser disponibilizadas por meio de ferramenta de redirecionamento de página na Internet, quando estiverem disponíveis em outros sítios governamentais.

CAPÍTULO IV

DA TRANSPARÊNCIA PASSIVA

Seção I

Do Serviço de Informação ao Cidadão

Art. 7º O serviço de informações ao cidadão no âmbito da Administração direta e indireta do Poder Executivo municipal será coordenado pela Secretaria Municipal de Administração a quem compete orientar, cobrar e fiscalizar a efetividade por parte dos órgãos públicos e suas unidades na prestação deste serviço, devendo:

- I – atender e orientar o público quanto ao acesso à informação;
- II – receber e registrar pedidos de acesso à informação;
- III – encaminhar o pedido recebido ao órgão ou unidade responsável pelo fornecimento da informação, quando couber; e
- IV – informar sobre a tramitação de documentos.

Seção II

Do Pedido de Acesso à Informação

Art. 8º. Qualquer pessoa, natural ou jurídica, poderá formular pedido de acesso à informação.

§ 1º O pedido será apresentado por escrito, no Setor de Informação ao Cidadão, localizado na sede da Prefeitura Municipal, ou em formulário padrão, a ser elaborado e disponibilizado no setor de protocolo Geral ou no sítio do Município.

§ 2º É facultada a apresentação de pedidos de acesso à informação por qualquer outro meio legítimo, como correspondência eletrônica ou física, desde que atendidos os requisitos do art. 10 deste Decreto.

§ 3º O prazo de resposta será contado a partir da data de apresentação do pedido.

Art. 9º. O pedido de acesso à informação deverá conter:

- I – nome do requerente;
- II – número de documento de identificação válido;
- III – especificação, de forma clara e precisa, da informação requerida; e
- IV – endereço físico ou eletrônico do requerente, para recebimento de comunicações ou da informação requerida.

Parágrafo único. A falta de um dos requisitos previstos nos incisos deste artigo exime o fornecimento da informação e implica na devolução do requerimento pelo mesmo meio em que foi feito, sugerindo-se a complementação do dado faltoso ou incompleto.

Art. 10. Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

- I – genéricos;
- II – desproporcionais ou desarrazoados; ou
- III – que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade.

Parágrafo único. São vedadas exigências relativas aos motivos do pedido de acesso à informação.

Seção III

Do Procedimento de Acesso à Informação

Art. 11. Recebido o pedido e estando a informação disponível, o acesso será imediato.

§ 1º Caso não seja possível o acesso imediato, o órgão ou unidade deverá, no prazo de até vinte dias:

I – enviar a informação ao endereço físico ou eletrônico informado;

II – comunicar data, local e modo para realizar consulta à informação, efetuar reprodução ou obter certidão relativa à informação;

III – comunicar que não possui a informação ou que não tem conhecimento de sua existência;

IV – indicar, caso tenha conhecimento, o órgão ou entidade responsável pela informação ou quem a detenha; ou

V – indicar as razões da negativa, total ou parcial, do acesso.

§ 2º O prazo para resposta do pedido poderá ser prorrogado por dez dias, mediante justificativa encaminhada ao requerente antes do término do prazo inicial de vinte dias.

Art. 12. Caso a informação esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou em outro meio de acesso universal, o órgão ou unidade deverá orientar o requerente quanto ao local e modo para consultar, obter ou reproduzir a informação.

Parágrafo único. Na hipótese do caput o órgão ou unidade desobriga-se do fornecimento direto da informação, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para consultar, obter ou reproduzir a informação.

Art. 13. Quando o fornecimento da informação implicar reprodução de documentos, observado o prazo de resposta ao pedido, será disponibilizado ao requerente Guia de Recolhimento – GR ou documento equivalente, para pagamento dos custos dos serviços e dos materiais utilizados.

Parágrafo único. A reprodução de documentos ocorrerá no prazo de dez dias, contado da comprovação do pagamento pelo requerente ou da entrega de declaração de pobreza por ele firmada, nos termos da Lei no 7.115, de 1983, ressalvadas hipóteses justificadas em que, devido ao volume ou ao estado dos documentos, a reprodução demande prazo superior.

Art. 14. Negado o pedido de acesso à informação, será enviada ao requerente, no prazo de resposta, comunicação com:

I – razões da negativa de acesso e seu fundamento legal;

II – possibilidade e prazo de recurso, com indicação da autoridade que o apreciará.

Seção IV**Dos Recursos**

Art. 15. No caso de negativa de acesso à informação ou de não fornecimento das razões da negativa do acesso, poderá o requerente apresentar recurso no prazo de dez dias, contado da ciência da decisão, à autoridade hierarquicamente superior à que adotou a decisão, que deverá apreciá-lo no prazo de cinco dias, contado da sua apresentação.

CAPÍTULO V**DAS RESPONSABILIDADES**

Art. 16. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público:

I – recusar-se a fornecer informação requerida nos termos deste Decreto, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;

II – utilizar indevidamente, subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontre sob sua guarda, a que tenha acesso ou sobre que tenha conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública;

III – agir com dolo ou má-fé na análise dos pedidos de acesso à informação;

IV – divulgar, permitir a divulgação, acessar ou permitir acesso indevido às informações previstas no art. 5º deste Decreto.

CAPÍTULO VI**DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS**

Art. 17. Os órgãos da administração pública direta e indireta do Município adequarão suas políticas de gestão da informação, promovendo os ajustes necessários aos processos de registro, processamento, trâmite e arquivamento de documentos e informações.

Art. 18. Fica a Secretaria Municipal de Administração responsável pela disponibilização da informação do local e horário de funcionamento do protocolo para recebimento dos pedidos feitos por meio físico e da divulgação do endereço eletrônico para os pedidos feitos através da internet, bem como a disponibilização do modelo de requerimento.

Art. 19. Aplicam-se subsidiariamente as demais normas estabelecidas pela Lei Federal 12.527/2011, aos procedimentos previstos neste Decreto.

Art. 20. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,

em 29 de agosto de 2016.

Domingos Lirio Locatelli

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta data.

Valdemar Gritti,

Secretário de Administração

Palmitos

PREFEITURA

DECRETO 079/2016

DECRETO Nº 079/2016 De 16 de agosto de 2016.	APROVA DESMEMBRAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas por Lei.
---	--

DECRETA

Art. 1º Fica pelo presente Decreto, aprovado o desmembramento do Lote urbano nº 260, com área total de 3.277,00 m², sem benfeitorias, neste Município e Comarca de Palmitos, Estado de Santa Catarina, objeto da matrícula nº 8.800, do Cartório de Registro de Imóveis do Município e Comarca de Palmitos/SC, de propriedade da Sr. Arnoldo Rott, iniciando a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 7003873,678 m e E 286175,130 m deste, segue confrontando com Rua José Aléssio, com azimute 172º07,42 por uma extensão de 25,00 m até o vértice 2 de coordenadas N 7003848,911 m e E 286178,554 m, deste, segue confrontando com Claudedir Roque Camargo, matrícula nº 7.946 CRI de Palmitos, por uma extensão de 50,00 metros, Nelsi Pilger Watte matrícula nº 8.082 CRI de Palmitos, por uma extensão de 14,75 metros e com Celso Lindolfo Rodrigues matrícula nº 3.127, por uma extensão de 55,00 m, perfazendo extensão de 119,75 m com azimute de 261º25'30" até o vértice 3, de coordenadas N 7003831,056 m e E 286060,143 m; deste, segue confrontando com a Rua D. Pedro II, com azimute 351º27'36" por extensão de 30,00 m até o vértice 4 de coordenadas N 7003860,724 m e E 286055,688 m, deste, segue confrontando com Helmuth Wink e Sibila Wink matrícula nº 11.460 CRI de Palmitos, com azimute de 81º25'31", por uma extensão de 56,10 m até o vértice 5 de coordenadas N 7003869,088 m e E 286111,161 m deste segue confrontando com a Rua "A", com azimute de 172º07'42" por uma extensão de 5,00 m até o vértice 6 de coordenadas N 7003864,13 e E 286111,846 m deste segue confrontando com a Rua "A", com azimute de 81º25'28" por uma extensão de 64,00 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

SITUAÇÃO PROPOSTA À DESMEMBRAR

Lote Urbano nº: 260 – A.
Área: 550,00 m².
Sem Benfeitorias.

DESCRIÇÃO PERIMÉTRICA E CONFRONTAÇÕES

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 7.003.873,678m e E 286.175,130m; deste, segue confrontando a nordeste com a Rua José Aléssio, distância de 25,00 m até o vértice 2, de coordenadas N 7.003.848,911m e E 286.178,554m; deste, segue confrontando a sudeste com parte do lote urbano nº 259 de Claudedir Roque Camargo ou quem de direito, distância de 22,00 m até o vértice 3, de coordenadas N 7.003.845,631m e E 286.156,800m; deste, segue confrontando a sudoeste com o lote urbano nº 260-B de Arnoldo Rott ou quem de direito, distância de 25,00 m até o vértice 4, de coordenadas N 7.003.870,398m e E 286.153,376m; deste, segue

DECRETO Nº079/2016
De 16 de agosto de 2016.

confrontando com a noroeste com a rua "A", distância de 22,00 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro a partir de coordenadas N m e E m, e encontram-se representadas no Sistema U T M, referenciadas ao Meridiano Central nº 51º00', fuso-22, tendo como Datum o SIR-GAS2000. Todas as distâncias, área de 550,00 m² e perímetro de 94,00 m foram calculados no plano de projeção U T M.

Lote Urbano nº: 260 – B.
Área: 375,00 m².
Benfeitorias: uma casa alvenaria com área de 100,00 m².

DESCRIÇÃO PERIMÉTRICA E CONFRONTAÇÕES

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 7.003.868,161m e E 286.138,542m; deste, segue confrontando a sudoeste com o lote urbano nº 260-C de Arnoldo Rott ou quem de direito, distância de 25,00 m até o vértice 2, de coordenadas N 7.003.843,394m e E 286.141,967m; deste, segue confrontando a sudeste com parte do lote urbano 259 de Claudedir Roque Camargo ou quem de direito, distância de 15,00 m até o vértice 3, de coordenadas N 7.003.845,631m e E 286.156,800m; deste, segue confrontando a nordeste com o lote urbano nº 260-A de Arnoldo Rott ou quem de direito, distância de 25,00 m até o vértice 4, de coordenadas N 7.003.870,398m e E 286.153,376m; deste, segue confrontando a noroeste com a rua "A", distância de 15,00 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro a partir de coordenadas N m e E m, e encontram-se representadas no Sistema U T M, referenciadas ao Meridiano Central nº 51º00', fuso-22, tendo como Datum o SIR-GAS2000. Todas as distâncias, área de 375,00 m² e perímetro de 80,00 metros foram calculados no plano de projeção U T M.

Lote Urbano nº: 260 – C.
Área: 337,50 m².
Sem Benfeitorias.

DESCRIÇÃO PERIMÉTRICA E CONFRONTAÇÕES

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 7.003.868,161m e E 286.138,542m; deste, segue confrontando a nordeste com o lote urbano nº 260-B de Arnoldo Rott ou quem de direito, distância de 25,00 m até o vértice 2, de coordenadas N 7.003.843,394m e E 286.141,967m; deste, segue confrontando a sudeste com parte do lote urbano nº 259 de Claudedir Roque Camargo e de Nelsi Pilger Watte ou quem de direito, distância de 13,50 m até o vértice 3, de coordenadas N 7.003.841,381m e E 286.128,619m; deste, segue confrontando a sudoeste com o lote urbano 260-D de Arnoldo Rott ou quem de direito, distância de 25,00 m até o vértice 4, de coordenadas N 7.003.866,148m e E 286.125,195m; deste, segue confrontando a noroeste com a rua "A", distância de 13,50 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

DECRETO Nº079/2016

De 16 de agosto de 2016.

Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro a partir de coordenadas N m e E m, e encontram-se representadas no Sistema U T M, referenciadas ao Meridiano Central nº 51°00', fuso-22, tendo como Datum o SIR-GAS2000. Todas as distâncias, área de 337,50 m² e perímetro de 77,00 metros foram calculados no plano de projeção U T M.

Lote Urbano nº: 260 – D.

Área: 337,50 m².

Sem Benfeitorias.

DESCRIÇÃO PERIMÉTRICA E CONFRONTAÇÕES

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 7.003.864,130m e E 286.111,846m; deste, segue confrontando a sudoeste com o lote urbano nº 260-E de Arnoldo Rott ou quem de direito, distância de 25,00 m até o vértice 2, de coordenadas N 7.003.839,367m e E 286.115,270m; deste, segue confrontando a sudeste com parte do lote urbano nº 259 de Nelsi Pilger Watte ou quem de direito, distância de 13,50 m até o vértice 3, de coordenadas N 7.003.841,381m e E 286.128,619m; deste, segue confrontando a nordeste com parte do lote urbano nº 260-C de Arnoldo Rott ou quem de direito, distância de 25,00 m até o vértice 4, de coordenadas N 7.003.866,148m e E 286.125,195m; deste, segue confrontando a noroeste com a rua "A", distância de 13,50 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro a partir de coordenadas N m e E m, e encontram-se representadas no Sistema U T M, referenciadas ao Meridiano Central nº 51°00', fuso-22, tendo como Datum o SIR-GAS2000. Todas as distâncias, área de 337,50 m² e perímetro de 77,00 metros foram calculados no plano de projeção U T M.

REIDENTIFICAÇÃO DA ÁREA

Lote Urbano nº: 260 – E.

Área: 1.677,00 m².

Benfeitorias: Uma casa de alvenaria com área de 405,00 m².

DESCRIÇÃO PERIMÉTRICA E CONFRONTAÇÕES

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 7.003.864,130m e E 286.111,846m; deste, segue confrontando a nordeste com o lote urbano nº 260-D de Arnoldo Rott ou quem de direito, distância de 25,00 m até o vértice 2, de coordenadas N 7.003.839,367m e E 286.115,270m; deste, segue confrontando a sudeste com parte do lote urbano nº 259 de Nelsi Pilger Watte e Celso Lindolfo Rodrigues ou quem de direito, distância de 55,75 m até o vértice 3, de coordenadas N 7.003.831,056m e E 286.060,143m; deste, segue confrontando a sudoeste com a Rua D. Pedro II, distância de 30,00 m até o vértice 4, de coordenadas N 7.003.860,724m e E 286.055,688m; deste, segue confrontando a noroeste com o lote urbano nº 261 de Sibila Wink ou quem de direito, distância de 56,10 m até o vértice 5, de coordenadas N 7.003.869,088m e E 286.111,161m; deste, segue confrontando a nordeste com a rua "A", distância de 5,00 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

DECRETO Nº079/2016

De 16 de agosto de 2016.

Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro a partir de coordenadas N m e E m, e encontram-se representadas no Sistema U T M, referenciadas ao Meridiano Central nº 51°00', fuso-22, tendo como Datum o SIR-GAS2000. Todas as distâncias, área de 1.677,00 m² e perímetro de 171,85 metros foram calculados no plano de projeção U T M.

Art. 2º É parte integrante do presente Decreto: mapa, memorial descritivo e A.R.T. firmado pelo Engenheiro Agrônomo CREA/SC 021.578-8, Parecer Técnico nº 234/2016, do Departamento Municipal de Obras e Engenharia, Parecer Jurídico e cópia da Matrícula nº 8.800, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Palmitos.

Art. 3º Conforme Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, artigo 18, este Decreto possui validade para submetê-lo ao Registro Imobiliário em até 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 16 de agosto de 2016.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

DECRETO 080/2016

<p>DECRETO Nº 080/2016 De 16 de agosto de 2016.</p>	<p>APROVA DESMEMBRAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas por Lei.</p>
---	--

DECRETA

Art. 1º Fica pelo presente Decreto, aprovado o desmembramento dos lotes urbanos nº 17 e 18, da quadra 40, com área de 450,00 m² cada, totalizando uma área de 900 m², sem benfeitorias, localizados na Rua Minas Gerais esquina com a Rua Helmuth Otto, Bairro Bagatini, objeto da matrícula nº 8.239, do Cartório de Registro de Imóveis do Município e Comarca de Palmitos/SC, de propriedade da Sra. Adriana de Oliveira, confrontando ao Nordeste: Com uma rua sem denominação, por uma linha de 30 metros; ao Sudeste: Com uma rua sem denominação por uma linha de 30 metros; ao Suloste: Com os lotes urbanos nº 01 de Neli Bagatini Otto ou quem de direito e nº 02 de Antonio Blanger e Ari Blanger ou quem de direito; e ao Noroeste: Com o lote urbano nº 16 de Antonio Blanger e Ari Blanger ou quem de direito.

SITUAÇÃO PROPOSTA À DESMEMBRAR

Lote Urbano nº 17.

Área: 450,00 m².

Sem Benfeitorias.

DESCRIÇÃO PERIMÉTRICA E CONFRONTAÇÕES

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 7.004.857,68m e E 285.257,44m; deste, segue confrontando, a noroeste, com o lote urbano nº 16 de Mauro Lucca ou quem de

direito, por uma distância de 30,00 m até o vértice 2, de coordenadas N 7.004.835,45m e E 285.237,29m; deste, segue confrontando, a sudoeste, com o lote urbano nº 02 de Mauro Lucca ou quem de direito, por uma distância de 15,00 m até o vértice 3, de coordenadas N 7.004.825,38m e E 285.248,40m; deste, segue confrontando, a sudeste, com o lote urbano nº 18 de Adriana de Oliveira ou quem de direito, por uma distância de 30,00 m até o vértice 4, de coordenadas N 7.004.847,60m e E 285.268,55m; deste, segue confrontando, a nordeste, com a Rua Minas Gerais, e distância de 15,00 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro a partir de coordenadas N m e E m, e encontram-se representadas no Sistema U T M, referenciadas ao Meridiano Central nº 51°00', fuso-22, tendo como Datum o SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área de 450,00 m² e perímetro de 90,00 m foram calculados no plano de projeção U T M.

DECRETO Nº 080/2016
De 16 de agosto de 2016.

Lote Urbano nº 18.
Área: 450,00 m².
Sem Benfeitorias.

DESCRIÇÃO PERIMÉTRICA E CONFRONTAÇÕES

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 7.004.837,53m e E 285.279,66m; deste, segue confrontando, a sudeste, com a Rua Helmuth Otto, por uma distância de 30,00 m até o vértice 2, de coordenadas N 7.004.815,30m e E 285.259,51m; deste, segue confrontando, a sudoeste, com o lote urbano nº 01 de Cesar Schlosser ou quem de direito, por uma distância de 15,00 m até o vértice 3, de coordenadas N 7.004.825,38m e E 285.248,40m; deste, segue confrontando, a noroeste, com o lote urbano nº 17 de Adriana de Oliveira ou quem de direito, por uma distância de 30,00 m até o vértice 4, de coordenadas N 7.004.847,60m e E 285.268,55m; deste, segue confrontando, a nordeste, com a Rua Minas Gerais, por uma distância de 15,00 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro a partir de coordenadas N m e E m, e encontram-se representadas no Sistema U T M, referenciadas ao Meridiano Central nº 51°00', fuso-22, tendo como Datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área de 450,00 m² e perímetro de 90,00 metros foram calculados no plano de projeção U T M.

Art. 2º É parte integrante do presente Decreto: mapa, memorial descritivo e A.R.T. firmado pelo Engenheiro Agrônomo CREA/SC 021.578-8, Parecer Técnico nº 223/2016, do Departamento Municipal de Obras e Engenharia, Parecer Jurídico e cópia da Matrícula nº 8.239 do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Palmitos.

Art. 3º Conforme Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, artigo 18, este Decreto possui validade para submetê-lo ao Registro Imobiliário em até 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 16 de agosto de 2016.
NORBERTO PAULO GONZATTI
Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume
Paulino Parisotto
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

Paraíso

PREFEITURA

EXT. CT. 34/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PARAISO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 34/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2015

PREGÃO PESENCIAL Nº 39/2015

DO OBJETO: – "AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEIS (GASOLINA COMUM E ÓLEO DIESEL COMUM) PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PARAISO E GRUPAMENTO DE POLICIA MILITAR DE PARAISO/SC E AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA PARA DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PARAÍSO – SC".

DO VALOR: R\$ 30.500,00 (Trinta mil e quinhentos reais)

DA CONTRATANTE: Município de Paraíso/SC

DO CONTRATADO: PASINATO SCHMIDT & CIA LTDA,

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente contrato será contado da data da sua assinatura até 31 de Dezembro de 2016

DO FUNDAMENTO: Lei 8.666/93 e suas alterações

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC

Paraíso - SC, 26 de Agosto de 2016.

ERNI GIACOMINI

PREFEITO MUNICIPAL DE PARAISO

Passos Maia

PREFEITURA

ATA N. 0039/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇO n. 0039/2016

PROCESSO LICITATÓRIO n. 0061/2016

PREGÃO PRESENCIAL n. 0033/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: ROBERTO CEZAR DE SOUZA EIRELI ME

Objeto: Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preços para aquisição de mangueiras, emendas, capas e terminais de sistema hidráulicos para manutenção de máquinas e caminhões da frota municipal, conforme especificados no Anexo I, do Edital de Pregão Presencial n. 0033/2016, com as características constantes das propostas julgadas vencedoras, que passam a fazer parte desta ATA, como parte integrante.

Valor: O valor do presente Contrato R \$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

Vigência: – O presente contrato vigera até a data de 12 (doze) meses.

Passos Maia, SC, 29 de agosto de 2016.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

Paulo Lopes**PREFEITURA****DECRETO Nº 35/2016**

DECRETO Nº 35/2016

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, de acordo com a Lei 1.659 de 16 de dezembro de 2015, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no orçamento fiscal vigente, Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

1001 – SECRET. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO R\$ 100.000,00

20.606.0011.1.047 – Aquisição de Equipamentos Agrícolas R\$ 100.000,00

4.4.90.00.00.00.00.0.1.24.001135 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo excesso de arrecadação no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) da fonte 0.1.24.001135 – Convênio PRODESA.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 30 de agosto de 2016.

ALMERY ALCIDES VIEIRA

Sec. Mun. de Administração

CÂMARA MUNICIPAL**ATO DA MESA Nº. 01/2016**

ATO DA MESA Nº. 01/2016

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO LOPES, após apreciação em Sessão Ordinária, com amparo no artigo 22 da Lei Orgânica, baixa o seguinte Ato:

ARTIGO 1.º - Fica aprovada a Proposta Orçamentária da Câmara Municipal de Paulo Lopes, no valor de R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais), expressa no anexo integrante deste Ato, para ser incluída no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2017.

ARTIGO 2.º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Paulo Lopes, em 17 de agosto de 2016.

Tobias Manoel Raupp Presidente	Oziel Evaldo Silva Vice-Presidente
Nadir Carlos Rodrigues 1º Secretário	Célio Machado 2º Secretário

Penha

PREFEITURA

2801

DECRETO Nº 2801/2016

“NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FUNDURB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições legais do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal, com base na Lei Complementar nº 87/2014 e Decreto nº 2126/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam designados para integrar o Conselho Gestor do FUNDURB, os seguintes membros, conforme art. 4º da Lei Complementar nº 87/2014:

Evandro Eredos dos Navegantes- Presidente do Conselho Municipal da Cidade (CONCIDADE);

George Wanderlei da Silva Alves - Secretário Municipal da Fazenda;

Evaldo Eredos dos Navegantes - Secretário Municipal de Planejamento

Waldemiro Meister Neto e Costabile A. Silva Di Gregório – representante das Associações de moradores de Bairros

Gilberto Caetano Manzoni – representante de Entidades ambientalistas

Ricardo Matiello – representante da ordem dos Advogados do Brasil.

§ 1º. Para o caso de impossibilidade de comparecimento às reuniões do Conselho Gestor do FUNDURB, os Membros mencionados neste artigo poderão designar o respectivo suplente.

Art. 2º A participação no Conselho não será remunerada, sendo, porém, considerada de relevante interesse público.

Art. 3º. O mandato dos membros a que alude o inciso V do Conselho Gestor será de dois anos, admitida a recondução por uma única vez.

Art. 4º As decisões do Conselho serão tomadas por maioria simples dos membros presentes, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

Art. 5º. O Conselho reunir-se-á ordinariamente a cada seis meses e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente.

Art. 6º. O funcionamento das reuniões do Conselho será disciplinado pelo Regimento Interno a ser aprovado por seus membros.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 2127/2014.

Penha (SC), 29 de agosto de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

2835/2016

LEI Nº 2835/2016

INSTITUI O DIA MUNICIPAL DA SERVENTE MERENDEIRA NO MUNICÍPIO DE PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, Prefeito Municipal, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o Dia Municipal da Servente Merendeira, no âmbito do Município de Penha, cabendo ao Poder Executivo providenciar a inclusão do mesmo no calendário oficial de comemorações do Município.

Parágrafo Único – A data estabelecida para a comemoração que trata este artigo será sempre no dia 01 de agosto de cada ano, em referência a data da primeira efetivação de servente merendeira no município.

Art. 2º - O Poder Executivo fica autorizado a prover atividades recreativas e educativas, em parceria com a Secretaria de Educação e Cultura, na data prevista na presente Lei.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária vigente.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Penha/Sc, 29 de agosto de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração, aos vinte e nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

2836/2016

LEI Nº 2836/2016

INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DA JUVENTUDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, Prefeito Municipal, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica instituída na semana que compreende o dia 12 de agosto – Dia Internacional da Juventude, a SEMANA MUNICIPAL DA JUVENTUDE no âmbito do município de Penha, a ser comemorado anualmente, integrando-a no Calendário Oficial do Município.

Parágrafo Único – O evento comemorativo instituído no caput deste artigo visa integrar as ações educativas, culturais, esportivas, sociais e ambientais voltadas para a juventude, desenvolvidas no município pelas organizações governamentais e não governamentais, em defesa do protagonismo juvenil.

Art. 2º – Durante o evento comemorativo da Semana Municipal da Juventude, o Poder Executivo Municipal realizará a Conferência Municipal da Juventude.

Parágrafo Único: As despesas decorrentes terão dotação orçamentária própria.

Art. 3º – Durante a Semana Municipal da Juventude será

homenageada, a cada ano, no mínimo, 1 (uma) pessoa, seja física ou jurídica, que tenha sido destaque na promoção da cidadania para os jovens penhenses.

Parágrafo Único – A homenagem de que trata este artigo será conferida mediante Moção de Aplausos proposta pela Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Penha, a ser entregue em reunião ordinária, após aprovação pelo Plenário.

Art. 4º – Para as atividades referidas na presente lei, o Município poderá estabelecer parcerias com órgãos públicos e privados.

Art. 5º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial, a Lei nº 2166/2007. Penha/Sc, 29 de agosto de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração, aos vinte e nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

303

PORTARIA Nº 303/2016

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº 2042/2014

RESOLVE:

Art. 1º - SUSPENDER: temporariamente no período de 01/07/2016 a 01/10/2016 o prazo para a Conclusão do Processo instaurado pela Portaria nº 12/2016 e nº 289/2016, tendo em vista o período de afastamento do funcionário Misael Cordeiro conforme Portaria nº 244/2016.

Art.2º - Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 01/07/2016, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 22 de agosto de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos vinte e dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

CONTRATO Nº 44/2016 FMS

CONTRATO Nº 44/2016 – RH/ FMS

CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 001/05, DECRETO Nº 103/02 E DECRETO Nº 017/06.

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, nos termos da Lei Complementar nº 001/05, Decreto nº 103/02 e Decreto nº 017/06, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a)

Sr.(a) RAFAEL OKU FERNANDES, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 036.533.689-01, residente e domiciliado(a) na Cidade de Joinville/SC, na Rua Ottokar Doerfell, nº 1249, Atiradores, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADO(A), têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A PREFEITURA necessitando do serviço profissional de Médico, prestado pelo(a) CONTRATADO(A), firma o presente Contrato Administrativo de Prestação de Serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA

O(A) CONTRATADO(A) exercerá suas atividades profissionais junto à Secretaria da Saúde e Saneamento, Plantão Médico (HORISTA) – Pronto Atendimento, cujo plantão será definido pela Secretaria da Saúde e Saneamento.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para remunerar o serviço em sua íntegra, estabelecido na Cláusula supra, pagará a PREFEITURA ao (à) NTRATADO (A), o valor de R\$ 80,00 (oitenta reais) por hora trabalhada de segunda-feira à sexta-feira e R\$ 90,00 (noventa reais) por hora trabalhada aos sábados e domingos, cujo cômputo se fará através da leitura do respectivo controle de frequência.

CLÁUSULA QUARTA

O presente instrumento tem validade de 29.08.2016 até 28.08.2017 cujo pagamento correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

20 – Fundo Municipal de Saúde

01 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.0070.2.074 PAB FIXO – Ações Básicas de Saúde

30 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0002.0 - Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUINTA

Este contrato é executado, através de Regime Jurídico Administrativo, sem vínculo empregatício, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, podendo ser rescindido pelo não cumprimento das cláusulas acima transcritas, por interesse público ou de acordo com os interesses das partes contratadas.

CLÁUSULA SEXTA

Fica eleito o Fórum da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03(três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Penha, 29 de agosto de 2015.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

PREFEITURA

RAFAEL OKU FERNANDES

CONTRATADO

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2016 - SERVENTE/MERENDEIRA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 05/09/2016, das 08:00hs às 11:30hrs ou das 13:30hs às 17:00hrs, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 02/2016.

Cargo: SERVENTE/MERENDEIRA
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME
29º. 81 NELSI GENECCI GLUGE

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 29 de agosto de 2016.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

ANEXO I
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro
(a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____,

_____, residente e domiciliado na Rua _____
_____, nº. _____, Cidade de _____
_____/SC, declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2016.

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____

_____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____

Rua= _____, nº. _____

_____, Bairro: _____, Cidade de _____

_____/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO

- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____/_____/____

() Contratado (ACT) Cargo: _____/_____/____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____/_____/____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____/_____/____

() Comissionado Cargo: _____/_____/____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súmula vinculante nº13.

Posse: _____ *Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2016.

Petrolândia

PREFEITURA

DECRETO Nº. 060/2016

DECRETO Nº. 060 de 18 de Agosto de 2016.

DECLARA DE INTERESSE SOCIAL PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, ÁREAS DE TERRA NO DISTRITO DE RIO ANTINHAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com amparo no Inciso VII do Art. 85 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam declaradas de interesse social, para fins de desapropriação por via amigável, áreas de terra localizadas na Rua Weber, no Distrito de Rio Antinhas, Município de Petrolândia:

I – Uma área de terra contendo 174,60m² (cento e setenta e quatro vírgula sessenta metros quadrados), parte de um todo maior com 3.001,00m² (três mil e um metros quadrados), pertencente à Sociedade Clube XV de Novembro de Rio Antinhas, localizado no Distrito de Rio Antinhas, Município de Petrolândia/SC, matriculado junto ao Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Ituporanga/SC sob o nº. 27.549, com as seguintes confrontações: Ao Norte, onde mede 24,67m (vinte e quatro metros e sessenta e sete décimos) com a área remanescente; a Sul, onde mede 20,00m (vinte metros) com terras da Prefeitura Municipal de Petrolândia mais 4,91m (quatro metros e noventa e um décimos) com terras de Valério Probst; a Leste, onde mede 5,75m (cinco metros e setenta e cinco décimos) com a Rua Weber; e ao Oeste, onde mede 8,39m (oito metros trinta e nove décimos) com a área remanescente.

II – Um área de terra contendo 71,10m² (setenta e um vírgula dez metros quadrados), parte de um todo maior com 38.400,00m² (trinta e oito mil e quatrocentos metros quadrados), pertencente à Valério Probst, localizado no Distrito de Rio Antinhas, Município de Petrolândia/SC, matriculado junto ao Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Ituporanga/SC sob o nº. 27.744, com as seguintes confrontações: Ao Norte, onde mede 3,91m (três metros e noventa e um décimos) com terras da Sociedade Clube XV de Novembro de Rio Antinhas; a Sul, onde mede 3,89m (três metros e oitenta e nove décimos) com a área remanescente; a Leste, onde mede 18,40m (dezoito metros e quarenta centímetros) com terras da Prefeitura Municipal de Petrolândia; e ao Oeste, onde mede 18,07m (dezoito metros e sete décimos) com a área remanescente.

Art. 2º. As áreas declaradas de interesse social no artigo anterior, devidamente identificadas no Anexo I que integra o presente Decreto, destina-se a implantação da Unidade de Saúde de Rio Antinhas.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão a conta de dotações específicas do orçamento vigente.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA, 18 de Agosto de 2016.
JOEL LONGEN
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I
(Decreto nº. 060 de 18/08/2016)

DECRETO Nº. 061/2016

DECRETO Nº. 061, de 19 de Agosto de 2016.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do Artigo 85 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 1636 de 15 de Dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente a importância de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) da seguinte dotação do orçamento vigente:

Órgão 02 – GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO

Unidade 01 – GABINETE DO PREFEITO

Proj./Atividade – 2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito, Vice Prefeito

Elemento de Despesa – 3.1.90.00.00.00.00 – (1) Aplicações Diretas

Recursos – 0.1.0132 – Recursos Ordinários
..... R\$ 30.000,00

Art. 2º. Fica suplementada por conta da anulação do Artigo 1º. a importância de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) na seguinte dotação do orçamento vigente:

Órgão 02 – GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO

Unidade 01 – GABINETE DO PREFEITO

Proj./Atividade – 2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito, Vice Prefeito

Elemento de Despesa – 4.4.90.00.00.00.00 – (4) Aplicações Diretas

Recursos – 0.1.0132 – Recursos Ordinários
..... R\$ 30.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 19 de Agosto de 2016.
JOEL LONGEN
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 062/2016

DECRETO Nº. 062, de 19 de Agosto de 2016.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do Artigo 85 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 1636 de 15 de Dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente a importância de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) da seguinte dotação do orçamento vigente:

Órgão 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade 01 – Secretaria de Educação e Cultura

Proj./Atividade – 2.022 – Manutenção do Ensino Fundamental

Elemento de Despesa – 3.1.90.00.00.00.00 – (61) Aplicações

Diretas

Recursos - 0.1.0137 – Recursos Transporte Escolar do Estado

..... R\$ 50.000,00

Art. 2º. Fica suplementada por conta da anulação do Artigo 1º.
a importância de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) na seguinte
dotação do orçamento vigente:

Órgão 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade 01 – Secretaria de Educação e Cultura

Proj./Atividade – 2.022 – Manutenção do Ensino Fundamental

Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00 – (65) Aplicações

Diretas

Recursos - 0.1.0137 – Recursos Transporte Escolar do Estado

..... R\$ 50.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 19 de Agosto de 2016.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

Pinheiro Preto

PREFEITURA

AVISO DE LICITACAO 003 - CONCORRENCIA PÚBLICA

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 003/2016

MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 01/10/2016, licitação modalidade Concorrência Pública n. 003/2016, tendo como objeto a venda de um lote de terra urbano de propriedade do município, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tangará, matrícula nº 7.559.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 01/10/2016, até às 14:00 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 14:15 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562 2000, ou através do site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 23 DE AGOSTO DE 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITACAO 004 - CONCORRENCIA PÚBLICA

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 004/2016

MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 01/10/2016, licitação modalidade Concorrência Pública n. 004/2016, tendo como objeto a concessão de serviço público de transporte de passageiros por taxi no município de Pinheiro Preto.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 01/10/2016, até às 10:00 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 10:15 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562 2000, ou através do site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 23 DE AGOSTO DE 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 456, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

PORTARIA Nº. 456, DE 25 DE agosto DE 2016.

EXONERA FABIANA ORÇATTO Do cargo efetivo DE analista de licitações e atos administrativos.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1.º Exonerar a pedido, FABIANA ORÇATTO, brasileira, inscrita no CPF n.º 039.994.639-02, do cargo efetivo de "analista de licitações e atos administrativos", lotada na Secretaria de Administração, nomeada através da Portaria 082, de 04 de março de 2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 19 de agosto de 2016.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 25 de agosto de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 462, DE 29 DE AGOSTO DE 2016

PORTARIA Nº.462, DE 29 DE agosto DE 2016.

EXONERA ANDREIA ELIZA BORTOLOZO Do cargo efetivo DE Auxiliar Administrativo.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1.º Exonerar a pedido, ANDREIA ELIZA BORTOLOZO, brasileira, solteira, inscrita no CPF n.º 093.301.019-25, do cargo efetivo de "Auxiliar administrativo – CRAS", lotada na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, nomeada através da Portaria 264, de 13 de julho de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 29 de agosto de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Pomerode

PREFEITURA

3.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 04 / 2013 PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES

3.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 04 / 2013
PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

Processo Administrativo n.º 002 / 2013.
Convite p/ Compras e Serviços n.º 002 / 2013.
Contratante: FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DE POMERODE - FAP.
Contratado: GRÜTZMACHER ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA NA ÁREA CONTÁBIL, ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E OPERACIONAL PARA O CONSELHO FISCAL DO FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES - FAP DE POMERODE, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO ANEXO AO EDITAL.
Prorrogação Contratual - Renovação - 12 meses - prazo final - 15/08/2017.
Valor mensal contratado - R\$1.590,00 (um mil e quinhentos e noventa reais).
Valor Total - 12 meses: R\$19.080,00 (dezenove mil e oitenta reais).
Justificativa: Prorrogação de execução contratual em conformidade com a Cláusula Sexta do Contrato Administrativo n.º 04/2013 e artigo 57, II da Lei Federal n.º 8.666/93, por tratar-se de serviços executados de forma contínua, permanecendo inalterados os valores unitários contratados.

Pomerode / SC, 04 de Agosto de 2016.
EDOARDO RIEMER
Diretor Superintendente FAP

DECRETO Nº 3.121 DE 29 DE AGOSTO DE 2016.

DECRETO Nº 3.121 DE 29 DE AGOSTO DE 2016.

EXTINGUE A CRECHE DOMICILIAR ELFI OTTO PATERNO.

O Prefeito do município de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei:

DECRETA

Art. 1º - Fica extinta, a pedido da proprietária, a CRECHE DOMICILIAR ELFI OTTO PATERNO, situada à Rua Itajaí, 264, no Bairro: Centro, Município de Pomerode, a partir de 31 de agosto de 2016.

Art.2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Pomerode, 29 de agosto de 2016.
Rolf Nicolodelli
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 011 / 2016 - SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 011 / 2016 - SAÚDE

Processo Administrativo n.º 012 / 2016.
Pregão Presencial n.º 005 / 2016 - Registro de Preços.
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE.
Contratada: METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total registrado: R\$104.970,06 (cento e quatro mil, novecentos e setenta reais e seis centavos) - Itens 04, 18, 20, 28, 29, 40, 41, 43, 44, 45, 47, 57, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 102, 103, 104, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 125, 132, 135, 136, 147, 167, 170, 171, 172, 173, 175, 188, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 227, 228, 242, 243, 244, 246, 247, 248, 249, 250, 252, 253, 261, 263, 271 e 280.
Prazo de vigência - 12 meses - Prazo final: 15/08/2017.

Pomerode / SC, 16 de Agosto de 2016.
WALTRAUD HINKELDEY
Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 012 / 2016 - SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 012 / 2016 - SAÚDE

Processo Administrativo n.º 012 / 2016.
Pregão Presencial n.º 005 / 2016 - Registro de Preços.
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE.
Contratada: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total registrado: R\$121.121,90 (cento e vinte e um mil, cento e vinte e um reais e noventa centavos) - Itens 07, 08, 39, 42, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 65, 66, 93, 100, 145, 148, 149, 150, 151, 154, 155, 156, 157, 158, 162, 189, 190, 196, 254, 262, 267, 270 e 279.
Prazo de vigência - 12 meses - Prazo final: 15/08/2017.

Pomerode / SC, 16 de Agosto de 2016.
WALTRAUD HINKELDEY
Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 013 / 2016 - SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 013 / 2016 - SAÚDE

Processo Administrativo n.º 012 / 2016.
Pregão Presencial n.º 005 / 2016 – Registro de Preços.
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE.
Contratada: PRODUVALE PRODUTOS HOSPITARES LTDA.
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total registrado: R\$307.660,30 (trezentos e sete mil, seiscentos e sessenta reais e trinta centavos) – Itens 17, 22, 23, 30, 32, 33, 34, 35, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 96, 119, 128, 129, 134, 144, 146, 160, 166, 168, 238, 239, 240, 251, 255 e 260.
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 15/08/2017.

Pomerode / SC, 16 de Agosto de 2016.
WALTRAUD HINKELDEY
Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 014 / 2016 - SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 014 / 2016 - SAÚDE

Processo Administrativo n.º 012 / 2016.
Pregão Presencial n.º 005 / 2016 – Registro de Preços.
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE.
Contratada: STARMED - ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA.
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total registrado: R\$89.572,10 (oitenta e nove mil, quinhentos e setenta e dois reais e dez centavos) – Itens 01, 09, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 21, 24, 25, 26, 27, 58, 68, 77, 82, 83, 94, 95, 97, 98, 99, 101, 107, 113, 121, 122, 123, 124, 126, 130, 133, 139, 140, 141, 142, 143, 152, 153, 161, 165, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 185, 186, 187, 191, 192, 193, 194, 195, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 237, 241, 245, 256, 264 e 266.
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 15/08/2017.

Pomerode / SC, 16 de Agosto de 2016.
WALTRAUD HINKELDEY
Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 015 / 2016 - SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 015 / 2016 - SAÚDE

Processo Administrativo n.º 012 / 2016.
Pregão Presencial n.º 005 / 2016 – Registro de Preços.
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE.
Contratada: COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total registrado: R\$57.038,90 (cinquenta e sete mil, trinta e oito reais e noventa centavos) – Itens 10, 19, 31, 36, 46, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 79, 80, 108, 109, 110, 127, 138, 174, 177, 257, 258 e 259.
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 15/08/2017.

Pomerode / SC, 16 de Agosto de 2016.
WALTRAUD HINKELDEY
Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 016 / 2016 - SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 016 / 2016 - SAÚDE

Processo Administrativo n.º 012 / 2016.
Pregão Presencial n.º 005 / 2016 – Registro de Preços.
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE.
Contratada: MF DE ALMEIDA & CIA LTDA EPP.
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total registrado: R\$10.149,50 (dez mil, cento e quarenta e nove reais e cinquenta centavos) – Itens 05, 67, 106, 131, 137, 159, 169, 235 e 283.
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 15/08/2017.

Pomerode / SC, 16 de Agosto de 2016.
WALTRAUD HINKELDEY
Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 017 / 2016 - SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 017 / 2016 - SAÚDE

Processo Administrativo n.º 012 / 2016.

Pregão Presencial n.º 005 / 2016 – Registro de Preços.
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE.
Contratada: LM FARMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total registrado: R\$6.880,00 (seis mil e oitocentos e oitenta reais) – Item 76.
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 15/08/2017.

Pomerode / SC, 16 de Agosto de 2016.
WALTRAUD HINKELDEY
Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 018 / 2016 - SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 018 / 2016 - SAÚDE

Processo Administrativo n.º 012 / 2016.
Pregão Presencial n.º 005 / 2016 – Registro de Preços.
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE.
Contratada: MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI ME.
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total registrado: R\$17.546,20 (dezessete mil, quinhentos e quarenta e seis reais e vinte centavos) – Itens 163, 164, 268, 277, 278 e 282.
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 15/08/2017.

Pomerode / SC, 16 de Agosto de 2016.
WALTRAUD HINKELDEY
Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 019 / 2016 - SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 019 / 2016 - SAÚDE

Processo Administrativo n.º 012 / 2016.
Pregão Presencial n.º 005 / 2016 – Registro de Preços.
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE.
Contratada: OLIMEDIC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS HOSPITALARES LTDA EPP.
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total registrado: R\$4.997,25 (quatro mil, novecentos e noventa e sete reais e vinte e cinco centavos) – Itens 269, 272, 273, 274, 276 e 281.
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 15/08/2017.

Pomerode / SC, 16 de Agosto de 2016.
WALTRAUD HINKELDEY
Secretária Municipal de Saúde

Ponte Serrada

PREFEITURA

DECRETO 656/2016

DECRETO Nº 656/2016, DE 26 DE AGOSTO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO (SCI) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO que a Lei Complementar Nº 040/2003 Institui o Sistema de Controle Interno, dispõe sobre sua estrutura, cria cargo e dá outras providências.

CONSIDERANDO a Instrução Normativa Nº 020/2015 expedida pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina.

DECRETA:

Art. 1º - A organização dos controles internos visa o controle e à avaliação da ação governamental e da gestão fiscal dos administradores municipais, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência, aplicação das subvenções e renúncia de receitas.

Art. 2º - Integram o sistema de controle interno de que trata este Decreto o Poder Executivo em sua administração direta, incluindo os fundos especiais, autarquias, fundações públicas instituídas pelo Município, de direito público ou privado, os consórcios públicos que o Município fizer parte, e o Poder Legislativo.

Parágrafo único. As pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, que recebam recursos públicos, ficam ao alcance da fiscalização pelo sistema de controle interno do Município.

Art. 3º - Considera-se para efeito deste Decreto:

I - Sistema de Controle Interno: conjunto de métodos, processos e pessoas, orientadas para evitar erros, fraudes e desperdícios.

II - Controle Interno: processo desenvolvido para identificar eventos que possam afetar o desempenho da entidade, a fim de monitorar riscos e assegurar que estejam compatíveis com a propensão ao risco estabelecida, de forma a prover, com segurança razoável, o alcance dos objetivos, em especial nas seguintes categorias:

a) Estratégica: categoria relacionada com os objetivos estratégicos da entidade, estabelecidos em seu planejamento;

b) Eficiência e efetividade operacional: categoria relacionada com os objetivos e as metas de desempenho, bem como da segurança e qualidade dos ativos;

c) Confiança nos registros contábeis: categoria relacionada às informações e demonstrações contábeis, na qual todas as transações devem ser registradas, todos os registros devem refletir transações reais, consignadas pelos valores e enquadramentos corretos; e

d) Conformidade: categoria relacionada à conformidade com leis e normativos aplicáveis ao órgão ou entidade e a sua área de atuação.

III - Controladoria Geral do Município: Órgão Central do Sistema de Controle Interno. Unidade administrativa integrante do sistema de controle interno da Administração Pública Municipal, incumbida da coordenação, do planejamento, da normatização e do controle das atividades do sistema de controle interno, bem como do apoio às atividades de controle externo exercidas pelo Tribunal de Contas;

Art. 4º - As responsabilidades no sistema de controle interno ficam assim definidas:

I - Pelas condições de estabelecimento de um ambiente de controle, com legislação atualizada, estrutura física adequada e alocação de recursos para treinamentos e desenvolvimento das pessoas são do Prefeito Municipal.

II - A responsabilidade pela operacionalização e adesão aos procedimentos de controles internos é de cada servidor e de cada unidade administrativa e, conseqüentemente, de sua chefia imediata.

III - A responsabilidade pelo planejamento e normatização dos controles internos, bem como da auditoria e acompanhamento da gestão é da Controladoria Geral do Município;

Art. 5º - São atribuições da Controladoria Geral do Município, além das previstas para o Sistema de Controle Interno na Lei Complementar 040/2003:

I- Determinar a devolução de valores pelos gestores aplicados em desconformidade com os princípios constitucionais ou normas de gestão financeira e administrativa, desde que seja:

a) Oportunizado o contraditório e a ampla defesa aos responsáveis;

b) Tipificado especificamente o dispositivo legal violado;

c) Identificado o gestor e o período da gestão; e

d) Demonstrado por meio de cálculos o efetivo prejuízo.

II - Normatizar as rotinas e processos que integram o sistema de informações para o controle interno;

III - Apreçar os esclarecimentos em relatórios de auditoria, mantendo ou afastando os apontamentos, e emitir o Parecer Conclusivo.

IV - Emitir Instruções Normativas de Controle Interno.

§1º. As instruções normativas de controle interno serão elaboradas após a participação de todas as unidades administrativas e pessoas envolvidas nas rotinas e processos e comprovação de treinamento às pessoas envolvidas nos processos ou procedimentos.

§2º. As Instruções Normativas de Controle Interno terão força de regras que, em sendo descumpridas, importarão em infração disciplinar a ser apurada nos termos do regime de trabalho a que se enquadra o agente público infrator.

Art. 6º - A Controladoria Geral do Município, no exercício de suas funções, estabelecerá o plano e os programas de auditorias para cada exercício financeiro.

§1º. As irregularidades apuradas serão evidenciadas em relatórios de auditoria o qual será concedido prazo de 30 dias para que o gestor apresente, por escrito, seus esclarecimentos, podendo fazer uso do contraditório valendo-se de documentos e provas, ou a comprovação de regularização das falhas apontadas.

§2º. Os esclarecimentos do gestor serão apresentados e analisados pela Controladoria Geral do Município, a qual concluirá pela manutenção ou afastamento das falhas, podendo emitir recomendações aos gestores no Parecer Conclusivo.

Art. 7º - São garantias dos servidores que atuam na Controladoria Geral do Município:

I - Autonomia profissional para o desempenho de suas atividades;

II - Livre acesso a todas as dependências dos órgãos ou entidades públicas municipais, assim como a documentos, valores e livros considerados indispensáveis ao cumprimento de suas atribuições, não lhe podendo ser sonegado, sob qualquer pretexto, nenhum processo, documento ou informação, devendo o servidor guardar o sigilo das informações caso elas estejam protegidas legalmente.

Parágrafo único - Quando houver limitação da ação, o fato deverá ser comunicado, de imediato, por escrito, ao dirigente do órgão ou entidade examinada, solicitando as providências necessárias.

Art. 8º - É vedada a participação dos servidores que integram a Controladoria Geral do Município como membros em comissões especiais, permanentes ou em conselhos municipais.

Art. 9º - Instrução Normativa de Controle Interno disporá sobre o Manual do Sistema de Controle Interno.

Art.10 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 26 DE AGOSTO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 667/2016

DECRETO Nº 667/2016, DE 29 DE AGOSTO DE 2016.

“ALTERA O ART. 3º DO DECRETO N. 259/2016, DE 09 DE MARÇO DE 2016”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais na forma da Lei Orgânica do Município de Ponte Serrada,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o art. 3º do Decreto n. 259/2016, de março de 2016, que passa ter a seguinte redação:

1. – Alessandra Daiane Andognini – Pregoeira
2. – Joseane Cristina Forchesatto Petuco – Pregoeira

2. – Equipe de Apoio:

- 2.1. – Joseane Cristina Forchesatto Petuco
- 2.2. – Ivonir Coronetti
- 2.3. – Marilene Sampaio Voss
- 2.4. – Rodrigo Pecinatto Girardi

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 29 DE AGOSTO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

Porto Belo

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1.641, DE 30 DE AGOSTO DE 2016.

PORTARIA nº 1.641, de 30 de agosto de 2016.

Concede pensão por morte, em face do óbito do servidor inativo VILMAR FRANCISCO JANUÁRIO, em caráter integral, nos termos do inciso I do §7º do art. 40, da Constituição da República, observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03 e nos artigos 10º e 24 da Lei Municipal nº 1554/2007, às dependentes presumidas NEUSA MARIA BITENCOURT e ALINE BITENCOURT JANUÁRIO, com efeitos a partir de 21/06/2016, e dá outras providências.

Porto Belo, 30 de agosto de 2016.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 011 - 2016 - CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 011/2016

Dispõe sobre a apresentação dos projetos reprovados conforme Edital nº 001/2016 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Belo – SC.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, Porto Belo – SC, no uso de suas atribuições previstas na Lei Federal 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Lei Municipal 1482/06, no exercício de sua função deliberativa e controladora das ações da Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente no Município de Porto Belo - SC, conforme reunião extraordinária do dia vinte e seis (26) de agosto do ano de dois mil e dezesseis apresenta os considerandos.

CONSIDERANDO o Edital nº 001/2016 que possibilita a inscrição e execução de projetos financiados pelo FIA;

CONSIDERANDO o plano de ação e aplicação;

RESOLVE:

Art. 1º - Apresentar os projetos reprovados pela comissão e pela plenária geral do CMDCA conforme listagem abaixo:

APAE

Projeto de Formação: Autismo e Educação

GRUPO DE ESCOTEIROS PEGASUS

Projeto: Escotismo no PROERD

Projeto: Viajando no Conhecimento

GRUPO DE ESCOTEIROS DO MAR NOVA ERICEIRA

Projeto: Educando para o Futuro III

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO PEREQUÊ

Projeto: Cidadania para a Infância e Adolescência.

Art. 2º - Conforme Edital nº 001/2016, item 9, o prazo para apresentação do recurso é de 30/08 a 31/08 até às 18h na Sala dos Conselhos, situado na Avenida Governador Celso Ramos, 57 – Vila Nova – Porto Belo SC.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

LAUDICEIA A C POLUCENO

Coordenadora Geral do CMDCA

Porto Belo, 29 de agosto de 2016.

Porto União

PREFEITURA

EXTRATO DE ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 134/2016

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Termo Aditivo de Ata de Registro de Preços 134/2016

Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços 009/2016.

Partes: Município de Porto União e Dimaci/SC Material Cirúrgico Ltda.

Base legal: Pregão Presencial 007/2016 - FAS, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 12 de agosto de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda – EPP.

Contratada.

0.1 – DESCRIÇÃO DO ITEM

Cancela-se o Item 21 – Espironolactona 25mg do aludido contrato superior.

Glosa-se o valor de R\$ 5.220,00 (cinco mil duzentos e vinte reais) ao aludido contrato superior, referente ao cancelamento de 60.000 (sessenta mil) comprimidos do item 21.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas da ata que a este deu origem.

Porto União SC, 11 de agosto de 2016.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 019/2016 - FAS

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 019/2016 - FAS

Partes: Município de Porto União e Mercado Koseira Ltda – ME.

Objeto: Fornecimento de gêneros alimentícios para manutenção dos serviços desenvolvidos pela equipe volante do CRAS.

Valor Total: R\$ 4.401,60 (quatro mil quatrocentos e um reais e sessenta centavos).

Vigência: 06 (seis) meses.

Base legal: Pregão Presencial 007/2016 - FAS, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 12 de agosto de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Mercado Koseira Ltda – ME.

Contratada.

EXTRATO DE ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 135/2016

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Termo Aditivo de Ata de Registro de Preços 135/2016

Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços 003/2016.

Partes: Município de Porto União e Altermed Material Médico Hospitalar Ltda.

EXTRATO DE CONTRATO 020/2016 - FAS

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 020/2016 - FAS

Partes: Município de Porto União e Supermercado Dukelli Ltda – ME.

Objeto: Fornecimento de gêneros alimentícios para manutenção dos serviços desenvolvidos pela equipe volante do CRAS.

Valor Total: R\$ 3.136,20 (três mil cento e trinta e seis reais e vinte centavos).

Vigência: 06 (seis) meses.

Base legal: Pregão Presencial 007/2016 - FAS, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 12 de agosto de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Supermercado Dukelli Ltda – ME.

Contratada.

0.1 – DESCRIÇÃO DO ITEM

Concede-se o reequilíbrio financeiro para o Item 42 – Carbamazepina 400 mg, passando o seu valor para R\$ 0,388 (trezentos e oitenta e oito milésimos de real).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas da ata que a este deu origem.

Porto União SC, 11 de agosto de 2016.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 018/2016 - FAS

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 018/2016 - FAS

Partes: Município de Porto União e Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda – EPP.

Objeto: Fornecimento de gêneros alimentícios para manutenção dos serviços desenvolvidos pela equipe volante do CRAS.

Valor Total: R\$ 4.588,15 (quatro mil quinhentos e oitenta e oito reais e quinze centavos).

Vigência: 06 (seis) meses.

EXTRATO DE CONTRATO 188/2016

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 188/2016

Partes: Município de Porto União e Sicol Instaladora Elétrica Ltda - EPP.

Objeto: Execução da extensão da rede de energia elétrica na Praça do Distrito de Santa Cruz do Timbó, Município de Porto União, incluindo material e mão de obra.

Valor Total: R\$ 15.622,00 (quinze mil seiscentos e vinte e dois reais).

Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Tomada de Preços 017/2016, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 12 de agosto de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Sicol Instaladora Elétrica Ltda - EPP.
Contratada.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 012/2016 - FAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 015/2016 – FAS.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 012/2016.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de um veículo automotor para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 23 de setembro de 2016 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 29 de agosto de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 023/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 166/2016.

Extrato de Edital de Tomada de Preços 023/2016

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Tomada de Preços, com adjudicação por menor preço por empreitada global, para revitalização de ciclovia e pista de caminhada da Avenida dos Ferrovários e Rua Expedicionário Eugênio Alves de Almeida, bairro Santa Rosa, com área de 3.842,66 m², incluindo material e mão de obra, incluso Pavimentação Asfáltica em CAUQ, Meio Fio, Drenagem, Sinalização Horizontal e Vertical e Acessibilidade. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 26 de setembro de 2016 na Prefeitura Municipal, com abertura dos envelopes, no mesmo local, dia e hora. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 29 de agosto de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 024/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 167/2016.

Extrato de Edital de Tomada de Preços 024/2016

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Tomada de Preços, com adjudicação por menor preço por empreitada global, para revitalização dos terminais urbano e rodoviário da cidade de Porto União – centro, de uma área total de 4.370,00 m², incluindo material e mão de obra. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 27 de setembro de 2016 na Prefeitura Municipal, com abertura dos envelopes, no mesmo local, dia e hora. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 29 de agosto de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 007/2016 - FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 010/2016 - FAS
Pregão Presencial 007/2016
Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda – EPP, Mercado Kosera Ltda – ME e Supermercado Dukelli Ltda – ME.
Porto União SC, 12 de agosto de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE TOMADA DE PREÇOS 017/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 121/2016
Tomada de Preços 017/2016
Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa Sicol Instaladora Elétrica Ltda - EPP.
Porto União SC, 12 de agosto de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal.

Pouso Redondo

PREFEITURA

LC 003

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI COMPLEMENTAR Nº 003/2016 de 23/08/2016.

DELIMITA ÁREA DE ESPECIAL INTERESSE SOCIAL (AEIS 1) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAIR GOULART, Prefeita Municipal de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1.º - Fica delimitada a Área de Especial Interesse Social (ARNALDO SENEM), classificada e instituída como Área de Especial Interesse Social 1 – AEIS 1, pelo inciso I, do Artigo 80 da Lei Complementar nº 002/2009, de 14 de julho de 2009, que institui o Plano Diretor Participativo do Município de Pouso Redondo, em conformidade com a Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 a legislação municipal que delimita o perímetro urbano do Município de Pouso Redondo e autos nº 06.2011.00008266-8 que tramitam na 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Trombudo Central/SC.

Art. 2.º - É documento integrante desta Lei Complementar, como parte complementar do seu texto, mapa e descrição constantes no Anexo Único - Mapa e Descrição da Área de Especial de Interesse Social (Arnaldo Senem).

Art. 3.º - Os índices e parâmetros urbanísticos para a AEIS 1 (Arnaldo Senem) serão delimitados em lei específica que estabelecerá o Plano de Urbanização e seu Memorial Descritivo, de acordo com o que preceitua o Art. 81, da Lei Complementar nº 002/2009 de 14 de julho de 2009, que institui o Plano Diretor Participativo do Município de Pouso Redondo.

Art. 4.º - Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 23 de agosto de 2016.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

Presidente Nereu

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO N 28/2016 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE CERCA DA SEDE DOS BOMBEIROS.

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL N ° 28 / 2016

A pregoeira da PREFEITURA MUNICIPAL de Presidente Nereu, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela PORTARIA Nº 56/2016 de 04/01/2016, torna publico aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendem participar de Pregão Presencial nº 28 / 2016 , do tipo por lote, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº 3.555, de 08/08/2000 , Decreto nº 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº 3.784 de 06/04/01, Lei nº subsidiariamente a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas Alterações e demais exigências deste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente certame a aquisição de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE CERCA NA SEDE DOS BOMBEIROS MILITARES DE SANTA CATARINA EM RIO DO SUL. CONFORME CONVENIO Nº 039/2014, conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

2. DO PRAZO DE ENTREGA

2.1. A CONTRATANTE, a cada pedido de fornecimento, especificará formalmente a quantidade necessária do objeto contratado. Os quantitativos indicados na relação anexa deverão ser entregues pelo licitante adjudicado na PREFEITURA MUNICIPAL de Presidente Nereu, mediante requisição prévia do setor competente.

3. DO VALOR

3.1 A proposta a ser apresentada para cada lote cotado, não poderá ultrapassar os valores previamente orçados e relacionados no termo de referência, Anexo I do presente edital, sob pena de desclassificação do proponente para o referido lote.

4. DA ABERTURA, DIA, HORA E LOCAL

4.1. A Abertura do certame ocorrerá no dia 13/09/2016 às 14:00 horas, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, Praça Leão Dehon, 50, Centro, Presidente Nereu / SC.

4.2. Não havendo expediente na data marcada, a reunião será no primeiro dia útil subsequente, a mesma hora e local, salvo por motivo de força maior , ou qualquer outro fator ou fato imprevisível.

4.3. O recebimento e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e documentos de habilitação, deverão ser entregues em envelopes separados e fechados.

5. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

5.1 Poderão participar da presente licitação todas as pessoas jurídicas legalmente autorizadas a atuarem do ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital.

5.2 Não poderão participar, direta e indiretamente, da presente licitação as empresas que:

5.2.1 Se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionam no país;

5.2.2 Forem declaradas suspensas de contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública;

5.2.3 Forem declaradas inidôneas para licitar junto a qualquer órgão da administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal;

5.2.4 O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

5.2.5 Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

5.3 O Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.

5.4 Se a empresa não se enquadrar na categoria de Micro empresa, Pequena Empresa de Pequeno Porte.

Parágrafo Único: Não será aplicado os benefícios quando não houver três licitantes com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06) (Lei complementar 147/2014).

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1. O credenciamento se dará com a entrega:

a) do envelope, fechado, contendo a proposta de preços;

b) do envelope, contendo a documentação de habilitação, juntamente com as declarações dos anexos;

c) de Instrumento público de Procuração ou Instrumento Particular com firma reconhecida, indicando um único representante legal a manifestar-se em qualquer fase desta licitação, em nome da empresa, devendo para tanto, juntar fotocópia da cédula de identidade do mesmo, e exibir o original para conferência, ficando a licitante obrigada a acatar as declarações de seu preposto.

d) Em sendo sócio, proprietário ou dirigente da empresa proponente, deverá ser apresentada cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, juntamente com fotocópias da cédula de identidade do mesmo.

7 – DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE:

1. II

7.1 Se a participante do certame for empresa de pequeno porte ou microempresa, devidamente comprovada, deverá apresentar declaração conforme Anexo - Declaração de Porte Empresarial, para ser beneficiado pelo que estabelece a Lei Complementar nº. 123/2006, no seu art. 43.

7.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, deverá a empresa apresentar declaração conforme Anexo – Declaração de Comprometimento será assegurado, as mesmas, o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.3 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.4 Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

7.5 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5%(cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.6 Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar acima mencionada, em caso de empate, haverá adjudicação do item a empresa qualificada como ME ou EPP:

7.6.1 Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da referida Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.6.2 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº. 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.6.3 Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.6.4 O disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº. 123/06 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

Lei Complementar nº 147/2014, ao alterar a Lei Complementar nº 126/2006, e as seguintes novas regras quanto à participação das pequenas empresas, compreendidas aquelas enquadradas no Estatuto, nos termos de seu art. 3º:

1) Ampliação do prazo para regularização fiscal da empresa vencedora da licitação, sendo agora de 5 dias úteis, prorrogável por igual período (art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/06);

2) Participação exclusiva de pequenas empresas na disputa de itens cujo valor seja inferior a R\$ 80 mil, inclusive nas compras por dispensa em razão do valor do contrato, nos termos do art. 24, I e II da Lei nº 8.666/93 (art. 47 c/c 48, I, e 49, IV, da Lei Complementar nº 123/06);

3) Nas licitações de itens com valor superior a R\$ 80 mil, desde que o objeto corresponda a bem divisível (não se aplica a serviços), é obrigatória a reserva de até 25% da aquisição desses bens para disputa exclusiva entre pequenas empresas (art. 47 c/c 48, III, da Lei Complementar nº 123/06);

4) Faculdade de a Administração exigir que parte do objeto contratado com empresas não albergadas pelo Estatuto seja obrigatoriamente subcontratado com pequenas empresas, caso em que os empenhos e pagamentos a estas poderão ser realizados diretamente pela Administração Pública (art. 47 c/c 48, II, § 2º, da Lei Complementar nº 123/06);

5) Faculdade de aplicar margem de preferência de até 10% sobre o melhor preço, priorizando-se, justificadamente, a contratação de pequenas empresas sediadas local ou regionalmente (art. 47 c/c 48, § 3º, da Lei Complementar nº 123/06);

6) Não aplicação dos benefícios quando não houver três licitantes com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06).

7.7 NÃO PODERÃO CONCORRER, DIRETAS OU INDIRETAMENTE, NESTA LICITAÇÃO.

7.7.1 Empresas em estado de falência, de concurso de credores, de dissolução ou liquidação;

7.7.2 Empresas que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Publicitária direta ou indireta, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública;

7.7.1 Servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada ao órgão promotor da licitação, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.

8.DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DA PREÇOS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

8.1. A proposta de Preços e a Documentação de Habilitação deverão ser apresentadas no local, dia e hora, determinados no Edital, em envelopes separados, devidamente fechados e rubricados no fecho, assim denominados:

a) Envelopes nº 1 : Proposta de Preços ; e

b) Envelope nº 2 : Documentos de habilitação

8.1.1. Os envelopes deverão conter, em suas partes externas, os seguintes dizeres:

Envelope nº 1 – Proposta de Preços

Entidade de Licitação

Edital do Pregão nº 28 / 2016

Razão Social do Proponente:

CNPJ nº:

Lote(s) nº: (informar o(s) lote(s) para os quais a empresa está concorrendo) Envelope nº 2 – Documento de Habilitação

Entidade de Licitação

Edital de Pregão nº 28 / 2016

Razão Social do Proponente :

CNPJ nº: 8.2. A Proposta de Preços deverá ser apresentada em 01 (uma) via, de documento próprio, escrito em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, redigida com clareza, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricada todas as folhas pelo representante legal da licitante proponente, contendo:

- a) Termo de Proposta relacionando itens cotados para cada lote proposto, conforme descrito no termo de Referência, do presente Edital;
- b) Endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver para contato, o nome e o número do Banco, Agência, Localidade e Conta Corrente em que deverá ser efetivado o crédito;
- c) Especificações do material de forma clara, descrevendo detalhadamente as características, técnicas e marca dos produtos ofertados;
- d) Preço unitário e total, conforme TERMO DE REFERENCIA - para o item ofertado, em real, expressos em algarismo, de forma clara e precisa, limitado rigorosamente ao objeto dessa licitação, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;
- e) Em caso de Divergências entre o preço unitário e total, será considerado o primeiro;
- f) Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os materiais ser entregues sem ônus adicionais;
- g) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;
- h) Garantia de que os materiais serão substituídos, sem ônus para a Entidade de Licitação, caso não estejam de acordo com as especificações exigidas e padrões de qualidade exigidos;
- i) Serão desclassificados as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento e, ainda, proposta que apresente valores unitários simbólicos, irrisórios, de valor zero, excessivos ou manifestamente inexequíveis.

9. DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

9.1. A reunião para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços, Documentos de Habilitação, será publicada e dirigida pela Pregoeira, na data, horário e local e, nos termos determinados neste Edital, devendo os envelopes ser entregues lacrados da seguinte forma:

9.2. O envelope nº 01 (Proposta de Preços) juntamente com o credenciamento onde comprove que o interessado ou o seu representante legal possui poderes para formulação de ofertas e lances verbais, bem como praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

9.3. O envelope nº 2 (Documentos de Habilitação) com a declaração de que atende os requisitos.

9.4. Declarada a abertura da sessão pela Pregoeira, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes, juntamente com declarações dos interessados ou de seus representantes, dando ciências de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, em conformidade com a Artigo 4º, inciso VII da Lei nº 10.520.

9.5. Serão abertos os envelopes contendo as Propostas de Preços, cujos documentos serão lidos, conferidos e rubricados pela Pregoeira e pelos participantes que o desejarem.

10. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E DA ADJUDIÇÃO

10.1. Para julgamento das propostas será adotado o critério de menor lance ofertado para os lotes.

10.2. As propostas que estiverem acima do valor máximo estipulado no Anexo – Termo de referência serão Desclassificadas.

10.3. Após a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, a Pregoeira e sua equipe de apoio classificará o licitante autor da proposta de menor do lote, e aqueles que tenham apresentados proposta em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, conforme disposto no inciso VI do artigo nº 11 do Decreto nº 3.555/2000.

10.4. Quando não forem verificadas, no mínimo, 03 (três) propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem acima, a Pregoeira classificará as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de 03 (três), para que seus proponentes participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas suas propostas escritas, conforme disposto no inciso VII, do artigo 11, do mesmo decreto.

10.5. O empate entre dois ou mais licitantes somente ocorrerá quando houver igualdade de preços entre as propostas escritas e quando não houver lances para definir o desempate. Neste caso o desempate ocorrerá por meio de sorteio a ser realizado durante a sessão do presente Pregão.

10.6. Aos licitantes classificados será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, iniciando-se pelo último classificado e prosseguindo-se com os demais licitantes em ordem decrescente de classificação.

10.7. Os lances verbais destinam-se a cobrir o lance do primeiro classificado, ou seja, tem de ser, obrigatoriamente, inferior a este, não sendo aceitos lances para igualar valores, nem cujo resultado aferido seja dízima, caso em que o mesmo será arredondado para menor.

10.8. A desistência do licitante em apresentar lance verbal, quando convocado pela Pregoeira, implicará na sua exclusão da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço por ele apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

10.9. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço do lote e o respectivo valor do preço máximo para a aquisição dos materiais.

10.10. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenada às propostas exclusivamente pelo critério de menor preço por lance, a Pregoeira examinará a aceitabilidade da primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito.

10.11. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital e seus Anexos, será declarado pela Pregoeira o licitante vencedor,

sendo-lhe adjudicado o objeto.

10.12. Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável ou seu autor não atender aos requisitos de habilitação, a Pregoeira examinará a oferta subsequente, na ordem de classificação, até a apuração do licitante que atenda a todas as exigências do Edital, inclusive quanto à documentação de habilitação, o qual será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto.

10.13. Nas situações previstas nos subitem acima, a Pregoeira poderá negociar diretamente com o proponente para tentar obter preço melhor.

10.14. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital.

10.15. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que no final, deverá ser assinada pela Pregoeira e licitantes presentes.

10.16. Não será motivo de desclassificação simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento da proposta, que não venham causar prejuízo para a Administração e nem firam os direitos dos demais licitantes.

11. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 2)

11.1. Os PROPONENTES deverão apresentar no Envelope nº 2 – “Documentos de Habilitação” que demonstrem atendimento às exigências que são indicadas a seguir:

11.2. Para fins de habilitação, as licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

11.2.1 RELATIVAMENTE À SITUAÇÃO JURÍDICA:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratado de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;

c) Decreto de autorização devidamente publicado, em se tratado de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de investidura ou nomeação da diretoria em exercício.

e) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ-MF);

11.2.2. RELATIVAMENTE À REGULARIDADE FISCAL:

a) Certidão de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço -CRS, EMITIDA PELA Caixa Econômica Federal – CEF;

b) Certidão Negativa de Débitos – CND, junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS;

c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, por meio da apresentação da Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, comprovando sua regularidade com a Fazenda Estadual, do domicílio fiscal da Filial, em caso de empresas de outros Estados, e da Matriz em caso de empresas locais ou de empresas de outros Estados sem filial no local da licitação.

d) Prova de regularidade com a Fazenda Federal por meio de apresentação da certidão Negativa ou Positiva, com efeito, de Negativa.

e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal por meio da apresentação da Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, comprovando sua regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio fiscal.

f) Prova de Regularidade junto a Justiça do Trabalho;

h) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data não superior a 90 (noventa) dias, contados da data de apresentação da Proposta.

11.2.3 AS LICITANTES DEVERÃO AINDA OBSERVAR:

11.3. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

11.4. Os documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por membro da equipe de apoio do Pregão ou, ainda, por publicação em órgão de imprensa oficial.

11.5. As empresas estrangeiras não estabelecidas no Brasil terão que anexar:

11.5.1 Comprovação, pelos meios usuais no país de origem da Licitante, de sua regularidade jurídico / fiscal;

11.5.2 Demonstrativos financeiros e contábeis, a fim de comprovar que a Licitante tem capacidade financeira necessária para executar o contrato;

11.5.3 A Entidade de Licitação reserva-se o direito de cópias dos documentos constitutivos da licitante a fim de confirmar a sua nacionalidade.

11.6 Os documentos apresentados com a validade expirada, acarretarão a inabilitação do proponente. Os documentos que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitos com data não excedente a 90 (noventa) dias, da data de sua emissão.

11.7 A licitante que for isenta do cumprimento de alguma das exigências habilitatórias, deverá apresentar cópia autenticada do ato ou Decreto ou publicação em imprensa oficial, concedendo a isenção.

11.8 Os documentos emitidos pela Internet somente terão validade se forem em Original ou Autenticados por Cartório competente.

11.9 Caso não compareça ao ato de abertura o representante legal da empresa, somente o preposto, devidamente credenciado, poderá manifestar-se na licitação.

12. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

12.1 Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa, poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

12.2 Caberá a Pregoeira decidir sobre o pedido de impugnação do Edital no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, conforme estabelecido no 1º Artigo 12 do Decreto nº 3.555/2000.

12.3. Acolhido o pedido de impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

13. DOS RECURSOS

13.1. Depois de declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar, motivadamente, sua intenção de interpor recurso, quando lhe

será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar as contra-razões, em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

13.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e conseqüentemente haverá a adjudicação do objeto da licitação pela Pregoeira ao vencedor.

13.3. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.4. A petição poderá ser feita na própria sessão de recebimento e, se oral, será reduzida a termo em ata.

13.5. Após decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedidos, a autoridade competente homologará a adjudicação do objeto a licitante vencedora.

14. DAS PENALIDADES

14.1. As licitantes, participantes deste certame, que cometerem os delitos mencionados no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e art. 14 do decreto nº 3.555, de 08/08/2000, estão sujeitadas às penalidades neles previstas.

14.2. As multas serão calculadas em 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da fatura, por dia em que, sem justa causa, a licitante vencedora não cumprir as obrigações assumidas ou cumpri-las em desacordo com o estabelecido neste Pregão, até o máximo de 10 (dez) dias, quando então incidirá em outras comissões legais.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O descumprimento das obrigações e demais condições do Edital sujeitará a Licitante às seguintes sanções, quando for o caso:

I. Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com o Poder Público;

II. Multa de 1% (um por cento) ao dia e até 10% (dez por cento) do valor da nota de empenho, pelo atraso da entrega do material;

III. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Poder Público por prazo não superior a 05 (cinco) anos.

15.2. Fica facultada a defesa prévia da licitante, em qualquer caso de aplicação de penalidades, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato.

16. DO PAGAMENTO

16.1. Os pagamentos serão efetuados até 10 (dez) dias após a entrega de cada fragmento do objeto, na quantidade solicitada pela Contratante e mediante a apresentação da Nota Fiscal.

17. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob nº

03	DEPTO DE ADMINISTRACAO
001	DEPTO DE ADMINISTRACAO
0004	ADMINISTRACAO
0122	ADMINISTRACAO GERAL
1301	ADMINISTRAÇÃO GERAL
2003	Manutenção das Atividades Administrativas
33903024000000	MATERIAL PARA MANUTENCAO BENS IMOVEIS
01000000	Recursos Ordinários

18. REAJUSTE DE PREÇO

18.1. Os preços apresentados pelos licitantes serão fixos e irrevogáveis.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 As Licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução deste, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira. Aqueles que agirem de má-fé estarão sujeitos às penalidades previstas em Lei.

19.2 O material deverá ser entregue rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa, com a aplicação das penalidades.

19.3 Caso a licitante se recuse a executar o objeto contratual ou venha a fazê-lo fora das especificações estabelecidas, a Entidade de licitação poderá, independentemente de qualquer aviso ou notificação, rescindir o contrato e optar pela convocação dos demais Licitantes na ordem de classificação.

19.4 Fica assegurado à entidade de Licitação o Direito de:

19.5 Adiar a data de abertura da presente Licitação, dando conhecimento aos interessados, através de publicação no Mural Público Municipal, com a antecedência de pelo menos 24(vinte e quatro) horas, antes da data inicialmente marcada;

19.6 Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente pregão, a qualquer tempo, desde que ocorrentes as hipóteses de ilegalidade ou interesse público, dando ciência aos interessados.

19.7 Alterar as condições deste Edital ou qualquer documento pertinente a este Pregão, fixando novo prazo, não inferior a 08 (oito) dias úteis, para a abertura das propostas, a contar da publicação das alterações.

19.8 A participação neste Pregão implicará aceitação integral e irretratável das normas do Edital e do Termo de Referência, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares, ressalvados o direito de impugnação e recurso.

19.9 É facultada a Pregoeira ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou

complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveria constar no ato sessão pública.

19.10 A(s) licitante(s) vencedora(s) ficará(ao) responsável(eis) por quaisquer danos que venha a causar a terceiros ou ao patrimônio da Entidade de licitação, durante a entrega dos materiais, reparando, às suas custas, os mesmos, sem que lhe caiba nenhuma indenização por parte da Entidade de Licitação.

19.11 A Licitante que pretender obter esclarecimento sobre este Edital e seus anexos deverá solicitá-los por escrito, por meio da carta, telegrama ou fac-símile, enviados ao endereço abaixo, até 02 dias úteis antes da data estabelecida para a apresentação das propostas, e serão atendidos, dentro do menor prazo, pela Entidade de Licitação que comunicará por escrito aos demais interessados que tenham retirado os Editais. No caso de ausência da solicitação pressupõe-se que os elementos constantes deste ato convocatório são suficientes, claros e precisos, não cabendo, portanto, posteriormente, qualquer reclamação. Solicitar consultas para o seguinte endereço:

Prefeitura Municipal de Presidente Nereu – Santa Catarina
Praça Leão Dehon – 50 – Centro - 88.184-000 Fone / Fax (47) 3362-1108

20. DO FORO

20.1. O foro para solucionar os litígios decorrentes deste Edital é o da Justiça Comum da Comarca de Rio do Sul.

Presidente Nereu, 23 de agosto de 2016.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

ANEXO I

ANEXO I - MINUTA DE CONTRATO

Que entre si fazem o Município de PRESIDENTE NEREU -SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83.102.699/0001-28, com sede na PRACA LEAO DEHON, em PRESIDENTE NEREU -SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, brasileiro, casado, no exercício de cargo de Prefeito, residente e domiciliado na Estrada Geral, s/n - PRESIDENTE NEREU -SC, inscrita no CPF 311.191.829-72 de ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa, com sede
.....pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º
Neste ato representado pelo Sr. residente e domiciliado em
..... inscrita no CPF sob N.º de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui o objeto da presente licitação, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE CERCA NA SEDE DOS BOMBEIROS MILITARES DE SANTA CATARINA EM RIO DO SUL. CONFORME CONVENIO Nº 039/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do orçamento:

03
001
0004
0122
1301
2003
33903024000000
01000000

CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$

II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em até PAGAMENTO A VISTA

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

Os valores contratados não serão reajustados.

CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 31 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- a) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- b) Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
- c) Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.
- d) O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.
- e) A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- f) A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.
- g) Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA NONA: DA ENTREGA DOS MATERIAIS E PRODUTOS

a) Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo dois (02) dias úteis após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu., localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 13:00 às 18:00, devendo ser expedida a nota fiscal.

b) O presente contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

- a) advertência;
- b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;
- c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

*As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão nº 28/2016, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

PRESIDENTE NEREU-SC, de de 0000

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

Assessor Jurídico

OAB/SC

ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20...

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa) -----, inscrita no CNPJ nº. -----, por intermédio de seu representante legal Sr. (a): -----, portador (a) da Carteira de Identidade nº. ----- CPF nº. ----- DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

.....
DATA.....
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20...

CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr. (a) -----, portador (a) da Cédula de Identidade nº. -----, e CPF sob nº. -----, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de (SC), na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. .../20..., na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa -----, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, em _____ de _____ 20

Carimbo da Empresa e Assinatura do Credenciante

ANEXO IV

PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20...

DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO PRESENCIAL Nº. /20..., que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida na Cláusula V, do edital convocatório.

_____, em ____ de _____ 20....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO V

PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20....

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Presencial nº. /20..., instaurado pela Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por expressão da verdade, firmamos a presente.

-----, de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ.

e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO VI

PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20....

DECLARAÇÃO DE PORTE EMPRESARIAL

A empresa (Colocar razão social conforme cartão CNPJ), CNPJ n.º, declara, sob as penas da lei, para fins de obtenção do tratamento simplificado e diferenciado de que trata a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, que se enquadra nas condições estabelecidas em seu art. 43º, e que não apresenta nenhum dos impedimentos previstos no §4º desse mesmo artigo.

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

-----, ---- de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ.
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO VII

PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20

DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO

A empresa , CNPJ n.º, declara, sob as penas da lei, possuir restrição nos documentos de comprovação da regularidade fiscal, conforme faculdade prevista na Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e se compromete a adotar todas as medidas necessárias, em razão do prazo concedido para este fim, para tentar promover sua regularização fiscal, caso venha a formular o lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação para o Pregão Presencial nº. .../20....

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

-----, ---- de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO VIII

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

(de preferência em papel timbrado da Proponente)

NOME DE EMPRESA: _____

CNPJ: _____ INSCRIÇÃO ESTADUAL _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

RUA: _____ Nº. _____ BAIRRO: _____

CEP: _____ CIDADE: _____ UF: _____ FONE: (_____) _____

Apresentamos nossa proposta para visando REGISTRO DE PREÇO para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE CERCA NA SEDE DOS BOMBEIROS MILITARES DE SANTA CATARINA EM RIO DO SUL. CONFORME CONVENIO Nº 039/2014. da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), ao longo de 12 meses, em conformidade com o estabelecido no Edital de Pregão nº./20, acatando todas as estipulações consignadas no Edital.

ITENS QTDAD UNID DESCRIÇÃO DO ITEM COT. MÁX VL. UNIT.VL. TOTAL

1	1,00	UN	LOTE (1) CONSTRUÇÃO DE CERCA NA SEDE DOS BOMBEIROS MILITARES DE SANTA CATARINA EM RIO DO SUL	7.660,64		
.00001	15,00	UNID	PAINEL GRADIL PVC 1,03 ALTURA E 2,5 M DE COMPRIMENTO.	2.718,30		
.00002	10,00	UN	PAINEL GRADIL PVC 1,53 ALTURA, 2,5 M DE COMPRIMENTO.	2.670,70		
.00003	17,00	UN	POSTE GRADIL PVC PARA CHUMBAR COM 2 M DE ALTURA.	1.110,44		
.00004	12,00	UN	POSTE GRADIL PVC PARA CHUMBAR COM 1,50M DE ALTURA.	590,40		
.00005	2,00	UN	KIT FIXADOR COM TAMPA E PARAFUSO PARA GRADIL	329,80		
.00006	50,00	M2	MADEIRA PARA CAIXARIA.	200,00		

.00007	3,00	KG	PREGO COM CABECA 18X30.	24,00		
.00008	2,00	KG	ARAME COMERCIAL RECOZIDO BWG 18 (1,24MM)	17,00		

VALOR TOTAL DA PROPOSTA COM A INSTALAÇÃO NA SEDE DOS BOMBEIROS MILITARES EM RIO DO SUL É: _____

Atesto como verdadeira e assumo qualquer responsabilidade, referente a proposta acima demonstrada, retirando-me o direito de reclamar sobre qualquer valor nela relacionado.

data: ____/____/____

ASSINATURA E CARIMBO

ANEXO IX

TERMO DE REFERÊNCIA

ITENS QTDADDE UNID DESCRIÇÃO DO ITEM VL. UNIT.VL. TOTAL

1	1,00	UN	LOTE (1) CONSTRUÇÃO DE CERCA NA SEDE DOS BOMBEIROS MILITARES DE SANTA CATARINA EM RIO DO SUL		
.00001	15,00	UNID	PAINEL GRADIL PVC 1,03 ALTURA E 2,5 M DE COMPRIMENTO.		
.00002	10,00	UN	PAINEL GRADIL PVC 1,53 ALTURA, 2,5 M DE COMPRIMENTO.		
.00003	17,00	UN	POSTE GRADIL PVC PARA CHUMBAR COM 2 M DE ALTURA.		
.00004	12,00	UN	POSTE GRADIL PVC PARA CHUMBAR COM 1,50M DE ALTURA.		
.00005	2,00	UN	KIT FIXADOR COM TAMPA E PARAFUSO PARA GRADIL		
.00006	50,00	M2	MADEIRA PARA CAIXARIA.		
.00007	3,00	KG	PREGO COM CABECA 18X30.		
.00008	2,00	KG	ARAME COMERCIAL RECOZIDO BWG 18 (1,24MM)		

OBS: OS INTERESSADOS DEVERÃO FAZER A COTAÇÃO DE PREÇOS DOS PRODUTOS INSTALADOS NA SEDE DOS BOMBEIROS MILITARES EM RIO DO SUL.

DECRETO 77/20106

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

CNPJ 83.102.699/0001-28

Praça Leão Dehon, 50 – Centro – CEP 89184-000 - PRESIDENTE NEREU - SC

Fone: 0** 47 3362-1108 – Fax: 0** 47 3362-1108

- e-mail: prefeitura@presidentenereu.sc.gov.br

Numero Lei: 1482

Ano lei : 2015

Data Lei: 12/01/2016

DECRETO Nº 77, de 24 de agosto de 2016

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU , SANTA CATARINA

no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com a Lei Municipal 1452, de 03 de

dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º É aberto, ao orçamento do exercício de 2016, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais Suplementar no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), observadas as

seguintes classificações funcionais programáticas.

Unidade Orçamentária Dotação Valor

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 10.001.0010.0301.1601.2022.33900000000000.01670400 6.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo

valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias. Anulação de Dotação : R\$6.000,00 (seis mil reais)

Unidade Orçamentária Dotação Valor

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 10.001.0010.0301.1601.2022.33930000000000.01670400 6.000,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA, 24 de agosto de 2016

ANTONIO F. COMANDOLI

ALINE L. TILLMANN

Prefeito Municipal

Contadora

Princesa

PREFEITURA

DECRETO Nº0153/2016 BAIXAS DÍVIDA ATIVA

DECRETO Nº. 0153, DE 29 DE AGOSTO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A BAIXA DE DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL, ATRAVÉS DE CANCELAMENTO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

OLI DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em conformidade ao art. 43, da Lei Complementar nº18, de 17 de dezembro de 2013 e o disposto no inciso II, do art.198, do Código Tributário Nacional.

DECRETA

Art. 1º. Autoriza a Secretaria Municipal da Fazenda, através do Departamento de Tributos e Fiscalização e a Contabilidade a baixar o valor total de R\$ 291,19 (duzentos e noventa e um reais e dezanove centavos) da Dívida Ativa Tributária dos contribuintes.

Art. 2º. Os contribuintes, receitas e valores de que trata o artigo 1º do referido decreto são os seguintes:

Contribuinte	Receita/Ano	Valor Total	Motivo da baixa
RUBEN ARMANDO MALLMANN	HM/2015	228,15	Lançamento em duplicidade.
DARIO ALOISIO HOSS	HM/2015	63,04	Lançamento em duplicidade.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa,
em 29 de agosto de 2016.

OLI DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 119, 29.08.2016

PORTARIA Nº. 119, DE 29 DE AGOSTO DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o Capítulo IV, Art.110 da Lei Complementar nº. 022, de 30 de Dezembro de 2014.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER, 15 (quinze) dias de férias, a funcionária abaixo relacionada, na data conforme segue:

Funcionária	Cargo	Período aquisitivo	Período de gozo
Catiane Markus	Diretora de Escola	22/06/2015 a 21/06/2016	12/09/2016 a 26/09/2016

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12.09.2016.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 29 de Agosto de 2016.

OLI DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO DO ENSALAMENTO PROCESSO SELETIVO Nº. 003.2016

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2016

RELAÇÃO DAS SALAS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA - ENSALAMENTO

O Prefeito de Princesa, Estado de Santa Catarina, Sr. OLI DO NASCIMENTO, no uso de suas atribuições legais, torna público o Ensalamento dos candidatos, cujas inscrições foram homologadas, para os cargos previstos no Edital de Processo Seletivo nº 003/2016 e informa que:

1. DATA DA PROVA: 03 de setembro de 2016.
2. HORÁRIO: das 14h30min às 17 horas.
3. ABERTURA DOS PORTÕES: às 13h30min.
4. FECHAMENTO DOS PORTÕES: às 14h10min.
5. LOCAL DE PROVA: ESCOLA MUNICIPAL RENASCER, Rua Sete de Setembro, nº 954, Centro, Princesa/SC.

SALA 01 - 31 candidatos			
INSC	CANDIDATO	PROFESSOR	SALA
435413/435414	Aline Andréia Spironello	Ensino Infantil - Hab.	SALA 01
		Segundo Professor – Hab.	
435987/435989	Aline Cristina Dittrich	Séries Iniciais - Hab.	SALA 01
		Ensino Infantil - Hab.	
424164/424165	Ana Maria Casagrande Conferri	Ensino Infantil - Hab.	SALA 01
		Segundo Professor – Hab.	
426806/426807	Ângela Cristina Both	Ensino Infantil - Hab.	SALA 01
		Segundo Professor – Hab.	
427227/427228	Beatriz De Mello Martini	Ensino Infantil - Hab.	SALA 01
		Segundo Professor – Hab.	
418364/418365	Camila Regina Kummer Brum	Ensino Infantil - Hab.	SALA 01
		Segundo Professor – Hab.	
436227/436228	Catiane Regina Lavall	Ensino Infantil - Hab.	SALA 01
		Segundo Professor – Hab.	
424953/424954	Cleusa De Fátima Telles Fantinelli	Séries Iniciais - Hab.	SALA 01
		Segundo Professor – Hab.	
436118/436119	Cristiane Knob	Séries Iniciais - Não Hab.	SALA 01
		Ensino Infantil - Não Hab.	
428485/428486	Deise Cristina Da Silva Rockenbach	Séries Iniciais - Hab.	SALA 01
		Segundo Professor – Hab.	
431080/431081	Deise Michele Tiecher	Séries Iniciais - Hab.	SALA 01
		Segundo Professor – Hab.	
428284/428285	Dionara Decarli	Séries Iniciais - Hab.	SALA 01
		Segundo Professor – Hab.	
435814/435815	Èdina Seibel Backes	Séries Iniciais - Hab.	SALA 01
		Ensino Infantil - Hab.	
436380/436381	Eduarda Noro	Séries Iniciais - Hab.	SALA 01
		Ensino Infantil - Hab.	
436804/436805	Elisandra Dos Reis	Séries Iniciais - Hab.	SALA 01
		Segundo Professor – Hab.	
435360/435361	Elisiane Alves	Ensino Infantil - Hab.	SALA 01
		Segundo Professor – Hab.	
425589/425590	Franciele Da Rosa	Séries Iniciais - Hab.	SALA 01
		Segundo Professor – Hab.	

429449/429450	Helena Cristine Pacheco	Séries Iniciais - Hab. Magistério	SALA 01
		Ensino Infantil - Hab. Magistério	
437968/437969	Ivanete Zimmer	Séries Iniciais - Hab.	SALA 01
		Ensino Infantil - Hab.	
437663/437664	Janete Bernardy	Séries Iniciais - Hab.	SALA 01
		Segundo Professor – Hab.	
435940/435941	Jovana Neinas	Séries Iniciais - Hab.	SALA 01
		Segundo Professor – Hab.	
434689/434690	Juliana Both Maldaner	Ensino Infantil - Hab.	SALA 01
		Segundo Professor – Hab.	
425854/425855	Juliana Seibel Freddi	Séries Iniciais - Hab.	SALA 01
		Ensino Infantil - Hab.	
428066/428067	Keila Cieplak	Séries Iniciais - Hab.	SALA 01
		Segundo Professor – Hab.	
419467/419468	Mara De Ré	Séries Iniciais - Hab.	SALA 01
		Segundo Professor – Hab.	

427067/427068	Marcia Beatriz Stein Scain	Séries Iniciais - Hab.	SALA 01
		Ensino Infantil - Hab.	
430807/430808	Maria Carolina Araújo Johner	Séries Iniciais - Hab. Magistério	SALA 01
		Ensino Infantil - Hab. Magistério	
437659/437660	Marta Elena Bernardy Apio	Séries Iniciais - Não Hab.	SALA 01
		Ensino Infantil - Não Hab.	
428242/428243	Patrícia Noll	Séries Iniciais - Hab.	SALA 01
		Segundo Professor – Hab.	
418443/418444	Rosamar Mazzoneto	Séries Iniciais - Hab.	SALA 01
		Ensino Infantil - Hab.	
428724/428725	Sandra Luiza Back	Ensino Infantil - Hab.	SALA 01
		Segundo Professor – Hab.	

SALA 02 - 23 candidatos

Monitor de Creche			
Nº	INSC	CANDIDATO	SALA
1	435932	Alessandra Carol Markus	SALA 02
2	416108	Ana Paula Knop	SALA 02
3	436746	Carina Bonfante	SALA 02
4	438026	Cleice Da Silva	SALA 02
5	436098	Débora Marta Bruzzo	SALA 02
6	417685	Deisi Gralow	SALA 02
7	437858	Edeli Dittrich Bolgenhagen	SALA 02
8	436925	Fernanda Fatima Franzosi Castelli	SALA 02
9	437351	Giordana Monique Lorenzon	SALA 02
10	435203	Irene Margarida Nardes Hofstaetter	SALA 02
11	431798	Juliana Inês Kern	SALA 02
12	428641	Marciane Bitsch	SALA 02
13	438100	Marinalva De Moraes	SALA 02
14	435745	Micheli Carla Sartori	SALA 02
15	437516	Rosane Dos Santos	SALA 02

16	435655	Salete Terezinha Gerlach	SALA 02
17	432915	Sandra Zanotelli Martinelli	SALA 02
18	437971	Simone Patricia Corti	SALA 02
19	436814	Taísa Markus	SALA 02
20	437737	Thaís Regina Hoffmann	SALA 02

Professor de Artes - Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SALA
1	435629	Marinês Philipsen	SALA 02
2	419005	Rúbia Taisi Pinheiro	SALA 02
3	417088	Silvana Ester Delevatti	SALA 02

SALA 03 - 26 candidatos

Professor de Espanhol - Habilitado			
Nº	INSC	CANDIDATO	SALA
1	437295	Arci Deicke Pagno	SALA 03
2	431829	Graciela Neumann	SALA 03
3	437021	Marciele Dreyer Schneider	SALA 03
4	435748	Raquelly Taube	SALA 03

Professor de Educação Física - Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SALA
1	435663	Ana Jucely De Souza	SALA 03
2	428743	Carolina Brustolin	SALA 03
3	423810	Caroline Markus	SALA 03
4	435462	Eider Carlos Silva	SALA 03
5	436400	Gustavo Andrioli	SALA 03
6	417730	Jaqueline Lazzari	SALA 03
7	435709	Jossiel Becker	SALA 03
8	435657	Karen Zanetti Bizotto	SALA 03
9	430096	Leandro Schein	SALA 03
10	426548	Paloma Schwertz	SALA 03
11	436603	Sirlei Rubin	SALA 03

Professor de Ensino Fundamental Séries Iniciais - Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SALA
1	435370	Adenice Maria Winter Noll	SALA 03
2	419451	Claudiane Pauli	SALA 03
3	425807	Daiane Pavin	SALA 03
4	436454	Judite Lorenzon Deicke	SALA 03
5	435635	Vera Lucia Schmitz	SALA 03

Professor de Ensino Infantil - Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SALA
1	435808	Ivanete Da Silva	SALA 03
2	428756	Juliane Kafer	SALA 03
3	437597	Kátia Sirlene Kuhn Dallo	SALA 03

4	436117	Leila Sandra Baierle Bittencourt	SALA 03
5	436902	Neiva Maria Becker Bossa	SALA 03
6	430162	Yeligel Laris Delevatti	SALA 03

SALA 04 - 21 candidatos

Vigia			
Nº	INSC	CANDIDATO	SALA
1	437212	Alex Verfer	SALA 04
2	428314	Anderson Cassiano Noll	SALA 04
3	437276	Carlos Reckziegel	SALA 04
4	437395	Evair Salvati	SALA 04
5	427265	Maico Luis Klauss	SALA 04
6	437857	Mateus Della Flora	SALA 04
7	418236	Nelson Mendes da Silva Andrade	SALA 04
8	437010	Uelinton Joao Da Silva	SALA 04

Professor de Educação Física - Não Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SALA
1	427358	Elizandra Fontana	SALA 04
2	437306	Guilherme Smaniotto Toigo	SALA 04

Professor de Espanhol - Não Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SALA
1	425378	Vanderlisse Ribeiro Alves	SALA 04

Professor de Ensino Fundamental Séries Iniciais - Habilitado com Magistério

Nº	INSC	CANDIDATO	SALA
1	420850	Marisa Lassen	SALA 04
2	435925	Roseli Maria Bonfante	SALA 04

Professor de Ensino Fundamental Séries Iniciais - Não Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SALA
1	437719	Cristiane Maria Bolgenhagen	SALA 04

Professor de Ensino Infantil - Habilitado com Magistério

Nº	INSC	CANDIDATO	SALA
1	437007	Lidiane Siqueira Weppo	SALA 04

Professor de Ensino Infantil - Não Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SALA
1	437570	Andressa Gräf	SALA 04
2	416950	Daiane Cristina Giehl	SALA 04
3	430193	Karline Elizabete Back	SALA 04
4	437480	Lisane Lucia Warken	SALA 04
5	416139	Natália Pasqualon	SALA 04

Segundo Professor – Ensino Fundamental e Ensino Infantil - Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SALA
1	436868	Tathiane Mary Garcias Stanguerlin	SALA 04

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC,
em 26 de Agosto de 2016.
OLI DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Rio das Antas

PREFEITURA

RESUMO DE EDITAL DE PP Nº 0010/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

Fundo Municipal de Saúde

RESUMO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0010/2016 – FMS

O Gestor do F.M.S. de Rio das Antas, comunica a quem possa interessar que realizar-se-á Processo licitatório nº 0014/2016-FMS na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL nº 0010/2016-FMS, tendo como Objeto: Aquisição de equipamento de informática - TABLETS - para uso dos profissionais da atenção domiciliar (enfermeira, fisioterapeuta, nutricionista, psicóloga e dentista). Tudo conforme o edital completo. DO CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES DA PROP./DOC. Será no setor de Licitações do Município, no dia 13/09/2016, respeitando os seguintes horários: Até as 09:00 horas Credenciamento e entrega dos envelopes das Propostas e Documentação, com início da sessão as 09h15min do mesmo dia. TIPO: Menor Preço por Item. RETIRADA DO EDITAL: No site do Município ou no Setor de Licitações. Em caso de interesse em participar da presente licitação, favor enviar recibo de retirada do edital preenchido para o e-mail: licita@riodasantas.sc.gov.br. BASE LEGAL: Lei 10.520/02, Lei 8.666/93 e alterações, LC 123/06, e demais legislação vigente para o objeto. DEMAIS INFORMAÇÕES: Telefone (49) 3564-0125, Ramal 22. Rio das Antas (SC), 29 de agosto de 2016. Selmir Paulo Bodanese-Gestor do F.M.S.

Rio do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE CONCORRÊNCIA 075/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 075/2016

O Município de Rio do Sul/SC, torna público, que fará realizar na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal, localizada na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA, execução por empreitada por preço unitário do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a contratação de empresa para execução do estaqueamento e construção de uma creche tipo 1, padrão FNDE, localizadas na Estrada da Madeira, Bairro Barragem em Rio do Sul, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, pelas normas, especificações e condições contidas no edital e seus anexos.

O edital e seus anexos, estarão à disposição dos interessados para verificação, na Divisão de Processos Licitatórios do Município, no endereço constante no preâmbulo deste, no horário de expediente da Prefeitura Municipal.

Os interessados em adquirir o edital e seus anexos, poderão fazê-lo junto aos endereços eletrônicos, www.riodosul.sc.gov.br/licitacoes. Os envelopes contendo as documentações de habilitação e propostas serão recebidos até às 09:00 horas do dia 30 de setembro de 2016, devendo ser protocolados na Divisão de Suprimentos da Prefeitura Municipal. A abertura dos envelopes de habilitação será efetuada às 09:00 horas do dia 30 de setembro de 2016, na Sala de Reuniões do Prédio Central da Prefeitura Municipal.

Rio do Sul, 24 de agosto de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

NICANOR GABRIEL ALEGRI
Secretário Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente

ELENIR HOLLER
Secretária Municipal de Educação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 031/16

RIO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 031/16.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Alidor Claudio Becker	Xxx.176.739-xx	158027
D O C Comércio e Construção Civil Ltda ME	xx.286.664/0001-xx	159414 e 159415

Rio do Sul, 29 de Agosto de 2016

LEONICE WITTE
Protocolo Geral

JAMES OCÁCIO PRUST
Secretário Municipal da Fazenda

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE VOTO

RIO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE VOTO PROFERIDO EM REUNIÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO.

PELO PRESENTE EDITAL, FICA O CONTRIBUINTE ABAIXO RELACIONADO DEVIDAMENTE INTIMADO DO VOTO PROFERIDO EM REUNIÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO, EM FACE DA IMPOSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	DOCUMENTO
ERNST RUPERT HOLZER	XXX.345.279-XX	OFÍCIO CIRCULAR Nº 46 – COMISSÃO IPTU

Rio do Sul, 29 de agosto de 2016

PATRICIA SOARES
MEMBRO E SECRETÁRIA DA COMISSÃO

RONALDO DA ROCHA
MEMBRO E PRESIDENTE DA COMISSÃO

MONIQUE NOVAK VIEIRA - 3º TERMO ADITIVO

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 128/2016, firmado em 04/03/2016, com término previsto para 26/08/2016.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MONIQUE NOVAK VIEIRA, portador(a) do CPF nº 075.114.879-20, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 128/2016, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 128/2016, iniciando-se a prorrogação em 27/08/2016 e encerrando-se em 26/09/2016." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 25/08/2016.

GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

MONIQUE NOVAK VIEIRA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

PORTARIA 0972/RH

PORTARIA Nº 0972/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 267 e 268, da Lei Complementar Nº 309/2015 e requerimento (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença Especial à Gestante, no período de 21/07/2016 a 18/09/2016, a servidora municipal SABRINA KRUEGER ocupante do cargo de provimento efetivo Cozinheiro.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de agosto de 2016.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

Portaria n.º 0989/RH

PORTARIA Nº 0989/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Abono de Permanência ao(a) servidor(a) IVANIR SCHLEMPER NEVES, matrícula n.º 75353, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, em virtude de ter direito a Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, a partir de 09/05/2012, de acordo com o Art. 40º, § 1º, III, "a", da CF, e ter permanecido em atividade.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos financeiros a partir de 09/05/2012.

Rio do Sul, 22 de agosto de 2016.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
JOT

SANDRA REGINA DOS SANTOS - 8º TERMO ADITIVO

8º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 51/2016, firmado em 10/02/2016, com término previsto para 01/09/2016.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SANDRA REGINA DOS SANTOS, portador(a) do CPF nº 792.087.899-34, na qualidade de Contratado(a), celebram o 8º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 51/2016, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 51/2016, iniciando-se a prorrogação em 02/09/2016 e encerrando-se em 19/09/2016." Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.
Rio do Sul, 29/08/2016.

GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

SANDRA REGINA DOS SANTOS
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Salto Veloso

PREFEITURA

CONTRATOS 2016

CT Nº. 045/2016

DATA: 29/04/2016

CONTRATADO: PHILIPS MEDICAL SYSTEMS LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM APARELHO DE ULTRASSONOGRAFIA (ULTRASSON) PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DE CONVÊNIO TR 000093 DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL.

INÍCIO: 29/04/2016

TÉRMINO: 31/12/2016

VALOR: R\$ 93.000,00

CT Nº. 045/2016

DATA: 02/05/2016

CONTRATADO: LUCILENE PASSONI ABATI LUCILENE PASSONI ABATI

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE OFICINA DE ARTESANATO JUNTO AO CRAS.

TÉRMINO: 31/12/2016

VALOR: R\$ 10.800,00

CT Nº. 046/2016

DATA: 02/05/2016

CONTRATADO: CIA DE ARTES VENTO NEGRO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE OFICINA DE ARTESANATO JUNTO AO CRAS.

TÉRMINO: 31/12/2016

VALOR: R\$ 9.720,00

CT Nº. 047/2016

DATA: 23/05/2016

CONTRATADO: ALEXANDRE CALDEIRA EIRELLI ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RECUPERAÇÃO ASFÁLTICA DE DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO, CONFORME PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO EFETUADO PELA AMARP – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE.

TÉRMINO: 31/12/2016

VALOR: R\$ 419.749,86

CT Nº. 048/2016

DATA: 25/05/2016

CONTRATADO: MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA.

TÉRMINO: 31/12/2016

VALOR: R\$ 195.800,00

CT Nº. 049/2016

DATA: 29/04/2016

CONTRATADO: COOPERATIVA DE ARTESÃOS DE ARROIO TRINTA

OBJETO: AQUISIÇÃO GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR.

TÉRMINO: 31/12/2016

VALOR: R\$ 26.977,70

CT Nº. 050/2016

DATA: 29/04/2016

CONTRATADO: IRIQ ANZILIEIRO

OBJETO: AQUISIÇÃO GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR.

TÉRMINO: 31/12/2016

VALOR: R\$ 26.651,30

CT Nº. 051/2016

DATA: 08/06/2016

CONTRATADO: CONSTRUTORA TOMAZELLI LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE

ESCADARIA DE ACESSO A MIRANTE PÚBLICO.

TÉRMINO: 31/12/2016

VALOR: R\$ 137.595,77

CT Nº. 052/2016

DATA: 25/05/2016

CONTRATADO: LUIZ MOREIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM AUTOMOTIVA EM VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL.

TÉRMINO: 31/12/2016

VALOR: R\$ 28.817,50

CT Nº. 053/2016

DATA: 25/05/2016

CONTRATADO: ADIBE JOAO ABRAÃO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM AUTOMOTIVA EM VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL.

TÉRMINO: 31/12/2016

VALOR: R\$ 14.615,00

CT Nº. 054/2016

DATA: 10/06/2016

CONTRATADO: ZAMBONI PNEUS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇO BORRACHARIA - MONTAGEM, DESMONTAGEM E CONSERTO DE PNEUS, BEM COMO ITENS ADJACENTES.

TÉRMINO: 31/12/2016

VALOR: R\$ 123.968,00

CT Nº. 055/2016

DATA: 10/06/2016

CONTRATADO: NEUMIX CONCRETOS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CONCRETO USINADO PARA PAVIMENTAÇÃO DE VIA DE ACESSO A MIRANTE PÚBLICO.

TÉRMINO: 31/12/2016

VALOR: R\$ 43.080,00

CT Nº. 056/2016

DATA: 10/06/2016

CONTRATADO: TOTAL SPORTS LTDA ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DEPARTAMENTO DE ESPORTES

TÉRMINO: 31/12/2016

VALOR: R\$ 17.673,80

CT Nº. 057/2016

DATA: 07/07/2016

CONTRATADO: INOVA SOLUÇÕES EM TELECOMUNICAÇÃO LTDA ME

OBJETO: IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TELEFONIA DIGITAL (PABX) BASEADO EM SERVIDOR IP, CONTENDO SOFTWARE PARA GERENCIAMENTO DA PLATAFORMA IP E EQUIPAMENTOS EM COMODATO PARA O FUNCIONAMENTO DE 50 RAMAIS, 50 LIGAÇÕES SIMULTÂNEAS SIP FIXO BRASIL GERAL COM 12 000 MINUTOS PARA FIXO E 6000 PARA MOVEL.

TÉRMINO: 31/12/2016

VALOR: R\$ 180.000,00

CT Nº. 058/2016

DATA: 07/07/2016

CONTRATADO: GEORGEO ALMEIDA ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO.

TÉRMINO: 31/12/2016

VALOR: R\$ 3.900,00

CT Nº. 059/2016
DATA: 11/07/2016
CONTRATADO: DE MARCO COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO VAN PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS
TÉRMINO: 31/12/2016
VALOR: R\$ 135.900,00
CT Nº. 060/2016
DATA: 19/07/2016
CONTRATADO: DE MARCO COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO VAN PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS
TÉRMINO: 31/12/2016
VALOR: R\$ 138.900,00
CT Nº. 061/2016
DATA: 12/07/2016
CONTRATADO: ZANESCO FERRAGENS LTDA
OBJETO: Contratação de serviços de mão-de-obra mecânica automotiva para a Prefeitura Municipal e suas secretarias
TÉRMINO: 31/12/2016
VALOR: R\$ 45.000,00

CT Nº. 062/2016
DATA: 12/07/2016
CONTRATADO: DANIELA UNTENBERGER LTDA
OBJETO: Contratação de serviços de mão-de-obra mecânica automotiva para a Prefeitura Municipal e suas secretarias
TÉRMINO: 31/12/2016
VALOR: R\$ 44.500,00
CT Nº. 063/2016
DATA: 12/07/2016
CONTRATADO: SANTIAN COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS MECANICOS LTDA ME
OBJETO: Contratação de serviços de mão-de-obra mecânica automotiva para a Prefeitura Municipal e suas secretarias
TÉRMINO: 31/12/2016
VALOR: R\$ 28.500,00

DECRETO MUNICIPAL N. 060/2016

DECRETO Nº 060/2016, DE 16 DE AGOSTO DE 2016.
ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE , SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.562/2015 de 21/12/2015;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 70.899,92 (Setenta Mil, Oitocentos e Noventa e Nove Reais e Noventa e Dois Centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 1.009 – PAV. DE RUAS, PASSEIOS E ESTRADAS
Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 70.899,92
Fonte: 1164.00000
RED: 95

Art. 2º - Para suporte de que se trata o Artigo anterior, fica utilizado o mesmo valor , do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 16 de Agosto de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL N. 061/2016

DECRETO Nº 061/2016, DE 18 DE AGOSTO DE 2016.
ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.579/2015 de 18/08/2016;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 140.000,00 (Cento e Quarenta Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Projeto/Atividade: 1.003 – AQUISIÇÃO DE VEICULOS PARA A SAUDE

Mod. de Aplicação: 4490.00. – APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte: 1102.00000 RECURSOS ORDINARIOS

Valor: R\$ 140.000,00

Red. 04

Art. 2º - Para suporte de que se trata o Artigo anterior, fica utilizado o mesmo valor da anulação da seguinte Dotação Orçamentária.

Órgão: 01 – PODER LEGISLATIVO

Projeto/Atividade: 1.001 – INFRA ESTRUTURA LEGISLATIVA

Mod. de Aplicação: 4490.00. – APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte: 1100.00000 RECURSOS ORDINARIOS

Valor: R\$ 140.000,00

Red. 01

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 18 de Agosto de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL N. 062/2016

DECRETO Nº 062 DE 29 DE AGOSTO DE 2016.
APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS DE SALTO VELOSO – COMAD.

O PREFEITO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 23, I, “a” e 88, VII, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 11 de abril de 2001 e, em cumprimento às determinações legais contidas no artigo 22 da Lei Municipal nº 1574 de 02 de outubro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Municipal Antidrogas de Salto Veloso – COMAD, integrante do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso, 29 de agosto de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

ANEXO I

REGIMENTO INTERNO

TÍTULO I

DA CARACTERIZAÇÃO E DA FINALIDADE

Art. 1º - O Conselho Municipal Antidrogas - COMAD de Salto Veloso instituído pela Lei Municipal nº 1.547 de 02 de Outubro de 2015 é órgão normativo de deliberação coletiva, integrado ao Sistema Nacional e Estadual da Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes e vinculado ao Gabinete do Prefeito Municipal.

Art. 2º - O Conselho Municipal Antidrogas - COMAD tem por finalidade:

I - Estabelecer as diretrizes e propor a política de prevenção, repressão e fiscalização de entorpecentes, bem como promover pelos meios necessários, a integração ao Sistema, dos órgãos do Estado e Município, para a realização dos objetivos visados;

II - Cadastrar, fiscalizar, orientar e apoiar as entidades que, no âmbito do Município, desempenham atividades de recuperação e reajustamento social do dependente;

III - Apoiar e auxiliar os órgãos encarregados de promover a ação fiscalizadora, na forma da lei, sobre os produtos e substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica;

IV - Promover a execução, através dos meios hábeis, dos planos e objetivos estabelecidos no Art. 3º, incisos I a XIII da Lei Municipal nº 1.547/2015.

TÍTULO II

Da Organização

Capítulo I

Da Composição

Art. 3º - O Conselho Municipal Antidrogas - COMAD de Salto Veloso é composto por membros escolhidos na forma do disposto no art. 4º da Lei Municipal nº 1.547/2015.

Capítulo II

Dos Órgãos de Deliberação e Apoio

Art. 4º - Para o desempenho de suas atividades, Conselho Municipal Antidrogas - COMAD disporá de comissões permanentes e temporárias.

Seção I

Do Conselho

Art. 5º - O Conselho constituído por todos os Conselheiros (as) titulares e, na falta, pelos respectivos suplentes, instala – se para a primeira chamada, com a presença de 50 (cinquenta por cento) mais 1 (um) e na falta destes, aguardados 15 (quinze) minutos), em qualquer número, formando a maioria simples de seus membros.

§ 1º - O quorum será apurado no início de sessão pela assinatura dos Conselheiros na lista de presença.

§ 2º - O quorum será qualificado para exclusão de entidades ou membros do conselho e eleição de diretoria, conforme art. 9º, parágrafo único, da Lei Municipal 1.547/2015.

Subseção I

Das Reuniões

Art. 6º - O número e dia das reuniões do Colegiado será estabelecido a critério da necessidade do Município, sendo de extrema importância, sempre que possível seja realizada 01 (uma) reunião ao mês, em caráter ordinário.

§ 1º - No mês de janeiro e fevereiro, considerado de recesso, não será realizada reunião ordinária.

§ 2º - O Conselho realizará reuniões extraordinárias, sempre que for convocado, com antecedência mínima de 03 (três) dias, por seu Presidente ou por um terço dos seus membros;

§ 3º - As reuniões do Conselho são sempre de caráter reservado, salvo as solenes e as de cunho técnico – científico.

Seção II

Das Comissões

Art. 7º - Poderão ser designadas comissões temáticas, constituídas por 03 (três) ou mais membros definidos pelo Conselho.

Parágrafo único – Às comissões caberá a escolha dos respectivos presidentes.

Subseção II

Do Presidente e seus Auxiliares

Art. 8º - O Conselho Municipal Antidrogas - COMAD será presidido por um de seus membros, escolhido por seus pares e referendado pelo Prefeito Municipal, com mandato de (2) dois anos, podendo ser reconduzido por igual período.

§ 1º - O Conselho elegerá, dentre os seus membros, um Vice-Presidente, que substituirá o Presidente nas faltas e impedimentos.

§ 2º - Nos impedimentos e faltas do Presidente e do Vice-Presidente, presidirá o Conselho o membro titular mais antigo.

§ 3º - O Conselho elegerá dentre seus membros, um Secretário e um Vice-Secretário, que organizarão as ações administrativas.

TÍTULO III

Das Competências

Capítulo I

Do Conselho Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas

Art. 9º - Ao Conselho Municipal Antidrogas compete:

I - Na esfera administrativa:

a) Elaborar seu Regimento;

b) Exercer as funções que lhe são conferidas pelas leis e decretos federais, estaduais e municipais;

c) Manter intercâmbio com os Conselhos congêneres do País;

d) Regular as atribuições de seu pessoal administrativo;

e) Deliberar sobre matérias de caráter administrativo, ligadas às suas atribuições;

f) Decidir sobre os pedidos de licença dos conselheiros e sobre sua prorrogação.

g) Criar seu Fundo Municipal Financeiro.

II - Na esfera técnica:

a) Desempenhar as atribuições referidas no Art. 2º deste Regulamento;

b) Prestar orientação normativa e supervisão técnica aos demais órgãos do Sistema, sem prejuízo da subordinação administrativa destes às Unidades e cujas estruturas estiverem integrados;

c) Coordenar as providências necessárias ao atingimento dos objetivos do Sistema, discriminados no art. 2º da Lei Municipal nº 1.547/2015.

d) Opinar ou deliberar sobre todas as matérias que lhe forem atribuídas, explícita ou implicitamente, por normas federais, estaduais e municipais;

e) Promover e divulgar estudos sobre o Sistema Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas;

f) Propor medidas destinadas a modernizar a estrutura e o procedimento da Administração nas áreas de prevenção, repressão e fiscalização de substâncias entorpecentes, ou que determinem dependência psíquica e/ ou física, bem como no tratamento e na recuperação de dependentes, buscando seu constante aperfeiçoamento e eficiência;

g) Controlar a realização de palestras e cursos sobre assuntos pertinentes a substâncias entorpecentes ou que determinem dependência psíquica e/ ou física;

h) Credenciar palestrantes.

Seção I Das Comissões

Art. 10 - Às comissões temáticas compete, desde que solicitado pelo Presidente do COMAD:

- I - Realizar estudos;
- II - Emitir pareceres;
- III - Responder consultas;
- IV - Desempenhar qualquer outra tarefa relacionada com a competência do Conselho Municipal Antidrogas - COMAD nas áreas administrativa e técnica.

CAPÍTULO II Do Presidente

Art. 11 - Ao Presidente do Conselho Municipal Antidrogas - COMAD compete:

- I - Convocar e presidir as reuniões e encontros promovidos pelo Conselho;
- II - Aprovar a pauta das reuniões;
- III - Resolver questões de ordem;
- IV - Exercer direito de voto e voto de qualidade, nos casos de empate;
- V - Baixar atos relativos à composição das comissões;
- VI - Determinar a realização de estudos solicitados pelo Conselho;
- VII - Solicitar das comissões estudos, pareceres, consultas e qualquer outra tarefa relacionada com a competência do COMAD, nas áreas administrativa e técnica;
- VIII - Elaborar, ao final do mandato, relatório circunstanciado das atividades do COMAD, durante a sua gestão;
- IX - Baixar portarias e outros atos necessários à organização interna;
- X - Solicitar, com a apresentação de plano de aplicação, as verbas necessárias às atividades e promoções do COMAD.

CAPÍTULO III Do Secretário Administrativo

Art. 12 - Ao Secretário Administrativo compete:

- I - Dirigir, coordenar, orientar e supervisionar as ações administrativas do COMAD;
- II - Adotar medidas que visem à melhoria das técnicas e métodos de trabalho;
- III - Secretariar as reuniões do Conselho com elaboração da ata;
- IV - Manter em dia o expediente e a correspondência do COMAD;
- V - Auxiliar o Presidente na execução das medidas propostas pelo COMAD.

TÍTULO IV Das Disposições Gerais

Art. 13 - O Conselheiro que tiver de se ausentar, ou não puder comparecer às reuniões, deverá comunicar o impedimento com a devida antecedência, a fim de possibilitar a convocação de seu suplente.

Parágrafo Único - Nas hipóteses previstas neste artigo, os processos de que for relator poderão ser redistribuídos a outro conselheiro.

Art. 14 - O Presidente do Conselho convocará os conselheiros suplentes, quando necessário, para participarem de todos os trabalhos, com direito a voto.

Art. 15 - Perderá o mandato, o conselheiro que se ausentar das atividades do Conselho, por período superior a 90 (noventa) dias, sem motivo justificado, reconhecido pelo Conselho.

Art. 16 - As normas complementares de funcionamento do Conselho

Municipal Antidrogas - COMAD, aprovados pelo mesmo, constituirão anexo ao presente Regimento, sob a forma de Deliberações.

Art. 17 - Na aplicação deste Regimento, as dúvidas e os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente, ouvido o Conselho.

Art. 18 - O presente Regimento Interno somente poderá ser alterado por propostas de dois terços dos membros do COMAD.

Salto Veloso-SC, 23 de maio de 2016.

Renata Donadel
Presidente

Ronaldo Francisco Bridi
Vice-presidente

Katiani Guaraci de Moraes dos Santos
Secretária

Marilde del Moro Paganini
Vice-secretária

LEI Nº 1580 DE 24 DE AGOSTO DE 2016.

LEI Nº 1580 DE 24 DE AGOSTO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO, PARA O EXERCÍCIO 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLAUDEMIR CESCA - Prefeito do Município de SALTO VELOSO - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam estabelecidas diretrizes, para elaboração do orçamento do Município para o Exercício Financeiro de 2017, as diretrizes gerais de que trata esta Lei, os princípios estabelecidos na Constituição Federal em seu artigo 165 § 2º, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal nº. 4.320 de 17 de Março de 1964, na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000 e na Lei Orgânica do Município, compreendendo:

- I - metas e prioridades da administração municipal;
- II - a estrutura e organização do orçamento;
- III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município;
- IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI - das metas fiscais; e
- VII - das disposições gerais.

CAPÍTULO I DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º - Em consonância com o Artigo 165 § 2º, da Constituição Federal, as Metas e as Prioridades da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2017, são as especificadas, no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, nas quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2017, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2017, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 2º - O anexo de metas fiscais de receita e de despesas conterà, no que couber, o disposto no § 2º do Artigo 4º da Lei Complementar

nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 3º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por programas e ações no Plano Plurianual;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizem de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção das atividades do governo como um todo.

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa de governo, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que ocorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo.

IV - Operações especiais, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como, as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função, sub-função e programa às quais se vinculam.

Art. 4º - A Proposta Orçamentária do Município evidenciará as receitas em conformidade com as Portarias conjuntas do STN, e despesas em conformidade com a Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Portaria Interministerial nº. 163, de 04 de Maio de 2001 e posteriores alterações, com o seguinte desdobramento:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas;

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas;

III - Resumo Geral da Despesa;

IV - Programa de Trabalho;

V - Programa de Trabalho de Governo por Funções, Sub-Funções, Programas, por Projetos e Atividades;

VI - Demonstrativo da Despesa por Funções, e Sub-Funções conforme o Vínculo com os Recursos;

VII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;

VIII - Demonstrativo da Despesa por modalidade;

IX - Planilha da Despesa por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, caracterização das metas, objetivos e fontes de recursos;

X - Demonstrativo da Evolução da Receita por fonte, conforme disposto no Artigo 12 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000;

XI - Demonstrativo da Evolução da Despesa por categoria econômica, podendo ser indicada as modalidades;

XII - Demonstrativo do orçamento fiscal.

§ 1º - Os Fundos Municipais poderão integrar o orçamento geral do Município, apresentando em destaque as receitas e despesas a eles vinculadas.

§ 2º - Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender a Portaria nº. 42, de 14 de Abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Portaria Interministerial nº. 163 de 04 de maio de 2001 e Portarias conjuntas do STN

Art. 5º - O orçamento do Município compreenderá a programação do Poder Legislativo, Instituto de Previdência dos Servidores, Poder Executivo com fundos centralizados e Fundos descentralizados abaixo descritos:

- Fundo Municipal de Saúde (descentralizado);

- Fundo Municipal de Assistência Médica dos Servidores Públicos (descentralizado)

- Fundo Municipal de Assistência Social (centralizado);

- Fundo Municipal da Infância e Adolescência (centralizado);

- Fundo Especial Antidrogas (centralizado);

- Fundo Municipal de Habitação e de Interesse Social (centralizado);

- Fundo Municipal de Desenvolvimento de Salto Veloso (centralizado).;

- Fundo Municipal do Idoso.

Art. 6º - mensagem que encaminhará o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I - Texto da Lei;

II - Quadro Demonstrativo da Evolução da Receita Arrecadada dos exercícios de 2013 a 2015, fixada para 2016 e projetada para 2017 a 2019;

III - Quadro Demonstrativo da Dívida Fundada em 31 de Dezembro de 2015 e a projeção de desembolso para os exercícios de 2017 a 2019;

IV - Quadro Demonstrativo da Dívida Flutuante, com identificação das contas e saldos no último dia do mês imediatamente anterior ao da remessa da Proposta orçamentária à Câmara Municipal;

V - Quadro demonstrativo da composição do Ativo Financeiro no último dia do mês imediatamente anterior à remessa da Proposta Orçamentária à Câmara Municipal;

VI - Quadro Demonstrativo dos tributos lançados e não arrecadados nos exercícios de 2013 a 2015;

VII - Justificativa sobre as estimativas de renúncia de receita para o exercício de 2017;

VIII - Quadro Demonstrativo das Receitas Correntes Líquidas de 2013 a 2015, despesas com pessoal por Poder para o mesmo período e percentual de comprometimento;

IX - Demonstrativo da aplicação das receitas de alienações e de operações de crédito, se for o caso.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 7º - O Orçamento Fiscal do Município para o exercício de 2017 obedecerá ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo o Poder Legislativo, Executivo e seus Fundos e as ações e metas serão extraídas do Plano Plurianual atualizado.

Art. 8º - Os estudos para definição da previsão da Receita para o exercício de 2017, excluídas as previsões de convênios, operações de crédito e alienação de ativos, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios imediatamente anterior e fatores locais que possam influenciar da definição da previsão da receita.

Art. 9º - Se a receita estimada para o exercício de 2017, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 10 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes despesas abaixo:

I - eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação de despesas com horas extras;

III - redução dos gastos com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV - redução dos investimentos programados;

V - redução de contratos, auxílios, contribuições e subvenções;

VI - demissão de ocupantes de cargos comissionados.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 11 - A expansão das despesas obrigatórias, de caráter continuado, não poderá exceder, no exercício de 2017 a 10%(Dez por

cento) da Receita Corrente Líquida fixada no exercício de 2017.

Art. 12 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo IX desta Lei.

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2016.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo a anulação de recursos alocados no Orçamento, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 13 - O Orçamento para o exercício de 2017, de cada uma das unidades gestoras contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 5% da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, resultado primário e reforço de dotações orçamentárias, conforme Anexos desta Lei.

Art. 14 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no plano plurianual.

Art. 15 - Para atender o disposto na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000, o Executivo Municipal incumbir-se-á do seguinte:

I - estabelecer programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, com a devida publicação, dentro do prazo legal;

II - publicar, até 30 (trinta) dias, após o encerramento do bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas fiscais de receitas e despesas, e se não atingidas deverá realizar cortes na realização de despesas do Poder Executivo e do Legislativo;

III - O Poder Executivo Municipal emitirá ao final de cada semestre, relatório de gestão fiscal, avaliando o cumprimento das metas fiscais, em audiência pública.

Art. 16 - Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

§ 1º - Os recursos vinculados, oriundos de convênios e operações de crédito, serão considerados na apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais;

§ 2º - A eventual arrecadação de receitas de determinada fonte de recursos vinculados ou não, em montante superior ao previsto na Lei do Orçamento Anual, se constituirá recurso hábil a suplementações orçamentárias por excesso de arrecadação, ou provável excesso, quando evidenciado o ingresso do recurso excedente ou comprovado através de convênio firmado em cada fonte específica.

Art. 17 - As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2017, serão as constantes no Anexo VII desta Lei e serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 18 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal, a entidades, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo e de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em Lei específica.

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade Municipal.

Art. 19 - Para habilitar-se ao recebimento, de subvenções sociais, a entidade deverá apresentar declaração de funcionamento regular em de 02 exercícios 2015/2016 e funcionamento regular exercício de 2017, por autoridades locais, e comprovante de regularidade fiscal e de sua Diretoria.

Art. 20 - As entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos,

com a respectiva prestação de contas.

Art. 21 - Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 22 - Despesas de custeios de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária.

Art. 23 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o Exercício de 2017, a preços correntes.

Art. 24 - O Poder Executivo Municipal é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;

IV - transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, sem prévia autorização legislativa, nos termos do Inciso VI do Artigo 167 da Constituição Federal.

Art. 25 - Durante a execução orçamentária de 2017, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos, fiscais e no plano plurianual, na forma de crédito especial, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício, constantes dos Anexos desta Lei e alterações posteriores.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS A DÍVIDA PÚBLICA

Art. 26 - O Poder Executivo Municipal, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá à seleção das prioridades estabelecidas no Plano Plurianual, a serem incluídas na proposta orçamentária, podendo, se necessário, incluir novos programas e ações.

Art. 27 - Obedecidos os limites, estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2017, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento e incluídas posteriormente mediante crédito especial ou suplementar.

Art. 28 - As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária com alterações posteriores e autorizadas por lei específica.

Art. 29 - A verificação dos limites da dívida pública serão feitas na forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 30 - O Executivo Municipal, mediante lei, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público, cargo em comissão ou em caráter temporário na forma da lei, observada os limites e as regras da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento.

Art. 31 - A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, obedecido os limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 32 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido

no Art. 20, III da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 33 - O Executivo Municipal, se necessário, adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000:

- I - eliminação das despesas com serviços extraordinários;
- II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;
- V - Disponibilidade de servidores estáveis.

Art. 34 - Os contratos de terceirização de mão-de-obra realizados com a Administração Pública Municipal, que se referirem à substituição de servidores ou empregados públicos, serão contabilizados como "outras despesas de pessoal".

Parágrafo Único - Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal, excluídas as despesas decorrentes de utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 35 - A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas na forma estabelecida na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 36 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentado estudos do seu impacto e atender ao disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 37 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 38 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39 - O Poder Executivo Municipal deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

Art. 40 - Caso seja necessária à limitação de empenhos e da movimentação financeira, essa será de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de despesas com material de consumo, serviços de terceiros e encargos, diversas despesas de custeio, investimentos e inversões financeiras, paralisação temporária de atividades caracterizadas como não essenciais; reavaliação da distribuição de cotas mensais do orçamento em cada órgão; reanálise dos custos de cada ação orçamentária em execução e seleção de prioridades a serem efetuadas até o final do exercício.

§ 1º - Na hipótese de ocorrência dos dispostos no caput deste artigo, o Chefe do Poder Executivo Municipal comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível, para empenho e movimentação financeira.

§ 2º - O Chefe do Poder Executivo Municipal, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão do respectivo Poder terá como limite de movimentação financeira e empenho.

Art. 41 - O Poder Executivo Municipal deverá elaborar e publicar até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária para o exercício de 2017, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão do Poder Executivo, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das

metas fiscais.

Art. 42 - Até o dia 30 de Outubro de 2016, O Executivo Municipal encaminhará a Câmara Municipal à proposta orçamentária para o Exercício Financeiro de 2017.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo, respeitando-se evidentemente toda a tramitação prevista no Regimento Interno da mesma.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2017, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2016, o Excesso ou provável excesso de arrecadação, a;

- Anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 43 - O Executivo Municipal fica autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, devendo ser encaminhado cópia de todos os convênios firmados a Câmara Municipal de Vereadores, para comprovação da transparência administrativa.

Art. 44 - Fazem parte integrante desta Lei os seguintes Anexos:

- a) - Demonstrativo I - Metas anuais;
- b) - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
- c) - Demonstrativo III - Metas fiscais atuais comparadas com as metas fiscais fixas nos três exercícios anteriores;
- d) - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
- e) - Demonstrativo V - Origem e aplicação de recursos obtidos com alienação de ativos;
- f) - Demonstrativo VI - Avaliação da Situação financeira e atuarial do RPPS;
- g) - Demonstrativo VII - Estimativa e compensação da renúncia de receita;
- h) - Demonstrativo VIII - Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;
- i) - Demonstrativo IX - Anexo de riscos fiscais;
- j) - Demonstrativos das receitas e despesas.

Art. 45 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 46 - Revogam-se as disposições em contrário.

SALTO VELOSO (SC) 24 DE AGOSTO DE 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

JOSÉ CARLOS ONEDA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

DECRETO Nº 064/2016 SUPLEMENTAR

DECRETO Nº 064/2016

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, por conta dos recursos do superávit financeiro do exercício de 2015, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1269/2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015, no valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

10.00 Fundo Municipal de Assistência Social				
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social				
082440028.2.028000 Manutenção das atividades da Assistência Social				
145	0300	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	50.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar os recursos do superávit financeiro, por fonte de recurso, verificado no balanço patrimonial do Exercício de 2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,
em 26 de Agosto de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº182/2016 CONCEDE GRATIFICAÇÃO

PORTARIA Nº 182/2016

CONCEDE GRATIFICAÇÃO A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedida gratificação de 30% sobre o vencimento do Servidor Ademir Antonio Detofol, CPF nº 611.723.089-34 RG: nº 2.031.539, matrícula. 809/01 pelo desempenho além das funções inerentes ao cargo de Contador Geral, pelas funções desempenhadas no setor de tesouraria, comissão de licitações e pregoeiro a partir do mês de Agosto de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 26 de Agosto de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

Santiago do Sul

PREFEITURA

CONTRATO 82/2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	82/2016
Contratante	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Contratada	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC
Objeto	Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar o pagamento de despesas do exercício de 2014, as quais referem-se ao valor correspondente a diferença de R\$ 300,00, (trezentos reais) mensais não repassados nos meses de fevereiro a dezembro de 2014, para a Gestão Administrativa e Patrimonial do Consórcio CVC, conforme Contrato Administrativo nº 08/2014 - Contrato de Rateio nº 15/2014, após aprovação do reajuste em Assembleia Geral do Consórcio na época.
Santiago do Sul, 10 de agosto de 2016.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

CONTRATO 83/2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	83/2016
Contratante	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Contratada	CASANOVA, LORENZETTI & CIA LTDA
Objeto	Aquisição de óleo diesel B5-S500 e óleo diesel S10 para abastecimento dos veículos e máquinas utilizado nos serviços da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.
Valor	R\$ 61.800,00 (sessenta e um mil e oitocentos reais).
Vigência	01 de setembro à 31 de dezembro de 2016.
Processo Nº. 71/2016.	
Pregão Presencial Nº.60/2016	
Santiago do Sul, 24 de agosto de 2016.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 173/2016

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 173/2016

MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 13 de setembro de 2016, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE SHOWS LOCAIS, SHOW BAILE E PARA A REALIZAÇÃO DA 23ª EXPOAMA E 14ª FESTA DA COLÔNIA DONA FRANCISCA, NOS DIAS 23 A 25 DE SETEMBRO DE 2016, NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES DA CIDASC EM SÃO BENTO DO SUL/SC, CONFORME ANEXO I - TERMO DE REFERENCIA.

Os interessados poderão obter maiores informações através do telefone (47) 3631-6125 ou retirar o Edital completo através do site: www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao.

São Bento do Sul, 12 de agosto de 2016.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS

Secretário de Administração – Autoridade Competente

SANDRA MARIA SADOWSKI ANDRZEJEWSKI

Pregoeira Municipal

Os interessados poderão obter maiores informações através do telefone (47) 36316044 ou retirar o Edital completo através do site: www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao.

São Bento do Sul, 15 de agosto de 2016.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS

Secretário de Administração

SANDRA MARIA SADOWSKI ANDRZEJEWSKI

Pregoeira Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 177/2016

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 177/2016

Menor preço por item

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 15 de setembro de 2016, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO ELÉTRICA VEICULAR (MÃO DE OBRA), SEM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA OS VEÍCULOS AUTOMOTORES DA FROTA DO 23º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DE SC.

Os interessados poderão obter maiores informações através do telefone (47) 3631-6199 ou retirar o Edital completo através do site: www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao.

São Bento do Sul, 16 de agosto de 2016.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS

Secretário de Administração

CARLA ELOISE MÜLBAUER

Pregoeira Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 176/2016

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 176/2016

Menor preço por lote

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 09:00 horas do dia 12 de setembro de 2016, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA O 23º BPM/SC E PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO.

SAMAE - São Bento do Sul

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 178, DE 26 DE AGOSTO DE 2016.

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 178, de 26 de agosto de 2016.

“AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria nº 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º - Autorizar LUCIANO SOJI SASSAKI – Engenheiro Sanitarista e RÉGIS ANTÔNIO KONZEN HEITLING – Engenheiro Sanitarista, admitidos em caráter temporário, a dirigir eventualmente e quando

necessário, os veículo oficiais do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, conforme abaixo:

- MONTANA placas MMB-1396;
- MONTANA placas MMB-1286.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 26 de agosto de 2016.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

São João do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 072/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 072/2016

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados nas escolas da Rede Municipal de Ensino, de acordo com o Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: MARIA DO CARMO DE MATOS DA COSTA

VIGÊNCIA: 18/08/2016 à 31/12/2016.

VALOR: R\$ 1.195,00 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Fundamentados nas disposições da Lei n.º 11.947, de 16/06/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 002/2016.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0501 – 12.306.0128.2035 – 3.3.90.30.07.00.00.00.0103.

São João do Sul, 18 de Agosto de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

São João do Sul, 18 de Agosto de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 075/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 075/2016

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados nas escolas da Rede Municipal de Ensino, de acordo com o Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: EVERALDO RODRIGUES MIGUEL

VIGÊNCIA: 18/08/2016 à 31/12/2016.

VALOR: R\$ 4.650,00 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Fundamentados nas disposições da Lei n.º 11.947, de 16/06/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 002/2016.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0501 – 12.306.0128.2035 – 3.3.90.30.07.00.00.00.0103.

São João do Sul, 18 de Agosto de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 073/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 073/2016

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados nas escolas da Rede Municipal de Ensino, de acordo com o Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: ALTAMIRO PEREIRA COSTA

VIGÊNCIA: 18/08/2016 à 31/12/2016.

VALOR: R\$ 3.500,00 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Fundamentados nas disposições da Lei n.º 11.947, de 16/06/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 002/2016.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0501 – 12.306.0128.2035 – 3.3.90.30.07.00.00.00.0103.

São João do Sul, 18 de Agosto de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 076/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 076/2016

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados nas escolas da Rede Municipal de Ensino, de acordo com o Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: JOSÉ DA SILVA TEIXEIRA

VIGÊNCIA: 18/08/2016 à 31/12/2016.

VALOR: R\$ 4.003,00 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Fundamentados nas disposições da Lei n.º 11.947, de 16/06/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 002/2016.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0501 – 12.306.0128.2035 – 3.3.90.30.07.00.00.00.0103.

São João do Sul, 18 de Agosto de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 074/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 074/2016

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados nas escolas da Rede Municipal de Ensino, de acordo com o Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: ANITO FARIAS DA ROSA

VIGÊNCIA: 18/08/2016 à 31/12/2016.

VALOR: R\$ 5.800,00 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Fundamentados nas disposições da Lei n.º 11.947, de 16/06/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 002/2016.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0501 – 12.306.0128.2035 – 3.3.90.30.07.00.00.00.0103.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 077/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 077/2016

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOÃO DO SUL.

OBS: OS REFERIDOS ITENS POSSUÍRAM ERRO NO QUANTITATIVO (FARINHA) E DESCRITIVO (TOMATE) NO PREGÃO PRESENCIAL 16/16 AMPARAM-SE O PEDIDO NO ART. 24 XII, VISTO A NECESSIDADE CELERE DE AQUISIÇÃO DOS ITENS.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: PAULO CARDOSO CONSTANTE - ME

VIGÊNCIA: 22/08/2016 à 30/12/2016.

VALOR: R\$ 2.093,60 – Total.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0501 – 12.306.0128.2035 – 3.3.90.30.07.00.00.00.3103; 0501 – 306.0128.2035 – 3.3.90.30.07.00.00.00.0103.

São João do Sul, 22 de Agosto de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 71/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 71/2016

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA A REALIZAÇÃO DO CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO AMADOR DO ANO DE 2016.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADO: LIGA ATLETICA VALE DO MAMPITUBA

VIGÊNCIA: 17/08/2016 à 31/12/2016.

VALOR: R\$ 29.910,00 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 042/2015 – Carta Convite nº 016/2016 de 29/07/2016, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0601 – 27.812.0130.2041 – 3.3.90.39.99.00.00.00.0080.

São João do Sul, 17 de Agosto de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

ABERTURA DA CONCORRÊNCIA Nº 003/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DA CONCORRÊNCIA Nº 003/2016 - Processo nº 252/2016 – Proc. Adm. 13743/2016. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA EXECUÇÃO DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO URBANA, CALÇADAS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DAS RUAS: ADULINA SILVA SCHUTZ E ESTRADA ANTIGA DA COLÔNIA SANT'ANA, FRANCISCO NAPPI, JOÃO PAULO GASPAS, JOANA D'ARC, LUIZ EMÍDIO SILVEIRA (T-3) E ZENAIDE SANTOS DE SOUZA, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 30 de setembro de 2016. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 30 de setembro de 2016, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100.

DECRETO Nº 6887/2016

DECRETO Nº 6887/2016
NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, incisos, I, IV e VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 003/2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeado o Sr. MAURO SERGIO FURTADO DE SOUZA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico da Família, com carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de agosto de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2016 – PROCESSO Nº 170/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2016 – Processo nº 170/2016 – Proc. Adm. 9719/2016. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESTINADOS AS ATIVIDADES FÍSICAS AO AR LIVRE EM DIVERSOS BAIRROS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 30

de agosto de 2016 às 18h00min até dia 13 de setembro de 2016, às 14h00min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h00min do dia 13 de setembro de 2016. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

PREGÃO PRESENCIAL 108/2016 – PROCESSO Nº 468/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 108/2016 – Processo nº 468/2016 – Proc. Adm. 20277/2016: Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA TERCEIRIZAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERVENTES, PARA ATENDER AS SECRETARIAS DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, FUNDAÇÕES DE CULTURA E TURISMO, ESPORTE E LAZER, MEIO AMBIENTE, EDUCACIONAL, CHEFIA DO GABINETE E AUTARQUIA SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 12/09/2016 às 14h00min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 12/09/2016 às 14h30min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0000.

REABERTURA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 090/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

REABERTURA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 090/2016 – Processo nº 328/2016 – Proc. Adm. 14856/2016. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE OXIGÊNIO MEDICINAL E AR COMPRIMIDO, COM FORNECIMENTO POR COMODATO DOS CILINDROS, PARA ATENDER AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, POLICLÍNICAS, SAMU E NOVAS UNIDADES A SEREM INAUGURADAS PELA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 30 de agosto de 2016 às 18h00min até dia 15 de setembro de 2016, às 14h00min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h00min do dia 15 de setembro de 2016. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 101/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 101/2016 - Processo nº 387/2016 – Proc. Adm. 17975/2016. Fornecedor: M MÓBILE EIRE-LI. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÓVEIS SOB MEDIDA E GRANITOS, INCLUINDO SERVIÇOS DE CONFEÇÃO, ENTREGA E INSTALAÇÃO DOS MÓVEIS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS, VISANDO ATENDER A POLICLÍNICA MUNICIPAL DE FORQUILHINHAS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor: 209.621,02 – duzentos e nove mil, seiscentos e vinte e um reais e dois centavos. Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2016 - Processo nº 456/2016 – Proc. Adm. 20102/2016. Fornecedor: BELNIAKI & BELNIAKI LTDA ME. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MÓVEIS SOB MEDIDA, INCLUINDO SERVIÇOS DE CONFEÇÃO, ENTREGA E INSTALAÇÃO DOS MÓVEIS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS, VISANDO ATENDER AS UBS VISTA BELA, CENIRO MARTINS E PICADAS DO SUL VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor: R\$ 113.300,00 – cento e treze mil, trezentos reais. Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

CÂMARA MUNICIPAL

ANEXO IV - CERTIFICADO**CERTIFICADO**

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC CERTIFICA a participação do profissional abaixo qualificado na licitação na modalidade de Concorrência Pública nº ____/2016, Processo Administrativo nº: 044/2016, como membro da subcomissão técnica para julgamento das propostas técnicas apresentadas, objetivando a contratação de agências de propaganda para prestação de serviços de publicidade, nos termos da Lei Federal nº 12.232/2010, conforme Chamamento Público constante do Edital de nº 001/2016, e lista oficial publicada no Diário Oficial do Estado nº _____, de ____/____/_____, com reconhecida e indispensável ATUAÇÃO TÉCNICA HONROSA E RELEVANTE para a Administração Pública.

Nome do Profissional:

Formação:

CPF:

Registro Profissional:

Carga Horária:

São José/SC, ____ de _____ de 2016.

ADRIANA ISOLETE DE SOUZA

Diretora Administrativa

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Presidente da Câmara Municipal

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 001/2016

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 001/2016

Diante da deserção do Edital de Chamamento Público para Credenciamento nº 001/2016, publicado no dia 20 de julho de 2016, republica-se o mesmo. Assim, a Câmara Municipal de São José/SC torna público que se encontra autorizado e aberto o prazo para inscrição de profissionais formados em comunicação, publicidade ou marketing, para compor subcomissão técnica para julgamento das propostas técnicas apresentadas na licitação na modalidade de Concorrência Pública, que será instaurada pela Câmara Municipal de São José/SC no exercício corrente, objetivando a contratação de agência de propaganda para prestação de serviços de publicidade, nos termos da Lei Federal nº 12.232/2010.

Interessado: Câmara Municipal de São José/SC

Processo Administrativo nº: 044/2016

Objeto resumido: Inscrição de profissionais formados em comunicação, publicidade ou marketing para compor subcomissão para julgamento de propostas técnicas e seus eventuais recursos apresentados nas licitações para contratação de agências de propaganda para prestação de serviços de publicidade, no âmbito da Câmara Municipal de São José/SC.

Prazo para inscrição: até às 18:00 horas do dia 15 de setembro de 2016.

Local para inscrição e realização da Sessão Pública de sorteio: Para efetivar a inscrição, os interessados deverão comparecer, pessoalmente, no prazo estipulado, na Câmara Municipal de São José/SC, junto à Comissão Permanente de Licitações - CPL, situada na Praça Arnaldo de Souza, nº 38, Centro, São José/SC, CEP: 88103-005, munidos dos documentos exigidos no presente Edital.

Data Prevista para a Sessão Pública de sorteio: às 14 horas do dia 28 de setembro de 2016.

Endereço eletrônico para consulta da íntegra do Edital e seus Anexos: www.cmsj.sc.gov.br

Fundamentação legal: Lei Federal nº 12.232, de 29 de abril de 2010.

A relação dos profissionais inscritos, bem como a confirmação da data da sessão pública para sorteio dos nomes, será publicada,

oportunamente, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, conforme estabelece o artigo 10, § 4º, da Lei Federal nº 12.232/2010, bem como no endereço eletrônico constante acima.

EDITAL: O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada dos interessados no endereço eletrônico acima mencionado, podendo também ser retirado diretamente na Câmara Municipal de São José/SC, no endereço acima, preferencialmente com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas do prazo final para inscrição.

Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados pela Comissão Permanente de Licitações - CPL, na Câmara Municipal de São José/SC (endereço acima mencionado), Telefone: (048) 3029-1321.

São José/SC, 29 de agosto de 2016.

Adriana Isolete de Souza

Diretora Administrativa

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 001/2016

Interessado: Câmara Municipal de São José/SC.

Objeto resumido: Inscrição de profissionais formados em comunicação, publicidade ou marketing para compor subcomissão para julgamento de propostas técnicas e seus eventuais recursos apresentados nas licitações para contratação de agências de propaganda para prestação de serviços de publicidade durante o exercício de 2017, no âmbito da Câmara Municipal de São José/SC.

Processo Administrativo nº: 044/2016

1 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 - PREÂMBULO

A Câmara Municipal de São José/SC torna público que se encontra autorizado e aberto o prazo para inscrição de profissionais formados em comunicação, publicidade ou marketing, para compor subcomissão técnica para julgamento das propostas técnicas apresentadas na licitação na modalidade de Concorrência Pública, que será instaurada pela Câmara Municipal de São José/SC, objetivando a contratação de agências de propaganda para prestação de serviços de publicidade, nos termos da Lei Federal nº 12.232/2010.

1.1.1 - Consideram-se sujeitos à atuação da referida subcomissão as contratações que almejem os serviços de publicidade, que, conforme preconizado no artigo 2º da Lei Federal nº 12.232/2010, consistem no conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o objetivo de promover a venda de bens ou serviços de qualquer natureza, difundir ideias ou informar o público em geral, sendo vedada a inclusão de quaisquer outras atividades, em especial as de assessoria de imprensa, comunicação e relações públicas ou as que tenham por finalidade a realização de eventos festivos de qualquer natureza, as quais serão contratadas por meio de procedimentos licitatórios próprios, respeitado o disposto na legislação em vigor.

1.1.1.1 - Nas contratações de serviços de publicidade, poderão ser incluídos como atividades complementares os serviços especializados pertinentes:

I - ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento sobre o mercado, o público-alvo, os meios de divulgação nos quais serão difundidas as peças e ações publicitárias ou sobre os resultados das campanhas realizadas, respeitado o disposto no art. 3º da mesma Lei;

II - à produção e à execução técnica das peças e projetos publicitários criados;

III - à criação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, em consonância com novas tecnologias, visando à expansão dos efeitos das mensagens e das ações publicitárias.

1.1.2 - A Câmara Municipal de São José/SC motivará, durante o exercício de 2016, mediante abertura de processo administrativo, o procedimento licitatório para a contratação de serviços de publicidade que dependerá de julgamento técnico de propostas pela subcomissão técnica de que trata este Edital;

1.1.3 - As reuniões para análise e julgamento das propostas técnicas dos procedimentos de que trata o item anterior serão sempre agendadas previamente, e comunicadas aos membros que compõem a subcomissão técnica de que trata este Edital, visando o comparecimento do quórum necessário, podendo ser ajustada, conforme a agenda pessoal dos membros;

1.1.4 - A Administração estima para o exercício de 2016 a realização de pelo menos 01 (uma) sessão pública para atuação da subcomissão, a qual dependerá, em momento oportuno e conforme agendamento previsto no item anterior, de análise e julgamento de propostas e eventuais recursos pela subcomissão técnica;

1.1.5 - Sempre será admitido que o presente Edital foi cuidadosamente examinado pelos interessados;

1.1.6 - O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: www.cmsj.sc.gov.br;

1.1.7 - Para efetivar a inscrição, os interessados deverão comparecer, pessoalmente, junto à Comissão Permanente de Licitações - CPL, munidos dos documentos exigidos no presente Edital, no prazo e horário estipulados abaixo:

PRAZO: até as 18:00 horas do dia 15 de setembro de 2016.

LOCAL: Câmara Municipal de São José/SC, Praça Arnaldo de Souza, nº 38, Centro, São José/SC, CEP: 88103-005.

1.1.8 - Não havendo motivo que determine a alteração prévia, devidamente publicada, a sessão pública para sorteio da composição da subcomissão técnica deste CHAMAMENTO PÚBLICO dar-se-á na data e horário estipulados abaixo, conforme publicação do rol de inscritos em data posterior à finalização do prazo de inscrição:

DATA PREVISTA: 28 de setembro de 2016.

HORÁRIO PREVISTO: às 14h.00min.

LOCAL: Câmara Municipal de São José/SC, Praça Arnaldo de Souza, nº 38, Centro, São José/SC, CEP: 88103-005, munidos dos documentos exigidos no presente Edital.

1.1.8.1 - A relação dos profissionais inscritos, bem como a confirmação da data da sessão pública para sorteio dos nomes, será publicada, oportunamente, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, conforme estabelece o artigo 10, § 4º, da Lei Federal nº 12.232/2010, bem como no endereço eletrônico constante acima, podendo ser retificada, caso não obtenha êxito na quantidade mínima de inscritos.

1.1.8.2 - Não havendo expediente, ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura da sessão na data marcada, a mesma será transferida para uma data posterior, mediante comunicação da CPL aos inscritos;

1.1.8.3 - Os horários mencionados neste Edital referem-se ao horário oficial de Brasília/DF.

2 - DO OBJETO, FINALIDADE E PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1 - DO OBJETO: O presente edital de chamamento objetiva inscrever profissionais formados em comunicação, publicidade ou marketing para compor subcomissão para julgamento de propostas técnicas e eventuais recursos relativos a estas, apresentadas na licitação na modalidade de Concorrência Pública, a ser promovida pela Câmara Municipal de São José/SC, visando a contratação de Agência de Propaganda para prestação de serviços de publicidade institucional, de caráter educativo e de orientação social, bem como a publicidade legal ou de utilidade pública, nos termos da Lei Federal nº 12.232/2010.

2.2 - DA FINALIDADE DA SUBCOMISSÃO: Consoante dispõe o § 1º do artigo 10 da Lei Federal nº 12.232/2010, as propostas técnicas apresentadas nas licitações para contratação de agência de propaganda para prestação de serviços de publicidade, devem ser avaliadas e julgadas por subcomissão composta por, no mínimo, 03 (três) membros formados em comunicação, publicidade ou marketing, sorteados entre os previamente inscritos, após regular chamamento público, sendo que 1/3 (um terço) deles não poderão manter nenhum vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto, com a Câmara Municipal de São José/SC. A composição (sorteio) poderá adequar-se, ainda, ao prescrito nos §§ 2º ou 3º do artigo 10 da Lei Federal nº 12.232/2010, de acordo com a licitação instaurada.

2.3 - DA VIGÊNCIA: A vigência da composição da subcomissão técnica objeto deste Edital se encerrará com a conclusão da Concorrência para contratação de agência de propaganda para prestação de serviços de publicidade, não ensejando, no entanto, a prescrição da lista de inscritos, que poderá, durante o exercício de 2016, ser utilizada pela Administração para realização de outros sorteios que se façam necessários para composição de subcomissões para certames afins.

3 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E INFORMAÇÕES ADICIONAIS

3.1 - Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e seus anexos, e as informações adicionais que se fizerem necessárias à inscrição, referentes à formação e atuação da subcomissão técnica deverão ser enviados à Comissão Permanente de Licitações - CPL, até 03 (três) dias úteis anteriores à data limite para inscrição, manifestando-se PREFERENCIALMENTE via e-mail: licitacao.cmsj@gmail.com (ao transmitir o e-mail, confirmar o recebimento do mesmo pela CPL através do telefone (048) 3029-1321, para não torná-lo sem efeito), ou ainda, protocolar o original junto à Câmara Municipal de São José/SC, situada na Praça Arnaldo de Souza, nº 38, Centro, São José/SC - CEP: 88103-005, no horário das 13h:00min. às 18h:00min. (Horário de Brasília/DF), de segunda-feira a sexta-feira, devendo o interessado mencionar o número do Edital, o ano, objeto, nº do processo e remeter-se à Comissão Permanente de Licitações - CPL.

3.2 - As respostas às dúvidas formuladas, bem como as informações que se tornarem necessárias durante o período de inscrição, ou qualquer modificação introduzida no edital no mesmo período, serão publicadas nos mesmos meios que o inicial, em forma de aviso de erratas, adendos modificadores ou notas de esclarecimentos.

3.2.1 - ADENDO MODIFICADOR é o documento emitido pela Comissão Permanente de Licitação, contendo informações que impliquem em alteração na inscrição ou em suas condições, sendo neste caso, publicado, porém sem necessidade de restabelecer o prazo inicialmente fixado, se a publicação ocorrer com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, garantida a alteração de dados ou substituição de documentos aos já inscritos, através de manifestação espontânea. No caso de ultrapassado este prazo, a Administração poderá, a critério, ampliar o período de inscrição, bem como estender a data prevista para a sessão pública de sorteio da composição, balizando-se pelo tempo hábil necessário para manifestação de possíveis interessados.

3.2.2 - NOTA DE ESCLARECIMENTO E ERRATA é o documento emitido pela Comissão Permanente de Licitação, contendo informações que não causem alteração na inscrição ou em suas condições, de caráter meramente esclarecedor e/ou complementar.

3.2.3 - As informações e/ou esclarecimentos serão prestados pela Comissão através do site www.cmsj.sc.gov.br, e-mail ou fax, ficando todos os interessados cientificados que deverão acessá-lo para obtenção das informações prestadas. Serão divulgados, ainda, pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, em caso de adendo modificador.

4 - DAS CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO

4.1 - A inscrição do profissional formado em comunicação, publicidade ou marketing, para integrar a subcomissão técnica da licitação a ser formada pela Câmara Municipal de São José/SC, será efetivada no prazo, horário e local, definidos no preâmbulo deste Edital, mediante a apresentação dos seguintes documentos, em original ou cópia autenticada:

- a) Ficha de inscrição, contendo declaração de que mantém ou não mantém vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto com a Câmara Municipal de São José/SC (ANEXO I);
- b) Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior na área de comunicação, publicidade ou marketing, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação;
- c) Cédula de Identidade ou documento equivalente com foto;
- d) Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF.

4.2 - Não será aceita a inscrição sem a apresentação dos documentos acima discriminados, ou se os mesmos forem apresentados em cópia sem autenticação.

4.3 - A CPL fornecerá protocolo de inscrição e da entrega dos documentos definidos neste Edital, bem como se disponibilizará a fotocopiar os documentos dos interessados trazidos em original no momento da inscrição, oportunidade em que poderá, através de servidor, conferir os documentos e carimbá-los para atribuí-los fé-pública para os fins que se destinam.

4.4 - A inscrição espontânea para compor a lista que culminará no sorteio da subcomissão técnica, atendendo ao Chamamento previsto neste Edital, importa ao interessado na irrestrita aceitação das condições nele estabelecidas, bem como a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário IMPEDIMENTO do inscrito para compor a referida lista.

4.4.1 - Não cabe aos inscritos, após composição da lista oficial, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de efetivar sua inscrição, os interessados deverão ler atentamente o Edital e seus anexos para certificar-se de que estará em conformidade com o previsto.

4.4.2 - Cada inscrito poderá apresentar suas justificativas e solicitar formalmente a sua retirada da lista oficial, garantida a não publicação no rol, se protocolada até 02 (dois) dias úteis anteriores ao término do prazo para inscrição. Todavia, para que não haja prejuízo dos cronogramas do certame, após o sorteio, se o interessado constar da composição oficial, todo e qualquer impedimento deverá ser informado imediatamente e deverá, obrigatoriamente, constar com a motivação.

4.4.3 - Havendo quantidade suficiente de inscritos, a Administração poderá sortear quantidade superior ao limite mínimo exigido para a composição da subcomissão técnica referida, visando possibilitar um cadastro reserva, sequenciado pela ordem sorteada, que terá a finalidade de substituição dos membros titulares, nos casos de impedimento, a ser convocada eventualmente pela Administração, se necessário.

4.4.4 - A falsa declaração relativa ao vínculo funcional ou contratual direto ou indireto com a Câmara Municipal de São José/SC, cumprindo o disposto nos §§ 1º e 9º do artigo 10 da Lei Federal nº 12.232/2010, mediante o preenchimento do Anexo I (Ficha de Inscrição) poderá ensejar ao inscrito as sanções previstas no artigo 12 da mesma Lei Federal e/ou demais cominações legais cabíveis.

4.5 - Poderão inscrever-se para a lista prévia de sorteio visando compor a subcomissão técnica as pessoas físicas (servidor público ou não) que:

4.5.1 - Atenderem ao Chamamento correspondendo às condições deste EDITAL e seus Anexos, inclusive quanto à apresentação da Ficha de Inscrição e da documentação exigida, em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório de Notas e Ofício competente, ou por Servidor da CPL, fazendo-se constar no rol prévio a ser publicado, conforme estabelecido no item 4.3 deste Edital;

4.5.2 - Estejam em pleno gozo de suas aptidões físicas e intelectuais, que impossibilitem prejuízo de sua atuação técnica;

4.5.3 - Recomenda-se que se inscrevam interessados residentes no Município de São José/SC, considerando que a Administração não se responsabilizará com despesas de transporte e hospedagem necessários ao comparecimento do mesmo às sessões públicas.

4.6 - Não deverão inscrever-se pessoas jurídicas ou, ainda, as pessoas físicas (servidor público ou não) que estejam enquadradas nos seguintes casos:

4.6.1 - Que não atendam ao previsto neste Edital;

4.6.2 - Que componham o quadro funcional, seja sócio ou dirigente de agência interessada em participar do certame licitatório onde haverá atuação da subcomissão;

4.6.2.1 - O inscrito que não conhecer previamente o interesse de participação da agência cujo quadro funcional seja integrante ou que passe a integrar agência interessada após sorteado para a Comissão deverá abster-se da atuação do certame específico ao qual sua agência participará, declarando-se impedido ou suspeito, nos mesmos moldes do § 6º do artigo 10 da Lei Federal nº 12.232/2010.

4.6.3 - Os membros da Comissão Permanente de Licitações que atuarão na condução dos certames licitatórios das Contratações de que

trata este Edital;

4.6.4 - Que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas ou punidas por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, na esfera Federal, Estadual ou Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial, pelo órgão que a praticou, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;

4.6.5 - Que tenham sido consideradas inidôneas por quaisquer órgãos governamentais, autárquicos, funcionais ou de economia mista;

4.6.6 - Que estejam cumprindo penalidades civis ou criminais ou, ainda, respondendo a processos de tal natureza, especialmente por crimes de improbidade administrativa.

5 - DA ESCOLHA DOS INTEGRANTES DA SUBCOMISSÃO

5.1 - A escolha dos membros da subcomissão técnica que analisará e julgará as propostas técnicas e os recursos apresentados pelas licitantes no certame a ser promovido pela Câmara Municipal de São José/SC dar-se-á por sorteio, em sessão pública com data, horário e local, oportunamente divulgados no Diário Oficial do Município de São José/SC e no site da Câmara Municipal de São José/SC, através de relação contendo a quantidade estabelecida no item 2.2 deste Edital, a ser publicada com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data estipulada.

5.2 - A escolha dar-se-á entre os nomes de uma relação que terá, no mínimo, o triplo do número de integrantes da subcomissão, previamente cadastrados, sendo que, pelo menos, 1/3 de profissionais não poderão ter vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto, com a Câmara Municipal de São José/SC.

5.3 - Os profissionais escolhidos para compor a subcomissão não serão remunerados.

5.4 - Em caráter compensatório, todos os componentes receberão um Certificado de Menção Honrosa emitido pela Câmara Municipal de São José/SC, o qual indicará a carga horária e os serviços técnicos profissionais prestados para a Câmara Municipal durante o período, devendo atestar relevância curricular da atuação.

5.5 - A Câmara Municipal garantirá que as sessões públicas sejam agendadas previamente, para que não haja prejuízo de participação dos interessados, bem como cuidará para que tais membros não sejam solicitados para atuação em quantidade superior a 04 (quatro) sessões durante a realização do certame, estimando-se, porém, uma demanda máxima de 03 (três) sessões, as quais poderão ensejar, aproximadamente, de quatro a seis horas por sessão, visando não prejudicar as atividades laborais e/ou cotidianas de cada componente da subcomissão técnica.

5.6 - A Câmara Municipal emitirá, ainda, Declaração de participação do membro na subcomissão técnica, relacionando a sua atuação no referido certame, bem como se disponibilizará a apresentar formalmente a solicitação de liberação de servidor público ou funcionário de empresa privada, visando possibilitar as devidas justificativas de sua ausência laboral.

6 - DA IMPUGNAÇÃO DOS INSCRITOS

6.1 - Até 48 (quarenta e oito) horas antes da sessão pública destinada ao sorteio, qualquer interessado poderá impugnar pessoa integrante da relação a que se refere o item anterior, mediante fundamentos jurídicos plausíveis.

6.2 - Admitida a impugnação, o impugnado terá o direito de abster-se de atuar na subcomissão técnica, declarando-se impedido ou suspeito, antes da decisão da autoridade competente.

6.3 - A abstenção do impugnado ou o acolhimento da impugnação, mediante decisão fundamentada da autoridade competente, implicará, se necessário, a elaboração e a publicação de nova lista, sem o nome impugnado, respeitado o disposto no artigo 10 da Lei Federal nº 12.232/2010.

6.4 - A impugnação não poderá ser feita por intermédio de fax, e-mail ou correios, devendo a mesma ser protocolada formalmente na Comissão Permanente de Licitações - CPL.

6.4.1 - Caberá ao Presidente da CPL, auxiliado pela Procuradoria da CMSJ, decidir sobre a petição no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

6.4.2 - A decisão do Presidente quanto à petição será informada no site da CMSJ, citado no item 3.2.3, ficando todos os interessados obrigados a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pela Administração.

6.4.3 - A CPL oficiará, ainda, ao impugnado da decisão proferida para possibilitar o previsto no item 6.2 deste Edital.

7 - DO SORTEIO

7.1 - A sessão pública para o sorteio dos nomes que irão compor a subcomissão técnica será realizada após a decisão motivada de eventual impugnação, em data previamente designada, atendido o § 4º do artigo 10 da Lei Federal nº 12.232/2010, garantida a possibilidade de fiscalização do sorteio por qualquer interessado.

7.2 - Para a realização da sessão do sorteio que escolherá os membros da subcomissão técnica, a relação de inscritos deverá conter, no mínimo, o triplo do número de integrantes definidos no item 2.2, conforme exige o artigo 10, § 2º, da Lei Federal nº 12.232/2010. A composição (sorteio) poderá adequar-se, ainda, ao prescrito no § 3º do artigo 10 da Lei Federal nº 12.232/2010, de acordo com a licitação instaurada.

7.3 - O sorteio será processado de modo a garantir o preenchimento das vagas da subcomissão técnica, de acordo com a proporcionalidade do número de membros definidos no artigo 10, § 1º, da Lei Federal nº 12.232/2010, sendo, no mínimo, dois membros que mantenham vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto, com a Câmara Municipal de São José/SC, e um membro que não mantenha vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto, com a Câmara Municipal de São José/SC, ou, ainda, superior e proporcional, para atender ao previsto nos §§ 2º e 3º da mesma Lei, ou suplência, conforme previsto no item 4.4.3 deste Edital.

7.4 - O resultado do sorteio será publicado no Diário Oficial do Município de São José/SC e no site da Câmara Municipal de São José.

8 - DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 - A Câmara Municipal de São José/SC não arcará com quaisquer custos relativos ao deslocamento ou hospedagem do membro inscrito, por ocasião de seu comparecimento nas respectivas sessões públicas.

8.2 - Todas as condições deste edital serão processadas em conformidade com a Lei Federal nº 12.232/2010, aplicando-se, de maneira complementar, as Leis Federais nº. 4.680/1965 e 8.666/1993.

8.3 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitações destinada à execução de procedimento licitatório para contratação de serviços de publicidade pela Câmara Municipal de São José/SC ou pela Diretora Administrativa da Câmara Municipal de São José/SC, conforme a competência.

8.4 - Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documento" em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

8.5 - Não será possível a inscrição por qualquer meio de "procuração".

8.6 - Os inscritos deverão observar os mais altos padrões éticos durante o chamamento, sessões e processos licitatórios, estando sujeitos às sanções previstas na legislação brasileira.

8.7 - Este Chamamento poderá ser revogado por interesse da Administração, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulado por vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros, sem que os inscritos tenham direito a qualquer indenização.

8.8 - À Comissão Permanente de Licitação ou à Autoridade Competente é facultada a promoção de diligência, destinada a esclarecer/complementar a inscrição ou elucidar impugnações.

8.9 - Os inscritos são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados.

8.10 - A realização da sessão pública para sorteio, bem como a homologação do resultado do Chamamento não implicará obrigatoriedade de convocação de seus membros para atuação, caso não ocorram licitações ensejadas, tampouco no direito a indenizações de qualquer natureza que visem compensar a disponibilidade espontânea dos inscritos.

8.11 - Dos atos praticados e das sessões públicas realizadas, a Comissão Permanente de Licitação procederá ao efetivo registro, preferencialmente em Ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os autos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estarão disponíveis para consulta na CMSJ, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

8.12 - Os casos omissos serão solucionados diretamente pelo Presidente da CPL ou autoridade Competente, observados os preceitos de direito público e as disposições que se aplicam as demais condições constantes na legislação.

8.13 - Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone/fax (048) 3029-1321, ou na sede da Câmara Municipal de São José/SC.

8.14 - Fica eleito o Foro da Comarca de São José/SC, para dirimir quaisquer dúvidas referentes ao Chamamento, Sorteio e procedimentos deles resultantes, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9 - ANEXOS

Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

ANEXO I - Ficha de Inscrição;

ANEXO II - Protocolo de Inscrição e de Entrega dos Documentos.

ANEXO III - Declaração de Participação em Reunião de Análise e Julgamento Técnico.

ANEXO IV - Certificado para Grade Curricular.

São José/SC, 29 de agosto de 2016.

Adriana Isolete de Souza

Diretora Administrativa

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 001/2016 ANEXO III

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 001/2016

ANEXO III

Processo Administrativo nº: 044/2016

DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO
EM REUNIÃO DE ANÁLISE E JULGAMENTO TÉCNICO

A Diretoria da Câmara Municipal de São José/SC declara para os devidos fins e a quem interessar possa, que o profissional abaixo qualificado compõe a subcomissão técnica para julgamento das propostas técnicas apresentadas na licitação na modalidade de Concorrência Pública, instaurada pela Câmara Municipal de São José/SC no exercício corrente, objetivando a contratação de agências de propaganda para prestação de serviços de publicidade, nos termos da Lei Federal nº 12.232/2010, conforme Chamamento Público constante do Edital de nº ____/2016, e lista oficial publicada no Diário Oficial do Estado nº ____, de ____/____/____.

Nome do Profissional:

Formação:

CPF:

Registro Profissional:

Endereço:

Declara, ainda, que o profissional esteve nesta Diretoria, à disposição da Câmara Municipal de São José/SC, em data de ____/____/____, no período de ____h__min. a ____h__min. para atuação na licitação referente à Concorrência Pública nº ____/2016, com reconhecimento e indispensável participação técnica no certame, sendo responsável pela análise e julgamento das propostas técnicas apresentadas, nos termos do artigo 10 da Lei Federal nº 12.232/2010.

E, por ser expressão da verdade, firmamos a presente em duas vias de igual teor e forma.

São José/SC, ____ de ____ de 2016.

Adriana Isolete de Souza

Diretora Administrativa

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 001/2016 ANEXO I

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 001/2016

ANEXO I

Processo Administrativo nº: 044/2013

FICHA DE INSCRIÇÃO

NOME:			
NACIONALIDADE:		ESTADO CIVIL:	
PROFISSÃO:			
LOCAL DE TRABALHO:			
RG:	REG. PROF.:	ÓRGÃO/ENTIDADE:	CPF:
ENDEREÇO:			
TELEFONES:		EMAIL:	

Solicito, espontaneamente, minha inscrição para participar do sorteio para compor a subcomissão técnica responsável pela análise e julgamento das propostas técnicas que serão apresentadas nas licitações que serão promovidas, no exercício de 2016, pela Câmara Municipal de São José/SC, para contratação de agência de propaganda para prestação de serviços de publicidade, nos termos do artigo 10 da Lei Federal nº 12.232/2010.

Declaro, para os fins a que se destina, e para efetivo atendimento do que dispõem os §§ 1º e 9º do artigo 10 da Lei Federal nº 12.232/2010, que _____ (mantenho / não mantenho) vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto, com a Câmara Municipal de São José/SC.

Declaro, ainda, que mantenho vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto, com Agência de Publicidade _____.

Declaro, ainda, que estou ciente da íntegra do respectivo Edital e, para atendimento, anexo os documentos exigidos em seu item 4.1.

_____, ____ de _____ de 2016.

(assinatura)

Observação: Em caso de vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto, com a Câmara Municipal de São José/SC, deverá ser anexado cópia do documento comprobatório do referido vínculo.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 001/2016 ANEXO II

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 001/2016

ANEXO II

Processo Administrativo nº: 044/2016

PROTOCOLO DE INSCRIÇÃO E DE ENTREGA DOS DOCUMENTOS

NOME:	
PROFISSÃO:	CPF:

Declaro que o profissional acima qualificado compareceu a esta CPL, espontaneamente, nesta data, munido dos documentos abaixo relacionados, para atender ao Chamamento Público constante do Edital nº ____/2016, solicitando a inscrição para participar do sorteio para compor a subcomissão técnica responsável pela análise e julgamento das propostas técnicas que serão apresentadas na licitação na modalidade de Concorrência Pública a ser promovida pela Câmara Municipal de São José/SC, para contratação de agência de propaganda para prestação de serviços de publicidade, nos termos do artigo 10 da Lei Federal nº 12.232/2010.

E, tendo conferido a documentação e a declaração assinada constante da Ficha de Inscrição anexa, comprovei que o inscrito afirma que _____ (mantém / não mantém) vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto, com a Câmara Municipal de São José/SC, para efetivo atendimento do que dispõem os §§ 1º e 9º do artigo 10 da Lei Federal nº 12.232/2010.

Comprovei, ainda, que o mesmo declarou manter vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto, com Agência de Publicidade _____.

Declaro, ainda, que protocolei os documentos exigidos em seu item 4.1 em original ou cópia autenticada, que ficaram de posse desta CPL, quais sejam:

- a) Ficha de inscrição, contendo declaração de que mantém ou não mantém vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto com a Câmara Municipal de São José/SC;
- b) Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior na área de comunicação, publicidade ou marketing, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação;
- c) Cédula de Identidade ou documento equivalente com foto;
- d) Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF.

_____, ____ de _____ de 2016.

Presidente da Comissão Permanente de Licitações da CMSJ

Observação: No caso de vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto, com a Câmara Municipal de São José/SC, será anexado cópia do documento comprobatório do referido vínculo.

São José do Cedro

PREFEITURA

EXTRATO CREDENCIAMENTO FMS - 03/2016

PREFEITURA MUN. DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº03/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº24/2016

O Fundo Municipal de Saúde, do Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, promove Processo Licitatório nº 24/2016, Edital de Credenciamento Nº03/2016, Objeto: CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS PARA REALIZAÇÃO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM "RESSONÂNCIA MAGNÉTICA", PARA PACIENTES RESIDENTES EM NOSSO MUNICÍPIO, PARA O ANO DE 2016. A análise da documentação para o referido credenciamento ocorrerá a partir do dia 01 de Setembro de 2016, às 08:00 horas, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30 e no site, www.prefcedro.sc.gov.br. São José do Cedro. Fernando Julio Will, Gestor do FMS.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.457, DE 29 DE AGOSTO DE 2016.

DECRETO Nº 5.457, DE 29 DE AGOSTO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.296, de 11 de agosto de 2016, e de acordo com o inciso III, § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito adicional, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2016, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

08.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME

08.01 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME

08.01.12.361.4505.1.085.4.4.90.00.00.00.00.01.0036	45 Aplicação Direta	R\$ 150.000,00
--	---------------------	----------------

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o artigo 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.296, de 11 de agosto de 2016, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

08.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME

08.01 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME

08.01.12.361.4505.1.085.4.5.90.00.00.00.00.01.0036	48 Aplicação Direta	R\$ 150.000,00
--	---------------------	----------------

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 29 de agosto de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

CONTRATO Nº 06/2016 FMAS

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS INTELECTUAIS 06/2016 FMAS

- Edital de Credenciamento nº 02/2016
- Termo de credenciamento nº03 / 2016

O Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua São Luiz, nº. 210, inscrito no CNPJ Nº. 80.912.124/0001-82 neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício o Sr. GILNEI ANTONIO GUTH, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Luiz, neste Município, inscrito no CPF Nº. 469.398.579-15, RG Nº. 5.041.812, doravante denominado C REDENCIANTE e, de outro lado, o Sr(a). JANETE MARISA PROVIN, portador da cédula de identidade RG nº 3.299.686, inscrito no CPF sob o nº 938.409.779-96, residente e domiciliada na Linha Trairas, interior do Município de São Miguel da Boa Vista/SC de ora em diante denominado simplesmente CREDENCIADO, celebram o presente Credenciamento, nos termos do Procedimento de Credenciamento de Oficineiros Edital nº 2/2016, bem como do artigo 25 c/c artigo 13, inciso VI, da Lei n.º 8.666/1.9993, conforme as cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente termo de credenciamento é a prestação de serviços de natureza intelectual como Oficineiro para ensinamentos práticos e teóricos a cerca da importância do consumo de verduras e hortaliças, preparação, plantio, manutenção e colheita de hortaliças orgânicas para crianças e jovens participantes do SCFV, conforme projeto em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

O CREDENCIADO se obriga a executar os serviços, objeto deste termo de credenciamento, pelo preço certo e ajustado de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) por hora-aula, perfazendo um valor total estimado para o contrato de R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais), divididos em quatro meses, pagos até o dia 12 do mês subsequente a prestação do serviço e comprovação mediante lista dos participantes, carga horaria efetuada e tipo de serviço prestado. Esta comprovação deverá ser confirmada pela unidade responsável através de assinatura no relatório.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será realizado mediante depósito na conta corrente/poupança de titularidade do Credenciado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Do valor a ser pago serão realizadas as deduções legais, tais como ISSQN, IR, INSS, se for o caso, não sendo devido nenhum outro valor, a qualquer título.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO LOCAL E DAS ESPECIFICAÇÕES

Os serviços deverão ser realizados nos locais designados pela Secretaria Municipal de Saúde Assistência Social.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os dias, horários e carga horaria da realização das Oficinas deverão seguir os seguintes cronogramas impostos e fiscalizados pelo setor.

DATA INICIO	DATA FIM	CARGA HORARIA SEMANAL
01/08/2016	30/11/2016	08 Horas

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

- Executar os serviços especificados em Plano de Trabalho, de acordo com as determinações do CREDENCIANTE;
- Todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do serviço serão de exclusiva responsabilidade do CREDENCIADO;
- O CREDENCIADO terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da Ordem de Serviços para se apresentar ao serviço;
- O CREDENCIADO assumirá integral responsabilidade pela boa execução dos serviços credenciados;
- Não será permitida a cessão ou a subcontratação no todo ou em parte do objeto do presente Credenciamento;
- Obedecer rigorosamente à programação de execução dos serviços nos prazos estipulados;

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE

- Efetuar o pagamento ao CREDENCIADO no valor, forma e prazos ajustados.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A vigência deste credenciamento será do dia primeiro de agosto de 2016 até o dia 30 de novembro de 2016, podendo ser prorrogado, através de Termos Aditivos, caso haja interesse das partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

A inexecução parcial ou total do contrato acarretará a aplicação, nos termos do disposto na Lei Federal nº 8.666/93, das seguintes penalidades:

- Advertência;
- Descredenciamento.

As faltas injustificadas serão descontadas do valor mensal, sendo que a partir da 2ª falta injustificada durante todo o período da contratação restará no descredenciamento;

As faltas justificadas, que sejam por motivo de caso fortuito ou força maior (doença, morte em família, etc.), serão limitadas a 02 durante todo o período da contratação, sendo descontadas do valor mensal. Após a 2ª falta incorrerá no descredenciamento por inexecução parcial;

PARÁGRAFO ÚNICO - As penalidades previstas neste item serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções previstas na lei 8.666/1.993, sendo que são independentes e a aplicação de uma não exclui as outras.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária nºs.

Órgão 05 – Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social
Unidade 1 – Fundo de Saúde
Elemento – 3.3.90.
10.301.0009.2.065 – Manutenção das Atividades do NASF

Órgão 05 – Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social
Unidade 2 – Fundo de Assistência Social
Elemento – 3.3.90.
08.244.0010.2.045 – Manutenção das Atividades do CRAS

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

Fica responsável pela fiscalização, objeto deste Contrato, o servidor Sra. Ileia Fatima Iaroszeski de Souza, ou seu sucessor em caso de substituição do responsável na secretaria.

Fica fazendo parte integrante deste termo de credenciamento, o edital de credenciamento 02/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO DESCREDENCIAMENTO

A CREDENCIANTE poderá ser descredenciado na ocorrência de quaisquer hipóteses previstas nos Artigos 77, 78 e 79 e seus incisos, e, neste caso, aplicar também, as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

PARÁGRAFO ÚNICO – O descredenciamento também poderá ocorrer se o CREDENCIADO:

- a) Receber avaliações desfavoráveis por parte dos alunos e articuladores do projeto para o qual está credenciado;
- b) Faltar mais que 02 (duas) vezes, interromper a atividade em andamento, atrasar constantemente;
- c) Cobrar qualquer honorário dos alunos relativos aos trabalhos executados em vista do credenciamento;
- d) Designar outra pessoa para executar o serviço contratado, seja no todo ou em parte;
- e) Não cumprir integralmente o estabelecido no Edital de Chamamento de Credenciamento de Oficineiros e neste termo de credenciamento para prestação de serviços;
- f) Apresentar documentos que contenham informações inverídicas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS EVENTUAIS DANOS

O CONTRATADO responderá pelos danos causados a terceiros que resultem de sua imperícia ou negligência, de acordo com os princípios gerais de responsabilidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato, que não possam ser resolvidos pela mediação administrativa, as partes elegem o foro da Comarca de Maravilha/SC.

E por assim justas e de acordo, firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e indicadas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos em juízo e fora dele.

São Miguel da Boa Vista/SC, 01 de agosto de 2016.
GILNEI ANTONIO GUTH JANETE MARISA PROVIN
Prefeito Municipal Credenciada

Testemunhas:

Ileia Fatima Iaroszeski de Souza
CPF: 032.637.779-47

Silvio Richardt
CPF: 401.225.739-00

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS INTELECTUAIS 06/2016 FMAS

CONTRATO Nº 07/2016 FMAS

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS INTELECTUAIS 07/2016 FMAS

- Edital de Chamamento nº 02/2016
- Termo de credenciamento nº 04/2016

O Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua São Luiz, nº. 210, inscrito no CNPJ Nº. 80.912.124/0001-82 neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício o Sr. GILNEI ANTONIO GUTH, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Luiz, neste Município, inscrito no CPF Nº. 469.398.579-15, RG Nº. 5.041.812, doravante denominado CREDENCIANTE e, de outro lado, o Sr. ELTON JHONN GIRARDI, portador da cédula de identidade RG nº 5.268.699, inscrito no CPF sob o nº 101.050.489-41, residente e domiciliada na Rua Guido Willi Baldo Kochan, Condomínio Belo Horizonte, Novo Bairro, Município de Maravilha/SC de ora em diante denominado simplesmente CREDENCIADO, celebram o presente Credenciamento, nos termos do Procedimento de Credenciamento de Oficineiros Edital nº 2/2016, bem como do artigo 25 c/c artigo 13, inciso VI, da Lei nº 8.666/1.9993, conforme as cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente termo de credenciamento é a prestação de serviços de natureza intelectual e como Oficineiro para ensinamentos práticos e teóricos de atividades física e recreativa para terceira idade, conforme projeto em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

O CREDENCIADO se obriga a executar os serviços, objeto deste termo de credenciamento, pelo preço certo e ajustado de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) por hora-aula, perfazendo um valor total estimado para o contrato de R\$ 2.850,00 (dois mil oitocentos e cinquenta reais), divididos em quatro meses, pagos até o dia 12 do mês subsequente a prestação do serviço e comprovação mediante lista dos participantes, carga horária efetuada e tipo de serviço prestado. Esta comprovação deverá ser confirmada pela unidade responsável através de assinatura no relatório.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será realizado mediante depósito na conta corrente/poupança de titularidade do Credenciado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Do valor a ser pago serão realizadas as deduções legais, tais como ISSQN, IR, INSS, se for o caso, não sendo devido nenhum outro valor, a qualquer título.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO LOCAL E DAS ESPECIFICAÇÕES

Os serviços deverão ser realizados nos locais designados pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os dias, horários e carga horaria da realização das Oficinas deverão seguir os seguintes cronogramas impostos e fiscalizados pelo setor.

DATA INICIO	DATA FIM	CARGA HORARIA SEMANAL
01/08/2016	30/11/2016	06 Horas

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

- Executar os serviços especificados em Plano de Trabalho, de acordo com as determinações do CREDENCIANTE;
- Todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do serviço serão de exclusiva responsabilidade do CREDENCIADO;
- O CREDENCIADO terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da Ordem de Serviços para se apresentar ao serviço;
- O CREDENCIADO assumirá integral responsabilidade pela boa execução dos serviços credenciados;
- Não será permitida a cessão ou a subcontratação no todo ou em parte do objeto do presente Credenciamento;
- Obedecer rigorosamente à programação de execução dos serviços nos prazos estipulados;

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE

- Efetuar o pagamento ao CREDENCIADO no valor, forma e prazos ajustados.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A vigência deste credenciamento será do dia primeiro de agosto de 2016 até o dia 30 de novembro de 2016, podendo ser prorrogado, através de Termos Aditivos, caso haja interesse das partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

A inexecução parcial ou total do contrato acarretará a aplicação, nos termos do disposto na Lei Federal nº 8.666/93, das seguintes penalidades:

- Advertência;
- Descredenciamento.

As faltas injustificadas serão descontadas do valor mensal, sendo que a partir da 2ª falta injustificada durante todo o período da contratação restará no descredenciamento;

As faltas justificadas, que sejam por motivo de caso fortuito ou força maior (doença, morte em família, etc.), serão limitadas a 02 durante todo o período da contratação, sendo descontadas do valor mensal. Após a 2ª falta incorrerá no descredenciamento por inexecução parcial;

PARÁGRAFO ÚNICO - As penalidades previstas neste item serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções previstas na lei 8.666/1.993, sendo que são independentes e a aplicação de uma não exclui as outras.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária nºs.

Órgão 05 – Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social
Unidade 1 – Fundo de Saúde
Elemento – 3.3.90.
10.301.0009.2.065 – Manutenção das Atividades do NASF

Órgão 05 – Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social
Unidade 2 – Fundo de Assistência Social
Elemento – 3.3.90.
08.244.0010.2.045 – Manutenção das Atividades do CRAS

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

Fica responsável pela fiscalização, objeto deste Contrato, o servidor Sra. Ileia Fatima Iaroszski de Souza, ou seu sucessor em caso de substituição do responsável na secretaria.

Fica fazendo parte integrante deste termo de credenciamento, o edital de credenciamento 02/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO DESCREDENCIAMENTO

A CREDENCIANTE poderá ser descredenciado na ocorrência de quaisquer hipóteses previstas nos Artigos 77, 78 e 79 e seus incisos, e, neste caso, aplicar também, as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

PARÁGRAFO ÚNICO – O descredenciamento também poderá ocorrer se o CREDENCIADO:

- Receber avaliações desfavoráveis por parte dos alunos e articuladores do projeto para o qual está credenciado;
- Faltar mais que 02 (duas) vezes, interromper a atividade em andamento, atrasar constantemente;
- Cobrar qualquer honorário dos alunos relativos aos trabalhos executados em vista do credenciamento;
- Designar outra pessoa para executar o serviço contratado, seja no todo ou em parte;
- Não cumprir integralmente o estabelecido no Edital de Chamamento de Credenciamento de Oficinas e neste termo de credenciamento para prestação de serviços;
- Apresentar documentos que contenham informações inverídicas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS EVENTUAIS DANOS

O CONTRATADO responderá pelos danos causados a terceiros que resultem de sua imperícia ou negligência, de acordo com os princípios gerais de responsabilidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato, que não possam ser resolvidos pela mediação administrativa, as partes elegem o foro da Comarca de Maravilha/SC.

E por assim justas e de acordo, firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e indicadas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos em juízo e fora dele.

São Miguel da Boa Vista/SC, 01 de agosto de 2016.

GILNEI ANTONIO GUTH
Prefeito Municipal

ELTON JHONN GIRARDI
Credenciado

Testemunhas:

Ileia Fatima Iaroszski de Souza
CPF: 032.637.779-47

Silvio Richardt
CPF: 401.225.739-00

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS INTELECTUAIS
07/2016 FMAS

CONTRATO Nº 08/2016 FMAS

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS INTELECTUAIS
08/2016 FMAS

- Edital de Chamamento nº 02/2016
- Termo de credenciamento nº 05 / 2016

O Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua São Luiz, nº. 210, inscrito no CNPJ Nº. 80.912.124/0001-82 neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício o Sr. GILNEI ANTONIO GUTH, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Luiz, neste Município, inscrito no CPF Nº. 469.398.579-15, RG Nº. 5.041.812, doravante denominado CREDENCIANTE e, de outro lado, o Srta. ACÁCIA DIVINA SEHNEM, portador da cédula de identidade RG nº 4.550.213, inscrito no CPF sob o nº 047.793.359-90, solteira, residente e domiciliada na Rua XV de Novembro, nº 433, Centro, Município de Maravilha/SC de ora em diante denominado simplesmente CREDENCIADO, celebram o presente Credenciamento, nos termos do Procedimento de Credenciamento de Oficineiros Edital nº 2/2016, bem como do artigo 25 c/c artigo 13, inciso VI, da Lei n.º 8.666/1.9993, conforme as cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente termo de credenciamento é a prestação de serviços de natureza intelectual e como Oficineiro para ensinamentos práticos e teóricos na área de dança (ballet clássico, dança do ventre, dança de rua/hip hop etc.), para crianças, jovens e adultos, conforme projeto em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

O CREDENCIADO se obriga a executar os serviços, objeto deste termo de credenciamento, pelo preço certo e ajustado de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) por hora-aula, perfazendo um valor total estimado para o contrato de R\$ 4.750,00 (quatro mil setecentos e cinquenta reais), divididos em quatro meses, pagos até o dia 12 do mês subsequente a prestação do serviço e comprovação mediante lista dos participantes, carga horária efetuada e tipo de serviço prestado. Esta comprovação deverá ser confirmada pela unidade responsável através de assinatura no relatório.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será realizado mediante depósito na conta corrente/poupança de titularidade do Credenciado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Do valor a ser pago serão realizadas as deduções legais, tais como ISSQN, IR, INSS, se for o caso, não sendo devido nenhum outro valor, a qualquer título.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO LOCAL E DAS ESPECIFICAÇÕES

Os serviços deverão ser realizados nos locais designados pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os dias, horários e carga horária da realização das Oficinas deverão seguir os seguintes cronogramas impostos e fiscalizados pelo setor.

DATA INICIO	DATA FIM	CARGA HORARIA SEMANAL
01/08/2016	30/11/2016	10 Horas

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

- Executar os serviços especificados em Plano de Trabalho, de acordo com as determinações do CREDENCIANTE;
- Todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do serviço serão de exclusiva responsabilidade do CREDENCIADO;
- O CREDENCIADO terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da Ordem de Serviços para se apresentar ao serviço;
- O CREDENCIADO assumirá integral responsabilidade pela boa execução dos serviços credenciados;
- Não será permitida a cessão ou a subcontratação no todo ou em parte do objeto do presente Credenciamento;
- Obedecer rigorosamente à programação de execução dos serviços nos prazos estipulados;

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE

- Efetuar o pagamento ao CREDENCIADO no valor, forma e prazos ajustados.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A vigência deste credenciamento será do dia primeiro de agosto de 2016 até o dia 30 de novembro de 2016, podendo ser prorrogado, através de Termos Aditivos, caso haja interesse das partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

A inexecução parcial ou total do contrato acarretará a aplicação, nos termos do disposto na Lei Federal nº 8.666/93, das seguintes penalidades:

- Advertência;
- Descredenciamento.

As faltas injustificadas serão descontadas do valor mensal, sendo que a partir da 2ª falta injustificada durante todo o período da contratação restará no descredenciamento;

As faltas justificadas, que sejam por motivo de caso fortuito ou força maior (doença, morte em família, etc.), serão limitadas a 02 durante todo o período da contratação, sendo descontadas do valor mensal. Após a 2ª falta incorrerá no descredenciamento por inexecução parcial;

PARÁGRAFO ÚNICO - As penalidades previstas neste item serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções previstas na lei 8.666/1.993, sendo que são independentes e a aplicação de uma não exclui as outras.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária nºs.

Órgão 05 – Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social
Unidade 1 – Fundo de Saúde
Elemento – 3.3.90.
10.301.0009.2.065 – Manutenção das Atividades do NASF

Órgão 05 – Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social
Unidade 2 – Fundo de Assistência Social
Elemento – 3.3.90.
08.244.0010.2.045 – Manutenção das Atividades do CRAS

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

Fica responsável pela fiscalização, objeto deste Contrato, o servidor Sra. Ileia Fatima Iaroszski de Souza, ou seu sucessor em caso de substituição do responsável na secretaria.

Fica fazendo parte integrante deste termo de credenciamento, o edital de credenciamento 02/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO DESCRENCIAMENTO

A CREDENCIANTE poderá ser descredenciado na ocorrência de quaisquer hipóteses previstas nos Artigos 77, 78 e 79 e seus incisos, e, neste caso, aplicar também, as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

PARÁGRAFO ÚNICO – O descredenciamento também poderá ocorrer se o CREDENCIADO:

- Receber avaliações desfavoráveis por parte dos alunos e articuladores do projeto para o qual está credenciado;
- Faltar mais que 02 (duas) vezes, interromper a atividade em andamento, atrasar constantemente;
- Cobrar qualquer honorário dos alunos relativos aos trabalhos executados em vista do credenciamento;
- Designar outra pessoa para executar o serviço contratado, seja no todo ou em parte;
- Não cumprir integralmente o estabelecido no Edital de Chamamento de Credenciamento de Oficineiros e neste termo de credenciamento para prestação de serviços;
- Apresentar documentos que contenham informações inverídicas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS EVENTUAIS DANOS

O CONTRATADO responderá pelos danos causados a terceiros que resultem de sua imperícia ou negligência, de acordo com os princípios gerais de responsabilidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato, que não possam ser resolvidos pela mediação administrativa, as partes elegem o foro da Comarca de Maravilha/SC.

E por assim justas e de acordo, firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e indicadas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos em juízo e fora dele.

São Miguel da Boa Vista/SC, 01 de agosto de 2016.

GILNEI ANTONIO GUTH ACÁCIA DIVINA SEHNEM
Prefeito Municipal Credenciado

Testemunhas:

Ileia Fatima Iaroszski de Souza Silvio Richardt
CPF: 032.637.779-47 CPF:401.225.739-00

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS INTELECTUAIS
08/2016 FMAS

CONTRATO Nº 09/2016 FMAS

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS INTELECTUAIS
09/2016 FMAS

- Edital de Chamamento nº 02/2016
- Termo de credenciamento nº06 / 2016

O Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua São Luiz, nº. 210, inscrito no CNPJ Nº. 80.912.124/0001-82 neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício o Sr. GILNEI ANTONIO GUTH, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Luiz, neste Município, inscrito no CPF Nº. 469.398.579-15, RG Nº. 5.041.812, doravante denominado C REDENCIANTE e, de outro lado, o empresário individual SONIA MARIA BRANDÃO98100645949 inscrito no CNPJ 11.775.369/0001-92, localizado na Avenida Sete de Setembro, nº 375, sala 01, centro, CEP 89879-000, Município de Maravilha/SC, neste ato representado pela Sra. SONIA MARIA BRANDÃO, casada, portador da cédula de identidade RG nº 1.494.327, inscrito no CPF sob o nº 981.006.459-49, residente e domiciliada na Avenida Araucária, nº 150, apartamento 201, Centro, Município de Maravilha/SC de ora em diante denominado simplesmente CREDENCIADO, celebram o presente Credenciamento, nos termos do Procedimento de Credenciamento de Oficineiros Edital nº 2/2016, bem como do artigo 25 c/c artigo 13, inciso VI, da Lei n.º 8.666/1.9993, conforme as cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente termo de credenciamento é a prestação de serviços de natureza intelectual e como Oficineiro para ensinamentos práticos e teóricos na área de artesanato em madeira, papel, arame, sucata e tecido, para adultos e idosos do grupo de saúde mental dentre outros, conforme projeto em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

O CREDENCIADO se obriga a executar os serviços, objeto deste termo de credenciamento, pelo preço certo e ajustado de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) por hora-aula, perfazendo um valor total estimado para o contrato de R\$ 2.375,00 (dois mil trezentos e setenta e cinco reais), divididos em quatro meses, pagos até o dia 12 do mês subsequente a prestação do serviço e comprovação mediante lista dos participantes, carga horária efetuada e tipo de serviço prestado. Esta comprovação deverá ser confirmada pela unidade responsável através de assinatura no relatório.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será realizado mediante depósito na conta corrente/poupança de titularidade do Credenciado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Do valor a ser pago serão realizadas as deduções legais, tais como ISSQN, IR, INSS, se for o caso, não sendo devido nenhum outro valor, a qualquer título.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO LOCAL E DAS ESPECIFICAÇÕES

Os serviços deverão ser realizados nos locais designados pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os dias, horários e carga horaria da realização das Oficinas deverão seguir os seguintes cronogramas impostos e fiscalizados pelo setor.

DATA INICIO	DATA FIM	CARGA HORARIA SEMANAL
01/08/2016	30/11/2016	05 Horas

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

- Executar os serviços especificados em Plano de Trabalho, de acordo com as determinações do CREDENCIANTE;
- Todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do serviço serão de exclusiva responsabilidade do CREDENCIADO;
- O CREDENCIADO terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da Ordem de Serviços para se apresentar ao serviço;
- O CREDENCIADO assumirá integral responsabilidade pela boa execução dos serviços credenciados;
- Não será permitida a cessão ou a subcontratação no todo ou em parte do objeto do presente Credenciamento;
- Obedecer rigorosamente à programação de execução dos serviços nos prazos estipulados;

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE

- Efetuar o pagamento ao CREDENCIADO no valor, forma e prazos ajustados.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A vigência deste credenciamento será a partir da data de sua assinatura até o dia 30 de novembro de 2016, podendo ser prorrogado, através de Termos Aditivos, caso haja interesse das partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

A inexecução parcial ou total do contrato acarretará a aplicação, nos termos do disposto na Lei Federal nº 8.666/93, das seguintes penalidades:

- Advertência;
- Descredenciamento.

As faltas injustificadas serão descontadas do valor mensal, sendo que a partir da 2ª falta injustificada durante todo o período da contratação restará no descredenciamento;

As faltas justificadas, que sejam por motivo de caso fortuito ou força maior (doença, morte em família, etc.), serão limitadas a 02 durante todo o período da contratação, sendo descontadas do valor mensal. Após a 2ª falta incorrerá no descredenciamento por inexecução parcial;

PARÁGRAFO ÚNICO - As penalidades previstas neste item serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções previstas na lei

8.666/1.993, sendo que são independentes e a aplicação de uma não exclui as outras.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária nºs.

Órgão 05 – Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social
Unidade 1 – Fundo de Saúde
Elemento – 3.3.90.
10.301.0009.2.065 – Manutenção das Atividades do NASF

Órgão 05 – Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social
Unidade 2 – Fundo de Assistência Social
Elemento – 3.3.90.
08.244.0010.2.045 – Manutenção das Atividades do CRAS

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

Fica responsável pela fiscalização, objeto deste Contrato, o servidor Sra. Ileia Fatima Iaroszeski de Souza, ou seu sucessor em caso de substituição do responsável na secretaria.

Fica fazendo parte integrante deste termo de credenciamento, o edital de credenciamento 02/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO DESCREDENCIAMENTO

A CREDENCIANTE poderá ser descredenciado na ocorrência de quaisquer hipóteses previstas nos Artigos 77, 78 e 79 e seus incisos, e, neste caso, aplicar também, as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

PARÁGRAFO ÚNICO – O descredenciamento também poderá ocorrer se o CREDENCIADO:

- Receber avaliações desfavoráveis por parte dos alunos e articuladores do projeto para o qual está credenciado;
- Faltar mais que 02 (duas) vezes, interromper a atividade em andamento, atrasar constantemente;
- Cobrar qualquer honorário dos alunos relativos aos trabalhos executados em vista do credenciamento;
- Designar outra pessoa para executar o serviço contratado, seja no todo ou em parte;
- Não cumprir integralmente o estabelecido no Edital de Chamamento de Credenciamento de Oficineiros e neste termo de credenciamento para prestação de serviços;
- Apresentar documentos que contenham informações inverídicas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS EVENTUAIS DANOS

O CONTRATADO responderá pelos danos causados a terceiros que resultem de sua imperícia ou negligência, de acordo com os princípios gerais de responsabilidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato, que não possam ser resolvidos pela mediação administrativa, as partes elegem o foro da Comarca de Maravilha/SC.

E por assim justas e de acordo, firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas

abaixo nomeadas e indicadas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos em juízo e fora dele.

São Miguel da Boa Vista/SC, 01 de agosto de 2016.
GILNEI ANTONIO GUTH
Prefeito Municipal

SONIA MARIA BRANDÃO98100645949
Contratada

Testemunhas:

Ileia Fatima Iaroszski de Souza Silvio Richardt
CPF: 032.637.779-47 CPF:401.225.739-00

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS INTELECTUAIS
09/2016 FMAS.

CONTRATO Nº 10/2016 FMS

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS INTELECTUAIS
10/2016 FMS

- Edital de Chamamento nº 02/2016
- Termo de credenciamento nº06 / 2016

O Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua São Luiz, nº. 210, inscrito no CNPJ Nº. 80.912.124/0001-82 neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício o Sr. GILNEI ANTONIO GUTH, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Luiz, neste Município, inscrito no CPF Nº. 469.398.579-15, RG Nº. 5.041.812, doravante denominado C REDENCIANTE e, de outro lado, o empresário individual SONIA MARIA BRANDÃO98100645949 inscrito no CNPJ 11.775.369/0001-92, localizado na Avenida Sete de Setembro, nº 375, sala 01, centro, CEP 89879-000, Município de Maravilha/SC, neste ato representado pela Sra. SONIA MARIA BRANDÃO, casada, portador da cédula de identidade RG nº 1.494.327, inscrito no CPF sob o nº 981.006.459-49, residente e domiciliada na Avenida Araucária, nº 150, apartamento 201, Centro, Município de Maravilha/SC de ora em diante denominado simplesmente CREDENCIADO, celebram o presente Credenciamento, nos termos do Procedimento de Credenciamento de Oficineiros Edital nº 2/2016, bem como do artigo 25 c/c artigo 13, inciso VI, da Lei n.º 8.666/1.9993, conforme as cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente termo de credenciamento é a prestação de serviços de natureza intelectual e como Oficineiro para ensinamentos práticos e teóricos na área de artesanato em madeira, papel, arame, sucata e tecido, para adultos e idosos do grupo de saúde mental dentre outros, conforme projeto em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

O CREDENCIADO se obriga a executar os serviços, objeto deste termo de credenciamento, pelo preço certo e ajustado de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) por hora-aula, perfazendo um valor total estimado para o contrato de R\$ 2.375,00 (dois mil trezentos e setenta e cinco reais), divididos em quatro meses, pagos até o dia 12 do mês subsequente a prestação do serviço e comprovação mediante lista dos participantes, carga horária efetuada e tipo de serviço prestado. Esta comprovação deverá ser confirmada pela unidade responsável através de assinatura no relatório.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será realizado mediante depósito na conta corrente/poupança de titularidade do Credenciado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Do valor a ser pago serão realizadas as deduções legais, tais como ISSQN, IR, INSS, se for o caso, não sendo devido nenhum outro valor, a qualquer título.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO LOCAL E DAS ESPECIFICAÇÕES

Os serviços deverão ser realizados nos locais designados pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os dias, horários e carga horária da realização das Oficinas deverão seguir os seguintes cronogramas impostos e fiscalizados pelo setor.

DATA INICIO	DATA FIM	CARGA HORARIA SEMANAL
01/08/2016	30/11/2016	05 Horas

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

- Executar os serviços especificados em Plano de Trabalho, de acordo com as determinações do CREDENCIANTE;
- Todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do serviço serão de exclusiva responsabilidade do CREDENCIADO;
- O CREDENCIADO terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da Ordem de Serviços para se apresentar ao serviço;
- O CREDENCIADO assumirá integral responsabilidade pela boa execução dos serviços credenciados;
- Não será permitida a cessão ou a subcontratação no todo ou em parte do objeto do presente Credenciamento;
- Obedecer rigorosamente à programação de execução dos serviços nos prazos estipulados;

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE

- Efetuar o pagamento ao CREDENCIADO no valor, forma e prazos ajustados.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A vigência deste credenciamento será a partir da data de sua assinatura até o dia 30 de novembro de 2016, podendo ser prorrogado, através de Termos Aditivos, caso haja interesse das partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

A inexecução parcial ou total do contrato acarretará a aplicação, nos termos do disposto na Lei Federal nº 8.666/93, das seguintes penalidades:

- Advertência;
- Descrédenciamento.

As faltas injustificadas serão descontadas do valor mensal, sendo que a partir da 2ª falta injustificada durante todo o período da contratação restará no descrédenciamento;

As faltas justificadas, que sejam por motivo de caso fortuito ou força maior (doença, morte em família, etc.), serão limitadas a 02 durante todo o período da contratação, sendo descontadas do

valor mensal. Após a 2º falta incorrerá no descredenciamento por inexecução parcial;

PARÁGRAFO ÚNICO - As penalidades previstas neste item serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções previstas na lei 8.666/1.993, sendo que são independentes e a aplicação de uma não exclui as outras.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária nºs.

Órgão 05 – Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social
Unidade 1 – Fundo de Saúde
Elemento – 3.3.90.
10.301.0009.2.065 – Manutenção das Atividades do NASF

Órgão 05 – Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social
Unidade 2 – Fundo de Assistência Social
Elemento – 3.3.90.
08.244.0010.2.045 – Manutenção das Atividades do CRAS

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

Fica responsável pela fiscalização, objeto deste Contrato, o servidor Sra. Ileia Fatima Iaroszski de Souza, ou seu sucessor em caso de substituição do responsável na secretaria.

Fica fazendo parte integrante deste termo de credenciamento, o edital de credenciamento 02/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO DESCREDENCIAMENTO

A CREDENCIANTE poderá ser descredenciado na ocorrência de quaisquer hipóteses previstas nos Artigos 77, 78 e 79 e seus incisos, e, neste caso, aplicar também, as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

PARÁGRAFO ÚNICO – O descredenciamento também poderá ocorrer se o CREDENCIADO:

- a) Receber avaliações desfavoráveis por parte dos alunos e articuladores do projeto para o qual está credenciado;
- b) Faltar mais que 02 (duas) vezes, interromper a atividade em andamento, atrasar constantemente;
- c) Cobrar qualquer honorário dos alunos relativos aos trabalhos executados em vista do credenciamento;
- d) Designar outra pessoa para executar o serviço contratado, seja no todo ou em parte;
- e) Não cumprir integralmente o estabelecido no Edital de Chamamento de Credenciamento de Oficineiros e neste termo de credenciamento para prestação de serviços;
- f) Apresentar documentos que contenham informações inverídicas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS EVENTUAIS DANOS

O CONTRATADO responderá pelos danos causados a terceiros que resultem de sua imperícia ou negligência, de acordo com os princípios gerais de responsabilidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato,

que não possam ser resolvidos pela mediação administrativa, as partes elegem o foro da Comarca de Maravilha/SC.

E por assim justas e de acordo, firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e indicadas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos em juízo e fora dele.

São Miguel da Boa Vista/SC, 01 de agosto de 2016.

GILNEI ANTONIO GUTH

Prefeito Municipal

SONIA MARIA BRANDÃO 98100645949

Contratada

Testemunhas:

Ileia Fatima Iaroszski de Souza

CPF: 032.637.779-47

Silvio Richardt

CPF:401.225.739-00

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS INTELECTUAIS
10/2016 FMS.

PROCESSO LICITATÓRIO 01/2016 FMCA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2016 FMCA.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

GILNEI ANTONIO GUTH, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo "MENOR PREÇO", por item, na modalidade Pregão Presencial, para aquisição de serviços de elaboração do Plano Docenal Municipal dos direitos humanos da criança e adolescentes, partindo da elaboração do diagnóstico, e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 8:45 horas do dia 15/09/2016. Maiores informações, bem como cópia do edital poderá ser obtida com o setor de compras e Licitações, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 7:00 às 13:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n.º 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores. São Miguel da Boa Vista (SC), 30 de junho de 2016.

GILNEI ANTONIO GUTH – Prefeito Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO 48/2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2016.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

GILNEI ANTONIO GUTH, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo "MENOR PREÇO", por item, na modalidade Pregão Presencial, para aquisição de implementos agrícolas, e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 8:45 horas do dia 14/09/2016. Maiores informações, bem como cópia do edital poderá ser obtida com o setor de compras e Licitações, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 7:00 às 13:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n.º 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores. São Miguel da Boa Vista (SC), 30 de agosto de 2016.

GILNEI ANTONIO GUTH – Prefeito Municipal.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 42/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2016

O Fundo Municipal de Saúde, a partir da Gestora, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Lote.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de mão de obra com fornecimento de materiais destinados para a conservação e manutenção dos Veículo Cobalt LTZ 1.4 Placa MKE 8857, Ambulância Renault Master Placa MID 9836, Ambulância Boxer Placa MLE 1392, Veículo Ducato Placa MHY 6800 e do Veículo Transit Placa MIN 6834, da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 07h45min do dia 13 de setembro de 2016.

Abertura: às 08hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento

de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº

1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 29 de agosto de 2016.

KARISE ANELISE SCHMIDT FERREIRA

Gestora do Fundo

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO 008/2016 - SOFTCAM WEB SITE

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC

CONTRATO

A câmara de Vereadores de São Miguel do Oeste torna público o seguinte contrato:

Contrato 06/2016, Processo Licitatório 07/2016, Pregão 05/2016

Objeto: Contratação de empresa para desenvolvimento e implantação de web site, portal customizável, hospedagem, manutenção técnica, treinamento e desenvolvimento de sistema administrativo para inserção/alteração/exclusão de conteúdo a ser publicado no website conforme termo de referência.

Valor total mensal: R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais)

Valor total anual: R\$ 1.080,00 (Um mil e oitenta reais)

VIGÊNCIA: 15/08/2016 – 31/12/2016

EMPRESA: SOFTCAM SOLUÇÕES.

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

DECRETO Nº132/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº132/2016

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 1.017/2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01.04.122.3-2.004 – Func. e Manutenção da Secretaria de Administração,
Finanças e Planejamento R\$ 1.786,00
Anula:

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 1.786,00

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 1.786,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 29 de agosto de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

DECRETO Nº133/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº133/2016

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 1.017/2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.365.4-2.016 – Func. e Manutenção Educação Infantil R\$ 1.167,60

Anula:

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0081 – Aplicações Diretas R\$ 1.167,60

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0081 – Aplicações Diretas R\$ 1.167,60

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 29 de agosto de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 035/2016, CELEBRANDO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORITA EDITE HACK OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE DE SAÚDE - ESF.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 035/2016, CELEBRANDO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORITA EDITE HACK OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE DE SAÚDE - ESF.

O Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 08.971.900/0001-98, cuja Sede se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal e.e, Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 041.337.639-71, residente e domiciliado a Rua Leopoldo Stein, s/nº, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhorita EDITE HACK, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº. 047.480.789.44, residente a Rua João Stahelin, nº.2607, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2015, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 035/2016, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 035/2016, até a data do retorno da servidora titular Simone Moretti para o seu cargo de origem, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação. Caso não haja o retorno até a data de 30/12/2016, fica esta data sendo como término do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 30 de agosto de 2016.

MUNICÍPIO CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

SUSPENSÃO DA SESSÃO TOMADA DE PREÇOS 07.2016 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R-202

www.pmspa.sc.gov.br – licitacoes@pmspa.sc.gov.br

AVISO DE SUSPENSÃO DE SESSÃO

TOMADA DE PREÇOS n.º 07/2016 FMS, que tem como objeto contratação de uma empresa para executar o serviço de pintura e a construção de dois depósitos de contentores de Resíduos Hospitalares para o atendimento da norma vigente, das duas Unidades de Saúde, localizadas neste Município.

CONSIDERANDO o poder discricionário que é o poder concedido, explícita ou implicitamente, à administração para a prática de determinado ato com liberdade de escolha da sua conveniência ou oportunidade pública;

RESOLVE o PREFEITO MUNICIPAL e.e, SUSPENDER a sessão pública desta Tomada de Preços que se realizaria no dia 30 de Agosto de 2016, às 09h00min.

A SESSÃO PÚBLICA DE LICITAÇÃO FICA, POR ESTE ATO, REMARCADA PARA A DATA A SEGUIR ESTIPULADA:

Entrega dos Envelopes e Abertura da sessão:

a) Data/Hora: Dia 16 de setembro de 2016, às 09:00h

b) Local: Setor de Licitações – Prédio da Prefeitura de São Pedro de Alcântara.

Publique-se; registre-se; cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 29 de Agosto de 2016.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº. 12/2016 – PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº. 12/2016 – PMS

PROCESSO LICITATORIO Nº. 155/2016-PMS-TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Leana Voigt, est. 00 à 10 + 10,00m, bairro Centro, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 210m e área total de 2.100m², de acordo com Recursos Próprio, projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações c/c Lei nº 2.203/2016 e que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório. Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 15 de setembro de 2016 às 08h45min.

Abertura do Processo: 15 de setembro de 2016 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br.

Schroeder, 30 de agosto de 2016.

Osvaldo Jurck - Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3.862/2016 DE 26 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº 3.862/2016 de 26 de agosto de 2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.148/2015 de 2 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 44.242,06 (quarenta e quatro mil duzentos e quarenta e dois reais e seis centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.02 - UNIDADES DE SERVIÇOS URBANOS

06.02.15.451.3003.1.306 - Pavimentação Urbana

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.01.0164 - Obras e Instalacoes R\$ 44.242,06

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 26 de agosto de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 101/2016-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 101/2016-PMS

Dispensa de Licitação nº. 49/2016-PMS - Processo nº. 156/2016-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com pago municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: VIDEBAND INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES EIRELI - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.574.465/0001-44, estabelecida na Rodovia SC 355, nº 511, sala 101, 102, Bairro Santa Tereza, na cidade de Videria, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.560-000

Objeto: Constitui o presente contrato a Aquisição de bandeira nacional nas medidas de 3,64 x 5,12 m., conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Bandeira do Brasil, oficial, tamanho 3,64 x 5,12 metros, confeccionada em nylon paraquedas não resinado.	01	UNIDADE	750,00	750,00
TOTAL R\$					750,00

Valor do contrato: R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais).

Data da Assinatura: 29/08/2016 – Vigência: 31/12/2016

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6.650/2016, DE 29 DE AGOSTO DE 2016.

PORTARIA Nº. 6.650/2016, DE 29 DE AGOSTO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Sra. Vanessa Machado Gomes, com efeitos retroativos a partir de 27 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 29 de agosto de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA

Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

DISPENSA 49/2016-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 49/2016 - DL****Processo Nr.: 156/2016
Data: 29/08/2016**

Folha: 1/2

Fornecedor: VIDEBAND INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES EIRELI**Código:** 9676**Endereço:** ROD SC 355,511 - SALA 101,102**Cidade:** VIDEIRA - SC**CNPJ:** 03.574.465/0001-44**Inscrição Estadual:** 254.252.826**Objeto da Compra:** Aquisição de bandeira nacional nas medidas de 3,64 x 5,12 m.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Bandeira do Brasil, oficial, tamanho 3,64 x 5,12 metros, confeccionada em nylon paraquedas não resinado.	UN	750,00	750,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Tal solicitação dar-se-á em virtude da necessidade de recolocação de bandeira defronte a Prefeitura municipal, a qual fará desfile cívico com hasteamento da bandeira nacional no dia 07 de setembro do corrente ano.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 29 de Agosto de 2016

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 49/2016 - DL**Processo Nr.:** 156/2016
Data: 29/08/2016

Folha: 2/2

29/08/2016

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 29 de Agosto de 2016

Valor da Despesa:

750,00 (setecentos e cinquenta reais)

Pagamento.....:

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Siderópolis

PREFEITURA

FAMSID 02/2016 PREGÃO VEÍCULO

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE SIDERÓPOLIS - FAMSID

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO FAMSID Nº 02/2016

PREGÃO PRESENCIAL FAMSID Nº. 02/2016

O Município de Siderópolis através da Fundação do Meio Ambiente – FAMSID, comunica aos interessados, que de conformidade com a Lei 10.520/02, Lei Nº 8.666/93 e legislação subsequente, que no dia 13/09/2016, às 14h00min, no setor de licitações da municipalidade, na Rua Presidente Dutra, nº01 - Centro se reunirá a pregoeira e equipe de apoio com a finalidade de receber propostas para "Aquisição de um veículo 0km para o desenvolvimento das atividades da Fundação do Meio Ambiente de Siderópolis". O edital está disponível no site do Município: www.sideropolis.sc.gov.br. Maiores informações através do e-mail: licitacao@sideropolis.sc.gov.br ou através do fone: (48) 3435 8900.

Siderópolis, 29 de agosto de 2016.

Franciele Anselmo Ferreira

Presidente - FAMSID

Sombrio

PREFEITURA

REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO Nº. 22/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SOMBRIO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2016

REGISTRO DE PREÇOS

AVISO - EXTRATO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO O Prefeito do Município de Sombrio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no disposto no Artigo 49 da Lei nº 8.666/93, Determinou a REVOGAÇÃO do Processo Licitatório de PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2016, pelo fato de terem sido observados erros no descritivo dos materiais, quantitativos e pedido de inclusão de novos itens lista de materiais a ser licitado, em função disso faz-se necessária a devolução ao departamento de compras para sejam efetuadas as correções no descritivo e quantitativos, bem como a inclusão de mais itens.

Objeto: O presente procedimento licitatório tem por objetivo selecionar a melhor proposta para eventual e futura aquisição de Equipamentos Médico-Hospitalares, mobiliário em geral, equipamentos diversos e materiais diversos, para atender à necessidade do Fundo Municipal de Saúde, conforme termos e condições constantes no presente Edital e seus anexos.

Maiores informações na Prefeitura Municipal de Sombrio, sito à Av. Nereu Ramos, 861, Centro de Sombrio-SC. No Horário das 08h00 as 11h30min e das 13h30min as 17h30min de segunda a sexta ou pelo tel. (48) 3533-6633.

Sombrio – SC, 29 de agosto de 2016.

Zenio Cardoso

Prefeito Municipal

Sul Brasil

PREFEITURA

PORTARIA 028/2016

PORTARIA Nº 028, DE 29 DE AGOSTO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias a Servidora Pública Municipal ILAINE MAITE AMANN ocupante do cargo de Assistente Administrativo, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social, de 30 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 02.04.2014 a 01.04.2015 e 02.04.2015 a 02.04.2016 a serem gozadas no período de 29.08.2016 a 28.09.2016.

--	--	--	--	--	--	--	--

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,

29 de agosto de 2016.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

JOÃO PAULO GUBERT

Chefe de Gabinete

Timbó

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 71 2016 PMT - MATERIAIS HIDRÁULICOS, ELÉTRICOS E DE PINTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/2016 PMT

OBJETO: aquisição de diversos materiais (elétricos, hidráulicos, pintura) destinados ao atendimento das necessidades de manutenção das administrações direta e indireta. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 08h30min do dia 14 de setembro de 2016. ABERTURA: dia 14 de setembro de 2016 às 08h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

Timbó (SC), 29 de agosto de 2016
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

CONVOCAÇÃO ASSINATURA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 57 2016 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 57/2016 – PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, as licitantes MECANICA BUZZI LTDA, CNPJ nº 78.661.873/0001-32 e IVONE IDA BRASILIA BARONI ME, CNPJ nº 15.437.355/0001-10 a comparecer para assinatura das respectivas atas de registro de preço, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;
DATA: até 06/09/2016
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17h.

Timbó, 29 de agosto de 2016.
DÉBORA BARTH
Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 2016.49

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA TERMO ADITIVO
CONTRATO Nº. 2016/49 – PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da COOPERATIVA MISTA AGRÍCOLA DE PSICULTORES - COOMAPEIXE, CNPJ nº. 06.059.358/0001-76, a comparecer para assinatura do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 2016/49, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;
DATA: até 05/09/2016
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17h.

Timbó, 29 de agosto de 2016.
BRUNA DE ANDRADE
Central de Licitações

DECISÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 06 2016 FCT - DENÚNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO – LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2016
DECISÃO

Relatório:

Foi lançado o Pregão Presencial nº 06/2016 FCT, cujo objeto versa acerca da contratação de empresa para a "prestação de serviço de sonorização, iluminação cenográfica, locação de grupo gerador de energia e telão de led com disponibilização de equipamentos e estrutura mínima requerida para a 26ª Festa do Imigrante de Timbó 2016 que acontecerá nos dias 07 a 12 de outubro de 2016."

Decorridos os procedimentos iniciais e em momento anterior a abertura das propostas e habilitação, foi apresentado pela empresa SERGIO ROSSI EPP denúncia, a qual traz em seu bojo que: - as empresas LIND GUIMAR MACHADO ME, HB SONORIZAÇÃO E EVENTOS EIRELI ME e LEGO FEIRAS LTDA ME teriam a prática de formar conluio para fraudar a competição entre participantes dos certames, através da apresentação de preços muito inferiores ao de mercado e próximos entre si (dentro dos 10% estabelecidos pelos incisos VIII e IX do artigo 4º da Lei 10.520/2002); - a sócia da empresa LIND GUIMAR MACHADO ME (Sra. Lind Guimar Machado) e o proprietário da empresa HB SONORIZAÇÃO E EVENTOS EIRELI ME (Mario Balland Junior) são casados e as duas empresas se confundem, pois estes sócios representam ambas e utilizam os mesmos equipamentos.

Consta da Ata datada de 17/05/16 que: - foi realizada sessão pública para recebimento e abertura das propostas e documentação para habilitação; - após a abertura das propostas o pregoeiro suspendeu a sessão para diligências acerca da inexequibilidade, proximidade dos valores e averiguação dos fatos alegados na denúncia, o que motivou a instauração de procedimento administrativo para apuração dos fatos envolvendo as empresas LIND GUIMAR MACHADO ME, HB SONORIZAÇÃO E EVENTOS EIRELI ME e LEGO FEIRAS LTDA ME.

A denúncia foi encaminhada às referidas empresas para que apresentassem defesa, zelando assim pelo efetivo exercício do contraditório e ampla defesa.

A empresa LIND GUIMAR MACHADO ME afirmou que: - a denúncia de conluio para baixar preços e fraudar a licitação é absurda, colacionando as formas de fraude a licitação, esclarecendo que estas visam prejudicar o erário e que propostas de menor valor não caracterizam tal infração; - a denunciante sempre alega a formação de cartel; - a similitude dos valores decorrem do uso da mesma metodologia de custos; - os sócios das empresas LIND GUIMAR MACHADO ME e HB SONORIZAÇÃO E EVENTOS EIRELI ME nunca foram legalmente casados, mas conviviam em união estável, dissolvida no início do ano, o que motivou o Sr. Mario Balland Junior a constituir empresa própria; - apesar do fim do relacionamento mantém boa relação profissional a ponto de convencionar que quando a empresa HB SONORIZAÇÃO E EVENTOS EIRELI ME não tiver estrutura para realizar o evento, o Sr. Mário atua como preposto/representante da empresa LIND GUIMAR MACHADO ME - suposta relação familiar entre os sócios não caracteriza conluio.

Impugnou os documentos alegando que não condizem com a realidade ou não demonstram as alegações da denunciante. Esclareceu que a denunciante agiu de má-fé, requerendo a sua declaração de inidoneidade ou suspensão do direito de licitar, improcedência da denúncia e continuidade do processo licitatório.

A empresa HB SONORIZAÇÃO E EVENTOS EIRELI ME alegou que: - não participou de nenhum conluio para fraudar a competição; - nenhuma das atas juntadas pela denunciada comprova os fatos; - o Sr. Mario não possui mais relacionamento afetivo com a sócia da empresa LIND GUIMAR MACHADO ME e por tal razão constituiu empresa própria em março/16; - a similaridade dos valores decorre de uma lógica de custo. Requer a não continuidade da denúncia e o prosseguimento do processo licitatório.

A empresa LEGO FEIRAS LTDA ME mencionou que: - não tem afinidade, parceria ou grau de parentesco com os representantes das empresas HB SONORIZAÇÃO E EVENTOS EIRELI ME e LIND GUIMAR MACHADO ME; - não há conluio por considerar a prática imoral; - o representante da denunciante sempre busca demonstrar a formação cartel entre as empresas por não se conformar em ficar de fora das etapas de lances; - tem por prática apresentar propostas de até 40% do valor máximo estabelecidos nos editais ou se o valor do edital já estiver dentro dos limites mínimos, apresenta ofertas a partir de 5% de desconto; - considera a denúncia ridícula (sic); - apesar de praticar preço abaixo das demais, nunca deixou de executar o serviço. Impugna os documentos da denunciante, afirmando que não servem de prova de conluio. Requer o desprovetimento da denúncia.

Este é o Relatório. Passamos a Decisão.

Considerando que o mérito da denúncia versa, em suma, acerca da formação de conluio para fraudar a competição em licitação (através de preços muito inferiores ao de mercado e próximos) e que os proprietários de duas das denunciadas seriam casados e seus equipamentos utilizados de forma conjunta, vale ressaltar o que estabelece o art. 90 da Lei nº. 8.666/93, o qual coíbe práticas desta natureza, senão vejamos

“Art. 90. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação: Pena - detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.”

Cabe mencionar que “A primeira modalidade (frustrar) aperfeiçoa-se através da conduta que impede a disputa no procedimento licitatório. ... O tipo penal não se configura quando a conduta conducente à frustração da competição traduzir o exercício regular de um direito. ... A segunda modalidade (fraudar) envolve o ardil pelo qual o sujeito impede a eficácia da competição. A lei refere-se expressamente ao ajuste ou combinação. Normalmente, essa hipótese concretiza-se quando diversos licitante arranjam acordo para determinar a vitória de um deles. ...” (JUSTEN FILHO. Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 16ª edição. Editora revista dos Tribunais. 2015.. fls. 1178)

Analisando a denúncia, defesas e o conjunto probatório delas decorrentes constata-se que há fortes indícios de confusão patrimonial entre as empresas LIND GUIMAR MACHADO ME e HB SONORIZAÇÃO E EVENTOS EIRELI ME, tendo em vista que, além dos documentos apresentados pela denunciante sinalizar que ambas utilizam-se dos mesmos equipamentos e funcionários, os próprios sócios afirmam em suas defesas que representam os interesses de ambas as empresas em situações diversas.

Sendo assim, traz-se recomendação emitida pelo Tribunal de Contas da União:

(...) A partir dos procedimentos efetuados, foram identificadas empresas com sócios em comum e que apresentaram propostas para o mesmo item de determinada licitação na modalidade pregão, o que poderia caracterizar, na opinião da unidade técnica, indício de conluio, com o propósito de fraudar o certame. Para ela, “se houver

a existência de sócios em comum de empresas que disputam o mesmo item de um mesmo certame, há evidente prejuízo à isonomia e à competitividade da licitação”.

Como consequência, ainda para unidade técnica, “é possível que existam empresas atuando como ‘coelho’, ou seja, reduzindo os preços a fim de desestimular a participação de outros licitantes na etapa de lances, desistindo posteriormente do certame para beneficiar a outra empresa que esteja participando do conluio, que, por sua vez, acaba sendo contratada sem ter apresentado a melhor proposta, provocando, assim, prejuízo para a Administração”. Para minimizar a possibilidade da ocorrência desses conluios, seria recomendável, então, que os pregoeiros e demais servidores responsáveis pela condução dos procedimentos licitatórios, tomassem ciência da composição societária das empresas participantes dos certames, mediante alerta por intermédio do Comprasnet, a partir de modificações no sistema a serem feitas pela SLTI, o que foi sugerido pela unidade técnica ao relator, que acolheu a proposta, a qual foi referendada pelo Plenário. Precedentes citados: Acórdãos nºs 1433/2010 e 2143/2007, ambos do Plenário. Acórdão n.º 1793/2011-Plenário, TC-011.643/2010-2, rel. Min. Valmir Campelo, 06.07.2011.

Essa recomendação (Acórdão nº 1.793/2011-Plenário) tem por objetivo resguardar os princípios da isonomia e da competitividade inerentes às licitações públicas.

Para a Corte de Contas, a existência de licitantes com sócios em comum pode configurar evidente prejuízo à isonomia e à competitividade do certame, demandando do pregoeiro maior atenção nas condutas praticadas pelas licitantes. Averigua-se ainda, que a recomendação acima apresentada traz a descrição de situação muito similar ao descrito na denuncia oferecida.

Não bastasse isso, ao compulsar os autos se verifica que a empresa LIND GUIMAR MACHADO ME apresentou determinado orçamento para a composição do certame (Termo de Referência), ao passo que a sua proposta foi de valor muito inferior, o que aliado as propostas das demais licitantes (em especial as outras denunciadas), demonstra a total incongruência e a nítida dúvida sobre qual de fato seria o valor de mercado, REALIDADE QUE MACULA O CERTAME A PONTO DE MOTIVAR A SUA ANULAÇÃO E RELANÇAMENTO.

Ante o exposto e buscando zelar pelos princípios que norteiam administração pública (principalmente os afetos às licitações e contratos administrativos), determina a anulação e relançamento do certame (observados os reais valores de mercado) e considerando que a análise promovida por intermédio desta decisão se restringe, por força inclusive de competência, à esfera administrativa, determina o encaminhamento da presente, denúncia, defesas e proposta de composição do certame ao Ministério Público, para apuração de eventual conduta penal, capitulada no art. 90 da Lei 8.666/93.

Considerando que as empresas licitantes afirmam que os valores propostos se tratam de valores exequíveis, determina-se que o setor de licitações observe aludidos valores para fins de apuração do novo valor de referência.

Publique-se e intime-se.

Timbó, 19 de agosto de 2016.

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

DECISÃO RECURSO PREGÃO PRESENCIAL N.º 06 2016 FUMTRAN

DECISÃO

Objeto: Edital de Pregão Presencial FUMTRAN 06/2016

Recorrente: SIMONE CAMPOS & CAMPOS SEGURANÇA E SINALIZAÇÃO LTDA

Dos Fatos:

O Fundo Municipal de Trânsito - FUMTRAN lançou o Edital de Pregão Presencial FUMTRAN nº 06/2016, tendo como objeto a aquisição de materiais para manutenção de sinalização viária de trânsito, vertical e horizontal, nas principais vias do município de Timbó para atender as necessidades do Fundo Municipal de Trânsito.

Na data de 12/08/2016 realizou-se a Sessão Pública, momento em que se procedeu à abertura dos envelopes atinentes às propostas e documentos de habilitação.

Consultados pelo Pregoeiro sobre o interesse em interpor recurso, a empresa SIMONE CAMPOS & CAMPOS SEGURANÇA E SINALIZAÇÃO LTDA, através de seu representante, manifestou-se com relação ao item 15 ofertado pela empresa FOOT COMERCIAL LTDA ME alegando que aludido material não atende o previsto em edital e norma ABNT 15071/2015.

Em suas razões recursais a recorrente alega, em síntese, que a empresa vencedora do certame não atende os preceitos do Edital, visto que o produto cotado apresenta relatório de dureza em percentual acima do máximo previsto pela Norma ABNT 15071/2015, além de possuir altura e película com retrorrefletividade inferiores ao previsto no termo de referência.

Intimada, a empresa FOOT COMERCIAL LTDA ME apresentou contrarrazões ao recurso interposto, rechaçando todas as alegações da empresa recorrente.

Do Mérito:

Ao compulsar os autos do processo licitatório, constata-se que o item 15 possui a seguinte descrição:

CONE 75 CM LARANJA/BRANCO REFLETIVO

Cone de sinalização 75 cm refletivo laranja e branco conformidade NBR 15071 produzido em PVC flexível, em total conformidade com NBR 15071. Cone de sinalização muito utilizado em vias públicas e em rodovias de todo território nacional. Detalhes técnicos: 720x390x39mm Peso total 3,1 Kg

Após análise realizada pelo corpo técnico da Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, evidenciou-se que o produto ofertado pela empresa FOOT COMERCIAL LTDA ME, de fato, não atende a descrição prevista pelo termo de referência do Edital de Pregão Presencial FUMTRAN n. 06/2016, posto que apresenta tamanho menor que o previsto e as películas não são adesivas, contrariando o disposto na NBR 15071/2015.

É cediço que a Administração não pode descumprir as normas e condições do Edital, visto que se acha estritamente vinculada ao mesmo. O Edital torna-se lei entre as partes e, sendo lei, o Edital e seus termos atrelam tanto à Administração que estará subordinada aos seus próprios atos, quanto às licitantes sabedoras do inteiro teor do certame.

A vinculação ao instrumento convocatório trata-se de garantia à moralidade e impessoalidade administrativa, bem como ao primado da segurança jurídica, zelando assim que todas as propostas sejam formuladas de acordo com os princípios de isonomia e competitividade.

Sobre o tema, comenta Hely Lopes Meyreles:

"a vinculação ao Edital é o princípio básico de toda licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu. (Art. 41).

Assim, estabelecidas as regras do certame, tornam-se inalteráveis para aquela licitação, durante todo o procedimento. Se no decorrer

da licitação a Administração verificar sua inviabilidade, deverá invalidá-la e reabri-la em novos moldes, mas, enquanto vigente o edital ou convite, não poderá desviar-se de suas prescrições, quer quanto a tramitação, quer quanto ao julgamento." (Direito Administrativo Brasileiro, 24ª Edição, 1999, Malheiros Editores, pág. 249)

Segundo Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, o instrumento convocatório é a lei do caso, aquela que irá regular a atuação tanto da administração pública quanto dos licitantes. Esse princípio é mencionado no art. 3º da Lei de Licitações, e enfatizado pelo art. 41 da mesma lei que dispõe que "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada". (Curso de Direito Administrativo, 2007, Editora Fórum, p.416)

No mesmo sentido, ao interpretar o art. 41 da Lei de Licitações, segundo o qual a Administração se acha estritamente vinculada às condições do Edital, ensina Marçal Justen Filho:

"O instrumento convocatório (seja edital, seja convite), cristaliza a competência discricionária da Administração que se vincula a seus termos. Conjugando a regra do art. 41 com aquela do art. 4º, pode-se afirmar a estrita vinculação da Administração ao edital, seja quanto as regras de fundo quanto àquelas de procedimento. Sob um certo ângulo, o edital é o fundamento de validade dos atos praticados no curso da licitação, na acepção de que a desconformidade entre o edital e os atos administrativos praticados no curso da licitação se resolve pela invalidade destes últimos. Ao descumprir normas constantes do edital, a Administração Pública frustra a própria razão de ser da licitação. Viola os princípios norteadores da atividade administrativa, tais como a legalidade, a moralidade, a isonomia. O descumprimento a qualquer regra do edital deverá der reprimido, inclusive através dos instrumentos de controle interno da Administração Pública." (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 6ª edição, 1999, Dialética, pág. 394/395).

Como visto, o produto ofertado pela empresa FOOT COMERCIAL LTDA ME está em desacordo com o descritivo do Edital, visto que possui tamanho menor que o previsto pelo termo de referência, além de não possuir películas adesivas.

Desta forma, nos termos dos incisos XVI e XIX do artigo 4º da Lei n. 10.520/02, deverá a Administração Pública retomar a Sessão Pública e convidar os demais proponentes classificados na ordem determinada após a etapa de lances, para fins de avaliação dos documentos de habilitação do segundo mais bem classificado, dando-se continuidade aos procedimentos de adjudicação e homologação.

DECISÃO:

Ante todo o exposto e atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público e vinculação ao instrumento convocatório, e considerando os fundamentos acima apresentados, DEFIRO o recurso interposto pela empresa SIMONE CAMPOS & CAMPOS SEGURANÇA E SINALIZAÇÃO LTDA.

Nos termos dos incisos XVI e XIX do artigo 4º da Lei n. 10.520/02, deverá a Administração Pública retomar a Sessão Pública e convidar os demais proponentes classificados na ordem determinada após a etapa de lances, para fins de avaliação dos documentos de habilitação do segundo mais bem classificado, dando-se continuidade aos procedimentos de adjudicação e homologação.

Dê-se ciência às partes.

Timbó, 26 de agosto de 2016.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

SEGUNDA RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 64 2016 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - CENTRAL DE LICITAÇÕES
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 64/2016 PMT
AVISO DE SEGUNDA RETIFICAÇÃO

O Município de Timbó/SC informa aos interessados que o Edital de Pregão Presencial n.º 64/2016, objetivando a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESTINADOS A LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DAS PRAÇAS, PARQUES E JARDINS, CONSERVAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS E ÁREA EXTERNA DO PARQUE CENTRAL, sofreu alteração no descritivo do subitem 6.3.1.2, conforme segue:

O período de garantia de todos os equipamentos descritos no ANEXO I deverá ser de, no mínimo, 90 (noventa) dias, ou superior nos casos em que a garantia do fabricante for maior que este período.

Em atenção às alterações, prorroga-se para o dia 13/09/2016 as 08h30min a entrega dos envelopes de proposta e habilitação. A abertura da sessão fica marcada para as 08h40min da mesma data da entrega dos documentos.

Permanecem inalteradas as demais condições.

TIMBÓ/SC, 29/08/2016
SERGI FREDERICO MENGARDA
Central de Licitações

Três Barras

PREFEITURA

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 91/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS

CONCORRÊNCIA Nº 01/2015.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 91/2015.

COMUNICADO

O Município de Três Barras, através da Prefeitura Municipal de Três Barras inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.400/0001-35 com sede à Av. Santa Catarina, 616 – Centro – Três Barras - SC, através da Comissão Especial de Licitação, vem COMUNICAR AOS INTERESSADOS, especialmente as proponentes AEGEA Saneamento e Participações S/A e o CONSÓRCIO TRÊS BARRAS SANEAMENTO, que por decisão judicial o procedimento acima mencionado encontra-se suspenso – Autos nº. 0302734-98-2016-24-0015.

Maiores informações poderão ser obtidas pessoalmente na Coordenadoria de Licitações da Prefeitura Municipal situada no Paço municipal, cito a Avenida Santa Catarina, 616 - Centro, ou ainda por e-mail licitacao@tresbarras.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor. Três Barras - SC, 29 de agosto de 2016.

Sidilon Pazda - Presidente da Comissão Especial de Licitação.

Treze Tílias

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 59-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 59/2016 – PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para, locação de tendas tipo pirâmide, locação de gerador de energia, som, iluminação, sanitários, para a Tirolerfest 2016, de 11 a 16 de Outubro de 2016, no município de Treze Tílias, conforme descrição constante no Anexo I do edital. O recebimento dos envelopes contendo a ☐ proposta ☐ e ☐ documentação ☐ será até as 09h00 min do dia 12/09/2016, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH
Prefeito

RETIFICAÇÃO PP 57/2016

PREGÃO PRESENCIAL 57/2016 – RETIFICAÇÃO Nº 01

Levamos ao conhecimento dos interessados a retificação da publicação do Pregão Presencial nº 57/2016
Onde se lê;

Processo Licitatório nº 5/2016 – PREGÃO PRESENCIAL

Leia-se;

Processo Licitatório nº 57/2016 – PREGÃO PRESENCIAL

Treze Tílias, 29 de Agosto de 2016.

RETIFICAÇÃO TP 58/2016

TOMADA DE PREÇOS 58/2016 – RETIFICAÇÃO Nº 01

Levamos ao conhecimento dos interessados a alteração da publicação da Tomada de Preços 58/2016
Onde se lê;

AVISO DE LICITAÇÃO TP 56/2016 TP

Leia-se;

AVISO DE LICITAÇÃO TP 58/2016 TP

Treze Tílias, 29 de Agosto de 2016.

Tunápolis

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.31/2016, PREGÃO PRESENCIAL N.23/2016 FRACASSADA

Processo de Licitação n.31/2016, Pregão Presencial n.23/2016 cujo o objeto refere-se a aquisição de fraldas e absorventes geriátricos descartáveis destinadas a manutenção dos serviços prestados pelo Projeto "Conforto", que prevê atendimento/acompanhamento de usuários e portadores de deficiência com incontinência urinária e fecal, declarada FRACASSADA, pois nenhum fornecedor apresentou fraldas e absorventes dentro dos parâmetros exigidos e pretendidos pela Equipe Técnica do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, motivo pelo qual a responsável pelo programa informou que o processo fracassou.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 38/2016 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 38/2016

Edital de Pregão Presencial nº 30/2016

O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde torna público, para conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto aquisição de FRALDAS E ABSORVENTES GERIÁTRICOS DESCARTÁVEIS, destinadas a manutenção dos serviços prestados pelo Projeto "Conforto", que prevê atendimento/acompanhamento de usuários e portadores de deficiência com incontinência urinária e fecal, de acordo com as especificações, quantitativos, constantes nos anexos, partes integrantes deste ato convocatório.

Entrega e abertura dos envelopes dos documentos e propostas até às 8h do dia 13/09/2016.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx49) 3632-1122. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC., 30/08/2016.

Bruno José Heberle

Gestor do Fundo

Turvo

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº. 02/16, DE 23 DE AGOSTO DE 2016.

RESOLUÇÃO Nº. 02/16, de 23 de agosto de 2016.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA SEM VENCIMENTOS PARA TRATAR ASSUNTOS DE INTERESSE PARTICULAR.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno da Casa,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao senhor Vereador EDSON JAIR DAGOSTIN, licença sem vencimentos, para tratar assuntos de interesse particular, a partir de 28 de agosto até 31 de outubro de 2016, conforme requerimento nº. 20/16, de 10 de agosto de 2016, aprovado por esta Casa em 22/08/2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo/SC, 23 de agosto de 2016.

Vereador ALBINO GIUSTI

Presidente da Câmara

Registrada e Publicada a presente Resolução nesta Secretaria na data Supra.

Vereador OSVALDO FÁVARO

Primeiro Secretário

União do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 47/2016

Estado de Santa Catarina	
PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE	
AVISO DE LICITAÇÃO	
Processo Adm. Nº.: 47/2016	
Edital: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 47/2016	
Tipo : Menor Preço/Por item	
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE UNIÃO DO OESTE – SC VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS.	
Entrega dos Envelopes: 08:15 horas do dia 13 de setembro de 2016.	
Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 13 de setembro de 2016.	
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Avenida São Luiz - 531, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 7:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, fone (049) 3348 1202 ou através do e-mail: compras@uniaodoeste.sc.gov.br	
União do Oeste - SC, 29 de Agosto de 2016.	
EVERALDO LUIS CASONATTO	
PREFEITO MUNICIPAL	

DECRETO N. 3209/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.209, de 29 de Agosto de 2016.
Concede Adicional Titulação para Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. Inciso XXIV da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o disposto no Artigo 16 da Lei Complementar Municipal N.º 090 de 27 de agosto de 2015,

DECRETA:

Art.1º Fica concedido Adicional Titulação para a Servidora FERNANDA SIMONATO, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, Obras e Vigilância Sanitária, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente apresentação do Certificado de Conclusão de Pós Graduação, correspondente ao valor de 10% sob a denominação de ADICIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO, calculado sobre o vencimento base da servidora.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 29 de Agosto de 2016.
EVERALDO LUIS CASONATTO
Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

Urussanga

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO N° 194/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Extrato do Contrato: 194/2016

Data de assinatura: 29/08/2016

Processo de Licitação: 59/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: AGNALDO GONÇALVES

CNPJ/CPF: 999.110.009-15

Objeto fornecimento parcelado de gêneros alimentícios destinados à agricultura familiar

Valor Global: R\$ 400,00

Vidal Ramos

PREFEITURA

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 20/2016 - EVENTUAL AQUISIÇÃO FRALDAS GERIÁTRICAS

P

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS

Setor de Compras

PREGÃO Nº. 20/2016

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 20/2016

OBJETO: A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE FRALDAS DESCARTÁVEIS DESTINADA A PACIENTES QUE APRESENTAM ALGUMA DEFICIÊNCIA OU AGRAVO DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS. CONFORME NECESSIDADE DE CONSUMO DOS PACIENTES.

REGIMENTO: O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 031/2016 de 18 de fevereiro de 2016, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº. 20/2016, do tipo MENOR LANCE POR LOTE, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003, Decreto nº. 7.892 de 23/01/2013 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93 e Lei complementar 123/06,

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até o dia 12/09/2016, às 08:30 horas.

LOCAL: Departamento Administração da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos sita à Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, Vidal Ramos /SC.

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Compras e Licitações

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

ALMIR SCHMITZ
Prefeito em Exercício

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 13.340/16

DECRETO Nº 13.340/16, DE 29 DE AGOSTO DE 2016.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 1.500.000,00(um milhão e quinhentos mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

01 – Gabinete do Prefeito Municipal

01 – Assessoria de Gabinete

2.002– Manutenção da Chefia de Gabinete

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicações Diretas 130.000,00

02 – Secretaria Municipal da Assessoria Jurídica

01 – Assessoria Jurídica

2.008– Manutenção da Secretaria de Assessoria Jurídica

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicações Diretas 67.100,00

3.1.91.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicações Diretas 38.000,00

03 – Secretaria Municipal de Administração

01 – Administração

2.009– Manutenção da Secretaria de Administração

3.1.91.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicações Diretas 109.000,00

03 – Secretaria Municipal de Administração

01 – Administração

2.011– Manutenção do Departamento de Expediente

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicações Diretas 40.000,00

03 – Secretaria Municipal de Administração

01 – Administração

2.012– Manutenção do Departamento de Licitações

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicações Diretas 160.000,00

03 – Secretaria Municipal de Administração

01 – Administração

2.014– Manutenção do Departamento de Pessoal

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicações Diretas 120.000,00

04 – Secretaria Municipal de Finanças

01 – Departamento Financeiro e Tributário

2.025– Manutenção da Secretaria de Finanças

3.1.91.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicações Diretas 94.000,00

06 – Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo

01 – Planejamento e Urbanismo

2.030– Manutenção da Secretaria de Planejamento e Urbanismo

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicações Diretas 270.000,00

3.1.91.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicações Diretas 48.000,00

07 – Secretaria Municipal de Educação

05 – Departamento de Ensino Superior

2.089 – Manutenção da UAB – Univ.Aberta do Brasil – Pólo Videira

3.1.91.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicações Diretas 1.400,00

08 – Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social

02 – Departamento de Ação Social

2.046– Manutenção do Conselho Tutelar

3.1.91.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicações Diretas 2.500,00

09 – Secretaria Municipal de Infraestrutura

01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos

2.047– Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

3.1.91.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicações Diretas 250.000,00

10 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

01 – Departamento de Agricultura e Meio Ambiente

2.054– Manutenção do Departamento de Agricultura

3.1.91.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicações Diretas 140.000,00

11 – Secretaria Municipal de Turismo e Cultura

01 – Departamento de Turismo e Cultura

2.056– Manutenção da Secretaria de Turismo e Cultura

3.1.91.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicações Diretas 30.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 1.500.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta do excesso de arrecadação do exercício.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 13.332/16.

Videira, 29 de agosto de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de agosto de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0671/16

PORTARIA nº 0671/16

Prorroga Prazo da Comissão de Processo Disciplinar para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 18346/2014, nomeada pela Portaria nº 1437/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no §1º, do art. 284, da Lei Complementar nº 129/12, e do que consta no Processo Administrativo nº 18346/2014;

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar, por 90 (noventa) dias, a partir de 26 de agosto de 2016, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 18346/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 25 de agosto de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de agosto de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/2016 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/2016 – PMV

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 105/2016 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE ESTRUTURA FÍSICA PARA ATENDER OS EVENTOS E ATIVIDADES CULTURAIS PROMOVIDOS PELO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO) E PARA O EVENTO SAÚDE E PREVENÇÃO NAS ESCOLAS PROMOVIDO PELO ÓRGÃO PARTICIPANTE (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE). 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 16:00:00h do dia 13/09/2016. Abertura da sessão no mesmo dia às 16:00:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 29 de agosto de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 04/2016 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 04/2016 - PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento da fase de habilitação do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA (C.A.U.Q) NA RUA SEBASTIÃO RIBEIRO DE DEUS (ITEM 01), RUA VEREADOR JOSÉ GHELLER (ITEM 02) E RUA SEVERINO JOSÉ PASCOAL/FINAL RUA XV DE NOVEMBRO (ITEM 03), CONFORME PROJETO BÁSICO, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, restando HABILITAS para a segunda fase do prélio as empresas Consbrita Construtora de Obras Ltda, LZK Construtora Ltda, Viga Pavimentações e Obras Ltda, Focus Serviços Eireli, Setep Construções S/A, Planaterra Terraplanagem e Pavimentação Ltda, Minerocha Catarinense Ltda e Freedom Engenharia e Construção Ltda. Fica designada a data para abertura das propostas para o dia 09/09/2016, às 09:00 hrs, desde que não haja interposição de recursos. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato.

Videira, 29 de agosto de 2016.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Xanxerê

PREFEITURA

DECRETO Nº AJG 155/2016

DECRETO Nº AJG 155/2016

REGULAMENTA AS ÁREAS DO ESTACIONAMENTO ROTATIVO DENOMINADO "ZONA AZUL" E "ZONA VERDE" REVOGA O ARTIGO 2º E 7º DO DECRETO AJG Nº 109 DE 28 DE MAIO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal AJG 3738/2015, e Lei Municipal AJG 3793/2015. DECRETA

Art. 1º. Ficam regulamentadas as leis Municipais nº AJG 3738/2015, de 19 de maio de 2015, Lei AJG 3793/2015 de 20 de novembro de 2015 que tratam do Estacionamento Rotativo Controlado pago denominado "Zona Azul" e "Zona Verde" passando a reger-se pelas disposições contidas no presente Decreto.

Art. 2º. Ficam sujeitos ao pagamento de estacionamento Controlado Pago, os usuários de veículos que estacionarem nas seguintes vias e logradouros públicos municipais de uso comum, pelo período de 02 (duas horas) denominados "Zona Azul":

I - Rua La Salle – trecho compreendido entre a Rua Victor Konder à Rua Coronel Passos Maia;
II – Travessa João Wincler – trecho compreendido entre a Rua Victor Konder à Rua Coronel Passos Maia;
III - Rua Independência – trecho compreendido entre a Rua Victor Konder à Rua Coronel Passos Maia;
IV – Rua Independência - trecho compreendido entre a Rua Coronel Passos Maia à Rua Rui Barbosa;
V – Rua Fidêncio de Souza Mello filho - trecho compreendido entre a Rua Coronel Passos Maia à Rua Olavo Bilac;
VI – Rua Fidêncio de Souza Mello – trecho compreendido entre a Rua Olavo Bilac à Rua Sete de Setembro;
VII – Rua Fidêncio de Souza Mello Filho – trecho compreendido entre a Rua Sete de Setembro a Rua Papa João XXIII;
VIII – Avenida Brasil- trecho compreendido entre a Rua Coronel Passos Maia à Rua Olavo Bilac;
IX – Avenida Brasil – trecho compreendido entre a Rua Olavo Bilac à Rua Sete de Setembro;
X – Avenida Brasil – trecho compreendido entre a Rua Sete de Setembro a Rua Papa João XXIII;
XI – Rua Jose de Miranda Ramos – trecho compreendido entre a Rua Coronel Passos Maia à Rua Rui Barbosa;

XII – Rua Jose de Miranda Ramos – trecho compreendido entre a Rua Rui Barbosa à Rua General Osório;
XIII – Rua Celestino do Nascimento – trecho compreendido entre a Rua Jose de Miranda Ramos à Rua Marechal Bormann;
XIV – Rua Victor Konder – trecho compreendido entre a Travessa João Wincler à Rua La Salle;
XV – Rua Victor Konder – trecho compreendido entre a Rua La Salle à Rua Ernesto Schirea;
XVI - Rua Victor Konder – trecho compreendido entre a Rua Ernesto Schirea à Rua Irineu Bornhausen;
XVII – Rua Coronel Passos Maia – trecho compreendido entre a Rua Barão do Rio Branco à Rua Independência;
XVIII – Rua Coronel Passos Maia - trecho compreendido entre a Rua Independência e Travessa João Wincler;

XIX – Rua Coronel Passos Maia – trecho compreendido entre a Travessa João Wincler a Rua La Salle;
XX – Rua Coronel Passos Maia – trecho compreendido entre a Rua La Salle à Travessa Carmelli;
XXI – Rua Coronel Passos Maia – trecho compreendido entre a Travessa Carmelli à Rua Antonio Vitorio Giordani;
XXII – Rua Coronel Passos Maia – trecho compreendido entre a Rua Antonio Vitorio Giordani à Rua Irineu Bornhausen;
XXIII - Rua Rui Barbosa – trecho compreendido entre a Rua Independência à Rua José de Miranda Ramos;
XXIV – Rua Rui Barbosa – trecho compreendido entre a Rua Jose de Miranda Ramos à Avenida Brasil;
XXV – Travessa Carmelli – trecho compreendido entre a Rua Victor Konder à Rua Coronel Passos Maia;
XXVI – Rua Sete de Setembro – trecho compreendido na Rua Jose de Miranda Ramos à Avenida Brasil;
XXVII – Rua Sete de Setembro – trecho compreendido na Rua Fidêncio de Souza Mello à Avenida Brasil;
XXVIII – Rua Olímpio Julio Tortato – trecho compreendido entre a Rua Fidêncio de Souza Mello Filho a Almirante Tamandaré;
XXIX – Rua Olavo Bilac – trecho compreendido entre a Rua Fidêncio de Souza Mello à Rua Almirante Tamandaré;
XXX – Rua Olavo Bilac – trecho compreendido entre a Rua Fidêncio de Souza Mello à Avenida Brasil;
XXXI - Rua Olavo Bilac – trecho compreendido entre a Rua Coronel Passos Maia à Avenida Brasil;
XXXII – Rua Santos Dumont – trecho compreendido entre a Rua Victor Konder à Rua Coronel Passos Maia;

Art. 3º. Ficam sujeitos ao pagamento de estacionamento Controlado Pago, os usuários de veículos que estacionarem nas seguintes vias e logradouros públicos municipais de uso comum, pelo período de 04 (quatro horas) denominados "Zona Verde":

I - Rua La Salle – trecho compreendido entre a Rua Athnásio Antonio à Rua Victor Konder;
II – Rua Independência – trecho compreendido entre a Rua José Bonifácio à Rua Victor Konder;
III – Rua Victor Konder – trecho compreendido entre a Rua Barão do Rio Branco à Rua Independência;
IV – Rua Victor Konder – trecho compreendido entre a Rua Independência à Travessa João Wincler;
V – Rua José Bonifácio – trecho compreendido entre a Rua Independência à Rua La Salle;
VI – Rua Papa João XXIII – trecho compreendido entre a Rua Fidêncio de Souza Mello à Avenida Brasil;
VII – Rua Olavo Bilac – trecho compreendido entre a Rua Almirante Tamandaré à Rua Nereu Ramos;
VIII – Rua Barão do Rio Branco – trecho compreendido entre a Rua Rui Barbosa à Rua Coronel Passos Maia;
IX – Rua Antonio Vitorio Giordani – trecho compreendido entre a Rua Coronel Passos Maia à Rua Nereu Ramos;
X – Rua Almirante Tamandaré – trecho compreendido entre a Rua Olavo Bilac à Rua Papa João XXIII.

Art. 4º. Ficam excluídos de pagamento de estacionamento Controlado Pago, os usuários de veículos que estacionarem nas seguintes vias e logradouros públicos municipais de uso comum:

I – Rua La Salle – trecho compreendido entre a Rua José Bonifácio à Rua das Missões;
II – Rua José de Miranda Ramos – trecho compreendido entre a

Rua General osório à Rua Celestino do Nascimento;
III – Rua Barão do Rio Branco – trecho compreendido entre as Rua Victor Konder à Rua Coronel Passos Maia;
IV – Rua Ernesto Schirea – trecho compreendido entre a Rua Victor Konder à Rua Athanásio Antonio;
V – Rua Celestino do Nascimento – trecho compreendido entre a Avenida Brasil à Rua José de Miranda Ramos;

Art.5. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Ficam revogados os Artigos 2º e 7º do Decreto 109 de 2015, de 28 de maio de 2015.

Xanxerê/SC, 25 de agosto de 2016.
ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº AJG 157/2016

DECRETO Nº AJG 157/2016

REGULAMENTA A FISCALIZAÇÃO E COBRANÇA DO ISSQN DE OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL NO ÂMBITO MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, SC, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que o ISSQN é um tributo de competência municipal, nos termos do Art. 156, III da Constituição Federal;

Considerando que cabe a lei complementar regulamentar a forma de atuação integrada entre os entes federativos para fiscalização e controle dos optantes pelo Simples Nacional, por força da alínea "d" do Art. 146 da Constituição Federal;

Considerando que os municípios possuem competência para fiscalizar o cumprimento das obrigações principais e acessórias relativas ao Simples Nacional, tratando-se de prestação de serviços incluídas na competência tributária municipal, como determina o Art. 33 da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006; e

Considerando que o Município é signatário dos convênios com a PGFN que lhe concedem o direito pleno de fiscalizar e cobrar os débitos de ISSQN de optantes pelo Simples Nacional, como estabelece o Art. 41, § 3º da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006.

DECRETA:

Art. 1º A administração fazendária de Xanxerê possui competência para fiscalizar o cumprimento das obrigações principais e acessórias relativas ao Simples Nacional, quando se trata de prestação de serviços incluídos na competência tributária municipal (Art. 33 da Lei Complementar 123/2006).

Art. 2º Quando realizada a fiscalização e apurado débito de ISSQN, o valor não pago pelo contribuinte será exigido por meio de lançamento de ofício do fisco municipal de Xanxerê (Art. 33, §3º da Lei Complementar 116/2006).

Art. 3º O processo administrativo tributário destinado a fiscalizar os optantes do Simples Nacional seguirá as regras estabelecidas no Código Tributário do Município de Xanxerê.

Art. 4º Os débitos de optantes pelo Simples Nacional constituídos por meio de lançamento pelo fisco municipal, que ainda não estejam inscritos em Dívida Ativa da União, poderão ser parcelados diretamente junto ao Município de Xanxerê, através da emissão de guia de arrecadação municipal (Art. 21, §19 da Lei Complementar

123/2006).

Art. 5º A concessão e o cálculo do parcelamento dos débitos de ISSQN de optantes do Simples Nacional, lançados pelo fisco de Xanxerê, seguirão as regras definidas pelo Comitê Gestor do Simples Nacional (Art. 9º da Lei Municipal nº 3.256/2010).

§1º Nas situações não regulamentadas pelo Comitê Gestor do Simples Nacional sobre o parcelamento o fisco utilizará as regras existentes na lei municipal, especialmente no Código Tributário Municipal.

§2º O requerimento do parcelamento constitui reconhecimento do débito por parte do contribuinte.

Art. 6º Quando o optante pelo Simples Nacional efetuar o parcelamento ou o pagamento integral de ISSQN apurado e lançado pelo fisco municipal de Xanxerê, além das guias e/ou termos de parcelamento, será emitida certidão que atestará a quitação ou o parcelamento do débito de ISSQN diretamente junto ao Município (Art. 41, §3º da Lei Complementar 123/2006).

§1º A Receita Federal do Brasil deve, periodicamente, transferir as dívidas de ISSQN de optantes pelo Simples Nacional ao Município de Xanxerê, em razão da existência de convênios firmados, sendo que o Município não responderá por qualquer erro ou falha dos sistemas da Receita Federal do Brasil em relação à efetiva transferência dos débitos.

§2º O optante pelo Simples Nacional que efetuar o parcelamento ou pagamento do ISSQN lançado pelo fisco de Xanxerê poderá retificar suas declarações no Simples Nacional, quando possível, ou poderá, por sua livre e espontânea vontade, apresentar à Receita Federal do Brasil os documentos que atestam a regularidade do ISSQN perante o fisco municipal.

Art. 7º O optante pelo Simples Nacional que possuir ISSQN em aberto, seja por lançamento em ação fiscal ou por atraso no pagamento mensal via Simples Nacional, terá o apontamento de débito no sistema de tributos, o que ocasionará a emissão de certidão positiva de débitos municipais.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 29 de agosto de 2016.
ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1/PROCON/2016

PORTARIA Nº 1/PROCON/2016

Dispõe sobre as regras de contagem de prazos processuais em dias corridos no âmbito do Procon Municipal de Xanxerê/SC.

O Coordenador do Procon Municipal de Xanxerê/SC, no uso de suas atribuições que lhe conferem, o art. 55 do CDC, na forma da lei. CONSIDERANDO, a publicação do Enunciado nº 165 do Fórum Nacional dos Juizados Especiais (FONAJE), que estabeleceu nos Juizados Especiais a forma de contagem de prazo processual em dias corridos;

RESOLVE:

Art. 1º No âmbito do Procon Municipal de Xanxerê/SC, todos os prazos processuais serão contados de forma contínua.

Art. 2º A intimação dos atos processuais provenientes do Procon se dará na data da assinatura do aviso de recebimento (ar), iniciando-se a contagem no 1º dia útil após a intimação.

Art. 3º O prazo não se inicia e nem finaliza em dia não útil, devendo nesses casos ser o prazo prorrogado para o 1º dia útil subsequente.

Art. 4º No caso da intimação por edital, a data da intimação será do dia útil posterior a disponibilização do arquivo no diário oficial eletrônico.

Art. 5º Nas notificações através de Autos de Infração, de Apreensão, do Termo de Depósito, ou ainda de Comprovação ou Constatação, a intimação se dará no momento da assinatura do Auto, seguindo a regra do art. 38 do Decreto nº 2.181/97.
Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 25 de agosto de 2016.
WINICIUS PERTILE
Coordenador Executivo
PROCON Xanxerê/SC

PORTARIA Nº RH - AJG 295/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AJG 295/2016

READAPTAR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal de Xanxerê
No uso de suas atribuições legais e em conformidade da Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VII, Lei Complementar nº AM 2.907/2006 e Decreto nº AM 002/2004,

Considerando laudo médico emitido pela Junta Médica deste Município datado de 03.06.2016 que prevê a possibilidade de readaptação conforme as condições de saúde da servidora;

RESOLVE

READAPTAR a servidora pública municipal a Sra. EUNICE BERNARDETE TODESCHINI, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora da CI nº 1.784.696 e CPF nº 638.777.839-53, nomeada conforme Decreto nº AM nº 060/2002 com 20 (vinte) horas semanais, e Decreto nº JB 57/94 com 20 (vinte) horas semanais, no cargo de PROFESSOR DE MAGISTÉRIO lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Determinar conforme laudo médico a readaptação para exercer atividades fora de sala de aula, conforme determinado pela Junta Médica Municipal, nestes termos:

“Fica mantida a ordem de serviço de março de 2015 na qual a mesma não apresenta condições médicas de exercer atividades laborativas em sala de aula, porém pode exercer outras atividades fora de sala de aula.”

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 29 de agosto de 2016.
ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH - AJG 296/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AJG 296/2016

READAPTAR A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal de Xanxerê
No uso de suas atribuições legais e em conformidade da Lei

Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VII, Lei Complementar nº AM 2.907/2006 e Decreto nº AM 002/2004,

Considerando Laudo Médico emitido pela Junta Médica deste Município que prevê a possibilidade de readaptação conforme as condições de saúde da Servidora;

RESOLVE

READAPTAR a Servidora Pública Municipal a Sra. INÊS JUSTINA TELES, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora da CI nº 3.233.120 e CPF nº 896.224.729-15, nomeada conforme Decreto nº JB 37/96 no cargo de SERVENTE DE LIMPEZA com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças..

Determinar conforme Ofício nº SME/M 203/2016 datado de 06.07.2016, a Readaptação para desempenhar atividades no lactário devido às patologias pré-existentes, passando a vigorar a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 29 de agosto de 2016.
ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH - AJG 297/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AJG 297/2016

REVOGAR A PORTARIA RH AJG 084/2015, E LOTAR A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL – CE-MEI FAVO DE MEL

ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal de Xanxerê
No uso de suas atribuições legais e em conformidade da Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VII, Lei Complementar nº AM 2.907/2006.
RESOLVE

REVOGAR a portaria nº RH AJG 084/2015.
LOTAR a Servidora Pública Municipal a Sra. MARIA CONSOLADORA SOZO DOS SANTOS, brasileira, casada, residente e domiciliada, nesta cidade de Xanxerê – SC, portadora da CI nº 2.691.471 e CPF nº 770.375.539-72, nomeada conforme Decreto nº AM 094/04 no cargo de PROFESSORA MAGISTÉRIO CRECHE, com 40 (quarenta) horas semanais, vinculada à Secretaria Municipal de Educação com Lotação no CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL – FAVO DE MEL.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 29 de agosto de 2016.
ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH -AJG 294/2016

PORTARIA Nº RH-AJG 294/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, férias no período de 30 (trinta) dias a partir de 29.08.2016 a 27.09.2016. A Servidora Pública Municipal Sra. CLAUDETE ZULIAN, nacionalidade brasileira, portadora da CI nº 618.248 e CPF nº 425.920.209-00, residente e domiciliada nesta cidade de – Xanxerê – SC, nomeada conforme Decreto AJG 120/2016 no cargo de COORDENADORA DE DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO, lotada na Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços.

O deferimento atende ao requerimento datado de 26.08.2016.

As Férias concedidas referem-se ao período de:

21.01.2015 a 20.01.2016: 30 (trinta) dias;

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 29 de agosto de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

PORTARIA 131/2016

PORTARIA Nº 131/2016

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE RESPONSÁVEL PELA COORDENAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDI BABINSKI, Prefeito Municipal Interino de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a exoneração da Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes do Município de Xavantina;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora pública municipal, Sra. CAMILA BEDIN, para responder pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do Município de Xavantina, gerando efeitos a partir de 17 de agosto de 2016.

Art. 2º A presente designação se fará sem ônus para o Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xavantina, (SC), em 17 de Agosto de 2016.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA 132/2016

PORTARIA Nº 132/2016

CONCEDE ADICIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDI BABINSKI, Prefeito Municipal Interino de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII e, o art. 11 da Lei Complementar nº 020/2004, atualizada;

Considerando o requerimento apresentado pelo Servidor Público Municipal Sr. Vagner Rodrigo Grolle, acompanhado do Certificado de Pós-Graduação;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor público municipal, Sr. Vagner Rodrigo Grolle, ocupante do cargo efetivo de Enfermeiro, Adicional de Especialização de 6,5% (seis vírgula cinco por cento), gerando efeitos a contar desta data, tendo em vista a apresentação do respectivo certificado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, (SC), em 18 de Agosto de 2016.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA 133/2016

PORTARIA Nº 133/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDI BABINSKI, Prefeito Municipal Interino de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, combinado com o art. 23, § 2º, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, bem como Lei Complementar nº 002/2000, atualizada;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, Sra. KEILA RENATA OLKOWSKI, ocupante do cargo comissionado de Assessor de Direção, referente ao período aquisitivo de 25/10/2014 à 24/10/2015, a contar do período de 01/09/2016 à 30/09/2016.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, (SC), em 29 de Agosto de 2016.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA 134/2016

PORTARIA Nº 134/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDI BABINSKI, Prefeito Municipal Interino de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, combinado com o art. 23, § 2º, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, bem como Lei Complementar nº 002/2000, atualizada;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal, Sr. LEODIR DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquina, referente ao período aquisitivo de 01/04/2015 à 31/03/2016, a contar do período de 01/09/2016 à 30/09/2016.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, (SC), em 29 de Agosto de 2016.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA 135/2016

PORTARIA Nº 135/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDI BABINSKI, Prefeito Municipal Interino de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, combinado com o art. 23, § 2º, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, bem como Lei Complementar nº 002/2000, atualizada;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal, Sr. VALMOR DE SOUZA, ocupante do cargo efetivo de Advogado, referente ao período aquisitivo de 01/06/2014 à 31/05/2015, a contar do período de 01/09/2016 à 20/09/2016, sendo convertido 1/3 (um terço) em pecúnia.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, (SC), em 29 de Agosto de 2016.
CLAUDI BABINSKI
Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 085/2016

DECRETO Nº 085/2016
DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDI BABINSKI, Prefeito Municipal Interino de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 3º da Lei nº 700, de 04 de junho de 1998, atualizada;

Considerando o requerimento da Secretaria Municipal de Educação, a qual requer alteração de membros-conselheiros para comporem o Conselho Municipal de Educação, uma vez que alguns representantes não integram mais os respectivos órgãos e/ou entidades que representavam;

DECRETA:

Art. 1º Ficam alterados os membros para comporem o Conselho Municipal de Educação do Município de Xavantina, Estado de Santa Catarina, a saber:

I - Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

- a) Titular: Camila Bedin
- b) Suplente: Thuane Gandolfi
- c) Titular: Neiva Terezinha Ferrari de Oliveira
- d) Suplente: Edinéia Paludo

II - Representantes das APP's (Associações de Pais e Professores) legalmente constituídas no Município.

- a) Titular: Tanismara Brandelero Paludo
- b) Suplente: Laércio Gasparin

III - Representantes dos Profissionais da Educação da Rede Municipal de Ensino.

- a) Titular: Leonilde Maria Geremia Gandolfi
- b) Suplente: Loirizane Maria Moretto Balen

IV - Representante da direção das unidades escolares existentes no Município.

- a) Titular: Lenice Bicigo Marangoni
- b) Suplente: Juliane Moretto Tedesco

V - Representante do Poder Executivo Municipal.

- a) Titular: Keila Renata Olkowski
- b) Suplente: Clancelise Buratti Dal Bello

V - Representante do Poder Legislativo Municipal.

- a) Titular: Fernando Borges
- b) Suplente: Eugenio João Comin

Art. 2º A participação no conselho é considerada serviço público relevante, não remunerado.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xavantina (SC), em 23 de Agosto de 2016.
CLAUDI BABINSKI
Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO 0068/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICIPIO DE XAXIM – SC

PROCESSO LICITATÓRIO N. 128/2016

PREGÃO PRESENCIAL N. 68/2016

O Município de Xaxim – SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima a aquisição de materiais permanentes e de custeio diversos para melhorias e ampliação da AMPREX, conforme descrição completa no edital. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h:45min do dia 13 de setembro de 2016, procedendo à abertura às 09h:00min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 29 de agosto de 2016.

Idacir Antônio Orso

Prefeito

Decreto 297

DECRETO Nº. 297/2016

“Dispõe Sobre a Suplementação de Dotações Orçamentárias no Orçamento Vigente e da outras providencias”.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal em Exercício de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Artigo 5º da Lei Municipal nº. 4127/2015 de 27 de Novembro de 2015. DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), destinado a reforçar as seguintes Dotações Orçamentárias do Orçamento Vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade
06.01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	2.024 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.18	300.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito suplementar serão utilizados recursos de anulações de despesas nas seguintes programações de despesas:

Código	Unidade	Projeto atividade
06.01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	2.024 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.19	300.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xaxim (SC), em 25 de Agosto de 2016.

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município

Decreto 298

DECRETO Nº. 298/2016

“Dispõe Sobre a Suplementação de Dotações Orçamentárias no Orçamento Vigente e da outras providencias”.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal em Exercício de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal nº. 4209 de 25 de Agosto de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais), destinado a reforçar as seguintes Dotações Orçamentárias do Orçamento Vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade
07.01	SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	1.009 – Obras de Infraestrutura
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.00	70.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito especial serão utilizados recursos de anulação de despesa na seguinte programação de despesa:

Código	Unidade	Projeto atividade
09.01	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	2.031 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	30.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
12.01	SECRETARIA DA MULHER, JUVENTUDE E TERCEIRA IDADE	2.034 – Manutenção da Secretaria da Mulher, Juventude e Terceira Idade.
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	20.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
11.01	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	2.033 – Manutenção das Atividades Esportivas.
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.50.00.00	01.00	20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xaxim (SC), em 25 de Agosto de 2016.

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município

Decreto 299

DECRETO Nº. 299/2016

“Dispõe Sobre a Suplementação de Dotações Orçamentárias no Orçamento Vigente e da outras providencias”.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal em Exercício de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal nº. 4208 de 25 de Agosto de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), destinado a reforçar as seguintes Dotações Orçamentárias do Orçamento Vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade
07.01	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	1.009 – Obras de Infraestrutura Urbana.
Modalidade	Fonte	Valor R\$

4.4.90.00.00	01.00	80.000,00
--------------	-------	-----------

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito suplementar serão utilizados recursos de anulação de despesas nas seguintes programações:

Código	Unidade	Projeto atividade
09.01	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	2.031 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	20.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
11.01	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	2.033 – Manutenção das Atividades Esportivas
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	60.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xaxim (SC), em 25 de Agosto de 2016.
IDACIR ANTONIO ORSO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

Luis Antonio Cipriani
Procurador Geral do Município

Decreto 300

DECRETO Nº. 300/2016

“Dispõe Sobre Abertura de Crédito Adicional Especial de Dotações Orçamentárias no Orçamento Vigente e da outras providencias”.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal em Exercício de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal nº. 4204 de 25 de Agosto de 2016.
DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de R\$ 12.388,00 (Doze mil reais e trinta e oito reais), destinado a reforçar as seguintes Dotações Orçamentárias do Orçamento Vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade
10.02	FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	2.038 – Manutenção do Fundo da Infância e do Adolescente
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.50.00.00	01.00	12.388,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito especial serão utilizados recursos de anulação de despesa na seguinte programação de despesa:

Código	Unidade	Projeto atividade
10.02	FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	2.038 – Manutenção do Fundo da Infância e do Adolescente
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	12.388,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xaxim (SC), em 25 de Agosto de 2016.
IDACIR ANTONIO ORSO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

Luis Antonio Cipriani
Procurador Geral do Município

Decreto 301

DECRETO Nº. 301/2016

“Dispõe Sobre a Suplementação de Dotações Orçamentárias no Orçamento Vigente e da outras providencias”.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal em Exercício de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Artigo 5º da Lei Municipal nº. 4127/2015 de 27 de Novembro de 2015. DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 107.270,00 (Cento e sete mil duzentos e setenta reais), destinado a reforçar as seguintes Dotações Orçamentárias do Orçamento Vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade
07.01	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	1.009 – Obras de Infraestrutura Urbana.
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.34	107.270,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar serão utilizados recursos do Provável Excesso de Arrecadação, na Fonte de Recurso 01.34, Convênio com o Governo Federal, Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xaxim (SC), em 25 de Agosto de 2016.
IDACIR ANTONIO ORSO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra
Luis Antonio Cipriani
Procurador Geral do Município

Decreto 303

DECRETO Nº. 303/2016

“Dispõe Sobre a Suplementação de Dotações Orçamentárias no Orçamento Vigente e da outras providencias”.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal em Exercício de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Artigo 5º da Lei Municipal nº. 4127/2015 de 27 de Novembro de 2015. DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 32.359,50 (Trinta e dois mil trezentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos), destinado a reforçar as seguintes Dotações Orçamentárias do Orçamento Vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade
07.01	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	1.009 – Obras de Infraestrutura Urbana.
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.89	32.359,50

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar serão utilizados recursos do Provável Excesso de Arrecadação, na Fonte de Recurso 01.89, referente a Alienação de Bens.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xaxim (SC), em 25 de Agosto de 2016.
IDACIR ANTONIO ORSO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra
Luis Antonio Cipriani
Procurador Geral do Município

Associações

AMAI

EDITAL 12/2016 ASSEMBLEIA DE PREFEITOS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 012/2016 -

O Presidente da Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI), Senhor DILMAR ANTONIO FANTINELLI, Prefeito Municipal de Abelardo Luz, no uso de suas atribuições e visando atender ao disposto no Art. 26, inciso XI, do Estatuto,

CONVOCA:

Data: 1º de setembro de 2016 (quinta-feira)

Local: Auditório da AMAI, situado à Rua Floriano Peixoto, Nº 100, Centro de Xanxerê.

Horário: 9 horas

ORDEM DO DIA:

9h: Abertura dos trabalhos:

- Deliberação da Ata da reunião anterior;
 - Apresentação do Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS) dos Municípios da AMAI – Diretor de Articulação Institucional da Fecam, Celso Vedana e o Coordenador de Desenvolvimento Regional da Fecam, Emerson Souto;
 - Explicação sobre corredores ecológicos – Coordenador de Desenvolvimento Ambiental da Fundação do Meio Ambiente (FATMA Chapecó), Rafael Gasparini;
 - Orientações e apresentação de orçamentos referente ao Diagnóstico Socioambiental – Equipe técnica da AMAI;
- 10h30min: Assuntos de interesse dos associados e considerações finais;

11h: Encerramento.

Xanxerê, SC, 24 de agosto de 2016

Dilmar Antonio Fantinelli

Prefeito de Abelardo Luz

Presidente da AMAI

EGEM

EDITAL Nº 61.2016 - LICITAÇÕES_2TURMA_FLORIANÓPOLIS

EDITAL Nº 61/2016

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

Curso Prático de Licitação Pública com Análise de Processos Licitatórios

2ª edição

1. OBJETIVO DO CURSO

Este curso prático tem metodologia distinta, voltado ao estudo de casos práticos de processos de licitações, a fim de realizar o diagnóstico e apresentar formas de aperfeiçoamento dos processos de licitações públicas e contratos administrativos. Pretende-se aprimorar o controle de legalidade das fases interna e externa das licitações, estabelecendo rotinas práticas e check-list que assegurem a licitude dos certames e a eficácia das contratações administrativas.

2. PÚBLICO-ALVO

Responsáveis por requisições de compras, membros de equipes e comissões de licitações, pregoeiros, advogados públicos, controladores internos e demais interessados.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Florianópolis/SC Auditório da ARIS Rua General Liberato Bittencourt, 1885 – Sala 1201 CEP: 88070-800
Período das inscrições	até 26/10/2016
Vencimento do boleto de cobrança	27/10/2016
Período de realização	27 e 28/10/2016
Carga horária total	15h/a
Quantidade de vagas	40

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I – Dos Valores

Tipo de inscrição – PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores municipais	R\$ 350,00
Demais participantes	R\$ 500,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua General Liberato Bittencourt, 1885. Canto - Florianópolis/SC – CEP 88070-800 - Telefone: 48 3221- 8800

Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Informações referente ao pagamento:

1. Ao efetuar a inscrição, emita seu boleto bancário para pagamento.
2. A efetivação da inscrição está vinculada ao upload do empenho no ambiente virtual do curso.
3. A nota fiscal eletrônica de prestação de serviço será emitida na data de realização do evento, após a identificação de presença no sistema, e enviada para o e-mail cadastrado no ato da inscrição.

Em caso de dúvidas, contatar o setor financeiro pelo adm@egem.org.br ou 48 3221 8800.

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- a) As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- b) Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- c) No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- d) Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

1º dia	
8h30 às 12h	<ul style="list-style-type: none"> • Resumo legal sobre o processo licitatório; • Identificação dos estudos de caso e divisão dos participantes em quatro grupos, distribuindo a cada grupo um caso para estudo; • Orientações aos grupos sobre os aspectos a serem diagnosticados e avaliados em cada caso; • Tempo destinado para os grupos estudarem os respectivos casos;
13h30 às 17h30	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação e debate do Estudo de Caso nº 1; • Apresentação e debate do Estudo de Caso nº 2; • Apresentação e debate do Estudo de Caso nº 3

2º dia	
8h30 às 12h	<ul style="list-style-type: none">· Apresentação e debate do Estudo de Caso nº 4;· Avaliação final dos estudos de caso e proposição de modelos de check-list para controle da licitude e eficácia das licitações públicas e contratos administrativos.· Encerramento do curso

7. PALESTRANTE

EDINANDO LUIZ BRUSTOLIN

Advogado inscrito na OAB/SC nº 21.087. Consultor Jurídico da Federação Catarinense de Municípios (FECAM). Mestre em Direito, Estado e Sociedade pela UFSC. Professor convidado em cursos de especialização e pós-graduação. Tem experiência na área de Direito Administrativo, com ênfase em Licitações Públicas e Contratos Administrativos.

DISPOSIÇÕES GERAIS

- a) A EGEM reserva-se no direito de cancelar ou alterar a data do evento caso não atinja o número mínimo de participantes.
- b) O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.
- c) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

8. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

EDITAL Nº 62.2016 - CURSO SOBRE IN20_TUBARÃO

EDITAL Nº 62/2016

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

Curso sobre a IN20 TCE-SC - Medidas de Gestão e Controle para sua Implementação

1. OBJETIVO DO CURSO

Entender a IN 20 no contexto da gestão, da contabilidade e do Controle Interno e, a partir disso, estabelecer metas e ações para a sua obediência.

2. PÚBLICO-ALVO

Prefeitos, Secretários, contadores, técnicos em contabilidade, servidores que atuam no planejamento e secretarias de governo, controladores

internos, auditores internos.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Tubarão/SC Auditório da Associação da Região de Laguna - AMUREL Rua Rio Branco, 67 Centro CEP: 88.705-160
Período das inscrições	até 18/09/2016
Vencimento do boleto de cobrança	19/09/2016
Período de realização	19 e 20/09/2016
Carga horária total	15h/a
Quantidade de vagas	60

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I – Dos Valores

Tipo de inscrição – PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores municipais	R\$ 300,00
Demais participantes	R\$ 400,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua General Liberato Bittencourt, 1885. Canto - Florianópolis/SC – CEP 88070-800 - Telefone: 48 3221- 8800

Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Informações referente ao pagamento:

1. Ao efetuar a inscrição, emita seu boleto bancário para pagamento.
2. A efetivação da inscrição está vinculada ao upload do empenho no ambiente virtual do curso.
3. A nota fiscal eletrônica de prestação de serviço será emitida na data de realização do evento, após a identificação de presença no sistema, e enviada para o e-mail cadastrado no ato da inscrição.

Em caso de dúvidas, contatar o setor financeiro pelo adm@egem.org.br ou 48 3221 8800.

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- a) As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- b) Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- c) No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- d) Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

1º dia	
08h30 às 12h 13h às 17h30 (Com intervalo de uma hora para almoço)	1) Principais Conceitos: 1.1) Diferenças entre contas de Governo e Contas de Gestão 1.2) Atribuições do órgão de controle interno e do órgão central do sistema de controle interno 2) Como organizar o órgão central do sistema de controle interno para gerar os resultados esperados pela IN20 2.1) Modelos de organização 2.2) Auditoria: Principais aspectos 2.3) Plano e Programa de auditoria – significado e modelos 2.4) Relatório, certificado e parecer de auditoria: significado e modelos. 3) Contas de Governo do Prefeito 3.1) Conteúdo das Contas de Governo 3.2) Relatório do órgão Central do Sistema de Controle Interno (anexo II) 3.2.1) Como avaliar a execução financeira, administrativa, orçamentária da gestão (itens I a V do Anexo II) 3.2.2) Como analisar a situação financeira do Município (itens VI a IX do anexo II) 3.2.3) Como avaliar o desempenho da arrecadação (item X do Anexo II) 3.2.4) Como avaliar as metas fiscais (item XI do anexo II) 3.2.5) Como avaliar os limites da LRF (itens XII a XIV do anexo II) 3.2.6) Como informar sobre as dispensas e inexigibilidades (item XVI do anexo II) 3.2.7) Como informar sobre a gestão de pessoas (item XVII a XX do anexo II) 3.2.8) Como demonstrar gastos com publicidade e propaganda (item XXI do anexo II) 3.2.9) Como relacionar obter informações sobre os convênios que o município seja parte (item XXII do anexo II) 3.2.10) Como informar situações de emergência e calamidade e seus reflexos (item XXIII do anexo II) 3.2.11) Como demonstrar as providências indicados pelo TCE e ressarcimentos (itens XXIV e XXV do anexo II) 3.2.12) Como atestar a fidedignidade das demonstrações contábeis (item XXVI do anexo II)
2º dia	
08h30 às 12h	4) Prestação de Contas de Gestão 4.1) Entidades que devem prestar contas 4.2) Conteúdo da prestação de contas de Gestão 4.2.1) Responsáveis 4.2.2) Demonstrações Contábeis 4.2.3) Relatório de Gestão – comentários sobre o seu conteúdo 4.2.4) Conteúdo complementar da prestação de contas dos RPPS – comentários 4.2.4) Conteúdo complementar das prestações de contas dos consórcios públicos 4.2.5) Relatório sobre as prestações de contas. 4.2.5.1) Conteúdo do Relatório do Controle Interno sobre as contas de Gestão 4.2.5.1.1) Análise do sistema de controle da entidade e atuação da auditoria 4.2.5.1.2) O que considerar na análise da Gestão físico e financeira da Entidade 4.2.5.1.3) Análise da atuação da auditoria quanto aos resultados 4.2.5.1.4) Avaliação das transferências de recursos da entidade, internos e externos 4.2.5.1.5) Avaliação setor de compras e licitações da entidade 4.2.5.1.6) Avaliação da gestão de pessoas da entidade 4.2.5.1.7) Avaliação sobre o cumprimento das decisões da corte de contas 4.2.5.1.8) Avaliação do cumprimento da LRF 4.2.5.1.9) Avaliação do cumprimento da entidade quanto ao seu RPPS 4.2.5.1.10) Avaliação do sistema de informações contábeis da entidade

7. PALESTRANTE

ALEXANDRE ALVES

Mestre em Gestão de Políticas Públicas (2014). Especialista em Controladoria e Administração Pública (2004). Especialista em Administração Pública (2002). Possui graduação em Direito (2007) e graduação em Ciências Contábeis (2002). Atualmente é diretor da Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Contabilidade e Finanças Públicas, atuando principalmente nos seguintes temas: lei de responsabilidade fiscal, controle dos bens patrimoniais, contabilidade pública, controle interno e controle público.

DISPOSIÇÕES GERAIS

- a) A EGEM reserva-se no direito de cancelar ou alterar a data do evento caso não atinja o número mínimo de participantes.
- b) O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.
- c) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

8. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

EDITAL Nº 63.2016 - CURSO SOBRE IN20_RIO DO SUL

EDITAL Nº 63/2016

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

Curso sobre a IN20 TCE-SC - Medidas de Gestão e Controle para sua Implementação

1. OBJETIVO DO CURSO

Entender a IN 20 no contexto da gestão, da contabilidade e do Controle Interno e, a partir disso, estabelecer metas e ações para a sua obediência.

2. PÚBLICO-ALVO

Prefeitos, Secretários, contadores, técnicos em contabilidade, servidores que atuam no planejamento e secretarias de governo, controladores internos, auditores internos.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Rio do Sul/SC Auditório da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí - AMAVI Rua XV de Novembro, 737 Centro CEP: 89.160-000
Período das inscrições	até 11/09/2016
Vencimento do boleto de cobrança	12/09/2016
Período de realização	12 e 13/09/2016
Carga horária total	15h/a
Quantidade de vagas	60

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I – Dos Valores

Tipo de inscrição – PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
-----------------------------------	-----------------------

Servidores municipais	R\$ 300,00
Demais participantes	R\$ 400,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua General Liberato Bittencourt, 1885. Canto - Florianópolis/SC – CEP 88070-800 - Telefone: 48 3221- 8800

Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Informações referente ao pagamento:

1. Ao efetuar a inscrição, emita seu boleto bancário para pagamento.
2. A efetivação da inscrição está vinculada ao upload do empenho no ambiente virtual do curso.
3. A nota fiscal eletrônica de prestação de serviço será emitida na data de realização do evento, após a identificação de presença no sistema, e enviada para o e-mail cadastrado no ato da inscrição.

Em caso de dúvidas, contatar o setor financeiro pelo adm@egem.org.br ou 48 3221 8800.

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- a) As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- b) Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- c) No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- d) Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

1º dia	
08h30 às 12h 13h às 17h30 (Com intervalo de uma hora para almoço)	<p>1) Principais Conceitos:</p> <p>1.1) Diferenças entre contas de Governo e Contas de Gestão</p> <p>1.2) Atribuições do órgão de controle interno e do órgão central do sistema de controle interno</p> <p>2) Como organizar o órgão central do sistema de controle interno para gerar os resultados esperados pela IN20</p> <p>2.1) Modelos de organização</p> <p>2.2) Auditoria: Principais aspectos</p> <p>2.3) Plano e Programa de auditoria – significado e modelos</p> <p>2.4) Relatório, certificado e parecer de auditoria: significado e modelos.</p> <p>3) Contas de Governo do Prefeito</p> <p>3.1) Conteúdo das Contas de Governo</p> <p>3.2) Relatório do órgão Central do Sistema de Controle Interno (anexo II)</p> <p>3.2.1) Como avaliar a execução financeira, administrativa, orçamentária da gestão (itens I a V do Anexo II)</p> <p>3.2.2) Como analisar a situação financeira do Município (itens VI a IX do anexo II)</p> <p>3.2.3) Como avaliar o desempenho da arrecadação (item X do Anexo II)</p> <p>3.2.4) Como avaliar as metas fiscais (item XI do anexo II)</p> <p>3.2.5) Como avaliar os limites da LRF (itens XII a XIV do anexo II)</p> <p>3.2.6) Como informar sobre as dispensas e inexigibilidades (item XVI do anexo II)</p> <p>3.2.7) Como informar sobre a gestão de pessoas (item XVII a XX do anexo II)</p> <p>3.2.8) Como demonstrar gastos com publicidade e propaganda (item XXI do anexo II)</p> <p>3.2.9) Como relacionar obter informações sobre os convênios que o município seja parte (item XXII do anexo II)</p> <p>3.2.10) Como informar situações de emergência e calamidade e seus reflexos (item XXIII do anexo II)</p> <p>3.2.11) Como demonstrar as providências indicados pelo TCE e ressarcimentos (itens XXIV e XXV do anexo II)</p> <p>3.2.12) Como atestar a fidedignidade das demonstrações contábeis (item XXVI do anexo II)</p>
2º dia	

08h30 às 12h	4) Prestação de Contas de Gestão 4.1) Entidades que devem prestar contas 4.2) Conteúdo da prestação de contas de Gestão 4.2.1) Responsáveis 4.2.2) Demonstrações Contábeis 4.2.3) Relatório de Gestão – comentários sobre o seu conteúdo 4.2.4) Conteúdo complementar da prestação de contas dos RPPS – comentários 4.2.4) Conteúdo complementar das prestações de contas dos consórcios públicos 4.2.5) Relatório sobre as prestações de contas. 4.2.5.1) Conteúdo do Relatório do Controle Interno sobre as contas de Gestão 4.2.5.1.1) Análise do sistema de controle da entidade e atuação da auditoria 4.2.5.1.2) O que considerar na análise da Gestão físico e financeira da Entidade 4.2.5.1.3) Análise da atuação da auditoria quanto aos resultados 4.2.5.1.4) Avaliação das transferências de recursos da entidade, internos e externos 4.2.5.1.5) Avaliação setor de compras e licitações da entidade 4.2.5.1.6) Avaliação da gestão de pessoas da entidade 4.2.5.1.7) Avaliação sobre o cumprimento das decisões da corte de contas 4.2.5.1.8) Avaliação do cumprimento da LRF 4.2.5.1.9) Avaliação do cumprimento da entidade quanto ao seu RPPS 4.2.5.1.10) Avaliação do sistema de informações contábeis da entidade
--------------	---

7. PALESTRANTE

ALEXANDRE ALVES

Mestre em Gestão de Políticas Públicas (2014). Especialista em Controladoria e Administração Pública (2004). Especialista em Administração Pública (2002). Possui graduação em Direito (2007) e graduação em Ciências Contábeis (2002). Atualmente é diretor da Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Contabilidade e Finanças Públicas, atuando principalmente nos seguintes temas: lei de responsabilidade fiscal, controle dos bens patrimoniais, contabilidade pública, controle interno e controle público.

DISPOSIÇÕES GERAIS

- a) A EGEM reserva-se no direito de cancelar ou alterar a data do evento caso não atinja o número mínimo de participantes.
- b) O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.
- c) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

8. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

EDITAL Nº 65.2016 - CURSO SOBRE 13019_TUBARÃO

EDITAL Nº 65/2016

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

Curso sobre os principais aspectos do MROSC - Lei 13.019/2014

1. OBJETIVO DO CURSO

Capacitar os participantes acerca das regras advindas da Lei 13.019/2014 e suas alterações, quanto as parcerias realizadas pelo poder público com as Organizações da Sociedade Civil. Apontar os instrumentos necessários para viabilizar as parcerias entre os municípios e as Organizações da Sociedade Civil. Esclarecer quanto as principais mudanças nas fases de elaboração, execução, monitoramento, avaliação e prestação de contas para as transferências voluntárias.

2. PÚBLICO-ALVO

Controladores internos, secretários, gestores municipais, servidores públicos municipais que atuam junto as OSC, diretores e presidentes das OSC e demais interessados.

3. CALENDÁRIO**QUADRO I**

Cidade/Local	Tubarão/SC Auditório da Associação dos Municípios da Região de Laguna – AMUREL Endereço: Rua Rio Branco, 67 CEP: 89.520-000
Período das inscrições	até 09/11/2016
Vencimento do boleto de cobrança	10/11/2016
Período de realização	10 e 11/11/2016
Carga horária total	15h/a
Quantidade de vagas	60

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES**QUADRO I – Dos Valores**

Tipo de inscrição – PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores municipais	R\$ 300,00
Demais participantes	R\$ 400,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua General Liberato Bittencourt, 1885. Canto - Florianópolis/SC – CEP 88070-800 - Telefone: 48 3221- 8800

Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Informações referente ao pagamento:

1. Ao efetuar a inscrição, emita seu boleto bancário para pagamento.
2. A efetivação da inscrição está vinculada ao upload do empenho no ambiente virtual do curso.
3. A nota fiscal eletrônica de prestação de serviço será emitida na data de realização do evento, após a identificação de presença no sistema, e enviada para o e-mail cadastrado no ato da inscrição.

Em caso de dúvidas, contatar o setor financeiro pelo adm@egem.org.br ou 48 3221 8800.

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- a) As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- b) Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;

- c) No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- d) Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

1º dia – Aspectos destacados para Municípios	
8h30 às 12h	<ol style="list-style-type: none">1. Conceitos e definições na Lei n. 13.019/20142. A parceria voluntária, contratos administrativos e convênios administrativos: diferenças e escopo de aplicação3. Fase preparatória da parceria voluntária: previsão orçamentária, procedimento de manifestação de interesse social, plano de trabalho, etc4. Fase de seleção das organizações sociais: chamamento público, comissão de seleção e condições para participação5. Celebração e execução dos Termos de Colaboração e Fomento: requisitos, despesas, pessoal, comissão de monitoramento etc6. Prestação de contas: prazos, transparência e controle7. Vedações e sanções aplicáveis8. Cuidados especiais aos gestores públicos
13h30 às 17h30	<ol style="list-style-type: none">1. Transparência e Controle2. Plano de Trabalho3. Chamamento Público4. Providências Administrativas para Formalização do Terreno5. Despesas6. Liberação de Recursos7. Monitoramento e Avaliação8. Prestação de Contas
2º dia – Aspectos destacados para Organizações da Sociedade Civil	
8h30 às 12h	<ol style="list-style-type: none">1. Procedimento de Manifestação de Interesse Social2. O que muda para as Organizações da Sociedade Civil3. Impedimentos e restrições4. Execução da parceria5. O que é permitido pagar com os recursos da parceria6. Prestação de Contas

7. PALESTRANTE

ALEXANDRE ALVES

Mestre em Gestão de Políticas Públicas (2014). Especialista em Controladoria e Administração Pública (2004). Especialista em Administração Pública (2002). Possui graduação em Direito (2007) e graduação em Ciências Contábeis (2002). Atualmente é diretor da Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Contabilidade e Finanças Públicas, atuando principalmente nos seguintes temas: lei de responsabilidade fiscal, controle dos bens patrimoniais, contabilidade pública, controle interno e controle público.

DISPOSIÇÕES GERAIS

- a) A EGEM reserva-se no direito de cancelar ou alterar a data do evento caso não atinja o número mínimo de participantes.
- b) O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.
- c) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

8. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

EDITAL Nº 66.2016 - SEFISC_SMO

EDITAL Nº 66/2016

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

CURSO SOBRE O SEFISC PASSO A PASSO – DE ACORDO COM O AINF 3.0.1

1. OBJETIVO DO CURSO

Treinar os auditores e fiscais tributários municipais para a fiscalização do Simples Nacional, apresentando os corretos procedimentos a serem aplicados e eliminando as dúvidas relacionadas à matéria.

2. PÚBLICO-ALVO

Auditores fiscais e demais interessados.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	São Miguel do Oeste/SC Auditório da Associação dos Municípios do Extremo Oeste Catarinense – AMEOSC Rua Padre Aurelio Canzi, 1628 Centro CEP: 88.101-800
Período das inscrições	até 25/09/2016
Vencimento do boleto de cobrança	26/09/2016
Período de realização	26 e 27/09/2016
Carga horária total	15h/a
Quantidade de vagas	60

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I – Dos Valores

Tipo de inscrição – PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores municipais	R\$ 300,00
Demais participantes	R\$ 450,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua General Liberato Bittencourt, 1885. Canto - Florianópolis/SC – CEP 88070-800 - Telefone: 48 3221- 8800

Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Informações referente ao pagamento:

1. Ao efetuar a inscrição, emita seu boleto bancário para pagamento.
2. A efetivação da inscrição está vinculada ao upload do empenho no ambiente virtual do curso.
3. A nota fiscal eletrônica de prestação de serviço será emitida na data de realização do evento, após a identificação de presença no sistema, e enviada para o e-mail cadastrado no ato da inscrição.

Em caso de dúvidas, contatar o setor financeiro pelo adm@egem.org.br ou 48 3221 8800.

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- a) As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- b) Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- c) No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- d) Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

1º dia	
	<p>MÓDULO I: REGRAS E PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO</p> <p>1. O QUE E COMO AUTUAR. Resoluções CGSN nos 94/2011 e 125/2015;</p> <p>2. PARTE DOCUMENTAL: notificações e intimações, autos de infração e guias de recolhimento. Quais modelos utilizar?</p> <p>3. COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DO ISS. Deduções possíveis. Multas sancionatórias e encargos moratórios aplicáveis à autuação. Existe "fiscalização orientadora" no âmbito do Simples Nacional?</p> <p>4. ALÍQUOTA: período de apuração, percentuais relativos ao ISS (de 2% a 6%). Anexos III, IV, V e VI da LC 123/06;</p> <p>08h30 às 12h 5. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA E RETENÇÃO NA FONTE: abrangência do regime e alíquotas aplicáveis. Como cruzar informações visando resgatar o ISS evadido para outros municípios?</p> <p>13h30 às 17h30 6. ISENÇÕES, REDUÇÕES DE BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTA: o que e como considerar;</p> <p>7. ESTIMATIVA FISCAL: novas regras e limites;</p> <p>8. O ISS DAS SOCIEDADES PROFISSIONAIS: fixo ou variável?</p> <p>9. O ISS DA CONSTRUÇÃO CIVIL: o que deve e o que não deve ser deduzido de sua base de cálculo. Posição pacificada do TJ/SP e STJ;</p> <p>10. COMPENSAÇÃO E RESTITUIÇÃO;</p> <p>11. OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS;</p> <p>12. COBRANÇA, INSCRIÇÃO E AJUIZAMENTO DOS CRÉDITOS DE ISS CONSTITUÍDOS: entidade competente para tanto.</p>
2º dia	

MÓDULO II: OPERAÇÃO DO PROGRAMA SEFISC

1. UNIDADES DE FISCALIZAÇÃO;

2. PRAZOS DE CONTESTAÇÃO;

3. AÇÃO FISCAL:

3.1. Inclusão de ação fiscal;

3.2. Ação fiscal integrada;

3.3. Alterar ação fiscal;

3.4. Cancelar ação fiscal;

3.5. Encerrar ação fiscal;

3.6. Consulta ação fiscal.

4. FUNCIONALIDADES DO AINF

4.1. Seleção da ação fiscal;

4.2. Importação de dados originais;

08h30 às 12h

4.3. Apuração;

4.4. Exemplos práticos de segregação de receitas;

4.5. Aplicação das penalidades (multas);

4.6. Impressão do relatório consolidado;

4.7. Geração do AINF;

4.8. Impressão do AINF;

4.9. Notificação do AINF;

4.10. AINF 3.0.1: o que mudou?

5. CONTENCIOSO DO SEFISC

5.1. Ciência de lançamento;

5.2. Informar fases e resultados do contencioso;

5.3. Formulários para envio das informações;

5.4. Consultas;

5.5. SIEF processos.

7. PALESTRANTE

FRANCISCO RAMOS MANGIERI

Advogado; Consultor e Professor de Direito Tributário; Pós-graduado em Direito Tributário; Auditor Fiscal na Prefeitura Municipal de Bauru/SP; Ex-Presidente e Julgador do Conselho de Contribuintes da Prefeitura Municipal de Bauru; Diretor do Departamento Tributário da Prefeitura Municipal de Bauru/SP; Escritor de livros e artigos jurídicos

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) A EGEM reserva-se no direito de cancelar ou alterar a data do evento caso não atinja o número mínimo de participantes.

b) O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

c) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

8. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

Consórcios

AGIR

RESOLUÇÃO Nº 033/2016 - AGIR

RESOLUÇÃO Nº 033/2016

PRORROGA EM CARÁTER EXCEPCIONAL E TEMPORÁRIO O MANDATO DOS CONSELHEIROS QUE ENUMERA E QUE COMPÕEM O COMITÊ DE REGULAÇÃO DA AGIR

HEINRICH LUIZ PASOLD, Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 011/2016, e observado o que dispõe os artigos 29, 30 e 35 do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

CONSIDERANDO a Resolução nº 032/2016 da AGIR, publicada no DOM/SC - Edição nº 2.070, do dia 29/08/2016, p. 344, que regulamenta a convocação e inscrição dos interessados/indicados para a composição de membro titular e para suplência do Comitê de Regulação da AGIR;

CONSIDERANDO o lançamento do Edital de Convocação nº 001/2016, publicado no DOM/SC - Edição nº 2.070, do dia 29/08/2016, p. 342, que convocou os interessados para concorrerem à indicação de Conselheiro Titular e Suplente do Comitê de Regulação da AGIR;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar em caráter excepcional e temporário, com prazo de até 90 (noventa dias), a contar da publicação desta Resolução, prorrogável por igual período se acaso a excepcionalidade assim o exigir, o mandato dos Conselheiros Titulares: Valdete Korz – indicada pela Agir e representando a AMMVI; Heverson Thrun – indicado pelos Usuários e representando o Conselho Municipal de Saneamento Básico de Benedito Novo/SC, e Gustavo Dunchatt Zettermann – indicado pelos Prestadores e representando o Samae de Timbó/SC, cujos mandatos expiraram-se aos 29.07.2016;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 30.07.2016.

Blumenau (SC), em 29 de agosto de 2016.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR

CIMCATARINA

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0023/2016 - MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO E APARELHOS DE AR CONDICIONADO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO Nº 0023/2016 - PRESENCIAL

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0023/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de móveis para escritório e aparelhos de ar condicionado, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA: Municípios de Água Doce, Arroio Trinta, Brunópolis, Caçador, Curitibanos, Fraiburgo, Frei Rogério, Ibiam, Iomerê, Lebon Régis, Matos Costa, Videira e o Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, durante o período de 01 de outubro de 2016 à 31 de março de 2017. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:00 do dia 13/09/2016. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Julgamento: Menor Preço por LOTE. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01. Fone (49) 3246 1206. Site: www.cimcatarina.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 29 de agosto de 2016.

Elói Rönnau

Diretor Executivo do CIMCATARINA

RESOLUÇÃO 0033/2016

Resolução n. 0033/2016.

Dispõe sobre Crédito Adicional Suplementar.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, Sr. Gilberto Amaro Comazzetto, Prefeito Municipal de Caçador, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Resolução nº 032 de 07 de dezembro de 2015;

RESOLVE:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA para o exercício de 2016, crédito adicional suplementar no valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), nas seguintes dotações:

01.00 – Consórcio Público		
01.01 – Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA		
0018.0541.0001.2.007 – Desenvolvimento da Preservação e Conservação Ambiental		
3.3.1.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.00.200 (20)	R\$	45.000,00
3.3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.00.200 (21)	R\$	5.000,00
Total	R\$	50.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º desta Resolução, correrão à conta do provável excesso de arrecadação apurado na rubrica abaixo relacionada.

4.1.6.0.0.99.00.00.00 – Outros serviços - 0.1.00.0200	R\$	50.000,00
---	-----	-----------

Art. 3º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de agosto de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

Prefeito de Caçador

Presidente do CIMCATARINA

CIS-AMAVI

CONTRATO Nº 006/2016

CONTRATO Nº 006/2016

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 006/2015 VINCULADO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2015, DISPENSA Nº 001/2015, QUE ENTRE SI CELEBRAM CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO ITAJAÍ - CIS- AMAVI O SR. MELCHIADES XAVIER DA ROSA.

Cláusula Primeira - IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES

1. LOCADOR: MELCHIADES XAVIER DA ROSA, pessoa física de direito privado, inscrito no CPF Nº 076.791.149-00, residente e domiciliado à Rua dos Caçadores, 254, bairro Laranjeiras, CEP 89.160-000, município de Rio do Sul/SC.

2. LOCATÁRIO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO ALTO VALE DO ITAJAÍ – CIS-AMAVI, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 09.069.217/0001-68, com sede na Rua XV de novembro nº 737, bairro Laranjeiras, neste ato representado pelo Presidente do Conselho de Administração Sr. SILVIO VENTURI.

Cláusula Segunda – do Objeto

1. O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO da vigência e o reajuste dos preços do Contrato firmado entre as partes em 11/08/2015.

Cláusula Terceira – da Prorrogação

1. Pelo presente termo aditivo, nos termos da cláusula sétima do contrato, fica prorrogada a vigência do Contrato até 11 de agosto de 2017.

Cláusula Quarta – do Reajuste

1. O valor mensal do contrato, passa a ser R\$ 725,73 (setecentos e vinte e cinco reais e setenta e três centavos), com fulcro na Cláusula sexta do contrato.

2. A importância ora estabelecida corresponde ao valor mensal do contrato vigente com acréscimo de 11,6509% (onze virgula sessenta e cinco zero nove por cento), referentes à variação do IGP-m(FGV) – base 07/2016;

3. os efeitos financeiros decorrentes do acréscimo vigoram a partir de 12/08/2016.

Cláusula Quinta – Do Valor Do Termo Aditivo

1. O valor total deste termo aditivo, para cobrir as despesas relativas ao reajuste e à prorrogação do contrato, é R\$ 8.708,76 (oito mil, setecentos e oito reais e setenta e seis centavos).

Cláusula Sexta – Da Despesa

1. A despesa com este termo aditivo, no corrente exercício, correrá à conta das Nota de Empenho n.º 3524 a 3551, de 29 de julho de 2016, devidamente apropriada no elemento de despesa 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações diretas, vinculado à atividade “Manutenção Administrativa”, da vigente Lei Orçamentária Anual.

2. A despesa para o exercício subsequente será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada ao LOCADOR, na Resolução Orçamentária Anual.

Cláusula Sétima– Da Ratificação Das Cláusulas

1. Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, LOCADOR e LOCATÁRIO, e pelas testemunhas abaixo.

Rio do Sul, 29 de julho de 2016.

Silvio Venturi
Presidente

Melchiades Xavier da rosa
Proprietário

CIS/AMMVI

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 065/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 065/2016

Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí- CISAMVI - CNPJ: 03.269.695/0001-08

Contratada: ECUSTOMIZE CONSULTORIA EM SOFTWARE LTDA - CNPJ: sob o nº 09.397.355/0001-30

Objeto: O presente CONTRATO tem por finalidade dispor sobre as condições de utilização pelo CISAMVI de sistema eletrônico de licitações, disponibilizado pela ECUSTOMIZE, doravante denominado PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS - PORTALCP, desenvolvido em plataforma Web, que permite realizar procedimentos licitatórios para aquisição de bens e serviços comuns, por meio da Internet, em conformidade com a legislação pertinente, especialmente a Lei Federal no. 10.520/2002, artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº. 8.666/1993, Capítulo V da Lei Complementar n. 123/2006 e suas posteriores alterações, com a utilização de fornecedores previamente cadastrados.

Vigência: 01/08/2016 – 31/12/2016

Valor total: Custo 00 (zero) para o CISAMVI.

Previsão legal: Art. 24, II, e § 1º, da Lei nº 8.666/93.

Blumenau, 01 de agosto de 2016

Carlos Cesar da Silva – Diretor Executivo CISAMVI

